

Gênero e produção de habitação social:

uma perspectiva para o planejamento urbano a partir do pensamento de
Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer.



Aluna: Marcela Marques Abla

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rachel Coutinho Marques da Silva

PROURB – FAU/UFRJ

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Zaida Muxí Martínez

DUOT – ETSAB/UPC

Rio de Janeiro

2017

Doutorado em Urbanismo / PROURB – FAU / UFRJ

Gênero e produção de habitação social

uma perspectiva para o planejamento urbano a partir do pensamento de

Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e

Catherine Bauer.

Aluna: Marcela Marques Abla

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rachel Coutinho Marques da Silva

PROURB – FAU/UFRJ

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Zaida Muxí Martinez

DUOT – ETSAB/UPC.

Rio de Janeiro

2017

CIP - Catalogação na Publicação

M152g Marques Abla, Marcela
Gênero e produção de habitação social: uma perspectiva para o planejamento urbano a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer / Marcela Marques Abla. -- Rio de Janeiro, 2017.
437 f.

Orientadora: Rachel Coutinho Marques da Silva.
Coorientadora: Zaida Muxí Martinez.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2017.

1. Gênero em habitação social. 2. Elizabeth Denby. 3. Carmen Portinho. 4. Margarete Schütte Lihotzky. 5. Catherine Bauer. I. Coutinho Marques da Silva, Rachel, orient. II. Muxí Martinez, Zaida, coorient. III. Título.

Gênero e produção de habitação social: uma perspectiva para o planejamento urbano a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer.

1

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Doutora em Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rachel Coutinho Marques da Silva.

PROURB – FAU/UFRJ

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Zaida Muxí Martínez.

DUOT – ETSAB/UPC

Rio de Janeiro

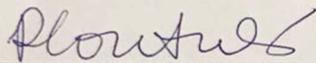
2017

Gênero e produção de habitação social: uma perspectiva para o planejamento urbano a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer.

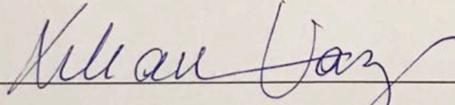
Marcela Marques Abla

Tese de doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro [PROURB-FAU/UFRJ], como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora em Urbanismo.

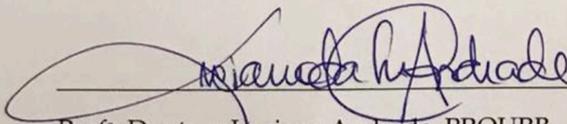
Aprovada por:



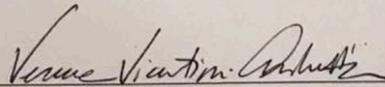
Prof^ª. Doutora Rachel Coutinho Marques da Silva [Orientadora]. PROURB - FAU/UFRJ.



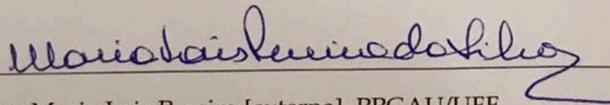
Prof^ª. Doutora Lilian Fessler Vaz. PROURB - FAU/UFRJ.



Prof^ª. Doutora Luciana Andrade. PROURB - FAU/UFRJ.



Prof^ª. Doutora Verena Vicentini Andreatta [externa]. DUOT - ETSAB/UPC.



Prof^ª. Doutora Maria Lais Pereira [externa]. PPGAU/UFF.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses mais de quatro anos de envolvimento com o doutorado, muitas pessoas e instituições contribuíram para a elaboração deste trabalho. Agradeço à Rachel Coutinho, pelo apoio e orientação ao longo de todo o período de realização do doutorado; à Zaida Muxí, pelo apoio e co-orientação na UPC, Barcelona e o incentivo à necessidade de dar visibilidade ao trabalho de mulheres arquitetas; ao CNPq pelo apoio à pesquisa no Brasil e à CAPES, pela oportunidade de pesquisa no exterior; aos professores, Pablo Benetti e Fernando Betim, pelas contribuições em diferentes fases do trabalho; às professoras Eliane Bessa e Andrea Borde, pelas contribuições na banca de qualificação; à direção e secretaria pelo apoio no PROURB; às professoras Verena Andreatta, Luciana Andrade, Maria Lais Pereira e Lilian Vaz pelas contribuições na defesa do Doutorado; aos colegas do grupo de pesquisa LAURBAM coordenado pela professora Rachel; aos amigos e colegas de PROURB, Marat Menezes, Alder Catunda, Flavia Damasio, Carlos Henrique Lima, Marcelo Andreoli, e aos colegas da turma de 2012, pela troca de ideias e pelo agradável convívio; ao Marcelo Motta pela ilustração da capa; aos professores e amigos, Josep Maria Montaner, David Falagán, Jaume Barnada, Isabel Aparici e Roser Casanovas, pelo apoio fundamental no período do doutorado em Barcelona e ao Graziano Brau, pela troca de ideias, o trabalho conjunto em diversos projetos; à oportunidade de inúmeros encontros no Brasil e no exterior através dos quais foi possível realizar interlocução com pessoas que se destacam no tema da habitação e da cidade, Nabil Bonduki, Franziska Ulmann, David Harvey, Eric Mumford, Raúl Vallès, Eva Kail, Raquel Rolnik, Erminia Maricatto e João Whitaker; às amigas presentes nesta e em outras etapas da vida Lívia Breves, Aline Leal, Angela Speroni, Tatiana Xerez e Camila Passos por estarem ao meu lado e por compreenderem a minha ausência; aos meus irmãos Andre e Alexandre, aos meus pais Dalmara e Sergio e à minha madrinha Isis Mesquita, pelo permanente estímulo, carinho e por estarem sempre ao meu lado.

Dedico esta tese a todas as mulheres protagonistas do cotidiano das nossas cidades.

RESUMO

Gênero e produção de habitação social: uma perspectiva para o planejamento urbano a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer.

Esta tese de doutorado nasce da investigação sobre o tema da habitação social coletiva para as massas populares a partir da contribuição teórica e prática de quatro mulheres do século XX – Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer – para a arquitetura moderna e o reconhecimento das necessidades cotidianas onde a habitação é entendida em seu valor de uso. Essas mulheres de origem ocidental (duas do continente americano e duas do europeu) de diversas profissões (arquiteta, planejadora urbana, engenheira e consultora em habitação) têm como ponto comum os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAMs. Elas participaram desses encontros ativamente e/ou estudaram seus resultados e difundiram a ideia da habitação moderna em seus países de origem durante o período entre guerras e o pós-Segunda Guerra Mundial. Pretendemos analisar suas contribuições a partir de uma perspectiva baseada na ideologia metodológica marxista ao tomar a habitação em seu valor de uso e retomando o conceito de habitar. Como categoria de análise a perspectiva de gênero na arquitetura e no urbanismo é o fio condutor desse trabalho ao valorizar as necessidades cotidianas das pessoas. O nosso objetivo é o de reconsiderar um outro ponto de vista sobre a habitação social do movimento moderno ao reconhecer e dar visibilidade a contribuição pioneira da experiência dessas mulheres.

Palavras-chave: Gênero em habitação social; Elizabeth Denby; Carmen Portinho; Margarete Schütte-Lihotzky; Catherine Bauer.

ABSTRACT

Gender and production of social housing: a perspective for urban planning since Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer ideas.

The purpose of this thesis is to investigate the theme of social collective housing for the workers since the theoretical and practical contribution of four women of the XX century - Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer – for the modern architecture and the recognition of the daily needs where the housing is understood in the use value. These occidental women origin (two american and two european) from diverse professional (architecture, urban planning, engineer and housing consultant) they have in common the CIAM. They actively participated in these meetings and / or studied their results and spread the idea of modern housing in their countries of origin during the period between wars and post-World War II. We intend to analyze their contributions from a perspective based on Marxist methodological ideology by taking housing in its use value and returning to the concept of dwelling. As a category of analysis the gender perspective in architecture and urbanism is the guiding thread of this work when valuing the daily needs of people. Our objective is to reconsider another point of view on the social housing of the modern movement by recognizing and giving visibility to the pioneering contribution of the experience of these women.

Key words: Gender and social housing; Elizabeth Denby; Carmen Portinho; Margarete Schütte-Lihotzky; Catherine Bauer.

Lista de Ilustrações

(capa): Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer. Ilustração realizada por Marcelo Motta.

Figura 1: Quadro de autores e abordagens que compõem o escopo da tese. Nossa autoria.	35
Figura 2: O diagrama de como será abordado o contexto da habitação social no escopo da tese. Nossa autoria.	36
Figura 3: capa do livro Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introducción..	79
Figura 4: capa do livro O Segundo Sexo de Simone de Beauvoir.....	82
Figura 5: The problem that has no name em.....	84
Figura 6: O modelo de Burgess e Chicago contemporâneo em Burgess, 1925 apud BASSETT, SHORT, 1980, p. 12.....	128
Figura 7: Áreas de aluguel alto em seis cidades nos Estados Unidos .Fonte: Hoyt, 1939 apud BASSETT, SHORT,1980, p. 14.	130
Figura 8: Fotografia de Carmen Portinho. Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação – FAU/UFRJ – Brasil.....	183
Figura 9: Recorte do Jornal O Globo, do acervo da Carmen Portinho. Fonte: Jornal O Globo. Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação – FAU/UFRJ – Brasil.....	184
Figura 10: Capa do livro: “Carmen Portinho: Por toda a minha vida.....	186
Figura 11: Capa do livro: “Carmen Portinho”.....	186
Figura 12: Capa do livro: “Affonso Eduardo Reidy”	187
Figura 13: Capa do livro: “Entre e a estética e o hábito: o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)”.....	187
Figura 14: Entrevista de Carmen Portinho a Hugo Segawa, “A arquitetura moderna e o desenho industrial”, revista Projeto, n.111, junho de 1988, p.115-118.	189
Figura 15: Revista Municipal de Engenharia. Edição especial 60 anos da R.M.E (1932/1992).....	192
Figura 16: Artigo de Carmen Portinho. “A architectura moderna na Holanda” e “Influencia do nosso clima na architectura das prisões. Revista Municipal de Engenharia, 1932. Fonte: Acervo do Clube da Engenharia, p.7 e 14.....	193
Figura 17: Recorte do Jornal Correio da Manhã, 10 de março de 1946.....	196

Figura 18: Recorte do Jornal Correio da Manhã, 17 de março de 1946.....	198
Figura 19: Recorte do Jornal Correio da Manhã, 24 de março de 1946.....	200
Figura 20: Recorte do Jornal Correio da Manhã, 31 de março de 1946.....	202
Figura 21: Recorte do Jornal Correio da Manhã, 14 de abril de 1946.....	204
Figura 22: Fotografia da Carmen Portinho em visita à obra. Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação – FAU/UFRJ – Brasil.....	213
Figura 23: Fotografia do Bloco A de apartamentos do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação – FAU/UFRJ – Brasil.....	217
Figura 24: Conjunto Residencial Pedregulho – implantação. Fonte: Entrevista de Carmen Portinho a Hugo Segawa, “A arquitetura moderna e o desenho industrial”, revista Projeto, n.111, junho de 1988, p.120.	218
Figura 25: Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação – FAU/UFRJ – Brasil.....	219
Figura 26: Fotografia da lavanderia coletiva. Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação – FAU/UFRJ – Brasil.....	224
Figura 27: Plantas e cortes dos blocos de apartamentos do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação – FAU/UFRJ – Brasil.	225
Figura 28: Projeto do ambulatório do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação – FAU/UFRJ – Brasil.....	226
Figura 29: Projeto do Centro Social do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação – FAU/UFRJ – Brasil.....	228
Figura 30: Fotografias do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: nossa autoria, 2017.	229
Figura 31: Fotografia a circulação do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: nossa autoria, 2017.	229
Figura 32: Fotografias da porta de entrada e do interior de apartamento duplex do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho.. Fonte: nossa autoria, 2017.....	230
Figura 33: Fotografias da cozinha de apartamento duplex do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho.. Fonte: nossa autoria, 2017.	230
Figura 34: Fotografias do interior de dois apartamentos duplex do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho. Na primeira escada original, na segunda modificação realizada pelos moradores. Fonte: nossa autoria, 2017.....	231

Figura 35: Fotografia da sala de apartamento dúplex do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: nossa autoria, 2017.	231
Figura 36: Fotografia de dormitório de apartamento dúplex do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: nossa autoria, 2017.	232
Figura 37: Fotografia de dormitório e banheiro de apartamento dúplex do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: nossa autoria, 2017.	232
Figura 38: Maquete do projeto do Conjunto Residencial da Gávea . Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação – FAU/UFRJ – Brasil.	234
Figura 39: Fotografia do andar intermediário do Conjunto Residencial da Gávea. Fonte: nossa autoria, 2017.	235
Figura 40: Fotografia da lavanderia do Conjunto Residencial da Gávea. Fonte: nossa autoria, 2017.	236
Figura 41: Fotografia da circulação do Conjunto Residencial da Gávea. Fonte: nossa autoria, 2017.	236
Figura 42: Fotografia de Margarete Schütte-Lihotzky.	243
Figura 43: Capa do livro Ricordi dalla Resistenza: la vita combattiva di una donna architetto dal 1938 al 1945 escrito por Margarete Schütte-Lihotzky.	245
Figura 44: Capa do livro de Lorenza Minoli, Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky, 1999.	246
Figura 45: Imagens do livro Minoli, Lorenza. <i>“Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky”</i> , 1999, p. 61,65,67,79.	252
Figura 46: Artigo de Krause, Joachim. <i>“La cucina di Francoforte”</i> , Revista Domus, n. 695, giugno, 1988, p. 211-213.	254
Figura 47: Imagens do livro, HRSG. Von Peter Noever, <i>“Die Frankfurter Küche: Von Margarete Schütte-Lihotzky”</i> , Kunst, Wien, Ernst & Sohn, p. 8-11.	257
Figura 48: Imagens do livro Minoli, Lorenza. <i>“Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky”</i> , 1999, p. 146,147.	260
Figura 49: Imagens do livro Minoli, Lorenza. <i>“Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky”</i> , 1999, p. 184-185.	260
Figura 50: Imagens do livro Henderson, Susan R. <i>“Housing the Single Women. The Frankfurt Experiment”</i> , Journal of the Society of Architectural Historians, volume 68, number 3, september, 2009, p. 360.	262
Figura 51: Imagens do livro Minoli, Lorenza. <i>“Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky”</i> , 1999, p. 166-169.	265

Figura 52: Imagens do livro Minoli, Lorenza. <i>“Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky”</i> , 1999, p. 172-175.....	265
Figura 53: Imagem do livro Minoli, Lorenza. <i>“Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky”</i> , 1999, p.369.....	269
Figura 54: Fotografia de Elizabeth Denby (em: edição de 11 de junho 1942 da revista The Architects’ Journal, onde se descreve como ‘a estrela na profissão que inventou para si mesma, Consultora em Habitação de baixo aluguel’ - https://www.architectsjournal.co.uk/culture/role-models-elizabeth-denby-and-marjory-allen/8675310.article	270
Figura 55: Capa do livro Europe Rehoused, 1938.....	273
Figura 56: Capa do livro Europe Rehoused, (1938) reeditado em 2015.....	273
Figura 57: Capa do livro da exposição do (Modern Architectural Research) group, MARS, 1938.	274
Figura 58: Elizabeth Darling, “The star in the profession she invented for herself: a brief biography pf Elizabeth Denby, housing consultant”. Planning Perspectives, 20, july, 2005.....	279
Figura 59: Imagens do artigo de Elizabeth Darling, <i>“What the tenants think of Kensal House: experts assumptions versus inhabitants’ realities in the modern home”</i> , february, 2000, p. 167.	282
Figura 60: Kensal House. Playground e creche. Fotografia de Edith Tudor-Hart, 1938. http://www.hiddenarchitecture.net/2017/09/gender-resistance-kensal-house.html	283
Figura 61: Kensal House. Playground e creche. Fotografia de Edith Tudor-Hart, 1938. http://www.hiddenarchitecture.net/2017/09/gender-resistance-kensal-house.html	284
Figura 62: Kensal House. Playground e creche. Fotografia de Edith Tudor-Hart, 1938. http://www.hiddenarchitecture.net/2017/09/gender-resistance-kensal-house.html	285
Figura 63: Vista dos blocos residenciais desde a creche de Kensal House, 1938. Fonte: <i>“Flats. Municipal private Enterprise”</i> apud http://www.hiddenarchitecture.net/2017/09/gender-resistance-kensal-house.html	286
Figura 64: Planta da creche de Kensal House, 1938. Fonte: <i>“Kindergarten Architecture”</i> por Mark Dudek apud http://www.hiddenarchitecture.net/2017/09/gender-resistance-kensal-house.html	288

Figura 65: Vista dos blocos residenciais desde a creche de Kensal House, 1938. Fonte: <i>"Flats. Municipal private Enterprise"</i> apud http://www.hiddenarchitecture.net/2017/09/gender-resistance-kensal-house.html	288
Figura 66: Imagens do artigo de Elizabeth Darling, <i>"'Urban village' or 'white house': envisioned spaces, experienced places, and everyday life at Kensal House, London in the 1930s"</i> , september, 2000, p. 229-249.....	290
Figura 67: Imagens do artigo de Elizabeth Darling, <i>"'Urban village' or 'white house': envisioned spaces, experienced places, and everyday life at Kensal House, London in the 1930s"</i> , september, 2000, p. 229-249.....	291
Figura 68: Imagens do artigo de Elizabeth Darling, <i>"'Urban village' or 'white house': envisioned spaces, experienced places, and everyday life at Kensal House, London in the 1930s"</i> , september, 2000, p. 229-249.....	292
Figura 69: Fotografia de Catherine Bauer Wurster (em: University of California, Berkeley -	304
Figura 70: Catherine Bauer, "A Citizen's Guide to public Housing", 1940, p.176-179.....	314
Figura 71: Esquemas de Alexander Klein em Catherine Bauer, "Modern Housing", 1934, p.203.....	317
Figura 72: Artigo de Catherine Bauer, <i>"El aspecto social de los años 30"</i> em <i>"The Social Front of Modern Architecture in the 1930s"</i> , 1965, p.52.....	319
Figura 73: Catherine Bauer, <i>"Social Questions in Housing and Townn Planning"</i> , 1952, p.2-5, 10-11.....	325
Figura 74: Proposta de habitação não hierárquica e não androcêntrica em tipologias de VPO de 1 dormitório e de 4 dormitórios, em MUXÍ, 2009, p.50.....	380
Figura 75: Proposta de habitação não hierárquica e não androcêntrica em tipologias de VPO de 1 dormitório e de 4 dormitórios, em MUXÍ, 2009, p.50.....	385
Figura 76: Vista dos espaços exteriores visíveis do projeto Margarete Schutte Lihotzky Hof, em MUXÍ, 2009, p.25.....	386
Figura 77: Análise da flexibilidade dos espaços em habitações em Doctor Aiguader, da arquiteta Conxita Balcells (em FALAGÁN, 2015, p.33).....	391
Figura 78: Análise dos usos cotidianos em habitações em Doctor Aiguader, da arquiteta Conxita Balcells (em FALAGÁN, 2015, p.34).....	392
Figura 79: Fotografia da Cozinha de Frankfurt. Fonte: Joachim Krausse, "La cucina di Francoforte", Domus, N. 695, 1988, p. 70.....	403

Figura 80: Planta tipo da Cozinha de Frankfurt, Siedlung Bruchfeldstrasse, 1927 (redesenho de Lorenza Minoli). Fonte: Lorenza Minoli, "Margarete Schütte-Lihotzky", <i>Parametro</i> , N. 257, (2005):39.	403
Figura 81: Kensal House. Planta e corte da cozinha e do banheiro, 1937. Fonte: Elizabeth Darling, "What Tenants think of Kensal House: Experts' Assumptions versus Inhabitants' Realities in the Modern Home", <i>JAE</i> , 53/3, February, 2000, p.170.....	406
Figura 82: Kensal House. Vista da cozinha e equipamento. Fonte: Elizabeth Darling, "What Tenants think of Kensal House: Experts' Assumptions versus Inhabitants' Realities in the Modern Home", <i>JAE</i> , 53/3, February, (2000):170.	406
Figura 83: Fotografia da fachada do bloco A, do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: nossa autoria, 2016.	408
Figura 84: Tipologias de los apartamentos del bloco A, del Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: Nabil Bonduki, "Affonso Eduardo Reidy", (São Paulo: Editorial Blau, Instituto Lina Bo Bardi, 2000, p. 91.	409
Figura 85: Tipologías de los apartamentos del bloco B, del Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: Nabil Bonduki, "Affonso Eduardo Reidy", (São Paulo: Editorial Blau, Instituto Lina Bo Bardi, 2000, p. 94.	409
Figura 86: Projeto tipo "vivienda para la mujer que trabaja y vive sola". Planta de unidade de habitação tipo III. Frankfurt, 1927. Redesenhado por: Lorenza Minoli. Source: Lorenza Minoli, "Margarete Schütte-Lihotzky", <i>Parametro</i> , N. 257, 2005, p.39.	412
Figura 87: Material promocional para Holly Courts, San Francisco. Source: Catherine Bauer, "A citizen's guide to housing", (Poughkeepsie, NY: Vassar College, 1940): 44.	414
Figura 88: Material promocional para Holly Courts, San Francisco. Source: Catherine Bauer, "A citizen's guide to housing", (Poughkeepsie, NY: Vassar College, 1940): 44.	414

Lista de Siglas

CEF – Caixa Econômica Federal

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura e Urbanismo

Cohab – Companhia de Habitação do antigo Estado da Guanabara

DHP – Departamento de Habitação Popular

DUG – Diagnóstico Urbano de Gênero

FB – Favela Bairro

GLCC – Gas, Light and Coke Company

ICD – Institut Català de les Dones

MARS – Modern Architecture Research Group

Planhab – Plano Nacional de Habitação

PMCMV – Programa Minha casa Minha Vida

ONU – Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Parte I: Teórica - contextos	37
1. Revisão histórica da habitação social no século XX	37
1.1 O contexto europeu e a influência nos CIAMs: Áustria, Alemanha, Inglaterra e União Soviética	40
1.2. Os CIAMs e o problema habitacional	48
1.2.1 Trajetória dos primeiros CIAMs.....	49
1.2.2 A cidade funcional da Carta de Atenas e o New Deal.....	57
1.2.3 Os CIAMs no pós-guerra.....	63
1.2.4 O X CIAM e o Team X.....	71
1.3 A transposição dos conceitos dos CIAMs no Brasil	74
2. Revisão histórica das questões feministas	79
2.1 Os feminismos	81
2.2 Teoria feminista dos estudos de Gênero	88
2.3. Mulheres no campo da arquitetura e do urbanismo	91
2.4 O culto à domesticidade	104
2.5 Identidade e diferença	109
3. Abordagem teórico-metodológica	123
3.1 Abordagens da habitação e do urbanismo	124
3.1.1 Abordagem Ecológica	125
3.1.2 Abordagem Neoclássica.....	132
3.1.3 Abordagem Institucional.....	134
3.1.4 Abordagem Marxista.....	138
3.1.4.1 Dimensões do urbano.....	143
3.1.4.1.1 Valor de uso e valor de troca	143
3.1.4.1.2 Valor de uso e valor de troca na habitação.....	151
3.1.4.1 Dimensões do Cotidiano – dicotomia entre habitar e habitat.....	164
3.1.5 Abordagem de Gênero.....	171
Parte II:	182
4. Gênero e a questão habitacional	182
4.1 CARMEN VELASCO PORTINHO 1903-2001	183
4.1.1 Aspectos biográficos	183

4.1.2 Contribuição à questão do gênero na habitação e no urbanismo	188
4.2 MARGARETE SCHÜTTE-LIHOTZKY 1897-2000	243
4.2.1 Aspectos biográficos	243
4.1.2 Contribuição à questão do gênero na habitação e no urbanismo	247
4.3 ELIZABETH DENBY 1894-1965.....	270
4.3.1 Aspectos biográficos	270
4.3.2 Contribuição à questão do gênero na habitação e no urbanismo	275
4.4 CATHERINE KROUSE BAUER WURSTER 1905-1964	304
4.4.1 Aspectos biográficos	304
4.4.2 Contribuição à questão do gênero na habitação e no urbanismo	308
4.5 Contribuições contemporâneas para pensar a questão do gênero na habitação e no urbanismo.....	351
4.5.1 Recomendações para uma concepção do entorno habitado desde o ponto de vista do gênero	360
4.5.2 Diagnóstico Urbano com Perspectiva de Gênero	372
4.5.3 Habitação não hierárquica e não androcêntrica.....	376
4.5.4 Flexibilidade e adaptabilidade: hierarquias de gênero em habitação.....	387
5. Questões sobre gênero e produção de habitação social: uma perspectiva para o planejamento urbano a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Margarete Schütte-Lihotzky, Carmen Portinho e Catherine Bauer.....	396
5.1 A esfera privada.....	401
5.2 A esfera pública	410
5.3 Desenho da política de habitação.....	413
Conclusão.....	419
Referências.....	426

INTRODUÇÃO

A habitação é uma das maiores preocupações da humanidade. Ainda na situação atual de profunda crise econômica, a construção de habitação continua ocupando mais de 70% do total construído e provavelmente esta cifra aumentará nas próximas décadas, sobretudo se os países com economias emergentes realojarem as grandes massas de população que ainda vivem em condições precárias. Assim pois, os projetos de construção de habitação seguirão sendo um tema muito importante nas próximas décadas.

Para enfrentar o futuro se faz necessário conhecer o passado. O presente trabalho nasce da investigação sobre o tema da habitação social coletiva para as massas populares e tem como fio condutor a perspectiva de gênero. Esta perspectiva fornece a base teórica para ler e analisar a contribuição oferecida pela teoria e prática de quatro mulheres do século XX – Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer – para a arquitetura moderna e o reconhecimento das necessidades da vida cotidiana, onde a habitação é entendida em seu valor de uso.

A habitação desempenhou um papel fundamental no processo de transformação social resultante da Revolução Industrial, tendo sido a base das metrópoles industriais do século XX. Em meio a esse processo e ao dedicar-se aos bairros de habitação social os arquitetos europeus do início do século XX conseguiram colocar-se no centro do projeto da cidade, que no século XIX havia estado em mãos de médicos higienistas, engenheiros e políticos ¹.

Pela primeira vez na história, a habitação social para as massas trabalhadoras passou a estar no centro do pensamento arquitetônico e constituiu uma parte muito importante da teoria e da obra de arquitetos como Adolf Loos, Alexander Klein, Ernst May, Margarete Schütte-Lihotzky, Senow,

¹ Josep Maria Montaner; Zaida Muxí, *"Arquitectura y Política: ensayos para mundo*

Walter Gropius e Le Corbusier, que pensaram todo tipo de habitação dentro da lógica da produção em série que poderia servir ao objetivo da habitação social e da igualdade.

Em todo esse processo, as mulheres tiveram papel significativo, arquitetas ou não. Catherine Beecher, Christine Frederick, Erna Meyer, Lilly Reich, Margarete Schutte-Lihotzky e Charlotte Perriand, ainda hoje pouco reconhecidas, foram responsáveis pelo que depois veio a se configurar como uma forte tradição de repensar a habitação desde a experiência e a eficiência.

Como abordado por Zaida Muxí e Josep Maria Montaner, restam algumas questões a serem discutidas. Se o processo que resultou na habitação operária, alcançou melhores condições de vida ou se foi apenas uma redução da habitação burguesa aos padrões mínimos; se a habitação continuou exercendo um papel de espaço de domínio sobre os seus habitantes, principalmente sobre as mulheres devido aos papéis de gênero; e, se as propostas realizadas por arquitetas ou outras profissionais que contribuíram de alguma forma para a habitação social naquele período foram qualitativamente distintas das propostas realizadas pelos arquitetos. Este trabalho pretende permear essas questões ².

Nas últimas décadas vem crescendo o interesse em estudar a contribuição de mulheres em diferentes campos disciplinares com relação à habitação e à cidade. A luta das mulheres que trataram de abrir caminho em profissões dominadas pelo sexo masculino tais como o urbanismo, a arquitetura e a engenharia durante o século XX não foi fácil ou constante. Essas mulheres pioneiras lutaram para acessar a educação e criaram novos caminhos que facilitaram a tarefa de muitas outras que vieram depois.

Não podemos esperar que as mulheres sejam simplesmente reconhecidas em igualdade de condições, é indispensável dar visibilidade ao

² Josep Maria Montaner; Zaida Muxí, *"Arquitectura y Política: ensayos para mundo alternativos"*. Barcelona, 2011, p.35-6.

trabalho dessas arquitetas. A presença de mulheres nos estudos da arquitetura já ocorre a mais de 120 anos³, não obstante, suas contribuições são pouco reconhecidas.

A luta pela igualdade da mulher tem uma longa história e mesmo que esta luta esteja tomando diferentes formas em distintos lugares do mundo é surpreendente que ainda no século XXI haja muito por fazer. O campo da arquitetura e do urbanismo ainda não alcançou os mesmos resultados em termos de igualdade de gênero em comparação com outras profissões como o direito e a medicina.

O Brasil começou a dar um passo adiante a partir de algumas iniciativas recentes. O Morar Carioca Mulheres em parceria com a ONU, que faz parte do programa de reurbanização de favelas, e o coletivo Arquitetas Invisíveis, com sede em Brasília, que tem trabalhado para dar visibilidade ao trabalho de mulheres pioneiras na arquitetura, paisagismo, arquitetura social, urbanismo e arquitetura sustentável.

Devido à experiência prática da autora da presente tese, a cidade de Barcelona e a região da Catalunha – onde viveu por quatro anos⁴ – aparecem trabalhos realizados neste local como referência a questão do gênero no planejamento urbano e na habitação social. A Catalunha vem apresentando avanços com relação ao urbanismo de gênero e a habitação social através da

³ “A primeira arquiteta europeia foi Signe Hornborg, que se graduou em 1890 no Politécnico de Helsinki. Os estudos formais de arquitetura começaram na Finlândia em 1870, mas, ainda que a incorporação da mulher tenha se dado relativamente cedo, até 1917 elas eram proibidas de trabalhar como técnicas do estado e seu desempenho limitava-se ao âmbito privado.” (MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida. “*No es una cuestión de tempo. Las mujeres en la arquitectura*” em “*Arquitectas, redefiniendo la profesión*”, 2015, p. 173, tradução nossa).

⁴A autora cursou o máster Arquitectura y Sostenibilidad – herramientas de diseño y técnicas de control medioambiental (2008-2009), o máster Laboratorio de la Vivienda del Siglo XXI (2009-2011) e posteriormente realizou o doutorado sandúiche (2014-2015) com a professora Zaida Muxí.

aplicação normativa e prática de critérios baseados na perspectiva de gênero (desde 2004 foram criados muitos coletivos e associações de mulheres).

A autora teve a oportunidade de conhecer de perto o trabalho realizado pelo *Col.lectiu Punt 6*⁵, algumas das mulheres desse coletivo atuaram como professoras do máster Laboratório de la Vivienda del Siglo XXI entre elas Zaida Muxí, atual diretora de Urbanismo da prefeitura de Santa Coloma de Gramanet foi co-diretora do máster com Josep Maria Montaner, atual Conselheiro de Habitação da prefeitura de Barcelona e vereador do distrito de Sant Martí.

O coletivo *Un dia una Arquitecta* conta com arquitetas e arquitetos de diferentes origens que através de um blog divulga e dá visibilidade ao trabalho de mulheres arquitetas de todo o mundo. Ao completar um ano o blog reuniu 365 mulheres e no último ano retomou a segunda etapa na divulgação de novas mulheres arquitetas. A equipe da redação formada por Cecilia Kesman, Florencia, Marciani, Inés Moisset, Gueni Ojeda, Zaida Muxí e Daniela Arias conta também com colaboradores e redatores convidados. Também promoveram o encontro *Un dia una Arquitecta*, em Barcelona, em 2016.

A QUESTÃO

A forma tradicional de conceber a história da arquitetura e os programas de estudos tradicionais em geral não levam em conta a

⁵ O *Col.lectiu Punt 6* oferece uma série de conferências abertas, além de oficinas para as prefeituras dos distritos da cidade de Barcelona com o tema da perspectiva de gênero em urbanismo das quais a autora teve a oportunidade de participar.

contribuição das mulheres. O propósito desta tese é dar visibilidade ao trabalho de mulheres protagonistas do século XX, no campo da habitação social e do urbanismo, ao analisar suas contribuições teóricas e práticas durante o período entre guerras e após a Segunda Guerra Mundial.

Pretende-se demonstrar que essas mulheres estavam à frente da sua época, pois trabalharam de forma inovadora seja por suas ações, ou pela própria forma de levar a vida, redefinindo a identidade profissional da mulher e os limites dos avanços para o problema habitacional.

Elas reivindicavam a igualdade profissional ao atuar em profissões que eram exercidas geralmente por homens, como arquiteta, consultora em habitação, planejadora urbana e engenheira. Essas mulheres interferiram a favor da habitação social em campos interdisciplinares da teoria à prática, publicaram livros, artigos, contribuíram com normativas, leis, projetaram ou promoveram, coordenaram, supervisionaram e contribuíram na divulgação da habitação moderna.

Além disso, enfatizavam a importância do reconhecimento das necessidades cotidianas ao pensar a habitação social levando em consideração as pessoas que ali iriam viver.

O direito à moradia adequada, como indicado no *U.S. Housing Act* de 1949, está presente na legislação de quase todos os países, portanto, considerou-se analisar o período da arquitetura moderna focando ações pioneiras para a habitação social a nível de políticas, normativas e projetos através da contribuição dessas mulheres em países do Ocidente.

Os governos locais e nacionais baseados no direito à moradia adequada têm promovido uma série de ações via programas habitacionais com financiamento público para suprir as necessidades das classes mais baixas a um custo mínimo. Esta posição política sobre provisão de habitação tem sido objeto de lutas de vanguarda e afetou as questões habitacionais na

era socialdemocrata na Europa com repercussões na América do Norte e parte do mundo em desenvolvimento ⁶.

Diante da preocupação atual frente à crescente dificuldade de acesso à habitação por parte de muitos integrantes da sociedade ainda hoje é estudada a trajetória dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAMs ⁷. A contribuição dessas mulheres tem como ponto comum os CIAMs, que se estenderam dos anos 1928 a 1959 com o propósito de difundir a arquitetura internacional depois da experiência da vanguarda, onde o movimento moderno focou entre outros temas na discussão da habitação social ao projetar para o “homem novo”.

Os resultados dos CIAMs foram amplamente divulgados em inúmeras publicações e analisados por diversos autores. A decisão de deixar de lado este discurso consolidado através da trajetória de arquitetos e urbanistas – como Le Corbusier, Mies Van der Rohe, Walter Gropius, Lúcio Costa, entre outros – e centrar a pesquisa no exame do trabalho desenvolvido por quatro mulheres procura demonstrar o papel fundamental e importantíssimo desempenhado por elas a partir de uma perspectiva feminista.

Essas mulheres estiveram à frente na tarefa de pensar a habitação social para todas e todos. Com a sua visão feminina projetaram espaços para pessoas específicas e não genéricas. Esta abordagem de uma releitura da habitação social a partir da voz dessas mulheres contribui para a reivindicação quanto à importância de se entender em que medida a habitação social perpetuou a divisão dos papéis atribuídos aos gêneros e às hierarquias na sociedade atual ⁸.

⁶ Nabil Bonduki, acessado em 07/06/2016:

<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/05/06/da-vila-operaria-de-marechal-hermes-ao-minha-casa-minha-vida-924399610.asp>

⁷ Josep Maria Montaner; Zaida Muxí, “*Arquitectura y Política: ensayos para mundo alternativos*”, 2011, p. 67.

⁸ *Ibidem*.

METODOLOGIA

O percurso teórico metodológico está alicerçado em uma visão pós-marxista, através de dois autores que utilizam como base a perspectiva marxista como ideologia metodológica para analisar o fenômeno urbano e a questão habitacional.

Essa visão valoriza a reprodução da vida diária, o cotidiano, o cidadão, a cidadania, o habitante, a comunidade e a família a partir de um sistema considerado de baixo para cima, o oposto da visão capitalista que valoriza a produção tendo como foco o lucro da empresa, sendo o indivíduo restringido ao papel de consumidor. Historicamente, é a partir de um sistema de baixo para cima, com uma demanda organizada por parte dos indivíduos interessados que a política habitacional europeia teve algum êxito durante o período do movimento moderno.

Ao tomar os trabalhos de David Harvey e Henri Lefebvre são resgatadas algumas contradições que dizem respeito à habitação, presentes na vida cotidiana. Essas contradições são geradas em momentos de crise em função das “tensões entre a demanda competitiva da produção organizada e a necessidade de reprodução da vida diária [...]”⁹.

Pode-se situar a crítica de Henri Lefebvre ao planejamento espacial e ao urbanismo de seu tempo a partir de uma série de contradições presentes na cotidianidade: valor de uso/valor de troca, obra/produto, produção/apropriação, habitat/habitar, o conflito e as consequências geradas à

⁹ David Harvey, “*Seventeen Contradiction and the end of capitalism*”, 2014, p. 12.

vida cotidiana, sua participação na degradação (quando não na destruição) da vida social e da cidade.

Parte-se da contradição entre o valor de uso e o valor de troca de Henri Lefebvre com relação à cidade, para chegar a David Harvey na sua busca por uma alternativa anticapitalista, ao destacar o desafio do papel dominante do valor de troca na provisão do valor de uso fundamental na habitação. Esta contradição será um dos critérios utilizados para analisar a questão da habitação social.

Henri Lefebvre ¹⁰ propõe uma releitura da produção do espaço desde a cotidianidade. Nela, os níveis hierárquicos observados em sua análise sobre o urbano: o Global (do Estado e do Capital – o institucional), o Misto (da Cidade – o urbano) e o Privado (da habitação – esta não considerada desde a ideologia do *habitat* senão desde a poética do *habitar*, como realização social) têm a sua ordem invertida. A lógica estatal e capitalista da produção do espaço vai de cima para baixo, do Global ao Privado, já a lógica do direito à cidade, do habitar opera no sentido inverso de baixo para cima, partindo do habitar.

Ainda que a abordagem clássica marxista apontasse que a luta de classes iria resolver todos os problemas gerados pelo capital, inclusive o de gênero, para a abordagem feminista, o gênero é destacado como uma categoria de análise distinta, tão importante quanto classe social e raça.

O estudo de gênero nasce de uma reivindicação feminista constituindo uma categoria de análise que implica em uma maneira de analisar o mundo. Neste trabalho contribui para analisar a habitação social e a cidade.

Faz-se uma revisão onde são destacadas as autoras que irão compor o quadro de referenciais teóricos que trabalham o cotidiano das mulheres nas

¹⁰ Henri Lefebvre, “A revolução urbana”, (1970), 2008, p. 49-50.

idades. Gwendolyn Wright e a importância das mulheres na construção do espaço, ela e Dolores Hayden com a crítica ao ideal de subúrbio, Leonie Sandercock que trata a questão da segurança nas cidades, Jane Jacobs reforçando os conceitos de segurança e percepção da cidade e a crítica à cidade moderna. O debate sobre a necessidade da cidade em atender igualmente as tarefas produtivas, reprodutivas, políticas e próprias para o seu bom desenvolvimento e para atender aos diferentes grupos de atores que vivem e atuam no espaço urbano é analisado.

A perspectiva de gênero é o fio condutor da análise da contribuição dessas mulheres. A valorização das necessidades cotidianas é destacada nos trabalhos analisados ao conceberem a habitação social para as pessoas em suas diferenças e não para o “homem novo”, um ser humano ideal.

Este ponto de vista leva em consideração questões que garantem o direito à cidade e à habitação de qualidade como a mistura de usos e a possibilidade de diferentes tipologias para dar visibilidade às necessidades cotidianas de diferentes grupos sociais, sexo, idade, raça e etnia, como essenciais ao desenvolvimento da vida cotidiana.

Ao introduzir as bases teóricas das perspectivas pós-marxista e de gênero verifica-se as convergências e divergências, no que coincidem para analisar a atuação de mulheres na questão da habitação.

Parte-se destas duas visadas tendo como foco os conceitos da habitação enquanto valor de uso e enquanto um habitar onde as pessoas possam desenvolver as necessidades cotidianas visando a garantia de acesso à habitação adequada.

São eleitas quatro mulheres protagonistas da política habitacional: Catherine Bauer nos Estados Unidos, Elizabeth Denby na Inglaterra, Margarete Schütte-Lihotzky na Áustria e Alemanha e Carmen Portinho no Brasil. Para poder ilustrar suas trajetórias foram selecionadas algumas de suas principais contribuições:

Catherine Bauer: com base em políticas habitacionais europeias e no pensamento dos CIAMs é a fundadora da política habitacional dos Estados Unidos. Defende a melhoria da vida urbana a partir da habitação funcional de baixo custo e da igualdade de acesso à moradia. Publica *Modern Housing* (1934).

Elizabeth Denby: foca seu trabalho no realojamento de *slums* e colabora com o arquiteto Maxwell Fry no projeto de Kensal House. Forma parte do grupo MARS, seção inglesa do CIAM e publica *Europe Rehoused* (1938).

Margarete Schütte-Lihotzky: participa ativamente dos CIAMs e leva as estratégias de racionalização da organização doméstica ao programa de habitação popular, colabora com Adolf Loos, em Viena e com Ernst May projeta a cozinha de Frankfurt e o programa de habitações para mulheres solteiras.

Carmen Portinho: diretora do Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro, estuda as *New Towns* na Grã Bretanha e incorpora os critérios formulados pelos CIAMs em conjuntos residenciais. Destaca-se o Conjunto Residencial Pedregulho, realizado com o arquiteto Affonso Eduardo Reidy e conhecido internacionalmente por sua qualidade e plasticidade arquitetônica.

Com o objetivo de estudar suas obras mais reconhecidas sob a ótica da perspectiva de gênero são elaboradas três categorias de análise a partir do quadro teórico de Henri Lefebvre e David Harvey: a esfera privada (tipologia do interior doméstico), a esfera pública (urbanismo e comunidade) e o desenho da política de habitação.

O OBJETO

Foram reunidas quatro mulheres que trabalharam no campo da habitação social naquele período, duas europeias e duas americanas: Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer. Essas mulheres de diversas origens e profissões atuaram a favor da habitação social em campos interdisciplinares e em diferentes escalas de forma inovadora, seja por suas ações ou pela própria forma de levar a vida, redefiniram a identidade profissional da mulher e os limites dos avanços para a habitação social.

Para examinar as suas contribuições será apresentada uma biografia sucinta destacando os principais trabalhos de cada uma. Suas contribuições foram distribuídas em três categorias para analisar os aspectos metodológicos que vão da teoria, através de seus escritos e crítica à prática, através de projetos, normas e leis. Foram consideradas as diferentes escalas de projeto que atendem desde os interiores domésticos até a escala urbana, da cidade.

Margarete Schütte-Lihotzky – é arquiteta e projeta – destaca-se por sua atuação sobre o bairro (relação entre habitação, equipamentos, serviços e transporte) e a cozinha (otimização e racionalização do espaço com relação às atividades exercidas e a sua relação com a habitação). Reconhece a perspectiva de gênero onde o habitat deve levar em consideração todo o entorno, o seu complemento através de equipamentos e serviços como escola, clínica de saúde, comércio etc. Não projeta para o homem genérico e sim para as pessoas que irão viver ali.

A ideia é verificar como Margarete Schütte-Lihotzky pensa e projeta nas escalas dos interiores domésticos com a cozinha, a célula habitacional, a proposta de diferentes tipologias e programas habitacionais e sua relação com a escala do bairro.

Elizabeth Denby e Catherine Bauer – consultoras em habitação, pesquisam e analisam a política habitacional em diferentes países para difundir e elaborar a política habitacional em seus países de origem.

Vislumbram a implementação da habitação como direito de todas e de todos. Catherine Bauer difunde suas ações e luta pela constituição legislativa em prol da habitação social nos Estados Unidos.

O objetivo é averiguar como Elizabeth Denby e Catherine Bauer descrevem a política habitacional e como apresentam as suas propostas. Sunnyside e Radburn, nos Estados Unidos, e Kensal House, na Inglaterra, são projetos de habitação moderna realizados com base nas ideias e conceitos articulados por elas.

Carmen Portinho – engenheira e planejadora urbana, promove, coordena e supervisiona projetos. Seu papel no Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro é fundamental para a política de habitação social e a implementação de programas e projetos habitacionais e urbanos, com destaque para o Pedregulho, referência da aplicação da política habitacional com base nas propostas dos CIAMs.

A proposta é estudar como Carmen Portinho elabora a política de habitação e coordena a concepção de programas que envolvem a construção de conjuntos habitacionais com o desenvolvimento arquitetônico realizado por Affonso Eduardo Reidy.

A escolha dessas quatro mulheres se deu em função delas atuarem em diferentes âmbitos da habitação social, seja através de políticas públicas, normativas, projeto de conjuntos habitacionais, ou de tipologias das células habitacionais. O trabalho delas coloca em primeiro plano as pessoas ao valorizar as necessidades cotidianas e a garantia do direito a habitação adequada.

Essas mulheres participaram ativamente dos CIAMs ou se detiveram em suas ações e discussões para aplicá-las em seus países de origem. Possuem muito em comum, pois estão discutindo modelos e critérios de uma política habitacional adaptados ao contexto de seus países para a construção de uma cidade mais justa e socialmente inclusiva. O estudo de suas contribuições

oferece uma série de critérios que colocam as pessoas no centro da questão da produção habitacional e da cidade.

É importante definir os limites desse objeto. Analisar a produção de quatro mulheres com trajetórias e origens diversas implica em estudar contextos diversos. Como há farto material, tanto sobre a biografia de cada uma, como dos contextos de seus países de origem, foram tomadas as realizações de cada uma priorizando o âmbito da habitação social e sua relação com a cidade.

OS OBJETIVOS

Trata-se de analisar historicamente o tema da habitação social no período do entre guerras e após a Segunda Guerra Mundial no Ocidente, a partir de uma leitura feminista embasada no trabalho de quatro mulheres do século XX trazendo à tona suas reivindicações e inquietudes.

Ao focalizar em mulheres protagonistas a intenção é conhecer as suas obras, tendo como fio condutor a perspectiva de gênero, como categoria de análise – ao valorizar as necessidades cotidianas das pessoas – e a perspectiva de autores pós-marxistas – ao tomar a habitação em seu valor de uso.

HIPÓTESE

O argumento principal é o de que há algumas contribuições realizadas por mulheres no século XX que estão esquecidas, pois a história muitas vezes não valoriza este trabalho. É importante resgatar no século XXI as

contribuições apontadas por elas que já reivindicavam, naquela época, questões ainda hoje relevantes.

O resgate da contribuição realizada por essas mulheres demonstra a importância da atuação das mulheres em diversas profissões: arquiteta, planejadora urbana, engenheira ou consultora para o desenvolvimento da habitação social e do espaço urbano.

Portanto, ao recontar a trajetória da habitação social a partir da voz dessas mulheres, pretende-se demonstrar e dar visibilidade a questões fundamentais colocadas por elas desde uma perspectiva baseada na teoria marxista e na de gênero.

A ESTRUTURA DO TRABALHO

A fim de compreender o tema e suas articulações para verificar as questões centrais da pesquisa, a tese está organizada em duas partes com um total de cinco capítulos.

A primeira parte, teórica, apresenta a revisão de literatura, contextualiza o tema e os percursos teórico-metodológicos, está dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo faz uma revisão histórica da habitação social no século XX. Contém três seções: contexto europeu da questão habitacional naquele período na Áustria, Alemanha, Inglaterra e União Soviética; em seguida, apresenta-se a trajetória dos CIAMs que abrange as suas realizações no período entre guerras, que teve uma produção qualitativa e o período pós-Segunda Guerra Mundial quando, com a escassez habitacional se fez necessária a produção quantitativa. A terceira seção aborda a questão

habitacional no Brasil e a influência europeia e dos CIAMs na produção habitacional brasileira.

O segundo capítulo faz uma revisão de literatura a partir da revisão histórica das questões feministas, as teorias feministas dos estudos de gênero, as mulheres no campo da arquitetura e do urbanismo, o culto à domesticidade (relações de gênero com o espaço da habitação e da cidade) e a identidade e diferença (problemas relacionados à localização e à inserção urbana da moradia e infraestrutura).

No segundo capítulo são introduzidos os conceitos que serão trabalhados e autoras que contribuem compondo o referencial teórico: Gwendolyn Wright, Dolores Hayden, Leonie Sandercock e Jane Jacobs.

O terceiro capítulo apresenta o percurso teórico-metodológico a partir da revisão de abordagens da habitação e do urbanismo: ecológica, neoclássica, institucional, marxista e de gênero.

A partir desta revisão o estudo se volta para o trabalho dos autores pós-marxistas David Harvey, geógrafo inglês e Henri Lefebvre, sociólogo francês, que compõem o referencial teórico para delinear o marco conceitual que irá nortear a análise posterior centrada no trabalho das quatro protagonistas.

Os conceitos trazidos por estes autores estão divididos em duas subseções: dimensões do urbano, explicita a dicotomia entre o valor de uso e o valor de troca (na habitação); e dimensões do cotidiano aponta a dicotomia entre os conceitos de habitar e habitat.

A abordagem de gênero apresenta a construção do gênero como categoria de análise e os conceitos a ela relacionados. A perspectiva de gênero na arquitetura e no urbanismo é o fio condutor desse trabalho.

A segunda parte da tese realiza uma análise da experiência e da contribuição de quatro mulheres do movimento moderno – Elizabeth Denby, Margarete Schütte-Lihotzky, Carmen Portinho e Catherine Bauer sob o ponto

de vista do gênero e a questão habitacional no planejamento urbano. Para cada uma delas é apresentada uma breve biografia e a contribuição à questão do gênero na habitação e no planejamento urbano.

São apresentadas experiências contemporâneas como perspectivas para pensar a questão do gênero na habitação social e no urbanismo. Parte do trabalho realizado por Liisa Horelli que analisa quatro tipos de planejamento e desenvolvimento em cidades distintas a partir da perspectiva de gênero. Na sequência são apresentadas metodologias que vem sendo realizadas na Catalunha, especificamente na cidade de Barcelona. Recomendações para uma concepção do entorno habitado desde o ponto de vista do gênero com o manual, *Las Mujeres y la Ciudad* (1998), realizado por Anna Bolfill Leví, Rosa Maria Dumenjó Martí e Isabel Segura Soriano; Diagnóstico Urbano com perspectiva de Gênero (DUG), desenvolvido pelo Col.lectiu Punt 6 (2014); Habitação não hierárquica e não andocêntrica, guia elaborado por Zaida Muxí dedicado ao projeto de desenho habitacional; Flexibilidade e adaptabilidade: hierarquia de gênero em habitação, metodologia realizada por David Hernandez Falagán, com colaboração de Graziano Brau Pani e Aitor Martinez que aborda as questões de gênero na habitação.

O quinto capítulo apresenta uma perspectiva para a produção de habitação social e o planejamento urbano a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Margarete Schütte-Lihotzky, Carmen Portinho e Catherine Bauer. O trabalho delas é analisado a partir da metodologia proposta por Henri Lefebvre para o estudo do espaço urbano, que tem como base três categorias de análise – o espaço percebido, concebido e vivido.

Este trabalho procura apontar caminhos a serem considerados no planejamento urbano e no projeto de habitação com base na perspectiva de gênero a partir do resgate de vozes de mulheres pioneiras na política habitacional e de iniciativas atuais que valorizam o espaço, da habitação e da cidade, no qual se desenvolve o cotidiano das pessoas.

Para a elaboração e desenvolvimento da presente tese foram consultadas diversas fontes documentais que envolveram livros, biografias, artigos em revistas e em jornais, além de teses de doutorado, dissertações de mestrado e consultas online. Foram visitadas algumas bibliotecas para fins de consulta e como ambiente de estudo.

EIXO TEÓRICO

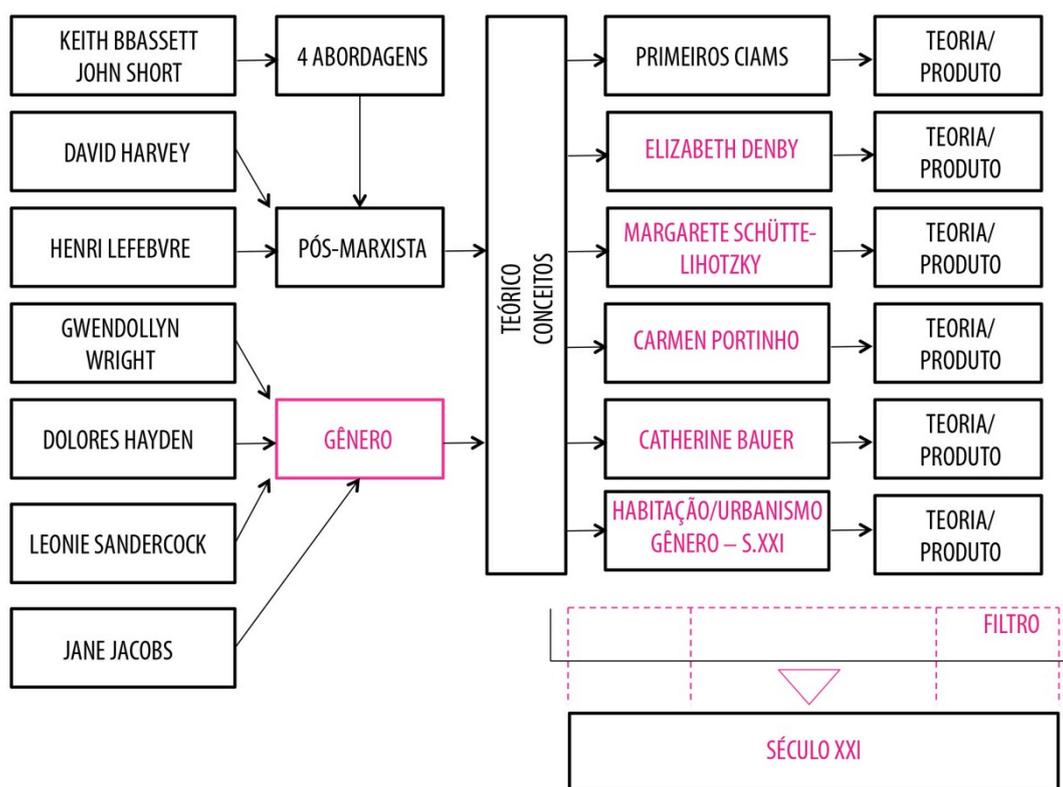


Figura 1: Quadro de autores e abordagens que compõem o escopo da tese. Nossa autoria.

DIAGRAMA DA QUESTÃO HABITACIONAL

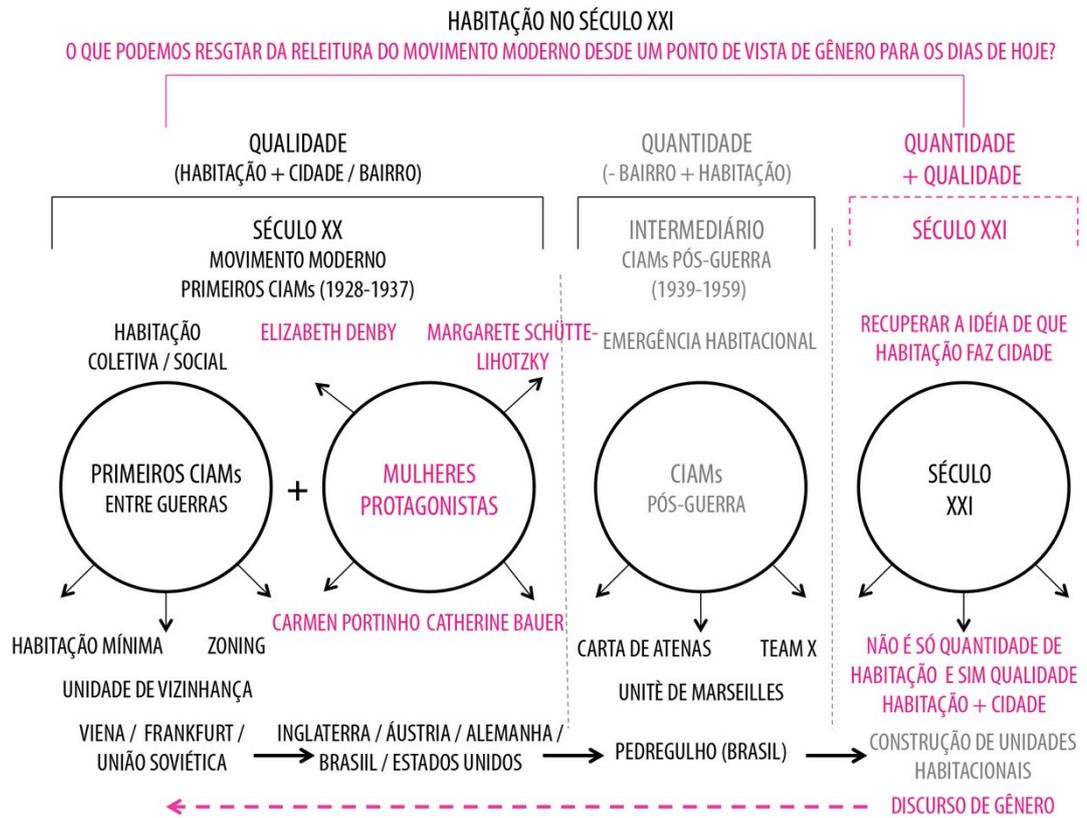


Figura 2: O diagrama de como será abordado o contexto da habitação social no escopo da tese. Nossa autoria.

Parte I: Teórica - contextos

1. Revisão histórica da habitação social no século XX.

Parte-se da discussão teórica que permeia os debates dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAMs, que ocorreram entre os anos 1928 e 1959 quase anualmente. Ali foram discutidas as bases da habitação social moderna por grandes mestres da arquitetura. Atualmente, mais de 50 anos depois, a trajetória de arquitetos que atuaram nos CIAMs e seus projetos continuam sendo objeto de estudos, que retomam em parte ou integralmente o que foi tratado naqueles encontros.

É notória a presença e a participação ativa de mulheres nos debates, além da sua influência nas discussões levantadas pelos CIAMs na elaboração de políticas habitacionais que foram de grande importância na época. No entanto, algumas das vozes femininas de destaque perderam a visibilidade com o passar dos anos. Esta tese pretende resgatar as vozes de quatro mulheres no intuito de contribuir para o avanço do discurso e da prática da habitação.

A discussão dos CIAMs vem sendo veiculada por muitos estudiosos no Brasil e fora dele e uma série de pesquisas de pós-graduação já foram desenvolvidas a respeito da trajetória dos CIAMs que vinculam a questão habitacional como tema central. Porém, são poucos os trabalhos que têm como foco a abordagem de gênero na produção da habitação.

O levantamento da trajetória completa dos CIAMs mostra que o discurso nem sempre correspondeu à prática. Os assuntos tratados nos primeiros congressos, no período do entre – guerras, a partir do que vinha sendo realizado em Frankfurt e na antiga Rússia sofreram um momento de

pausa por ocasião da Segunda Guerra Mundial, até a sua dissolução no final dos anos 1950.

O primeiro período dos CIAMs produziu habitações de qualidade e ao retomar as discussões sobre a situação emergencial surgida com a devastação das cidades e a demanda por moradias cada vez maior, as soluções aplicadas após as duas guerras foram amplamente criticadas, privilegiando a quantidade em detrimento da qualidade.

As habitações e as cidades construídas após as guerras desconsiderando as premissas antes discutidas criaram situações de maior segregação entre ricos e pobres, imigrantes etc. Foi construído um grande parque habitacional distante do local de trabalho sem o entorno necessário para a realização das tarefas cotidianas.

A falta de entorno urbano e de identidade gerou os chamados bairros dormitórios. Esta situação levou, pouco a pouco, a divergência de ideias e posterior dissolução do CIAM, com a emergência de um grupo de jovens – o Team X, que contestavam muitos dos princípios discutidos pelos CIAMs.

No século XXI, o déficit habitacional é outra vez muito alto em diversos países. As políticas habitacionais outra vez priorizam a construção de habitações em quantidade sem os equipamentos e serviços necessários para o desenvolvimento cotidiano da vida das pessoas. Para a construção de cidades mais justas e igualitárias para todas e todos é reforçada a importância de resgatar a discussão valorizando a qualidade na produção habitacional.

A revisão bibliográfica para o desenvolvimento dessa pesquisa envolveu a busca pela literatura sobre a trajetória dos CIAMs, a partir de textos que abrangem a historiografia da arquitetura moderna e daqueles congressos, assim como críticas posteriores direcionadas aos desdobramentos de alguns dos conceitos do movimento moderno.

É feita uma revisão histórica a partir do século XX onde é traçado o contexto geral da habitação coletiva e social no Movimento Moderno. Uma série de mudanças leva o tema da habitação a tornar-se uma questão central de debate nos CIAMs.

Para tratar o contexto da habitação na Europa, principalmente na Áustria, Alemanha, Inglaterra e União Soviética, foi consultado o livro *La arquitectura de la vivienda colectiva*, de Josep Maria Montaner.

Para a primeira etapa, anos 1928-1931, foram consultadas também as atas do II e do III congresso encontradas nos livros *L'Habitation Minimum*, publicado pela Delegación de Zaragoza del Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón e *La vivienda Racional*, de Carlo Aymonino, e a obra *A Carta de Atenas*, publicada por Le Corbusier.

Ainda no acompanhamento da trajetória dos CIAMs a revisão bibliográfica se deteve em textos gerais mais recentes como os de Kenneth Frampton, *A cidade do Amanhã*, Josep Maria Montaner, *Depois do Movimento Moderno* e Antonie Kopp, *Quando o moderno não era um estilo e sim a causa*.

Outra importante contribuição na análise do itinerário dos CIAMs é oferecida por Eric Mumford na obra, *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960*, e nas atas do *II Congreso Internacional de Vivienda Colectiva Sostenible*. Neles trata a trajetória dos primeiros congressos até os seus desdobramentos ao longo dos anos que sucederam o fim da Segunda Guerra Mundial. Os objetivos dos CIAMs e do Team X foram fundamentais na formação do campo disciplinar do projeto urbano.

Tendo a perspectiva de gênero como base, Jane Jacobs em *Morte e vida nas grandes cidades* faz uma crítica à revisão da arquitetura moderna e aos conceitos introduzidos pelos CIAMs, principalmente o conceito de *zoning* da Carta de Atenas. A revisão de Jane Jacobs da arquitetura e do urbanismo gerou importantes teorias sobre requalificações em centros urbanos históricos.

Zaida Muxí e Josep Maria Montaner em *Arquitetura e Política* também revisitam os CIAMs e apontam, entre o final do século XIX e início do século XX, as primeiras gerações de arquitetos que tiveram forte papel político na administração das cidades.

Atxu Amann na tentativa de construir uma arqueologia elementar do cotidiano articula o período do entre guerras e o segundo pós guerra no contexto dos CIAMs com questões de gênero na habitação em *El espacio doméstico: la mujer y la casa*.

Os arquitetos da vanguarda europeia do período entre guerras ao discutir o problema habitacional para as massas ofereceram a base teórica para os “pioneiros” da Habitação Social no Brasil. A necessidade de se proceder à revisão da historiografia foi resgatada com a pesquisa de Nabil Bonduki, em seu livro *Origens da Habitação Social no Brasil*, corroborada com a recente publicação de Paulo Bruna, *Os primeiros arquitetos modernos*¹¹.

Atualmente a política habitacional e urbana no Brasil passa por grandes transformações, a obra *Os pioneiros da habitação social* reúne pesquisa de Nabil Bonduki sobre cem anos habitação no país. A obra faz uma revisão sobre a era Vargas e o período que antecede a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH, apontando caminhos para a reflexão sobre o futuro das cidades e da habitação.

1.1 O contexto europeu e a influência nos CIAMs: Áustria, Alemanha, Inglaterra e União Soviética

¹¹ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p.301.

A habitação moderna resulta de um período pioneiro de experimentos e propostas que provocaram uma mudança radical na evolução da arquitetura. Os experimentos em habitação racional desenvolvidos no marco do Movimento Moderno não haveriam existido sem toda uma série de experiências realizadas ao longo do século XIX e princípios do século XX. A introdução de métodos científicos, os objetivos do higienismo, o uso de novas técnicas e novos materiais e um claro objetivo social foram a causa deste intenso ponto de inflexão ¹².

As contribuições da arquitetura de vanguarda no decorrer dos anos 1920 e 1930, na Europa foram fundamentais para o desenvolvimento de novos modelos habitacionais e na busca de uma solução para o grave problema de habitação dos trabalhadores. Essa questão manteve-se ao longo do século XIX nas cidades europeias em um contexto de grande especulação imobiliária. Eram encontradas habitações precárias e degradadas, superlotadas em áreas centrais ou afastadas nas periferias das cidades ¹³.

Ideias, projetos sociais, correntes culturais e movimentos políticos em torno dos problemas da habitação, da vida nas cidades, do lazer, dos transportes, da localização planejada de locais de moradia e trabalho, assim como das relações sociais antagônicas resolveram em parte o problema da habitação ¹⁴.

As experiências realizadas por mulheres técnicas, autodidatas, desenhistas, arquitetas e engenheiras que introduziram avanços no funcionamento do espaço doméstico tiveram relevância. Nos Estados Unidos destaca-se o trabalho de Melusina Fay Pierce, Christine Frederick e Lillian Gilbreth e as obras de Catherine Esther Beecher, *A treatise on domestic economy* (1842) e *The American woman's home* (1869), com a colaboração de Harriet

¹² Josep Maria Montaner, *La Arquitectura de la Vivienda Colectiva. Políticas y proyectos en la ciudad contemporânea*, 2015, p. 19.

¹³ *Ibidem*, p. 20-21.

¹⁴ Anatole Kopp, *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*, 1990, p. 13-16.

Beecher Stowe. Naquele momento tinha lugar uma grande troca de conhecimentos sobre os temas da cidade, dos bairros e da habitação entre os Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, o que resultou na publicação da obra de Catherine Bauer, *Modern Housing*, em 1934 ¹⁵.

Modern Housing resulta da interpretação e tentativa de adaptação da política habitacional social-democrata na Europa Central, assim como a transposição de seus sistemas científicos dentro da tradição habitacional norte-americana com a introdução de políticas sociais e legislações.

Outra obra que reúne a pesquisa em iniciativas e experiências de habitações comunitárias que se deram ao longo do século XIX nos Estados Unidos é a de Dolores Hayden em *Seven American utopias: the architecture of communitarian socialism, 1970-1975*. Este trabalho destaca a relevância de mulheres pioneiras no desenho dos espaços domésticos com equipamentos comunitários ¹⁶.

No caminho de modelos habitacionais pensados de forma racional, destaca-se dois expoentes que contribuíram para o desenvolvimento da habitação mínima. Os primeiros estudos sistemáticos sobre a habitação mínima, foram realizados nos Estados Unidos por Christine Frederick, durante os anos 1910. Ela consolidou a análise diagramática da habitação, dando atenção especial a cozinha como principal maquinaria da casa e como lugar de trabalho reprodutivo.

O estudo aprofundado da habitação racional, a partir de uma solução funcional, tecnologicamente avançada também tratava o conceito de *Existenzminimum*. Tendo lugar na Alemanha, a proposta de Alexander Klein

¹⁵ Josep Maria Montaner, *La Arquitectura de la Vivienda Colectiva. Políticas y proyectos en la ciudad contemporánea*, 2015, p. 20.

¹⁶ Dolores Hayden, *Seven American utopias: the architecture of communitarian socialism, 1970-1975*, 1976; Ver em Zaida Muxí, "Mujeres y arquitectura: teoría y práctica de la vivienda", n. 340, 2005, p. 28-37; Josep Maria Montaner, *La Arquitectura de la Vivienda Colectiva. Políticas y proyectos en la ciudad contemporánea*, 2015, p. 20

realizada durante os anos 1920, estava baseada em critérios que procuravam melhorar as relações entre os espaços da habitação – separando as zonas de dia e de noite – a proposta apresentava como solução a redução da profundidade da planta para permitir a ventilação cruzada no interior da moradia ¹⁷.

A realização da arquitetura para as massas proletárias de grandes cidades industriais como resposta ao problema habitacional surge pela primeira vez em países europeus tais como Holanda, Alemanha, Áustria e Inglaterra que passaram a construir grandes conjuntos habitacionais ¹⁸. Esses conjuntos compostos de centenas e às vezes até milhares de habitações mínimas agrupavam ao redor uma série de serviços coletivos, infraestruturas sociais, culturais e técnicas.

As contribuições mais importantes na área da habitação social foram as *Siedlungen* ¹⁹ construídas em Berlim e Frankfurt, as *Hof* em Viena, a arquitetura holandesa com as construções de bairros em Roterdã e Amsterdam e os experimentos de habitação comunitária na União Soviética ²⁰.

A arquitetura moderna através das *Siedlungen* na Alemanha e na Áustria resultava do pensamento social progressista alemão do final do século XIX e começo do século XX, uma ideia de vida cotidiana livre e aberta para o futuro. A linguagem formal desses conjuntos demonstra a vontade de dar aos habitantes dos cortiços industriais alemães condições de vida decente

²¹.

¹⁷ Josep Maria Montaner, *“La Arquitectura de la Vivienda Colectiva. Políticas y proyectos en la ciudad contemporânea”*, 2015, p. 23.

¹⁸ Paulo Bruna, *“Os primeiros arquitetos modernos: habitação social no Brasil 1930-1950”*, 2010, p. 46.

¹⁹ Referia-se a “colonias habitacionais”, o termo grandes conjuntos ainda não fora criado.

²⁰ Josep Maria Montaner, *“La Arquitectura de la Vivienda Colectiva. Políticas y proyectos en la ciudad contemporânea”*, 2015, p. 25.

²¹ Anatole Kopp, *“Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa”*, 1990, p. 18.

Para cobrir o déficit de habitações acumulado durante a guerra (cerca de um milhão de alojamentos) e substituir os cortiços operários do século XIX, o simples retorno aos métodos de antes da guerra não seria suficiente. Era necessário pôr em prática outros métodos de construção e rever a própria concepção de moradia: habitações individuais ou coletivas, em andares ou casas térreas, superfícies habitáveis, equipamentos sanitários e de cozinha ²².

Tais conjuntos passam a ser os marcos iniciais de uma nova concepção de espaço urbano e arquitetura, pelo uso de técnicas industriais de produção, pelo cuidado com a insolação e a ventilação natural, implantação paisagística, estudo dos detalhes internos de cada habitação e pelo que representaram de inovação em termos de organização e planejamento ²³.

Pioneira na promoção de habitação social, a contribuição holandesa constituiu referência importante. Cada realização era articulada ao projeto urbano e não pensada como um objeto isolado do contexto, da infraestrutura e dos equipamentos ²⁴.

A Alemanha foi o segundo país que reconheceu o direito à habitação e a obrigação do Estado para com os cidadãos. A constituição da República de Weimar definia na lei de 1919 o “direito a um alojamento salubre” para todo o cidadão alemão. O Estado deveria controlar a distribuição do uso da terra como medida para garantir a sua correta utilização e os governos deveriam fixar o padrão mínimo para a habitação construída por iniciativa pública. O Regulamento de Habitação foi promulgado em 1926, estabelecendo as superfícies mínimas para habitações construídas pelo governo e o aluguel social que não deveria exceder 10% da renda familiar ²⁵.

²² Anatole Kopp, *“Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa”*, 1990, p. 34.

²³ Paulo Bruna, *“Os primeiros arquitetos modernos: habitação social no Brasil 1930-1950”*, 2010, p. 46.

²⁴ Josep Maria Montaner, *“La Arquitectura de la Vivienda Colectiva. Políticas y proyectos en la ciudad contemporânea”*, 2015, p. 18.

²⁵ *Ibidem*, p. 27-28.

Os estudos realizados por Alexander Klein foram concomitantes a política habitacional de Frankfurt com Ernst May. A produção habitacional era baseada em peças-chave, como a Cozinha de Frankfurt, projetada ergonomicamente e com critérios de produção em massa, em 1926, pela arquiteta Margarete Schütte-Lihotzky, para as *Siedlung Römerstadt*. As primeiras *Siedlungen* projetadas e realizadas constituíam uma síntese da ideia de Cidade Jardim ²⁶.

A centralização da habitação social na política municipal e nacional torna singular a abordagem realizada em Viena. Promovidas entre o período de 1923 e 1933 as *Hof* vienenses enfrentavam o problema habitacional com uma posição urbana considerada mais tradicional. Cada operação de habitação social seria inserida a trama urbana existente, completando-a com intervenções de tamanho médio e grande, de alta densidade e estruturadas em torno aos tradicionais pátios (*Hof*), entendidos como jardins e praças, com equipamentos coletivos ²⁷.

Este modelo econômico e programa de socialização de Viena foi apresentado em 1919, por Otto Bayer, teórico do austro-marxismo. As primeiras experiências de bairros de baixa altura foram realizadas pelo arquiteto Adolf Loos, com a colaboração de Margarete Schütte-Lihotzky, entre 1921 e 1924. Em um primeiro momento foram projetadas as *Terrassenhaus*, casas escalonadas com corredores de acesso e mais tarde optou-se pela inserção de grandes conjuntos de habitação social inseridos na estrutura urbana já existente da cidade ²⁸.

Construído em Viena por Karl Ehn o complexo de edifícios Karl-Marx-Hof (1926-1930) é considerado um dos conjuntos mais emblemáticos de habitação social. Com o objetivo de abrigar 5.000 pessoas, apresenta uma

²⁶ *Ibidem*, p. 28-29.

²⁷ *Ibidem*, p. 31-32.

²⁸ *Ibidem*, p. 32.

estrutura com 1.382 apartamentos de dimensões mínimas, com áreas equivalentes a 30 e 60 m², além de equipamentos comunitários, tais como lavanderia, banheiros, jardim de infância, biblioteca, consultórios médicos e escritórios de negócios. A política social-democrata para a habitação social em Viena, permanece até os dias atuais ²⁹.

Com relação ao avanço da racionalização em novas tipologias habitacionais a proposta de vida comunitária das vanguardas soviéticas são exemplares. Definem o padrão de relação entre habitação e serviços – escadas, elevadores, cozinhas, banheiros, lavanderias entre outros – que conduziram ao projeto de *casas comuna*, que constituem o extremo de máxima economia e socialização ³⁰.

A casa comuna mais relevante foi o edifício Narkomfin em Moscou (1927-1929), obra de Moiséi Guinzburg, com espaços privados mínimos, cozinhas e lavanderias compartilhadas e muito espaço coletivo em cada planta. As casas comuna tornaram-se um protótipo a espera de futuro tecnológico mais avançado (para melhorar os equipamentos e serviços) e de contexto social e político favorável a vida comunitária. Foi estabelecido assim como na *Red Vienna* que os alugueis não superariam 10% da renda familiar ³¹.

O planejamento urbano moderno avançou através de duas propostas fundamentais para estruturar a cidade, o campus como um centro cívico e as *neighborhood units* (unidades de vizinhança) como a base para a renovação dos tecidos residenciais ³².

As unidades de vizinhança foram teorizadas por Clarence Arthur Perry em 1928, nos Estados Unidos em uma tentativa de definir uma ideia do agrupamento de casas que potencializassem a vida comunitária. Tiveram origem na teoria da cidade jardim de Ebenezer Howard, definida na obra,

²⁹ *Ibidem*, p. 34.

³⁰ *Ibidem*, p. 34.

³¹ *Ibidem*, p. 34-35.

³² Josep Maria Montaner, “*Sistemas arquitectónicos contemporáneos*”, 2008, p.24-50.

Tomorrow; a peaceful path to real reform (1898), com seus diagramas urbanos ³³ e nas primeiras cidades construídas próximas a Londres por seus discípulos Barry Parker e Raymond Unwin, como Letchworth e Welwyn.

As unidades de vizinhança foram levadas a prática por Clarence Stein e Henry Wright, no esquema urbano Radburn (New Jersey) e mais tarde no bairro de Sunnyside, Long Island (Nova York). A ideia inicial da unidade de vizinhança procede da experiência realizada pelas *company towns*, colônias industriais norte-americanas. A criação de uma escola primária em cada unidade fazia parte do programa ³⁴.

Pela primeira vez na história, a habitação social ocupou lugar central na evolução da cultura arquitetônica e foi objeto de reflexão da teoria e da obra de muitos arquitetos e planejadores urbanos. O pensamento da habitação do Movimento Moderno propõe que cada projeto seja estabelecido em relação ao projeto urbano e não como um objeto isolado de seu contexto, infraestrutura e equipamentos ³⁵.

É neste contexto que a presente tese pretende resgatar as contribuições de quatro mulheres envolvidas com a questão habitacional naquele período, trata-se de Margarete Schütte-Lihotzky na Áustria e Alemanha, Catherine Bauer nos Estados Unidos, Elizabeth Denby na Inglaterra e Carmen Portinho, no Brasil. Todas elas estiveram envolvidas com os debates e efeitos dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs).

A propagação da habitação racional teve sua expressão nos CIAMs, especialmente o segundo congresso, dedicado ao tema da habitação mínima, *Die Wohnung fur das Existenzminimum*, realizado na cidade de Frankfurt, por

³³ Ebenezer Howard, *Tomorrow; a peaceful path to real reform* (Londres: S. Sonnenschein, 1898), depois *Garden cities of tomorrow* (1902).

³⁴ Josep Maria Montaner, *“La Arquitectura de la Vivienda Colectiva. Políticas y proyectos en la ciudad contemporânea”*, 2015, p. 20 e 60.

³⁵ *Ibidem*, p. 20, 38 e 60.

seu avanço na promoção e realização de habitação social, sob a direção de Ernst May e com Margarete Schütte-Lihotzky em sua equipe ³⁶.

1.2. Os CIAMs e o problema habitacional

A discussão sobre planejamento urbano e habitação que teve lugar nos CIAMs ainda hoje é objeto de estudo em função da preocupação diante da crescente dificuldade de acesso à habitação por parte de muitos integrantes da sociedade. Vale resgatar aquelas experiências que são capazes de construir cidade, onde o projeto residencial forma parte de um planejamento urbano equilibrado, que favorece a criação de redes sociais e comunitárias.

Ao construir as cidades é necessário um bom planejamento urbano, no entanto muitas das cidades repetem com formas tradicionais e de maneira equivocada os princípios de zoneamento da Carta de Atenas. Esses projetos consideram suficiente o traçado das linhas das ruas de uma suposta expansão urbana, a implementação de parâmetros urbanísticos simplificadores e a concentração ou hiperconcentração de zonas de comércio e equipamentos ³⁷. Essa discussão traz elementos para entender em que medida a habitação perpetuou a divisão dos papéis atribuídos aos gêneros e às hierarquias na sociedade atual ³⁸.

Instituídos como uma coalizão de grupos de vanguarda de toda a Europa, Américas e Ásia – os CIAMs realizaram-se em encontros regulares,

³⁶ *Ibidem*, p. 23-24.

³⁷ Josep Maria Montaner, Zaida Muxí, David Falagán. *"Herramientas para habitar el presente, La vivienda del siglo XXI"*, 2011, p. 45.

³⁸ Josep Maria Montaner, Zaida Muxí, *"Habitar el presente, vivienda en España: sociedad, ciudad, tecnología y recursos"*, (2006) 2011, p. 67.

em vários países europeus, entre os anos 1928 e 1939 e, após a segunda guerra, foram retomados de 1947 a 1956.

No decorrer dos dez congressos, o arquiteto britânico Kenneth Frampton assinalou a existência de três etapas. A primeira, abrange os três primeiros congressos, em que predomina a ideologia radical e socialista dos arquitetos alemães da *Neue Sachlichkeit* (Nova Objetividade) e dos realistas holandeses³⁹. Do quarto ao sexto congresso, começa a segunda etapa, na qual destaca-se o domínio de Le Corbusier junto ao destacado papel de Josep Luís Sert. A terceira etapa, tem lugar a partir do sétimo congresso, onde começam a surgir uma série de conflitos entre os membros, nela predomina arquitetos de ideologia liberal.

Os CIAM foram abandonando o tema da célula habitacional discutida no II CIAM e introduzindo a relação da habitação com a cidade. Partiram da preocupação com os índices de altura e de distância entre edificações do III CIAM, em Bruxelas à cidade funcional do IV CIAM. Nele, o protagonismo do realismo alemão deu lugar a Le Corbusier e suas ideias de planejamento urbano. Desse encontro resultou a Carta de Atenas que de algum modo distanciava-se das exigências políticas e vinculações sociais da primeira fase dos congressos e o racionalismo adquiria um foco mais idealista que continuaria no V CIAM dedicado ao tema da habitação e ao ócio⁴⁰.

Este trabalho expõe os princípios dos CIAMs e o problema habitacional da seguinte maneira: A trajetória dos primeiros CIAMs; A cidade funcional; Os CIAMs pós-guerra e A transposição dos conceitos dos CIAMs no Brasil.

1.2.1 Trajetória dos primeiros CIAMs

³⁹ Kenneth Frampton, *História Crítica de la Arquitectura Moderna*, Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1981 apud Josep Maria Montaner, *Depois do Movimento Moderno*, 2001, p. 28.

⁴⁰ Atxu Amann Alcocer, *El espacio doméstico: la mujer y la casa*, 2111, p. 100.

O debate e a formulação de elementos básicos de uma nova abordagem para a arquitetura e o urbanismo geraram o sentimento de solidariedade entre os mestres da nova arquitetura que foram levados a se agrupar para se ajudarem mutuamente reunindo-se no primeiro encontro internacional de arquitetos de vanguarda no castelo suíço de *La Sarraz*, denominado *Congrès International d'Architecture Moderne* – CIAM, em junho de 1928. Este “poderia ser considerado um dos ápices do princípio do período acadêmico da arquitetura moderna”⁴¹.

Esses encontros caracterizaram amplo período de difusão da arquitetura internacional que começou logo após as vanguardas. Organizado por Le Corbusier, Hélène de Madrot e Sigfried Giedion, o *Congresso Preparatório Internacional de Arquitetura Moderna* buscava promover a nova arquitetura que estava se desenvolvendo na Europa, na década de 1920, avaliar a preocupação entre os arquitetos do Movimento Moderno com a relação entre arquitetura e planejamento urbano, além de promover uma abordagem de arquitetura destinada a padrões urbanos mais justos.

Vinte e quatro arquitetos da França, Suíça, Alemanha, Holanda, Itália, Espanha, Austria e Bélgica, em uma clara recusa aos princípios convencionais de construção e estruturas sociais anteriores, decidem incorporar métodos de produção em massa e industrializados, bem como exigências biológicas, higiênicas e psicológicas à arquitetura moderna ⁴² .

O presidente do congresso preparatório foi o arquiteto Karl Moser e já neste congresso foi proposto como tema o estudo do urbanismo desde o ponto de vista do zoneamento e da produção industrial e defendida política de uso do solo coletiva e metódica ⁴³. Nela, se propôs a discussão dos

⁴¹ Josep Maria Montaner, “*Depois do Movimento Moderno*”, 2001, p. 28.

⁴² Atxu Amann Alcocer, “*El espacio doméstico: la mujer y la casa*”, 2111, p. 99.

⁴³ Josep Maria Montaner, “*Depois do Movimento Moderno*”, 2001, p. 28.

seguintes temas: a influência da arquitetura moderna e a arquitetura, a estandardização, a economia geral, o urbanismo, a educação doméstica na escola primária e as relações entre Estado e arquitetura ⁴⁴.

Várias equipes do CIAM adotaram diferentes pontos-de-vista sobre a questão da cidade. Podem-se destacar duas abordagens de planejamento urbano divergentes: para alguns, as cidades deveriam ser descentralizadas, como no movimento de *Garden City* ⁴⁵, para outros, as cidades deveriam ser reconstruídas em altas densidades, com mais vegetação e espaço aberto, localizadas em áreas centrais ⁴⁶.

Ernst May defendia a primeira, em assentamentos descentralizados, dispersos, na periferia urbana. Le Corbusier, que depois do segundo CIAM começou a criticar o seu foco na habitação mínima, sem um exame correspondente da provisão de serviços comunitários, como estava sendo feito na União Soviética, defendia a segunda direção, centralizadora.

Insistia que o “urbanismo moderno poderia trazer uma redução na área total das cidades” e que as distâncias em uma cidade centralizada são mais curtas e que era “preciso ter uma separação categórica entre tráfego e habitação ⁴⁷”.

O CIAM tinha como base a ideia de que a reformulação e o desenvolvimento futuro das metrópoles industriais deveriam apontar para a melhoria das necessidades biológicas, psicológicas e sociais das massas trabalhadoras. A reorganização urbana deveria ser realizada pelas autoridades reformistas ou radicais de diferentes interesses políticos e os

⁴⁴ “*L’Habitation Minimum*”, 1997, p. 20-21.

⁴⁵ O conceito de *Garden City* se originou na Inglaterra e na França por volta de 1850, com o objetivo de oferecer melhores condições de moradia para a classe trabalhadora no crescimento de cidades industriais.

⁴⁶ opus. cit. MUMFORD, “The CIAM Discourse of Urbanism 1928-1960” em II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável, 2016, p.17.

⁴⁷ opus. cit. Le Corbusier “*comentaries relatifs à Moscou*”, “The CIAM Discourse of Urbanism 1928-1960” em II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável, 2016, p.17.

membros dos CIAMs ofereceriam estratégias para isto. Tais estratégias incluíram a inovação tipológica, a pré-fabricação, bem como a integração de elementos da paisagem com os elementos construídos ⁴⁸.

Em 1929 é criado o *Comitê Internacional para a Realização dos Problemas Arquitetônicos Contemporâneos* – CIRPAC, o Comitê Diretor dos CIAMs, que tinha como objetivo planejar previamente o tema dos congressos.

Depois da polêmica exposição dos cinco pontos de Le Corbusier como base da nova habitação, a exposição e os debates sobre os protótipos da *Weissenhof* e os antecedentes de 1929, o segundo congresso CIAM se realiza sobre o tema da habitação e a reflexão sobre a célula habitacional, sua organização e distribuição, com predomínio de arquitetos, em sua maioria socialistas da Nova Objetividade ⁴⁹.

A habitação mínima é o tema do segundo CIAM, *existenzminimum*, que ocorreu em outubro de 1929, na cidade alemã de Frankfurt am Main, escolhida devido a realizações de numerosas *Siedlungen* modernas. Construídas pela municipalidade, entre 1925 e 1931, sob a direção de seu arquiteto chefe Ernst May que contou com a colaboração de Margarete Schütte-Lihotzky ⁵⁰.

O principal objetivo do congresso era trazer soluções para o problema de habitação para àqueles que os arquitetos “modernos” consideravam como os novos usuários da arquitetura – os trabalhadores, operários, empregados e pequenos funcionários – e demonstrava a necessidade de uma política para que os polígonos habitacionais propostos como solução não viessem a se tornar problemas ⁵¹.

⁴⁸ Eric Mumford, “The CIAM Discourse of Urbanism 1928-1960” em II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável, 2016, p.17.

⁴⁹ Atxu Amann Alcocer, “El espacio doméstico: la mujer y la casa”, 2111, p. 99.

⁵⁰ Anatole Kopp, “Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa”, 1990, p. 147.

⁵¹ “L’Habitation Minimum”, 1997, p. 13-47.

A discussão sobre a aplicação da nova legislação municipal e a industrialização dos elementos construtivos, além da organização e distribuição da habitação, foi o ponto de inflexão na cultura habitacional desenvolvida até então, trazida pelo segundo CIAM. Foi organizada uma exposição com os diversos exemplos de habitação mínima propostos na Europa naqueles anos, apresentados na mesma escala e com o mesmo critério gráfico. O resumo do exposto no congresso foi publicado no livro *Die Wohnung für das Existenzminimum* (Habitação para o mínimo assalariado) em 1930, em Stuttgart.

Ao todo foram apresentadas seis intervenções feitas por diferentes mestres da arquitetura. A primeira intervenção, mais geral, realizada por Sigfried Giedion abordou o tema “Os congressos internacionais para a nova forma de construção”, Ernst May discorreu sobre “A habitação para o mínimo nível de vida”, teorizando sobre qual era a unidade de habitação necessária para tal, quem deveria construí-la e como deveria realizar-se.

Walter Gropius apresentou “As bases sociológicas da habitação mínima para a população operária na cidade”, apontando como questão a conveniência de se conhecer o elemento mínimo de espaço, ar, luz e calor que o homem precisa para desenvolver as funções vitais na moradia. Gropius argumenta que

Houve um tempo em que o arquiteto se sentia tentado a acreditar que os pressupostos mais importantes para uma existência humana eram a propriedade de um teto bem firme sobre a cabeça. Entrementes, aprendemos, que este, embora resguarde da chuva, não cria necessariamente uma atmosfera humana feliz ⁵². (GROPIUS, 2001 (2013), p.140-141, tradução nossa).

Gropius considerava o movimento empreendido pela mulher e sua influência no âmbito doméstico. A entrada das mulheres no mercado de trabalho requeria segundo ele “moradias centralizadas”, onde a cada

⁵² Walter Gropius, “Walter Gropius, Bauhaus: nova arquitetura”, (2001) 2013, p. 140-141.

indivíduo seria dado uma habitação básica, a *Existenzminimum* fazia parte de uma estrutura maior que incluía local comunal para alimentação, creche e instalações recreativas⁵³.

Victor Bourgeois apresentou o tema “A organização da Habitação Mínima”, no qual destacou a necessidade de ventilação constante e considerou a janela como elemento de iluminação, enfatizando a importância de racionalizar o uso dos espaços.

Hans Schmidt-Basel, que representa o aspecto mais radical da vanguarda industrial, destacou o tema “Regulamento para a construção com relação à Habitação Mínima”, propondo que a responsabilidade técnica e social fosse definida por legislação estabelecendo as responsabilidades do usuário e do construtor da casa.

Le Corbusier e seu primo Pierre Jeanneret levam em consideração os problemas definidos por Ernst May, Walter Gropius e Hans Schmidt-Basel, mas apresentam suas posições sobre a “Análise dos elementos fundamentais para o problema da ‘Habitação Mínima’”, indicando que a industrialização da arquitetura não limitaria a vontade artística do arquiteto.

O conceito dos "cinco pontos⁵⁴" de Le Corbusier se contrapõem aos desenhos de casas padronizadas ou gráficos sobre circulações preconizados pelos alemães. O novo conceito de standardização definido por Le Corbusier e Pierre Jeanneret definem o novo conceito de standardização como meio pelo qual a indústria poderia apresentar um objeto e produzi-lo em série com baixo custo⁵⁵.

⁵³ Eric Mumford, “*The Historical discourses of late CIAM and human settlements in historical perspective*” em II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável, 2016, p.18.

⁵⁴ Planta livre, fachada livre, pilotis, terraço-jardim e janelas em fita.

⁵⁵ “*L’Habitation Minimum*”, 1997, p. 48-49.

O tema da habitação mínima define novas funções, usos e modos de comportamento. A dimensão da habitacao deve variar de acordo com o número de ocupantes ⁵⁶.

O problema da habitação mínima é questão de um mínimo elementar de espaço, ar, luz, calor que o homem precisa para não sofrer, por causa da moradia, inibição no pleno desenvolvimento de suas funções vitais; um mínimo de *modus vivendi* em vez de um *modus non moriendi*. Este mínimo varia segundo as condições locais da cidade e país, paisagem e clima; a mesma área de espaço livre tem função diversa numa rua estreita do centro da cidade e num subúrbio menos habitado ⁵⁷.

O debate sobre a industrialização da habitação foi o ponto central do congresso. Nele, Alexander Klein, Bruno Taut e Hans Schmidt-Basel refletiram uma cultura que buscava propor um método construtivo e Ernst May entendia que a construção deveria realizar-se mediante painéis. A posição de Le Corbusier, ao contrário dos demais destacava a necessidade de estabelecer uma estrutura padronizada e com base nela, definir a planta e fachada livre.

Para Le Corbusier a função do arquiteto é a de ordenar o espaço no interior da estrutura, enquanto que para os alemães o papel dos arquitetos deve ser definir circulações, organizar espaços, racionalizar a composição da habitação com base ao novo padrão mínimo definido pelo número de camas. Por isso, o debate sobre o equipamento da habitação é especialmente importante a partir de elementos fabricados em série industrialmente, o que implicaria uma economia considerável em gastos de realização e de construção ⁵⁸.

⁵⁶ "L'Habitation Minimum", 1997, p. 13-47.

⁵⁷ Walter Gropius, "Walter Gropius, Bauhaus: nova arquitetura", (2001) 2013, p. 151.

⁵⁸ "L'Habitation Minimum", 1997, p. 50.

Discutiram-se e mostraram-se exemplos do *Existenzminimum*, entendendo que esse mínimo não é medido em termos absolutos – o mínimo biológico, já resolvido pelas habitações precárias, produto da especulação imobiliária – senão em termos relativos, pretendia atender as condições indispensáveis para uma convivência social ⁵⁹.

O terceiro CIAM teve lugar em Bruxelas, em 1930, e como tema o “Desenvolvimento Racional do Lote”. O problema da aquisição de terras para a construção deu origem à publicação “Razões de construção racional”.

Procurava-se estudar não mais a habitação em si, mas estabelecer os critérios para situar os blocos de habitação na estrutura do parcelamento utilizando métodos construtivos racionais ⁶⁰. Discutiam-se diferentes maneiras de agrupar as habitações, de fazer bairros equipados do ponto de vista técnico e social, levando em conta a orientação solar e a alta densidade – edifícios em altura, *Hochbau*, preconizados por Gropius ⁶¹ –, com amplos espaços verdes entre os edifícios, segundo as linhas estabelecidas por Walter Gropius e Le Corbusier, compartilhados por Neutra, Bourgeois e os outros membros do CIAM.

O presidente deste congresso foi Victor Bourgeois e nele continuavam predominando os critérios racionais e objetivos dos arquitetos alemães, que estudavam cientificamente o isolamento e a distância entre as quadras. As palestras, entre as quais teve destaque a de Walter Gropius – Construção baixa, média ou alta?, foram publicadas em Stuttgart com o título de *Rationelle Bebauungsweisen*, em 1931 ⁶².

⁵⁹ Carlo Aymonino, “La vivienda racional”, (1973) 2011, p.130.

⁶⁰ Josep Maria Montaner, “Depois do Movimento Moderno”, 2001, p. 28-29.

⁶¹ Anatole Kopp, “Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa”, 1990, p. 147-148.

⁶² Josep Maria Montaner, “Depois do Movimento Moderno”, 2001, p. 28-29.

A Cidade Radiosa de Le Corbusier, apresentada nesse congresso, tornou-se o desenho urbano ideal ⁶³. Segundo Le Corbusier, sua ideia proporcionaria uma alternativa ao CIAM para as cidades modernas, que haviam sido *étendue* (muito prolongadas), dispersas e ao mesmo tempo sem árvores, com ruas urbanas densas e pátios cheios de ar sujo, ruído e apresentando congestionamento do tráfego constante e perigoso.

Ambos, Le Corbusier e Ernst May, além de outros membros do CIAM concordavam que a habitação era um "fenômeno biológico" e que ela também pedia "a padronização, a industrialização e a Taylorização" da produção habitacional, estabelecida de acordo com uma ordem biológica baseada na "escala humana" ⁶⁴.

1.2.2 A cidade funcional da Carta de Atenas e o New Deal

Depois do Congresso de Bruxelas predominou o tema da Cidade Funcional que se estendeu pelo período de 1931 a 1939.

Realizou-se um congresso especial em Berlim, em 1931, onde as cidades eram comparadas através de mapas analíticos e foram debatidas as implicações políticas. Ao final deste congresso estava claro que para o IV CIAM a temática da cidade funcional abrangeria a *Unidade de Habitação Mínima*, II CIAM, e o *Desenvolvimento Racional do Lote*, III CIAM.

⁶³ opus. cit. Le Corbusier, "*The Radiant City*" apud Eric Mumford, "The Historical discourses of late CIAM and human settlements in historical perspective" em II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável, 2016, p.17.

⁶⁴ Eric Mumford, "*The Historical discourses of late CIAM and human settlements in historical perspective*" em II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável, 2016, p.17-18.

O conceito da Cidade Funcional expande a visão urbana do CIAM para além dos assentamentos habitacionais de Weimar para abarcar reorganizações urbanas. Esta proposta de cidade poderia ser replicada em todo o mundo, incluindo os esforços comunistas soviéticos para remodelar a sociedade industrializada, então em marcha. Nesse sentido, Mies van der Rohe apontava o planejamento urbano como um problema político ⁶⁵.

A primeira etapa do CIAM pode-se dizer que terminou em 1932 com a imposição de novas políticas arquitetônicas reacionárias na Alemanha e na URSS.

Na segunda etapa, conforme descrição de Keneth Frampton, o domínio é de Le Corbusier, junto ao destacado papel de Josep Luís Sert, que tinha sido presidente dos CIAMS durante vários anos, e de Sigfried Giedion, que atuou como secretário e crítico oficial das propostas do urbanismo e da arquitetura moderna. Le Corbusier viu sua tarefa de criar a “ordem” urbanística suprapolítica que havia começado a surgir depois do terceiro CIAM, na preparação de *Constations*.

Em 1932 realizou-se o CIRPAC, em Barcelona, no lugar do Congresso de Moscou. O encontro coincidiu com o convite do novo governo republicano espanhol a Le Corbusier para participar da criação de um novo Plano Diretor para a cidade de Barcelona.

Sert e Josep Torres Clavé organizavam o *Grupo de Arquitectos e Técnicos Catalães pelo Progresso da Arquitetura Contemporânea* – GATPAC, em Barcelona, posteriormente GATEPAC (E de espanhóis) ⁶⁶.

Dentro da tipologia dos *redents* ou “blocos em grega” foi realizada a Casa Bloc (1933- 1943), em Barcelona, de Josep Lluís Sert, Joan Torres Clavé, Sebastià Alzamora e Joan Baptista Subirana, membros do GATPAC. O bloco com 206 moradias tinha como objetivo implementar os modelos de habitação

⁶⁵ Eric Mumford, *“The CIAM Discourse of Urbanism 1928-1960”*, 2000, p.59.

⁶⁶ Eric Mumford, *“The CIAM Discourse of Urbanism 1928-1960”*, 2000, p.66-67.

coletiva para operários e superar a tradição das “casas baratas”, que seguiam a tipologia de habitações unifamiliares em fileiras. Este é um dos poucos exemplos realizados na Europa da morfologia dos *redents*. Esta disposição permite criar o qualificado espaço público de duas praças, adequado para instalar equipamentos em seu interior. Os corredores de acesso as habitações são um de seus elementos mais característicos e sua dimensão favorecem coesão social ⁶⁷.

Após 1933, a preocupação central do CIAM em lugar do desenvolvimento de conceitos do novo urbanismo, passa a ser a publicação definitiva dos resultados do quarto congresso ⁶⁸.

Com um ano de atraso, o quarto CIAM, teve lugar em Atenas, Grécia, a bordo de um cruzeiro pelo Mediterrâneo, em 1933. Na rota Marselha- Atenas- Marselha redigiu-se a Carta de Planificação da Cidade, sobre o tema *A cidade funcional*, também conhecida como *A Carta de Atenas*. O congresso não foi realizado em Moscou por dificuldades com os organizadores ⁶⁹.

Neste congresso estavam ausentes os soviéticos e aqueles arquitetos que poderiam vincular os trabalhos do CIAM ao pensamento sociopolítico “de esquerda” do movimento social-democrata alemão e em suas realizações em termos de habitação e na Bauhaus.

Os resultados deste encontro foram publicados como *Constations* na revista *Technical Chamber of Greece*. Tanto este congresso como a própria história dos CIAMs mostram o desenvolvimento de uma concepção racional e científica para tratar a arquitetura, e estabelecem um novo método racional para comparar todas as cidades.

Depois de destacar que as cidades fazem parte de um sistema econômico, social e político, neste congresso ficaram definitivamente

⁶⁷Josep Maria Montaner, *“La Arquitectura de la Vivienda Colectiva. Políticas y proyectos en la ciudad contemporânea”*, 2015, p. 37-38.

⁶⁸Eric Mumford, *“The CIAM Discourse of Urbanism 1928-1960”*, 2000, p.91.

⁶⁹Josep Maria Montaner, *“Depois do Movimento Moderno”*, 2001, p. 29.

delimitadas às quatro funções e áreas predominantes da cidade industrial: residência, lazer, trabalho e circulação, junto ao tema do patrimônio histórico da cidade ⁷⁰.

Le Corbusier publica *A Carta de Atenas*, em 1943, onde algumas das ideias lançadas no congresso desapareceram na resolução final. Restabelecidas posteriormente foram algumas das vezes desenvolvidas ⁷¹.

A visão de Le Corbusier era acompanhada por aquela de Walter Gropius, o primeiro diretor da Bauhaus (1919-1928), na Alemanha, que, em 1930, foi um dos mais influentes arquitetos modernos da habitação alemã. Gropius também foi uma figura chave na *Reichsforschungsgesellschaft* (RFG), o novo edifício alemão do Instituto Nacional de Pesquisa, estabelecido pelo governo de Weimar ⁷².

Embora nem as propostas urbanas de Walter Gropius, nem as de Le Corbusier tenham sido executadas, esses arquitetos determinaram um padrão para uma geração de arquitetos do CIAM e junto com o trabalho de outros arquitetos como Ernst May tiveram grande impacto sobre a habitação soviética. E, eventualmente, em outros regimes comunistas do pós-guerra na China e no Vietnã. Eles também tiveram impacto indireto na habitação em massa nos Estados Unidos na década de 1930, em projetos habitacionais racialmente segregados construídos no Estado de Nova York, New York City, entre os anos 1943 e 1948 ⁷³.

A situação política do imediato pós-guerra nos Estados Unidos é bem diferente daquela da Europa. Uma nova era de prosperidade se abre com o

⁷⁰ Josep Maria Montaner, *"Depois do Movimento Moderno"*, 2001, p. 29.

⁷¹ Anatole Kopp, *"Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa"*, 1990, p. 158-159.

⁷² Eric Mumford, "The Historical discourses of late CIAM and human settlements in historical perspective" em II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável, 2016, p.18.

⁷³ *Ibidem*, p.18.

fim da guerra, confirmando o papel de potência mundial da América do Norte e concorrendo para o desenvolvimento de sua indústria.

A grande crise econômica de 1929 transformou a política e a economia americanas e marcou o início de uma nova política que fez nascer uma arquitetura e um urbanismo novos, originais e especificamente americanos em alguns aspectos. Essa nova política, conhecida como *New Deal* (Novo Acordo), foi uma política global gerada após a eleição do presidente Roosevelt em 1933 e destinada a lutar contra os efeitos da crise econômica ⁷⁴.

O *New Deal* não rompeu com o sistema político e social existente e não apresentava um projeto de transformação da sociedade, apenas visava a sua melhoria. Ele inovou em algumas áreas, particularmente no campo habitacional, onde importantes ações foram efetuadas. Essas ações tinham como objetivo essencial criar habitações para realojar os moradores ao erradicar os cortiços ⁷⁵.

Os problemas urbanos foram tratados através da realização de algumas cidades novas, as *Greenbelt Towns* (Cidades do cinturão verde), formas de assentamentos humanos intermediários entre a cidade e o campo, inspiradas pelas teorias da *Garden Town* (Cidade-Jardim) de Ebenezer Howard ⁷⁶.

As décadas de 1920 e 1930 na União Soviética e as realizações da República de Weimar na Alemanha mostraram claramente a relação estreita que existiu entre os programas e a forma arquitetônica por um lado, e os objetivos econômicos, sociais e políticos por outro ⁷⁷.

No início dos anos 1930 surgiu um novo fenômeno no meio dos arquitetos europeus: o da emigração. Arquitetos principalmente na Alemanha deixaram seu país e partiram em três direções principais: União Soviética,

⁷⁴ Anatole Kopp, "*Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*", 1990, p. 162.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 99 e 181.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 181.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 198.

Palestina (sob mandato britânico) e Estados Unidos. A razão dessas migrações era a crise econômica, que teve início em 1929 nos Estados Unidos e se estendeu aos países industrializados. A chegada de Hitler ao poder na Alemanha, em 1933, denunciando o *Neues Bauen* foi outro fator determinante na emigração, os arquitetos se dirigiram para a União Soviética com a ideia de expressiva ação da arquitetura moderna naquele país ⁷⁸.

Durante o período entre 1924 e 1945 toda a Europa é tomada pelo exército nazista. A ordem do dia deixa de ser a arquitetura, quer ela seja ou não “moderna”, para dar lugar aos massacres e destruições. A intimidade que seria retirada nesse período pelos campos de concentração, se reconheceria como fundamental no desenvolvimento pessoal.

O nazismo ao querer aniquilar à subhumanidade, mulheres, homens, idosos, descapitados, doentes loucos, anormais... em uma dialética do pertencimento e a exclusão, leva as mulheres a tomar a direção de sua condição. Nesse momento elas tiveram consciência de que viviam como “seres relativos”, assim como a experiência que enfrentavam os judeus com respeito aos arianos ⁷⁹.

Período em que os arquitetos refugiados da Bauhaus se deslocam para os Estados Unidos, onde o modernismo adquire papel de destaque e torna-se a corrente dominante na arquitetura. Esse modernismo, essencialmente formal e técnico, tem poucas relações com os objetivos sociais e éticos defendidos pelos arquitetos modernos dos anos 1920 e 1930.

A ilha palestina, destino de alguns desses arquitetos continuará esquecida por todos no coração do Oriente Médio e será redescoberta mais tarde por alguns historiadores da arquitetura.

Na União Soviética, a reconstrução das zonas devastadas pela guerra, foi empreendida à medida que ocorre a sua liberação. Soluções provisórias de

⁷⁸ Anatole Kopp, “Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa”, 1990, p. 204.

⁷⁹ Atxu Amann Alcocer, “El espacio doméstico: la mujer y la casa”, 2111, p. 101.

urgência, ou as receitas do “realismo socialista em arquitetura” serão questionadas em meados da década de 1950.

Antes do início da Segunda Guerra Mundial houve um último congresso. Este se inscreve na área de influência da Frente Popular, que, graças à eleição de uma maioria de esquerda na França, em 1936, chegará ao poder ⁸⁰.

O quinto CIAM foi realizado em Paris, sob o domínio de Le Corbusier, com o tema *Habitação e lazer*, em 1937, seguindo o lema de *A cidade funcional*. Dedicado ao estudo das novas áreas residenciais, com habitações e serviços comuns, constituindo uma continuação do quarto CIAM. O texto *Logis et Loisirs* será publicado em 1937 pela editora parisiense *L'Architecture d'aujourd'hui* ⁸¹.

A atenção do congresso se centrou na estreita relação entre as circunstâncias ambientais e possibilidades de vida, com especial importância às atividades de recreação, relacionadas com a recusa do capitalismo e da democracia parlamentar ⁸².

1.2.3 Os CIAMs no pós-guerra

Após a Segunda Guerra Mundial, a produção de habitação coletiva na Europa aumentou em quantidade e diminuiu em termos de qualidade. O período entre-guerras trouxe a invenção dos mecanismos de políticas de habitação da social-democracia, a experimentação de tipologias e formas, e procurou uma qualidade compatível com a produção em massa. Após a

⁸⁰ Anatole Kopp, “Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa”, 1990, p. 159.

⁸¹ Josep Maria Montaner, “Depois do Movimento Moderno”, 2001, p. 29.

⁸² Eric Mumford, “The CIAM Discourse of Urbanism 1928-1960”, 2000, p.110.

guerra, o problema da habitação tornou-se tão agudo que dominou os valores massivos e quantitativos e se perderam muitos dos valores urbanos e arquitetônico considerados nos projetos do entre-guerras⁸³.

O período entre 1939 e 1950 foi marcado pelo CIAM e o pós-guerra. Após ter quase se dissolvido por ocasião da Segunda Guerra Mundial, em 1939, Giedion e Sert se esforçaram para promover o CIAM nos Estados Unidos com a publicação de *Can our cities survive?* em 1942, e com o *CIAM de Emergência e Planejamento Pós-Guerra*, em Nova York, em 1944.

O livro *Can our cities survive?* fruto do CIAM IV, realizado em Atenas analisou o conceito de unidade de vizinhança introduzindo uma variada morfologia configurada por tipologias de edifícios modernos (tais como blocos e torres) e redefinindo com precisão as características de cada "unidade de vizinhança": deveria ter uma população de 1.000 a 5.000 habitantes, ser de escala humana para ser percorrida a pé e estar equipada com habitação e equipamentos para a educação, saúde, comércio e lazer⁸⁴.

O sexto CIAM tinha sido previsto para acontecer em 1939, em Liège, no entanto, se fez necessário adiá-lo por vários anos em razão da guerra. Durante o período da guerra, Giedion, Gropius, Sert, Papadaki e Neutra mantiveram viva a organização e conservaram os documentos dos CIAMs nos Estados Unidos⁸⁵.

Este congresso teve lugar logo após a Segunda Guerra Mundial, em Bridgwater, Grã Bretanha, em 1947, com a colaboração do grupo inglês MARS, entre seus membros estava Elizabeth Denby. Visava a reconstrução das cidades devastadas pela Segunda Guerra Mundial.

A agenda foi preparada no mesmo ano pela CIRPAC organizada por Giedion, em Zurique, e contava com a presença de Margarete Schütte-

⁸³ Josep Maria Montaner, *"La Arquitectura de la Vivienda Colectiva. Políticas y proyectos en la ciudad contemporânea"*, 2015, p. 39.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 60.

⁸⁵ Josep Maria Montaner, *"Depois do Movimento Moderno"*, 2001, p. 29.

Lihotzky, entre outros. Como não houve um consenso, foi definido que este CIAM teria o caráter de congresso preparatório para o sétimo CIAM e que restabeleceria o contato entre as equipes que haviam sido separadas durante a guerra ⁸⁶.

A finalidade predominante deste congresso foi reafirmar os objetivos básicos dos CIAMs, além da preocupação de Le Corbusier pela síntese das artes maiores. A partir da Segunda Guerra, países periféricos, especialmente Inglaterra e Itália tiveram papel fundamental no Movimento Moderno. Isso se reflete na eleição dos lugares de realização dos CIAMs, porém, a maioria dos arquitetos italianos continuam à margem destes congressos.

A partir do sétimo congresso, entra-se na terceira etapa da classificação de Keneth Frampton, marcada por uma lenta aparição de conflitos, pelo grande número de assistência com a presença de muitos estudantes e o predomínio dos arquitetos de ideologia liberal.

O sétimo CIAM, realizado em Bérgamo, Itália, em 1949, foi o primeiro congresso a versar sobre a reconstrução das cidades devastadas pela Segunda Guerra Mundial. Teve como tema *Arquitetura como arte*, organizado por Enrico Presessutti e contou com a participação de cerca de cem membros ⁸⁷.

Do Brasil a *Unitè* do Rio de Janeiro, o conjunto residencial Pedregulho foi exposto como um dos primeiros edifícios realizados em curva, idealizado e projetado por Carmen Portinho e Affonso Eduardo Reidy. A *Unitè de Marseilles*, de Le Corbusier, foi apresentada por um grupo jovem da *Assemblée de constructeurs pour une rénovation architecturale – ASCORAL* ⁸⁸, dirigido por Georges Candilis que posteriormente seria membro do Team 10 ⁸⁹.

⁸⁶ Eric Mumford, “The CIAM Discourse of Urbanism 1928-1960”, 2000, p.170.

⁸⁷ *Ibidem*, p.168.

⁸⁸ ASCORAL (1940-1946), novo grupo francês fundado em Paris por Le Corbusier que continuaria a funcionar depois da liberação de Paris em agosto de 1944.

⁸⁹ Eric Mumford, “The CIAM Discourse of Urbanism 1928-1960”, 2000, p.187-188.

Este CIAM destaca-se pela aplicação da Carta de Atenas em novos projetos. Por exemplo, a interpretação latino-americana, o Plano de Buenos Aires, dirigido pelo arquiteto catalão Antoni Bonet Castellana e pela proposta da Gruille CIAM, que permitirá comparar os diversos casos de aplicação da Carta de Atenas, preparada pelo grupo ASCORAL.

As questões básicas tratadas neste congresso foram: a relação entre a arquitetura e as demais artes plásticas, a busca da satisfação das necessidades espirituais, a formação nas escolas de arquitetura e as reformas da legislação construtiva. Em relação ao ensino da arquitetura enfatizou-se o papel do ensino da história ⁹⁰.

O subcomitê do CIAM VII, presidido por Van Eesteren e Rudolf Steiger encarregado de revisar a rede CIAM, que incluía Jacob Bakema, Van Bodengraren, Brechbher, Hoechel, Moser, Quétant, Schmidt, Margarete Schütte-Lihotzky, Senn e Stam-Beese, encontrou “dois pontos de vista sobre o modo urbano de habitação”. Um tinha como base a ideia da *Unitè* de Le Corbusier, que poderia ser aplicado em qualquer lugar, enquanto que o outro era dirigido “a diferenciação das habitações em função das circunstâncias demográficas e as condições específicas do lugar ⁹¹”.

Entre os resultados mais significantes do Congresso de Bérghamo está a crítica de Bruno Zevi dirigida ao CIAM *Della cultura architettonica: messaggio al Congrès International d'Architecture Moderne*, publicada em seu jornal *Metron*, em 1949.

Zevi começa observando que “a arquitetura moderna havia perdido uma batalha importante no pós-guerra”, devido à “incapacidade dos arquitetos mais ativos e inteligentes” de se organizarem “no marco dos órgãos internacionais” como a UNESCO.

⁹⁰ Josep Maria Montaner, “*Depois do Movimento Moderno*”, 2001, p. 29.

⁹¹ Eric Mumford, “The CIAM Discourse of Urbanism 1928-1960”, 2000, p. 191.

Também assinalou criticamente a ausência da “massa de arquitetos dos Estados Unidos” no CIAM. E continuava dizendo que este reconhecimento dos “limites práticos do CIAM” significava que este deveria aprofundar a sua “substância cultural”. O CIAM, “no sentimento geral dos arquitetos modernos”, se une à “mentalidade arquitetônica” de Le Corbusier e de Gropius e às “perspectivas históricas e interpretações de Giedion”⁹².

O oitavo CIAM se realizou novamente na Grã-Bretanha, em Hoddesdon, em 1951. Ao mesmo tempo em que a tipologia de habitação em massa proposta pelo CIAM estava apenas começando a ser amplamente aplicada, o congresso pós-guerra, sob a liderança de Josep Lluís Sert, arquiteto emigrado de Barcelona, optou por concentrar-se na questão do pedestre, com o tema *Coração da Cidade*⁹³.

Entendendo o coração da cidade não como o centro histórico especificamente, mas como o centro cívico e representativo da cidade moderna. Cada área ou bairro necessitava um centro ou núcleo e cada cidade deveria possuir o seu “coração” ou centro cívico moderno, onde a comunidade urbana pudesse desenvolver atividades e intercâmbios culturais e comerciais.

O mais significativo deste congresso foi, provavelmente, a breve discussão de Giedion sobre os parques infantis em Amsterdam realizados por Van Eyck, em *Antecedentes históricos do Núcleo e Relações entre os homens e as coisas* frequentemente citado pelo representante holandês Bakema. Ali tinha início o projeto da nova capital de Chandigarh⁹⁴.

Apesar de o oitavo CIAM ter sido um dos primeiros esforços a discutir o tema do espaço público urbano nas circunstâncias da arquitetura moderna,

⁹² *Ibidem*, p.198-199.

⁹³ Eric Mumford, “The Historical discourses of late CIAM and human settlements in historical perspective” em II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável, 2016, p.18.

⁹⁴ Eric Mumford, “The CIAM Discourse of Urbanism 1928-1960”, 2000, p.214-215.

o que o leva a ser o mais importante dos congressos no período pós-guerra, terminou inconcluso. Ainda assim apontava aos temas que seriam a maior preocupação em locais de reunião públicos no trabalho de Kevin Lynch e outros nas décadas seguintes ⁹⁵.

Mantendo os critérios de zoneamento da Carta de Atenas e de separação entre o tráfego de pedestres e veículos, Sert sustenta que a chave da cidade moderna apoia-se em uma perfeita solução do coração da cidade que possa outorgar-lhe uma correta organização ⁹⁶.

Le Corbusier assumia um posicionamento crítico em relação ao crescimento suburbano e à descentralização do planejamento urbano adotado na metade do século e esperava que o CIAM abordasse a questão do valor cultural e político dos centros urbanos. Seus projetos de desenho urbano com Paul Lester Wiener, na empresa Town Planning Associates para o Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela e Cuba entre os anos 1944 e 1959 foram apresentados nos sétimo e oitavo CIAMs e publicados extensamente como modelos nessa direção.

A perspectiva de Sert sobre a importância de pedestres no centro cívico era acompanhada por aquela do italiano, membro do Conselho CIAM, Ernesto Rogers, que igualmente defendia que a arquitetura moderna deveria apoiar o ambiente e a cultura de cidades históricas preexistentes.

Enquanto Sert e Rogers avançavam na ideia do coração da cidade, outros membros do CIAM, incluindo Maxwell Fry e Jaqueline Tyrwhitt (educadora de planejamento inglesa), começaram a tentar mudar o foco de atenção do CIAM para as questões de habitação em massa para o que, na década de 1950, começaria a ser chamado "mundo em desenvolvimento ⁹⁷".

⁹⁵ *Ibidem*, p.215.

⁹⁶ Josep Maria Montaner, "*Depois do Movimento Moderno*", 2001, p. 30.

⁹⁷ Eric Mumford, "The Historical discourses of late CIAM and human settlements in historical perspective" em II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável, 2016, p.18.

Estes esforços destinados a resolver os problemas de saneamento precário, a superlotação, a falta de infraestrutura e a falta de escolas e centros de saúde, em seguida, passaram a ser transferidos às colônias da África Ocidental Britânica (que incluiu a Nigéria) durante a década de 1940.

Maxwell Fry e Jane Drew (membros do CIAM) pesquisam sobre as condições vigentes naquelas colônias, o que resultou na exposição, *Village Housing the Tropics*, em Londres, no ano de 1947. Essa pesquisa teve efeito em questões de projeto social e climático em lugares semelhantes no pós-guerra. Pode ter sido tal direção que levou Le Corbusier a pedir ao CIAM que procurasse desenvolver uma *Carta do Habitat* no sétimo CIAM em Bérghamo, em 1949⁹⁸.

Como tema do nono CIAM reitera-se o papel de síntese das artes dentro dos centros urbanos, para expressar a liberdade formal desenvolvida depois da Segunda Guerra Mundial. O nono CIAM foi organizado a partir da iniciativa do grupo inglês MARS e destes anos surgem dois livros: *Diz ans d'architectuee contemporaine* (1951) de Sigfried Giedion, e *The Heart of the City* (1952) de Rogers, Jaqueline Tyrwhitt e Sert.

Em junho de 1952, foi organizado um Congresso Especial em Sigtuna, Suécia, assistido por 60 membros, discutiria as visões divergentes com relação à direção a seguir pelo CIAM. Contou com a presença de “jovens membros”, alguns dos quais formaram o Team 10, dois anos depois. Este foi o encontro do CIAM em que a separação entre a geração mais jovem e a geração média ficou evidente pela primeira vez.

Durante os dois últimos CIAMs – o de 1953 em Aix-de Provence, França, e o de 1956 em Dubrovnik, atual Croácia – estruturou-se o desaparecimento dos CIAM e certa através do Team 10.

⁹⁸ *Ibidem*, p.18-19.

Sob o título A Carta de Habitat, o nono CIAM foi o último assistido por Le Corbusier e Gropius. Este foi o maior Congresso do CIAM, com a participação de 500 membros de 31 países. Teve como marco a divisão originada em Sigtuna, entre a geração intermédia e o grupo mais jovem ⁹⁹.

Neste Congresso a seção marroquina do CIAM, *Groupe d'Architectes Modernes Marocains*, GAMMA, formado por Michel Ecochard e um grupo de jovens arquitetos, dirigido por Georges Candilis apresentou seu trabalho *Habitação para o maior número* e vinculou o tema à Carta de Habitat.

Os jovens arquitetos Alison e Peter Smithson, Aldo van Eyck, Jacob Bakema, Georges Candilis, Shadrach Woods, John Voelcker, William Howell e R. Gutmann decidiram desafiar o discurso do CIAM da Cidade Funcional e criticar o formalismo da Carta de Atenas, postulando para atender ao tema – Habitat – que fosse introduzido o conceito de *identidade* e que ele fosse investigado de acordo com os princípios estruturais do crescimento urbano. Os veteranos, representantes da velha tendência, Le Corbusier, Van Eesteren, Sert, Rogers, Roth, Mayekawa, Gropius e Giedion propuseram aos jovens arquitetos que preparassem o X CIAM, também dedicado ao Habitat humano. Este será o último CIAM ¹⁰⁰.

Grande parte do trabalho realizado pela equipe de arquitetura ATBAT-África 101 em Marrocos juntamente com propostas de Le Corbusier relacionadas para a Argélia francesa pelo grupo CIAM Alger, foram exibidos no nono CIAM ¹⁰².

⁹⁹ Josep Maria Montaner, *"Depois do Movimento Moderno"*, 2001, p. 227-228.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 30.

¹⁰¹ Composta por antigos associados do Le Corbusier e liderado por Vladimir Bodiansky e Georges Candilis, sob a direção do diretor de planejamento francês da cidade Michel Écochard.

¹⁰² Eric Mumford, "The Historical discourses of late CIAM and human settlements in historical perspective" em II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável, 2016, p.19.

Fry e Drew projetam Chandigarh, a nova capital do estado de Punjab na Índia, com a colaboração de Le Corbusier e Pierre Jeanneret na equipe de projeto.

Em 1969, o repúdio à massificação dos CIAMs – cada vez mais cheios de jovens arquitetos e estudantes – levaram os mestres a decisão de dissolver a experiência singular dos CIAMs – já distantes dos primeiros congressos radicais dominados pelos alemães da *Neue Sachlichkeit* (nova objetividade).

Com os arquitetos da terceira geração, que começam a ter um papel dominante dentro da arquitetura dos anos 50, se dava o passo definitivo para a arquitetura liberal. Para os Smithson, van Eyck, Bakema etc. já não se tratava de manter as velhas pretensões de mudar radicalmente o modo de vida das pessoas, o modelo de produção ou a estrutura da propriedade do solo, mas de propor uma utopia do possível, aceitando os gostos e as necessidades das pessoas. Neste caminho se situa a proposta imediatamente posterior de Robert Venturi ¹⁰³.

1.2.4 O X CIAM e o Team X

O slogan proposto pelos membros do Team X no último CIAM, o da ruptura e dispersão final, visava encontrar uma relação precisa entre forma física e demanda social e psicológica das pessoas. Tratava-se de introduzir conceitos que permitissem à arquitetura refletir com maior exatidão a diversidade dos modelos de *identidade*, de associação, de vizinhança etc. Para

¹⁰³ Josep Maria Montaner, “*Depois do Movimento Moderno*”, 2001, p. 30.

isto era necessário provocar a crise definitiva dos princípios simplificadores da Carta de Atenas e expor a complexidade da vida urbana ¹⁰⁴.

Criado em 1954 por um grupo de membros mais jovens, na tentativa de revitalizar o CIAM, o Team X buscou renovar as conexões entre a transformação social coletiva e uma arquitetura de vanguarda, mantendo como objetivo do urbanismo a “criação da ordem através da forma”, pela combinação das disciplinas de arquitetura e planejamento.

Em vez de usar as rígidas categorias funcionais anteriormente adotadas pelo CIAM para reorganizar a vida urbana, o Team X, dos holandeses Jacob Bakema e Aldo Van Eyck, usaria os conceitos de *associação humana*, *cluster* e *mobilidade* para oferecer formas construídas aos padrões de vida humana antropologicamente observados.

O X CIAM aconteceu em Dubrovnik, atual Croácia, em 1956, com a temática *Sobre o habitat*. Apesar de muitos membros do conselho, incluindo Le Corbusier, Gropius, Van Eesteren e Wogenscky não assistirem ao congresso, este contou com as presenças de Sert, Giedion, Bakema, Candilis, Emery, Howell, Rogers, Steiger and Tyrwhitt, além de Margarete Schütte-Lihotzky.

Eram três as suas tarefas: preparar a Carta de Hábitat, extrair novos materiais nas relações das novas redes da Carta e determinar o futuro do CIAM.

Sert abriu as Atas do Congresso com a leitura da *Mensaje de Le Corbusier* para o X CIAM. Surge a questão “crise ou evolução”? Um contraste entre a geração de 1928 que formulou a Carta de Atenas e a geração de 1956 que se encarregava do comando. Le Corbusier insistia que a nova geração assumisse como pretendiam e, por esta razão, optou por não estar presente ¹⁰⁵.

Conhecido como o congresso dominado pela discussão da mensagem de Le Corbusier e pelas atividades um tanto subversivas do Team X. Dividiu-

¹⁰⁴ Josep Maria Montaner, “*Depois do Movimento Moderno*”, 2001, p. 30.

¹⁰⁵ Eric Mumford, “*The CIAM Discourse of Urbanism 1928-1960*”, 2000, p.248.

se em dois grupos: os membros do Team X e a geração intermédia de Giedion, Sert, Rogers e outros ¹⁰⁶. Ali foi declarado o fim dos CIAMs.

Em 1959 realizou-se o XI CIAM, o último, em Otterlo, Holanda. Neste ano, em função de divergências de pontos de vista dos seus membros, a organização do CIAM se dissolveu. Ele produziu alguns efeitos secundários que incluem à rejeição por parte de Jane Jacobs e de outros membros das estratégias iniciais do CIAM aplicadas nos Estados Unidos e do produto de suas ideias na construção de capitais planejadas no Brasil e na Índia entre outras.

A implementação dos princípios de zoneamento (habitação, trabalho, lazer e circulação) publicados na Carta de Atenas, após o IV CIAM foram adotados na construção de capitais como Brasília e Chandigarh, em 1960. A separação entre a moradia e o local de trabalho fazia sentido naquela época em função das cidades industriais e fábricas poluentes, sendo a circulação realizada através da conexão por rodovias.

O elemento básico de Chandigarh (1950-1960) e muitos planos urbanos semelhantes na época era uma grade setorial das unidades de vizinhança, delimitadas por ruas de trânsito rápido com pequenas ruas sem saída residenciais e vias de pedestres verdes contínuas no interior das superquadras. Cada setor residencial foi planejado para incluir uma escola, caminhável a uma curta distância, bem como outras estruturas da comunidade.

O ideal do Team X não era homogêneo senão que composto por uma soma de ideias individuais de cada membro, em alguns casos, contraditórias. De fato, esse caráter democrático e liberal, que admitia em teoria a exposição de todo o tipo de ideias sobre a arquitetura contemporânea, define a essência deste grupo.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p.251.

Seu texto mais importante, *Team 10 primer*, é constituído por centenas de artigos, comunicações ou cartas de cada um dos dez membros¹⁰⁷.

A ligação da forma arquitetônica com a mudança social urbana positiva leva a crer na manutenção de alguns dos aspectos da síntese do CIAM, mesmo por parte daqueles que afirmam rejeitá-la. O Novo Urbanismo nos Estados Unidos, bem como algumas outras abordagens, tiveram origem no Movimento Moderno e nas soluções de cidades funcionais do CIAM, embora representem a antítese do que eles propõem.

1.3 A transposição dos conceitos dos CIAMs no Brasil

Na América Latina houve uma grande diversidade de políticas habitacionais implementadas em meados do século XX, nelas foram promovidas algumas políticas sociais avançadas e realizados alguns exemplos tomados como emblemáticos¹⁰⁸.

No Brasil, o início das políticas de habitação coletivas é significativo. Destaca pela sua monumentalidade o conjunto residencial Pedregulho (1950-1952), no Rio de Janeiro, da engenheira, planejadora urbana e secretária de Habitação, Carmen Portinho e do arquiteto municipal, Affonso Eduardo Reidy. Consiste em um bloco curvo muito longo, inspirado na obra de Le Corbusier e nas casas comunas soviéticas, com tipologia de apartamentos em um pavimento e duplex, conta com uma série de equipamentos comunitários

¹⁰⁷ Josep Maria Montaner, *"Depois do Movimento Moderno"*, 2001, p. 32.

¹⁰⁸ Josep Maria Montaner, *"La Arquitectura de la Vivienda Colectiva. Políticas y proyectos en la ciudad contemporánea"*, 2015, p. 55.

(lavanderia, escola, mercado, clube com piscina e sala de primeiros socorros)

109.

A habitação social se origina de uma contradição econômica e política, no sistema capitalista a habitação tem o valor de mercadoria. A produção privada de moradias abrange todas as classes sociais e é uma das mais importantes áreas de aplicação de capital.

Se o mercado de trabalho relega parte da população à pobreza, o mercado imobiliário nega aos pobres a possibilidade de habitar no mesmo espaço em que moram os que podem pagar. Surgindo daí uma demanda economicamente inviável e socialmente inegável.

A importância da localização na política urbana. Programas como o atual Minha Casa Minha Vida ao permitir que as empresas escolham o local de implantação dos conjuntos residenciais sem nenhuma exigência de sua relação com a cidade reproduz uma lógica de exclusão urbana e de política habitacional com consequências graves para a nossa sociedade. A segregação territorial é provocada pela localização afastados das áreas centrais, o que gera desemprego devido ao alto custo do vale-transporte. Muitas vezes são necessárias várias baldações para o deslocamento casa-trabalho. O resultado são bairros-dormitórios com uma carência de equipamentos sociais e serviços necessários ao desenvolvimento da vida cotidiana dessa população.

O termo habitação social inclui a regulamentação estatal da locação habitacional e a sua incorporação como um problema a ser resolvido pelo Estado através de políticas públicas. Um dos maiores problemas é a falta de infraestrutura urbana em áreas periféricas distantes de centros urbanizados. Esse problema é agravado pelo loteamento privado.

Três frentes de intervenção estatal se desenvolvem a partir da era Vargas: a produção direta ou financiamento de moradia, a regulamentação do

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 56.

mercado de locações e a complementação urbana da periferia. Elas representam uma interferência do poder público em um setor que era até então exclusivo da iniciativa privada.

Conforme Nabil Bonduki descreve, o aparecimento do problema habitacional data do final do século XX com as soluções produzidas pelo mercado rentista em meio ao que ele denominou primórdios da intervenção estatal na habitação, caracterizada pelo higienismo.

O debate sobre a questão habitacional da década de 1940 apresenta a falência da iniciativa privada em dar solução ao problema da moradia dos trabalhadores e o chamamento à intervenção do Estado para o seu encaminhamento estimulando o acesso à casa própria de todas as formas possíveis. Quando tem início, através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões - IAPs e da Fundação da Casa Própria - FCP, a produção e o financiamento estatal de habitação ¹¹⁰.

Os primeiros conjuntos habitacionais produzidos no País representaram a formulação de uma nova proposta, não apenas de arquitetura e urbanismo, como também de produção incorporando os pressupostos do Movimento Moderno, que ofereciam como instrumentos para atender as grandes demandas existentes nas cidades contemporâneas, marcadas pela presença do operariado, a edificação em série, com padronização e pré-fabricação.

Após analisar as várias versões da Lei do Inquilinato e suas implicações junto aos agentes envolvidos detém-se nas suas consequências sobre o mercado rentista, com enfoque na crise habitacional dos anos 1940,

¹¹⁰ A grande produção habitacional dos anos 1940, realizada pelos IAPs, é apresentada pela primeira vez de modo sistemático por Bonduki em sua obra.

que estimula a formação de novas alternativas de moradia, como as favelas e o auto-emprego da casa própria na periferia.

O caráter interdisciplinar do estudo realizado por Nabil Bonduki pode ter fragilizado algumas de suas reflexões segundo ele, porém entende que uma análise consistente da habitação não pode ser realizada de outra forma e que eventuais fragilidades são plenamente compensadas pela abrangência e multiplicidade de visões implicadas em seu trabalho. As suas análises são válidas para o País como um todo, na medida em que se referem às intervenções do governo federal com abrangência nacional.

Paulo Bruna em seu livro *Os Primeiros Arquitetos Modernos* trata daqueles que idealizaram e projetaram os grandes conjuntos habitacionais construídos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões, a partir de meados dos anos 1930, no governo de Getúlio Vargas que instaura um processo de modernização e integração do País. Governo cuja legitimação viria do apoio das crescentes massas proletárias, que migravam para as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida.

O que ele demonstra é que os arquitetos, desde o início, estão associados a obras notáveis e que são mal estudadas pela historiografia oficial da arquitetura moderna brasileira. Esses arquitetos não apenas conheciam em profundidade o que se havia construído nos anos anteriores na Europa, como sabiam das obras de Ernst May em Frankfurt, de Martin Wagner e Bruno Taut em Berlim ou de Walter Gropius em Dessau e Berlim, estando também inteirados do discurso teórico e prático dos primeiros congressos CIAM.

No Primeiro Congresso Brasileiro de Habitação, que aconteceu em 1931, o arquiteto Bruno Simões Magro não apenas cita, mas também comenta e critica as realizações daqueles anos, com conhecimento e objetividade.

Paulo Bruna elucida as categorias metodológicas as quais se vincula o Movimento Moderno e examina as suas repercussões no Brasil, apresentando as principais obras construídas pelos IAPs em São Paulo. Ressalta o estudo de

implantação urbanística e detalhamento das unidades, como Vila Guiomar em Santo André, projeto do arquiteto Carlos Frederico Ferreira; o conjunto na Várzea do Carmo em São Paulo, projeto do arquiteto Atílio Correia Lima; o conjunto Santa Cruz do arquiteto Marcial Fleury de Oliveira, entre outros, igualmente interessantes. Esta é uma contribuição fundamental para o processo de revisão da História da Arquitetura Moderna no Brasil.

Segundo Bruna é possível entender as origens do Movimento Moderno pelo contínuo abandono por parte dos arquitetos progressistas de suas atitudes subjetivas, passando a se dedicar de forma racional e objetiva ao problema da habitação proletária. O entendimento de que a habitação mínima seria a propulsora de uma nova maneira de viver e de um novo comportamento social em que o Estado teria o poder de planejar em larga escala, em consonância com a intensa urbanização que a sociedade industrial vinha produzindo.

Salienta que a história da arquitetura brasileira mais recente está a merecer uma revisão, na medida em que um número significativo de magníficas realizações, até hoje pouco conhecidas, for sendo estudado e documentado. Além de destacar que também ainda são pouco estudadas e analisadas as organizações sociais e políticas, as quais mereceriam uma maior atenção.

A obra de Nabil Bonduki, *Os pioneiros da habitação social* dividida em três volumes trata dos fundamentos e práticas da política habitacional brasileira ao longo de um século e dos avanços e retrocessos arquitetônicos no mesmo período. O volume 1, *Cem anos de política pública no Brasil*, apresenta e comenta a história da habitação pública no país, abordando em detalhes, na segunda parte, a produção dos institutos de previdência, responsáveis pela moradia pública na era Vargas. O volume 2, *Inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964*, traz o levantamento e a documentação dos projetos realizados naquele período, incluindo material gráfico de cada um

desenhados em escalas comparáveis. E o volume 3, *Onze propostas de morar para o Brasil moderno*, estuda em profundidade alguns desses projetos.

2. Revisão histórica das questões feministas

Este capítulo se detém na reflexão sobre os feminismos, as teorias feministas dos estudos de gênero e a participação de mulheres no campo da arquitetura e do urbanismo. Além de incluir os temas da identidade e da diferença, do subúrbio e da segregação socioespacial e do culto à domesticidade.

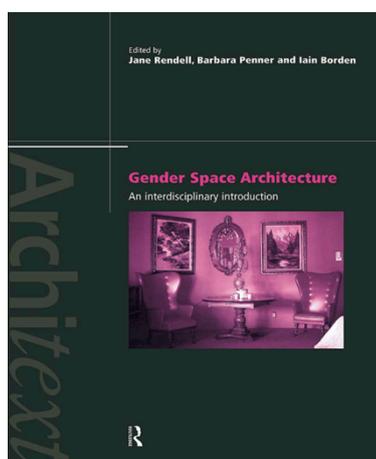


Figura 3: capa do livro *Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introduction*.

A primeira seção, os feminismos, traz uma revisão teórica sobre sua trajetória dividida em três ondas. A primeira onda do feminismo se apresenta como forma de política liberal na luta pela igualdade de direitos das mulheres a partir do século XIX. A segunda onda, apresenta como característica principal a distinção entre homens e mulheres a partir da década de 1970. Na sequência, surgem as feministas com abordagens socialista e marxista, ocasião

em que é necessária a discriminação entre as abordagens marxista e feministas. Em 1980, são reivindicadas as vozes de outras mulheres que não se sentem incluídas no discurso feminista, geralmente feito por mulheres brancas, de classe média. E, por último, destacam-se as feministas francesas que pensam o corpo como construção social. Após a década de 1990, o movimento em desenvolvimento não é tão distinto do anterior, composto por mulheres e homens jovens unidos pelo ideal de mudança. As condições e possibilidades desta etapa atingem alcance internacional, contam com o suporte de novas formas de tecnologia e comunicação.

A segunda seção apresenta uma breve introdução à questão da teoria de gênero que será aprofundada no próximo capítulo em abordagem de gênero na habitação e no urbanismo.

A terceira seção, mulheres no campo da arquitetura e do urbanismo, identifica a relação de mulheres com a profissão e distingue algumas relações entre as mulheres e os homens no meio profissional da arquitetura e do urbanismo.

A quarta seção, Identidade e diferença, trata a questão de cidades multiculturais e multiétnicas do século XXI e a relação com o medo do outro.

A quinta seção, Gênero, subúrbio e segregação socioespacial, assinala a propensão à construção de cidades homogêneas baseadas no ideal de subúrbio, que valoriza a perspectiva econômica em detrimento da construção social. Outro modelo hegemônico é o do condomínio fechado aplicado em cidades de países em desenvolvimento, com base na cultura norte-americana de subúrbios segregados.

A sexta seção dedica-se ao culto à domesticidade na busca de modelos alternativos de cidades para a viabilização de uma sociedade inclusiva. É delineada a contradição entre o ideal da casa dos sonhos, construída no subúrbio e a possibilidade de uma cidade inclusiva através da diversidade de usos.

2.1 Os feminismos

Composto por práticas diversas, os feminismos podem ser descritos como movimentos políticos que abrangem tanto a ação prática quanto a teoria. Uma das maneiras de entender o que constitui uma abordagem feminista é considerar como as diferenças entre sexo, gênero, raça, classe e sexualidade estruturam a sociedade.

A primeira onda dos feminismos pode ser entendida como uma forma de política liberal que busca a igualdade de direitos das mulheres. O feminismo burguês e o que tinha lugar no seio do movimento operário possuíam um elemento de articulação que permitia uma unidade de ação em algumas circunstâncias e alguns países: a demanda pela emancipação feminina¹¹¹. Em termos de igualdade – o que significava uma mulher ser igual a um homem – ainda não era questionado neste contexto ¹¹².

O elemento central da primeira onda era a inclusão das mulheres à educação e ao mundo do trabalho, a plena cidadania e o direito a participação na vida política ¹¹³.

A obra de Simone de Beauvoir (1949), *O segundo sexo* [fig. 4], antecipou o conceito de gênero. Ela considera que as mulheres são “outras” em relação

¹¹¹ Cinzia Arruzza, *Las Sin Parte: Matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo*, 2015, p.59.

¹¹² Jane Rendell, Barbara Penner e Iain Border, *Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introduction*, 2000.

¹¹³ Cinzia Arruzza, *Las Sin Parte: Matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo*, 2015, p.60.

aos homens, sendo cada ser humano um indivíduo singular, separado. A influência de suas ideias constituiu um dos pilares da teoria feminista ¹¹⁴.

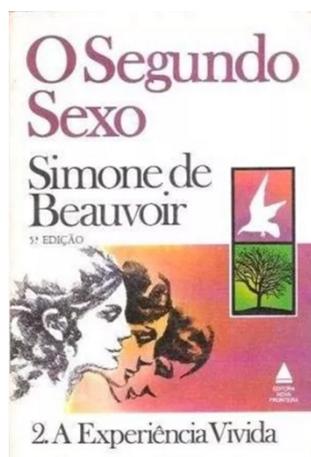


Figura 4: capa do livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir.

Simone de Beauvoir parte da premissa de que a mulher ao se definir precisa antes dizer: “Eu sou uma mulher ¹¹⁵”. Um homem não se apresenta como um indivíduo de determinado sexo, não há necessidade de dizer que é homem. A humanidade é do sexo masculino e o homem define a mulher não em si mesma, mas em relação a ele.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (Simone de Beauvoir, 1949, p. 9-10, tradução nossa).

Com esta afirmação Simone de Beauvoir destaca o caráter social, histórico e cultural por trás da concepção do que é ser mulher. Em seu livro constata que a exclusão e a opressão sistemática da mulher e a criação do papel da mulher pelos homens sempre existiu.

A segunda onda dos feminismos emerge entre as décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos, com o discurso de que as mulheres eram diferentes

¹¹⁴ Simone de Beauvoir, “*The second sex*”, 1949, p. 16-30.

¹¹⁵ Simone de Beauvoir, “*The second sex*”, 1949, p. 30-31.

dos homens ¹¹⁶. Esta segunda onda apresenta a ruptura do feminismo com o movimento operário e substituí o modelo de emancipação fundamentado na reivindicação de igualdade com relação aos homens ¹¹⁷.

Nesse momento tem lugar a crítica e a desconstrução sistemática do caráter patriarcal presente nas formas da política, da vida social e cultural. Apenas os homens haviam acedido à ordem simbólica, construindo a sua imagem e semelhança enquanto as mulheres eram excluídas ¹¹⁸.

Essa onda feminista difundiu-se por todo o mundo na intercessão entre os movimentos estudantis e juvenis, o novo movimento operário, as lutas de liberação nacional, os movimentos antissegregacionistas, o *Black Power* etc.

Um dos relatos mais influentes sobre a maneira pela qual a diferença entre os sexos marginalizou as mulheres foi feito pela feminista americana Betty Friedan que, ao descrever “o problema sem nome ¹¹⁹”, faz uma crítica dos efeitos da vida doméstica sobre as mulheres nos subúrbios. Este tema será retomado na seção – Gênero, subúrbio e segregação socioespacial.

Em 1960, “o problema sem nome” entrou em ebulição sintetizado pela imagem da dona de casa americana feliz [fig. 5]. As mulheres, sobre as quais recai esse problema, têm vivido toda a sua vida na busca da satisfação feminina. Elas não exercem atividades remuneradas e sua maior ambição têm sido o casamento e os filhos¹²⁰.

¹¹⁶Jane Rendell, Barbara Penner e Iain Border, “*Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introduction*”, 2000.

¹¹⁷Cinzia Arruzza, “*Las Sin Parte: Matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo*”, 2015, p. 60.

¹¹⁸*Ibidem*, p.61-62.

¹¹⁹Betty Friedan, “*The Problem that Has No Name*, in *The Feminine Mystique*”, 1963, p. 33-34.

¹²⁰*Ibidem*, p. 36-41.



Figura 5: The problem that has no name em

<http://gender-archives.leeds.ac.uk/tag/womens-history-poster-series/>

Betty Friedan ajudou as mulheres a perceberem que a sua insatisfação era real. Elas eram capazes de se relacionar com o livro porque ela era a mulher ali descrita: branca, educada, do lar, com foco na maternidade e entediada.

O movimento feminista norte-americano se consolida entre a pequena burguesia e as classes médias intelectuais, organizado por pequenos grupos de mulheres conscientes de seu lugar. Este movimento reconsidera a perspectiva de “classe sem gênero” do movimento operário e da tradição marxista propondo a noção de “gênero como classe”. Para as feministas materialistas como Christine Delphy, eram os homens (e não tanto o capitalismo), os que, no marco de um modo de produção patriarcal, se apropriavam do trabalho reprodutivo das mulheres ¹²¹.

¹²¹ Ezquera em Cinzia Arruzza, “Las Sin Parte: Matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo”, 2015, p.12.

Homens e mulheres constituíam classes antagônicas, e as mulheres eram exploradas pelos homens. A principal contribuição de feministas como Christine Delphy foi trazer à luz a importância do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres. Esse tema, que envolve as atividades produtivas e reprodutivas será tratado adiante na tese.

Três textos publicados em 1970 influenciaram o movimento feminista. *La dialética del sexo*, de Sherlamith Firestone, que apresentava uma teoria do feminismo radical, *Política Sexual*, de Kate Millet, e *Sisterhood in Powerfull*, de Robin Morgan.

Robin Morgan preconizava um abraço universal entre as mulheres contra a opressão comum, o sexismo, que segundo ela representava a matriz de todas as opressões: capitalismo, racismo e imperialismo. Essa ideia de irmandade universal foi fortemente posta em xeque pelas ativistas afro-americanas, mexicanas e pela classe operária ¹²².

Uma nova leva de ativistas e de escritos feministas desencadeou a desconstrução da cidade tal como compreendida pelo pensamento modernista. A ordem espacial da cidade industrial moderna passou a ser vista como profundamente patriarcal, ou seja, “a dominação dos homens sobre as mulheres foi escrita pela arquitetura, desenho urbano e forma da cidade ¹²³”. Movimentos sociais urbanos encabeçaram a defesa das necessidades das mulheres na cidade, como a melhoria de transporte e equipamentos públicos, a coletivização dos cuidados às crianças, a segurança e o direito de ocupar o espaço público tanto de dia quanto à noite e assim por diante ¹²⁴.

Este ataque crítico, combinado ao ativismo social e as demandas subsequentes para gerar práticas de planejamento urbano, no início pareciam

¹²² Cinzia Arruzza, “*Las Sin Parte: Matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo*”, 2015, p. 64.

¹²³ Leonie Sandercock, “*Cosmopolis II, Mongrel cities in the 21st century*”, 2003, p. 25.

¹²⁴ *Ibidem*.

contidos dentro de um paradigma modernista, porém o papel das críticas feministas na promoção do trabalho das mulheres e no levantamento de questões de gênero e sexismo no projeto arquitetônico representaram um passo importante.

As feministas socialistas e marxistas também vinham criticando o ambiente “feito pelo homem” e promovendo diferentes tipos de projetos arquitetônicos. No final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, as feministas do planejamento e da arquitetura nos Estados Unidos e na Europa se preocupavam com o impacto na produção e utilização do espaço provocado pelas diferenças de gênero e com as experiências das mulheres como usuárias desses espaços

125

Flora Tristan, na obra *La Unión Obrera* (1843), precedia as teorias de Karl Marx e Friedrich Engels, propondo a construção de uma Internacional Operária para agrupar os trabalhadores. Um capítulo da obra estava dedicado aos direitos das mulheres e trazia à luz a relação entre homens e mulheres na família operária. A mulher operária era submetida a uma condição de inferioridade sob a responsabilidade de uma sociedade que a colocava neste papel ¹²⁶.

O problema enfrentado pelas análises feministas e marxistas pode ser visto em termos dos objetos das duas perspectivas. A análise marxista do capitalismo é concebida em torno de uma contradição fundamental entre trabalho e capital e opera com categorias que não fazem distinção entre os sexos. Desta forma, não coloca em pauta diretamente o sexo dos exploradores e dos explorados, cujo trabalho é apropriado.

O feminismo enfatiza as relações de gênero – trata a opressão das mulheres pelos homens – tema que o marxismo manteve em silêncio. Apesar

¹²⁵ *Ibidem*, p. 229.

¹²⁶ Cinzia Arruzza, “*Las Sin Parte: Matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo*”, 2015, p. 25.

da diversidade de enfoques feministas, está claro que qualquer feminismo deve insistir no caráter específico das relações de gênero¹²⁷.

Durante o século XIX e parte do XX, as vozes do movimento operário eram contra a participação da mulher no mercado de trabalho. Discursos proclamando o lar como o lugar da mulher, como os da I Internacional permaneciam vigentes. Fruto de considerações econômicas e moralistas, mantém a percepção da mulher como inferior ao homem combinada ao efeito da baixa dos salários globais. O capital utilizou historicamente a força de trabalho feminino e infantil para reduzir custos. Ao invés de lutar por igualdade de salários e direitos iguais a todos e todas, o movimento operário optou por reivindicar o salário familiar, que excluía as mulheres do mercado de trabalho ¹²⁸.

A partir do início de 1980, a análise urbana feminista passou a ser questionada pelas mulheres de outras etnias, portadoras de deficiências físicas e homossexuais que não se sentiam incluídas naquele discurso. Também se somaram a essa crítica a voz das mulheres que não pertenciam à classe média, heterossexual e de família nuclear, com base metropolitana e vida relativamente privilegiada, que muitas vezes dependiam de mulheres de outras etnias, de países em desenvolvimento para manter suas casas limpas, fazer as compras, cozinhar e cuidar de seus filhos.

Essas mulheres – de diferentes raças, etnias, preferências sexuais – constituem as “vozes das fronteiras”, que se encontram de uma forma ou de outra à margem e fazem parte de um dos maiores desafios do paradigma de planejamento modernista – a ascensão da sociedade civil. As vozes das fronteiras habitam e incorporam a nova política cultural da diferença. Juntas

¹²⁷ Barrett apud, Jane Rendell, Barbara Penner e Iain Border, *“Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introduction”*, 2000, p. 45.

¹²⁸ Sandra Ezquerra, *“Por un feminismo anticapitalista del aquí y dela hora”* em: Cinzia Arruzza, *“Las Sin Parte: Matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo”*, 2015, p. 10.

sugerem que a justiça social nas cidades e regiões pós-modernas é inseparável do respeito por um envolvimento com esses movimentos sociais e com a política da identidade e da diferença¹²⁹. Este ponto ganha destaque na seção Identidade e diferença.

2.2 Teoria feminista dos estudos de Gênero

O ensino das carreiras técnicas teve como base os princípios do urbanismo racionalista do século XX, que planejava o ambiente urbano e a arquitetura centrados em um “homem tipo” universal. É neste ponto que a teoria feminista dos estudos de gênero apresenta uma crítica especial: “cidadãos e cidadãs não somos os mesmos; a primeira diferença se dá entre homens e mulheres, especialmente pelos papéis atribuídos culturalmente a cada um¹³⁰”.

Analisar a arquitetura e o urbanismo sob um enfoque feminino implica a valorização das pessoas, na medida em que tal visão procura dar visibilidade às necessidades cotidianas de grupos, de sexos, idades raças e etnias diferentes a partir de suas próprias experiências diárias.

Este tópico estabelece as bases metodológicas para a análise da contribuição de quatro mulheres da vanguarda do século XX e faz uma reflexão sobre as razões pelas quais o urbanismo, de um modo geral, ainda

¹²⁹ Leonie Sandercock, “Cosmopolis II, Mongrel cities in the 21st century”, 2003, p. 26-27.

¹³⁰ Muxí Martínez, Zaida, colaboração Casanovas, Roser. (Barcelona, 28 de janeiro de 2009). Texto preparatório para o debate: Las mujeres transformamos los espacios de la ciudad para la vida cotidiana.

não incorpora a perspectiva de gênero em sua atuação prática e técnica nos dias de hoje.

O estudo de gênero destaca e valoriza as necessidades cotidianas e, a partir de metodologia específica, é capaz de acolher as diversidades de experiências e necessidades das pessoas. A habitação tradicionalmente é projetada para o “homem novo”, um ser humano ideal, e a perspectiva de gênero leva em conta individualmente cada pessoa, com as suas particularidades. A garantia ao direito à cidade e à habitação digna e de qualidade são aspectos considerados essenciais ao desenvolvimento da vida cotidiana, assim como a mistura de usos e a oferta de diferentes tipologias aos grupos sociais, em conformidade com a sua diversidade.

Um dos objetos dos estudos feministas vem sendo a questão do estatuto das mulheres, isto é, os papéis e as posições que as mulheres ocupam na sociedade, em relação aos homens ¹³¹. É indispensável voltar o olhar para as relações entre o doméstico e as ordens públicas e à organização das forças produtivas da sociedade, para compreender a ordem doméstica atribuída historicamente às mulheres.

Teorias de mudança social que são derivadas de abordagens de gênero neutro para a história assumem que quando o ‘quadro’ se altera para melhor, favorece as mulheres também. Este não foi sempre o caso e nem sempre é uma suposição razoável (SANDERCOCK, 2003, p. 49, tradução nossa).

Com a intensificação da divisão público-privada no período industrial, a presença de mulheres nas ruas e em locais públicos que ingressavam no trabalho produtivo causou enorme ansiedade por parte dos homens e motivou inúmeros discursos morais e regulamentares ¹³². Neste contexto um

¹³¹ Leonie Sandercock, “Cosmopolis II, Mongrel cities in the 21st century”, 2003, p. 47.

¹³² Wilson, 1992, p.90 apud Leonie Sandercock, “Cosmopolis II, Mongrel cities in the 21st century”, 2003, p. 49.

grupo de feministas francesas desenvolve um trabalho que tem como ponto de partida o corpo feminino como construção social ¹³³.

A crítica urbana Barbara Hooper destaca-se ao tomar como objeto de análise o corpo feminino, fundamentada nas teorias feminista e de Michel Foucault, Henri Lefebvre e Michel de Certeau. É sua a seguinte reflexão:

como e por que o corpo da mulher foi submetido a uma ordenação no espaço social, através dos discursos hegemônicos e práticas disciplinares das ciências sociais e naturais, da medicina à psiquiatria para a patologia urbana, higiene pública e, naturalmente, o planejamento (HOOPER, 1998, 2002 apud SANDERCOCK, 2003, p. 52).

A temática dos corpos, das cidades e da ordem social oferece uma maneira radicalmente diferente de conceituar e compreender as intenções e práticas de planejamento. O ensaio de Barbara Hooper mostra as relações nas ruas de Paris, no século XIX, particularmente dos corpos femininos, como uma ameaça à ordem masculina e social.

Barbara Hooper argumenta que o planejamento moderno tinha como ideia um plano científico e racional para subjugar a desordem das cidades – pobreza e miséria – fruto do capitalismo industrial. O planejamento urbano alicerçado na tradição patriarcal criava novas formas de controle social dirigido às mulheres. Os planos para "a cidade moderna" de Georges-Eugène Haussmann, Le Corbusier e seus contemporâneos são interpretados como "poemas de desejo masculino", fantasias de controle, escritos contra os medos e as convulsões do século XIX que o corpo feminino veio a representar ¹³⁴.

2.3 Mulheres no campo da arquitetura e do urbanismo

¹³³ Leonie Sandercock, "Cosmopolis II, Mongrel cities in the 21st century", 2003, p. 49.

¹³⁴ Barbara Hooper, 1998:2002 apud Leonie Sandercock, "Cosmopolis II, Mongrel cities in the 21st century", 2003, p. 52.

2.3. Mulheres no campo da arquitetura e do urbanismo

Historiadoras feministas de arquitetura, ao longo dos últimos anos, com o objetivo de dar visibilidade as mulheres, examinam o papel desenvolvido por elas sobre o ambiente construído. As historiadoras tomaram como ponto de partida uma nova abordagem da disciplina ao verificar que o campo da arquitetura apresentava um número reduzido de arquitetas mulheres. Elas partiram da noção de que o profissional arquiteto não é o único envolvido na produção arquitetônica, o que leva a indícios da contribuição das mulheres para além da profissão.

Gwendolyn Wright, Lynne Walker, Suzanne Stephens, Dolores Hayden e Alice Friedman estão entre as historiadoras que ao olharem para além da profissão da arquitetura, deram visibilidade a um corpo significativo de mulheres. Entre elas, Catherine Bauer, Jane Jacobs Catherine Beecher Stowe, Melusina Fay Peirce, Charlotte Perkins Gilman e Truus Schröder que atuaram na elaboração da arquitetura doméstica, em novas ideologias arquitetônicas e no desenho das cidades.

Os trabalhos de Lynne Walker, no Reino Unido, e de Gwendolyn Wright nos Estados Unidos enfatizam um aspecto importante da recuperação histórica da contribuição das mulheres à arquitetura. Elas destacam as maneiras pelas quais as mulheres tiveram que lutar pela sua inclusão na profissão, desde sua aceitação em instituições de ensino de arquitetura até se estabelecerem em escritórios como arquitetas profissionais ¹³⁵.

A profissão de arquiteto definida entre meados do século XIX e início do século XX, entre os americanos, apresentava restrita participação de

¹³⁵Barrett apud, Jane Rendell, Barbara Penner e Iain Border, *“Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introduction”*, 2000, p. 227.

mulheres. Uma vez que a prática arquitetônica era dominada por homens, poucas mulheres desafiaram essa tendência ou competiram com eles. Elas praticaram os trabalhos que seus colegas haviam deixado de lado ou tratado periféricamente, tais como a arquitetura doméstica e especialmente os interiores.

Durante muito tempo as mulheres estiveram à margem da prática e teoria arquitetônica, o que não impediu que a voz de algumas mulheres ganhasse repercussão começando pela: crítica das feministas materialistas na Revolução Industrial, passando pelas pioneiras do Movimento Moderno, até as teóricas do urbanismo dos anos 1970 como Jane Jacobs ou Denise Scott Brown. A importância em recuperar a voz de mulheres na arquitetura é fundamental para a construção de um mundo no qual a igualdade das relações de gênero passe de ser um direito a converter-se em realidade. A igualdade de gênero é um direito humano e deve ser entendida como abordagem imprescindível para o direito à cidade ¹³⁶.

A questão do lugar das mulheres na prática arquitetônica foi influenciada pelos rígidos estereótipos sexuais da sociedade vitoriana, o que evitou de certa forma uma tensão entre os papéis sexuais femininos aceitos pela sociedade e os direitos das mulheres pela igualdade de oportunidade na profissão ¹³⁷.

As mulheres atendendo às necessidades do lar e da família atuavam na reforma do planejamento doméstico com especial atenção às necessidades de outras mulheres. A associação das mulheres à arquitetura doméstica e sua discriminação em outras áreas, não foi resultado de uma escolha e sim de

¹³⁶ María Novas, 2014. "Arquitectura y Género: una reflexión teórica", p.12. Máster Universitario en Investigación Aplicada en Estudios Feministas, de Género y Ciudadanía. Instituto Universitario de Estudios Feministas y de Género. Facultad de Ciencias Humanas y Sociales. Universitat Jaume I. Valencia, Espanha.

¹³⁷ Gwendolyn Wright, 1977, "On the fringe of the profession: Women American Architecture" em Kostof, Spiro "In the Architect: Chapters in the history of the profession, p.280.

uma pressão inflexível de peso político, através de escritórios, escolas e imprensa.

Nesse contexto a sensibilidade e a espiritualidade personificadas pela mulher determinam o culto à vida doméstica, enquanto ao homem é assegurado o ambiente comercial. Assim o mundo do lar e dos negócios eram vistos como opostos polares, moral e ambientalmente. Nessa filosofia se a mulher – de classe media ou alta – saísse de casa, ela deveria priorizar assuntos relacionados à vida doméstica. Ao gerenciarem suas casas, entendiam como ela funcionava, o que proporcionava a aplicação desse conhecimento a projetos de melhores casas. Essa posição vista desde a perspectiva de gênero não constituía uma exigência de igualdade de sexos.

Nessa época o arquiteto privilegiava a teoria sobre a prática, o profissional teórico sobre o usuário, o projeto monumental sobre a construção comum, bem como os homens sobre as mulheres. Com uma política tão articulada em campo conservador, poucas mulheres exerceram a profissão de arquitetas apesar do grande interesse em arquitetura voltada para a moradia.

A feminilidade versus o contexto profissional gerava muito conflitos para a mulher que se lançasse no exercício da profissão. A pressão para o sucesso como indivíduo e os papéis atribuídos à mulher criavam uma tensão fazendo com que a maioria acreditasse que os problemas que tinham lugar profissionalmente eram de sua própria criação. Nesse cenário as “mulheres que se tornaram arquitetas reconheceram a natureza instável de sua posição”

¹³⁸.

Sobre o engajamento das mulheres com a arquitetura Gwendolyn Wright, em 1977, identifica quatro áreas da prática feminina envolvendo o “dilema de papéis ¹³⁹”, que procuravam esclarecer a contradição existente

¹³⁸ *Ibidem*, p.283-284.

¹³⁹ *Ibidem*.

entre eles. Dois eram papéis profissionais. A mulher bem sucedida ¹⁴⁰ dedicava-se totalmente ao seu trabalho e a designer anônima que tolerava a discriminação de seu reconhecimento em escritórios e na imprensa. A arquiteta mulher raramente conseguiu conciliar o papel de esposa e mãe com demandas profissionais.

Os outros dois eram papéis de atuação em outras áreas. O papel mais conhecido e aceito era exercido por mulheres que se tornaram adjuntas à profissão. Preocupadas com aspectos sociais do ambiente construído, eram planejadoras, programadoras, críticas, escritoras e jornalistas. Outro papel era o de reformadoras ¹⁴¹ dedicadas a criar alternativas, defendendo a reforma legislativa ou construindo novos tipos de instituições domésticas.

A preocupação com a reforma do ambiente social superou a preocupação com a estética ou com o status profissional. O processo de design muitas vezes era coletivo, os programas eram integrações conscientes entre leigos e especialistas, entre o ambiente de trabalho e a vida familiar.

Suzanne Stephens, no mesmo ano de 1977, no livro *Women in American Architecture: A historic and contemporary perspective*, utiliza a categorização feita por Gwendolyn Wright, trazendo exemplos de quatro mulheres que exerciam papéis de “adjuntas”, como críticas de arquitetura. Embora nenhuma dessas mulheres tenha realizado formação em arquitetura, cada uma delas conseguiu postular e comunicar questões pertinentes para a profissão e para o público em geral. O discurso dessas mulheres influenciou decisões que deram forma a evolução da paisagem física nas cidades.

As abordagens feministas, a partir do final da década de 1970 preocuparam-se em entender os edifícios como lugares nos quais as relações de gênero são produzidas, reproduzidas e negociadas. Essas mudanças de

¹⁴⁰ Destaca duas mulheres na história da arquitetura americana que contribuíram significativamente para o ambiente doméstico: Catherine Beecher e Julia Morgan.

¹⁴¹ Tradução livre da profissão de *reformer*.

metodologia defendem a noção de que a forma e o significado de um edifício só podem ser entendidos como o trabalho de muitos atores, não apenas do arquiteto. A arquitetura não é entendida como um objeto, cujo significado está bloqueado em um momento histórico e sim como um processo.

A visão tradicional da história e crítica da arquitetura enfatiza a forma como as ideias são transformadas em edificações através de planos e seções. Esta visão associa a propriedade criativa de um edifício à figura do arquiteto ou da prática arquitetônica excluindo outras possíveis contribuições.

Para a abordagem feminista e para a construção contemporânea da arquitetura como um processo, a minimização do papel do arquiteto dá lugar a uma série de figuras anteriormente ignoradas. A visibilidade da contribuição de mulheres na formação do ambiente construído, apontada no dilema de papéis de Gwendolyn Wright, permite que as mulheres sejam colocadas no centro da discussão.

A abordagem da arquitetura como processo leva em consideração três procedimentos: a produção das ideias do que um edifício deveria ser; a transformação dessas ideias em desenho; e, finalmente, a conversão desses desenhos em forma construída.

Elizabeth Darling, no texto *“Elizabeth Denby or Maxwell Fry? A matter of attribution”*¹⁴² relata esta preocupação atual em dar visibilidade à contribuição de mulheres ao campo da teoria e prática arquitetônica a partir de um exemplo histórico. O problema enfrentado pela mulher de “fora da profissão”, a consultora em habitação, Elizabeth Denby com relação a atribuição em projetos realizados com o “profissional” arquiteto, Maxwell Fry, em Londres, na década de 1930.

O conflito retrata a relutância do arquiteto em permitir que outros profissionais reivindicuem o projeto de um edifício. Maxwell Fry e Elizabeth

¹⁴² Elizabeth Darling. *“Elizabeth Denby or Maxwell Fry? A matter of attribution”*. No livro: *“Women’s places: architecture and design 1860-1960”*, Capítulo 8.

Denby, argumentaram sobre quem seria o principal responsável e deveria obter o crédito pelo projeto de dois edifícios nos quais ambos colaboraram: RE Sassoon House, em Peckham, no sul de Londres (1934) e Kensal House, no norte de Kensington, Londres (1937).

Elizabeth Denby conheceu a Maxwell Fry em uma festa organizada em um estúdio em Londres. Ambos estavam muito interessados em habitação e por conta disto se conectaram rapidamente. A socióloga foi contratada para assessorar na localização e no desenho de Sassoon House (1933-1934), um bloco residencial de 20 apartamentos e foi ela quem apresentou este projeto a Maxwell Fry. Mais adiante a companhia Gas, Light and Coke Company (GLCC) ofereceu aos dois a proposta de formarem parte de um comitê de arquitetos que daria início ao projeto de Kensal House ¹⁴³.

Durante quatro anos, cada um trabalhou no pressuposto de que compartilhavam a ideia sobre o que constituía o processo criativo. No entanto, em 1937 o nome da consultora Elizabeth Denby foi omitido da lista de crédito em duas publicações de destaque. Para Maxwell Fry ele era o criador do projeto e quanto à Elizabeth Denby o papel que lhe cabia, havia sido refinar alguns detalhes. Por outro lado, a consultora mantinha o contrário, para ela eram suas as criações porque os conceitos para os projetos foram elaborados por ela. Maxwell Fry era simplesmente o canal para suas ideias, que sem elas, não teria tido material para desenhar ¹⁴⁴.

A colaboração entre os dois não conseguiu sobreviver a essas diferenças e a parceria terminou. Os projetos de Sassoon e Kensal Houses ainda são rotineiramente atribuídos a Maxwell Fry sozinho e o papel de Elizabeth Denby na criação dos dois ainda não foi devidamente reconhecido.

¹⁴³ Marta López García, no artigo “Gender Resistance: Kensal House”, 8/9/17.

<http://www.hiddenarchitecture.net/2017/09/gender-resistance-kensal-house.html>

¹⁴⁴ *Ibidem*, p.153.

Apesar desse conflito com relação aos projetos de Sasson e Kensal Houses o presente trabalho ressalta a colaboração de Elizabeth Denby nesses projetos e a relevância de sua contribuição como consultora em habitação em diversos trabalhos que culminaram na expressiva obra *Europe Rehoused*, de 1938 recém reeditada.

As demais protagonistas, em destaque no presente trabalho, podem ser incluídas na análise que envolve as questões apontadas pelo “dilema de papéis” de Gwendolyn Wright e a influência da relação delas com figuras masculinas de arquitetos do Movimento Moderno. Catherine Bauer se enquadra no papel de reformadora das ideias que fundamentam o ambiente social. Se auto-intitulava *Houser* com um grupo de ativistas que defendiam a causa habitacional.

Nos Estados Unidos ela cria a reforma legislativa habitacional com base no modelo europeu. Sua obra *Modern Housing* teve expressão internacional, exercendo influência nas políticas habitacionais de diversos países. E como exemplo do vasto resultado de seu trabalho, está o Housing Act de 1937.

Seus êxitos não a eximem de também haver enfrentado dificuldades de autoria nos artigos que escreveu com Lewis Mumford, base para a redação de sua obra *Modern Housing*, 1934. Os créditos de três artigos, publicados pela revista *Fortune*, foram atribuídos somente a Lewis Mumford, não obstante o trabalho de campo, a informação factual e muitas das ilustrações e legendas terem sido produzidos por Catherine Bauer.

A revista *Fortune*, considerava a ideia de uma construção social da habitação uma perspectiva radical e cancelou dois dos cinco artigos da série. Para os editores da revista, casas, assim como carros, deveriam ser fabricadas em massa, com financiamento privado. Eles sustentavam que em razão dos ideais americanos era inaceitável a habitação ser subsidiada pelo Estado.

Apesar da invisibilidade de autoria dos artigos mencionados, o arquiteto Lewis Mumford acompanhou e incentivou desde o início a carreira de Catherine Bauer até ela tornar-se *Houser*. Ele reconhece o potencial da companheira e seu trabalho profissional na habitação, não a discriminava por ser mulher, ativista feminista ou por atuar “fora da profissão de arquiteto”. A colocou à frente de projetos sobre o tema e em contato com importantes expoentes na arquitetura modernista, profissionais arquitetos, editores de revistas e diretores de museus nos Estados Unidos e na Europa.

Como reformadora Catherine Bauer atingiu grande expressão profissional no tema da habitação social. Desta forma vai ter o prefácio de seu livro *Modern Housing* escrito pelo arquiteto Walter Gropius na versão americana. A consultora Elizabeth Denby faz referência ao *Modern Housing* no prefácio de sua obra *Europe Rehoused*. Carmen Portinho ao escrever uma série de artigos intitulados *Habitação Popular* tem como base a obra de Catherine Bauer, mantendo essa referência ao elaborar o programa habitacional para o Rio de Janeiro.

Esses exemplos são apenas uma parte do reconhecimento da obra de Catherine Bauer naquela época e demonstram como as protagonistas do Movimento Moderno estavam de certa forma conectadas.

Este trabalho pretende dar visibilidade não apenas a obra individual de cada uma dessas mulheres, mas a esse conjunto de saberes femininos que dialogavam entre si. Naquela época havia um alinhamento de pensamento em torno da construção da habitação social representado por mulheres arquitetas, consultoras, reformadoras, planejadoras urbanas e engenheiras. A diversidade profissional de cada uma somada ao ativismo feminista contribuiu para a construção de uma ideia de habitação que constrói cidade.

O que se procura com essa investigação é a inclusão do saber feminino no centro da discussão da cidade, as mulheres foram levadas a trabalhar com o doméstico e a habitação por uma maior afinidade com o tema, sendo que

essas quatro mulheres, assim como muitas outras foram além dos limites impostos pelo sexo e trabalharam com todas as escalas da habitação na cidade.

Outro ponto a ser discutido refere-se a relação estabelecida entre o profissional arquiteto e suas clientes. Atividades como a arquitetura, o planejamento urbano e o paisagismo têm sido tradicionalmente exercidas por homens e os profissionais arquitetos não perceberam as mulheres como profissionais, mas somente como clientes passivas.

No entanto, clientes mulheres foram muitas vezes paradigmáticas na construção do ideal de casa como demonstra Alice Friedman na obra, *Women and the making of the Modern House*¹⁴⁵. Nela, analisa uma série de projetos de casas unifamiliares feitas para clientes mulheres que contribuíram para redefinir a vida doméstica, reformas sociais e novos papéis para as mulheres na sociedade americana.

Ela se propõe a reexaminar as mudanças estilísticas, relações de gênero e estrutura familiar, através de técnicas convencionais e não convencionais no planejamento e no projeto da habitação.

Aponta como os trabalhos mais interessantes e inovadores do arquiteto Frank Lloyd Wright, as casas desenhadas para suas clientes mulheres com fortes ideais de vanguarda, no final da década de 1920. A casa era considerada como uma força de mudança para a sociedade americana e o arquiteto aceitava o desafio de desenhar casas para clientes mulheres não convencionais, com programas híbridos que envolviam atividades domésticas tradicionais e não usuais¹⁴⁶.

A casa Schröder desenhada em 1923-1924, pelo arquiteto Gerrit Rietveld e planejada pela própria Truus Schröder expressa novas idéias. A

¹⁴⁵ Alice T. Friedman. "Women and the Making of the Modern House: A Social and Architectural History", 1998 (2006).

¹⁴⁶ *Ibidem*, p.11.

casa para a jovem viúva com três filhos, de doze, onze e seis anos, se propõe como uma visão da vida familiar no mundo moderno, não se restringe a natureza dos materiais e design arquitetônico, mas privilegia uma filosofia de educação progressiva.

A casa pode ser definida com uma dupla personalidade – lúdica e despreocupada, por um lado, disciplinada e até mesmo moralista, por outro – reflete as complexas personalidades do arquiteto e da cliente e a natureza única da colaboração entre Gerrit Rietveld, que nunca antes havia construído e Truus Schröder, uma mulher com ideias claras sobre onde e como desejava morar. A residência serviu como oportunidade para criar um ambiente moderno, livre das tradições e regras repressivas, tanto sociais quanto arquitetônicas. Esse projeto é inovador e apresenta a possibilidade de apropriação do espaço segundo o uso: uma série de painéis móveis permite a o uso social durante o dia com espaços amplos e a intimidade necessária à família durante a noite. A parceria se manteve e juntos participaram em uma série de importantes projetos nacionais e internacionais, durante as décadas de 1920 e 1930¹⁴⁷.

A obra de Alice Friedman sugere que o papel fundamental desempenhado pelas mulheres na arquitetura doméstica superou os interesses e gostos do arquiteto ou do construtor individual. Ela traça o contexto ideológico em que o projeto da habitação moderna reconstrói as atitudes em relação à família, à sexualidade e ao corpo feminino.

Numa parceria masculino-feminina assumir o papel de arquiteta do sexo feminino tem sido uma escolha da prática arquitetônica para algumas mulheres. Há uma longa tradição de casais arquitetos como Jane Drew e Maxwell Fry, Alison e Peter Smithson, Charles e Ray Eames, Diane Agrest e

¹⁴⁷ *Ibidem*, p.66.

Mario Gandelsonas, Patti e Michael Hopkins, Elizabeth Diller e Ricardo Scofidio.

A parceria entre a engenheira Carmen Portinho, diretora do Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro e o arquiteto Affonso Eduardo Reidy diretor do Departamento de Urbanismo gerou algumas das mais importantes obras que reuniram os princípios do Movimento Moderno no Brasil.

As obras projetadas por Affonso Eduardo Reidy e construídas por Carmen Portinho incluem os conjuntos residenciais Pedregulho e Gávea, o Museu de Arte Moderna, além das casas de Jacarepaguá e de Itaipava, onde viveram. Em função da estreita relação entre os dois departamentos, criava-se uma situação privilegiada para que os conjuntos residenciais estivessem articulados com o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro ¹⁴⁸.

Outra parceria entre arquitetos teve grande repercussão no ambiente construído na Alemanha e na produção habitacional e discussão levada aos CIAMs no período entre guerras. A dupla formada pela arquiteta austríaca Margarete Schütte-Lihotzky e o arquiteto alemão Ernst May à frente do programa habitacional em Frankfurt am Main produziu novas tipologias habitacionais.

O papel da mulher arquiteta em alguns casos está relacionado aos aspectos decorativos do projeto e interiores domésticos, ou na aplicação de sistemas concebidos pelo seu parceiro masculino, quem elabora e administra os projetos. Nesse sentido o desenho da cozinha de Frankfurt projetada por Margarete Schütte-Lihotzky foi fundamental para os projetos de habitação mínima. A cozinha foi aplicada em 10.000 moradias na época e até hoje se mantém atual. Outro programa fruto desta parceria foi o desenho dos apartamentos para o programa habitacional destinado a mulheres solteiras,

¹⁴⁸ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 310.

encarregado por Ernst May à arquiteta. Margarete Schütte-Lihotzky colaborou com Adolf Loos anteriormente, na produção habitacional em Red Vienna, na Áustria.

Um exemplo atual de parceria masculino-feminina entre arquitetos é o de Denise Scott Brown e Robert Venturi, que dividiram a prática arquitetônica no escritório ao longo de muitos anos e escreveram juntos a obra *Aprendendo com Las Vegas*, 1972.

Além de não ter sido citada na obra que escreveu em co-autoria com o arquiteto, o prêmio Pritzker recebido em 1991 por Robert Venturi é uma demonstração da dificuldade de tornar visível o trabalho da mulher. Denise Scott Brown, atualmente octogenária, continua pendente de reconhecimento. Esta situação reafirma a realidade evidenciada pela frase da historiadora em arquitetura, Beatriz Colomina, *“women are the ghosts of modern architecture, everywhere presente, crucial, but strangely invisible”* ¹⁴⁹.

A própria Denise Scott Brown levanta a questão da divulgação da participação feminina na arquitetura a partir de sua experiência. Ela fala de quantas vezes foi excluída como autora de sua prática arquitetônica, tanto na concepção projetual quanto na produção teórica:

A maioria das mulheres profissionais podem contar ‘histórias de horror’ sobre a discriminação sofrida durante suas carreiras. Minhas histórias incluem discriminação social, bem como grande trauma trivial. Mas algumas formas menos comuns de discriminação vieram em meu caminho quando, no meio da carreira, eu me casei com um colega e nós juntamos nossas vidas profissionais, assim como a fama (embora não a fortuna). Eu vi como ele foi transformado em um guru da arquitetura diante dos meus olhos e, em certa medida, com base no nosso trabalho conjunto e do trabalho de nossa empresa. (...) A primeira indicação do meu novo status veio quando um arquiteto de um escritório para o qual escrevi disse: ‘Nós no escritório achamos que Bob tivesse

¹⁴⁹ Beatriz Colomina. *Privacidad Y Publicidad: La Arquitectura Moderna Como Medio De Comunicacion De Masas de Beatriz Colomina*, Editor CENDEAC. Murcia. 2010, p.217.

escrito, usando o seu nome'. Quando escrevemos o livro *Aprendendo com Las Vegas*, a nossa experiência com atribuições incorretas fez com que Bob solicitasse a inclusão de uma nota no início do livro dizendo que o trabalho e as ideias não poderiam ser atribuídos a ele sozinho e descrevendo a natureza da nossa colaboração e dos papéis desempenhados pelos integrantes da empresa. Seu pedido foi quase totalmente ignorado (BROWN em RENDELL, PENNER e BORDEN, 2000 p. 258, tradução nossa).

O papel de críticas feministas na promoção do trabalho de mulheres e na abordagem de questões de gênero e sexismo no projeto arquitetônico pode ser exemplificado a partir do trabalho de algumas mulheres.

A arquiteta, norte-americana, Elizabeth Coit em sua pesquisa e observação de condições na habitação pública de Nova York se preocupava com as famílias e junto com as críticas de arquitetura, Jane Jacobs, canadense e Ada Louise Huxtable, norte americana fizeram parte de uma forte tradição histórica. Ao destacar os problemas de desenho urbano e arquitetônico nas cidades contribuíram na construção de cidades mais justas, equilibradas e habitáveis.

Jane Jacobs mostrou como as atividades e as necessidades diárias das pessoas estavam sendo ignoradas pela renovação urbana realizada em grande escala em Nova York.

Nesse sentido, destacam-se alguns trabalhos como o de Margarete Schütte-Lihotzky e o de Charlotte Perkins Gilman, como promotoras e defensoras de projetos de reformas para beneficiar as mulheres como usuárias, questionando as formas em que a ideologia patriarcal vem sendo inscrita no espaço construído ¹⁵⁰.

Outro enfoque é o da perspectiva feminista marxista que enfatiza as complexas relações entre o capitalismo e a opressão exercida sobre as mulheres.

¹⁵⁰Jane Rendell, Barbara Penner e Iain Border, "*Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introduction*", 2000, p. 229.

A historiadora feminista e urbanista, norte americana, Dolores Hayden é conhecida pelo trabalho sobre os subúrbios nos Estados Unidos e sobre as contradições de gênero existentes nessas áreas. Ela identifica como certas características do ambiente construído pelo homem levam a discriminação da mulher. Dolores Hayden ¹⁵¹ denota preocupação semelhante à de Jane Jacobs e de Elizabeth Coit ao focar seu olhar na vida diária, principalmente de mulheres, crianças e idosos cujas necessidades têm sido ignoradas ou mal interpretadas pelos urbanistas e arquitetos.

A cooperativa de arquitetas feministas, Matrix, criada no início de 1980, em Londres, também se dedicava a essa questão. Preocupada em projetar espaços melhores para usuárias mulheres implementa aspectos de segurança e acessibilidade nas esferas públicas e domésticas.

A proposta de integrar serviços e habitação como forma de reduzir a distância entre as atividades e entre os domínios do público e do privado, característica de comunidades alternativas, aparece na pesquisa social e arquitetônica das reformas habitacionais de Catherine Bauer e de Edith Elmer Wood, pioneiras nos Estados Unidos na atenção às questões da vida familiar em habitação pública ¹⁵².

2.4 O culto à domesticidade

Para construir modelos alternativos de cidades compatíveis com uma sociedade inclusiva, em diferentes escalas, que vão desde a unidade

¹⁵¹ Dolores Hayden, *“Redesigning the american dream”*, 1984.

¹⁵² Franck apud Jane Rendell, Barbara Penner e Iain Border, *“Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introduction”*, 2000, p. 298-299.

habitacional, ao bairro ou ao distrito ¹⁵³ é importante considerar os temas-chave da vida cotidiana, imprescindíveis à disciplina urbanística.

Fenômenos como vida familiar, privacidade, comportamento social e educação das crianças têm contribuído para mudanças no projeto de casas unifamiliares e casas suburbanas na Europa e nos Estados Unidos. A história das mulheres vem recebendo atenção particular na obra de Gwendolyn Wright e Dolores Hayden, que enfatizam a importância do trabalho e da economia domésticos e de teorias da reforma interna na formação de conceitos da casa ideal e de família ¹⁵⁴.

Dolores Hayden observa que a grande questão do movimento feminista, entre o final do século XIX e o começo do século XX, foi a superação da divisão entre vida doméstica e pública ¹⁵⁵. A vida pública volta a fazer parte da vida doméstica e, a partir dessa perspectiva, os espaços urbanos passam a ter as características de um espaço doméstico, como uma extensão das casas.

Grande parte dos escritores, ativistas e designers americanos imaginavam mudanças na cidade industrial a uma fuga para modelar casas unifamiliares. O ímpeto para este ideal espacial urbano não era abstratamente democrático, mas calcava-se em demandas específicas visando à igualdade das mulheres e à assimilação de imigrantes. Foram estes os fatos políticos de meados do século XIX que desafiaram todas as definições anteriores de vida pública e privada ¹⁵⁶.

A visão de Whitman Olmsted da paisagem pública como uma expressão da evolução social humana estava ligada a programas de habitação

¹⁵³Anna Bofill Levi, simpósio “*Estudios urbanos de género y feminismo*”, 2012, p. 429.

¹⁵⁴Alice T. Friedman, “Women and the making of the modern architecture – A social architectural history” em “I Congreso Internacional de Vivienda Colectiva Sostenible”, 2014, 28.

¹⁵⁵Antonio Risério, “Mulher Casa e Cidade”, 2015.

¹⁵⁶Dolores Hayden, “*Redesigning the American Dream*”, 1984.

e de serviço social. Listamos três programas: o “*cooperative residential neighborhoods*”, defendido por Melusina Fay Peirce – teve início em 1869 –; o “*municipal housekeeping campaigns*” lançado pelo movimento liderado por Frances Willard – teve início na década de 1870 –; e o “*social settlement*” de Frances Willard e desenvolvido por Jane Addams – ao final dos anos 1880 ¹⁵⁷.

Naquele período, em cidades do leste dos Estados Unidos, mulheres que reivindicavam direitos políticos começaram também a intervir em assuntos da cidade, ingressando com a primeira ação pública das mulheres. Assim teve início o movimento chamado *Municipal housekeeping* – que aplicava o papel de dona de casa ao espaço público na cidade. Projeto urbano ativo com o propósito de atender a grandes intervenções, tais como aberturas de eixos monumentais, grandes edifícios e eventos, em última análise, realizando o embelezamento e a melhoria da parte crítica da cidade ¹⁵⁸.

Whitman Olmsted com seus parques públicos, Melusina Fay Peirce com seu ideal de bairros-modelo e por último Frances Willard e Jane Addams com os seus planos modelo para os serviços sociais urbanos, renunciavam uma cidade americana ideal, onde a arquitetura da paisagem, a habitação e o planejamento físico e social urbano estavam entrelaçados.

Esses ativistas não separavam a vida privada da pública, programas domésticos de públicos, iniciativas econômicas de sociais, o conhecimento concreto de posturas éticas sobre esse conhecimento ¹⁵⁹.

É de se destacar o trabalho de Melusina Fay Peirce e de suas seguidoras, as *material feminists*, que se preocupavam com o desenvolvimento de uma perspectiva feminina sobre a relação entre habitação e trabalho doméstico. A ideia que sustentava seu movimento era de que a mulher deveria criar novos tipos de casas, socializando o trabalho doméstico e o

¹⁵⁷ Dolores Hayden, “*Redesigning the American Dream*”, 1984, p. 28.

¹⁵⁸ Zaida Muxí, simpósio “*Estúdios urbanos de gênero y feminismo*”, 2012, p. 450.

¹⁵⁹ Dolores Hayden, “*Redesigning the American Dream*”, 1984, p. 28.

cuidado com as crianças como condição indispensável para integrá-las a uma sociedade de iguais entre mulheres e homens ¹⁶⁰.

Elas experimentaram novas formas de organizações de bairro, incluindo cooperativas de donas de casa, novos tipos de edifícios, a casa sem cozinha, a cozinha pública, a creche e o clube de jantar comunitário. Redefiniram, dessa maneira, as tarefas domésticas e as demandas habitacionais das mulheres e de suas famílias. Além disso, incentivaram arquitetos e planejadores urbanos a tomar o projeto de habitação como o contexto espacial da vida familiar.

As material feminists acreditavam que o espaço doméstico em hotéis de apartamentos e novos subúrbios de cooperação promoviam a evolução interna, da mesma forma que Whitman Olmsted acreditava que o espaço público em parques e vias arborizadas promovia a evolução urbana.

No início do século XX, muitas batalhas a favor de parques, habitação e melhor planejamento urbano foram perdidas e o ideal espacial urbano tecido por Whitman Olmsted, Melusina Fay Peirce, Frances Willard, e Jane Addams teve suas partes fragmentadas e mal compreendidas. Os centros urbanos densos do capitalismo industrial foram sucedidos pelos municípios suburbanizados do capitalismo moderno ¹⁶¹.

Assim, a casa privada nos subúrbios era um palco montado para a divisão de trabalho eficaz entre os gêneros. Fez-se do gênero uma autodefinição mais importante do que classe, raça ou etnia, e do consumo tão importante quanto a produção.

As corporações de indústrias de defesa da Primeira Guerra Mundial se deslocaram, em tempo de paz, para a produção de aparelhos domésticos e de automóveis e encontraram nas casas particulares e no consumo de seus produtos pelas donas de casa a chave para o seu sucesso.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 29.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 33.

As casas oferecem configurações que levam a estereótipos bem definidos, às mulheres e meninas para que sejam empreendedoras eficazes de status social, objetos sexuais desejáveis e empregadas domésticas hábeis. E aos homens e meninos para que sejam executivos chefes de família, bem sucedidos e adeptos à mecânica de automóveis ¹⁶². Sendo assim os homens e as mulheres adotaram papéis específicos, elas referidas à afetividade e ao cuidado e eles à eficácia e à racionalidade ¹⁶³.

Charlotte Perkins Gilman oferece algumas reflexões sobre a casa, a intimidade e a privacidade em 1898, período no qual triunfa o *home sweet home* nos Estados Unidos. Ela defende que “somente vivendo, sentindo, pensando e trabalhando fora de casa, nos tornamos humanamente desenvolvidos, civis e socializados [...]” ¹⁶⁴ ”.

Ela propõe para as cidades a oferta de “casas combinadas”, bem construídas, cômodas e bem servidas, com apartamentos voltados para mulheres que exerçam uma profissão e suas famílias. Os apartamentos não comportariam cozinhas individuais, mas sim cozinha coletiva onde os pratos seriam preparados e distribuídos às famílias em seus apartamentos ou em um comedor comum.

O serviço de limpeza da casa seria realizado por trabalhadores específicos, remunerados diretamente pelo responsável da administração. Haveriam espaço de uso coletivo como um jardim coberto e um espaço de jardim de infância destinado as crianças durante o dia, onde profissionais garantiriam os cuidados necessários.

A ideia era que mulheres e crianças partilhassem da intimidade proporcionada por uma casa combinada com as vantagens e necessidades coletivas. Esta solução se contrapõe a criação de restaurantes, hotéis ou

¹⁶² *Ibidem*, p. 17-38.

¹⁶³ Anna Bofill Levi, Rosa Maria Dumenjó Martí, Isabel Segura Soriano, “Las Mujeres y la Ciudad”, 1998, p.37.

¹⁶⁴ Charlotte Perkins Gilman, “*Donne e economia*”, 1902, cap. 11. Pág. 256-262.

pensões. Reforçava que a proposta de casa combinada permitiria um custo mais baixo de comida, serviços e necessidades comuns, a socialização das tarefas reprodutivas como a limpeza facilitaria a realização dessas tarefas.

Limpar a casa é um trabalho útil e digno. É muito divertido observar como até agora esta ínfima e pouco desejável ocupação tenha sido considerada tão inocentemente um trabalho, ou melhor um dever natural das mulheres. [...] quando socializamos as funções da habitação, estas passam às mãos dos homens. A limpeza de uma cidade se torna uma profissão de homens (GILMAN, 1902, p.256-262, tradução nossa).

Dolores Hayden descreve o modelo de habitação no subúrbio, adotado nos Estados Unidos como uma arquitetura de gênero. A partir desta definição analisa o que levou os americanos a abrirem mão do modelo de cidade ideal em favor da casa dos sonhos individual. Além disso estuda a crise habitacional atual sob a ótica do medo e da esperança.

A casa dos sonhos no subúrbio triunfou sobre a cidade modelo e prevaleceu sobre dois outros modelos de habitação: um com base no ideal de consumo coletivo, eficiente, de recursos escassos e o outro no ideal de um bairro modelo. No entanto, a casa dos sonhos também foi alvo de críticas e, no final dos anos 1970, a contabilidade de seus custos ambientais, sociais e econômicos não podia ser ignorada ¹⁶⁵.

2.5 Identidade e diferença

Esta seção analisa uma série de modelos de ocupação urbana e habitacional em cidades que poderiam estar situadas nas Américas ou na

¹⁶⁵Dolores Hayden, *“Redesigning the American Dream”*, 1984, p. 29.

Europa. Sem pretender esgotar o tema, são apontadas algumas situações em que o projeto urbano influencia o desenvolvimento cotidiano das pessoas nas cidades. O que essas abordagens reivindicam é o direito à cidade que acolhe a identidade e a diferença de todos e todas.

O direito das mulheres à cidade está associado ao sufrágio feminino e a inclusão de mulheres à cidadania. O direito ao voto, nos Estados Unidos, conquistado pelas mulheres em 1920, deveria significar que elas teriam o poder político para fazer do "mundo acolhedor" uma realidade. Em contrapartida, nesse período foi desencadeada a perseguição às mulheres politicamente ativas. O direito ao voto feminino, no Brasil, foi obtido em 1932 a partir de ações liberalizantes e inovadoras. Carmen Portinho ao lado da bióloga Bertha Lutz e de outras mulheres organizou o movimento em defesa do sufrágio feminino.

O tema da identidade e diferença é apontado pela planejadora urbana Leonie Sandercock, no livro *Cosmopolis II*, no contexto das cidades multiculturais e multiétnicas do século XXI. A partir de constatações sobre o modo de vida nas cidades contemporâneas, a obra apresenta reflexão crítica sobre a dificuldade de sentir-se em casa considerando as diferenças entre as pessoas ao habitar a cidade.

O efeito do medo do outro, especificamente o medo de estranhos, de estrangeiros tem lugar nas cidades contemporâneas, ele está relacionado às noções de casa e de nação. Leonie Sandercock aponta dois fatores que vem acentuando essa situação, o acolhimento da imigração em massa de refugiados e a crescente ameaça terrorista. A planejadora urbana lança como questão: “Como podemos nos sentir em casa, em cidades multiculturais e multiétnicas, considerando todas as nossas diferenças?¹⁶⁶”

¹⁶⁶ Leonie Sandercock, “Cosmopolis II, Mongrel cities in the 21st century”, 2003, p. 109.

Os discursos sobre planejamento e gestão urbana, em diferentes momentos históricos, são e sempre foram saturados de medo.

A história do planejamento poderia ser reescrita como a tentativa de controlar o medo nas cidades: genericamente, o medo de desordem e o medo de doença, mais especificamente medo daqueles corpos pensados para produzir esse distúrbio ou doença – em diferentes momentos históricos e lugares inclui as mulheres, as classes trabalhadoras, os imigrantes, os homossexuais, os jovens e assim por diante (SANDERCOCK, 2003, p. 109, tradução nossa).

Os custos do medo (de estrangeiros) em uma democracia são severos e sérios. Eles podem incluir a suspensão de direitos civis porque as pessoas temem terroristas; a construção de muros reais, bem como metafóricos, espalhados pelos “nossos” espaços para manter do lado de fora aqueles que “não são como nós”, o que agrava a polarização social e um declínio dramático na qualidade do espaço público urbano, tendo como resultado a constituição de espaços privatizados e fortificados ¹⁶⁷.

O tema do medo e da segurança relacionado aos modelos habitacionais e transformações na cidade de São Paulo nos últimos anos é analisado pela socióloga Teresa Caldeira, no Brasil.

Teresa Caldeira (2000) articula os temas: criminalidade, democracia e espaço urbano relacionados à habitação e afirma que a violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social. Nas últimas décadas, em diferentes cidades no mundo ocidental, grupos sociais têm usado o medo da violência e do crime para justificar tanto novas

¹⁶⁷Leonie Sandercock, “Cosmopolis II, Mongrel cities in the 21st century”, 2003, p. 109.

tecnologias de exclusão social quanto a retirada de grupos sociais dos bairros tradicionais dessas cidades ¹⁶⁸ .

O Brasil tem experimentado um conjunto de mudanças estruturais, além do incremento de atividades criminosas e transformações acentuadas em metrópoles como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, desde o início dos anos 80 com a chegada do tráfico armado, que passou a ocupar áreas precárias dessas cidades em locais abandonados pelo poder público.

As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação, com variações culturais e históricas. Os princípios que estruturam a vida pública indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade¹⁶⁹. Teresa Caldeira aponta que, a qualidade do espaço público e a noção de público da vida moderna sofreu alterações nas cidades contemporâneas.

O aumento de atividades criminosas, o temor à violência e as transformações acentuadas na cidade de São Paulo, nas últimas décadas, têm ajudado a produzir um novo padrão de segregação – os *enclaves fortificados* – da residência, trabalho, lazer e consumo. Esses enclaves são compostos por espaços privatizados para o uso coletivo, geram espaços murados e monitorados.

Os enclaves fortificados constituem o principal instrumento desse novo padrão de segregação, justificado pelo medo do crime e da violência que leva os que se sentem ameaçados a preferirem abandonar os espaços de livre acesso e circulação, próprios da vida urbana e do espaço público modernos, tentando evitar a possibilidade de encontro do inesperado.

Este processo se evidencia em outras cidades brasileiras, como no Rio de Janeiro, marcado pela estigmatização de pobres, negras(os) e

¹⁶⁸ Teresa Caldeira, “Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo”, 2000.

¹⁶⁹ Teresa Caldeira, “Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo”, 2000, p. 11.

moradoras(es) de favelas, reforçando as justificativas de enclave, como se esses corpos fossem a encarnação da criminalidade ¹⁷⁰.

Nesse quadro emerge um novo conceito de moradia, o *condomínio fechado*, que enfatiza a segurança. Constituído por ambientes socialmente homogêneos, controlados por guardas armados e sistemas sofisticados de segurança, visam oferecer proteção contra o crime. Criam espaços segregados que supostamente oferecem garantia aos moradores quanto ao “direito de não serem incomodados ¹⁷¹”.

A contribuição oferecida por Teresa Caldeira considera uma realidade onde cada vez mais as edificações se encerram dentro de grades e muros. Os condomínios fechados da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, contam com amplos espaços comuns dentro dos muros e reproduzem a vida nas ruas com a “segurança” de suas crianças não cruzarem com estranhos. Os muros criam cada vez mais a cidade insegura.

O Programa Minha Casa Minha Vida, implantado em todo o Brasil pelo governo federal, reforça esta lógica da construção de espaços segregados ao reproduzir o modelo do condomínio fechado. Dessa forma, volta-se para o interior e não em direção à rua e, ao mesmo tempo, enfatiza o valor do que é privado e restrito, desvalorizando o público e aberto. Muitas vezes esses empreendimentos são localizados em áreas periféricas destituídas das condições indispensáveis ao desenvolvimento da vida cotidiana.

Com isto, também são impostas regras de inclusão e de exclusão até com a intervenção da milícia, que assume o papel do Estado, controlando o espaço privado, reproduzindo o quadro já instaurado nas favelas.

Discussões diárias sobre crime, como Teresa Caldeira afirma, estabeleceram diferenças rígidas e simbólicas, além de distâncias físicas entre

¹⁷⁰Rossana Tavares, tese de doutorado: “Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero”, 2015, p. 112.

¹⁷¹Teresa Caldeira, “Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo”, 2000, p. 258.

os grupos sociais. Duas questões surgem aqui, sendo a primeira a maneira pela qual a publicidade de novas comunidades fechadas utiliza o discurso do medo da cidade e da criminalidade implícita dos pobres, a fim de criar uma alternativa para a cidade. A utopia oferecida de calma completa e segurança é totalmente dependente dos trabalhos mal pagos das classes trabalhadoras. A segunda questão se refere à importância de conversas cotidianas sobre o crime, o que produz um clima de rejeição à cidade ¹⁷².

A circulação de discursos do medo e a proliferação de práticas de segregação se entrelaçam com outros processos de transformação social, tais como transições democráticas na América Latina; pós-apartheid na África do Sul; pós-socialismo no leste europeu; transformações étnicas decorrentes de intensa imigração nos Estados Unidos. No entanto, as formas de exclusão, encerramento sob as quais as atuais transformações espaciais ocorrem são tão generalizadas que se pode tratá-las como parte de uma fórmula que elites em todo o mundo vêm adotando para reconfigurar a segregação espacial de suas cidades (CALDEIRA, 2000).

Outro aspecto a ser considerado na observação da cidade é preconizado pela pensadora urbana Jane Jacobs. Ela relaciona a segurança das cidades ao uso do espaço urbano das calçadas, “as ruas e suas calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos vitais. (...) se as ruas da cidade estão livres da violência e do medo, a cidade está livre da violência e do medo ¹⁷³. A arquiteta catalã, Anna Bofill sobre o mesmo tema acrescenta:

as ruas e as praças não são pensadas para as pessoas que caminham. Às vezes é difícil orientar-se no espaço urbano, identificar-se com ele, sentir a pertinência do mesmo. Falta continuidade, variedade, unidade, visibilidade ou boa leitura da rota, ou seja, não há a sensação de segurança (BOFILL, 2012, p. 427, tradução nossa).

¹⁷² Leonie Sandercock, *“Cosmopolis II, Mongrel cities in the 21st century”*, 2003, p. 119.

¹⁷³ Jane Jacobs, *“Morte e vida de grandes cidades”*, 1961 (2000), p. 29.

Jane Jacobs propõe uma mudança na maneira de abordar o conhecimento da cidade e assim oferecer uma forma diferente de resposta a partir do projeto: atuar desde o espaço e para o espaço, desde as pessoas e para as pessoas ao observar a cidade do ponto de vista de quem a pratica cotidianamente ¹⁷⁴. Aborda temas que envolvem os componentes que caracterizam espaços públicos bem sucedidos, segurança nas ruas da cidade, regeneração urbana, vida cotidiana e as atividades diárias no bairro.

Lançado nos Estados Unidos, em 1961, o livro *Morte e vida de grandes cidades* se soma às críticas aos princípios funcionalistas do urbanismo, que foram se intensificando ao longo da década de 1950. O foco do livro está na ofensiva aberta a um dos princípios básicos da Carta de Atenas, documento síntese do pensamento urbanístico do CIAM, que é a ideia de setorização da cidade de acordo com quatro funções – habitar, trabalhar, lazer e circular. Defende outros princípios de planejamento urbano, diferentes dos ensinados em escolas de arquitetura, com base em sua experiência como mulher na cidade.

Tece uma crítica ao planejamento global e uniforme cujas intervenções apresentam uma única função focadas na infraestrutura, em contrapartida defende a diversidade urbana, valoriza os tecidos urbanos de alta densidade e de uso misto. Para alcançar esses objetivos, propõe a participação da comunidade, confiando as capacidades individuais como uma ferramenta contra o impacto devastador dos planejadores urbanos e seus clientes corporativos.

O conceito da cidade funcional foi aplicado de maneira equivocada nas cidades capitalistas, que não levaram em consideração o cotidiano de seus habitantes, esses lugares se tornaram bairros-dormitórios. Vale lembrar que os bairros são habitados por diferentes grupos com variação de sexo, idade e

¹⁷⁴Zaida Muxí, simpósio “*Estudios urbanos de género y feminismo*”, 2012, p. 446.

etnia e portanto devem apresentar a possibilidade do desenvolvimento de atividades cotidianas para todos os grupos sociais levando em conta a perspectiva de gênero no urbanismo. Leonie Sandercock faz uma crítica a este modelo de cidade e propõe elementos que podem ser aplicados à prática de planejamento urbano pós-moderno, híbrido, democrático e sensível às cidades da diferença ¹⁷⁵.

Jane Jacobs aponta para a necessidade de diversidade na mistura de usos e de usuários, assim como edificações variadas como meio de garantir a vitalidade urbana. A forma de ver e pensar sobre as cidades, que enfatiza questões próprias cotidianas de defesa de uma outra forma de viver não são levadas em conta ainda hoje, mais de 50 anos desde a publicação da obra de Jane Jacobs ¹⁷⁶.

Zaida Muxí Martínez, no simpósio *Estúdios urbanos de gênero y feminismo*, ressaltou ser importante lembrar o contexto em que Jane Jacobs escreve o livro defendendo veementemente a vida urbana. Nessa época os Estados Unidos enfrentava o grande dano causado pela dupla política de construção de bairros residenciais no subúrbio – financiados com hipotecas federais para famílias brancas – e a construção de rodovias – financiadas por fundos federais – ligando os novos subúrbios residenciais aos centros urbanos, que eram limitados a atividades laborais.

Para a execução desse projeto foi necessário demolir bairros inteiros para que as rodovias pudessem atravessar as cidades sem obstáculos. As cidades abandonadas foram deixadas aos não brancos e o subúrbio se tornou uma armadilha para as mulheres brancas ¹⁷⁷.

Jane Jacobs também denuncia a falsidade dessa ideia do subúrbio como imaginário natural de desejo naquela época. Esta crítica vai contra o

¹⁷⁵ Leonie Sandercock, "Cosmopolis II, Mongrel cities in the 21st century", 2003, p. 5-21.

¹⁷⁶ Zaida Muxí, simpósio "Estúdios urbanos de gênero y feminismo", 2012, p. 446.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 447.

pensamento hegemônico, uma vez que as políticas públicas e o imaginário coletivo convergiam para a desejada vida no subúrbio. Isso desloca a preocupação para um uso eficiente dos recursos e melhoria de habitações operárias e de áreas urbanas degradadas, sem produzir grandes mudanças nem destruições, como as soluções propostas pelo grupo de mulheres inglesas por iniciativa de Octavia Hill, em 1860 ¹⁷⁸.

Diante da destruição de bairros insalubres e deteriorados, a partir da perspectiva higiênico-moralista, preponderante na metade do século XIX e com o objetivo real de abrir espaço para grandes avenidas e vias férreas, estas associações de mulheres propunham uma melhora progressiva das condições de habitabilidade sob a responsabilidade das classes que se favoreceram com aquela destruição bem como pelos próprios moradores. Esta medida será adotada por Patrick Geddes, através da relação de sua mulher Anna Morton com o trabalho das irmãs Hill, a ser aplicada na Índia em *slums*: não destruir senão melhorar mantendo o sentimento de pertencimento e relações sociais e de trabalho (MUXÍ, 2012, p. 448, tradução nossa).

Nessa linha de raciocínio, no sentido de melhorar as condições de habitabilidade em áreas precárias, levando infraestrutura urbana de saneamento e serviços básicos, além de equipamentos públicos e políticas sociais. A proposta da Organização das Nações Unidas – ONU foi implementada no Brasil com a criação do programa inovador de urbanização de favelas chamado Favela-Bairro, em 1994, no Rio de Janeiro, que tinha como objetivo melhorar aquelas áreas ao invés de remover seus habitantes e, com isso, valorizar o esforço das famílias na construção de suas casas e incentivar o sentimento de pertencimento.

O programa teve continuidade ao longo de várias gestões municipais e atualmente é coordenado pela Secretaria Municipal Urbanismo, Infraestrutura e Habitação, e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

¹⁷⁸ Zaida Muxí, simpósio “*Estudios urbanos de género y feminismo*”, 2012, p. 448.

O subúrbio norte-americano e sua influencia na vida das mulheres é objeto de estudo na obra de Gwendolyn Wright e Dolores Hayden. Fenômenos como a vida familiar, privacidade, comportamento social e educação das crianças têm contribuído para mudanças no projeto de casas unifamiliares e casas suburbanas na Europa e nos Estados Unidos ¹⁷⁹.

As relações de poder em sociedades ocidentais privilegiaram a constituição de modelos hegemônicos de cidades que favorecem a perspectiva econômica em detrimento da construção social. “O modelo de cidade americana é o da cidade dispersa, extensa, que se dilata no território. Os subúrbios podem se estender em um raio de até 100 km, ou mais, de distância do centro urbano ¹⁸⁰”. Algumas cidades europeias também cresceram segundo esse modelo, apesar das longas distâncias percorridas entre o local de residência e o de trabalho.

O modelo de cidade dispersa exige grande investimento em serviços de transporte público, que se não executados de forma eficiente obrigam que a mobilidade dentro da cidade seja realizada através de veículos privados. O que, dentre outros fatores, aumenta a contaminação do meio ambiente.

A imagem da cidade geradora de bem-estar e de crescimento econômico contrasta com a imagem neoliberal/global que vêm produzindo maior exclusão social. A cidade é o lugar de acumulação de capital e as transformações urbanas criaram oportunidades e prosperidade para alguns e produziram marginalização para outros ¹⁸¹.

Essas transformações igualmente ocorreram no Rio de Janeiro, que, com vistas a se tornar uma cidade global, vem impondo um modo de

¹⁷⁹Alice T. Friedman, “Women and the making of the modern architecture – A social architectural history” em “I Congreso Internacional de Vivienda Colectiva Sostenible”, 2014, 28.

¹⁸⁰ Anna Bofill Levi, simpósio “*Estudios urbanos de género y feminismo*”, 2012, p. 426.

¹⁸¹ Gerda Werkele, “Sociological Perspectives”, 2005 apud Anna Bofill Levi, simpósio “*Estudios urbanos de género y feminismo*”, 2012, p. 426.

produção do espaço urbano baseado no crescimento econômico, justificado pelo controle e segurança. Neste discurso a viabilização de cidades mais justas e igualitárias é relegada a segundo plano.

Dolores Hayden (1980) interroga sobre a possibilidade de construir bairros e propor cidades não sexistas, no artigo *What Would a Non-sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work* ¹⁸².

No texto, aponta a ruptura da divisão espacial entre os espaços público e privado agravada pela expansão suburbana das cidades dos Estados Unidos, como uma prioridade socialista e feminista daquela época. A localização, o espraiamento e a tendência à especialização desses espaços são os principais aspectos da sua crítica, uma vez que o planejamento urbano dos Estados Unidos do século passado tem como base o princípio de que “o lugar da mulher é em casa” ¹⁸³.

Nesse sentido, a casa suburbana privada era o elemento essencial para a divisão sexual de trabalho, onde cabia à mulher, exclusivamente, as tarefas domésticas e o cuidado das crianças. Os subúrbios, formados por casas unifamiliares agrupadas em áreas segregadas por classe, eram atravessados por rodovias e servidos por shopping centers e empreendimentos comerciais.

Foi seguindo essa lógica que se constituiu o modelo tradicional da família patriarcal. A “boa” vizinhança deveria oferecer possibilidades de compras convencionais, escolas e transporte público, para a garantia da conformação da sociedade de consumo dos Estados Unidos, não havendo preocupação em ofertar serviços sociais adicionais aos pais trabalhadores, tais como creches para cuidados das crianças durante o dia e clínicas de funcionamento noturno. Essa ideia de bairro periférico foi concebida de modo

¹⁸² Dolores Hayden, artigo “*What Would a Non-sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work*”, 1980, p. 278.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 278.

a restringir a saída das mulheres de casa fisicamente, socialmente e economicamente.

As mulheres, nesse contexto social, restou a casa, experimentando o que Betty Friedan chamou de "mística feminina". A sociedade destinou-lhes o papel de consumidoras e como consequência elas elevaram a economia norte-americana na década de 1950.

A família ocupou seu espaço físico particular e, com o aumento da privacidade espacial e o incentivo ao consumo, as mulheres foram levadas a entrar no mercado de trabalho remunerado para ajudar a manter as despesas, as contas da família, além de continuarem exercendo o papel de donas de casa¹⁸⁴. Ou seja, elas passaram a exercer dupla jornada de trabalho.

Enquanto isso acontecia, crônicas, livros e artigos de especialistas discorriam sobre o papel da mulher, o qual se resumia à sua realização como esposa e mãe. Nenhuma palavra foi escrita direcionada às mulheres naquele período.

Elas ouviram, inclusive, expressão das primeiras ideias freudianas, que equivocadamente afirmava que elas não poderiam desejar destino maior do que a glória em sua própria feminilidade como esposas e mães. Foram "educadas" ouvindo que mulheres femininas não seguem carreiras, não têm acesso à educação superior ou a direitos políticos – a independência e as oportunidades pelas quais feministas haviam outrora lutado. Sua feminilidade, adaptação e nova maturidade eram aplaudidas por vozes de especialistas e, desde a infância, elas eram direcionadas a encontrar um marido e criar filhos ¹⁸⁵.

A mulher que não pertencia ao modelo patriarcal de família – solteira, divorciada, com ou sem filhas(os) e provedora – que procurava alternativas

¹⁸⁴ Dolores Hayden, artigo *"What Would a Non-sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work"*, 1980, p. 267-268.

¹⁸⁵ Betty Friedan, *"The Problem that Has No Name"* em *"The Feminine Mystique"*, 1963, p. 33-34.

de habitação, emprego e assistência à infância encontrava dificuldades para atender a sua necessidade de morar e trabalhar, podendo assim se responsabilizar por ambas as tarefas produtivas e reprodutivas.

Esse problema enfrentado em Frankfurt durante o período pós-guerra resultou no programa de habitação para mulheres solteiras idealizado por Margarete Schütte-Lihotzky. O programa foi executado, mas as habitações foram destinadas a outro grupo social composto por pequenas famílias e homens solteiros.

Ainda hoje a mulher exerce o papel de chefe da família e realiza atividades produtivas fora da casa em inúmeras sociedades. No caso das favelas no Rio de Janeiro, as mulheres enfrentam dificuldades para criar os filhos menores, pois não dispõem de equipamentos necessários para o desenvolvimento cotidiano. Como solução, outras mulheres da própria comunidade exercem o papel de cuidadoras, na falta de uma creche ou escola infantil, estabelecendo relações produtivas de coletividade entre os seus moradores.

Em países desenvolvidos como nos Estados Unidos a organização da sociedade em torno da eficiência dos aparelhos domésticos e do alto padrão de vida nos subúrbios organizou a cidade pensando que a mulher pudesse dar conta das atividades reprodutivas. No entanto, a falta de equipamentos para o cuidado das crianças teve como resultado a organização da comunidade em programas de *day-care*. Desenvolvidos por mulheres da própria comunidade local, com autorização do governo, que se dedicam aos cuidados das crianças pequenas por algumas horas ao dia em suas próprias casas para que as mães possam exercer o trabalho produtivo. Outro exemplo é o serviço realizado em troca de uma renda adicional para cuidar das crianças na casa da própria família, o serviço de *baby-sitter*.

A ideia de que a sociedade americana tinha equacionado a vida das mulheres através do suposto conforto das casas nos subúrbios é expressa

pelas palavras de um crítico americano quando Simone de Beauvoir escreve a obra *O Segundo Sexo*. Ele comenta que a escritora “não sabia o que era a vida”, além de estar falando sobre mulheres francesas. Segundo esse crítico, o “problema da mulher” na América já não existia.. Se uma mulher tivesse um problema nas décadas de 1950 e 1960, ela sabia que algo deveria estar errado com seu casamento, ou com ela mesma. Betty Friedan em *The Problem that Has No Name* entendeu que as mulheres compartilhavam de alguma insatisfação associada a esse modo de vida ¹⁸⁶ :

Aos poucos, eu percebi que o problema que não tem nome era compartilhado por inúmeras mulheres na América. Que problema era esse que não tem nome? Quais palavras as mulheres usavam quando tentaram expressá-lo? Às vezes uma mulher diria, ‘Eu me sinto vazia de alguma forma (...) incompleta’. Ou ela diria, ‘Eu sinto como se eu não existisse’(...) (FRIEDAN, *The Problem that Has No Name*, 1963, p. 35-36, tradução nossa).

Esse vazio que as mulheres sentiam estava associado a vida nos subúrbios. Muitas delas eram tinham formação superior e exerciam atividades produtivas, mas com o retorno à casa em função do período pós-guerra teve lugar um certo desconforto.

Um novo paradigma de casa, bairro e cidade é proposto por Dolores Hayden. Em, *What Would a Non-sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work*, descreve o projeto físico, social e econômico de um assentamento humano que não restringiria as atividades de mulheres trabalhadoras e de suas famílias e sim as apoiaria ¹⁸⁷ . Ela sugere a substituição de recursos sexistas em ruas inóspitas por equipamentos sociais, tais como

¹⁸⁶ Betty Friedan, “*The Problem that Has No Name*” em “*The Feminine Mystique*”, 1963, p. 35.

¹⁸⁷ Dolores Hayden, artigo “*What Would a Non-sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work*”, 1980, p. 266.

creches, equipamentos comunitários e melhores transportes públicos o que garantiria uma cidade mais justa ¹⁸⁸.

Sua proposta de reformulação de casas suburbanas em uma comunidade, conecta atividades sociais, trabalho assalariado e vida doméstica através da prestação de serviços no entorno local, bom transporte público, além de serviços e instalações compartilhados:

Ao reconhecer a necessidade de um tipo diferente de ambiente, um uso bem mais eficiente pode ser feito de fundos utilizados para os subsídios às famílias individuais. Mesmo para as mulheres com maiores recursos financeiros, a necessidade de uma melhor habitação e serviços é óbvia (...). Quando todas as donas de casa reconhecerem que elas estão lutando contra ambos, os estereótipos de gênero e a discriminação salarial, quando virem que as transformações social, econômica e ambiental são necessárias para superar essas condições, elas não irão mais tolerar habitação e cidades, projetadas em torno dos princípios de uma outra era, que proclamam que 'o lugar de uma mulher é em casa' (HAYDEN, 1980:269-278, tradução nossa).

3. Abordagem teórico-metodológica

Na revisão da literatura parte-se de um nível geral para o particular das teorias sociais sobre a habitação. Serão analisadas abordagens teóricas relativas à habitação e à estrutura residencial nas cidades. Os autores Keith Bassett e John Short, identificaram quatro abordagens para contextualizar a questão habitacional. Além dessas quatro acrescentamos a abordagem de gênero. O trabalho dos autores Henri Lefebvre e mais recentemente David Harvey parte da abordagem marxista para estabelecer os conceitos de valor de uso e o valor de troca na habitação, na dimensão do urbano e a dicotomia

¹⁸⁸ Jane Rendell, Barbara Penner e Iain Border, "*Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introduction*", 2000, p. 230.

entre o habitar e o habitat, na dimensão do cotidiano. Esses conceitos contribuem para trabalhar a cotidianidade e a capacidade de acolher a diversidade de experiências e necessidades da população, tema aprofundado na abordagem de gênero.

3.1 Abordagens da habitação e do urbanismo

A diversidade de pontos de vista referentes ao tema da habitação, em parte, expressa a sua natureza complexa. Nesse sentido, tornam o seu estudo uma questão passível de interpretações diversas, razão pela qual o exame da habitação é interdisciplinar e sua orientação teórica permeia teorias sociais mais amplas.

A habitação é um bem de consumo heterogêneo, durável e essencial, indicador indireto do estado e das diferenças de renda entre os consumidores; mapa das relações sociais dentro da cidade; faceta importante da estrutura residencial; fonte de negociação e de conflito entre vários grupos de poder; e, fonte de lucro de diferentes instituições e agentes envolvidos na produção, consumo e troca ¹⁸⁹.

Os vários enfoques refletem diferenças no tipo de questões colocadas, assim como diferenças interpretativas dos fatos e fenômenos e na explicação de eventos sociais. Sendo assim, a abordagem ecológica deriva da Escola de Chicago, a neoclássica tem como fundamento a visão do mundo na economia neoclássica, a institucional baseia-se na tradição weberiana, a marxista respalda sua visão da realidade no materialismo histórico e a de gênero

¹⁸⁹ Keith Bassett e John Short, *"Housing and residential structure: alternative approaches"*, 1980, p. 1-2.

estudada no campo das ciências sociais, parte de inquietações de coletivos de mulheres para a sua inclusão no planejamento urbano e arquitetura.

Entre as quatro primeiras abordagens a disparidade mais singular ocorre entre as óticas marxistas e não-marxistas, não se tratando simplesmente de uma divergência quanto aos fatos "objetivos", mas de uma diferença fundamental na busca do conhecimento científico.

É relevante a distinção entre estas visões. A ecológica e a neoclássica se voltam para condições de equilíbrio, escolhas de habitação e harmonia social, enquanto as mais recentes, as abordagens institucional e marxista, detêm-se em condições de desequilíbrio, restrições de habitação e conflito social. A de gênero supõe que o espaço físico não é neutro e por isso deve incluir as diferenças culturais, étnicas, raciais e de gênero no planejamento das cidades e em projeto habitacional.

Os tumultos de estudantes e trabalhadores da França em 1968 deram origem à análise do consenso social implícito em teorias sociais contemporâneas, chamando a atenção para os modelos de conflito em Karl Marx e Max Weber. O agravamento dos problemas habitacionais dentro das cidades, as posturas governamentais limitadoras e o sistema jurídico ao alterar categorias de posse, colocaram em dúvida as noções de soberania do consumidor nas perspectivas neoclássica e ecológica. Tornando, então, a habitação social e o cenário habitacional receptivos a mudanças radicais, atendendo ao desejo de avanço acadêmico no caráter de quadros explicativos

190 .

3.1.1 Abordagem Ecológica

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 3.

A abordagem ecológica foi desenvolvida por um grupo de sociólogos oriundos da Escola de Chicago, no início do século XX. Preocupa-se principalmente com os padrões espaciais da estrutura residencial e suas bases teóricas derivam da ecologia humana.

Na América do Norte, o local de maior crescimento populacional era a cidade, sendo Chicago o exemplo mais evidente. Com os conflitos decorrentes da migração e imigração de diferentes grupos étnicos e nacionalidades, a cidade experimentava um enorme crescimento com precariedades visíveis em certas áreas residenciais, em função da expansão de sua base industrial. Esse problema evidente na América do Norte, no século XX, foi também vivido por Manchester, na Grã-Bretanha, no século XIX, com suas fábricas poluentes

¹⁹¹.

Ao contrário de Friedrich Engels em sua análise de Manchester, a Escola de Chicago estava menos preocupada com o exame da cidade, como uma reflexão e manifestação da sociedade mais ampla, e mais com a análise da cidade como uma entidade separada. Mais particularmente, a escola se esforçou em aplicar os conceitos de ecologia para uma arena urbana claramente demarcada (BASSETT, SHORT, 1980, p. 9, tradução nossa).

A estrutura conceitual da Escola de Chicago pode ser entendida através da influência da interpretação das obras de Charles Darwin e Herbert Spencer sobre as ciências sociais da América do Norte, entre o final do século XIX e início do século XX. Para Charles Darwin, a evolução foi o resultado da competição entre as espécies na luta pela sobrevivência. Para Herbert Spencer, autor da frase “sobrevivência do mais apto”, as sociedades humanas poderiam ser estudadas sob a mesma ótica evolutiva de Charles Darwin. Sua doutrina foi aceita por um grande número de escritores norte-americanos

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 9.

ligados à área das ciências sociais que procuraram desenvolver uma sociologia científica moldando a perspectiva da Escola de Chicago ¹⁹².

Em um artigo, Robert E. Park, ao descrever a posição teórica dos ecologistas humanos de Chicago argumenta que a sociedade está organizada em dois níveis: o nível biótico e o cultural.

É no nível biótico que ocorrem os processos ecológicos universais de competição, dominação e invasão sucessiva. Estas forças impessoais, que dizem respeito ao homem como espécie, ao invés de ao homem como um repositório de crenças e valores, traçam seu caminho através do sistema social para criar os padrões de diferenciação residencial. O nível cultural da sociedade é visto como uma superestrutura que repousa no nível biótico, embora seja reconhecido que a superestrutura possa restringir a concorrência. A competição por espaço e a ordem espacial resultante são principalmente um produto de ordem ecológica. (Robert E. Park, 1936 *apud* Keith Bassett e John Short, "*Housing and residential structure: alternative approaches*", 1980, tradução nossa, p. 10).

¹⁹² *Ibidem*, p. 9-10.

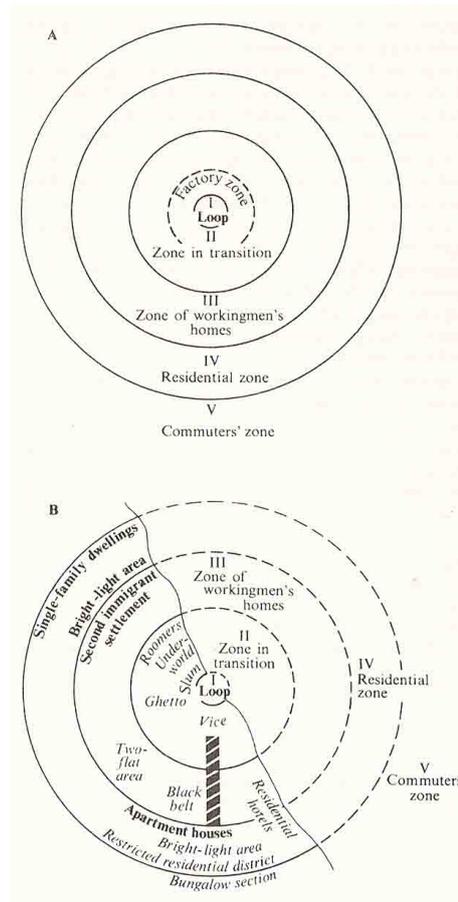


Figura 6: O modelo de Burgess e Chicago contemporâneo em Burgess, 1925 apud BASSETT, SHORT, 1980, p. 12.

A fusão destes conceitos ecológicos com um modelo explícito de cidade encontra-se em um artigo de Ernest W. Burgess (1925), onde os padrões de crescimento urbano foram moldados a partir de dois processos - o crescimento central e o crescimento axial [fig. 8 A e 8 B]. Como estava preocupado com o primeiro destes dois processos e no seu modelo de crescimento urbano [figura 3-A], a zona de transição circunda o “distrito central de negócios” (CBD) e a área fabril. A zona II, de transição e a área de antigas casas, é invadida pelo crescimento dos negócios e de fábricas. A zona III é preferencial para os trabalhadores que escaparam de condições de deterioração das zonas de transição, mas que precisam permanecer perto de seus locais de trabalho no centro da cidade. A zona residencial IV é composta pelos edifícios de apartamentos de classe alta e áreas exclusivas de habitações

unifamiliares. Por fim, vem a *commuters zone* (zona de circulação de pessoas), zona V, que é a área suburbana de habitações unifamiliares ¹⁹³.

Este modelo incorporou os preceitos da ecologia humana e o caráter específico da Chicago contemporânea, [Figura 3B] no primeiro quarto do século XX, quando a cidade assistiu a sucessivas ondas de imigração.

O *Loop*, termo dado ao Chicago CBD, é o elemento dominante na comunidade metropolitana. A expansão do CBD é o medidor da cidade e, ao se expandir, empurra sucessivamente as demais zonas. Uma analogia simples é a de uma pedra jogada em uma piscina que cria ondas concêntricas, chegando a sua beirada. A competição por espaço nas áreas residenciais é refletida no processo de invasão e sucessão. Quando migrantes entram na cidade eles só podem pagar o aluguel barato de alojamento na zona de transição. À medida que o CBD se expande, o parque habitacional é reduzido e a população é forçada para fora dos seus limites, invadindo outras áreas residenciais, eventualmente sucedendo à população anterior (Keith Bassett e John Short, "*Housing and residential structure: alternative approaches*", 1980, tradução nossa, p. 10).

A imigração contínua por um lado e a expansão do CBD por outro fez com que algumas habitações, antes localizadas na zona de transição, fossem forçadas cada vez mais para a borda da cidade, criando reação em cadeia a cada onda de imigrantes. A constante marcha de camadas da população para os subúrbios teve a contribuição do aumento dos rendimentos reais, que permitiu a compra ou aluguel de domicílios mais caros ¹⁹⁴.

O estudo realizado por Robert E. Park e Ernest W. Burgess serviu de inspiração a um grande segmento da teoria do uso do solo urbano e da geografia, conforme aponta David Harvey (1980), acrescentando ter observado que Charles Engels, escrevendo 80 anos antes de Robert E. Park e

¹⁹³ Keith Bassett e John Short, "*Housing and residential structure: alternative approaches*", 1980, p. 10-11.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 11.

Ernest W. Burgess, já havia notado o fenômeno das zonas concêntricas da cidade, mas interpretou-as em termos econômicos de classe ¹⁹⁵.

A ótica ecológica exerceu considerável influência em pesquisas posteriores, ela examina as extensões mais importantes e suas modificações, não obstante o não enfrentamento adequado de mercado imobiliário ¹⁹⁶.

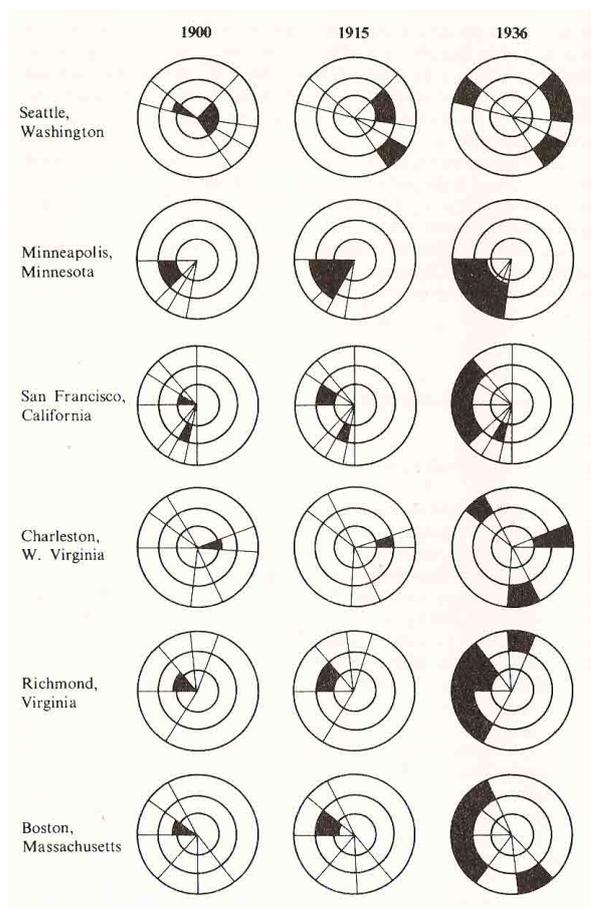


Figura 7: Áreas de aluguel alto em seis cidades nos Estados Unidos .Fonte: Hoyt, 1939 apud BASSETT, SHORT,1980, p. 14.

Uma extensão do modelo concêntrico foi proposta por Homer Hoyt [fig. 9], que se fixa no crescimento axial, segundo processo identificado por

¹⁹⁵ David Harvey, "A Justiça Social e a Cidade", (1973) 1980, p. 113.

¹⁹⁶ Keith Bassett e John Short, "Housing and residential structure: alternative approaches", 1980, p. 12.

Richard M. Hurd cujos estudos antecederam aos de Ernest W. Burgess¹⁹⁷. Homer Hoyt criticou o modelo concêntrico e sugeriu um padrão setorial para áreas residenciais. Os modelos de Homer Hoyt e de Ernest W. Burgess podem ser considerados complementares, pois capturaram diferentes aspectos do arranjo espacial das cidades norte-americanas na primeira metade do século XX¹⁹⁸.

A abordagem ecológica consistiu em um exame dos padrões espaciais de diferenciação residencial, sendo a preocupação com a descrição dos padrões espaciais o fio condutor que liga os primeiros estudos de Chicago às mais recentes ecologias. O desenvolvimento mais importante deste enfoque até os dias atuais adotou duas formas. Em primeiro lugar, uma sofisticação crescente nas técnicas empregadas para avaliar tais padrões com a análise da área social e uma ecologia fatorial substituindo as ferramentas mais simples dos primeiros trabalhadores. Em segundo lugar, o abandono das analogias ecológicas utilizadas por Robert E. Park, Ernest W. Burgess e outros ecologistas humanos pioneiros. Desta forma se verifica que a estrutura do espaço residencial já não é vista como a expressão de forças bióticas subculturais¹⁹⁹.

Esta concepção, ao considerar a natureza da oferta de habitação e de arrendamento no início do século XX na América do Norte como uma variável “natural”, não foi capaz de dizer algo significativo sobre a estrutura do mercado imobiliário, tendo com isto, pouco a oferecer sobre os padrões de diferenciação residencial, que ela descreve²⁰⁰.

¹⁹⁷Burgess, 1903 apud Keith Bassett e John Short, *“Housing and residential structure: alternative approaches”*, 1980, p. 11.

¹⁹⁸ Keith Bassett e John Short, *“Housing and residential structure: alternative approaches”*, 1980, p. 15.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 23.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 24.

3.1.2 Abordagem Neoclássica

A abordagem neoclássica embasa sua orientação teórica na economia neoclássica, com ênfase na maximização das preferências e necessidades dos consumidores individuais, valorizando a sua escolha, em um mercado imobiliário pulverizado. A economia neoclássica – desenvolvida pelo economista inglês William Stanley Jevons e pelos austríacos Carl Menger e Eugen Von Böhm-Bawerk, na segunda metade do século XIX, mudou a ênfase da análise econômica em uma reação à economia clássica de David Ricardo e Karl Marx ²⁰¹.

Pode-se apresentá-la a partir dos seguintes pressupostos: uma produção de bens e serviços que reflete as preferências dos consumidores; todas as famílias e as empresas devem possuir a informação perfeita sobre os domicílios; a partir dessa base de informação, maximiza-se a utilidade e as empresas, maximizam-se os lucros e, por último, assume-se que a produção é flexível, onde os fatores de produção podem ser facilmente trocáveis entre si ²⁰².

Esses pressupostos têm o seu fundamento na economia ortodoxa da Europa Ocidental e da América do Norte e sua ênfase continua fornecendo as bases de estudos sobre a estrutura urbana e a habitação. Estimulou o renascimento do interesse em David Ricardo e em Karl Marx, além de contribuir para o crescimento da economia política, uma vez que não oferecia respostas aos problemas do fim do *boom* econômico do pós-guerra ²⁰³.

²⁰¹ *Ibidem*, p. 26.

²⁰² *Ibidem*.

²⁰³ *Ibidem*, p. 26-27.

A hipótese defendida pelos modelos neoclássicos de localização residencial tem-se revelado relativamente bem sucedida em países de capitalismo avançado onde os custos agregados de transporte – que aumentam com a distância ao centro da cidade – vão em sentido contrário aos custos da habitação – que se reduzem a partir do centro da cidade –, na tentativa de maximizar a utilidade sujeita a uma restrição de orçamento global²⁰⁴.

Segundo Harvey (1980), a mudança de localização da atividade econômica na cidade significa uma mudança de localização de oportunidade de emprego. A mudança de localização da atividade residencial significa mudança de localização de oportunidade de moradia. Ambas devem presumivelmente estar associadas a gastos de mudanças em transporte e afetam em grande escala o custo de acesso a oportunidades de emprego a partir da localização das moradias²⁰⁵.

Isso explica o porquê de o mercado de moradias ser particularmente sensível a pressões econômicas e políticas, uma vez que é somente organizando e fazendo essas pressões que os indivíduos podem defender ou elevar os valores de seus direitos de propriedade, em relação aos dos outros indivíduos²⁰⁶.

A abordagem neoclássica e a ecológica foram alvo de críticas por parte de escritores que centraram seus trabalhos em conflitos sociais sobre o uso da terra e não em harmonia social. Para eles a importância das restrições da habitação é ignorada por ocasião das escolhas e preferências domésticas e os efeitos de diversos agentes envolvidos no mercado imobiliário não são considerados pelas famílias individuais. Uma crítica mais abrangente versa sobre a suposta harmonia social que desafia os conflitos que surgem na

²⁰⁴ *Ibidem*, p. 27-32.

²⁰⁵ David Harvey, “A Justiça Social e a Cidade”, (1973) 1980, p. 48-55.

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 48-55.

sociedade em geral e no mercado imobiliário, levando ao desenvolvimento de concepções alternativas para a habitação ²⁰⁷.

Um exemplo é o entendimento de John Rex e Robert Samuel Moore, que entrelaça tópicos da sociologia weberiana com os da Escola de Chicago, para produzir o conceito de classes de habitação. Esse conceito surgiu do conflito entre os escassos recursos de habitação que foram determinados pelo grau de acesso à habitação.

Essas classes surgem dos diferentes graus de acesso à habitação pública e privada e são determinados pela renda, ocupação e estado étnico dos indivíduos, por um lado e as regras de alocação do setor público e privado, por outro lado (Keith Bassett e John Short, *"Housing and residential structure: alternative approaches"*, 1980, tradução nossa, p. 48-49).

R. Haddon ²⁰⁸ (1970) questionou o conceito de classes de habitação por estar alicerçado no que ele entende ser uma leitura incorreta de Max Weber, que definiu classe em termos de oportunidades de vida, associadas à alienação de bens e habilidades para alcançar renda.

Em outras palavras, os padrões de consumo de habitação são um reflexo da estratificação social e não uma causa como assumem John Rex e Robert Samuel Moore. Esses autores destacaram a importância das políticas de alocação para as instituições de habitação pública e privada, lançando as bases da abordagem institucional.

3.1.3 Abordagem Institucional

²⁰⁷ Keith Bassett e John Short, *"Housing and residential structure: alternative approaches"*, 1980, p. 44-55.

²⁰⁸ R. Haddon, "A minority in a welfare state society: the location of west indians in the London housing market", 1970 apud Keith Bassett e John Short, *"Housing and residential structure: alternative approaches"*, 1980.

A perspectiva institucional configura-se como um dispositivo útil para analisar a estrutura interna do mercado imobiliário discutindo aspectos deixados de lado pelas visões ecológica e neoclássica. “Alguns cientistas sociais ligados a áreas de Ciências Políticas na América do Norte focaram o desenvolvimento de seus estudos na estrutura institucional dos mercados de terra e de habitação em torno de grandes temas de poder e conflito ²⁰⁹”.

Partindo da sociologia weberiana, esta perspectiva divide-se entre o enfoque gerencialista de controle e restrição da habitação e a abordagem de conflitos de alocação entre grupos de poder. Enfatiza o papel dos agentes e instituições em termos dos seus efeitos sobre as restrições impostas à habitação em diferentes tipos de famílias.

Os vários agentes no mercado imobiliário operam em um quadro criado pelas instituições governamentais envolvidas no planejamento econômico e uso da terra. Três elementos deste quadro podem ser considerados: a política de uso do solo; a política de imposto sobre a terra e a natureza ampla da política econômica e social ²¹⁰.

Em uma sociedade onde a terra é propriedade privada e considerada fonte de receita e lucro, proprietários têm poderes para controlar a oferta de habitação. Com a regulamentação urbanística este poder fica limitado por controles de planejamento.

Atualmente os agentes envolvidos na construção de habitação são as construtoras e as incorporadoras e a divisão entre os seus papéis vêm se aproximando, uma vez que as empresas de construção agora executam as funções normalmente associadas aos empreendedores ²¹¹.

Ao fazer o levantamento dos principais agentes que atuam no mercado imobiliário britânico, Keith Bassett e John Short (1980) descrevem algumas de

²⁰⁹ Keith Bassett e John Short, *“Housing and residential structure: alternative approaches”*, 1980, p. 1.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 59.

²¹¹ *Ibidem*, p. 62-67.

suas interconexões nos sistemas de produção, consumo e troca. Em uma perspectiva internacional comparam os sistemas imobiliários britânicos com os norte-americanos, revelando uma configuração semelhante de agentes, com objetivos e restrições similares e também alguns contrastes marcantes.

O quadro da política nacional é de grande importância em todos os países de capitalismo avançado. A política do governo central estabelece as diretrizes para a política do governo local ao determinar prioridades e especificar as formas de intervenção.

Eles ressaltam que tal prática é percebida na evolução da política de habitação britânica desde o final da Primeira Guerra Mundial, podendo ser dividida em distintas fases. Os estudos históricos de políticas habitacionais britânicas tendem a enfatizar uma grande variedade de forças econômicas, políticas e sociais na contabilização para os principais desenvolvimentos políticos ²¹².

Keith Basset e John Short (1980), ao analisar instituições de governo local e os impactos de políticas sobre os mercados imobiliários públicos, afirmam que estes apresentam problemas mais complexos do que as instituições e agentes do setor privado de habitação.

A estrutura do mercado imobiliário local é de particular relevância no presente contexto. As variações nas condições do mercado imobiliário estabelecem padrões distintos de problemas habitacionais e de necessidades, refletindo fatores como o tamanho da cidade, idade, crescimento e interação entre submercados e a história de intervenções políticas do passado ²¹³.

Os autores levantaram algumas das interconexões entre as políticas nacionais, sistemas políticos locais e formas de conflito habitacional. Também fizeram uma breve referência a estudos comparativos entre a política de habitação pública britânica e as da França e Estados Unidos, com o objetivo

²¹² *Ibidem*, p. 99.

²¹³ *Ibidem*, p. 105.

de explorar as ligações entre as estruturas institucionais e os processos políticos de forma mais aprofundada ²¹⁴ .

Para a aproximação à abordagem marxista é preciso trazer algumas das críticas levantadas sobre as abordagens até então tratadas. A perspectiva ecológica é criticada por Manuel Castells, que identifica três temas em torno dos quais a sociologia urbana tentou constituir-se como ciência: "urbanismo como um modo de vida", exposto por Louis Wirth; as ideias de Ernest W. Burgess sobre a exploração das ligações entre estrutura social e organização espacial e, por último, a noção de cidades como sistemas ecológicos. Naquele momento era importante para os marxistas não aceitar o trabalho da Escola de Chicago, como parte de uma crítica mais ampla à sociologia urbana, considerando a distinção entre ciência e ideologia ²¹⁵ .

No que se refere à economia neoclássica, a crítica é de que esta é individualista e subjetivista, concentra-se na troca de mercadorias, sendo esta a única forma de relação social que assume importância. Os conceitos de classes de habitação e o gerencialismo urbano estão enraizados na sociologia weberiana e muitas vezes sofreram ataques como partes de uma crítica mais ampla a essa perspectiva. A linha central desses argumentos decorre do pensamento de Friedrich Engels, que distingue a relação inquilino/senhorio da relação capitalista/trabalhador ²¹⁶ .

Marxistas dirigiram ataques à abordagem de estruturas urbanas de poder que vêm dominando grande parte da literatura em políticas urbanas. Manuel Castells ²¹⁷ diz que aquelas teorias têm sido em grande parte baseadas

²¹⁴ Keith Bassett e John Short, *"Housing and residential structure: alternative approaches"*, 1980, p. 151.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 170.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 171-173.

²¹⁷ Castells, 1977, *"The urban question: a marxista approach"* capítulo 11 apud Keith Bassett e John Short, *"Housing and residential structure: alternative approaches"*, 1980, p. 173.

nos conceitos de autores com diferentes preferências e estratégias, na tentativa de maximizar a potência e os ganhos.

Na Grã-Bretanha, a evolução da sociologia weberiana, associada aos trabalhos de Raymond Edward Pahl, tem sido utilizada por alguns sociólogos e geógrafos urbanos para analisar a estrutura institucional da habitação. Esta análise privilegia o papel de gestores urbanos e a natureza da habitação como uma mercadoria dentro de um sistema de reprodução de mercadoria da força de trabalho no sistema capitalista.

3.1.4 Abordagem Marxista

A interpretação marxista baseia-se no materialismo histórico e, como ponto central da contribuição desta perspectiva para o presente trabalho, destacam-se duas contradições presentes no cotidiano de um sistema de produção capitalista e que dizem respeito à habitação, são elas: valor de uso e valor de troca e habitat e habitar. Além desses conceitos serão introduzidas algumas categorias de análise. Cabe uma breve introdução para se compreender os conceitos e as categorias que nortearão a análise do trabalho das quatro mulheres, na segunda parte da tese.

O percurso teórico-metodológico foi orientado por dois autores que analisam essas contradições desde a ótica da valorização da reprodução da vida diária e do cotidiano – do cidadão e da cidadania, do habitante, da comunidade e da família – a partir de um sistema construído de baixo para cima²¹⁸. Essa visão alternativa do modo de produção contraria a do sistema de produção capitalista que valoriza apenas a produção; nele, a empresa

²¹⁸ Bottom-up.

como ator principal, tem como foco o indivíduo como consumidor de algum produto e não a comunidade como um todo.

Henri Lefebvre, filósofo marxista e sociólogo francês conhecido por ser o autor de três livros emblemáticos – *O Direito à Cidade* (1974), *A Revolução urbana* (1970) e *La Production de l' Espace* (1974). Para este trabalho também foi consultada a obra *Toward an architecture of enjoyment* (2014) publicada recentemente a partir de seus escritos ²¹⁹.

David Harvey, geógrafo inglês com vasta obra publicada, da qual destacamos os livros – *A Justiça Social e a Cidade* (1980), *A Produção Capitalista do Espaço* (2005), *Condição pós-moderna* (1989) e *Seventeen contradictions and the end of capitalism* (2014). A oportunidade de participar do curso “Cidades Rebeldes e Espaços de Esperança ²²⁰”, ministrado por David Harvey e colaboradores, também contribuiu como referência.

Henri Lefebvre e David Harvey tiveram como tema recorrente de suas análises a busca de teorias baseadas na perspectiva marxista como ideologia metodológica para investigar o fenômeno urbano e a questão habitacional no modo de produção capitalista. A obra dos dois avança para o que poderia estar situado em uma abordagem pós-marxista, David Harvey também tem como fonte de inspiração e debate algumas das mais destacadas ideias de Henri Lefebvre sobre esses temas.

A contradição entre valor de uso (bem consumível, produto de trabalho social) e valor de troca de um objeto, vem sendo abordada desde Karl Marx ao analisar o capital. Essa distinção, tomada de economistas

²¹⁹ Obra publicada a partir de textos de Lefebvre de 1973, recentemente encontrados em arquivos privados, estende a teoria do espaço urbano de Lefebvre para a questão da arquitetura.

²²⁰ O curso sobre as lutas urbanas e o direito à cidade no Rio de Janeiro foi realizado entre os dias 8 e 11 de março de 2016, no Rio de Janeiro, contou com a participação de convidados de diversas cidades do Brasil, dos quais destaco a mesa de abertura do evento com a participação das paulistas Ermínia Maricato e Raquel Rolnik.

anteriores ²²¹, foi muito rejeitada por ter sido entendida em parte. Henri Lefebvre (2014) retoma a discussão e lança a seguinte questão: “Como o modo de existência social de um objeto, ao circular como mercadoria, pode ser distinguido do seu modo de existência ao ser utilizado por alguém ²²²?”

A palavra valor, na visão de Adam Smith ²²³ pode apresentar dois significados diferentes: a utilidade de algum objeto particular – valor de uso – e o poder de compra de outros bens que a posse daquele objeto transmite – valor de troca. Pode-se afirmar que geralmente, as coisas de grande valor de uso têm pequeno ou nenhum valor de troca e, as de grande valor de troca têm pequeno ou nenhum valor de uso.

A análise do modo de produção capitalista de Karl Marx no livro “O Capital” (1867) assenta-se na teoria da mais-valia para revelar a natureza da exploração e as verdadeiras fontes de lucro e a acumulação de capital. Karl Marx assume uma estrutura de classe dicotômica na qual a classe capitalista é dona dos meios de produção e a classe proletária tem apenas sua força de trabalho para vender.

Seu método possui três características básicas: a distinção entre a aparência e a realidade social, a adoção de um método lógico-histórico da análise e da exposição e a adoção do método dialético. Karl Marx não se dedicou a escrever muito sobre o tema da habitação – a estrutura residencial urbana não está, de fato, entre suas principais preocupações teóricas ²²⁴.

²²¹ Adam Smith e David Ricardo foram grandes escritores economistas ingleses.

²²² Henri Lefebvre, “*Toward an Architecture of enjoyment*”, 2014, p. 128.

²²³ Adam Smith, “*The Wealth of Nations*”, 1776, p. 28 *apud* David Harvey, “A Justiça Social e a Cidade”, 1980, p. 131.

²²⁴ Keith Bassett e John Short, “*Housing and residential structure: alternative approaches*”, 1980, p. 163-6.

Os escritos de Friedrich Engels ²²⁵, por sua vez, fornecem a base para explicar várias linhas de investigação do desenvolvimento de políticas habitacionais e de estruturas residenciais. Ele apoia sua análise na teoria econômica de Karl Marx. Seu ponto de vista sobre o Estado e o potencial para a reforma dentro do sistema habitacional são versões superficiais daquelas teorias. Para ele, o problema da habitação era inseparável do modo de produção capitalista e só seria resolvido com o fim deste modo de produção, da cidade grande e da separação entre a cidade e o campo ²²⁶.

No entanto, o método marxista de colocar o valor de uso e o valor de troca em relação dialética entre si merece consideração, porque favorece o duplo propósito de dar continuidade aos estudos geográficos e sociológicos, além de construir uma ponte entre as abordagens sociais e econômicas dos problemas de uso do solo ²²⁷.

Henri Lefebvre, assim como Jane Jacobs são reconhecidos como principais pensadores do espaço público urbano – a generalização do termo na literatura acadêmica só ocorreu por volta da década de 1990. Para Henri Lefebvre, o espaço urbano

vincula o espaço físico (suporte, solo, de titularidade pública e acessível a todo mundo) com um espaço político-filosófico e comunicacional (espaço comum, de visibilidade, de assunção das diferenças, de intercâmbio informativo e participação cidadã. (LEFEBVRE, 1974, p.20-21, tradução nossa).

Este espaço de desativação das inquietudes cidadãs é onde se localizam as diversas lutas empreendidas por trabalhadores, mulheres, imigrantes, jovens e estudantes que tomam corpo na cidade ²²⁸.

²²⁵ Filósofo alemão, cientista social e jornalista. Ele fundou a teoria marxista junto com Karl Marx. Publicou, em 1845, "The Condition of the Working Class in England", baseado em observações pessoais e investigação em Manchester.

²²⁶ Keith Bassett e John Short, "Housing and residential structure: alternative approaches", 1980, p. 166-167.

²²⁷ David Harvey, "A Justiça Social e a Cidade", (1973) 1980, p.134-135.

²²⁸ Henri Lefebvre, "La producción del espacio", (1974) 2013, p. 24.

Henri Lefebvre levanta as contradições do espaço urbano, entre elas valor de troca e valor de uso, em *La Production de l'Espace* (1974) e questiona a consideração perversa do espaço como mero valor de troca, reduzido a simples mercadoria. Em *O direito à cidade* (1974) reflete sobre o espaço urbano e a rua como fundamentais aos estudos sobre o espaço público, reflexões que seguem vigentes nos dias de hoje. Para ele, o espaço urbano supõe simultaneidade, encontros, convergência de comunicações e informações, conhecimento e reconhecimento assim como confrontação de diferenças (ideológicas e políticas). É lugar de desejo, de desequilíbrio permanente, do lúdico e do imprevisível. Na obra *Revolução urbana* (1970) capta a complexidade e a riqueza da rua assim como o seu caráter essencial à vida urbana e define os níveis hierárquicos sobre o urbano, que denomina global, misto e privado. No nível privado explora a contradição entre habitat e habitar.

O espaço urbano, explorado na obra *La Production de l'Espace*, também deve ser considerado como um produto que se consome e se utiliza, mas a sua diferença em relação a outros objetos produzidos é que ele intervém na produção. O espaço urbano organiza a propriedade, o trabalho, as redes de troca, os fluxos de matéria prima e energia que o configuram e por sua vez faz parte delas ²²⁹.

Além da contradição entre o valor de uso e o valor de troca com relação à cidade, em nível do uso do solo e do espaço urbano, a busca por uma alternativa anticapitalista destaca ainda o desafio de inverter o papel dominante do valor de troca na provisão do valor de uso na habitação. As contradições do capital foram exploradas por David Harvey (2014) no livro *Seventeen contradictions and the end of capitalisme*, dentre elas nos interessa

²²⁹ *Ibidem*, p.15.

trabalhar com a contradição entre o valor de uso e o valor de troca na habitação.

3.1.4.1 Dimensões do urbano

3.1.4.1.1 Valor de uso e valor de troca

Com relação ao uso do solo, o conceito social de necessidade e o conceito econômico de demanda diferem substancialmente e, portanto, a distinção entre valor de uso e valor de troca em sua forma original deve ser considerada ²³⁰. O solo e as suas benfeitorias são na economia capitalista contemporânea mercadorias, mas não mercadorias quaisquer, os conceitos de valor de uso e de valor de troca assumem significado em uma situação mais do que especial e esses usos, quando tomados juntos, constituem o valor de uso da casa para os seu(s) ocupante(s).

O valor do solo urbano é mais alto na medida da sua proximidade ao centro da cidade e o seu uso é determinado através de um processo de ordem competitiva. Ao considerar a escolha residencial aberta para dois grupos da população – um rico e outro pobre – com relação a localização do emprego, pode-se prever onde cada um possivelmente irá viver examinando suas curvas de montante de renda.

²³⁰ O valor de uso sustenta conceitualmente os tratamentos geográficos e sociológicos tradicionais dos problemas de uso do solo, mas é usado de tal modo que os estudos de uso de solo permanecem fora da esfera de investigação da economia política. David Harvey, “A Justiça Social e a Cidade”, 1980, p. 134-137.

Diante desta situação, a favela aparece como solução à moradia próxima ao centro da cidade, segundo Philip Sherrard, “a favela é o abrigo coletivo dos vencidos e no esforço competitivo pelos bens urbanos, as áreas faveladas são também vencidas em termos de escolas, negócios, comércio, iluminação pública, livrarias, serviços sociais, além de outros ²³¹”.

Com isso, os pobres são forçados a viver em áreas centrais de forma apertada em solo de renda alta, próximos dos locais de emprego, por dispor de poucos recursos para o transporte. Enquanto o grupo rico não tem o seu poder de decisão afetado pelo gasto com transporte. Em um sistema de mercado privado do solo e da moradia, o valor desta nem sempre é medido em termos de uso, como abrigo e residência, mas em termos da quantia recebida no mercado de troca, que pode ser afetada por fatores externos, tal como a especulação imobiliária ²³².

O nível de contradição mais profundo é encontrado na relação do espaço no mundo moderno. Por um lado, o espaço é dado sobre o consumo – compra e venda – implicando um objeto de troca. Por outro lado, o espaço natural é transformado, modificado, desenvolvido por tecnologias e novas formas de conhecimento. “O valor de uso do espaço perdura em face do valor de troca porque o espaço tem valor apenas em relação a sua localização, relação com o centro ou com alguma programação”. Além disso, “(...) sua utilização é diferente de outros usos, pois esta não pode ser destruída ²³³”.

Cada sociedade produz o seu espaço, como recorda Henri Lefebvre. Na sociedade capitalista, a cidade extrapola seus limites e dá lugar ao processo de urbanização da sociedade, sua expansão em periferias e em novas cidades. Este processo reivindica o direito à cidade e, ao mesmo tempo, traz como consequência a sua morte. Ainda que a cidade tradicional tenha

²³¹ Philip Sherrard *apud* David Harvey, “*A Justiça Social e a Cidade*”, 1980, p. 65.

²³² David Harvey, “*A Justiça Social e a Cidade*”, 1980, p. 116-119.

²³³ Henri Lefebvre, “*Toward an Architecture of enjoyment*”, 2014, p. 131.

desaparecido como objeto e como conceito, a essência da cidade, isto é o urbano, persiste. O urbano se confunde com frequência com aquilo que Henri Lefebvre denomina tecido urbano, ou seja, o cenário do projeto e do planejamento ²³⁴.

Enquanto o mundo se urbaniza, o território e as populações se segregam. O espaço é colonizado através de parcelas mensuráveis, quantificáveis e rentáveis. Com isso assistimos a uma das grandes contradições produzidas pelo capitalismo: a coexistência e a combinação da homogeneização e da fragmentação do espaço, sua totalização e sua automatização. O espaço dominante do capitalismo é o espaço abstrato, o espaço instrumental ²³⁵.

A teoria unitária do espaço – físico, mental e social – se constrói a partir da tese de que o *espaço é um produto social*. Ele não pode ser concebido como estático, passivo ou vazio como se fosse um objeto intercambiável, consumível – por mais que o seja na economia capitalista – ou suprimível. Em termos de qualidade de produto, o espaço é parte da produção e produtor e suporte das relações econômicas e sociais, das forças produtivas, da divisão de trabalho (esta abordagem deixa para trás a interpretação marxista tradicional do espaço social como superestrutura) ²³⁶.

O espaço contém relações e é preciso saber quais, como e porquê. Em realidade, o espaço social incorpora os atos sociais, as ações dos sujeitos tanto coletivos como individuais que nascem e morrem, que padecem e atuam. O espaço social é o espaço da sociedade, da vida social. Se o espaço é um produto, nosso conhecimento sobre ele reproduzirá e explicará esse processo de produção ²³⁷.

²³⁴ Ver Direito à cidade, 1968 (2004), *apud* Henri Lefebvre, “*La Production de l’Espace*”, (1974) 2013, p. 15.

²³⁵ *Ibidem*.

²³⁶ Henri Lefebvre, “*La Production de l’Espace*”, (1974) 2013, p. 47-48.

²³⁷ *Ibidem*, p. 86-96.

Henri Lefebvre tece crítica dirigida àqueles que consideraram os grandes polígonos urbanos e seus blocos, como o habitar específico da classe trabalhadora. Arquitetos e urbanistas modernos da Bauhaus, como Walter Gropius e Le Corbusier, tomados por revolucionários, ao serem perseguidos na Alemanha dos anos 1920 e 1930 foram para os Estados Unidos onde continuaram a exercer o seu trabalho como práticos e teóricos do denominado espaço moderno e do capitalismo avançado.

Segundo Henri Lefebvre, ao produzir o espaço sob o pretexto da modernidade, aqueles arquitetos e urbanistas descuidavam o conceito de modo de produção. Parte dos critérios de homogeneidade, fragmentação e hierarquização para definir o o espaço da 'modernidade':

Tende ao homogêneo por diversas razões: a fabricação de elementos e materiais, análogas exigências dos intervenientes, os métodos de gestão, de controle, de vigilância e de comunicação. Homogeneidade, mas não de plano, nem de projetos. Falsos 'conjuntos', em realidade, isolados. Pois paradoxalmente (outra vez) este espaço homogêneo se fragmenta em lotes, em parcelas, se desfaz. Termina produzindo guetos, clausuras, grupos unifamiliares e pseudoconjuntos mal vinculados com os arredores e centros urbanos. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para marginais etc. Governa uma curiosa lógica deste espaço que ata ilusoriamente a informatização. E que oculta, sob a sua homogeneidade, as relações 'reais' e os conflitos (LEFEBVRE, (1974) 2013, p. 58, tradução nossa).

A crítica pode ser dirigida ao espaço da cidade construída na lógica monofuncional, onde a setorização de funções e a construção de grandes conjuntos residências não atendem as necessidades cotidianas das pessoas. Este esquema do espaço, com sua lógica de homogeneidade, fragmentação e hierarquização, parece ter atingido um alcance maior e uma espécie de generalidade, com efeitos no saber e na cultura, no funcionamento de toda a

sociedade. Portanto, pode-se concluir que a investigação sobre o espaço social trata de uma globalidade.

Ao analisar o espaço, Henri Lefebvre elabora uma *tríade conceitual* composta pelas práticas espaciais de uma sociedade, as representações do espaço e os espaços de representação. A cada uma dessas dimensões corresponde, respectivamente, um tipo de espaço ²³⁸:

- o espaço percebido – da experiência material, que vincula a realidade cotidiana (o uso do tempo) e a realidade urbana (as redes e os fluxos de pessoas, mercadorias ou dinheiro que se ligam aos lugares de trabalho, de vida privada, de lazer), englobando tanto a produção como a reprodução social. “A prática espacial moderna se define assim pela vida cotidiana de um morador de habitação social na periferia – caso limite, mas, sem dúvida, significativo – sem deixar de lado as rodovias ou a política de transporte aéreo”;
- o espaço concebido – dos expertos, cientistas, planejadores, urbanistas, engenheiros e tecnocratas, todos os quais identificam o vivido e o percebido com o concebido. O espaço dos signos, dos códigos de ordenação, fragmentação e restrição e
- o espaço vivido – da imaginação e do simbólico dentro de uma existência material. É o espaço dos usuários e dos habitantes, onde se aprofunda na busca de novas possibilidades da realidade espacial. Trata-se do espaço dominado, passivamente experimentado, que a imaginação deseja modificar e tomar.

É possível supor que os três momentos – prática espacial, representações do espaço e espaços de representação – intervenham de forma diferente na produção do espaço. Estes variam segundo suas qualidades e propriedades, as sociedades e seus modos de produção e o momento histórico em que estão inseridos. Esses conceitos servirão como categoria para analisar a contribuição das quatro mulheres na segunda parte da tese.

²³⁸ *Ibidem*, p. 97.

Henri Lefebvre critica o urbanismo funcionalista e a especialização espacial que segue o enunciado de Le Corbusier ²³⁹, das quatro funções básicas da cidade (habitar, trabalhar, circular e lazer), que, segundo ele, tendem a liquidar a complexidade e a riqueza da vida urbana. Ao separar a cidade em quatro funções se projeta priorizando o mundo das tarefas produtivas relacionadas ao homem, enquanto as tarefas reprodutivas, essenciais ao bom desenvolvimento da vida cotidiana, são relegadas a um segundo plano.

A ameaça que sofre o espaço público ao ser reduzido a mero trânsito, a lugar de passagem, união entre dois pontos mais ou menos distantes, onde o automóvel sempre teve absoluta prioridade sobre o usuário a pé é colocada em manifesto por Henri Lefebvre. No entanto, ele detecta como, em muitos casos, esta ameaça está longe de resultar explícita e se apresenta sob uma retórica que reivindica o espaço (público) urbano, supostamente posto ao serviço do cidadão, mas que de fato é a imposição do espaço concebido, projetado, espaço especializado (fundamentalmente por e para o consumo) que exigirá a adaptação dos usos à *forma* e à *norma* impostas. O espaço concebido pretende reduzir o vivido ao visível, ao legível ²⁴⁰. Produz-se assim o que poderíamos qualificar como falácia da *transparência espacial*.

A denúncia de Lefebvre se direciona à suposta racionalidade científica do urbanismo, que impõe a linha e o ângulo reto e converte o espaço em parcela, fachada, uma imagem concebida e construída para ser vista, ou seja, para mostrar-se sedutora. Os usuários do espaço correm o risco de confundir a realidade com o visível. O espaço visual, o espaço urbanístico e o arquitetônico não são inocentes, e sua crítica ao papel que desempenham os executores – arquitetos e urbanistas – de forma generalizada na sociedade capitalista é relevante.

²³⁹ Princípios do Urbanismo de Le Corbusier, “La Carta de Atenas”, 1989.

²⁴⁰ Henri Lefebvre, “ *La producción del espacio* ”, (1974) 2013, p. 21-24.

Esta crítica se situa no marco da questão imobiliária, seus aportes permanecem vigentes nos dias de hoje, para compreender quando o capitalismo intensifica sua aposta pelas soluções espaciais. O imobiliário se torna um setor de oportunidades ao qual dirigir inversões; as mobilizações do capital e do espaço se tornam frenéticas e conduzem à destruição de espaços – destruição criativa. Esta espiral de construção e circulação de capital é requerimento imprescindível para que o capitalismo não colapse.

O resultado é a contribuição direta do âmbito urbanístico-imobiliário, acompanhado por leis ou falta de controle político, este passa a ser um setor excelente para a acumulação de capital, o que tem reforçado nas últimas décadas a consideração do espaço como mero valor de troca.

O espaço é reduzido à simples mercadoria, ao contrário do que seriam os espaços habitados, praticados, bairros, cidades, regiões metropolitanas que sofrem as mesmas consequências das políticas especulativas, de intervenção e de desinvestimento que se experimenta no circuito industrial e financeiro (LEFEBVRE, (1974) 2013, p. 18-19, tradução nossa).

Henri Lefebvre propõe a (re)apropriação do espaço urbano, que supõe a cidade como valor de uso – como gozo, beleza e criação coletiva dos cidadãos –, sobre a qual eles decidem e na qual eles intervêm. Essa reapropriação implica uma repolitização do espaço, uma reatualização da condição política do espaço urbano e da figura do cidadão; reivindica o direito à cidade – como direito à centralidade, à vida urbana, transformada, renovada. Ao reclamar isto, Henri Lefebvre, nos lembra o equívoco de simplificar o direito à sua apropriação e transformação, reduzindo-a ao direito de visita ou de retorno em direção às cidades tradicionais.

Deste modo, o cidadão estaria limitado a mero espectador, contemplador passivo do espetáculo que o rodeia – assume a função de *consumidor* (da cidade como *valor de troca*) e de *figurante* de um espaço não pensado para ele, entretanto como usuário (da cidade como *valor de uso*).

Esta era uma grande preocupação para Henri Lefebvre, a que hoje se acrescenta uma nova problemática, a da *participação cidadã* – como espetáculo. Nesta situação o cidadão é convidado pelas autoridades locais, regionais ou estatais a “participar”, através de mecanismos que mascaram as possibilidades de intervenção cidadã, em exercícios de acompanhamento das políticas municipais, blindando deste modo o âmbito da tomada efetiva de decisões ²⁴¹.

O urbano é um espaço de conflitos, enfrentamentos, espaço do imprevisível, de desequilíbrios, onde as normalidades se desmontam e remontam a cada momento. Também é espaço de encontro, do lúdico e da beleza. “A utopia concreta do espaço urbano, é portanto, acidentada e contraditória” ²⁴². No espaço urbano onde se mobilizam as diferenças, expressão da variedade de grupos que utilizam o espaço conforme os seus propósitos, nascem as necessidades e desejos.

Resulta imprescindível pensar em um espaço do prazer, de jogos, de ócio. Com isso a obra atravessa o produto, o valor de uso predomina sobre o valor de troca e a apropriação sobre a dominação, precisamente, porque o imaginário, o utópico, o possível (o impossível) integram o real indo mais além dele. (LEFEBVRE, (1974) 2013, p. 18-19, tradução nossa).

Afora Henri Lefebvre, outros autores trazem contribuições à análise das cidades modernas a partir de uma perspectiva crítica aos modos de planejamento e organização e às consequências geradas aos seus usuários e habitantes. Dentre eles, Jane Jacobs e David Harvey, incluídos no quadro teórico do presente trabalho, além de Richard Sennett e Manuel Castells – todos eles influenciados ou conhecedores de suas propostas. Autores que transitaram, através da influência recebida, entre disciplinas como a sociologia, a geografia, a antropologia ou a filosofia. É a eles a quem hoje devemos a ênfase na especialização da teoria, tanto como a consideração do

²⁴¹ *Ibidem*, p. 24.

²⁴² *Ibidem*, p. 27.

espaço como um *produto social* (e político) ou *o urbano* como um fenômeno global ²⁴³.

A principal contribuição teórica de Henri Lefebvre ao estudo do fenômeno urbano é que a sociedade urbana representa a superação da sociedade industrial, de seus problemas e de sua racionalidade e, portanto, deve ser compreendida à luz de sua teoria sobre o social e a mudança social, como parte de um estudo no qual mostra a lógica ampliada da dinâmica neocapitalista com base em uma perspectiva marxista. Sua teoria urbana está ancorada à reconstrução do marxismo ²⁴⁴.

3.1.4.1.2 Valor de uso e valor de troca na habitação

A busca por uma alternativa anticapitalista passa pelo desafio de fazer frente ao papel dominante do valor de troca na provisão do valor de uso também na habitação. Implica alterações na forma e no papel do dinheiro, modifica, quando não extingue o direito ao regime da propriedade privada com o qual somos todos tão familiarizados ²⁴⁵.

“Todas as mercadorias que compramos em uma sociedade capitalista têm um valor de uso e um valor de troca ²⁴⁶”. Os valores de uso são infinitamente variados, enquanto, por outro lado, o valor de troca é basicamente uniforme e qualitativamente idêntico. Ao tomar o valor de uso e o valor de troca de uma casa pode-se dizer que, como valor de uso, esta fornece abrigo, é lugar de reprodução diária e biológica, oferece privacidade e

²⁴³ *Ibidem*, p. 16-28.

²⁴⁴ Henri Lefebvre, “*La Production de l’Espace*”, (1974) 2013, p. 37.

²⁴⁵ David Harvey, “*Seventeen contradictions and the end of capitalism*”, 2014, p. 14.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 15.

segurança, é um símbolo de status social, é uma criação de elegância e beleza, de forma, em suma, é um lugar que tem um significado maior onde se desenvolve a vida afetiva e social das pessoas.

No que diz respeito ao seu valor de troca, no mundo contemporâneo, a casa deve ser comprada, arrendada ou alugada para poder usá-la. “A questão é ‘quanto’ o valor de troca é necessário para adquirir os seus usos e como esse ‘quanto’ afeta a nossa capacidade de comandar os usos particulares que precisamos e queremos ²⁴⁷”. Em grande parte do mundo capitalista avançado a habitação é construída de forma especulativa como mercadoria a ser vendida no mercado para quem pode e se dispõe a pagar.

O sistema de autoconstrução da habitação pode ser encontrado em assentamentos informais que constituem os bairros pobres de muitas cidades em países em desenvolvimento, como por exemplo as favelas do Brasil. Neste caso os valores de troca envolvidos são relativamente limitados ²⁴⁸.

O valor de troca é fixado pelos custos básicos de produção da casa e, no caso especulativo, o custo real da produção é acrescido do lucro, juros sobre empréstimo, custo de aquisição, arrendamento ou locação da terra aos seus proprietários. Como a criação de valores de uso para os outros é um meio para esse fim, o “objetivo dos produtores é produzir valores de troca não valores de uso ²⁴⁹”.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, os reformadores sociais na Europa e na América do Norte revelaram aos governos a situação de pobreza aguda da maioria da população urbana. Com isso foram tomadas medidas de assistência habitacional e realizada a provisão de casas a pessoas e às famílias. No início do século XX e no período entre guerras a provisão de habitação social ganhou intensidade e depois da Segunda Guerra Mundial

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 16.

²⁴⁸ *Ibidem*.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 17.

constituiu-se em um dos pilares da estruturação de uma política de bem-estar social na Europa, “um pacto redistributivo entre capital e trabalho que sustentou décadas de crescimento ²⁵⁰”.

Ao considerar o conjunto de países europeus, no entanto, percebe-se que poucos conseguiram implantar um parque público significativo de habitação social no conjunto habitacional existente. Os países europeus com estoque de habitação social expressivo incluem: Áustria, Dinamarca, Finlândia, Holanda, França, Reino Unido, Suécia, República Tcheca e Polônia. Estes países representam hoje quase 80% de toda a moradia social na Europa. Já em países como Alemanha, Bélgica, Itália e Irlanda a habitação social nunca teve presença marcante e em países como Espanha, Grécia e Portugal a produção de um estoque público ou semipúblico praticamente inexistiu, prevalecendo a autoconstrução e a autopromoção da moradia ²⁵¹.

O acesso à moradia adequada marcou a história das políticas públicas no Reino Unido. Estava associado a uma vida digna, independente do nível de renda ou do status social. Para promover a moradia adequada e lidar com carências e a má qualidade do estoque existente, foram adotadas uma série de políticas fundiárias, de moradia e de planejamento territorial. Além disso, o sistema de bem-estar social incluía benefícios habitacionais.

As políticas habitacionais tiveram início no final do século XIX, em 1909 foi promulgada a primeira Lei de Planejamento (*Housing and Town Planning Act*), e elas continuaram no topo da agenda pública durante e depois da Primeira Guerra Mundial. Com os danos causados pelos bombardeios e em função das condições precárias de moradias no período após a Segunda Guerra Mundial construíram-se muitas casas para remediar a situação, tornando-se a moradia um dos pilares do Estado de Bem-Estar em 1942 ²⁵².

²⁵⁰ Raquel Rolink, “Guerra dos lugares”, 2015, p. 35.

²⁵¹ *Ibidem*, p. 36.

²⁵² *Ibidem*, p. 42.

Entre os anos 1940 e 1970, as *council housing* (conjuntos habitacionais públicos construídos pelas prefeituras) constituíram o principal provedor de moradias para as famílias de média e baixa renda da classe trabalhadora. No governo de Margaret Thatcher ocorreu uma mudança de paradigma, entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 – foram estabelecidas políticas e instituições para desregular os sistemas de financiamento de moradia, privatizar as *council housing* e reduzir gastos públicos, exceto aqueles relacionados a benefícios fiscais e outras formas de subsídio à propriedade individual da moradia.

Como resultado deu-se a privatização do estoque público de moradia em todo o Reino Unido, através da Lei da Moradia de 1980 que visava dar “segurança de posse” e introduzia o “direito à compra” como elemento central. Além disso, promoveu-se o crédito habitacional, que vigorou de 1969 a 2000. A casa passou de bem-estar social a ativo financeiro – o indivíduo se torna um consumidor de ativos financeiros que podem prover renda posteriormente com a valorização de seus imóveis ²⁵³.

O problema foi que, de 1997 a 2012, os preços dos imóveis subiram 200% enquanto que o salário médio de trabalho subiu 55% gerando uma crise habitacional em termos de disponibilidade, viabilidade econômica e acesso à moradia adequada. Os números globais de oferta e demanda mascaram a desigualdade crescente no campo habitacional. Na realidade, sobram moradias de altíssimo preço e é a moradia social que está praticamente escassa ²⁵⁴.

Nos Estados Unidos, a política habitacional moderna foi adotada como medida durante a Depressão – primeira grande crise financeiro-hipotecária que ocorreu após 1929, com o estouro da bolha imobiliária. A Lei Nacional de Habitação, de 1934, criou a Administração Federal de Habitação (*Federal*

²⁵³ *Ibidem*, p. 46.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 47.

Housing Administration – FHA) – para subscrever e assegurar hipotecas, afora prover segurança aos credores em caso de falta de pagamento – e a Associação Nacional Federal de Hipotecas (*Federal National Mortgage Association*)– para comprar a hipoteca dos credores e com isso poder oferecer mais empréstimos aos compradores ²⁵⁵.

No período de 1934 a 1937 as leis de habitação marcaram o início de um sistema habitacional com duas frentes:

por um lado, a construção de um parque público de moradia para aluguel, com auxílios diretos para as famílias de baixa renda arcarem com essas despesas; por outro, crédito subsidiado, sobretudo por meio de isenções fiscais, para promover a propriedade da moradia entre famílias de classe média (ROLNIK, 2015, p. 35).

Os conjuntos habitacionais públicos (*housing projects*), em grande parte, estavam localizados em áreas centrais, já as casas próprias concentraram-se nos subúrbios exclusivamente residenciais, de baixa densidade. Isto contribuiu para configurar uma nova paisagem nas cidades norte-americanas.

O perfil dos moradores dos conjuntos habitacionais públicos, entre os anos 1940 e 1950, era basicamente formado por uma classe operária branca, capaz de arcar com o aluguel. Essa configuração passou a se alterar com as migrações, a partir de 1960, provenientes dos estados do Sul e a suburbanização da nova geração de trabalhadores brancos.

O direito à moradia adequada está presente na legislação de quase todos os países atualmente – como indicado no *US Housing Act* ²⁵⁶ de 1949 e, por esta razão, os governos locais e nacionais têm, de tempos em tempos, promovido uma série de programas de habitação com financiamento público para suprir as necessidades das classes mais baixas, a um custo mínimo.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 57.

²⁵⁶ A Lei Americana de Habitação, de 1949, fazia parte do programa do presidente Harry Truman. Expandia o papel federal com relação à hipoteca e à construção de habitação pública.

Esta concepção de moradia era defendida pelos *housers*, ativistas de habitação no período pré-Segunda Guerra Mundial que acreditavam na relação mútua entre a qualidade de um determinado ambiente arquitetônico e a vida de seus residentes, além de defenderem a habitação acessível a todos. Catherine Bauer colaborou tanto para o *U.S. Housing Act* de 1937 de Wagner-Steagall bem, como para o *U.S. Housing Act* de 1949 de Taft-Ellender-Wagner. Ela foi nomeada diretora do então criado *U.S. Housing Authority* e assessora de agências federais e locais.

Entre os anos 1960 e 1970, ergueu-se outra leva de conjuntos habitacionais públicos como resposta aos Movimentos pelos Direitos Civis, cujos habitantes eram negros e pobres e, assim, estes conjuntos passaram a ser identificados étnica, geográfica e socialmente ²⁵⁷.

Os anos 1980 foram marcados pelos cortes orçamentários o que resultou em uma erosão gradual e falta de manutenção do sistema público de habitação social. Foi criado o Programa *Hope VI*, Oportunidades de Moradia para Pessoas em Qualquer Lugar (*Housing Opportunities for People Everywhere*), em 1992 – seus objetivos incluíam a revitalização da moradia pública, a dispersão das famílias de baixa renda e a criação de comunidades sustentáveis através de uma reorganização de moradias voltadas para distintas faixas de renda. Este programa demoliu muitas casas e deslocou muitas famílias sem poder oferecer novas moradias.

A política federal de habitação redundou em um índice ainda mais alto de proprietários de casas e na redução de oferta de moradia pública até o ano 2010. Com relação à casa própria, mudanças ampliaram sua conexão com o mercado financeiro como resultado de dois processos: a Lei de Reinvestimento na Comunidade (*Community Reinvestment Act*), de 1977, e a conseqüente invenção do crédito *subprime* – crédito de altíssimo custo

²⁵⁷ Raquel Rolink, “Guerra dos lugares”, 2015, p. 59.

oferecido a famílias compostas por minorias e grupos anteriormente considerados de alto risco financeiro ²⁵⁸.

O efeito gerado pelas ações políticas habitacionais tomadas desde o final dos anos 1970 expressa-se na atual crise de moradia do país, com o aumento crescente de famílias sem-teto e listas de espera para habitação social e ajuda em despesas de aluguel.

A redução drástica de recursos e programas de moradia social estaria supostamente alicerçada em dois pressupostos neoliberais: a necessidade de redução do gasto público e a retirada do Estado de áreas em que o mercado poderia atuar. O gasto público entre 1976 e 2004, conforme aponta Raquel Rolnik, por um lado, não parou de crescer, mas esteve dirigido aos setores de mais alta renda através de isenções fiscais na compra de moradia. Por outro lado, a crise hipotecária dos empréstimos *subprime* foi fruto de uma política progressiva de destruição de acesso à moradia para os mais pobres ²⁵⁹.

Esta posição política sobre a provisão de habitação social tem sido objeto de luta da vanguarda e tem afetado as questões de habitação na era socialdemocrata na Europa, com repercussões na América do Norte e em parte do mundo em desenvolvimento. O interesse em habitação social e o envolvimento do Estado no seu fornecimento tem aumentado e diminuído ao longo dos anos e a capacidade orçamentária do Estado tem sido posta à prova pela necessidade de subsidiar habitações a preços acessíveis ²⁶⁰.

Em específico no Brasil, Nabil Bonduki (2016) coloca que na área da habitação social está sendo projetado um futuro tenebroso para as cidades, o que diz respeito aos primeiros sinais do atual governo:

²⁵⁸ Raquel Rolnik, "Guerra dos lugares", 2015, p. 63-64.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 68-69.

²⁶⁰ Nabil Bonduki, no artigo "'Minha Casa' tem defeitos, mas cortar dos mais pobres é inaceitável" (acessado em: 7/06/2016).

<http://noticias.uol.com.br/opiniaao/coluna/mobile/2016/06/07/minha-casa-tem-defeitos-mas-cortar-dos-mais-pobres-e-inaceitavel.htm>

O cancelamento de projetos habitacionais em estágio avançado de desenvolvimento, a indefinição em relação ao Conselho Nacional das Cidades e a intenção, por ora velada, de se retirar os recursos a fundo perdido para a população de menor renda são retrocessos que desestruturaram a política habitacional que vinha sendo formulada há, aproximadamente, 15 anos (BONDUKI, artigo acessado em: 7/06/2016).

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), modifica, institucionalmente o modelo de política habitacional proposto pelo Plano Nacional de Habitação (Planhab). O programa habitacional do governo federal, MCMV Entidades, atende a grupos sociais e associações que realizam a gestão de todo o processo de desenvolvimento das moradias, desde a concepção do projeto até a execução da obra. O que permite a redução de custos e uma utilização mais eficiente dos recursos disponibilizados. A modalidade Entidades que atendia a faixa 1, correspondente aos grupos de menor renda foi cortada no governo atual.

A tensão entre os valores de uso e de troca na produção de habitação tem sido gerida de diversas maneiras. Quando o indivíduo não possui dinheiro para comprar a casa definitiva ele pode alugar ou arrendar de um intermediário, ou contrair um empréstimo para a compra ou, ainda, obter empréstimos através de amigos e parentes ou, em última hipótese, contrair uma hipoteca com uma instituição financeira. Nesse último caso, o valor de troca total da casa será pago com o juro mensal sobre a hipoteca e com isso a pessoa usufrui a casa em seu valor de uso, como lugar para viver, e paga para viver nela até assumir a propriedade. A casa se torna assim um repositório de poupança de valor de troca para este futuro proprietário ²⁶¹.

O valor de troca de habitação não é, no entanto fixo. Ele flutua ao longo do tempo de acordo com uma variedade de condições e forças sociais. O mercado imobiliário é caracterizado por aquilo que os economistas chamam de

²⁶¹ David Harvey, *“Seventeen contradictions and the end of capitalism”*, 2014, p. 18-19.

"externalidade afeta". (...) As pessoas agem para proteger o valor de suas economias. Mas elas também podem perder as suas poupanças quando o Estado ou os investidores, ao assumir a habitação em um bairro destinado à reconstrução deixarem-na se deteriorar, destruindo assim o seu valor, que permanece no mercado (HARVEY, 2014, p. 20, tradução nossa).

“A posse da casa tornou-se cada vez mais importante para segmentos da população em muitas partes do mundo ²⁶²”, passando a ser vista como objeto de especulação, nos últimos 30 anos. Tal prática traz um risco embutido. Se um indivíduo compra uma casa com dinheiro emprestado e os preços começam a se elevar outras pessoas se sentirão atraídas pela ideia de compra por causa do aumento dos valores de propriedade. Com isso, são feitos mais empréstimos e, se os preços continuarem a subir, outras pessoas e instituições serão atraídas a participar do jogo, resultando no possível aparecimento de uma *bolha imobiliária*.

O grande problema é quando a bolha estoura, o que ocorreu recentemente com a queda do mercado imobiliário dos Estados Unidos, onde cerca de 4 milhões de pessoas perderam suas casas com o encerramento do contrato de empréstimos, em 2008. “Para elas, a busca do valor de troca destruiu o acesso à moradia como um valor de uso”. Esta é a situação de quem comprou uma casa no auge do *boom imobiliário* e agora deve a uma instituição financeira mais dinheiro do que a casa vale no mercado. “A busca imprudente do valor de troca destruiu [...] a capacidade de muitos para adquirir e depois sustentar o seu acesso aos valores de uso habitacional ²⁶³”.

Assim, a propriedade imobiliária (*real estate*) e a habitação configuram uma das mais novas e poderosas fronteiras da expansão do capital financeiro. As políticas públicas abandonaram os conceito de moradia como bem social e de cidade como artefato público, acreditando que os mercados iriam regular a

²⁶² *Ibidem*, p. 20.

²⁶³ *Ibidem*, p. 21-22.

terra urbana e a moradia, combinados ao financiamento do espaço construído.

As políticas habitacionais e urbanas renunciaram ao papel de distribuição de riqueza, bem comum que a sociedade concorda em dividir ou prover para aqueles com menos recursos, para se transformarem em mecanismo de extração de renda, ganho financeiro e acumulação de riqueza. Esse processo resultou na despossessão massiva de territórios, na criação de pobres urbanos “sem lugar”, em novos processos de subjetivação estruturados pela lógica do endividamento, além de ter ampliado significativamente a segregação das cidades (Raquel Rolink, 2015, p. 15).

O envolvimento do Estado na provisão de habitação transformou-se radicalmente em parte do mundo capitalista ao longo dos últimos 40 anos. O valor de uso da habitação tornou-se, cada vez mais, um meio de poupança e um instrumento de especulação para os consumidores, bem como para os produtores, financiadores e os demais na corrente de lucro com as condições do *boom* nos mercados da habitação, ou seja, uma situação em que o valor de troca passou a ser dominante em relação ao valor de uso ²⁶⁴.

Em suma, “as consequências para o fornecimento de moradia adequada para um seguimento crescente da população têm sido desastrosas” e se faz necessário mobilizar a “opinião pública e políticas públicas sobre o papel do Estado na provisão de valores adequados de uso e necessidades básicas para as populações ²⁶⁵.”

A análise da contradição entre o valor de uso e o valor de troca na habitação é um bom exemplo de como uma

simples diferença entre o valor de uso e o valor de troca de uma mercadoria no mercado pode evoluir para uma oposição e um antagonismo antes de se tornar tão elevado – uma contradição absoluta capaz de produzir uma crise não só na habitação, mas em todo o sistema financeiro e econômico (HARVEY, 2014, p. 23, tradução nossa).

²⁶⁴ David Harvey, “*Seventeen contradictions and the end of capitalism*”, 2014, p. 22.

²⁶⁵ *Ibidem*.

O “consenso neoliberal” aplicado ao Estado de muitos países a partir dos anos 1970 se retira de obrigações de prestação pública em campos da ordem da habitação, saúde, educação, transporte e serviços públicos “no interesse de abertura destas arenas para considerações de acumulação de capital e valor de troca particulares. Tudo o que aconteceu no campo da habitação tem sido afetado por estas mudanças²⁶⁶”. A crise macroeconômica de 2008 (ainda não resolvida) atingiu o valor de troca, negando a um grande número de pessoas a possibilidade de valores de uso adequados em habitação, além de privá-las de um padrão de vida decente. A mesma coisa acontece com os cuidados relativos a saúde e educação, o valor de troca domina cada vez mais os aspectos do valor de uso da vida social.

“Tensões entre a demanda competitiva da produção organizada e a necessidade de reprodução da vida diária sempre existiram²⁶⁷” e em momentos de crise, eis que surgem as contradições. Estas podem ser uma excelente fonte de mudança social e pessoal, as contradições do capital geram momentos de ‘destruição criativa’ desenvolvendo inovações que têm melhorado a qualidade de vida diária. Como consequência, o capital geralmente se reinventa e se transforma em outra coisa, porém, quando a sua reprodução se vê ameaçada por outras contradições subjacentes, tais crises representam um momento de perigo.

As crises são essenciais para a reprodução do capitalismo, uma vez que é no seu curso que suas instabilidades são confrontadas, reformuladas e regeneradas para criar uma nova versão sobre o que é o capitalismo. Apesar da reconfiguração de paisagens físicas, o que impressiona na crise é a alteração radical de formas de pensamento e de compreensão de instituições e ideologias dominantes, de subjetividades políticas, tecnologias e formas de

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 23.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 12.

organização, das relações sociais, dos costumes culturais e dos gostos que permeiam a vida cotidiana²⁶⁸.

A paisagem homogênea e globalizada nas cidades e nos subúrbios, de altas torres de escritórios, prédios culturais emblemáticos, grandes shoppings centers estão presentes em cidades em todo o mundo que se tornou cosmopolita por padrão. Campos de golfe e condomínios fechados, pioneiros nos EUA, podem agora ser vistos na China, Chile, ao lado de assentamentos precários autoconstruídos em favelas ou bairros pobres (HARVEY, 2014, p. IX, tradução nossa).

Essa situação também é encontrada em países em desenvolvimento na América Latina e no Brasil. Teresa Caldeira (2000) faz um estudo aprofundado sobre o tema dos condomínios fechados em São Paulo e as consequências com relação à violência e à segurança nos bairros. O condomínio fechado enfatiza a segurança e implica em uma nova forma de posicionamento no mundo. Essa alternativa tende a ser constituída por ambientes socialmente homogêneos, controlados por guardas armados e sistemas sofisticados de segurança, que oferecem proteção contra o crime e geram espaços segregados, garantindo aos moradores “o direito de não serem incomodados²⁶⁹.”

“A contraposição entre o enclave fortificado e o espaço ‘anômico’ do habitat popular ultrapassou as fronteiras de classe, constituindo modelo urbanístico para o conjunto da sociedade²⁷⁰”. O modelo adotado pelo programa Minha Casa Minha Vida²⁷¹ confirma essa hipótese, ao fixar obrigatoriamente um padrão de condomínio fechado e murado com áreas de lazer internas, reproduzindo os enclaves fortificados das classes médias.

²⁶⁸ *Ibidem*, p. IX.

²⁶⁹ Teresa Caldeira, “Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo”, 2000, p. 258.

²⁷⁰ Raquel Rolink, “Guerra dos lugares”, 2015, p. 276.

²⁷¹ Programa público de produção de 3 milhões de moradias a nível nacional.

O conflito entre o avanço do complexo imobiliário-financeiro e os territórios populares nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde os pobres são mais uma vez obrigados a deixar suas casas para procurar alojamento em periferias cada vez mais distantes das áreas centrais, retrata as transformações e permanências em curso nas cidades brasileiras.

A quebra da bolsa em 1929, nos Estados Unidos, deflagrou uma crise prolongada que só foi resolvida na década de 1950, depois da Depressão dos anos 1930 e da II Guerra Mundial na década de 1940. Igualmente, a crise que teve início nos anos de 1960 com as oscilações do mercado de reservas internacionais e a turbulência nas ruas de várias cidades (1968) não foi resolvida até meados da década de 1980. Seu curso foi marcado por uma década de lutas trabalhistas em 1970 e o aparecimento de políticas neoliberais de Ronald Reagan, Margaret Thatcher, Helmut Kohl, Augusto Pinochet e de Deng Xiaoping, na China.

A "morte do marxismo" depois de 1989 tornou as coisas piores. A esquerda radical opera fora de qualquer canal de oposição institucional ou organizado, abastecida intelectualmente por pensadores como Michel Foucault e outros originários da fragmentação pós-moderna que favorecem a política de identidade e evitam a análise de classe ²⁷².

Raquel Rolnik (2015) oferece um panorama global do processo de colonização da terra urbana e da moradia pelas finanças globais nas últimas décadas, tomando os anos 1980 como ponto de partida e a crise financeira iniciada pelo estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos, em 2007, como seu primeiro colapso internacional de grande magnitude ²⁷³.

Ela também faz uma contribuição importante com relação ao processo de financeirização da moradia e do solo urbano no contexto das

²⁷² Raquel Rolnik, "Guerra dos lugares", 2015, p. XIII.

²⁷³ Ibidem, p. 15.

transformações que ocorreram no Brasil no fim do século XX e nas primeiras décadas do novo milênio.

Esse período abrange processos de redemocratização política e momentos de estagnação e retomada do crescimento econômico. Abrange também a chegada ao poder (...) de uma coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), força política que emergiu das lutas sindicais, dos movimentos sociais e da reorganização de grupos de esquerda ao longo dos anos 1980 e 1990. Uma de suas agendas era a construção de um Estado de direitos, em que o acesso à moradia adequada e o direito à cidade eram elementos importantes. Por outro lado, é exatamente no mesmo período que o país vê avançar a hegemonia dos circuitos globalizados do capital e das finanças, assim como das agendas e pautas neoliberais, especialmente nas políticas habitacionais e urbanas, o que faz com que esse momento seja marcado por ambiguidades e contradições (ROLNIK, 2015, p. 262).

3.1.4.1 Dimensões do Cotidiano – dicotomia entre habitar e habitat

Henri Lefebvre estuda o tema da cotidianidade, conceito que será também abordado, mais adiante neste trabalho, sob a ótica da perspectiva de gênero.

O cotidiano representa para Henri Lefebvre um âmbito de aparatos e instrumentos ideológicos manipulados cujo avanço conduz a uma alienação generalizada do outro, através de inversões ideológicas, incremento do consumo e da esfera privada. As necessidades e os desejos são manipulados em uma dominação expressa por uma cotidianidade programada. A publicidade, o planejamento econômico e o urbanismo são ferramentas eficazes sob a aparência da racionalidade. “O neocapitalismo viria a se impor

como sociedade burocrática de 'consumo dirigido', nele, os planos de existência são aprisionados em um espelho de bem-estar ²⁷⁴ ”.

Henri Lefebvre (1974) critica o planejamento espacial e o urbanismo de seu tempo ao afirmar a potência criadora e subversiva da produção do espaço desde a cotidianidade. Ele propõe uma releitura da questão no seio das dicotomias (obra/produto, produção/apropriação, valor de uso/valor de troca, habitat/habitar) e dos níveis hierárquicos observados em sua análise sobre o urbano: o Global (do Estado e do Capital – o espaço institucional), o Misto (da Cidade – o urbano) e o Privado (da habitação – esta não considerada desde a ideologia do *habitat* senão desde a poética do *habitar*, como realização social). Inverte a ordem da produção do espaço, que segundo a lógica estatal e capitalista vai de cima para baixo, do Global ao Privado, já a lógica do direito à cidade opera no sentido inverso de baixo para cima, partindo do *habitar* ²⁷⁵.

Ao outorgar ao *habitar* o caráter de uma atividade criativa livre, expressão da potencialidade humana, a cidade aparece não só como o *topos* onde se condensam os procedimentos técnicos, econômicos e políticos de dominação da vida social. A crítica sociológica e o *habitar* portam de maneira conjunta o interesse pela emancipação coletiva. A crítica de Henri Lefebvre discorre de duas formas, por um lado “a evocação de certo sentimento de pertencimento, de umas atividades e inversões afetivas e práticas implantadas sobre o espaço social da cidade” – o que remete as noções de obra e de valor de uso. Por outro lado, “a explosão da cidade atesta o domínio do universo da mercadoria, do espaço como produto e extensão da estrutura técnico-econômica da sociedade capitalista ²⁷⁶ ”.

Esta crítica ao urbanismo está relacionada a dois planos: um em torno da problemática da produção mercantil e tecnocrática do espaço, onde a

²⁷⁴ Beloud, 1981 apud Henri Lefebvre, “*La producción del espacio*”, (1974) 2013, p. 40.

²⁷⁵ Henri Lefebvre, “*La producción del espacio*”, (1974) 2013, p. 44.

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 41-45.

questão do habitar é dirigida pela razão industrial e pela dominação; o outro sobre a apropriação do espaço no universo do habitar. Este opera por uma racionalidade urbana embrionária que busca recuperar o sentido pleno da obra, do valor de uso.

A denúncia do urbanismo, portanto, se articula na contradição entre a lógica da produção (mercantil) do espaço, a lógica da dominação (estatal) e a lógica da apropriação (social) do espaço, tendo como plano de fundo a crítica a determinados cursos da ciência e da técnica na modernidade (LEFEBVRE, (1974) 2013, p. 42-43, tradução nossa).

“O espaço urbano não é só um continente inerte senão que através dele se realiza a reprodução das relações de produção ²⁷⁷”. Para Henri Lefebvre o urbanismo e a ordenação territorial não são um assunto técnico senão político; o espaço é político-instrumental. Numa crítica à modernidade, afirma que a técnica deve servir ao desenvolvimento do homem, ao invés de dominá-lo e reduzi-lo a objeto ou apêndice.

Sua crítica ao ‘urbanismo normal’ inspirado no modelo de Le Corbusier, que “consagra a standardização da ordem socioespacial (a mais eficaz das ideologias redutoras), põe em evidência a inadequação de seus parâmetros: módulos repetitivos, estrita hierarquização do espaço, decomposição da vida social, expulsão do transfuncional na cidade, desorganização e desorientação. O urbanismo normal opera como ideologia manipuladora, dissimulando sob uma disposição racional a alienante realidade de um espaço homogêneo, fragmentado e hierarquizado. Para esse urbanismo normalizado e normativo, a significação da vida do homem e da cidade, toda a existência se reduz a mera função, ao rigor inabitável. E, no entanto, onde fica o desejo, o transfuncional, o lúdico e o simbólico? (LEFEBVRE, (1974) 2013, p. 44, tradução nossa).

É no nível privado que prevalece o domínio edificado da habitação em todas as suas formas e representações, sejam elas grandes prédios de apartamentos, casas unifamiliares, acampamentos nômades e até mesmo

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 43.

casas precárias em bairros pobres ou favelas. Neste nível se desenvolve a segunda contradição a que daremos destaque, a relação entre os conceitos de habitar – reflexão de Friedrich Nietzsche e de Martin Heidegger – e do habitat – função simplificada.

Habitar seria apropriar-se do espaço, converter o espaço (vivido) em lugar, adaptá-lo, usá-lo, transformá-lo e derramar sobre ele a afetividade do usuário, a imaginação do habitante. Esta prática criativa que afirma a ilimitada potencialidade humana em se reconhecer na obra criada. Isto permitiria recuperar as múltiplas dimensões do espaço habitado: funcional, multifuncional, transfuncional, lúdico e simbólico.

Martin Heidegger ²⁷⁸ assinalou o caminho dessa restituição ao comentar as palavras esquecidas ou incompreendidas do poeta alemão Friedrich Hölderlin: “o homem habita como poeta”, ou seja, a relação do ser humano com a natureza e com sua própria natureza, com o ser e seu próprio ser, reside no habitar, nele se realiza e nele se lê.

Através do habitar se acederia ao ser, à sociabilidade, ao direito à cidade, ao direito à centralidade-simultaneidade. Assim, o habitante romperia com o monólogo do urbanismo tecnocrático. Com base na reflexão metafilosófica de Friedrich Nietzsche e de Martin Heidegger e no onirismo topoanalítico de Gaston Bachelard, Henri Lefebvre resgata e assenta o habitar em uma cotidianidade concebida como a autêntica prática de criação do espaço e da vida social ²⁷⁹.

A ecologia descreve o habitat como as áreas habitadas, unidades de vizinhança e formas de relações. A descrição fenomenológica ocupa-se dos laços entre os cidadãos e o sítio; ela estuda o ambiente, as disparidades do espaço, os monumentos, os fluxos e os horizontes da vida urbana ²⁸⁰. O habitat

²⁷⁸ Martin Heidegger *apud* Henri Lefebvre, “*A Revolução urbana*”, (1970) 2008, p. 79.

²⁷⁹ Henri Lefebvre, “*A Revolução urbana*”, (1970) 2008, p. 78.

²⁸⁰ *Ibidem*, p. 49-50.

ao ser instaurado pelo alto, através da aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo da modernidade obrigou o ser humano a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou nas chamadas ‘máquinas de habitar’ de Le Corbusier. Para reencontrar o habitar e o seu sentido é preciso utilizar conceitos e categorias capazes de ir além do habitante, em direção ao não conhecido e ao desconhecido da cotidianidade.

Como proposto por Henri Lefebvre, o habitar não deve ser mais estudado como resíduo, vestígio ou resultado dos níveis superiores. Deve e pode ser considerado como fonte, fundamento, funcionalidade e transfuncionalidade essenciais. Por isso propõe a inversão da ordem da produção do espaço. O predomínio do global, do lógico e do estratégico, ainda faz parte do mundo invertido que se faz necessário desinverter. A proposta é uma decodificação da realidade urbana oposta à habitual, a partir do habitar e não do monumental ²⁸¹.

Por um lado, Henri Lefebvre pretende afirmar a riqueza semântica, imaginativa e poética do habitar diante da linearidade e monotonia do habitat programado e da ordem social que o conforma, por outro lado, sua argumentação é dirigida a reintroduzir o sujeito na produção (social) do espaço – processo dominado por agentes privilegiados: Estado, proprietários, construtores etc. – e da vida urbana ²⁸².

A estratégia do capitalismo não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, como também visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e de decisão. O urbanismo encobre essa operação ocultando, sob uma aparência positiva, humanista, tecnológica, a estratégia capitalista. Esta estratégia oprime o usuário, o participante, o simples habitante.

²⁸¹ *Ibidem*, p. 81.

²⁸² Henri Lefebvre, “*La producción del espacio*”, (1974) 2013, p. 46.

Com isso, o habitante é reduzido não apenas à função do habitar, mas à função de comprador de espaço, realizando a mais-valia. O espaço torna-se o lugar de funções das quais a mais importante é formar, realizar, distribuir de uma nova maneira o produto excedente de toda a sociedade ²⁸³.

Enquanto produto, o espaço resulta das relações de produção a cargo de um grupo atuante, onde os urbanistas figuram cumprindo e executando ordens, embora acreditem comandar o espaço ²⁸⁴. Para Henri Lefebvre o urbano é pontual, ele se localiza e se focaliza, não existe sem essa localização – o centro. Assim, o pensamento e a reflexão só têm lugar se propiciam um lugar a si mesmos. A pontualidade do fato, do acontecimento, é uma regra. Se o urbano reúne diferenças e faz diferir aquilo que reúne, nem por isso pode ser definido como um sistema de diferenças.

O urbano só pode se constituir e favorecer o habitar invertendo a ordem estatística e estratégica que organiza globalmente o espaço, de maneira coercitiva e homogeneizante, absorvendo os níveis subordinados, o urbano e o habitar ²⁸⁵. É a partir desse pressuposto, dessa inversão da unidade de habitação aplicada à produção de Habitação Social, e não mais como uma consequência da produção, que discutiremos a questão da habitação na presente tese.

Em *Toward an Architecture of Enjoyment* (2014), Henri Lefebvre estende a teoria do espaço urbano para a questão da arquitetura e especula sobre uma arquitetura de habitação que permitiria práticas cotidianas para a vida social e para a sociedade urbana. Tal arquitetura "trata o espaço como uma articulação de vários níveis: a organização do território, a nível mais amplo,

²⁸³ Henri Lefebvre, "A Revolução urbana", (1970) 2008, p. 141.

²⁸⁴ *Ibidem*, p. 139-140.

²⁸⁵ *Ibidem*, p. 161.

do local; o plano urbanístico, da cidade; o projeto arquitetônico, da habitação²⁸⁶ " .

No nível da habitação se desenvolve a oposição entre os conceitos de habitar e habitat. O primeiro é transfuncional engloba todas as ações e tarefas reprodutivas e próprias possíveis de serem realizadas dentro da casa; já o segundo conceito se refere à função simplificada de comer, dormir e reproduzir-se, resultado de unidades mínimas habitacionais projetadas sem o complemento de serviços.

Parte-se destas duas premissas para analisar o trabalho das quatro mulheres, pois acredita-se que elas tomam a habitação em seu valor de uso e como um habitar onde as pessoas possam desenvolver as atividades indispensáveis ao desenvolvimento das necessidades cotidianas visando à garantia de acesso a habitação adequada.

Enquanto mercadoria de consumo em um sistema de produção capitalista, a habitação tem um papel essencial para a reprodução da força de trabalho. Ela é o fio condutor para a produção da mais-valia e também uma forma de acumulação de capital com características peculiares, o que requer a mediação de outras formas de capital²⁸⁷.

Como parte do consumo indispensável aos trabalhadores, ela está ligada aos processos de produção da força de trabalho, sendo de importância vital para o capital como um todo. Ao elevar os custos da habitação também se eleva o valor da força de trabalho, se o valor da habitação é reduzido, o valor da força de trabalho será reduzido da mesma forma, proporcionando a oportunidade para um aumento da taxa de lucro e uma maior taxa de acumulação de capital²⁸⁸.

²⁸⁶ Henri Lefebvre, *"Toward an Architecture of enjoyment"*, 2014, p. XLVI.

²⁸⁷ Keith Bassett e John Short, *"Housing and residential structure: alternative approaches"*, 1980, p. 173.

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 178.

Em um nível mais amplo, a forma em que a habitação é fornecida também está ligada ao papel da família na sociedade capitalista e a moradia adequada é condição prévia para a estabilidade da família, além de permitir mudanças em seus arranjos familiares. As funções da família também podem exigir alterações na estrutura do parque habitacional, sendo que o sistema imobiliário faz parte de um sistema social contraditório e pode ser considerado uma arena de conflitos de classe enraizado nessas contradições²⁸⁹.

Conforme atesta a história do capitalismo, ele é intensamente radicalizado e de gênero, como aponta David Harvey (2014), o capitalismo contemporâneo alimenta a discriminação de gênero e a violência, bem como a desumanização frequente das pessoas de outras raças ou etnias que não aquela que predomina. Ainda que a abordagem clássica marxista apontasse que a luta de classes iria resolver todos os problemas gerados pelo capital, inclusive o de gênero, a abordagem feminista, destaca o gênero como uma categoria de análise distinta, tão importante quanto classe social e raça²⁹⁰.

3.1.5 Abordagem de Gênero

Henri Lefebvre e David Harvey trabalharam a dimensão do urbano e do cotidiano relacionados a habitação e a cidade a partir das dicotomias entre os conceitos do valor de uso e de troca, de habitar e habitat. Conceitos que contribuem para trabalhar a cotidianidade e a capacidade de acolher a diversidade de experiências e necessidades das pessoas ao aplicar a abordagem de gênero.

²⁸⁹ *Ibidem*, p.178-9.

²⁹⁰ David Harvey, “*Seventeen contradictions and the end of capitalism*”, 2014, p. 7.

Novas abordagens para o planejamento urbano, surgem no final da década de 1960, com os Movimentos Sociais Urbanos. Esses novos agentes procuram soluções aos problemas urbanos nas cidades provocados pelas contradições do capitalismo avançado e o resultado negativo da aplicação de propostas urbanas do Movimento Moderno de vanguarda.

A abordagem de gênero é uma das respostas desses Movimentos Sociais Urbanos que levam em consideração as necessidades das pessoas e criticam um dos princípios defendidos por Le Corbusier, o *zoning*, levado ao extremo, áreas monofuncionais que carecem de equipamentos e serviços. A crítica gira em torno da destruição dos valores essenciais das cidades como um local de encontro, de troca e de comunicação. A divisão da cidade em zonas desconecta e destrói as atividades que tradicionalmente mantinham o espírito da cidade, interrompendo sua continuidade histórica.

A teoria modernista reforça os papéis de gênero no desenho das cidades, onde foram construídas zonas especializadas para cada função. Ao homem foi destinado o espaço público, da recreação e da vida política e o espaço privado do lar identificado à mulher ²⁹¹.

O urbanismo sob a perspectiva de gênero vem sendo amplamente divulgado e debatido por coletivos de mulheres nas últimas décadas, no entanto, sua aplicação em políticas urbanas ainda não alcançou as premissas deste conceito.

Pouco tratado no campo da arquitetura e da engenharia, o conceito é estudado no campo das ciências sociais. Zaida Muxí Martínez, Roser Casanovas, Adriana Ciocoletto, Marta Fonseca, Sara Ortíz e Blanca Gutiérrez, do *Collectiu Punt 6*, de Barcelona, apontam no artigo “*¿Qué aporta, la perspectiva de género al urbanismo?*”, que

Habitar é muito mais que a somatória da residência, do trabalho, das tarefas do lar, da recreação, do transporte, da

²⁹¹ *Collectiu Punt 6, “Mujeres Trabajando”, 2014, p.25.*

educação, da cultura, dos esportes e da saúde. Habitar é poder desenvolver as diferentes esferas da vida em igualdade de oportunidades, com intensidade e integridade. Por isso consideramos necessário pensar e, principalmente, repensar as cidades e os bairros guiados por esta ideia. Pôr em primeiro plano a vida e as necessidades das pessoas é uma tarefa complexa, não isenta de complicações (Feminismo/s, 2011, p. 107, tradução nossa).

O ensino das carreiras técnicas teve como base os princípios do urbanismo racionalista do século XX, que planejava o ambiente urbano e a arquitetura centrados em um “homem tipo” universal. É neste ponto que a teoria feminista dos estudos de gênero apresenta uma crítica especial: “cidadãos e cidadãs não somos os mesmos; a primeira diferença se dá entre homens e mulheres, especialmente pelos papéis atribuídos culturalmente a cada um ²⁹²”.

Ana Bofill, no artigo “*Hacia modelos alternativos de ciudad compatibles con una sociedad inclusiva*” que integra a publicação das jornadas “*Estudios urbanos, género y feminismo*”, diz que um bom entorno físico urbano

deve facilitar a vida das pessoas que o habitam, procurando habitabilidade, que implica bem-estar, conforto e durabilidade e deve adaptar-se a uma sociedade que inclua a todas as categorias de pessoas com todas as suas diferenças. Uma boa política urbanística é a que propõe um planejamento e desenho urbanos desde uma visão ampla de cidade, visão total, holística, que abarca desde os espaços da vida íntima, pessoal, até os espaços de habitar, compartilhado e coletivo; desde os usos domésticos até as infraestruturas urbanas e o planejamento; desde os aspectos da insegurança e o meio até os de mobilidade; desde os movimentos sociais urbanos e as associações de vizinhança ou de bairro até as políticas urbanas (BOFILL, 2012, p. 423, tradução nossa).

²⁹² Muxí Martínez, Zaida, colaboração Casanovas, Roser. (Barcelona, 28 de janeiro de 2009). Texto preparatório para o debate: Las mujeres transformamos los espacios de la ciudad para la vida cotidiana.

O urbanismo e a sociedade tradicionais projetavam as cidades para o indivíduo neutro e, com isso, as soluções eram universalizadas, sem procurar entender a diversidade das pessoas. Além da divisão entre mulheres e homens, a sociedade inclui também diferentes classes, idades, origens culturais, religiosas, sociais etc. Ao ignorar essas diferenças o resultado são desigualdades que afetam toda a sociedade.

No entanto, ao considerar essa diversidade, o planejamento urbano nos aproxima de um espaço urbano que viabiliza uma verdadeira igualdade onde todas(os) podem usufruir de oportunidades reais para escolher e realizar diferentes modos de vida ²⁹³.

Como visto no capítulo anterior:

a partir dos anos 1970 diferentes grupos de mulheres feministas mostram que o urbanismo não é neutro, vivemos em uma sociedade desigual onde as pessoas têm diferentes oportunidades e obrigações dependendo se são mulheres ou homens e essa desigualdade também se vê refletida na maneira como se constrói o espaço (Collectiu Punt 6, 2014 p.25, tradução nossa).

O espaço físico não é neutro, ele cria hierarquias, provoca iniquidades, discriminações, fraturas sociais, diferenças no uso dos espaços, além de ser sexuado e sexista ²⁹⁴. A teoria modernista desenhou as cidades e o que se conhece dos ambientes construídos, perpetuando os papéis de gênero. No traçado das cidades pode-se comprovar a existência de áreas diferentes pelo uso do espaço ou pelo tipo de população, chamados de *zoning*, onde se construiu zonas especializadas para cada função, sejam elas habitar, trabalhar, promover comércio etc. O homem foi vinculado com o espaço público no qual

²⁹³ *Ibidem*.

²⁹⁴ Dolores Hayden, artigo "What Would a Non-sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work", 1980.

tem lugar atividades como o trabalho remunerado, a recreação e a vida política, cabendo às mulheres o espaço privado do lar ²⁹⁵.

A política e a economia – ou seja, o poder – decisivos nas sociedades industriais modelaram o meio físico e determinaram também os papéis atribuídos ao homem e à mulher ²⁹⁶. Cidades construídas e planejadas por homens, para homens, confinaram as mulheres nos subúrbios, na esfera privada da casa e, além disso, não reconheceram que as necessidades das mulheres na cidade eram diferentes das dos homens ²⁹⁷.

O desenvolvimento do capitalismo com a estrutura patriarcal da sociedade construiu estruturas sociais e de poder que se reproduzem no espaço físico e as teorias urbanísticas do século XX quiseram impor uma ordem semelhante a que impuseram às religiões, separando o sagrado do profano, a verdade da falsidade, para criar uma realidade na qual o homem é a verdade e o centro e a mulher é “o outro” (Greed, 1994 apud Bofill, 2012, p. 423, tradução nossa).

Esta divisão dos espaços também oferece uma avaliação diferenciada das pessoas e das atividades que produzem, concedendo uma superioridade ao masculino e desvalorizando as tarefas das quais as mulheres continuam sendo majoritariamente responsáveis ²⁹⁸.

Ao dedicar-se às tarefas domésticas e aos cuidados das crianças e dos idosos, a vida das mulheres se realizava no entorno da casa, no bairro, situação que em alguns casos ainda hoje perdura. As rotas de transporte público privilegiam o trajeto e o horário casa/trabalho/casa, sem considerar as localizações de unidades educacionais, culturais e de saúde nos centros urbanos ²⁹⁹, que também fazem parte da dinâmica cotidiana. Os movimentos

²⁹⁵ Col.lectiu Punt 6, “Mujeres Trabajando”, 2014, p. 25.

²⁹⁶ Mc Dowell, 2000, p. 145 apud Anna Bofill Levi, simpósio “*Estúdios urbanos de género y feminismo*”, 2012, p. 423.

²⁹⁷ Leonie Sandercock, “*Cosmopolis II, Mongrel cities in the 21st century*”, 2003, p. 25.

²⁹⁸ Col.lectiu Punt 6, “Mujeres Trabajando”, 2014, p. 25.

²⁹⁹ Leonie Sandercock, “*Cosmopolis II, Mongrel cities in the 21st century*”, 2003, p. 25.

dos homens são lineares enquanto que os das mulheres, que não são levados em conta, são poliédricos.

Desta maneira, as redes de transporte público conectam o centro com as periferias e não as periferias entre si, além de não conectarem serviços e equipamentos com as residências³⁰⁰.

A cidade capitalista de muitos países ocidentais priorizou a construção desta forma de desenvolvimento, através do fracionamento e do uso social destes espaços.

Ainda que essa tenha sido a forma mais expandida de pensar o mundo, o feminismo vem questionando essa divisão de trabalho para que se reconheça que as mulheres sempre participaram de uma maneira ou de outra no mundo produtivo (no mercado formal e informal) e que as tarefas reprodutivas e de cuidado não são restritas ao interior da habitação, pois se estendem além da esfera “privada”: ao acompanhar meninas e meninos à escola, ao fazer as compras etc. (Col.lectiu Punt 6, 2014, p. 26, tradução nossa).

A perspectiva de gênero visa cidades mais justas, equilibradas e mais habitáveis e tem como ponto de partida as premissas a seguir enumeradas. Em primeiro lugar, que o corpo é sexuado e o corpo sexuado feminino não vive igual, não sente igual, não atua igual ao corpo sexuado masculino e, em segundo lugar, que a experiência atribuída ao gênero significa uma atribuição de papéis e capacidades diferentes a homens e mulheres. Nesta atribuição, às mulheres foi concedido o trabalho reprodutivo, não remunerado e, em teoria, no interior das casas³⁰¹, separadas do exterior, lugar do gênero masculino e do trabalho produtivo, remunerado.

Na reflexão urbana realizada pelas mulheres as pessoas são o foco da atenção e o objetivo do projeto urbano é melhorar as condições de vida³⁰².

³⁰⁰ Anna Bofill Levi, simpósio “*Estúdios urbanos de gênero y feminismo*”, 2012, p. 426.

³⁰¹ Anna Bofill Levi apud Zaida Muxí em simpósio “*Estúdios urbanos de gênero y feminismo*”, 2012, p. 445.

³⁰² Zaida Muxí, simpósio “*Estúdios urbanos de gênero y feminismo*”, 2012, p. 446.

Repensar um bairro sob a perspectiva de gênero não significa pensar em um lugar somente para as mulheres em oposição aos homens e sim pensar em

um bairro e em uma cidade em todos os seus detalhes e através de todas as escalas desde a complexidade e a diversidade, sem dar prioridades exclusivas ou considerações econômicas (...) Trata-se de construir, ou reconstruir bairros que não perpetuem as diferenças e as desigualdades de gênero, classe raça ou idade (...) voltar a estudar, analisar e registrar a realidade para conseguir entornos mais adequados (Muxí, Casanovas, Ciocchetto, Fonseca, Gutiérrez, *Feminismo/s*, 2011, p. 107, tradução nossa).

Concebido socialmente, o conceito de gênero “faz referência aos diferentes papéis, responsabilidades e funções sociais que são atribuídos a mulheres e homens por pertencerem ao sexo feminino ou masculino³⁰³”. O gênero impõe limites sociais sobre o que podemos fazer e com isso gera expectativas que se traduzem em estereótipos, comportamentos e relações que refletem na maneira como se configura o nosso entorno, o espaço público, as cidades e os territórios onde vivemos. Estes podem ser alterados na medida em que haja um compromisso da sociedade em avançar em direção à igualdade de gênero.

Os critérios de gênero são aqueles conceitos que surgem quando se fazem visíveis as desigualdades produzidas pelos papéis atribuídos a cada sexo. Aplicados ao desenho dos espaços e ao urbanismo, são aqueles aspectos que devemos ter em conta na construção de nossas cidades, bairros para alcançar entornos igualitários, se pensamos nas diferentes necessidades que as pessoas têm em função dos papéis de gênero (Col.lectiu Punt 6, 2014, p. 18, tradução nossa).

O urbanismo é a disciplina que planifica e constrói bairros e cidades. Abrange uma ampla variedade de aspectos que incluem a habitação, o espaço público, os equipamentos, o transporte e o seu entorno. Esses elementos e a

³⁰³ Col.lectiu Punt 6, “Mujeres Trabajando”, 2014, p. 25.

maneira como estão desenhados, assim como o lugar onde estão localizados os serviços que oferecem, influenciam diretamente nossa vida cotidiana ³⁰⁴.

O conceito de vida cotidiana, tal como concebido consiste no conjunto de atividades que as pessoas realizam para satisfazer suas necessidades nas diferentes esferas da vida, que incluem as esferas produtivas, reprodutivas, próprias, políticas ou comunitárias.

Formam parte da vida cotidiana se dirigir ao trabalho e também realizar as tarefas domésticas, tais como comprar pão, levar a criança na escola, além do estudo, da cultura, do esporte, relaxar ou ir ao cinema.

Cada pessoa tem uma rotina própria de atividades diárias que cumpre em um espaço e em um tempo determinados. Todas essas atividades são funções urbanas que devem ser incorporadas por igual nos assentamentos urbanos e estão associadas às tarefas produtivas e reprodutivas que se realizam em um suporte físico (bairro, cidade, território) e em um tempo determinado.

Aquelas primeiras se referem ao trabalho remunerado e se considera que sejam executadas, muitas das vezes fora de casa, no entorno público. Já as tarefas reprodutivas não são remuneradas, sendo vistas como tarefas menores, o que as tornam invisíveis. Estão relacionadas a questões individuais e coletivas de nutrição, higiene, descanso e trabalho, englobando uma série de atividades que se realizam tanto individualmente como coletivamente e que se complementam em âmbitos externos, além da habitação, sejam estes privados, comunitários ou públicos ³⁰⁵.

A habitação é o espaço privado, onde acontecem principalmente as atividades e tarefas reprodutivas, aquelas que tornam possível o desenvolvimento natural, físico e social das pessoas, tradicionalmente

³⁰⁴ Col.lectiu Punt 6, "Mujeres Trabajando", 2014, p. 25.

³⁰⁵ Josep Maria Montaner, Zaida Muxí, "Habitar el presente, vivienda en España: sociedad, ciudad, tecnología y recursos", 2008.

atribuídas ao gênero feminino. Com o avanço da tecnologia da informação e da comunicação as possibilidades de exercer as atividades produtivas na casa têm sido ampliadas favorecendo que a habitação volte a ser a base para o desenvolvimento efetivo de ambas as tarefas.

Algumas atividades domésticas, como a preparação de alimentos e o cuidado com a roupa, foram mantidas no âmbito privado ainda que pudessem ser feitas de forma industrial. A industrialização abria as portas a uma revolução que implicava novas organizações das tarefas domésticas e do papel da mulher. O debate em torno daquelas tarefas abre caminho à discussão sobre a necessidade da flexibilização dos usos e espaços na moradia, principalmente em setores de maior vulnerabilidade e de baixo extrato social ³⁰⁶.

Tradicionalmente o planejamento urbano foi pensado para que o homem estivesse na rua e a mulher em casa. A casa é esse espaço chamado “privado”, talvez no sentido econômico, talvez pelo seu uso. Trata-se de um conceito desenvolvido amplamente no século XIX por esse imperativo masculino e burguês de proteger a família e tentar recluir a mulher na esfera doméstica ³⁰⁷.

O espaço urbano, historicamente, prioriza as tarefas produtivas e a perspectiva de gênero procura inverter essa prioridade, ao valorizar as tarefas reprodutivas e de cuidados da sociedade. A reflexão sobre o espaço construído é indispensável para responder às necessidades cotidianas em toda a sua diversidade sob a ótica de gênero.

Para tal, cabe indagar sobre quais os espaços necessários para a realização de atividades em cada esfera da vida, relacionados as tarefas produtivas, reprodutivas, próprias, políticas ou comunitárias. É importante

³⁰⁶ Josep Maria Montaner, Zaida Muxí, *“Habitar el presente, vivienda en España: sociedad, ciudad, tecnología y recursos”*, 2008.

³⁰⁷ Anna Bofill Levi, Rosa Maria Dumenjó Martí, Isabel Segura Soiano, *“Las Mujeres y a Ciudad”*, 1998, p. 10.

dar visibilidade a esfera própria de cada pessoa, muitas vezes relegada para que se possa desempenhar as outras atividades. A esfera política e a participação comunitária também são fundamentais, estão relacionadas às diversas associações, por exemplo, de bairro. Ao projetar o urbanismo com perspectiva de gênero se faz necessário considerar os fatores de tempo e espaço para a materilização dessas atividades.

A perspectiva de gênero, leva em consideração a diversidade, para além do sexo e incorpora outras características que influenciam na forma como as pessoas experimentam de diferente maneira os espaços: etnia, religião, portadores de necessidades especiais etc. Mulheres e homens fazem uso diverso dos espaços devido aos papéis de gênero, mas também as mulheres entre si, assim como os homens entre si, em função de características pessoais, como, por exemplo, a idade – as necessidades de uma adolescente de 15 anos são diferentes das de uma mulher de 70 anos ao ocupar, transitar um espaço na cidade ³⁰⁸.

A primeira necessidade é dissolver esta dicotomia que produz divisões físicas e de percepção dos domínios público e doméstico e que se manifestam em todos os níveis de leitura do espaço. Devemos reconceber a natureza e o significado dos usos do solo, para refletir de uma maneira mais real como as mulheres usam o espaço urbano ³⁰⁹.

O urbanismo com foco de gênero significa incorporar o cotidiano às exigências dos programas contidos no projeto urbano. Trata-se de realizar análises, estudos e reflexões dirigidos a situações e momentos concretos de um lugar que nos indiquem as pautas do que é necessário e não apenas especificações de equipamentos e serviços em planos gerais.

³⁰⁸ Col.lectiu Punt 6, “*Mujeres Trabajando*”, 2014, p. 26.

³⁰⁹Anna Bofill Levi, Rosa Maria Dumenjó Martí, Isabel Segura Soiano, “*Las Mujeres y a Ciudad*”, 1998, p. 10.

Para construir cidades sem discriminações de gênero há que se pensar em projetos urbanos transversais, nos quais se leve em conta as necessidades e as vozes de diferentes coletivos em variados momentos vitais, tratados conjunta e simultaneamente em todos os âmbitos de decisão política e técnica.

A estrutura urbana deve ser reconcebida e estabelecer novas políticas para romper as divisões espaciais em favor das mulheres, propondo a mistura de usos, unindo, criando novas interconexões e agrupando usos e atividades, criando novos espaços e possibilidades através de nova cultura de planejamento e revisão dos regulamentos de aplicação obrigatória. O saber das mulheres deve ser levado em consideração ³¹⁰.

A corresponsabilidade social é o verdadeiro desafio que se enfrenta como sociedade: arquitetar cidades onde haja igualdade de oportunidades significa valorizar da mesma forma as necessidades do mundo produtivo e reprodutivo. Significa facilitar para que os espaços e os horários ajudem a tornar compatíveis a vida pessoal, familiar e profissional das pessoas. Para conhecer e reconhecer a diversidade de quem habita os territórios é imprescindível a participação cidadã desde o início de qualquer processo, requerendo espaços e estratégias que incentivem a participação das mulheres a expressar a sua opinião ³¹¹.

³¹⁰Anna Bofill Levi, Rosa Maria Dumenjó Martí, Isabel Segura Soiano, "Las Mujeres y a Ciudad", 1998, p. 10.

³¹¹Muxí Martínez, Zaida, colaboração Casanovas, Roser. (Barcelona, 28 de janeiro de 2009). Texto preparatório para o debate: Las mujeres transformamos los espacios de la ciudad para la vida cotidiana.

Parte II:

4. Gênero e a questão habitacional

Esta segunda parte da tese tem como objetivo repensar a habitação social do movimento moderno, a partir das experiências e contribuições de Elizabeth Denby, Margarete Schütte-Lihotzky, Carmen Portinho e Catherine Bauer.

A cada uma é destinada uma seção que contém uma breve biografia e as suas contribuições teóricas e práticas mais relevantes à questão do gênero na habitação e no planejamento urbano.

Segue-se um item que trata de outras contribuições para pensar a questão do gênero na habitação social e no planejamento urbano.

O capítulo cinco é propositivo e a partir das metodologias das quatro mulheres somadas às outras metodologias e experiências busca traçar os princípios a serem considerados para o planejamento urbano e o projeto de habitação sob a perspectiva de gênero.

4.1 CARMEN VELASCO PORTINHO 1903-2001



Figura 8: Fotografia de Carmen Portinho. Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação – FAU/UFRJ – Brasil.

4.1.1 Aspectos biográficos

Carmen Portinho nasceu em Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil. Protagonista de movimentos feministas exerceu militância por ações liberalizantes e inovadoras, das quais se ressaltam o direito das mulheres ao voto e a emancipação política e econômica da mulher. Organizou o movimento sufragista ao lado da bióloga Bertha Lutz com quem colaborou na fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Na década de 1920, sobrevoou o Rio de Janeiro com a participação de outras mulheres lançando panfletos em defesa do sufrágio feminino.



Figura 9: Recorte do Jornal O Globo, do acervo da Carmen Portinho. Fonte: Jornal O Globo. Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação – FAU/UFRJ – Brasil.

Pioneira, desde sua formação acadêmica, foi uma das primeiras mulheres a se destacar no mundo masculino da construção civil brasileira. Em 1926, era a terceira mulher engenheira no país – engenheira geógrafa e civil, tendo se formado pela antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coursou dois anos na Escola Nacional de Belas-Artes, pois pretendia formar-se também em arquitetura. No mesmo ano de sua formatura, em 1926, ingressou no Departamento de Obras e Viação como primeira engenheira nos quadros da entidade, aproximando-se, progressivamente, do urbanismo e da arquitetura moderna. Passou em seguida a ser a editora da Revista Municipal de Engenharia, que era a principal publicação de engenharia e arquitetura do período.

Carmen Portinho defende a ideia de que a emancipação econômica da mulher é a base de sua emancipação social e política. Com esse pensamento criou em 1929, a União Universitária Feminina para apoiar as mulheres em suas carreiras e defender seus interesses nas profissões liberais. E em 1937, fundou a Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas (ABEA) com o objetivo de impulsionar o ingresso de mulheres engenheiras e arquitetas no

mercado de trabalho.

Foi a primeira mulher a tornar-se especialista em planejamento urbano no Brasil, ao defender tese sobre a construção de nova capital do Brasil, pela Universidade do Distrito Federal, em 1939.

Candidatou-se a uma bolsa de estudos oferecida pelo governo britânico, em 1944, para acompanhar o processo de reconstrução e remodelação de cidades inglesas destruídas pela guerra, onde passou seis meses.

De 1948 a 1960 exerceu o cargo de diretora do Departamento de Habitação Popular (DHP) da Prefeitura do Distrito Federal (PDF), sendo a primeira mulher a ocupar um cargo de direção no Departamento de Obras e Viação, órgão que deu origem ao DHP.

Como diretora do DHP atuou ao lado de seu companheiro, o arquiteto Affonso Eduardo Reidy, diretor do Departamento de Urbanismo, no projeto de colocar em prática o ideal moderno e inovador do bem habitar para o cidadão comum, através da promoção de moradia digna às camadas populares. A proposta era construir grandes conjuntos habitacionais equipados com serviços sociais, baseados nas unidades de vizinhança europeias. Essa proposta teve como resultado mais significativo a construção do conjunto residencial Prefeito Mendes de Moraes – o Pedregulho.

Em 1950, representa o Brasil no Congresso Feminino Pró-Paz em Paris, França. Em meados dos anos 1950, às suas funções na prefeitura se somaram as atividades de direção do Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro – polo de vanguarda artístico e cultural do país – até 1966. Passa então a dirigir a Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), primeira escola de desenho industrial da América Latina, incorporada posteriormente

à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), onde atuou até os 96 anos

312.

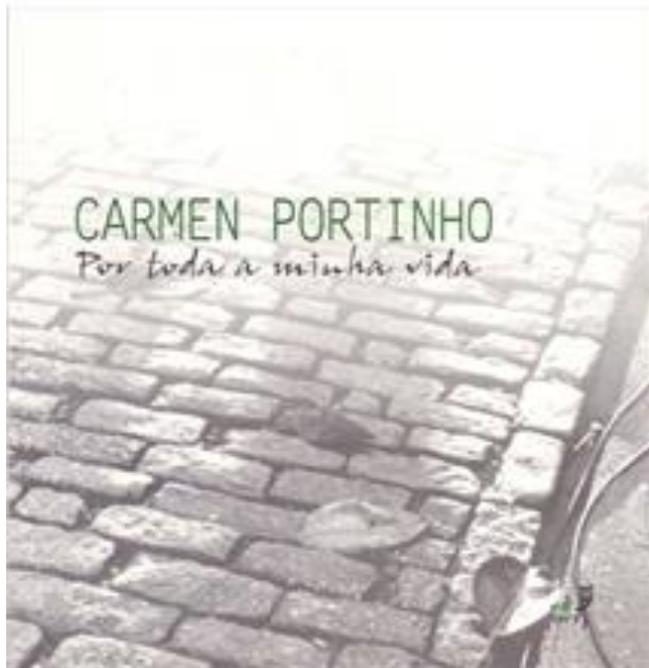


Figura 10: Capa do livro: “Carmen Portinho: Por toda a minha vida.”

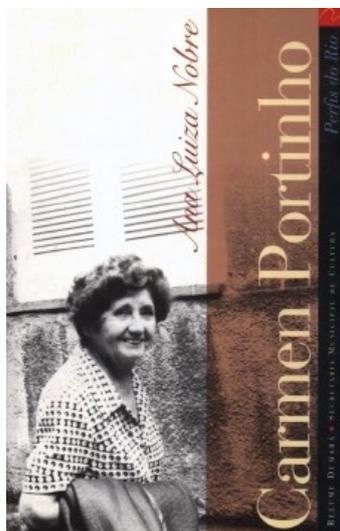


Figura 11: Capa do livro: “Carmen Portinho”.

³¹² Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 301.

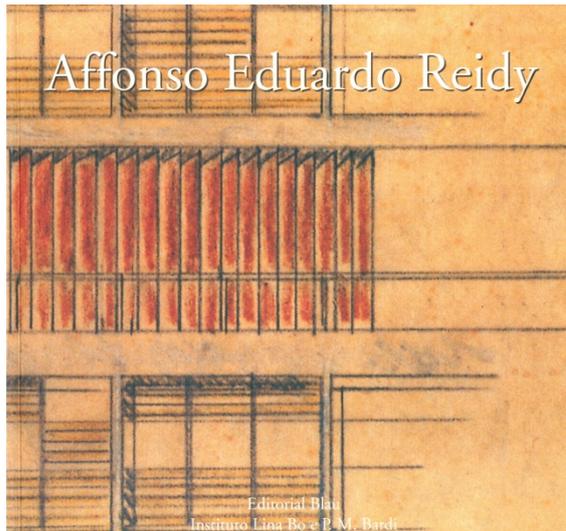


Figura 12: Capa do livro: “Affonso Eduardo Reidy”.



Figura 13: Capa do livro: “Entre a estética e o hábito: o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)”.

4.1.2 Contribuição à questão do gênero na habitação e no urbanismo

Tenho uma certa sensibilidade para as artes plásticas: sou crítica de arte, sou da Associação Internacional de Críticos de Arte. Naturalmente, uma pessoa que tem sensibilidade para artes, e principalmente artes plásticas, não pode cingir seu universo à engenharia, somente. Tive forçosamente que me interessar por arquitetura. Acho que a arquitetura e as artes plásticas estão integradas, é uma integração natural. Você não pode produzir um projeto e divorciá-lo da pintura, da escultura, enfim, de tudo (Entrevista de Carmen Portinho a Hugo Segawa, “A arquitetura moderna e o desenhindustrial”, revista Projeto, n.111, junho de 1988, p.116).

Carmen Portinho cita Le Corbusier como um grande exemplo de arquiteto que empregou a integração das artes plásticas. Complementa que ele não era engenheiro mas tinha noções de engenharia, assim como ela que como engenheira se interessou pela arquitetura. Ao trabalhar com Affonso Eduardo Reidy cabia a ela a parte de engenharia e a ele a arquitetônica. Anos depois sua carreira voltou-se ao desenho industrial, que está ligado a isso tudo. Dirigiu a construção do edifício do Museu de Arte Moderna. Foi nesse local que se instalou a primeira escola de desenho industrial da América Latina, da qual Carmen Portinho foi diretora ³¹³.

A trajetória de Carmen Portinho foi marcada pelo interesse em questões habitacionais e do urbanismo moderno da primeira metade do século XX. Temas discutidos nos CIAMs, seus conceitos de cidade e de um novo modo de habitar adquirem ênfase em política habitacional, formulada e administrada por uma mulher engenheira e planejadora urbana para a cidade do Rio de Janeiro, durante os anos 1940 e 1950.

³¹³ Entrevista de Carmen Portinho a Hugo Segawa, “A arquitetura moderna e o desenho industrial”, revista Projeto, n.111, junho de 1988, p.116.

A arquitetura moderna e o desenho industrial

Entrevista
de Carmen Portinho
a Hugo Segawa



No plantão da arquitetura moderna carioca desperta uma figura feminina: Carmen Portinho. Todavia, não é arquiteta: é engenheira civil por formação. Urbanista com título obtido mediante defesa de tese. Crítica de arte, promotora do desenho industrial no Brasil. Funcionária pública de carreira, sua atividade junto à prefeitura do então Distrito Federal, a partir dos anos 30, gerou algumas referências da arquitetura moderna: a edição da Revista de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal – a primeira publicação regular a divulgar projetos dos arquitetos modernos cariocas – e, mais tarde, a organização do Departamento de Habitação Popular, membro do Conjunto Residencial Pedregulho da Marquês de São Vicente (projeto de Afonso Eduardo Reidy, da Visconde de Santa Isabel e de Pasquetti [projetados por Francisco Bolonha]).

Nesta entrevista – concedida em julho de 1987 –, Carmen Portinho nos relata essa longa convivência com os arquitetos modernos – iniciada com Afonso Eduardo Reidy –, a introdução do desenho industrial no Brasil, seus contatos com Le Corbusier e outros episódios da crônica da arquitetura moderna brasileira. (FS)



Fui fundadora, secretária, redatora-chefe e depois diretora. E como surgiu esse trabalho de divulgação da arquitetura moderna?

Eu tinha proposto ao diretor de obras criar uma revista, técnica e ele acabou a ideia; e eu fundei a revista que era antes Revista da Diretoria de Engenharia e depois passou a se chamar PDF. Foi em 1932, mas os monos.

A senhora já trabalhava na Diretoria de Engenharia?

Já havia uns sete ou oito anos que era engenheira lá. Então fiquei como secretária da revista porque secretária é sempre quem trabalha mais, faz e escreve; e estava muito interessada – foi antes de Pedregulho – na arquitetura moderna. Sempre fui uma pessoa que olha para o futuro. Hoje, apesar de velha, o passado não me interessa muito – interessa só o ponto de vista cultural, o evidente que a gente sempre no passado, a gente procura conhecer aquilo que tem de bom do passado e a gente toma lições, mas não vamos ficar assimidos só o passado a vida toda; a gente tem que produzir para a frente. Eu vivia rodeada de arquitetos; o Reidy trabalhava comigo lá na prefeitura e por meio dele conheci o Lúcio Costa, o Carlos Oscar Niemeyer, Jorge Moreira – enfim, eles se divulgava tudo que produzia, mas não tinha veículo de divulgação. Cria, a Revista de Engenharia e depois a PDF era um veículo de informação. Então dividi a revista assim: primeiro arquitetura, depois urbanismo, construção, engenharia de estradas.

Eu vivia rodeada de arquitetos: o Reidy trabalhava comigo na prefeitura e por meio dele conheci o Lúcio Costa, o Oscar Niemeyer e Jorge Moreira – essa gente que produzia, mas não tinha veículo de divulgação.

Qual foi seu primeiro contato com a arquitetura moderna?

Toricamente foi com os primeiros livros de Le Corbusier: mais eram edições e eu os lia todos. Só existiam no comércio em francês, mas, como faço francês bom, eu lia tudo de Le Corbusier.

Desde os tempos de estudante a senhora tinha contato com a obra dele ou isso foi posterior, já na vida profissional?

Acho que é alguma coisa dele quando estudante porque fui à Europa só durante e depois de quando fui ali então, só tinha ido para Estados Unidos para um congresso de estradas de rodagem, onde tive notícias sobre o trabalho dele. Mas acho que já tinha notado antes, não posso precisar exatamente: aquilo foi tão natural, os livros de Le Corbusier foram tão bons e eu os comentei aqui e ali lendo. Não havia traduções como hoje existem.

Esses livros foram importantes para a senhora?

Sim, muito importantes: foram uma orientação decisiva na minha vida profissional. Tanto que, quando na universidade do então Distrito Federal se fundou um curso de urbanismo a nível de pós-graduação, eu me mantive logo na primeira turma. Frequentei três anos, defendi a tese e fiz o diploma de urbanista. Minha tese foi inteiramente baseada nos princípios de Le Corbusier e meu tema era “Agregado para a futura Capital do Brasil no Paralelo Central” – muito antes de surgirem o plano e o problema da futura capital – e já conhecia o artigo 2º da Constituição brasileira que determinava que a capital do Brasil fosse transferida para o paralelo central. Isso foi em 1934 ou 1935.

A senhora teve sempre contato com os arquitetos modernos, com Le Corbusier? Na sua opinião, qual foi a importância de Le Corbusier para a arquitetura brasileira?

Foi total. Muitos arquitetos tiveram uma certa influência de Miles van der Rhee, outros de Frank Lloyd Wright, mas eram influências menores. Já Le Corbusier, junto aos arquitetos modernos cari-

A senhora formou-se num curso de engenharia. No entanto, desde longa data tem um interesse muito forte e sempre se interessou pelas coisas de arquitetura e pelo desenho industrial, de uma forma bastante radical. Poderia falar conosco de breves sobre sua formação e sua preocupação com essas áreas?

Eu me formei em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, entre para a prefeitura do então Distrito Federal e fui designada para trabalhar em construção civil. Comecei a trabalhar lá e fui designada para trabalhar com coisas de arquitetura e pelo desenho industrial, de uma forma bastante radical. Poderia falar conosco de breves sobre sua formação e sua preocupação com essas áreas?

Eu me formei em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, entre para a prefeitura do então Distrito Federal e fui designada para trabalhar em construção civil. Comecei a trabalhar lá e fui designada para trabalhar com coisas de arquitetura e pelo desenho industrial, de uma forma bastante radical. Poderia falar conosco de breves sobre sua formação e sua preocupação com essas áreas?

Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro

116

A partir de uma conversa com Max Bill é que surgiu a ideia de fundar, dentro do MAM/RJ, uma escola de desenho industrial.

tudo que fazia ele também introduzia as artes plásticas. Foi antes de ir para a Europa que conheci Le Corbusier, mas não tinha nenhuma noção de engenharia. Ao contrário, eu como engenheira comecei a me interessar pela arquitetura, trabalhando com o Reidy e eu fazia quase sempre as suas construções. A parte de engenharia completa a mim, e a ele, a arquitetura. Depois veio o desenho industrial. Naturalmente, o desenho industrial está ligado a isso tudo. Foi diretor do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Dirigi durante certo tempo a construção do edifício do Museu de Arte Moderna, na Bond do São Paulo, no início dos anos 50, e trabalhei no projeto de Pedregulho, que tinha recebido o primeiro prêmio de arquitetura. De comissão julgadora fazem parte grandes arquitetos de renome internacional. Depois da Escola de Le Corbusier, a primeira escola de arquitetura no Brasil, no Rio de Janeiro, foi fundada por ele e por outros arquitetos brasileiros. O projeto foi desenvolvido com Pedregulho e convertiu muito contato, sobre o desenho industrial. E não se com- que foi o seu par- tu de que não, mas des-

conversar saiu a ideia de fundar, dentro do Museu de Arte Moderna, uma escola de desenho industrial, de nível superior. Depois veio o Tomás Maldonado que o substituiu em um, que também veio para o Brasil e nos dois meses de sua estadia no museu e junto a todos os artistas para a instalação de uma escola de desenho industrial no museu. Fomos os primeiros estudantes; o Reidy mudou no projeto arquitetônico do MAM um “bió-escólo”, onde na função a escola de desenho industrial, que será chamada de Escola Técnica de Criação. Aqui requeremos saber que era o desenho industrial, mas foi nessa ocasião que se lançou a ideia – no Museu de Arte Moderna – de instalação de uma escola desse tipo. Acontece que o Museu estava com muitas dificuldades financeiras. Não tinha dinheiro suficiente para se manter. O projeto da escola estava sendo construído. Então, o secretário de Educação, que era membro do conselho deliberativo do museu, sugeriu ao governador – Carlos Lacerda – a fundação dessa escola, que já tinha o planejamento todo pronto. E a escola foi criada. Mais tarde, foi o Museu de Arte Moderna e o segundo diretor da escola é o arquiteto Flávio de Aquino – pediu demissão ao governador do então Negão de Lima, que se lembrou de me nomear diretora da escola. Eu já tinha estado lá antes com esse problema no MAM. Foi assim que cheguei à sua direção.

Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro

117

conversar saiu a ideia de fundar, dentro do Museu de Arte Moderna, uma escola de desenho industrial, de nível superior. Depois veio o Tomás Maldonado que o substituiu em um, que também veio para o Brasil e nos dois meses de sua estadia no museu e junto a todos os artistas para a instalação de uma escola de desenho industrial no museu. Fomos os primeiros estudantes; o Reidy mudou no projeto arquitetônico do MAM um “bió-escólo”, onde na função a escola de desenho industrial, que será chamada de Escola Técnica de Criação. Aqui requeremos saber que era o desenho industrial, mas foi nessa ocasião que se lançou a ideia – no Museu de Arte Moderna – de instalação de uma escola desse tipo. Acontece que o Museu estava com muitas dificuldades financeiras. Não tinha dinheiro suficiente para se manter. O projeto da escola estava sendo construído. Então, o secretário de Educação, que era membro do conselho deliberativo do museu, sugeriu ao governador – Carlos Lacerda – a fundação dessa escola, que já tinha o planejamento todo pronto. E a escola foi criada. Mais tarde, foi o Museu de Arte Moderna e o segundo diretor da escola é o arquiteto Flávio de Aquino – pediu demissão ao governador do então Negão de Lima, que se lembrou de me nomear diretora da escola. Eu já tinha estado lá antes com esse problema no MAM. Foi assim que cheguei à sua direção.

conversar saiu a ideia de fundar, dentro do Museu de Arte Moderna, uma escola de desenho industrial, de nível superior. Depois veio o Tomás Maldonado que o substituiu em um, que também veio para o Brasil e nos dois meses de sua estadia no museu e junto a todos os artistas para a instalação de uma escola de desenho industrial no museu. Fomos os primeiros estudantes; o Reidy mudou no projeto arquitetônico do MAM um “bió-escólo”, onde na função a escola de desenho industrial, que será chamada de Escola Técnica de Criação. Aqui requeremos saber que era o desenho industrial, mas foi nessa ocasião que se lançou a ideia – no Museu de Arte Moderna – de instalação de uma escola desse tipo. Acontece que o Museu estava com muitas dificuldades financeiras. Não tinha dinheiro suficiente para se manter. O projeto da escola estava sendo construído. Então, o secretário de Educação, que era membro do conselho deliberativo do museu, sugeriu ao governador – Carlos Lacerda – a fundação dessa escola, que já tinha o planejamento todo pronto. E a escola foi criada. Mais tarde, foi o Museu de Arte Moderna e o segundo diretor da escola é o arquiteto Flávio de Aquino – pediu demissão ao governador do então Negão de Lima, que se lembrou de me nomear diretora da escola. Eu já tinha estado lá antes com esse problema no MAM. Foi assim que cheguei à sua direção.

Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro

118

Figura 14: Entrevista de Carmen Portinho a Hugo Segawa, “A arquitetura moderna e o desenho industrial”, revista Projeto, n.111, junho de 1988, p.115-118.

Ao divulgar o ideal moderno em revistas e jornais e executar suas ideias em obra habitacional materializada nos conjuntos realizados pelo Departamento de Habitação Popular, como o Pedregulho que adquire

dimensão internacional, Carmen Portinho assume posição pioneira no planejamento urbano da cidade.

Os conceitos dos CIAM são implementados por Carmen Portinho em sua tese para obtenção do diploma em pós-graduação em planejamento urbano, cujo tema, “Anteprojeto para a Futura Capital do Brasil no Planalto Central”, revela sua convicção em inscrever o Brasil no urbanismo moderno idealizado, por Le Corbusier no projeto da *Ville Radieuse* (Cidade Radiosa), em 1922. Cidade de 3 milhões de habitantes, na qual o elemento primordial das preocupações urbanísticas é a habitação, articulada através de sistema de mobilidade eficiente ao trabalho e lazer, minimizando esforços em seus trajetos ³¹⁴.

A área escolhida por Carmen Portinho para a nova cidade coincide com a de Brasília, atual capital do país traçada por Lúcio Costa, situada entre os rios Gama e Torto. Discípulos de Le Corbusier – que realizara uma série de conferências no Brasil em 1929 – ambos, a engenheira e o arquiteto se basearam em princípios modernos debatidos nas décadas de 1920 e 1930 nos Estados Unidos e Europa que ecoaram no Brasil, para o planejamento na época da futura cidade.

A doutrina arquitetônico-urbanística da cidade funcional com os princípios da Carta de Atenas, síntese do IV CIAM, formulada por Le Corbusier, era aplicada pela primeira vez no Brasil pela engenheira. Esta mesma matriz servirá como referência ao Plano Piloto de Lúcio Costa ³¹⁵. Carmen Portinho desenha “a capital de um país novo e de grandes possibilidades ³¹⁶”.

No projeto foram contempladas as questões do urbanismo da primeira metade do século XX: zoneamento (divisão da cidade em quatro funções –

³¹⁴ Ana Luiza Nobre, *Carmen Portinho*, 1999, p. 30.

³¹⁵ Ana Luiza Nobre, *Carmen Portinho*, 1999, p. 29; Antonio Risério, *Mulher, casa e cidade*, 2015, p. 399-402.

³¹⁶ Ana Luiza Nobre, *Carmen Portinho*, 1999, p. 30.

habitação, transporte, trabalho e recreação), sistema viário que tinha como proposta conectar de modo eficiente os vários pontos da cidade e áreas residenciais dispostas em unidades de vizinhança, vias para pedestres separada do tráfego de automóveis, edifícios com gabaritos de altura determinada e previsão de sistemas de infraestrutura básica (rede de água e esgoto)³¹⁷.

Apesar da influência de Le Corbusier, este não será sua única referência de conhecimento. Carmen Portinho era estudiosa de planos urbanísticos e textos teóricos, acompanhava as publicações da revista *City Planning*, do Instituto Americano de Planejamento Urbano, e da francesa *Librarie de la Construction Moderne* entre outras fontes como o livro *Modern Housing* de Catherine Bauer. Carmen Portinho discutia o urbanismo com colegas especialistas, publicando artigos que buscavam legitimar o modo de intervir nas questões-problema da cidade, que se transformava em metrópole³¹⁸. Para ela: “O urbanista deve ser o coordenador de esforços, o artista que, em ramo harmonioso, enfeixe numa policromia atraente e exquisita todos os fatores e beleza urbana³¹⁹”.

Carmen Portinho atua em duas frentes como técnica da prefeitura: no acompanhamento de obras públicas e na Revista da Diretoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal³²⁰, como editora e redatora. A revista também conhecida como Revista Municipal de Engenharia, lançada em 1932 alcança uma divulgação sem precedentes. É por meio desta que Carmen Portinho estabelece grande comprometimento com a divulgação dos

³¹⁷ Antonio Risério, *Mulher, casa e cidade*, 2015, p. 399

³¹⁸ Flávia Brito do Nascimento. *Entre a estética e o hábito: o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Coleção Biblioteca Carioca; v.53. Série Publicação Científica. Rio de Janeiro, 2008, p. 121.

³¹⁹ Portinho, Carmen. “O critério científico no Urbanismo”. Revista Municipal de Engenharia, n.8, vol. I. Rio de Janeiro: jan. 1934. pp.16.

³²⁰ Carmen Portinho trabalhava na Divisão de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal na época e exerceu múltiplas funções na revista: foi secretária, redatora-chefe e diretora durante muitos anos.

princípios urbanísticos e arquitetônicos modernos no Brasil e no mundo, nela também publica uma série de artigos que expõem suas ideias.



Figura 15: Revista Municipal de Engenharia. Edição especial 60 anos da R.M.E (1932/1992).

A primeira edição da revista publicou projetos da arquitetura moderna, como o conjunto residencial da Gamboa, de Gregori Warchavchik e Lúcio Costa, e o anteprojeto de um edifício para as dependências de serviços municipais, de Affonso Eduardo Reidy, além de dois artigos assinados pela própria planejadora urbana: “A arquitetura moderna na Holanda” e “Influência do nosso clima na arquitetura das prisões”.



Figura 16: Artigo de Carmen Portinho. “A architectura moderna na Holanda” e “Influencia do nosso clima na architectura das prisões. Revista Municipal de Engenharia, 1932. Fonte: Acervo do Clube da Engenharia, p.7 e 14.

Carmen Portinho participa ativamente das discussões sobre os problemas das cidades brasileiras e da questão habitacional como vice-presidente do 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo, em 1941.

Em 1945, durante sua permanência na Europa, para o estudo da reconstrução e remodelação de cidades destruídas pela guerra, na Inglaterra, ³²¹ Carmen Portinho leva material com o intuito de apresentar a arquitetura moderna brasileira ³²² aos arquitetos daquele país. Sua palestra “Brazilian Architecture”, organizada pelo grupo *Modern Architectural Research* (MARS),

³²¹ Sua bolsa de estudos e visita à Inglaterra fazia parte da política de ajuda mútua entre os países aliados no pós-guerra, e sua presença naquele país representava, também, uma troca de informações entre nações.

³²² Nesse momento, o Brasil já havia consagrado sua arquitetura moderna: o Pavilhão de Nova York na Exposição Internacional alcançara sucesso; o edifício do Ministério da Educação e Saúde (MES) estava inaugurado e divulgado; e Brasil Builds, famosa publicação e exposição do MoMa de Nova York, havia se encarregado de divulgar nos Estados Unidos a “arquitetura dos trópicos”.

seção inglesa do CIAM foi expressiva. Nesta ocasião também visita Le Corbusier, a quem apresenta em primeira mão as imagens do Ministério de Educação e Saúde (MES), recém inaugurado. Período em que o Brasil já havia consagrado sua arquitetura moderna. Além do MES, o Pavilhão de Nova York na Exposição Internacional alcançara sucesso e a publicação e exposição no MoMa de Nova York, *Brazil Builds* divulgava nos Estados Unidos a “arquitetura dos trópicos”³²³.

Percorre a Grã-Bretanha em visitas aos complexos industriais de Manchester e Birmingham, às cidades portuárias de Liverpool e Southampton, aos núcleos universitários de Oxford e Cambridge, além de cidades históricas como Bath. Além de testemunhar a construção de residências provisórias, destinadas a abrigar a população cujos lares haviam sido destruídos pelos bombardeios³²⁴.

Durante esse período, na Inglaterra, Raymond Unwin, Patrick Abercrombie e Thomas Adams representavam três vertentes básicas sobre a revisão do *Town Planning* de Ebenezer Howard. As discussões sobre a reconstrução, incorporaram ideias do *Regional Planning Association of America* (RPAA), do qual fazia parte a planejadora urbana Catherine Bauer, resultando na criação dos conceitos de unidade de vizinhança, *parkway* e *greenbelttown*.

A partir da experiência realizada na Grã-Bretanha, Carmen Portinho conclui que o problema mais grave enfrentado naquela região era a escassez de habitação, tema recorrente e de grande interesse também no Brasil³²⁵.

Ao retornar, no final de 1945, influenciada pela experiência europeia e pela obra da norte-americana Catherine Bauer sobre os programas europeus

³²³ Flávia Brito do Nascimento. *Entre a estética e o hábito: o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Coleção Biblioteca Carioca; v.53. Série Publicação Científica. Rio de Janeiro, 2008, p. 122.

³²⁴ *O Globo*, 14 out. 1945; *Correio da Noite*, 19 dez. 1945.

³²⁵ *The Architects Journal*, 22 nov. 1945; *O Globo*, jan. 1945.

de moradia e seus desdobramentos para os Estados Unidos, no livro *Modern Housing*, Carmen Portinho publica no jornal *Correio da Manhã*³²⁶ uma série de artigos intitulados “Habitação Popular. A esses artigos se somaram outros, que abordavam questões sobre o trabalho feminino e escolas infantis.

Articulada com os principais pensadores do movimento moderno e com o tema da habitação, Carmen Portinho veiculou através desses artigos as bases teóricas e muitos dos conceitos posteriormente adotados por ela no DHP. Diante da falta de moradia adequada e do crescimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro defendia a organização e a execução de um plano habitacional destinado aos grupos sociais de salários reduzidos.

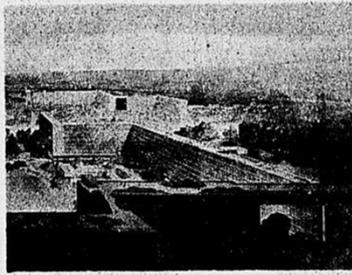
Em seu primeiro artigo publicado no *Correio da Manhã*³²⁷ denuncia o fracasso das cidades-jardim na Inglaterra. Sua crítica está baseada na longa distância entre o local de moradia e o trabalho que acarreta uma série de problemas, além do alto custo para que a municipalidade leve infraestrutura para um local de baixa densidade. As cidades, vazias durante a maior parte do dia, transformam-se em cidades-dormitório. Os equipamentos que atendem as necessidades cotidianas que deveriam estar disponíveis próximos ao local de moradia como o mercado, a escola ou serviços médicos são raros ou ausentes.

³²⁶ O apoio recebido pelo poderoso jornal *Correio da Manhã*, dirigido por seu irmão, contribuiu para a batalha de Carmen em obter praticamente sozinha os recursos necessários para viabilizar os empreendimentos que implantou no DHP. Anualmente, ela fazia *lobby* no Congresso Nacional e entre os prefeitos para inserir no orçamento da PDF os recursos necessários (BONDUKI, 2014, p. 301).

³²⁷ *Correio da Manhã*, 10 de março de 1946.

HABITAÇÃO POPULAR

CARMEN FORTINHO



Projeto de reconstrução de um quarteirão inabitado de Paris, por Le Corbusier. Foram previstos, além das habitações, espaços livres, locais para recreio e edifícios destinados aos serviços comuns.

O problema da habitação deve ser encarado como um todo. Fornecer apenas um teto ao homem não basta pois que outros problemas de igual importância se apresentam reclamando a sua solução em conjunto com o da habitação. Assim, por exemplo, temos a questão da existência social. Ela só poderá ser proporcionada em caráter permanente com eficiência e economia, se agruparmos as populações em vez de distribuí-las em residências esparidas. O mesmo acontece com a educação, o recreio, o transporte e os serviços comuns. Seguindo essa orientação e baseado nessa concepção que ficou estabelecida o princípio dos "conjuntos residenciais", construídos em áreas previamente determinadas e distribuídos racionalmente por todo o centro urbano.

As grandes distâncias que separam, em geral, o trabalhador do local de trabalho, as dificuldades de transporte e todos os prejuízos trazidos ao homem pela descentralização urbana contribuíram, também para a fixação da idéia desses conjuntos.

O tipo de "cidades-jardins" criado no século passado, apesar de constituir um grande avanço na solução do problema não o resolve completamente. As "cidades dormitório", só serviram para provar, mesmo o fizeram, que o problema não estava resolvido em toda a sua extensão. Os técnicos que se ocupam com a reconstrução das cidades inglesas bombardeadas procuram adotar, hoje, outras soluções. Algumas cidades-dormitório, como as que tive ocasião de visitar recentemente nas proximidades de Londres e de outras cidades da Inglaterra, oferecem-me a impressão de tristeza e abandono. Durante o dia os seus habitantes acham-se ausentes. Quando o parque parado, só as folhas das árvores se movem, uma ou outra pessoa passa de bicicleta. Homens e mulheres, de manhã cedo, dirigem-se por todos os meios de locomoção ao seu alance, às fabricas e escritórios. À tarde, essas mesmas pessoas voltam exaustas, pois acumularam ao trabalho o fardo do desperdício de energia para a condução para regressar à casa. Fazem filas longas, desperdiçam o tempo em esperas demoradas e, depois disso tudo, muitas vezes ainda, viajam em pé, levando toda sorte de estorbos. As crianças para quem o colégio ficam sujeitas às mesmas dificuldades de condução e expostas a serem atropeladas. Assim, enquanto os habitantes dessas chamadas cidades-dormitório contribuem as horas do dia entre o trabalho e o transporte, a cidade dorme silenciosa e continua ainda a dormir à noite, porque seus moradores ao voltarem para casa, depois de tantas dificuldades estão cansados, abalados e sem ânimo para cuidar do jardim, fazerem esporte e se divertirem no cinema, teatro ou clube de dança. Toda a força coletiva da cidade-dormitório foi dessa maneira destruída: os bondes, os trens, os ônibus, os empurrões, as caminhadas e pé de casa à estação e vice-versa, tudo isto, contribuiu em grande parte para a destruição dessa força poderosa. De que serve, então, a "casinha em centro de jardim", preconizada por alguns, se o homem não pôde tratar desse jardim tão cansado e acha ao fim do dia? Se a rua, onde está situada a casa, fica por vezes tão distante do centro de comércio local, que ele se sente desanimado ao ter que vencer essa distância à pé, a fim de comprar o necessário para o preparo das refeições? Às vezes, acontece mesmo, que as cidades desses tipos, são projetadas por técnicos de boa vontade mas tão mal orientados que ao projetarem limitam-se a estudar a localização das ruas, das praças, das casas, esquecendo de proporcionar assistência social e médica eficiente, recreio organizado próximo das habitações, creches, escolas, restaurantes populares, etc. O que fazer então, quando o homem precisa de repente recorrer a uma clinica, quando a mulher que trabalha tem necessidade de deixar, durante a sua ausência, o filho em lugar seguro onde possa ser bem cuidado e alimentado, quando a criança que estuda precisa ter facilidade de tratamento da saúde e dos dentes? A todos falta um local de recreio e campos de esportes para "soltar os músculos". Sim, esta cidade-dormitório, poderá ficar bonita e aparentemente agradável, mas não satisfará as necessidades essenciais do homem. E como foi dependente a sua construção? Faltava e mais faltava de casas, isoladas ou geminadas, em centro de terreno, exigiram uma grande área para sua localização. A técnica moderna, permitindo ganhar espaço em altura, foi desprezada. Ruas e ruas cortam a cidade em todos os sentidos, tendo no sub-solo quilômetros de canalizações de gás, luz, telefone, água e esgoto tornando excessivamente dependente a construção das cidades desse tipo. O automóvel passa junto das habitações impedindo que as crianças brinquem livremente nos espaços livres.

Não é preciso nos alongarmos mais em outras considerações, para concluímos que todos esses tipos de cidades-satélite, construídas nas proximidades dos grandes centros e em volta deles, apesar de formarem subúrbios ajardinados e de

aparência agradável, não resolvem de maneira satisfatória o problema da habitação popular. Esse importante problema deve ser estudado, sob todos os seus aspectos e de maneira a mais ampla possível. Habitação, trabalho, recreio e transporte são funções interdependentes e indissolúveis. Como poderemos pois resolver o problema da habitação, se o desligarmos dos demais?

No Rio de Janeiro fala-se muito em acabar com as "favelas" e demais habitações insalubres que os milhares se espalham por toda a cidade. Tem-se recorrido mesmo a medidas de emergência, construindo parques proletários como os da Gavea e do Calo do Porto. São soluções provisórias. O fato é que apesar de tudo continuam a "favorecer" a multiplicarem-se assustadoramente. O problema agrava-se dia a dia. Uma solução definitiva imediata. Acabamos de ver que as "cidades satélites", não resolvem completamente o problema. Fazemos em "conjuntos residenciais" localizados em áreas próximas dos locais de trabalho. Esses conjuntos deverão compreender, não só blocos de habitações como também os edifícios para o funcionamento do comércio local e, ainda, outras edificações destinadas à instalação de creches, escolas maternais e primárias, clinicas, bibliotecas, clubes, etc. Na construção desses conjuntos deverão ser previstos, além do recreio organizado, espaços livres onde as crianças possam andar e brincar a vontade sem o risco de serem atropeladas. As vias de tração deverão ficar sempre na periferia do conjunto residencial. Esta orientação, aliás, já está sendo adotada no nosso país por diversas organizações parastatais que vêm desta forma, procurando resolver o problema da habitação dos seus associados. Cabe às municipalidades, entretanto, a organização e execução de um plano para a construção de habitações destinadas aos grupos sociais de pequeno salário, promovendo ao mesmo tempo a substituição gradativa das atuais favelas, cortiços etc., por habitações decentes e higienicas.

A
depen
castra
da Di
na tr
Rio d
O
de 15
nio.
Praça
e cad
lizar-
o aru
clogr
de as
natio
do vt
brasil
sou e
Edu
da m
natio
balle
prusi
Adol
O
Berli
dirir
ofru
usa i
Jone
nara
tes e
A
puco
coch
para
cicio
empr
rial
nulo
pela
nula
civa
ceita
liet
Real
prin
de a
ci
onde
ceda
o li
do.
brav
entri
rea
tas,
nas,
nun
ao l
est
nas
tu f
act
dad
ral,
brinc
a v
nas
var
A
e.
Sin
cin
Hr
nes
Rr
sti.
A
cen
nra
jun
ca
gio
co
coc
por
cur

Figura 17: Recorte do Jornal Correio da Manhã, 10 de março de 1946.

Ao concluir o artigo aponta que apesar de formar subúrbios ajardinados e de aparência agradável, esse tipo de cidade, construída nas proximidades dos grandes centros, não resolve de maneira satisfatória o problema da habitação popular. Considera, ainda, necessário um estudo amplo que leve em conta os aspectos interdependentes e indissolúveis, relacionados às funções de habitação, trabalho, recreio e transporte.

No âmbito do Rio de Janeiro, até então a solução para resolver o problema habitacional era a criação de Parques Proletários Provisórios, adotada como medida de emergência. Carmen Portinho propõe a construção

de “conjuntos residenciais” definitivos, que tornam-se o principal objetivo do DHP.

Em sua proposta esses conjuntos estariam localizados estrategicamente em áreas próximas ao local de trabalho. Sua estrutura compreende além dos blocos de moradia, equipamentos e serviços complementares em edificações destinadas ao comércio local, creches, escolas maternas e primárias, clínicas, bibliotecas, clubes etc.

Como planejadora urbana considera relevante separar o tráfego de automóvel e o de pedestre. Para ela, as vias de tráfego devem ficar sempre na periferia do conjunto residencial o que permite a criação de espaços livres no seu interior, onde crianças, podem andar e brincar à vontade, em segurança.

Em seu segundo artigo o objeto de estudo foi o crescimento das favelas. Carmen Portinho defende que a habitação deve ser incluída em programas de utilidade pública, ou seja construída pela municipalidade.

Ao substituir as habitações precárias pela construção de habitação popular, pode em um primeiro momento acarretar ônus ao Estado, porém os gastos em saúde pública em função de problemas futuros gerados pela insalubridade e a falta de higiene podem ser evitados e direcionados à coletividade.



Figura 18: Recorte do jornal Correio da Manhã, 17 de março de 1946.

A abordagem da proposta de Carmen Portinho pode ser vista a partir de uma perspectiva feminista ou de gênero, pois enfatiza o papel fundamental da assistência social, em programas habitacionais. Nela, a educação do trabalhador para a vida em sociedade pode ser facilitada ao oferecer os meios de educação necessários aliados a condições de vida condigna. Nesse contexto a atenção às crianças e às tarefas cotidianas associadas à mulher, dona de casa ou emancipada são aspectos relevantes.

Em seu terceiro artigo, Carmen Portinho afirma que o problema da habitação é "acima de tudo um problema social". Nele, defende a opção pela

habitação coletiva ³²⁸, este tipo de moradia, ao estimular a vida em sociedade, opõe-se ao individualismo favorecido pela casa isolada. As diretrizes indicadas por Carmen Portinho para a “unidade de habitação” sugerem que

esta deve ficar nas proximidades dos locais de trabalho e a eles ligada diretamente. Nela, serão previstos edifícios para o funcionamento da parte social, médica, educativa e administrativa. Espaços verdes para descanso e recreio, caminhos para pedestres completamente separados das ruas de tráfego, bem como um serviço de abastecimento compreendendo lojas, mercados e entrepostos serão indispensáveis ao bom funcionamento do conjunto (*Correio da Manhã*, 24 de março de 1946).

Carmen Portinho resume em seu artigo os itens do livro *Modern Housing*, da planejadora urbana norte-americana Catherine Bauer, publicado em 1934, como referência ao modelo de habitação adotado. Na obra citada encontram-se organizados os padrões mínimos para habitações em conjuntos residenciais, que variam de acordo com cada país dependendo dos hábitos locais, do clima e de outros fatores.

O conceito de “habitação mínima” aplica os modernos processos técnicos e econômicos de forma racional, atendendo ao princípio de que as células habitacionais dos conjuntos devem satisfazer aos padrões mínimos de vida. Ao suprimir os elementos supérfluos, a superfície mínima da célula habitacional varia entre 35 a 70m², conforme o tamanho da família. A economia de espaço e de trabalho conduzem à coletivização dos serviços domésticos, tendo como exemplo a instalação de lavanderias coletivas.

³²⁸ *Correio da Manhã*, 24 de março de 1946.

HABITAÇÃO POPULAR

CARMEN PORTINHO

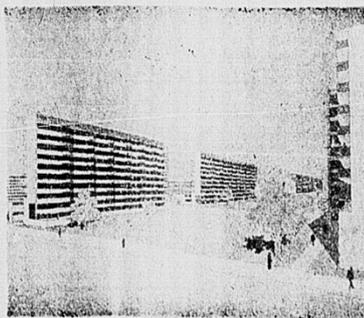
No estudo da habitação popular o ponto de partida é a "Unidade de habitação", que deve ficar nas proximidades dos locais de trabalho e a eles ligada diretamente. Nela serão previstos edifícios para o funcionamento da parte social, médica, educativa e administrativa. Espaços verdes para descanso e recreio, caminhos para pedestres completamente separados das ruas de tráfego, bem como, um serviço de abastecimento, compreendendo lojas, mercados e entrepostos serão indispensáveis ao bom funcionamento do conjunto.

No projeto destes núcleos de habitação, deve-se ter em vista, antes de mais nada, a abstração do clássico lote. A área será considerada na seu todo e nela distribuídas as habitações, dotadas dos serviços gerais.

A casa isolada, como moradia, conduz ao individualismo, ao passo que, a habitação coletiva estimula a vida em sociedade. A construção em altura, permite, conseqüentemente a reserva de grandes espaços livres, e facilitando dessa forma a prática do exercício físico. Atualmente os nossos trabalhadores, quando descanjam empregam suas horas de lazer em jogos esportivos, não têm outra alternativa senão a de jogar futebol nas ruas, praças e terrenos baldios, incomodando os transeuntes e arriscando-se a serem atropelados. O quintal de suas casas não tem espaço suficiente para tal fim. Somente as pessoas abastadas ou da classe média e que podem dispor, dentro dos clubes privados, de campos para futebol e de locais apropriados para o tênis e outros jogos.

As habitações deverão ser projetadas de modo a satisfazerem as exigências mínimas do homem. Não confundamos, entretanto "habitação mínima" com habitação pequena. Na primeira, todos os elementos superfluos foram suprimidos e os processos modernos de técnica e economia racionalmente aplicados. Apesar de seu tamanho, ela é mais confortável que o velho estalado que abrigava a grande família patriarcal antigamente. Não possui aqueles corredores compridos e escuros, aquelas cozinhas enormes, cheias de fumaça e vasilhames complicados, nem instalações sanitárias deficientes e porões húmidos, cheios de ratos e outros bichos incômodos.

A superfície mínima da "célula de habitação" pode variar de 35 a 70 m², conforme o número de pessoas da família. O aluguel será fixado de acordo com o salário do trabalhador, independente da su-



Projeto de Walter Gropius, que faz parte dos estudos feitos para demonstrar que o desenvolvimento das construções em altura, favorece a ampliação dos espaços livres e contribui para a diminuição dos aluguéis

perficie habitável por ele ocupada. Não se deve esquecer que essas "células de habitação" serão destinadas às pessoas que não podem dispor de empregados para serviços domésticos. Assim é, que muitos desses serviços deverão ser centralizados. Economia de espaço e de trabalho conduziu a instalação de lavanderias coletivas. A máquina de lavar, tão comum nos Estados Unidos e que já está começando a se generalizar entre nós, substituirá a mão cansada da operária, que além do trabalho da fábrica e da oficina, é obrigada a empregar os seus dias de folga na lavagem de roupa de família.

As habitações componentes do conjunto deverão satisfazer aos padrões mínimos de vida. Em que consistem esses mínimos? É indispensável conhecê-los, de início, a fim de se poder organizar o programa da "habitação mínima". Catherine Bauer, em seu livro "Modern Housing", localizou esses padrões. Passaremos a enumerá-los, sintetizando-os.

1 - Necessidade de fornecer abrigo conveniente ao homem. Cada família precisa de uma habitação separada. 2 - Tantos quartos quantos forem necessários a fim de que, pais, filhos e filhas possam dormir separados. 3 - A independência das habitações deverá ficar garantida. Nenhum vão de janela ou porta de uma habitação deverá overassar os de outra. 4 - Água corrente e instalações sanitárias em cada habitação. 5 - Iluminação, insolação e ventilação adequadas. 6 - Nenhuma via de tráfego de grande movimento nas proximidades da habitação. 7 - Facilidade para recreio ao ar livre. Espaços reservados para jogos de crianças e adultos. Jardins e parques em volta das habitações e fora das

vias de tráfego, de penetração

rápida de materiais de construção de boa qualidade. Projetos simples e fáceis de serem compreendidos. Conjuntos harmônicos. 9 - Tranquilidade dos habitantes. Isolamento das paredes. Nenhuma área interna que amplie os ruídos. 10 - Compartimentos projetados de modo a facilitarem a colocação do mobiliário, a circulação e a limpeza. Equipamento adequado da cozinha, a fim de simplificar ao máximo o trabalho doméstico. Facilidades para lavar e secar roupas, seja na própria habitação, seja em local centralizado. 11 - Acesso fácil às escolas, lojas comerciais, restaurantes, cafés e centros sociais. O homem não deverá gastar mais de 20 minutos para se transportar ao local de trabalho. 12 - Solidez e incombustibilidade da construção.

Esses padrões mínimos, variam, é claro, de acordo com os diversos países, dependendo, naturalmente, dos hábitos locais, do clima e de outros fatores. Nos lugares de clima frio não se pode deixar de incluir as instalações de aquecimento e nos países muito quentes, tem-se que pensar na proteção contra o calor.

Nos conjuntos residenciais, além das habitações, destinados às famílias de duas ou mais pessoas, devem ser previstas, também, construções para moradia de solteiros e velhos. Essas situações individuais, cujas soluções são, em geral, procuradas em pensões e asilos, encontram no urbanismo moderno uma solução mais simpática e humana.

O problema da habitação, como acabamos de ver, é acima de tudo um problema social e como tal deve ser estudado.

telamento
interior

Figura 19: Recorte do Jornal Correio da Manhã, 24 de março de 1946.

Carmen Portinho enfatiza a importância dos conjuntos residências oferecerem apartamentos de diferentes tipologias que possam atender a diversas composições sociais: famílias de duas ou mais pessoas, solteiros e idosos. Em suas palavras: "essas situações individuais, cujas soluções são em geral procuradas em pensões e asilos, encontraram no urbanismo moderno uma solução mais simpática e humana ³²⁹".

³²⁹ Correio da Manhã, 24 de março de 1946.

O quarto artigo³³⁰ trata do Programa Especial de Assistência aos Idosos, tema que a engenheira teve oportunidade de conhecer na Grã-Bretanha. A inovação apresentada pela administração pública britânica era um programa que contava com dois tipos de moradia: um para solteiros ou casais que tinham condições de manter-se independentes e outro para aqueles que necessitavam cuidados de empregados ou enfermeiras, em ambiente que não tinha o aspecto de asilo.

As construções destinadas aos idosos deveriam estar integradas aos conjuntos residenciais e não isoladas, pois, acreditava-se que a proximidade e a companhia de crianças e de jovens era elemento fundamental para a sua felicidade. Esses apartamentos confortáveis, com serviços domésticos comuns, eram muito procurados por pessoas do sexo feminino, principalmente mulheres que trabalhavam fora, por apresentarem um ambiente familiar, mais agradável que as pensões, e por seu aluguel módico.

A concepção moderna de “unidade de habitação” como organismo social predominava em todos os projetos de remodelação de cidades inglesas. Essas faziam parte de “unidades de vizinhança” providas de um centro comunal para fins sociais e culturais de escolas, creches, clínicas, parques, locais para comércio, diversões etc.

³³⁰ Correio da Manhã, 31 de março de 1946.



Figura 20: Recorte do Jornal Correio da Manhã, 31 de março de 1946.

O quinto artigo³³¹ traz comentários e críticas de Carmen Portinho à publicação do decreto-lei realizado pelo Ministério do Trabalho autorizando a Fundação da Casa Popular. Este fato fez com que interrompesse a série de considerações que vinha sendo desenvolvida sobre o problema da habitação popular para ser retomada novamente no seguinte artigo.

Em seu sexto artigo³³², Carmen Portinho destaca a importância dos serviços comuns destinados à educação, saúde, assistência social etc. a serem

³³¹ Correio da Manhã, 7 de abril de 1946.

³³² Correio da Manhã, 14 de abril de 1946.

instalados em edificações apropriadas integrantes do conjunto residencial, onde funcionariam escolas, bibliotecas, museus, exposições, centros de saúde, clubes, cinemas e o centro comunal.

O centro comunal desempenhará papel importante na parte educativa dos moradores. O programa do centro deve contar com grande salão, auditório, salas de estar, de jogos e de leitura, bem como uma cantina, ponto central da vida da comunidade. Instalações independentes devem ser destinadas à juventude, jovens de até 10 anos devem também dispor de sala de estar, de jogos e outras destinadas às reuniões de clubes juvenis.

Esse conjunto edificado voltado aos serviços comuns faz referência aos centros cívicos do passado. O centro comunal está presente em todos os conjuntos residenciais projetados na Inglaterra e sua principal finalidade é desenvolver o hábito de viver em sociedade entre os residentes, além de proporcionar facilidades de recreio e melhor aproveitamento das horas de lazer.

Carmen Portinho ao concluir o artigo enfatiza a importância desses equipamentos nos conjuntos residenciais populares. O centro comunal desempenha importante papel para o desenvolvimento da vida em sociedade, elevando o nível intelectual e moral dos habitantes.

Desses artigos nascem as bases para o plano normativo do programa habitacional dentro do DHP. Carmen Portinho considera o desenho deste programa a partir das necessidades do bom desenvolvimento da vida cotidiana de seus moradores enfatizando a emancipação da mulher, com isso adota algumas questões articuladas à abordagem feminista.

HABITAÇÃO POPULAR

CARMEN PORTINHO

No estudo dos conjuntos residenciais vários são os problemas que se apresentam. Sua solução depende, em grande parte, da congruência dos esforços, quer das autoridades federais e municipais, quer de particulares interessados no assunto e dispostos a colaborar. Os serviços comunitários, por exemplo, reclamam a contribuição dos entendidos em matéria de educação, saúde, assistência social, etc. Estes diversos serviços serão instalados em edificações apropriadas, passando a fazer parte integrante do conjunto residencial. Neelas funcionarão escolas, bibliotecas, museus, exposições, centros de saúde, clubes, cinemas e o centro comunal.

Esse conjunto de edifícios, destinados aos serviços comunitários, constitui uma reminiscência dos grandiosos centros cívicos do passado. Neles funcionavam as sedes dos governos, realizavam-se as grandes festividades cívicas e esportivas e erguiam-se os templos dedicados aos deuses e heróis.

Na Inglaterra, nos planos de remodelação das cidades bombardeadas, vemos o centro comunal presente em todos os conjuntos residenciais projetados. Um dos seus principais fins é desenvolver, entre os residentes, o hábito de viver em sociedade, proporcionando-lhes, ao mesmo tempo, facilidades de recreio e melhores aproveitamento das horas de lazer.

O centro comunal deverá ser acessível a todos os que desejarem frequentá-lo independente de credo político ou religioso. Centro de reuniões, sem o caráter de sociedade ou sindicato de classe, terá finalidades sociais, recreativas e culturais.

É muito grande a variedade de interesses que pode oferecer o centro comunal, desde a simples cantina, como passatempo, entre vizinhos e amigos, até o prazer da dança, música, teatro, cinema e leitura.

Deverão ser previstas, por esse motivo, além de um grande salão e auditório, salas de estar, de jogos e de leitura, bem como uma cantina. A instalação da cantina, onde serão servidas refeições ligeiras e bebidas refrescantes, é indispensável. Constituirá uma atração e um pretexto para se frequentar o centro. A cantina proporciona um ambiente de camaradagem que a torna o ponto central na vida da comunidade.

O centro comunal desempenhará papel importante na parte educativa. No auditório poderão se realizar palestras e conferências de interesse geral ou especializado.



Em cima, um grupo de crianças brincando no meio da rua. Em baixo, uma sala de jogos num clube juvenil. Nos centros comunais os jovens encontrarão facilidades de recreio, sem o perigo de serem atropeladas.

Si, por exemplo, beneficia a uma comunidade de lavradores, palestras sobre assuntos agrícolas, acompanhadas de projeções luminosas, exposições volantes de máquinas e utensílios de agricultura, servirão, não só para distrair o frágil homem como também para instruí-lo nos assuntos em que exerce suas atividades.

Concertos populares, representações teatrais, em que tomem parte os habitantes do local, discussões sobre assuntos de interesse dos moradores e outras atividades educacionais e ao mesmo tempo recreativas, serão realizadas no auditório. O salão se destinará a bailes populares e outros divertimentos.

A criação desses centros, entretanto, constituirá uma grande novidade, pois as organizações que deles mais se aproximam, existentes no país, são sempre de caráter religioso ou político.

Os centros comunais deverão ter instalações independentes para a juventude, pois os jovens gostam de divertir-se baculientemente, enquanto que os adultos preferem um ambiente de tranquilidade. Ambos dificilmente se divertem à vontade, ao mesmo tempo, no mesmo lugar.

As instalações para jovens até 18 anos, poderão estar ligadas aos centros comunais, fazendo parte do mesmo edifício, com auditório, e sala de leitura comuns. Deverão, porém, dispor em separado de salas de estar, de jogos e outras destinadas às reuniões de clubes juvenis. — Como vemos, esses centros são indispensáveis nos conjuntos residenciais populares, onde desempenharão um papel importante no desenvolvimento da vida em sociedade, contribuindo, também, para a elevação no nível intelectual e moral dos habitantes.

Figura 21: Recorte do Jornal Correio da Manhã, 14 de abril de 1946.

As cidades patriarcais valorizam o homem e o trajeto realizado por ele da casa ao trabalho. O ponto de vista considerado pela perspectiva de gênero inclui no percurso diário todas as atividades reprodutivas necessárias ao desenvolvimento da vida cotidiana, que não se resume a casa e trabalho. O percurso linear casa-trabalho ganha volume e torna-se um poliedro, é acrescentado os deslocamentos ao mercado, à creche, ao posto de saúde, aos locais de lazer etc.

Carmen Portinho ressalta que “casa” não significa necessariamente “habitação”. Habitar engloba significados mais amplos e refere-se a condições

gerais de vida dos moradores, somente realizadas plenamente com a disponibilidade dos serviços adjacentes ao teto propriamente dito.

A vida em conjunto experimentada nas unidades de vizinhança em cidades europeias e nos Estados Unidos, seria aplicada como solução aos problemas habitacionais cariocas. Carmen Portinho ao adotar o conceito de unidade de vizinhança reúne no próprio conjunto essas atividades. Coletiviza e exterioriza algumas funções comumente realizadas dentro da casa permitindo maior conforto e tempo para a mulher. As crianças também passam a ter mais espaço coletivo e liberdade de movimento dentro do conjunto residencial. Esse último aspecto permite maior segurança e tempo à família. Outro fator importante neste programa inclui a cultura e a cidadania através da arquitetura. A localização e inserção na cidade dos conjuntos residenciais leva em conta a distância do local de trabalho produtivo.

Algumas soluções adotadas por Carmen Portinho em prol da organização de um programa de habitação popular para o Rio de Janeiro foram desenvolvidas por Catherine Bauer nos Estados Unidos. Outro fator de interesse para ela foram as argumentações de Catherine Bauer em favor de habitações financiadas pelo governo que tem como exemplo os experimentos de Sunnyside e Radburn, do RPAA. A questão do financiamento de habitação, aspecto mais político do que técnico, motiva que haja grande pressão por parte da sociedade exigindo do governo uma resposta através de política habitacional.

Carmen Portinho toma a habitação como um problema social, para ela a habitação além de ser financiada pelo governo, deveria ser oferecida através de aluguel. O primordial é que a habitação tenha caráter definitivo. Pretende através desse programa aplicar a filosofia de ensinar a morar, que já vinha sendo praticada através dos Parques Proletários, com caráter provisório desde os anos 1940. A diferença do programa habitacional implementado por ela é que os conjuntos residenciais deixam de apresentar o caráter provisório que

fundamentava a filosofia anterior. A inserção de conjuntos residenciais em cada distrito da cidade demonstra sua preocupação em solucionar o problema da habitação em nível municipal, buscando solução definitiva.

Em 1946, a partir de suas experiências com arquitetos e engenheiros britânicos envolvidos na política de reconstrução das cidades destruídas pelas guerras e a criação de novas cidades, as *New Towns*, na Grã-Bretanha, Carmen Portinho propõe a criação do Departamento de Habitação Popular (DHP), ao secretário de Obras e Viação da Prefeitura do Distrito Federal.

Vim da Inglaterra cheia de ideias e trazia uma novidade que vi lá que é a unidade de vizinhança. A Inglaterra estava projetando sua reconstrução; e estudava as unidades de vizinhança, que eram auto-suficientes. As habitações eram importantes e as unidades de vizinhança compreendiam tudo que era necessário para seus habitantes: a escola, que era o centro em torno do qual tudo deve girar; os prédios de abastecimento, os mercados, o atendimento de saúde, ambulatório e o lazer. Isso tudo porque a finalidade dessas unidades de vizinhança era social: ter a criança perto da mãe; que pudesse ir para a escola sem atravessar a rua nem ter perigo de vida; era a mulher que podia se abastecer no mercado próximo ou quando a criança estava doente ser levada para o ambulatório ao lado, e assim por diante. Naturalmente esses serviços comuns variavam de acordo com a população da unidade de vizinhança. Reunidas formavam a cidade e lá na Inglaterra haviam cidades que tinha que se reconstruir inteiramente, eram um campo devastado pelas bombas (Entrevista de Carmen Portinho a Hugo Segawa, "A arquitetura moderna e o desenhindustrial", revista Projeto, n.111, junho de 1988, p.120).

O DHP visa fornecer habitação aos "grupos sociais de salários baixos", incluindo neles, os servidores do município que vivem em condições precárias de moradia. Funciona até 1962, quando extinto e substituído por outras posturas de enfrentamento à questão habitacional no Rio de Janeiro.

O DHP inicialmente esteve a cargo do engenheiro Antônio Arlindo Laviolla, que integrou Carmen Portinho à equipe da Prefeitura, como chefe

do setor de Assistência Social e Affonso Eduardo Reidy, como chefe do setor de Planejamento. O departamento acompanha e protagoniza a repercussão da arquitetura moderna brasileira no exterior, o processo de metropolização e o aumento do número de favelas na cidade³³³. O DHP tem como base a concepção de habitação formulada por Carmen Portinho, que articula arquitetura e urbanismo modernos com problemas sociais urbanos crescentes. A planejadora urbana defende “a construção de grandes conjuntos coletivos em bairros consolidados, com generosas áreas públicas e equipamentos sociais, propondo uma vida mais socializada e moderna³³⁴”.

Visando ações mais efetivas para lidar com a questão da moradia popular da cidade, o seu objetivo era fornecer

[...] a solução do problema da habitação para os grupos sociais de salários baixos, incluindo neles, inicialmente, os servidores da PDF (Prefeitura do Distrito Federal), mediante a construção de grupos residenciais para aluguel módico (Decreto n. 9.124 de 4 de abril de 1946 que criou o DHP).

Em seu primeiro ano de funcionamento, o DHP deu continuidade à atividade do Departamento de Construções Proletárias, através da concessão de projetos, licença e fiscalização de casas unifamiliares isoladas no lote, de iniciativa privada, que se enquadrassem na categoria “populares”³³⁵.

Em 1948, Carmen Portinho foi nomeada diretora do DHP e Affonso Eduardo Reidy assumiu a direção do Departamento de Urbanismo. Juntos estiveram à frente de projetos que reuniram muitos dos princípios do movimento moderno, e a construção de conjuntos residenciais se torna, neste

³³³ Flávia Brito do Nascimento. *Entre a estética e o hábito: o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Coleção Biblioteca Carioca; v.53. Série Publicação Científica. Rio de Janeiro, 2008, p. 21.

³³⁴ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 301.

³³⁵ Flávia Brito do Nascimento. *Entre a estética e o hábito: o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Coleção Biblioteca Carioca; v.53. Série Publicação Científica. Rio de Janeiro, 2008, p. 22.

momento, uma prioridade do DHP. Em função da estreita relação entre os dois departamentos, criava-se uma situação privilegiada para que os conjuntos residenciais estivessem articulados com o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro ³³⁶.

Alguns anos mais tarde, Carmen Portinho afirma que:

Habitação é urbanismo, pois a moradia na sua expansão compreende os problemas urbanos gerais. Assim, o Departamento de Urbanismo seria consequência do Departamento de Habitação. As soluções se acham interligadas, toda vez que cuidamos de um conjunto a projetar ³³⁷ (*O Estado de São Paulo*, São Paulo: 25 dez. 1952).

Com determinação e competência, ela implanta a filosofia de construir conjuntos residenciais de excelente qualidade arquitetônica e concepção inovadora. Ao referir-se aos conjuntos residenciais, diz que “se construídos de acordo com o plano, teremos habitações maravilhosas, obedecendo ao mesmo tempo às necessidades sociais dos seus moradores e às exigências estéticas modernas ³³⁸”.

Fiel aos princípios modernos defendidos nos CIAMs sua concepção de habitação também ignorava os hábitos de morar tradicionais das populações rurais, pois considerava sua cultura construtiva atrasada ³³⁹.

No plano conceitual, Carmen Portinho poderia ser situada ideologicamente em uma posição de “esquerda”, ao defender o papel social da moradia através de aluguel e não da propriedade. Os conjuntos

³³⁶ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 310.

³³⁷ *O Estado de São Paulo* “Conjuntos Residenciais contra o problema pululante das favelas do Distrito Federal”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo: 25 dez. 1952 apud Flavia, Pedregulho, p. 26.

³³⁸ Afirma Portinho em 1949. Flávia Brito Nascimento. *Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. São Carlos, 2004. Dissertação (Mestrado em História da Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

³³⁹ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 301.

residenciais tinham como proposta também a “reeducação” dos moradores de assentamentos precários. Ao difundir novos modos de habitar introduzia os futuros moradores em “ambientes criados por uma arquitetura de vanguarda, que adotasse os pressupostos urbanísticos e construtivos defendidos pelos CIAMs³⁴⁰”. Os princípios valorizados partiam ainda da ideia de uma vida mais socializada com a liberação da mulher das tarefas do lar.

O DHP realizou produção significativa no período dos anos 1940 e 1950, sob a direção da planejadora urbana, em prol da defesa da habitação como serviço público. Sua determinação tornou viável a efetivação dos projetos de Affonso Eduardo Reidy no departamento. Participou ainda na concepção do programa habitacional, dirigiu as obras dos conjuntos residenciais e empenhou-se para obter os recursos exigidos para concretizar estes empreendimentos exemplares de habitação social³⁴¹.

A engenheira prioriza a construção de “conjuntos habitacionais, sob novo conceito de moradia, destinados à população de baixa renda e, principalmente, localizados próximos aos seus locais de trabalho”. Conceito este que tem como objetivo minimizar o tempo e o gasto com o transporte, respeitar o trabalhador, introduzindo as comodidades da vida moderna, inclusive as artes na vida cotidiana dessas pessoas³⁴².

Para a concepção do plano habitacional pioneiro, Carmen Portinho reuniu um grupo de profissionais competentes, envolvidos com a “causa moderna”, no corpo técnico da prefeitura. A equipe de projeto e planejamento contava entre outros com os arquitetos Affonso Eduardo Reidy, Francisco Bolonha, Hélio Modesto e Lygia Fernandes, de destaque internacional.

³⁴⁰ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 301.

³⁴¹ Nabil Bonduki (org.). *Affonso Eduardo Reidy*. Série Arquitetos Brasileiros. Lisboa / São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000, p. 82.

³⁴² Nabil Bonduki (org.). *Affonso Eduardo Reidy*. Série Arquitetos Brasileiros. Lisboa / São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000, p. 82.

Contava também com o engenheiro Sydney Santos, que calculou as estruturas de Pedregulho e da Gávea e a assistente social Anna Augusta de Almeida, pioneira no trabalho social voltado para a habitação. Outros profissionais colaboraram de maneira pontual, como o paisagista Roberto Burle Marx e os artistas plásticos Cândido Portinari e Anísio Medeiros.

Nas suas palavras a equipe de profissionais foi essencial às realizações:

O trabalho que executamos, aqui, é um trabalho de equipe: um arquiteto projeta; outros engenheiros calculam; um outro fiscaliza a obra, que é entregue a uma firma construtora, mediante concorrência, e um outro cuida da topografia. Foi reunindo essa equipe que conseguimos realizar um trabalho eficiente, cabendo-me a superintendência. Não cabe a mim, portanto, sozinha, o elogio pelo êxito da tarefa, o que faço questão de salientar. (A NOITE, 17.1.1953. p.130)

O caráter educativo desses empreendimentos era viabilizado pela concentração das unidades habitacionais em grandes conjuntos. A educação das classes populares por meio da arquitetura surgia com insistência no discurso de Carmen Portinho, desde os artigos redigidos para o jornal *Correio da Manhã*. Para ela a tarefa de assistentes sociais era estabelecer o vínculo entre o espaço moderno construído e seus usuários³⁴³.

Ensinar aos mais pobres novos hábitos, de higiene, saúde e, principalmente, como 'usar' as construções modernas, com a principal função de reeducação completa do operário brasileiro³⁴⁴ (Cavalcanti, 1987).

A proposta para o DHP não se restringia à construção de unidades habitacionais e sim de núcleos residenciais autônomos, autossuficientes, onde todas as atividades e as necessidades básicas da vida cotidiana deveriam ser atendidas sem exigir caminhadas longas ou meio de transporte. Por essa razão, cuidado especial deveria ser dado à construção dos equipamentos

³⁴³ Flávia Brito do Nascimento, no livro de Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 29.

³⁴⁴ Lauro Cavalcanti. *Casas para o povo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1987 apud BONDUKI, 2014, p. 316.

coletivos, concebidos como extensão da moradia. Estes, segundo a proposta, seriam os primeiros elementos implementados no conjunto residencial ³⁴⁵.

Carmen Portinho defendia a habitação como um serviço público e a relação entre habitação social, desenvolvimento urbano, modernização do modo de morar, educação e transformação da sociedade, opondo-se à ideia da casa própria e da moradia unifamiliar.

Em função de sua posição contrária a venda dos apartamentos, foi muitas vezes acusada de comunista, fato que sempre negou ao reafirmar a motivação de sua opção pela propriedade estatal da moradia, justificada como forma de a prefeitura manter a propriedade, controlar o edifício e o uso que dele faziam os moradores, além de garantir a manutenção dos prédios ³⁴⁶.

A sua proposta, contrária à propriedade privada da moradia, ia ao encontro do pensamento de Friedrich Engels desenvolvido no texto “A questão da habitação” e também estava próxima da adotada em países que seguiam a orientação da União Soviética e da socialdemocracia europeia, que mantinham um parque habitacional de propriedade estatal destinado ao aluguel para os trabalhadores ³⁴⁷.

A forma de acesso às unidades habitacionais através de aluguel era adotada por outros órgãos públicos promotores de habitação daquele período, exceto a Fundação da Casa Popular. Essa medida não tinha conotação ideológica e a opção pelo aluguel permitia a formação de um patrimônio imobiliário por parte da prefeitura, garantindo a moradia aos trabalhadores que não tinham condições de acesso à casa própria ³⁴⁸.

³⁴⁵ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 316.

³⁴⁶ Lauro Cavalcanti. *Casas para o povo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1987, p. 70.

³⁴⁷ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 306.

³⁴⁸ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 306-7.

A função social da arquitetura moderna torna-se uma realidade através da proposta da planejadora urbana de construir conjuntos habitacionais autossuficientes que contemplassem todos os aspectos da vida do trabalhador. A recomendação de promover “unidades de vizinhança”, habitações equipadas com serviços sociais, como solução ao problema habitacional distancia-se dos esquemas tradicionais e burocráticos dos blocos isolados de apartamentos ou das rígidas casas individuais.

As “unidades de vizinhança” integrariam a habitação com programa completo de equipamentos coletivos capazes de garantir a autonomia dos moradores por meio de pequenos deslocamentos para exercer todas as atividades cotidianas além do trabalho: como fazer compras, lavar as roupas e ir ao médico, além de escola primária que garantisse o atendimento da população local. Outros órgãos promotores de habitação, como os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), os Parques Proletários ou a Associação Lar Proletário construíram, de certa maneira, “unidades de vizinhança” acompanhadas de serviços ³⁴⁹.

Carmen Portinho explora o tema das unidades de vizinhança ao ser responder sobre a realização do Conjunto Residencial Pedregulho em entrevista concedida a Hugo Segawa na Revista Projeto de 1988.

[...] preguei a unidade de vizinhança, que começamos a chamar – não sei de quem foi a idéia – de conjunto residencial. Consegui com o diretor de obras da prefeitura jogar minha idéia. Ele aceitou e formou logo um departamento chamado Departamento de Habitação Popular. O Brasil não estava destruído, mas não havia habitações para gente de salário baixo, como ainda não tem. Fui nomeada chefe na parte relativa a construção e depois acabei como diretora do departamento e aí começamos a agilizar as coisas. O Reidy, que foi nomeado chefe da parte de arquitetura, projetou o Conjunto Residencial Pedregulho, seguindo até certo ponto a orientação de Le Corbusier, mas dentro do

³⁴⁹ Flávia Brito do Nascimento, no livro Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 29.

problema social brasileiro, dos nossos problemas regionais, de clima etc. E assim começamos a lutar, lutar – não tínhamos dinheiro, íamos fazendo aos poucos, e aos poucos conseguimos (Entrevista de Carmen Portinho a Hugo Segawa, “A arquitetura moderna e o desenhindustrial”, revista Projeto, n.111, junho de 1988, p.120).

Por outro lado, o objetivo do DHP não se relacionava diretamente à favela, ao contrário de outros órgãos que atuaram no Rio de Janeiro naquele período, se encontrava implícito que, ao atender a funcionários de baixa renda da prefeitura, contribuiria para evitar a formação de novos assentamentos ou para retirar moradores que neles viviam³⁵⁰. A novidade do DHP era a construção de conjuntos habitacionais de qualidade arquitetônica, sob a orientação dos conceitos do movimento moderno³⁵¹.

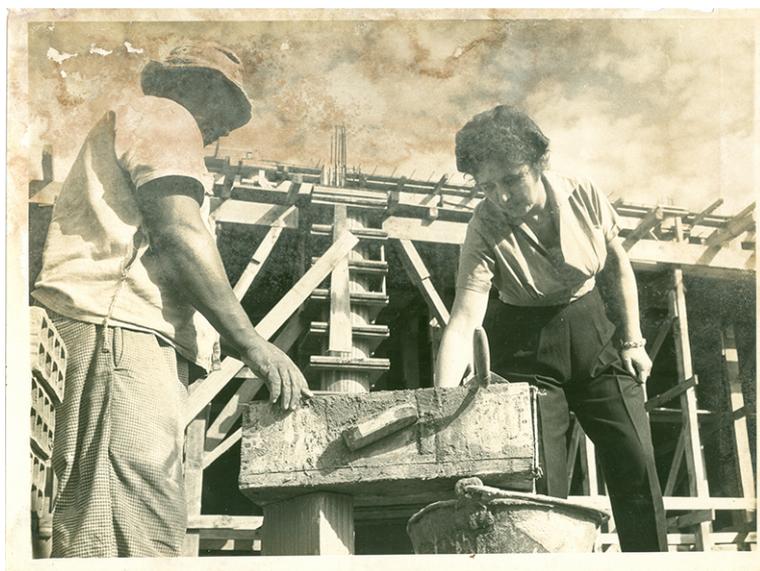


Figura 22: Fotografia da Carmen Portinho em visita à obra. Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação – FAU/UFRJ – Brasil.

³⁵⁰ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 305.

³⁵¹ *Diário da noite*. “Casas para funcionários municipais – núcleos residenciais em vários pontos da cidade”. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro: 15 mar 1948. (p. 30)

O plano habitacional traçado por Carmen Portinho era ousado e previa a construção de uma unidade residencial autossuficiente em cada distrito da cidade, nas seguintes localidades:

1º distrito: Avenida Presidente Vargas;

2º distrito: Botafogo ou Gávea;

3º distrito: Pedregulho;

4º distrito: Jardim Zoológico;

5º distrito: Madureira;

6º distrito: Penha;

7º distrito: Jacarepaguá;

8º distrito: Bangu;

9º distrito: Campo Grande;

10º distrito: Santa Cruz;

11º distrito: Ilha do Governador.

Desses conjuntos residenciais apenas quatro empreendimentos foram construídos, apesar de nenhum deles ter sido efetivamente concluído conforme o projeto ³⁵²: Pedregulho, Gávea e Vila Isabel, além de Paquetá, que não constava da lista inicial. Outra intervenção proposta foi o Conjunto Residencial das Catacumbas, segundo divulgação da época “para os ‘favelados’ das margens da Lagoa Rodrigo de Freitas”. Projeto idealizado por Affonso Eduardo Reidy, não implementado ³⁵³.

Do ponto de vista quantitativo, das 2.119 unidades projetadas, em torno de 724 foram efetivamente construídas. Ainda assim os projetos do DHP tinham caráter inovador com efetivo destaque no âmbito de

³⁵² Das 2.199 unidades projetadas, somente 699 foram efetivamente construídas.

³⁵³ O Globo. “Problema nacional, as ‘favelas’ do Rio”. O Globo. Rio de Janeiro. 20 fev. 1952.

empreendimentos habitacionais dos anos 1940 e 1950, obtendo grande repercussão em nível nacional e internacional ³⁵⁴.

A ação do DHP em termos quantitativos não era o aspecto mais importante da intervenção na opinião de Carmen Portinho. O que a planejadora urbana e o arquiteto Affonso Eduardo Reidy pretendiam era demonstrar a qualidade do programa e da arquitetura implementados. Nesse sentido esperavam gerar efeito midiático e influenciar outras iniciativas. O que de certa forma propiciou a realização do Conjunto Residencial de Deodoro, defendido por eles enquanto conselheiros da Fundação da Casa Popular. A construção do conjunto contava com 1.362 unidades habitacionais, o dobro de unidades realizadas nos conjuntos construídos pelo DHP ³⁵⁵.

Para cada conjunto residencial, a solução arquitetônica era diversificada, de acordo com cada lugar, Affonso Eduardo Reidy e equipe estudavam o terreno e as condições gerais para cada projeto.

Os conjuntos residenciais buscavam concretização do mesmo conceito de habitação: unidades residenciais autônomas, compostas de edifícios de apartamentos com serviços adjacentes à morada, como assistência social individual e de grupo, posto de saúde, escola, mercado, creche, playground e lavanderia ³⁵⁶. Porém a solução arquitetônica de cada um dos conjuntos era diversificada, pois Affonso Eduardo Reidy e equipe estudavam o terreno e as condições gerais de cada projeto, levantando soluções específicas para cada lugar ³⁵⁷.

³⁵⁴ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 302.

³⁵⁵ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 302.

³⁵⁶ Flávia Brito do Nascimento. *Entre a estética e o hábito: o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Coleção Biblioteca Carioca; v.53. Série Publicação Científica. Rio de Janeiro, 2008, p. 22.

³⁵⁷ Flávia Brito do Nascimento, no livro Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 31.

Carmen Portinho à frente na administração, concepção e execução dos conjuntos residenciais Prefeito Mendes de Moraes – Pedregulho, Gávea, Paquetá e Vila Isabel, defende a implantação de modos de morar com base nas unidades de vizinhança, que determinaria transformações diretas na dinâmica do trabalhador brasileiro.

A dupla Carmen-Reidy nunca mais se desfez. (...) A combinação da engenheira com o arquiteto gerou algumas das mais importantes obras de arquitetura brasileira, projetadas por Reidy, construídas por Carmen: os conjuntos do Departamento de Habitação Popular, Pedregulho e Gávea; o Museu de Arte Moderna; as casas de Jacarepaguá e de Itaipava, onde viveram vários anos (BONDUKI, 2015, p. 404).

A engenheira, o arquiteto e a equipe do DHP adotaram a missão de oferecer à cidade e ao país a concretização de um receituário moderno e inovador para o bem habitar do cidadão comum³⁵⁸. A construção desses conjuntos significava a possibilidade de aplicação dos princípios habitacionais de arquitetura ligados ao movimento moderno, que circulavam no Brasil, mesmo que os ideias de racionalização e economia dos elementos construtivos não tivessem sido plenamente atingidos³⁵⁹.

³⁵⁸Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 60.

³⁵⁹Flávia Brito do Nascimento. *Entre a estética e o hábito: o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Coleção Biblioteca Carioca; v.53. Série Publicação Científica. Rio de Janeiro, 2008, p. 138.

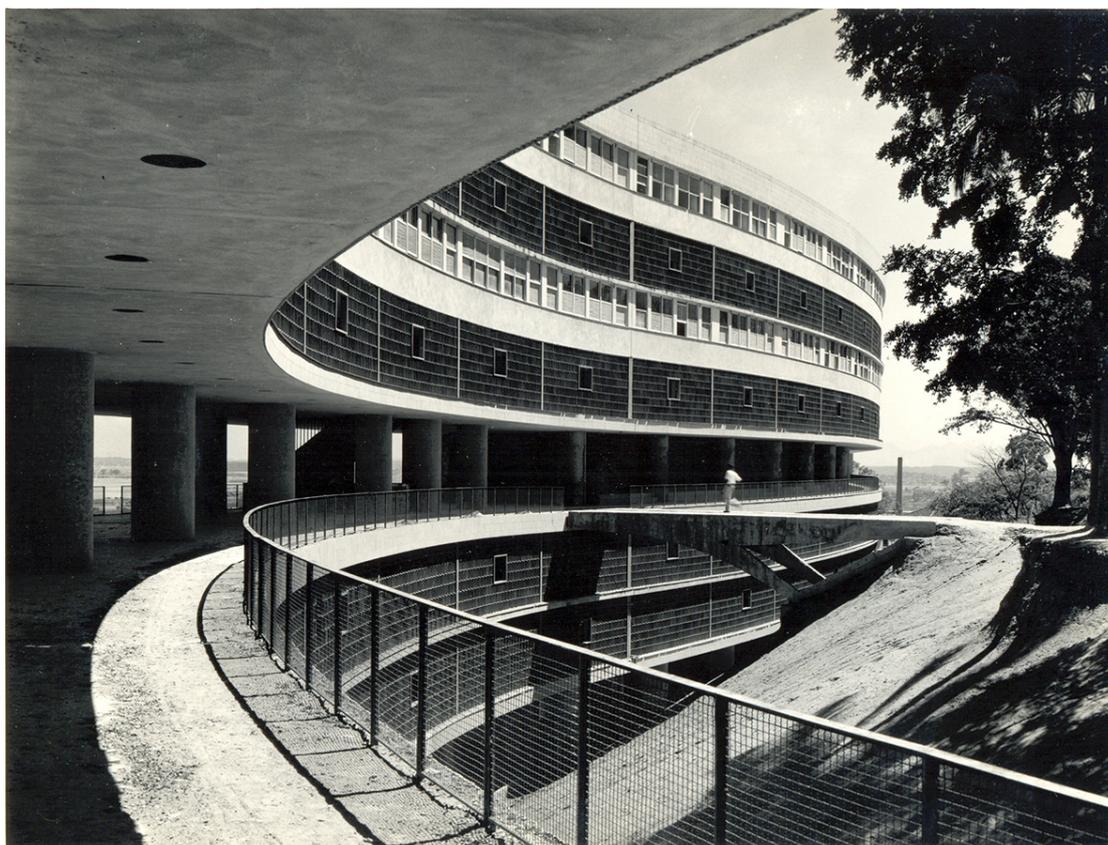


Figura 23: Fotografia do Bloco A de apartamentos do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação – FAU/UFRJ – Brasil.

A primeira unidade de vizinhança, ou “primeiro conjunto residencial autossuficiente” realizado pelo DHP foi o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, conhecido como Pedregulho, localizado em São Cristóvão (hoje Benfica), zona norte da cidade.

Apesar de sua originalidade, a proposta do Pedregulho está articulada aos conceitos urbanísticos e à concepção da produção habitacional realizada no Brasil desde o final dos anos 1930 pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões, os IAPs ³⁶⁰.

O Pedregulho concretiza uma proposta de vanguarda que, ao valorizar a dimensão arquitetônica da habitação social, confere um caráter simbólico ao espaço vivenciado pelos trabalhadores. O novo modo de morar preconizado por Carmen Portinho pôde ser colocado em prática em função de sua

³⁶⁰Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: onze propostas de morar para o Brasil moderno*. Volume 3. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 163.

determinação. Ao destacar-se por sua qualidade arquitetônica, com uma plasticidade incomum em projetos de habitação social, a arquitetura de Affonso Eduardo Reidy marca o que constitui o grande diferencial do Pedregulho. Nele o arquiteto busca soluções integradas que correspondam a pontos de vista social, trata-se do primeiro conjunto concebido no Brasil com uma visão de programa social projetado dentro das possibilidades formais do concreto armado ³⁶¹.

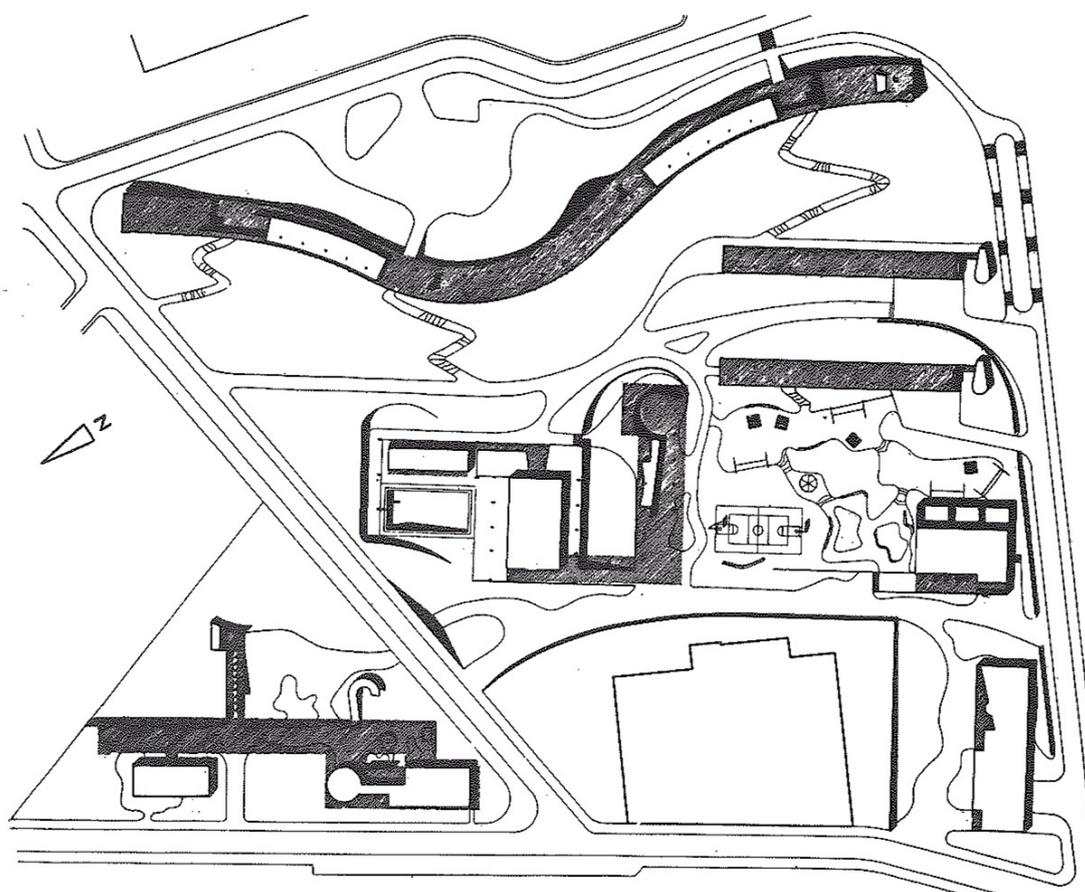


Figura 24: Conjunto Residencial Pedregulho - implantação. Fonte: Entrevista de Carmen Portinho a Hugo Segawa, "A arquitetura moderna e o desenho industrial", revista Projeto, n.111, junho de 1988, p.120.

³⁶¹Carmen Portinho, 1999 em Nabil Bonduki (org.). *Affonso Eduardo Reidy*. Série Arquitetos Brasileiros. Lisboa / São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000, p. 91; Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: onze propostas de morar para o Brasil moderno*. Volume 3. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 163; Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 317.

O objetivo do projeto atravessou as fronteiras das disciplinas de arquitetura, engenharia e assistência social, ao formular um novo conceito de cidade, nas palavras de Carmen Portinho: “Como primeira obra do DHP, o projeto estava carregado de caráter experimental, um protótipo de arquitetura moderna, de projeto social e de um projeto de cidade ³⁶²” .



Figura 25: Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação - FAU/UFRJ - Brasil.

Em entrevista ao jornal *Correio da Manhã*, a engenheira acentua a importância do conjunto residencial:

[...] Primeiro porque, se construído de acordo com o plano, teremos habitações maravilhosas, obedecendo ao mesmo tempo às necessidades sociais dos seus moradores e às exigências estéticas modernas. Segundo porque representará um ponto de partida. É destinado aos funcionários da

³⁶² Entrevista de Carmen Portinho a Alfredo Britto, 1997, em Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 54.

Prefeitura, de salário baixo, que trabalham na Penha. Conjuntos do mesmo tipo deverão mais tarde ser construídos em todos os bairros... e não somente para os funcionários da Prefeitura (Entrevista concedida a Yvonne Jean, no jornal, *Correio da Manhã*, 23 jan. 1949, *Presença de Mulher*).

Como experiência de cidade voltada para o conforto e à realização do cidadão, o Pedregulho representou uma atitude pioneira de integração das áreas habitacionais ao tecido urbano e à oferta de serviços essenciais em seu próprio território ³⁶³. A curta distância entre o trabalho e a moradia constituía, para Carmen Portinho, um fator fundamental: “economia de tempo, de dinheiro e de saúde, uma vez que morando junto ao local de trabalho, ele (o trabalhador) evitará as despesas de condução, poderá ter uma alimentação sadia em sua própria casa e dispor do tempo recuperado para os lazeres, os contatos sociais, a prática de esportes e a cultura do espírito ³⁶⁴”.

A localização também deve ser levada em consideração. Distante 15 minutos do centro urbano, de automóvel, é servido pela Avenida Brasil, que então era a principal rodovia de integração da cidade. Seus moradores, funcionários da prefeitura de baixos salários, deveriam estar alocados em serviços distantes em um raio máximo de cinco quilômetros do morro de Pedregulho. Isso previa a possibilidade de o deslocamento casa-trabalho-casa ser realizado a pé ou de bicicleta. “Uma antecipação visionária de solução para mobilidade urbana de toda cidade ³⁶⁵”.

Outra inovação residia no fato de as unidades residenciais serem alugadas ao invés de vendidas. Na medida em que seu foco era a população de baixo poder aquisitivo, sujeita a ter dificuldades com o pagamento do imóvel, isso poderia acarretar no abandono da unidade e busca de outro lugar

³⁶³ Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 54.

³⁶⁴ Nabil Bonduki (org.). *Afonso Eduardo Reidy*. Série Arquitetos Brasileiros. Lisboa / São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000, p. 83.

³⁶⁵ *Ibidem*, p. 83-84.

para morar. Este ciclo de retorno a áreas precárias, como as favelas, se repete nos dias de hoje. No Pedregulho os apartamentos foram alugados aos funcionários da prefeitura, que tinham 10% de seu salário descontado em folha ³⁶⁶.

Carmen Portinho sublinha “que a função habitar não se resume na vida de dentro de casa”, ela se estende a atividades externas com o complemento de serviços e instalações, proporcionando as facilidades necessárias à vida cotidiana de seus moradores. Essa ideia aos poucos vai sendo compreendida pelo público, em geral, e pelas autoridades, em particular ³⁶⁷.

Para estabelecer o programa do conjunto, o DHP fez um levantamento das condições existentes e um censo dos futuros moradores. Deste censo resultou a inscrição de 570 famílias. Atingiu-se uma densidade demográfica de cerca de 500 hab./hec., com boas condições de habitabilidade, a partir das condições topográficas do terreno. Devido à diversidade de tipos de grupos sociais e famílias foi preciso prever diferentes tipologias para os apartamentos, que poderiam ter uma só peça com banheiro e cozinha, ou com um, dois, três e quatro dormitórios, sala, cozinha e banheiro, além da unidade em duplex ³⁶⁸.

Concebida como um serviço fornecido pelo Estado, a habitação, segundo a engenheira, deveria adequar-se ao longo do tempo ao tamanho da família e à localização do trabalho. Dessa forma, o serviço social poderia determinar a unidade mais adequada para cada família e, no caso de crescimento ou diminuição, indicaria a troca para outro apartamento, maior

³⁶⁶ Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 60.

³⁶⁷ Nabil Bonduki (org.). *Affonso Eduardo Reidy*. Série Arquitetos Brasileiros. Lisboa / São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000, p. 83.

³⁶⁸ Nabil Bonduki (org.). *Affonso Eduardo Reidy*. Série Arquitetos Brasileiros. Lisboa / São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000, p. 83-84.

ou menor. A ideia de construir um conjunto residencial em cada bairro permitiria que, caso o funcionário mudasse de repartição, seria transferido para outro conjunto do órgão, mais próximo do novo local de trabalho ³⁶⁹.

A ideia de permuta de apartamento entre conjuntos residenciais caso o funcionário mude de repartição é interessante pelo aspecto racional de proximidade da residência com o local de trabalho. Porém, do ponto de vista social há de se considerar as relações de vizinhança como necessárias para a convivência em comunidade e o desenvolvimento do sentido de pertencimento dos moradores. Essa troca do local de moradia condiciona que essas relações sejam reestabelecidas com outras pessoas no novo local de moradia. Em áreas precárias a relação entre vizinhos é fundamental pois permite maior mobilidade daqueles que trabalham fora, um vizinho pode cuidar do filho do outro, de alguém doente, ajudar nas compras etc.

O programa inicial do Conjunto previa todos os elementos vitais ao funcionamento de uma unidade de vizinhança: escola, mercado, lavanderia, posto de saúde, blocos residenciais com apartamentos duplex, piscina com vestiários, ginásio, quadra esportiva, grandes jardins com playground, clube e creche. Oferecia com isso, um serviço público voltado às crianças, que integrava a educação ao lazer, esporte e cultura. A abrangência do projeto propõe também a integração das crianças com a arte, através de estímulos como o mosaico, de autoria de Burle Marx, incluído no pátio de recreio da escola ³⁷⁰.

O censo viabilizou os dados indispensáveis ao estabelecimento do programa dos serviços comuns e da separação por faixa etária aos equipamentos destinados à infância: creche (zero a dois anos), escola materna

³⁶⁹ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 306.

³⁷⁰ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 317.

(dois a quatro anos), jardim de infância (quatro a sete anos) e escola primária (sete a 11 anos)³⁷¹.

A hierarquia de vias era também um dos pontos cruciais do planejamento das habitações, para dar ao trabalhador e à trabalhadora a segurança de circular pelo conjunto, aproveitar seus equipamentos e deixar seus filhos brincar livremente nas imediações dos apartamentos³⁷². Na visão feminista de Carmen Portinho a localização da escola no interior da organização espacial do conjunto proporcionava conforto e segurança aos deslocamentos realizados pelas crianças, que dispor de certa independência facilitavam a vida das mães e dos pais³⁷³.

A alteração com relação à postura da mulher era objeto de reflexão no ideal de morar de Carmen Portinho. Pensando em facilitar a vida da mulher defendia a sua liberação da exaustiva jornada de atividades domésticas para integrar-se ao mercado de trabalho, ganhando com isso autonomia financeira e liberdade. Com este objetivo incluiu em seu programa a retirada do espaço da área de serviço de dentro da tipologia dos apartamentos em prol de uma lavanderia coletiva e mecanizada, um serviço terceirizado que contaria com máquinas industriais de lavagem e secagem, importadas dos Estados Unidos e pessoal para exercer essa atividade³⁷⁴.

³⁷¹ Nabil Bonduki (org.). *Afonso Eduardo Reidy*. Série Arquitetos Brasileiros. Lisboa / São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000, p. 83-84.

³⁷² Flávia Brito do Nascimento. *Entre a estética e o hábito: o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Coleção Biblioteca Carioca; v.53. Série Publicação Científica. Rio de Janeiro, 2008, p. 144-145.

³⁷³ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 320.

³⁷⁴ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 317.



Figura 26: Fotografia da lavanderia coletiva. Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação - FAU/UFRJ - Brasil.

Essa concepção é inovadora, apesar de não ser inédita, pois a instalação de lavanderia coletiva, mais simplificada, já aparecia na Cidade-Jardim dos Comerciantes em Olaria. Com o objetivo de “reeducar” os moradores para um novo conceito de morar, a relevância do serviço social é reforçada diante da resistência aos hábitos inovadores propostos, tais como o uso da lavanderia coletiva ³⁷⁵.

Dois condicionantes, topografia e orientação solar, determinaram a implantação e articulação das edificações do conjunto que é uma das principais virtudes do projeto, com 17,3% de taxa de ocupação, privilegiando grandes áreas livres e jardins.

Na intenção de preservar o perfil natural do terreno e a vegetação existente, surgiu o gesto inovador do arquiteto com a implantação do bloco principal de habitação, serpenteante. Com isso a cidade ganhava um elemento

³⁷⁵ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 317-320.

marcante em sua paisagem. Na face sul do terreno foram erguidos dois outros blocos menores, também de habitação. As demais edificações foram distribuídas garantindo uma posição central para a escola e seus equipamentos esportivos ³⁷⁶.

O projeto compreende quatro blocos de habitação. Situado na parte mais elevada do terreno, o bloco principal (Bloco A) segue em forma sinuosa a encosta do morro. Com 260 metros de extensão, contém 272 apartamentos de diferentes tipos, com as unidades variando de um dormitório (com 26m²) a unidades de quatro dormitórios (com 78m²).

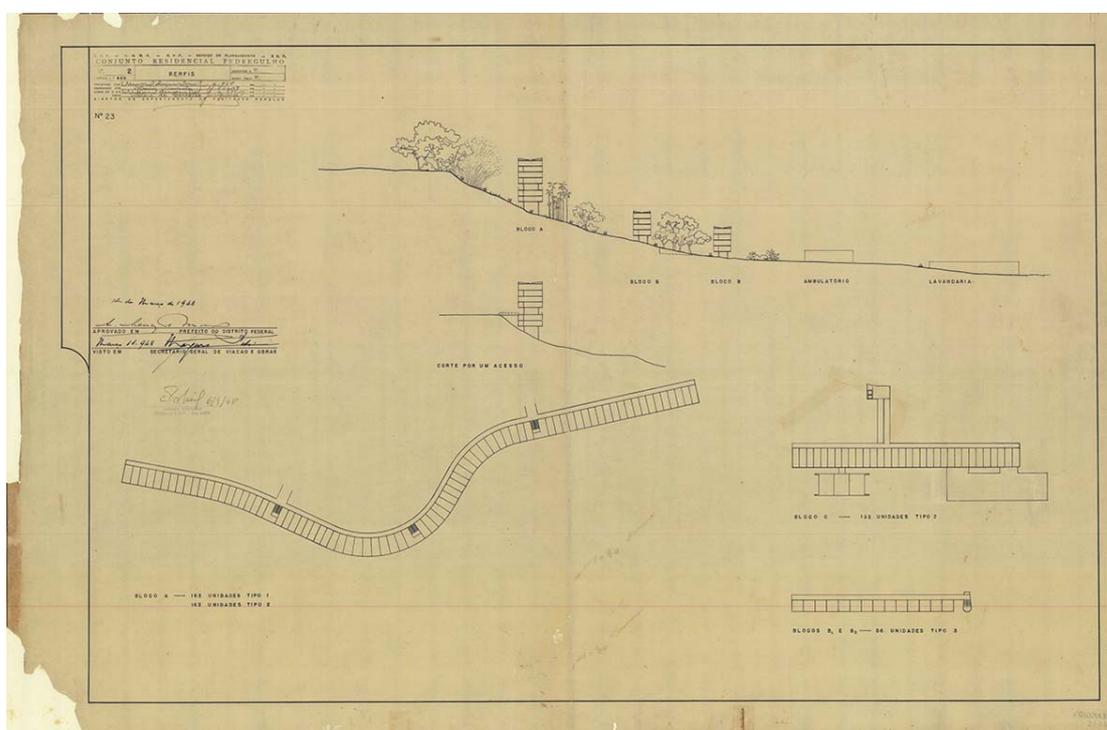


Figura 27: Plantas e cortes dos blocos de apartamentos do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação - FAU/UFRJ - Brasil.

O acesso a este bloco se dá através de duas pontes no mesmo nível da rua posterior – Marechal Jardim – permitindo acesso direto ao terceiro piso. Este, quase totalmente vazado, é tratado como uma rua interna, cujo objetivo

³⁷⁶ Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 62-63.

é tornar-se uma área coletiva de circulação e playground contínuo para abrigar serviços comuns como administração, serviço social, creche, escola maternal e jardim de infância³⁷⁷. Essa tipologia que adota um pavimento de circulação intermediário com acesso direto ao nível da rua não é uma proposta original do Pedregulho. Seu diferencial está na combinação do bloco serpenteante com a paisagem única do Rio de Janeiro³⁷⁸.

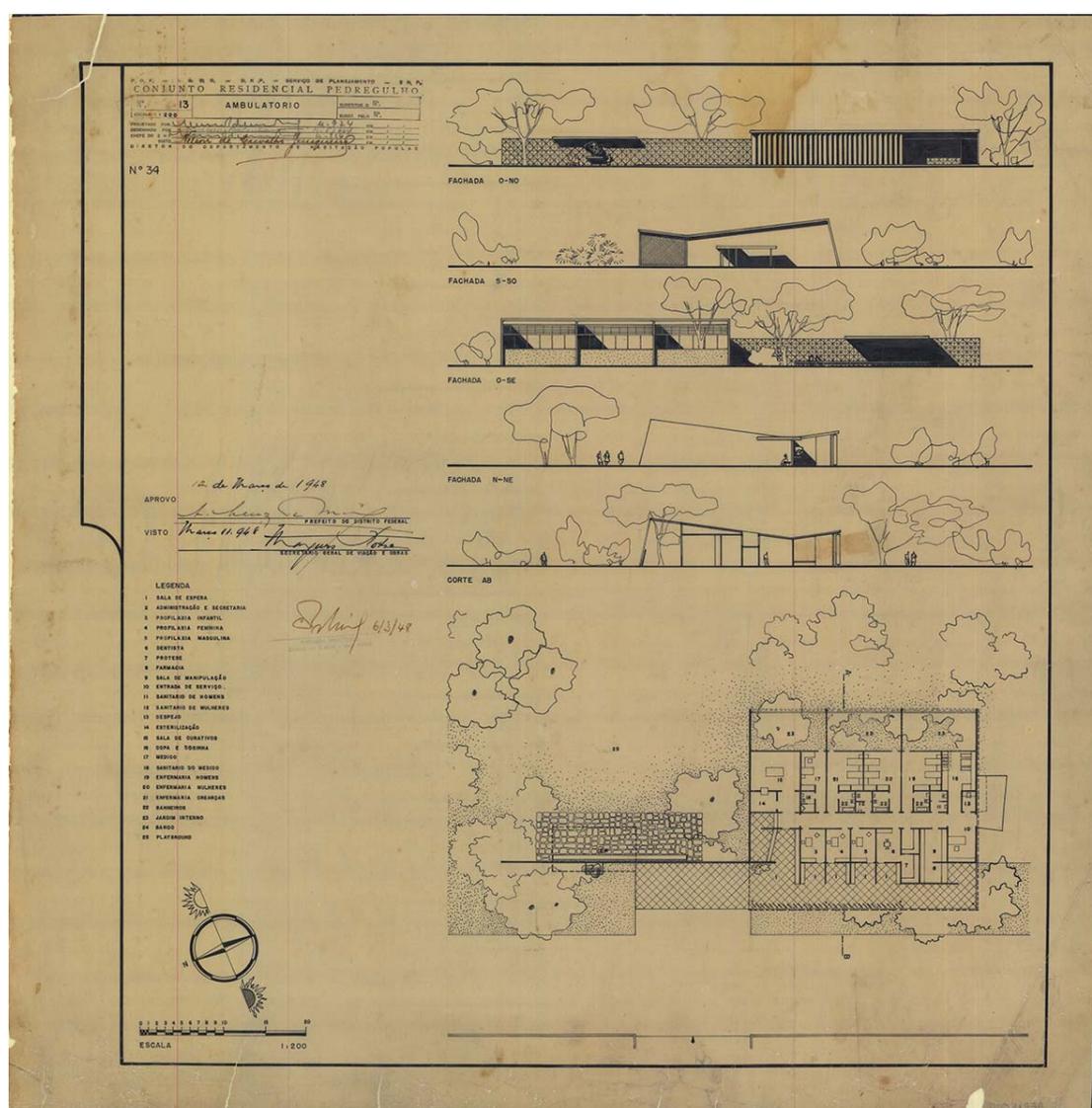


Figura 28: Projeto do ambulatório do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação - FAU/UFRJ - Brasil.

³⁷⁷ Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 67.

³⁷⁸ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: onze propostas de morar para o Brasil moderno*. Volume 3. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 164.

O conjunto, construído parcialmente, teve sua primeira parte inaugurada em 1950: dois blocos residenciais com 56 apartamentos duplex de dois a quatro quartos, mercado, lavanderia e centro de saúde, somados aos jardins de Burle Marx e ao painel de Anísio Medeiros para o posto de saúde. Escola, piscina, vestiário, ginásio e centro de saúde foram inaugurados, em 1951. O painel de Cândido Portinari foi colocado em 1952 na fachada do ginásio da Escola. O curvilíneo Bloco A ficou parcialmente pronto em 1958, mas sua ocupação total deu-se em outra administração, na década de 1960 ³⁷⁹.

Os apartamentos em tipologia duplex possibilitam, nas palavras de Carmen Portinho, “melhor aeração, evitam a promiscuidade, separando a sala, entrada, terraço e cozinha, que se encontram num andar, dos quartos e banheiros situados no outro andar”. E assegura que, “quando bem planejados, não são mais caros que os apartamentos do tipo comum ³⁸⁰”.

O clube e um dos blocos de apartamentos (Bloco C) que receberiam a creche e o berçário com previsão de se conectar aos demais edifícios por uma passagem subterrânea não foram construídos. Muitas críticas e polêmicas que tiveram lugar na municipalidade estavam pautadas na impossibilidade de resolver o problema da falta de moradias com a construção de conjuntos nesse padrão de sofisticação ³⁸¹.

³⁷⁹ Flávia Brito Nascimento no livro Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 32.

³⁸⁰ *Correio da Manhã*, 23 jan. 1949, *Presença de Mulher*.

³⁸¹ Flávia Brito Nascimento no livro Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 32.

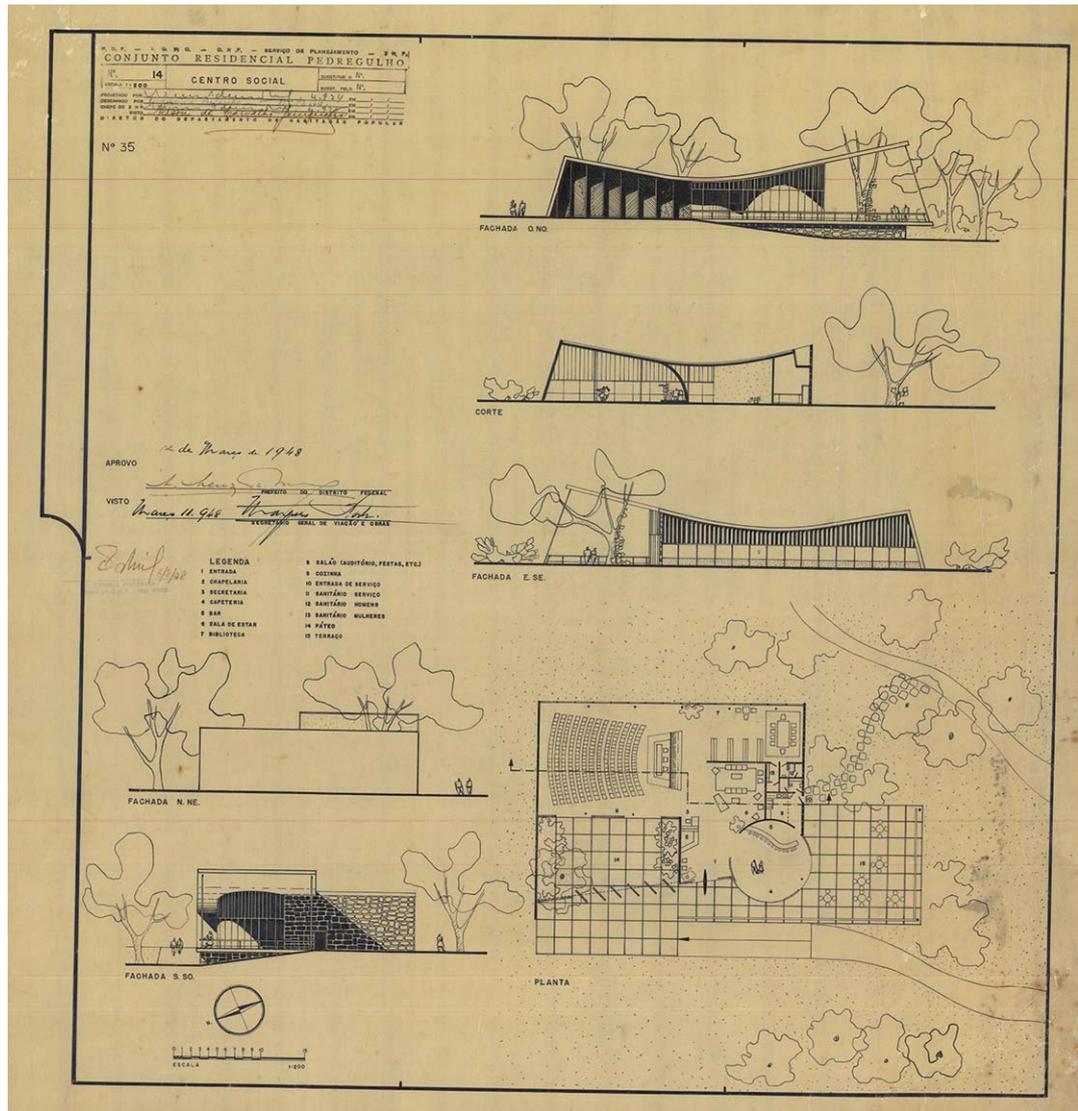


Figura 29: Projeto do Centro Social do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação - FAU/UFRJ - Brasil.

Apesar de não ter contemplado todo o projeto idealizado por Carmen Portinho e Affonso Eduardo Reidy, o Conjunto Residencial do Pedregulho oferece projeto singular para o enfrentamento dos problemas habitacionais na cidade do Rio de Janeiro em sintonia com os preceitos habitacionais preconizados nos CIAMs.



Figura 30: Fotografias do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: nossa autoria, 2017.



Figura 31: Fotografia a circulação do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: nossa autoria, 2017.

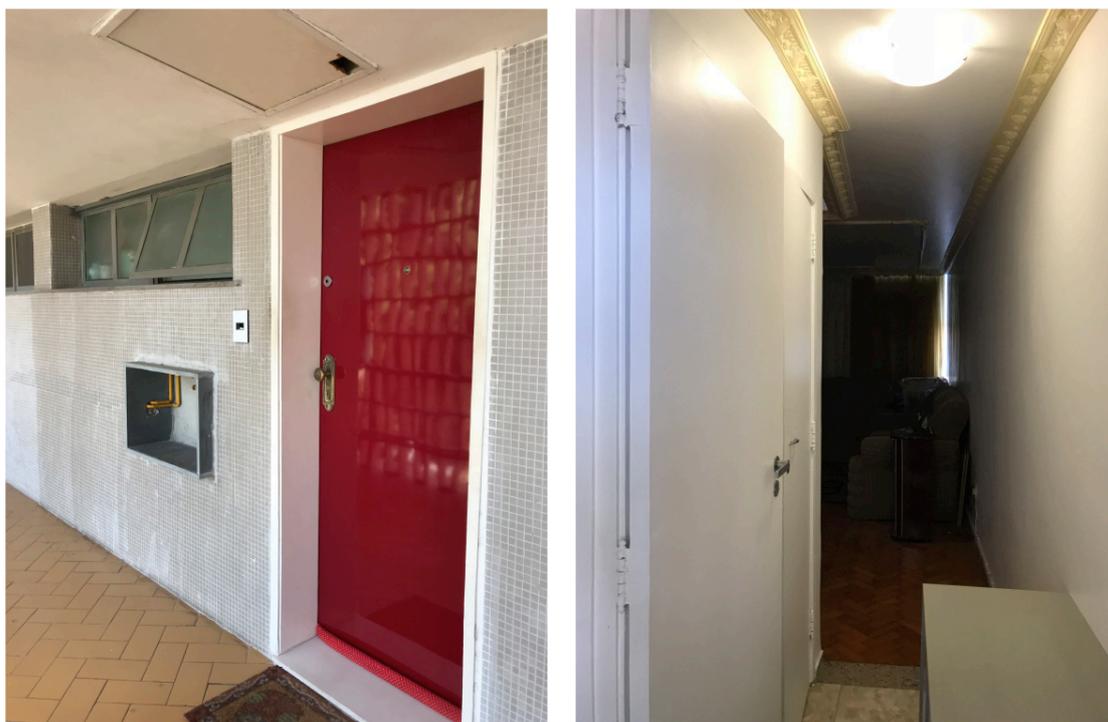


Figura 32: Fotografias da porta de entrada e do interior de apartamento dúplex do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho.. Fonte: nossa autoria, 2017.



Figura 33: Fotografias da cozinha de apartamento dúplex do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho.. Fonte: nossa autoria, 2017.

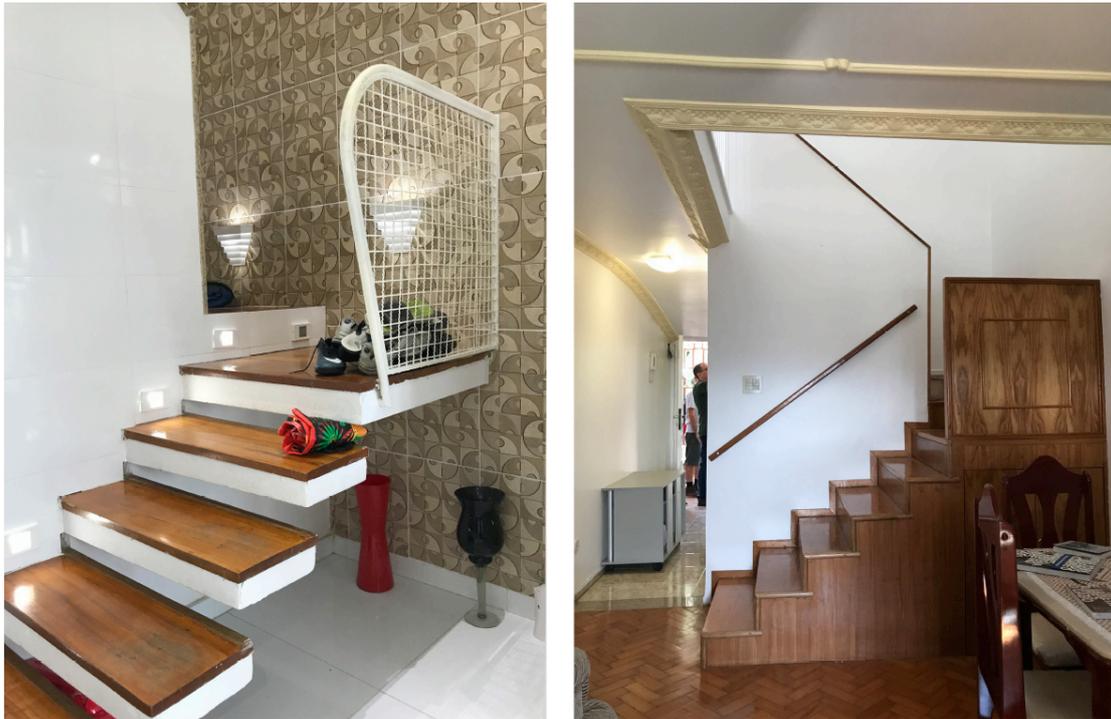


Figura 34: Fotografias do interior de dois apartamentos dúplex do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho. Na primeira escada original, na segunda modificação realizada pelos moradores. Fonte: nossa autoria, 2017.



Figura 35: Fotografia da sala de apartamento dúplex do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: nossa autoria, 2017.



Figura 36: Fotografia de dormitório de apartamento dúplex do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: nossa autoria, 2017.



Figura 37: Fotografia de dormitório e banheiro de apartamento dúplex do Bloco A do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: nossa autoria, 2017.

Como solução às favelas da ilha de Paquetá, o DHP desenvolve seu segundo projeto residencial, em 1949, conhecido como Conjunto Residencial de Paquetá, de autoria do arquiteto Francisco Bolonha.

Inaugurada em 1952, a primeira parte construída do projeto dispunha de dois blocos laminares de habitação, perpendiculares entre si, e a casa do administrador, onde funcionava o escritório do serviço social. O *playground*, o campo de basquete e o jardim foram executados alguns anos mais tarde ³⁸².

A edificação conformada por sobrados enfileirados pousa sobre o terreno. O acesso aos apartamentos se dá através de um corredor aberto, modulado por paredes de cobogó, incorporados posteriormente como varanda. A tipologia dos 27 apartamentos em duplex permitia a ventilação cruzada e contava com a seguinte distribuição: no térreo, uma sala com pé direito mais alto, cozinha e copa; no andar superior dois quartos e um banheiro. Ao fundo das casas, havia um quintal privativo para lazer e atividades domésticas ³⁸³.

Os conjuntos residenciais Vila Isabel e Marquês de São Vicente foram inaugurados na década de 1960, muito incompletos, sem nenhum dos serviços adjacentes inicialmente previstos.

O Conjunto Residencial Marquês de São Vicente foi encomendado ao DHP como solução definitiva para substituir o Parque Proletário da Gávea construído em 1941, para abrigar os moradores de favelas da região.

Carmen Portinho e Affonso Eduardo Reidy mantiveram o projeto no mesmo local do Parque Proletário, propondo uma unidade de vizinhança que compreendia além das residências, escola maternal, jardim de infância, escola primária, playground, mercado, lavanderia, posto de saúde, auditório ao ar livre, quadras de esporte e igreja. O conjunto previa a construção de 748

³⁸² Flávia Brito Nascimento no livro Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 33.

³⁸³ Flávia Brito Nascimento no livro Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 34.

apartamentos, sendo 328 no serpenteante bloco A, 192 duplex com dois quartos e sala, e 136 com dormitório e sala ³⁸⁴.

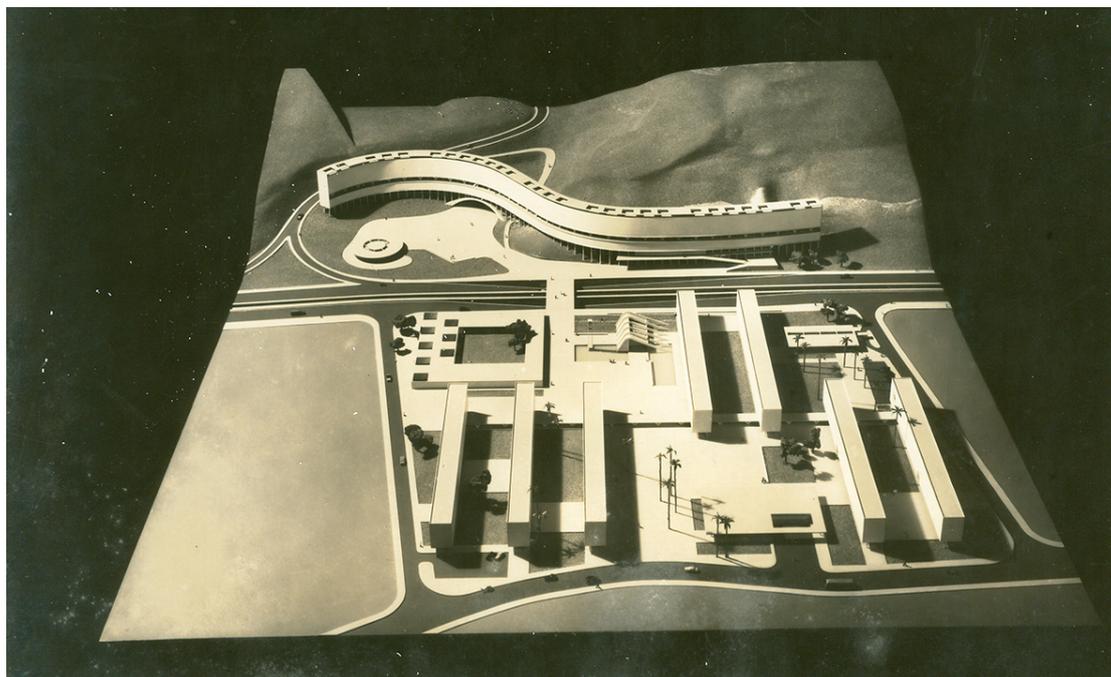


Figura 38: Maquete do projeto do Conjunto Residencial da Gávea . Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação - FAU/UFRJ - Brasil.

O bloco residencial principal foi construído sem os equipamentos complementares à moradia. Ainda assim, alguns serviços comuns foram implantados. A lavanderia coletiva teve resolução diferente da do Pedregulho, foi colocado um tanque para cada morador em área comum no terraço do edifício de apartamentos, o que facilitava a rotina dos moradores e das donas de casa. Foi também acrescentada uma igreja ao projeto construído

³⁸⁵.

³⁸⁴ AUJOURD’HUI ART ET ARCHITECTURE. “Unité Residentielle de Gávea”. *Aujourd’hui, Art et Architecture*. Paris: nov. 1955, n. 5; HABITAT. “Conjunto Residencial Gávea – Rio de Janeiro”. *Habitat*. São Paulo: out. 1955, n. 24; Affonso Eduardo Reidy. “Conjunto Residencial Marquês de São Vicente”. *Revista Municipal de Engenharia*, vol. XXI. Rio de Janeiro: jan./mar. 1950, n. 1; Affonso Eduardo Reidy. Ponto de vista de um arquiteto sobre as relações entre o engenheiro estrutural e o arquiteto. Rio de Janeiro: mimeo, s/d/ (FLAVIA, Pedregulho, 2015, p. 36)

³⁸⁵Flávia Brito Nascimento no livro Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 37.

Nos anos 1982, em função da abertura da via expressa Lagoa-Barra, seu volume sofreu alterações, foram mutilados os primeiros andares do edifício para a abertura do túnel Dois Irmãos, desrespeitando o plano original de Affonso Eduardo Reidy que compatibilizava o edifício com o sistema viário da região e previa a desapropriação de parte do terreno da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) ³⁸⁶.



Figura 39: Fotografia do andar intermediário do Conjunto Residencial da Gávea. Fonte: nossa autoria, 2017.

³⁸⁶Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964*. Volume 2. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 389.



Figura 40: Fotografia da lavanderia do Conjunto Residencial da Gávea. Fonte: nossa autoria, 2017.



Figura 41: Fotografia da circulação do Conjunto Residencial da Gávea. Fonte: nossa autoria, 2017.

Situado no terreno do antigo Jardim Zoológico de Vila Isabel, o projeto para o Conjunto Residencial de Vila Isabel era também ambicioso. Pretendia criar um grande *redan*, inspirado na concepção de Le Corbusier ³⁸⁷. Apesar de a autoria do conjunto ser do arquiteto Francisco Bolonha, é visível a influência de Affonso Eduardo Reidy e de Carmen Portinho na concepção geral do empreendimento.

O projeto data de 1948 e suas obras tiveram início em 1955. Inaugurado em 1960, esse conjunto foi o de construção mais incompleta, sequer o bloco residencial foi concluído ³⁸⁸. Sua administração ficou a cargo da Cohab-Guanabara (Companhia de Habitação do antigo Estado da Guanabara), tornando-se um edifício de apartamentos como tantos outros, alterado nas partes vitais do projeto. Embora apresentasse um dos mais completos programas de equipamentos sociais e educativos previstos em conjuntos residenciais no período, não teve nenhum deles executados.

O projeto original apresentava como proposta uma unidade de vizinhança formada por um edifício em forma de *redan*, com sete segmentos de retas, de aproximadamente 660 metros lineares de comprimento e 12 pavimentos residenciais. Os equipamentos sociais incluíam creche, escola maternal, escola primária, ginásio esportivo, piscina, quadras de esportes, *playground*, ambulatório, lavanderia, mercado, capela, teatro, cinema, anfiteatro e clube social. O histórico do empreendimento revela um crescente enxugamento da dimensão do *redan* ³⁸⁹.

³⁸⁷Essa tipologia já havia sido proposta por Reidy no plano de urbanização da área resultante do morro de Santo Antônio, em 1948.

³⁸⁸Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 37.

³⁸⁹Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964*. Volume 2. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 394; Flávia Brito Nascimento no livro Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 37.

O edifício construído corresponde a um décimo da proposta inicial, que foi resumida a uma lâmina com 80 metros de comprimento, sobre pilotis, com apartamentos duplex, que variam de um a quatro dormitórios ³⁹⁰.

Uma vez descrita a obra realizada pelo DHP durante a gestão de Carmen Portinho (1948-1960), constata-se que o processo de aplicação do ideal de moradia ocorreu de forma diversa em cada um dos quatro conjuntos. A realização das etapas do estabelecimento do conjunto residencial envolviam: seleção dos moradores, execução do projeto, acompanhamento dos moradores na mudança e funcionamento dos serviços adjacentes.

Os conjuntos residenciais de Pedregulho e Paquetá foram os que mais se aproximaram da realização deste ideal de habitar, através da execução dos projetos, da tentativa de aplicação das técnicas de utilização das casas e dos espaços adjacentes e posterior acompanhamento dos moradores. Já os conjuntos Marquês de São Vicente e Vila Isabel, por diversas razões, não contemplaram todas as etapas ³⁹¹.

Além do projeto e da execução de conjuntos residenciais, o DHP continuou sendo responsável por outro programa de grande importância, porém com papel secundário, o licenciamento e o fornecimento de projetos-tipo de casas unifamiliares a serem construídas nos subúrbios da cidade ³⁹². Carmen Portinho ao assumir a diretoria do DHP, revoga através de decreto alguns dos projetos que o Departamento de Construções Proletárias distribuía e inclui cinco novos modelos, procurando dar maior flexibilidade e um

³⁹⁰ Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964*. Volume 2. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 394.

³⁹¹ Flávia Brito do Nascimento. *Entre a estética e o hábito: o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Coleção Biblioteca Carioca; v.53. Série Publicação Científica. Rio de Janeiro, 2008, p. 139.

³⁹²Diário oficial da Prefeitura do Distrito Federal, 01 mar. 1948, 01 abr. 1948, 07 abr. 1948 e 21 mai. 1948.

desenho mais próximo da arquitetura moderna e da imagem do “novo” DHP

³⁹³.

Moradias unifamiliares isoladas no lote, dispersas em amplo território, iam contra as ideias defendidas por Carmen Portinho, por impossibilitar qualquer trabalho educativo e social, por estarem localizadas em subúrbios distantes dos locais de trabalho ³⁹⁴. O oposto, das convicções propagadas por Carmen Portinho, Affonso Eduardo Reidy, Marques Lopes, Anna Augusta Almeida e outros profissionais envolvidos na questão da habitação no Brasil

³⁹⁵.

Nos anos de 1950, a cidade sofria grande explosão urbana e o DHP operava concedendo licenças justamente nas zonas de expansão suburbanas, rurais e norte. Cerca de um terço das moradias licenciadas no subúrbio do Rio de Janeiro foram construídas a partir dos projetos-tipo, fornecidos gratuitamente pelo órgão. Este volume de trabalho e a grande quantidade de processos de habitação popular, realizados pelo departamento da prefeitura da cidade, é um feito importante para a história do Rio de Janeiro ³⁹⁶.

A partir de 1952, Carmen Portinho e Affonso Eduardo Reidy começaram a se envolver de maneira cada vez mais abrangente com o projeto e a obra do Museu de Arte Moderna, que tornou-se o centro de aglutinação e agitação cultural do Rio de Janeiro.

³⁹³Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 310; *Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. São Carlos, 2004. Dissertação (Mestrado em História da Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

³⁹⁴Nabil Bonduki (org.). *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. Volume 1. Editora Unesp: Edições Sesc. São Paulo, 2014, p. 310.

³⁹⁵ Flávia Brito do Nascimento. *Entre a estética e o hábito: o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Coleção Biblioteca Carioca; v.53. Série Publicação Científica. Rio de Janeiro, 2008, p. 138.

³⁹⁶ Depoimento de Lygia Fernandes à Flávia Brito Nascimento em 29 set. 2001, no livro Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 39.

Carmen Portinho foi exonerada do cargo de Diretora do DHP, no dia 9 de dezembro de 1960. O governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, tinha na política habitacional uma de suas maiores ambições e, com isso, desarticulou a estrutura organizacional do DHP, instituindo outras diretrizes. Assim, o departamento saía da esfera da Secretaria Geral de Viação e Obras Públicas para ficar subordinado à coordenação de Serviço Social (Decreto nº. 297 de 21/12/1960)

³⁹⁷.

Com as novas diretrizes da habitação pública na cidade, Carmen Portinho e Affonso Eduardo Reidy aposentaram-se do serviço público. Apesar de não haver novas construções habitacionais naqueles moldes, as obras dos três conjuntos residenciais – Marquês de São Vicente, Pedregulho e Vila Isabel prosseguiram, assim como o licenciamento de casas proletárias isoladas no lote ³⁹⁸.

Não havia mais espaço para o DHP nas novas políticas habitacionais após 1960 e a sua extinção era uma questão de tempo. Em 1962, a Coordenação de Serviços Sociais foi transformada em Secretaria, sob a direção de Sandra Cavalcanti, cujo ideal de habitação era bem diverso daquele adotado por Carmen Portinho, uma vez que defendia a erradicação de favelas.

O DHP foi extinto e o decreto 1.028, de maio de 1962, estabeleceu que o licenciamento de construções proletárias passaria a ser de responsabilidade do Departamento de Edificações ³⁹⁹.

Os conjuntos residenciais realizados pelo DHP – especialmente o Pedregulho – foram alvo de muitas críticas por sua complexidade, altos custos e demora em sua conclusão. No entanto, o Pedregulho e a força das

³⁹⁷ Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 40.

³⁹⁸ Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 40-42.

³⁹⁹ Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 42.

ideias de habitação popular contidas no projeto sobreviveram ao fim do DHP e às diferentes políticas públicas, constituindo um “capítulo importante da história da habitação do Brasil ⁴⁰⁰”.

O DHP ao organizar e realizar um conceito de habitar para a cidade vai além do próprio projeto original que era solucionar o problema habitacional do Rio de Janeiro por meio de conjuntos habitacionais. A arquitetura e o urbanismo emblemáticos, criados em grande parte por Carmen Portinho, estruturaram-se ao longo de 14 anos de existência do departamento em “uma experiência singular da promoção de habitação para os trabalhadores, tendo os conceitos do movimento moderno e a preocupação social como alicerce dos trabalhos ⁴⁰¹”.

Carmen Portinho à frente de sua época vislumbrava o que poderia ser o futuro da cidade do Rio de Janeiro. Como maior legado de sua dedicação, o Pedregulho foi inaugurado antes mesmo da *Unitè d’Habitation* de Le Corbusier em *Marseille*, que reconheceu na arquitetura de Carmen Portinho e Affonso Eduardo Reidy a perfeita materialização de seus conceitos em uma obra de vanguarda. O Pedregulho foi uma das obras da arquitetura moderna brasileira mais divulgadas e publicadas no Brasil e no exterior. O papel da habitação social e da sua intervenção na sociedade por meio da arquitetura o levou a ser tomado como referência no cenário da arquitetura moderna, chamando a atenção de grandes arquitetos como Lucio Costa e Oscar Niemeyer.

Durante o período dos anos 1950 a arquitetura moderna brasileira foi alvo de muitas críticas, no entanto o Pedregulho foi objeto de consideração. No especial “*Report on Brazil*” promovido pela revista *Architectural Review* após a realização da 1ª Bienal de São Paulo, na qual o conjunto Pedregulho foi

⁴⁰⁰ Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 43.

⁴⁰¹ Alfredo Britto (org.). *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 43.

premiado, o designer e crítico de arte suíço Max Bill ressalta que: “[...] arquitetura em seu país corre o risco de tornar-se um academicismo anti-social”. Mais adiante acrescenta: “[...] arquitetura é uma arte social. Ela deve servir ao homem.” E dentre as diversas opiniões críticas acrescenta: “[...] o famoso conjunto residencial do Pedregulho no Rio, um projeto completamente bem sucedido do ponto de vista urbanístico quanto arquitetônica e socialmente ⁴⁰²”. Esse último comentário também foi publicado no jornal *Correio da Manhã* ⁴⁰³.

A realização do conjunto Pedregulho fazia parte de um projeto maior de habitação para a cidade do Rio de Janeiro. Fruto de um processo histórico e de uma política habitacional e social, a obra vem sendo referenciada em nome do autor do projeto, o arquiteto e urbanista Affonso Eduardo Reidy. A engenheira Carmen Portinho, diretora do DHP durante quase toda a sua existência e responsável em grande parte pela execução dos projetos ainda é pouco relacionada a grandiosidade das obras ⁴⁰⁴.

⁴⁰² Max Bill em *Architectural Review*. “Report on Brazil”.no. 694, vol.116. Londres: out.1954. pp.235-240.

⁴⁰³ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 de junho de 1953.

⁴⁰⁴ Flávia Brito do Nascimento. *Entre a estética e o hábito: o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Coleção Biblioteca Carioca; v.53. Série Publicação Científica. Rio de Janeiro, 2008, p. 104.

4.2 MARGARETE SCHÜTTE-LIHOTZKY 1897-2000



Figura 42: Fotografia de Margarete Schütte-Lihotzky.
<https://www.doew.at/english/memorial-room-for-the-victims-of-the-gestapo-vienna/they-took-the-other-road-organized-resistance-in-austria-4>

4.2.1 Aspectos biográficos

Margarete Schütte-Lihotzky que nasceu em Viena, Áustria, teve expressão significativa como ativista em favor do feminismo e da resistência austríaca contra o nazismo. Primeira mulher a exercer a profissão de arquiteta naquele país, graduou-se em 1918, pela *Kunstgewerbechule*, Universidade de Artes Aplicadas de Viena, em um momento histórico no qual o acesso à Academia Politécnica Austríaca ainda estava vedado a estudantes do sexo feminino.

Desde o início de sua carreira assumiu uma posição com relação à sociedade de responsabilidade no exercício da arquitetura, que marcou tanto a sua vida profissional quanto pessoal. Trabalhou na Secretaria de Habitação

de Viena com Adolf Loos e com Ernst Egli, em 1921, onde projetou habitações e equipamentos domésticos.

Por ocasião das exposições de 1922 e 1923, foi premiada pela Cidade de Viena em reconhecimento de sua contribuição à gestão econômica de recurso coletivo e a construção das *Siedlungen*.

Em 1925 foi convocada por Ernst May a participar do Programa de Habitação Popular em Frankfurt, onde incorporou suas ideias e experiências em estratégias de racionalização da organização doméstica. Nele destaca-se o projeto da "cozinha de Frankfurt", composto por um sistema modular. Propõe a diversidade de programas habitacionais de acordo com as experiências de vida de seus moradores. Projeta escolas e equipamentos destinados à infância.

Participou, em 1929, da exibição de trabalho em conjunto com o II CIAM, em Frankfurt – "A casa de *Existenzminimum*" e "*L'abitazione per l'existenzminimum*". Além de atuar na preparação de importantes congressos de arquitetura, nos quais se incluem os CIAMs do pós- Guerra, de 1947, em Bridgwater, Grã-Bretanha, e o de 1949, em Bergamo, Itália, mantendo o seu compromisso social, especialmente em favor das mulheres.

Casou-se com o arquiteto Wilhelm Schütte, em 1927, com quem trabalhou em inúmeros projetos até separarem-se, em 1951. Ambos deixaram Frankfurt em 1930, com Ernst May e equipe, para continuar a trabalhar na construção de novas cidades e conjuntos habitacionais planejados por programas governamentais. Trabalhou em Moscou (de 1930 até 1937), passando também por diversos países como China, Japão (1934), Turquia (1938-1940) e Bulgária (1946).

Durante a guerra ingressou na resistência austríaca, na luta contra o fascismo, e em 1940, ao retornar à Áustria, clandestinamente, foi condenada inicialmente a uma sentença de morte que se transformou em prisão até a

liberação de Viena, em 1945. Posteriormente escreveu a obra *Ricordi dalla Resistenza: la vita combattiva di una donna architetto dal 1938 al 1945*.

Foi a primeira presidente da União da Mulher Democrática da Áustria. Nos anos 1980, recebeu importantes manifestações de reconhecimento e prêmios pelo empenho profissional e civil, incluindo a mais alta honraria do governo austríaco.

Entre 1946 e sua morte em 2000, Margarete Schütte-Lihotzky permaneceu em atividade no campo da arquitetura, elaborando projetos relacionados aos temas da infância e da mulher.



Figura 43: Capa do livro *Ricordi dalla Resistenza: la vita combattiva di una donna architetto dal 1938 al 1945* escrito por Margarete Schütte-Lihotzky.

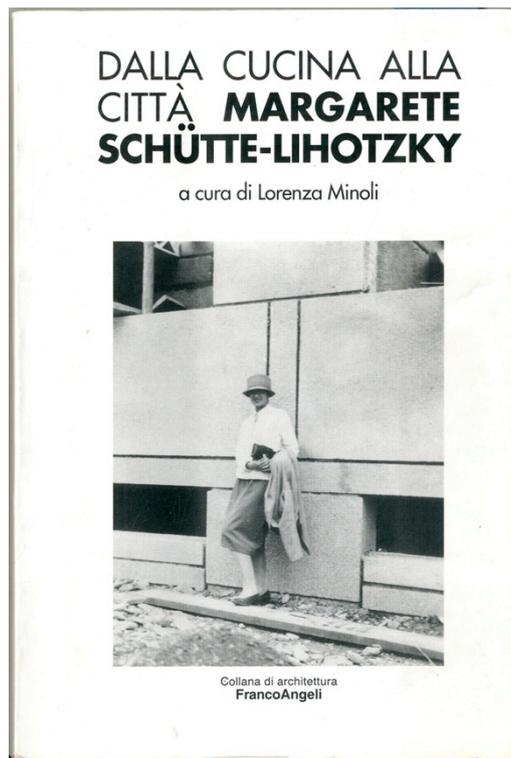


Figura 44: Capa do livro de Lorenza Minoli, Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky, 1999.

4.1.2 Contribuição à questão do gênero na habitação e no urbanismo

À arquitetura, basicamente, ninguém pode escapar. Cada um de nós move-se continuamente em espaços construídos, internos ou urbanos. Estes produzem, consciente ou inconscientemente, bem-estar ou desconforto, tranquilidade ou agitação, harmonia ou desarmonia que são, em última análise, consequências de um fato artístico que afeta o sistema nervoso e não apenas o olho (Minoli, 1999, p. 29, tradução nossa).

Com o comentário de Margarete Schütte-Lihotzky sobre as razões pelas quais escolheu a profissão de arquiteta, na época algo inédito para uma mulher, são introduzidas suas contribuições à questão de gênero na habitação e na cidade. Voltada para uma arquitetura com objetivos sociopolíticos orientados ao feminino suas ideias, não restritas à teoria, materializaram-se em projetos construídos com foco nas necessidades cotidianas e na domesticidade em diferentes escalas.

A decisão de lidar com habitação social fora um desejo e uma escolha conscientes: “Desde o início eu sempre quis ocupar-me da construção de moradias e tudo o que ela precisa... no âmbito de habitação social ⁴⁰⁵”. Para ela, a arquitetura construída tem lugar em um contexto comunitário e social.

Como solução de emergência ao problema habitacional, causado por questões econômicas na Áustria, foram implementados projetos de tipologia simplificada, de dimensão mínima que reduziam investimento e tempo.

Considerava o *existenzmínimum*, colocado pela vanguarda arquitetônica como objetivo de mera sobrevivência, um conceito limitado. Em sua investigação projetual, dá relevância à correlação entre a forma da estrutura da habitação e a melhoria das condições das mulheres. Ao trabalhar

⁴⁰⁵ Minoli, Lorenza. “*Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky*”, 1999, p. 13-38.

o conceito de *existenzmínimum* preocupa-se em responder ao axioma: “Como podemos construir corretamente, de modo a minimizar o trabalho das mulheres?”⁴⁰⁶

Através de aprofundada e detalhada análise, Margarete Schütte-Lihotzky dedica-se à construção de um novo modelo de habitação no qual as necessidades das pessoas são traduzidas em funções, em um espaço mínimo. Utiliza a racionalização da função, que em seus projetos antecede à definição dos espaços, como instrumento para assegurar que as áreas mínimas tornem-se habitáveis⁴⁰⁷.

Ao otimizar a realização das atividades domésticas favorece a condição feminina e a organização familiar, constituindo com isso um sistema metodológico não opressivo⁴⁰⁸. A arquitetura moderna, até então, dedicava-se a atender às necessidades do “homem novo”, ela procura atender as necessidades e as condições físicas da “nova mulher”⁴⁰⁹.

Criar melhores condições de vida para a população feminina é um objetivo voltado para a possibilidade das mulheres disporem de mais tempo para a vida pessoal, o trabalho, a saúde, recreação, esporte e descanso, não ficando restritas à vida familiar e ao cuidado das crianças.

Margarete Schütte-Lihotzky privilegia a funcionalidade da habitação seguindo um método de projeto que parte do aforismo do Movimento Moderno “da colher à cidade”, ou seja, que parte do interior e sucessivamente vai até o exterior, do particular para o geral, onde a “habitação deve ser o espelho do estilo de vida das pessoas⁴¹⁰”.

⁴⁰⁶ Artigo publicado na revista: *Das Schlessische Heim*, 1921, em Minoli, Lorenza. “*Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky*”, 1999, p. 13.

⁴⁰⁷ Minoli, Lorenza. “*Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky*”, 1999, p. 13.

⁴⁰⁸ Minoli, Lorenza. “*Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky*”, 1999, p. 15-16.

⁴⁰⁹ Minoli, Lorenza. “*Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky*”, 1999, p. 14.

⁴¹⁰ “Conversazione con Margarete Schütte-Lihotzky”, p. 38 em Minoli, Lorenza. “*Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky*”, 1999, p. 15.

Aluna e colaboradora do arquiteto Oskar Strnad, pioneiro no desenho de habitações sociais para a classe trabalhadora, este lhe transmitiu a sensibilidade e atenção aos problemas sociais. Sob sua influência foi levada a refletir “sobre o que significa encontrar um caminho, para compreender a relação entre forma e função, forma e matéria, forma e conteúdo ⁴¹¹”.

Margarete Schütte-Lihotzky leva em conta a base social e econômica da arquitetura, além da técnica e dos materiais. Entendendo que todos esses fatores são decisivos na determinação de sua forma externa e também de seu conteúdo ⁴¹². Premiada por um de seus primeiros projetos, “Uma cozinha habitável na extrema periferia”, este tema irá percorrer sua trajetória na arquitetura ⁴¹³.

Compartilha sua visão política e o interesse em estratégias de racionalização com Adolf Loos e Ernst Egli, com os quais trabalhou. Com a finalidade de minimizar o espaço e a função da habitação, projeta moradias e equipamentos domésticos para a Secretaria de Habitação de Viena, em 1921. A primeira cooperativa de interesse coletivo dos inválidos de guerra da Áustria, *SiedlungFriedensstadt*, é projetada segundo esses princípios ⁴¹⁴.

Outros projetos sobre o mesmo tema são “Casa de pequena dimensão para a *Siedlung*”, de onde nascem os projetos e esboços de “Casas geminadas para os trabalhadores” e o “Projeto para uma cozinha”, seu primeiro *layout* de cozinha pequena e compacta, com mobiliário parcialmente pré- instalado. No estúdio do arquiteto Ernst Egli, projeta diferentes tipos de casas e jardim de infância ⁴¹⁵.

⁴¹¹ Minoli, Lorenza. “*Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky*”, 1999, p. 36-37.

⁴¹² Minoli, Lorenza. “*Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky*”, 1999, p. 30.

⁴¹³ Minoli, Lorenza. “*Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky*”, 1999, p. 37.

⁴¹⁴ <https://undiaunaarquitectura.wordpress.com/2015/04/16/margarete-schutte-lihotzky-1897-2000/>

⁴¹⁵ Minoli, Lorenza. “*Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky*”, 1999, p. 41-44.

Em seu primeiro artigo, "*Einiges über die Einrichtungssterreichischer Hauserunter besonderer Berücksichtigung der Siedlungsbauten*", publicado em 1921, trata de aspectos de habitar, decorar e projetar o interior da casa. Nesse artigo, deduz os princípios de sua metodologia de projeto e expressa a organização dos hábitos de vida ao aplicar o sistema de Taylor de gestão racional da empresa à organização doméstica da habitação ⁴¹⁶.

Colabora novamente com Adolf Loos e outras personalidades das *Siedlerbewegung* e a Associação Central para *Siedlungen*. Participa da terceira exposição de hortas familiares, em 1921, onde o conceito de *Siedlungen* é documentado pela primeira vez, com modelos, esboços e plantas. Os projetos das casas pertenciam, dentre outros arquitetos, à própria Margarete Schütte-Lihotzky, Adolf Loos, Josef Frank, Oskar Wlach e Oskar Strnad ⁴¹⁷.

Posteriormente, com a fundação da Associação Austríaca para a *Siedlungen* e hortas familiares, irá trabalhar ativamente sobre o tema que já a havia ocupado no nível privado: a construção de cabanas para *Siedler*. A partir de suas reflexões sobre a racionalização da organização doméstica e a sua consequência sobre o projeto de plantas, cozinha e mobiliário nasceram diversas propostas de cabanas. Estas incluíam "cozinhas habitáveis" e as "células úmidas", com mobiliário pré-fabricado de nichos para lavar e cozinhar ⁴¹⁸.

A proposta de três tipos de casa-nuclear, dois dos quais projetados por ela, com mobiliário interno completo, foi apresentada na 5ª Exposição Vienense do Horto Familiar, *Siedlungen*, e Edificação Habitacional em 1923. A proposta era, em primeiro lugar, construir o edifício núcleo (cabana), a ser completado com adições e ampliações, até tornar-se uma casa completa ⁴¹⁹.

⁴¹⁶ Minoli, Lorenza. "*Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky*", 1999, p. 44-45.

⁴¹⁷ Minoli, Lorenza. "*Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky*", 1999, p. 45.

⁴¹⁸ Minoli, Lorenza. "*Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky*", 1999, p. 45-52.

⁴¹⁹ Minoli, Lorenza. "*Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky*", 1999, p. 53-54.

O seu interesse por mobiliário embutido, que culminou na famosa cozinha de Frankfurt, se estendeu para um projeto de uma penteadeira, em 1917 e outros projetos, tal como um compartimento de dormir em vagão de trem, em 1926. O movimento do usuário era por ela concebido através de uma série de ações hipotéticas, dando origem à construção do mobiliário em função de seu uso.

Em 1925 conheceu Ernst May e, a seu convite, passa a integrar a equipe do *Hochbauamt*, órgão de edificação de Frankfurt, formado por especialistas que planejavam o desenvolvimento urbano da cidade ⁴²⁰. A cidade de Frankfurt an Main, naquela época, realizou uma das experiências mais significativas do racionalismo europeu ⁴²¹.

Tal como havia acontecido em Viena, em Frankfurt o grupo com o qual trabalhou desempenhou um papel muito importante, realizando novos modelos habitacionais voltados a um modo de vida de vanguarda. Em função da grande demanda por creches e escolas maternas, ela desenvolveu projetos-tipo, que nem sempre foram construídos, em função da escassez de mão de obra qualificada, dificuldade com transportes e a falta quase total de materiais ⁴²².

⁴²⁰ Minoli, Lorenza. *“Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky”*, 1999, p. 58.

⁴²¹ Minoli, Lorenza. *“Margarete Schütte-Lihotzky”*, *RivistaParametro*, n. 257, ano XXXV, maggio/giugno, 2005, p. 39.

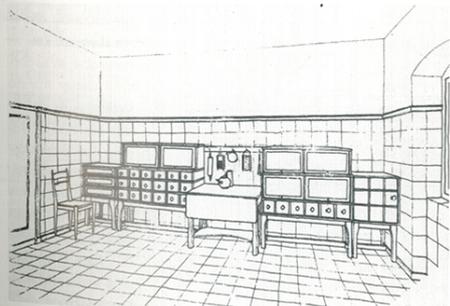
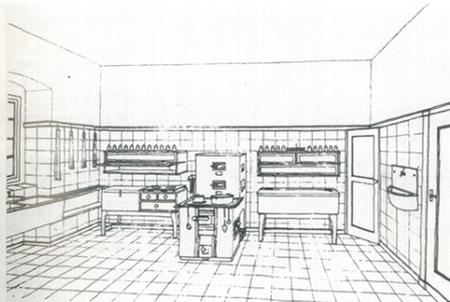
⁴²² Minoli, Lorenza. *“Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky”*, 1999, p. 53-54.

Progetti di Vienna fino al 1926

Foto d'epoca di una «... vecchia, grande, cucina viennese...»



61



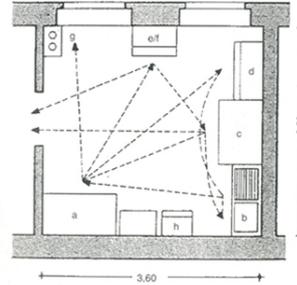
Veduta prospettica dell'arredamento di due pareti della variante planimetrica I

67

Prima attività indipendente come architetta

Progetto 12. STUDIO PER UNA CUCINA "OBIETTIVO ORGANIZZAZIONE DOMESTICA", novembre 1919

Questo studio analizza tre diverse configurazioni planimetriche di cucine di dimensioni normali, corrispondenti alle caratteristiche di molte abitazioni viennesi sorte tra il 1850 e il 1910. In ognuna delle tre piante vengono inseriti i medesimi elementi funzionali, il focolare a muro, il lavello, il tavolo pieghevole, la presa d'acqua, ecc., diversamente disposti. Per i mobili Grete Lihotzky progettò un sistema di elementi che consentono diverse *componibilità*. A esempio il supporto di base dei mobili per le provviste alimentari, formati a loro volta da unità componibili, è utilizzabile anche come struttura d'appoggio del fornello a gas e del "recipiente di cottura" (*Kochkiste*).

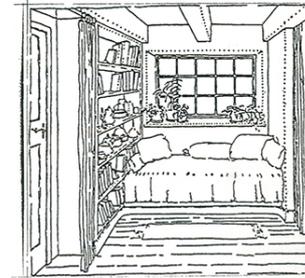


- LEGENDA
- a - cucina economica a parete
 - b - lavello
 - c - tavolo pieghevole
 - d - armadio per pentole e stoviglie
 - e - piccoli contenitori (per farina, legumi secchi, ecc.)
 - f - contenitori vari
 - g - recipiente per la cottura e/o scaldavivande (*Kochkiste*)
 - h - armadio per i prodotti e gli attrezzi di pulizia

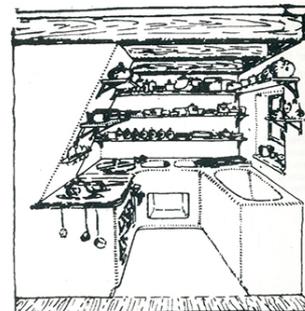
Analisi dei percorsi nella planimetria di una cucina tradizionale: si evidenziano la lunghezza e l'irrazionalità conseguenti ai frequenti incroci e alle sovrapposizioni. N.d.c.

65

Veduta prospettica della "nicchia per sedersi" arredata con scaffali e letto-sofà



Veduta prospettica della *Kochkiste* realizzata completamente in calcstruzzo (la parete inclinata corrisponde alla soletta della scala)



Benché il volume della capanna sia minimo, ogni attività dell'abitare è contemplata e trova una precisa collocazione nello spazio, secondo la logica razionalista di separare le funzioni per definirle meglio e integrarle con ordine. N.d.c.

79

Figura 45: Imagens do livro Minoli, Lorenza. "Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky", 1999, p. 61,65,67,79.

A cozinha de Frankfurt

O tema da cozinha, introduzido nos anos 1920, abrange dois aspectos. A coletivização de tarefas domésticas e a redução do tamanho da habitação⁴²³. As primeiras reflexões sobre a racionalização da cozinha surgiram anos antes da guerra, no processo de emancipação feminina.

Com relação a cozinha coletiva, a importância simbólica do espaço da cozinha como meio de controle e opressão era tal que com a chegada do nazismo a Viena uma de suas primeiras atuações foi substituir as cozinhas coletivas e instalar cozinhas individuais naquelas habitações mínimas, criando dificuldade para o trabalho produtivo fora de casa por parte das mulheres⁴²⁴.

Moderna, racional e estandardizada, o projeto da nova cozinha concretiza os estudos sobre a análise funcional voltados para a redução do desperdício de energia, de tempo e de passos na realização de tarefas domésticas. Este é o primeiro projeto com genealogia puramente feminina, oriundo de ideias de mulheres progressistas buscando favorecer o trabalho da mulher no interior da habitação.

⁴²³ Krause, Joachim. "La cucina di Francoforte", Revista Domus, n. 695, giugno, 1988, p. 211-213.

⁴²⁴ Montaner, Josep Maria, Muxí, Zaida. "Arquitectura y Política: ensayos para mundo alternativos", 2011, p. 75.

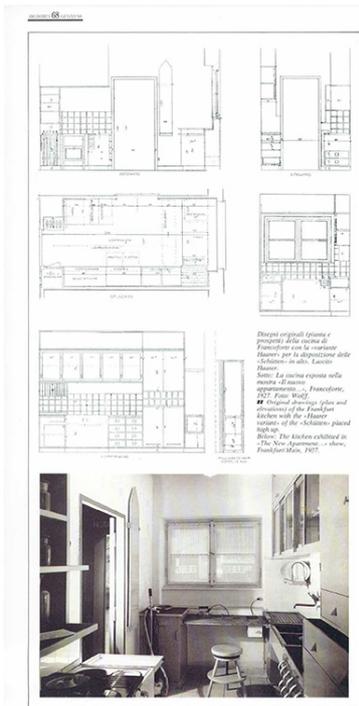
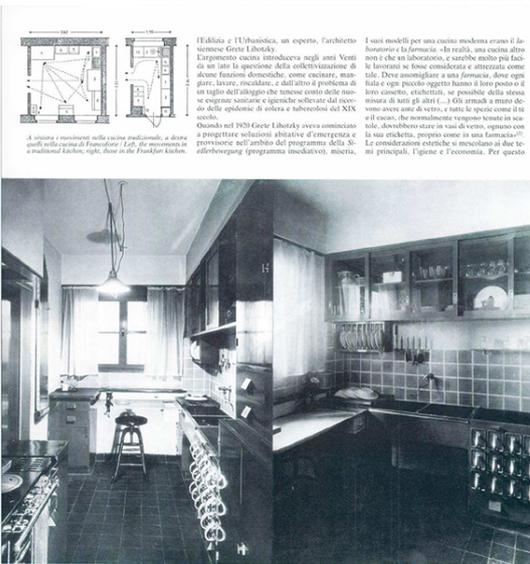


Figura 46: Artigo de Krause, Joachim. "La cucina di Francoforte", Revista Domus, n. 695, giugno, 1988, p. 211-213.

Il più grande contributo di Gropius e Schlemmer alla cucina moderna è stato il "Haus am Horn" di Weimar (1923-24). In questo edificio, la cucina era un'entità separata, un'entità che doveva essere progettata in base alle esigenze della vita domestica. La cucina era un'entità che doveva essere progettata in base alle esigenze della vita domestica. La cucina era un'entità che doveva essere progettata in base alle esigenze della vita domestica.



Il più grande contributo di Gropius e Schlemmer alla cucina moderna è stato il "Haus am Horn" di Weimar (1923-24). In questo edificio, la cucina era un'entità separata, un'entità che doveva essere progettata in base alle esigenze della vita domestica. La cucina era un'entità che doveva essere progettata in base alle esigenze della vita domestica.



Il più grande contributo di Gropius e Schlemmer alla cucina moderna è stato il "Haus am Horn" di Weimar (1923-24). In questo edificio, la cucina era un'entità separata, un'entità che doveva essere progettata in base alle esigenze della vita domestica. La cucina era un'entità che doveva essere progettata in base alle esigenze della vita domestica.

Figura 46: Artigo de Krause, Joachim. "La cucina di Francoforte", Revista Domus, n. 695, giugno, 1988, p. 211-213.

Nos Estados Unidos, esses problemas foram objeto do livro de Christine Frederick⁴²⁵, *The New Housekeeping. EfficiencyStudies in Home*

⁴²⁵ Americana, economista do lar, expoente do taylorismo aplicado à esfera doméstica no início do século XX.

Management (A gestão racional da economia doméstica) ⁴²⁶. Estudos semelhantes têm lugar na Alemanha e é com a *FrankfurterKüche* de Margarete Schütte-Lihotzky que os equipamentos de cozinha são transformados em produtos industriais e entram na nova arquitetura a partir da “habitação mínima ⁴²⁷”.

A pesquisa da autora americana sobre a economia das distâncias e movimentos, através de diagramas de circulação no interior da cozinha, mostra a organização racional dos equipamentos para a economia de gestos. Esses estudos são associados ao *Raumplan* ⁴²⁸ de Adolf Loos e às teorias sobre o espaço como itinerário ⁴²⁹.

A redução da habitação, independente do taylorismo, foi a expressão de uma necessidade econômica aplicada à construção residencial, incluindo a cozinha. A *FrankfurterKüche* foi projetada tendo presente a economia doméstica individual, em oposição a economia centralizada dos equipamentos coletivos ⁴³⁰.

Ao analisar os projetos e diagramas funcionais que ilustram as propostas tayloristas, Margarete Schütte-Lihotzky correlaciona a dona de casa a uma engrenagem e, ao fazer uso do aforismo de Le Corbusier da casa como

⁴²⁶ Traduzido para o alemão em 1922.

⁴²⁷ Krause, Joachim. “La cucina di Francoforte”, Revista Domus, n. 695, giugno, 1988, p. 209-210.

⁴²⁸ Foi precursor do *Raumplan*, o desenvolvimento da planta em diferentes cotas. Através das variações de altura das divisões, bem como das proporções adotadas e das mudanças de materiais, é estabelecida uma hierarquia entre os diversos espaços; criam-se zonas dentro da casa, definindo também graus de intimidade de cada divisão.

⁴²⁹ Krause, Joachim. “La cucina di Francoforte”, Revista Domus, n. 695, giugno, 1988, p. 209; Kopp, Anatole. “Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa”, 1999, p. 56.

⁴³⁰ L’Habitation Minimum, 1997, p. 41-42.

a "*machine à habiter*", refere-se à dona de casa como o "motor" cujo rendimento deve ser maximizado ⁴³¹. Esta ideia é o pilar de sua metodologia.

A cozinha de Frankfurt com as suas variantes foi implementada a partir de 1926 e, nela, Margarete Schütte-Lihotzky aplica os conhecimentos que já havia desenvolvido para a minimização do trabalho na organização doméstica. A chamada cozinha-sala de estar em um espaço único indiferenciado que integrava a cozinha tradicional à sala de estar foi dividida em duas áreas. O objetivo era separar as tarefas reprodutivas, tais como o preparo dos alimentos da área de socialização da família.

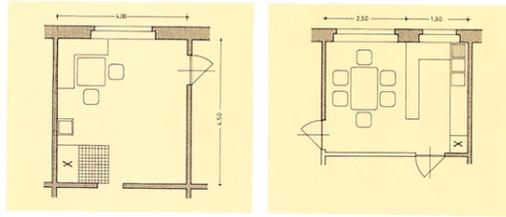
O estilo de vida moderno e criação de um novo protótipo de apartamento exigia uma cozinha de acordo com o avanço do pensamento que resultou em uma nova expressão cultural, com maior disponibilidade de fontes de energia e avanços na higiene e saúde. Esta solução tinha como finalidade promover o trabalho doméstico e a atividade reprodutiva em todos os seus aspectos. Esta nova formulação de projeto padroniza o mobiliário e valoriza a rapidez na circulação e oferece a possibilidade de vigiar as crianças na zona de estar a partir da cozinha através de uma porta de correr ⁴³².

Margarete Schutte-Lihotzky declara anos mais tarde:

Todas as comodidades que os padrões de hoje tornam uma cozinha verdadeiramente higiênica não existiam até então (...) a vantagem de uma cozinha-sala está no fato de que a distância do fogão para a pia e para a mesa de jantar é extremamente pequena, exatamente como deve ser de acordo com os cálculos que havia feito para Frankfurt – não mais do que 2,75 metros. (KRAUSE. "*La cucina di Francoforte*", Revista Domus, n. 695, giugno, 1988, p. 202-209, tradução nossa).

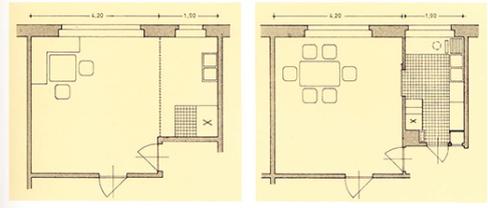
⁴³¹ Cfr. L. Minoli e M.A. Aragona "*Donna e macchina abitativa, de mistificazione di un ruolo*", in Casabella n. 413, Milano, mag. 1976 em Minoli, Lorenza. "*Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky*", 1999, p. 16.

⁴³² L'Habitation Minimum, 1997, p. 41-42.



Vor der Planung der Wohnungen war zu entscheiden: Wo kocht man, woßt man, wo wohnt man? Es gab vier Möglichkeiten:
 a) Die Wohnküche, der Raum, in dem die Familie kocht, wohnt und ist, mit anschließender Speiseküche, entwickelte sich aus der alten Bauernküche, in der mit Holz und Kohle geheizt wurde, so daß der Herd die Wärmequelle für den Raum darstellte, in dem sich die ganze Familie aufhielt, in dem sie aß und wohnte. Da wir in Frankfurt bereits Gasheerde verwendeten, entfiel die mit der Bauküche verbundene Brennstoffspareis. Durch die technologische Entwicklung war die Wohnküche somit für uns eine überholte Wohnform.

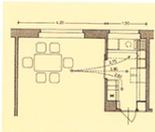
b) Die Kochküche. Solange man noch keine Zentralheizung hatte, jedoch schon Gasheerde verwendete, war es möglich, offene Kochstellen zu bauen, die vom Ofen im Wohn- und Esszimmer einsehbar sein konnten (wie beispielsweise in den Wiener Gemeindefürsorgewohnungen nach dem Ersten Weltkrieg). Da wir in Frankfurt bereits Zentralheizungen einbauten, erschien uns die zum Wohnraum hin völlig gedehnte Kochküche ebenfalls überholt.



c) Die Arbeitsküche. Die vom Wohnraum durch eine breite Schiebetür trennbare Nut-Arbeitsküche stellte deshalb im Frankfurt der zweiten Hälfte der 20er Jahre die einzig richtige Wohnform dar, denn sie war so angelegt, daß Küche und Wohnraum eine Einheit bildeten und die Einwirkung zwischen Herd, Arbeits- oder Spülfläche zum Elbisch nicht mehr als höchstens 3,00 m betrug. So konnten Kleinkinder, die sich im Storraum befanden, von der Küche aus beobachtet werden.

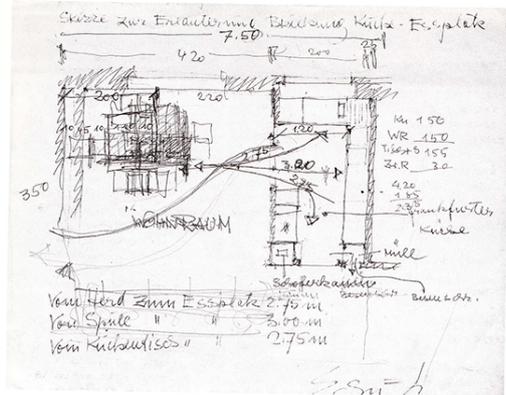
d) Die Elbische. Das heißt eine Küche mit Elbplatz für die ganze Familie und dem Wohnplatz im Wohnzimmer, wobei damals schon das Ideal gewesen. Das aber konnte sich bei der Stadtverwaltung nicht durchsetzen, da diese Lösung mit zwei Sitzplätzen 6-7 mit Bodenfläche pro Wohnung mehr gelohnt hätte. Ein Jahrzehnt später haben die Schweden bei ihren zahlreichen Genossenschaftsbauwerken solche Elbüchen gebaut, wobei sie sich immer wieder auf die Frankfurter Küche berufen.

Vorbild dafür war die damalige Speisewagenküche der Eisenbahn, in der zwei Menschen für etwa hundert Personen Essen in zwei Serien zubereiteten, sie anrichteten und das Geschirr spülten. Ein weiterer Vorteil dieser Küche bestand darin, daß dort Geschirr und Gläser für eine große Anzahl von Menschen untergebracht werden konnten. Die wichtigste bauliche Grundlage der Frankfurter Küche aber stellte, außer ihrer länglichen Form (1,90 m breit und 3,40 m lang), die breite Öffnung zum Wohn- und Elbraum hin dar, die durch eine Schiebetür verschließbar war. Auf diese Weise konnte die Frau, während sie ihrer Arbeit in der Küche nachging, mit den Familienmitgliedern im Wohnzimmer sprechen, die Kinder dort beaufsichtigen usw. Es war vorgeschrieben, daß der Abstand vom Arbeitsplatz in der Küche bis zum Elbisch nicht mehr als 3,00 m betragen durfte. Tatsache ist, daß die Schiebetüren fast immer offen standen, so daß die Küchen und Wohnzimmer die notwendige Einheit bildeten.



Grundriß der Frankfurter Küche in Verbindung zum Elbplatz im Wohnraum.

Die Finanzierung
 Die geringen Ausmaße des Raumes erlaubten es nicht, die damals im Handel üblichen Küchenmöbel zu verwenden. Wir hätten, um das zu ermöglichen, viel größere Küchen bauen müssen. Durch die eingesparten Kubikmeter Bauumfang ergab sich jedoch eine nicht unerhebliche Kostenreduzierung. Damit bot die Frankfurter Küche zwei Vorteile: Arbeitersparnis für die Bewohner und zugleich geringere Baukosten. Nur so konnte man die Einrichtung in der Frankfurter Staldiverordnetenversammlung (Gemeinderat) durchzusetzen. Das Ergebnis war, daß von 1926 bis 1930 keine Gemeindefürsorge ohne die Frankfurter Küche gebaut werden durfte. In diesem Zeitraum entstanden fast 10.000 Wohnungen. Die Kosten der gesamten Einrichtung wurden den Baukosten zugeschlagen und auf die Miete



Reduzierung der Schritte

Grundriß der damals üblichen großen Küche mit den 1926 im Handel befindlichen Küchenmöbeln. Die gestrichelte Linie bezeichnet den Weg, der bei den täglichen Arbeiten zurückgelegt werden muß. Die einzelnen Arbeitsschritte vom Wasserschrank (1) zum Arbeitstisch (2), von diesem zum Herd (3). Die zubereiteten Speisen werden von der Arbeitsfläche (13) zum Elbisch in den anschließenden Wohn-Elb-Raum getragen. Das benutzte Geschirr wird vom Elbisch zum Spülbecken (4) gebracht und kommt von dort (genau) in den Topf- und Geschirrschrank (2,6). Der hier beschriebene, einmal zurückgelegte Weg beträgt in der alten Küche 18 m, in der Frankfurter Küche jedoch nur 8 m, wenn man den Weg zum Elbisch im Wohnzimmer miteinrechnet, dennoch also weniger als die Hälfte. Bedenkt man zusätzlich, daß manche Teilstrecken in der Küche pro Tag immer wieder zurückgelegt werden müssen, so wird deutlich, welche Weg-Zeit- und Arbeitsersparnis durch planmäßigen Wohnungsbau für die Bewohner erzielt werden können.

umgelegt. Das war für die Mieter leicht tragbar, um so mehr, da die Anschaffung von weiteren Küchenmöbeln nicht erforderlich war.

Die baulichen Grundlagen (Einrichtungen)

Bevor man mit dem Einbau der Einrichtung beginnen konnte, mußte eine Reihe von baulichen Grundlagen geschaffen werden.
 - Die Dunsthaube: Jede Küche erhielt einen Ventilationsauslaß, der über das Dach führte, damit kein Küchenrauch in das Wohnzimmer eindringen konnte. Über dem Herd befand sich eine Dunsthaube, die den Dunst zusätzlich abfing. (Elektrische Dunstzüge für den Einzelelehaushalt gab es noch nicht.)
 - Der Speisekasten: Ein Kasten unter dem Fenster erhielt eine Luftzugöffnung in der Außenmauer mit einem Regulatorgitter. (Elektrische Kühlschränke kamen für den Durchschnittshaushalt nicht in Frage.)
 - Sockel: Alle Kästen standen auf zurückspringenden, mit Platten belegten Betonsockeln, damit keinerlei Möbelfüße oder Ecken und Winkel die Reinigung des Fußbodens behindern konnten.
 - Müll- und Besenschrank: Das es Staubsauger für den Durchschnittshaushalt nicht gab, wurde der Kehricht aus den Zimmern normalerweise in den Müllimer in der Küche entleert. In der Frankfurter Küche gab es zwischen der Küche und dem Wohnzimmer einen gemauerten Müll- und Besenschrank, so daß zwar der Küchenabfall durch eine kleine Öffnung in der Küche in den Müllimer kam, der Kehricht aus dem Zimmer jedoch vom Vorzimmer aus eingeworfen wurde, um in der Küche jede Staubentwicklung zu vermeiden.
 - Fensterbrüstung: Die Mauer unterhalb der Fensterbrüstung erhielt einen Absatz und zwar so, daß auf dem Fensterbrett abgestellte Gegenstände das Öffnen der Fensterflügel nicht behinderten.

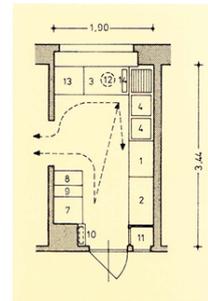
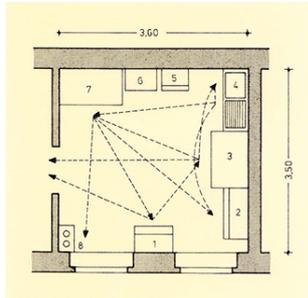


Figura 47: Imagens do livro, HRSG. Von Peter Noever, "Die Frankfurter Küche: Von Margarete Schütte-Lihotzky", Kunst, Wien, Ernst & Sohn, p. 8-11.

A distância de 2,75 metros entre o fogão e a mesa de jantar permite que a mulher cozinhe e ao mesmo tempo vigie as crianças. O emprego, neste projeto, da porta de correr possibilita isolar os dois ambientes, mantendo as vantagens da cozinha-sala de estar com a possibilidade de separar a sala de sujeira, restos de cozinha etc. “Este foi o ponto de partida para a cozinha de Frankfurt ⁴³³”.

A cozinha que transformou a habitação moderna apresentava os avanços tecnológicos em um ambiente bem organizado. Composta por sistema modular, favorecendo a redução dos custos com elementos de fabricação em série, propiciava variar a sua conformação e medida adequando-se à habitação ⁴³⁴.

Comprida e estreita media 2,90 por 1,90 m e a passagem entre o fogão e a mesa de trabalho era de 90 cm. A “impressão visual da proporção do ambiente” era alcançada a partir de uma janela ampla que permitia a entrada de luz ao ambiente e pela escolha cuidadosa das cores e dos materiais. Superfícies metálicas e azulejadas permitiam fácil limpeza, acabamentos em gesso branco na parte superior e as cores claras davam maior amplitude, as partes em madeiras pintadas em azul marinho (repelia as moscas), azulejos em cinza ocre claro, partes metálicas cromadas e brancas, planos horizontais do pavimento, planos de trabalho e fogões, em negro. Os armários modulares, dispostos de um só lado da cozinha, eram parcialmente suspensos ⁴³⁵.

A nova cozinha proposta por Margarete Schütte-Lihotzky permite a autonomia da célula habitacional e simplifica as tarefas domésticas. A sua inclusão no interior doméstico provoca a individualização das tarefas

⁴³³ Krause, Joachim. “La cucina di Francoforte”, Revista Domus, n. 695, giugno, 1988, p. 202-209.

⁴³⁴ <https://undiaunaarquitectura.wordpress.com/2015/04/16/margarete-schutte-lihotzky-1897-2000/>

⁴³⁵ Krause, Joachim. “La cucina di Francoforte”, Revista Domus, n. 695, giugno, 1988, p. 209.

relativas a nutrição realizada por homens e mulheres que ao exercerem trabalho produtivo fora de casa passam a ter dupla jornada de trabalho. A proposta da cozinha buscava a eficiência do trabalho doméstico, mas não questionava o papel da mulher como a única responsável pelas tarefas do lar. O projeto da cozinha foi responsável por gerar um dos progressos mais significativos da arquitetura, tanto em termos qualitativos como quantitativos, para a melhoria da qualidade de vida das mulheres ⁴³⁶.

A produção seriada de habitações foi baseada em peças chave, como a cozinha de Frankfurt. Entre 1925 e 1930, foram realizadas 30 mil habitações, destas, dez mil contavam com exemplares da cozinha, inseridas nas *Siedlungen* projetadas pela equipe dirigida por Ernst May. O setor da construção através de tecnologias de pré-fabricação mais avançadas daquele momento, quase solucionou o problema habitacional nos anos anteriores à crise de 1929 ⁴³⁷. Até hoje o ambiente doméstico é determinado por aqueles princípios ergonômicos, critérios e diretrizes adotados por Margarete Schütte-Lihotzky, os quais contribuem para a liberdade de escolha de projeto e flexibilidade de uso.

Como Margarete Schutte-Lihotzky em Frankfurt, Le Corbusier com a colaboração de Charlotte Perriand também buscou tornar os trabalhos domésticos menos penosos, através do estudo detalhado das instalações de cozinha ⁴³⁸.

Margarete Schutte-Lihotzky também projetou uma das primeiras cozinhas para aulas didáticas com o objetivo de capacitar trabalhadoras e trabalhadores específicos para realizarem essa tarefa.

⁴³⁶ <https://undiaunaarquitectura.wordpress.com/2015/04/16/margarete-schutte-lihotzky-1897-2000/>

⁴³⁷ L'Habitation Minimum, 1997, p. 42-43; Minoli, Lorenza. "Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky", 1999, p. 18.

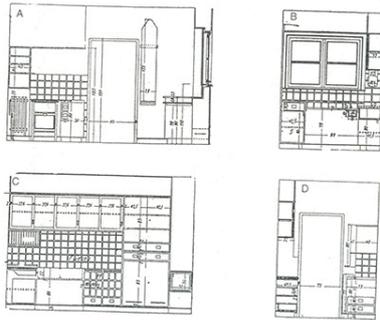
⁴³⁸ Kopp, Anatole. "Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa", 1999, p. 132.

Progetto 50. CUCINA PER UN NUCLEO FAMILIARE SENZA AIUTO DOMESTICO, 1927
 Ufficio per l'edilizia del Comune di Francoforte sul Meno, prototipo. (Realizzata).

In tutti i saggi del periodo francofortese sul tema della *razionalizzazione dell'economia domestica* Lihotzky descrive questo tipo di cucina.¹

Nella sua trasposizione architettonica il progetto corrisponde pienamente ai requisiti teorici di una cucina che fa risparmiare lavoro.

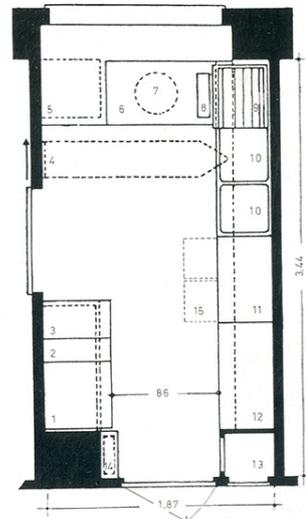
Secondo la sua progettista, con una buona distribuzione dei volumi, delle proporzioni e del colore, la cucina assume anche un aspetto "abitabile". Disposta in pianta attigua al soggiorno, con cui la collega una porta scorrevole larga cm 90, in modo che la distanza massima fra i fuochi e il tavolo da pranzo non supera i tre metri, risponde all'importante istanza sociale di non esiliare la donna in cucina e di consentire a tutti i membri



Prospetti delle pareti arredate

1. Grete Lihotzky, *Arbeitsparende Haushaltsführung 1* (Organizzazione domestica con risparmio di lavoro 1), *Arbeitsparende Haushaltsführung 2*, manoscritti.

- 1 - fornelli (a gas o elettrici)
- 2 - piano di appoggio
- 3 - recipiente di cottura / scaldavivande (Kochkiste)
- 4 - asse da stiro ribaltabile
- 5 - armadio dispensa aerato
- 6 - piano di lavoro
- 7 - sgabello girevole
- 8 - cassetto asportabile per i rifiuti
- 9 - asse appoggiatesta ribaltabile
- 10 - lavello
- 11 - cassette tramoggia per alimenti secchi
- 12 - armadio per le pentole e le stoviglie
- 13 - armadio per le scope e la spazzatura
- 14 - termosifone
- 15 - piani di appoggio estraibili



Pianta

della famiglia di comunicare meglio tra di loro². La cucina ha una seconda porta che si apre verso l'anticamera e costituisce il collegamento più breve con l'ingresso dell'appartamento e gli altri locali.

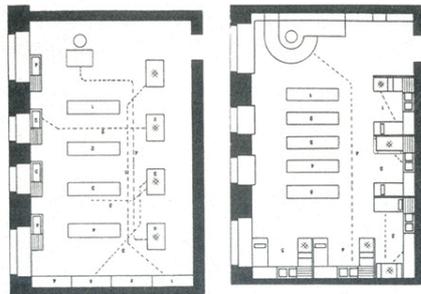
2. Paul Wolff, "Die Frankfurter Küche", film dimostrativo sul modo di lavorare in una vecchia cucina e in una "cucina di Francoforte". Questo film fu prodotto dall'Ufficio per l'edilizia e presentato alla mostra "La nuova abitazione e la sua definizione interna" e in diverse conferenze.

Figura 48: Imagens do livro Minoli, Lorenza. "Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky", 1999, p. 146,147.

Progetto 63. CUCINA DITTATICA A NICCHIE ATTREZZATE, VARRENTRAPP, 1928
 Ufficio per l'edilizia del Comune di Francoforte sul Meno, Werner Siemens-Strasse. (Arredamento distrutto).

Una delle prime cucine per l'insegnamento fu realizzata nel vecchio edificio della scuola Varrentrapp.

Si tratta di un ambiente rettangolare, le nicchie attrezzate si trovano lungo le pareti interne e i banchi vicino alle finestre, gli impianti sono lasciati a vista.



Pianta dell'aula della vecchia cucina dittatica

Pianta con la nuova sistemazione

Zona cattedra



Nicchie attrezzate



Veduta complessiva dell'aula con la nuova sistemazione



Figura 49: Imagens do livro Minoli, Lorenza. "Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky", 1999, p. 184-185.

Habitação para mulheres solteiras

Ao mudar-se para Frankfurt, em 1926, e ao depara-se com dificuldades para encontrar um alojamento adequado, dedica-se ao estudo de uma tipologia habitacional para mulheres solteiras. Habitou o bloco de *Kranicherstrasse*, primeiro projeto concluído sob supervisão de Ernst May, renovado pelo *Hochbauamt* e pioneiro ao ser equipado com a cozinha de Frankfurt. Desenhado para abrigar grandes famílias, oferecia também pequenos apartamentos no andar de cima, onde a arquiteta ocupava um apartamento com terraço próprio ⁴³⁹.

A demanda por habitação a preços acessíveis para o crescente número de mulheres solteiras e viúvas no contexto do após a Primeira Guerra Mundial conduz a uma série de projetos específicos e inovadores apresentados desde 1927.

Com o seu interesse em contribuir com projetos destinados a melhorar a situação das mulheres se volta ao tema de uma nova constituição social, que não era mais a família nuclear. Ela passa a observar as necessidades não apenas das mulheres que trabalham exclusivamente em casa, mas também daquelas que trabalham em outros lugares, como funcionárias, empregadas, professoras etc., assim como das estudantes e idosas que vivem sozinhas.

Margarete Schütte-Lihotzky ao lidar com a questão da emancipação das mulheres na Alemanha parte da premissa de como a arquitetura e o programa habitacional poderiam facilitar a incorporação, em igualdade de oportunidades, das mulheres no mundo público, do homem.

⁴³⁹ Henderson, Susan R. “*Housing the Single Women. The Frankfurt Experiment*”, *Journal of the Society of Architectural Historians*, volume 68, number 3, september, 2009, p. 360.

Housing the Single Woman

The Frankfurt Experiment

SUSAN R. HENDERSON
Syracuse University

I probably don't need to tell you about the poor wages women make. I will only point out that the workers living in boarding houses earn between 17 and 24 marks per week. And yet, such women couldn't rent the worst unheated garret for 30. . . . [These women are independent; they don't want to be forever under the eye of landlady. We are asking that units with small kitchenettes be built for them.]

—Social Democrat Elsa Bayer to the Frankfurt city council, 1926

[Sometimes they'll make a cup of tea, perhaps do some laundry. . . .]

—Social Democrat Sophie Ennenbach, to the Frankfurt city council, 1927

A key effort on the behalf of women's emancipation in Weimar Germany, and one of the most overlooked and least successful, was to create affordable housing for the vast and growing ranks of single women. As a result of war casualties, by 1925 German women outnumbered men between the ages of twenty-five and forty by 1.25 million. Altogether, 2.8 million "surplus" women—widows and unmarried women—comprised nearly 75 percent of Germany's single-person households. Anxious to "re-domesticate" working women, the state propagated a motherly ideal of womanhood. Still, one-third of women remained full-time wage laborers. During the war, women had found highly desirable skilled jobs in industry, making steel and

machinery and even mining coal. With the return of peace, most women were let go, but they did not make the expected career home. They needed to work and were first among the ranks of those who benefited when the postwar rationalization of labor replaced skilled male workers with the unskilled, the highly paid with the low.

Throughout the country, but especially in Frankfurt am Main's vibrant industrial center, women constituted a vital part of the workforce. By 1924 there were 8,000 women among the city's 10,000 clothing industry workers, and by 1926 they were 20 percent of the city's electro-technical workers.¹ Meanwhile, white-collar professions were opening to women in social welfare work and the vocations associated with a woman's sphere—housekeeping, nursing, nurse-midwifery, and teaching. Women made the biggest gains in clerical work, where they held 39 percent of the jobs by 1925. Postal and telegraph positions proved to be among the more prestigious and better paid.² Women also increasingly worked in retail sales; in Frankfurt they numbered 25 percent by 1924. By 1925, 20 percent of all full-time workers in the city were women.

In 1926, Ernst May (1886–1970) returned from designing rural settlements in Silesia to his hometown, Frankfurt. Hired by the reforming mayor Ludwig Landmann (1868–1945), his task was to build housing settlements (*Siedlungen*) as part of the municipal economic and cultural project that Landmann dubbed "The New Era." May's tenure lasted only five years, but during that time his



Figure 1 Ernst Bauer, Kranichstrasse apartment block, Frankfurt, 1927, with Grete Schütte-Lihotzky sitting on her terrace, ca. 1927 (from *Das Neue Frankfurt*, 1927)

apartment, an independent dwelling attached to a house or group of flats for families. Most women, she said, should be settled in apartments that were small and cheap, but not specifically designed for them, and not cluttered in women-only blocks. She had a financial rationale as well. With the exception of housing for poor women, women's housing was ineligible for public monies, principally the House Equity Tax Fund. Without such subsidies, rents would rise far beyond the reach of most women. Her *Einliegerwohnungen* could be incorporated in any settlement and, by piggyback-

ing women's housing onto units for families, they could take advantage of federal funding. While conventional apartments could cost as much as 200 to 300 marks rent per month, three times the rent of a single-family house in the new settlements, Lihotzky estimated that the *Einliegerwohnung* would rent for only 18 to 30 marks per month.³ It would also bring women into a normative social setting. The construction of such single women's housing as part of the row house and apartment blocks foreseen in the Frankfurt ten-year plan would have accommodated several thousand women, going far to solve the city's immediate problem.

In 1927 Lihotzky presented four of her *Einliegerwohnung* models to the women on the city council. Each type fitted into a base plan with a breadth of 16.50 meters and a central stair, the dimensions of the apartment blocks in the famous "zig-zag" section of the Bruchköpferstrasse Siedlung, the first major settlement built by the New Frankfurt program (Figure 2). The units would sit on the top floor. She designed four types corresponding to the incomes of women workers, students, and professionals. The most modest apartments, Types I and II, were essentially dormitory rooms with shared bath and kitchen facilities, intended for the ranks of factory workers and the growing numbers of clerical staff, particularly the masses of typists.⁴ The smaller Type I unit suited women with a minimum income of 80 marks per month, with rent set at 13 marks. Type II, with a rent of 18 marks, was for students, sales girls, and clerks with an income of 100 marks or more. Both were for



Figure 2 Frankfurt am Main Housing Authority, Siedlung Bruchköpferstrasse, Frankfurt, 1927. Rooftop view of the zig-zag block (from *Das Neue Frankfurt*, 1928)

HOUSING THE SINGLE WOMAN 361

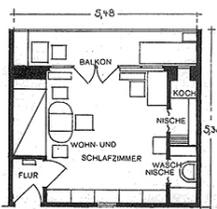


Figure 3 Grete Schütte-Lihotzky, dwelling for a professional woman exhibited at Heim und Technik, 1928, plan from Baumblätter, 1928

younger women and were intended as temporary housing comparable to men's barracks. She designed Type III for white-collar women—nurses, secretaries, and teachers—who earned 160 marks or more per month, and Type IV for middle-class women with a monthly income of 300 marks. Type IV had a separate bedroom, kitchenette, bath, and private terrace, with no built-in furnishings.

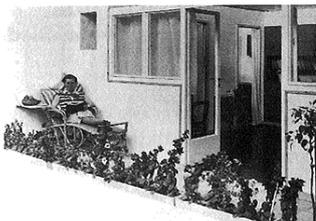


Figure 4 Lihotzky, dwelling for a professional woman, terrace view. From *Die kleine Wohnung*, Katalog zur Ausstellung "Heim und Technik" (Munich: Callwey, 1928)

Lihotzky produced a version of Type III for exhibition at the Congress of Women's Groups (*Generalversammlung des Hausfrauenvereins*) held in Essen in March 1927. The display embodied a modern way of life that was orderly, clean, and frugal and showed how one room could make a comfortable and spacious dwelling. "It is mistaken to think that comfort . . . depends on the number of rooms. Quite the contrary, the more rooms there are, the smaller they must be and therefore require greater upkeep. The correct arrangement and division of one space, designed for unobstructed movement in a manner as simple as can be, increases contentment much more than pride in having such-and-such many rooms."⁵ "Through the openness afforded by a glass wall and by some free-standing furniture, the space appears roomy and large."⁶ The interior of the apartment was opened up by a long windowed wall and balcony beyond, a luxury demonstrated in a published photograph in which a New Woman relaxed outdoors on a chaise (Figures 3, 4).

Her design was distinguished by the formal geometry of its plan. The central space was three meters square. Flanking it, two niches contained the bed and vanity on one side, and the kitchen and washroom on the other. The wall opposite the balcony held built-in storage. Lihotzky's interest in built-in furniture culminated in the famous Frankfurt Kitchen, but it extended back to a 1917 design for a fold-out dressing table and extended to numerous other projects such as her 1926 competition entry for a train sleeping compartment.⁷ She conceived of movement as a series of hypothet-

ical, the *Einliegerwohnung* stood as a model of the independent life of the New Woman.

Housing for Women in Frankfurt

This year we made allowance for women and girls by building a number of one-room units in the settlement of Praunheim. In planning the expansion of Praunheim, as well as the other settlements of the Nidda, we foresaw a great number of these apartments.⁸

—Ernst May, 1927

In 1927 May adopted Lihotzky's proposal for *Einliegerwohnungen* as the city's solution for women's housing. A year later, it had gained professional recognition through the Essen exhibition and was made part of a municipal campaign by the Bund Deutscher Frauen (League of German Women's Clubs) or BDF. In the city council, women members lobbied for an ordinance to build four thousand single women's units.⁹ The proposal was supported by an unusually broad political spectrum, including the Communists, the Center, and the SPD.

Although Lihotzky's Bruchköpferstrasse units remained unbuilt, her principal idea—to spend specialized units to ordi-

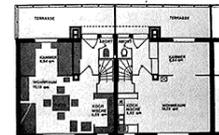


Figure 6 Anon. Bremen, *Einliegerwohnung*, Siedlung Praunheim, plan, 1927 (from *Das Neue Frankfurt*, 1928)



Figure 7 Frankfurt am Main Housing Authority, Siedlung Praunheim, Frankfurt, 1927. Garden view of the Praunheim row houses with *Einliegerwohnungen* on the top floor (from *Das Neue Frankfurt*, 1928)

364 JSAH / 68.3, SEPTEMBER 2009

Figura 50: Imagens do livro Henderson, Susan R. "Housing the Single Women. The Frankfurt Experiment", *Journal of the Society of Architectural Historians*, volume 68, number 3, september, 2009, p. 360.

A integração com a comunidade urbana é alcançada através da escolha de evitar edifícios dedicados ou "especiais" apenas para mulheres, projetando

unidades habitacionais individuais, com características típicas desenhadas especificamente para a sua inclusão em complexos residenciais para núcleos familiares ⁴⁴⁰.

A obra *A Room of One's Own* (1929), uma habitação só sua, sintetiza a aspiração de outra mulher, a escritora Virginia Woolf que enfatiza a necessidade de um espaço próprio para dedicar-se à profissão, valorizando a privacidade da mulher ⁴⁴¹.

Margarete Schütte-Lihotzky incentiva a pesquisa de proposta habitacional para mulheres solteiras, com o apoio de grupos de mulheres influentes e aprovação do *Siedlungsamt*. A ideia de um alojamento de transição é substituída pelo *Einliegerwohnung* ⁴⁴², seu modelo preconizava uma moradia independente anexada a uma casa ou a um grupo de apartamentos para famílias, como era o seu próprio apartamento.

Sua sugestão era de construir unidades habitacionais de tamanho reduzido e independentes nos pisos superiores de edifícios residenciais para famílias, integrando as mulheres solteiras a outros grupos sociais, o que evitava o seu isolamento e, para reduzir os custos, os banheiros e cozinhas poderiam ser compartilhados.

Quanto ao aspecto financeiro, a gestão do *Einliegerwohnung* previa subsídios governamentais, sem os quais o aluguel estaria além do alcance da maioria das mulheres. Em 1927, Margarete Schütte-Lihotzky apresenta quatro de seus modelos de *Einliegerwohnung* às mulheres no conselho da cidade. As

⁴⁴⁰ Minoli, Lorenza. *"Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky"*, 1999, p. 17.

⁴⁴¹ Virginia Woolf em Minoli, Lorenza. *"Margarete Schütte-Lihotzky"*, Rivista Parametro, n. 257, ano XXXV, maggio/giugno, 2005, p. 39.

⁴⁴² O termo *Einlieger* (lodger) referia-se geralmente a um trabalhador agrícola que embarcou com um fazendeiro. As casas nas fazendas muitas vezes tinham um dormitório ou um apartamento, um *Einliegerwohnung*, para esse propósito. Minoli, Lorenza. *"Margarete Schütte-Lihotzky"*, Rivista Parametro, n. 257, ano XXXV, maggio/giugno, 2005, p. 359.

unidades se inseriam no último andar da *Bruchfeldstrasse Siedlung*, primeiro assentamento importante construído pelo programa *das Neue Frankfurt* ⁴⁴³.

Progetto 59. ARREDAMENTO CAMPIONE PER "L'ABITAZIONE AGGIUNTA" DI PRAUNHEIM, 1927
Ufficio per l'edilizia del Comune di Francoforte sul Meno, Praunheim. (Arredamento campione documentato nel film dimostrativo "Einliegerwohnung Praunheim", di Paul Wolff).

Nella prima fase di costruzione della Siedlung Praunheim furono realizzate case unifamiliari con un locale e terrazzo sul tetto. Margarete Schütte-Lihotzky aveva avuto l'idea di ricavare un'"abitazione aggiunta"² per per-



Veduta delle facciate verso strada

1. Abitazione aggiunta a Praunheim.
2. Heike, *Frühe Moderne...*, op. cit., p. 267: «In centoventitré alloggi, nel secondo lotto costruito, fu ricavata un'abitazione al piano superiore, che poteva essere unita al piano sottostante in casi di necessità».
3. Eugen Kaufmann, *Die Wohnung für das Existenzminimum* (L'abitazione per l'Esistenzminimum), p. 215: «Importanza crescente assume per le abitazioni piccole in edifici a un piano la casa bifamiliare, nella quale sono possibili diverse soluzioni. I cosiddetti tipi "aggiunti", come li ha realizzati la città di Francoforte sul Meno nella Siedlung Praunheim, sono piccole abitazioni a livello del tetto, disposte al di sopra di una normale casa a schiera di quattro stanze, di norma senza accessi separati, in previsione di un'eventuale successiva fusione delle due abitazioni in un'unica, appena le condizioni economiche lo consentono. Oppure si raccomandano soluzioni in cui due abitazioni equivalenti si trovano una sopra l'altra, ugualmente con un vano scala in comune, ma separato da una porta sul pianerottolo».

166

Progetto 60. PROGETTI TIPO "L'ABITAZIONE DELLA DONNA CHE LAVORA", 1927. (Non realizzati).

Questi progetti hanno origine dalle riflessioni di Margarete Schütte-Lihotzky sul problema dell'abitazione delle donne in quel particolare momento storico. All'indomani della prima guerra mondiale la componente femminile risultava in eccesso rispetto alla totalità della popolazione e le distruzioni belliche resero impellente il problema dell'alloggio. Le donne con una retribuzione di lavoro inferiore a quella maschile, avevano difficoltà a trovare anche solo una stanza decente e non troppo costosa. Molti pensarono che una soluzione adeguata potesse consistere nella costruzione di case apposite per donne non sposate. Anche l'Ufficio per l'edilizia di Francoforte si occupò dell'argomento e l'architetto Hermkes costruì una "casa per nubili" nella Siedlung Praunheim.

Il progetto della "Cucina di Francoforte" mise l'architetta in contatto con le organizzazioni femminili che, insieme alle rappresentanti politiche, la ritennero adatta ad affrontare questi temi e a trovarne le soluzioni architettoniche.

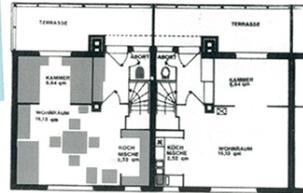
In effetti l'idea base per l'abitazione delle donne occupate in attività lavorative esterne fu dettata dalla sua particolare sensibilità per le questioni sociali. Era convinta che le donne non dovessero essere segregate in ghetti, ma avere la possibilità di aiuto reciproco nei rapporti di vicinato. A suo parere: «Le stesse organizzazioni femminili avrebbero dovuto impegnarsi per la realizzazione di abitazioni per le lavoratrici e le studentesse e soprattutto per ottenere il diritto alla casa dagli uffici per gli alloggi»¹.

All'estero in molti casi si era verificato che le donne avessero bisogno di un alloggio non solo per un periodo transitorio, ma anche per abitarvi più a lungo. Per questo motivo la costruzione di case collettive per nubili apparve assai problematica. Inoltre a Francoforte avrebbe dovuto essere finanziata solo con mezzi privati, senza l'introito dell'imposta sul valore locativo. Di conseguenza l'accesso a questi alloggi si rendeva impossibile per le lavoratrici con guadagno medio (allora pari a duecento-trecento marchi al mese)².

1. Grete Schütte-Lihotzky, *Allerhand Nützliches* (Tante cose utili), p. 246.
2. "Verbali del Consiglio comunale", quindicesima seduta, 7 agosto 1928, «Einnenbach, consigliera comunale socialdemocratica... si tratta di realizzare un'abitazione principalmente per donne e ragazze che lavorano a bassa retribuzione... che guadagnano da diciotto a massimo trenta marchi alla settimana... Con questa paga devono cercare una possibilità di alloggio in camere ammobiliate al prezzo di quaranta marchi al mese. Il mondo femminile ha più difficoltà a trovare alloggio sia in camere ammobiliate che non, anche solo per la ragione che, visto il modesto guadagno, le donne sono costrette a prepararsi

168

giovani coppie o membri della famiglia, per offrire un'occasione in più con diverse varianti di utilizzo. In seguito furono costruite circa centoventitré unità di questo tipo³. Una fu completamente architettonica come esempio da riprendere in un film dimostrativo. È composta da un ingresso, un gabinetto, un soggiorno con nicchia e una nicchia nel letto. Nel soggiorno utilizzò la soluzione del tavolo da lei progettato. Dall'ingresso si accede alla terrazza sul tetto cucinaria attrezzata secondo la tipologia delle nicchie di cottura e spazio separato per lavare.



Piano del tetto: pianta tipo



Immagini dal film video che dimostrano momenti di vita familiare sulla terrazza e fasi di lavoro in cucina

3. "Verbale del Consiglio comunale", ventiduesima seduta, 15 novembre 1927, Ernst May: «Per quanto concerne la richiesta della consigliera Elsa Bauer di aumentare il contingente abitativo, si tratta in primo luogo di una questione finanziaria, sulla quale non devo qui pronunciarmi. Dell'esigenza di creare abitazioni per donne e ragazze sole, quest'anno abbiamo già tenuto conto, inserendo in una parte della Siedlung Praunheim una serie di abitazioni monocali. Anche nel progetto di ampliamento della medesima Siedlung Praunheim e della Siedlung Nidda, abbiamo previsto un gran numero di monocali per donne sole».
4. V. progetto n. 54.

167



Margarete Schütte-Lihotzky sul terrazzo della sua abitazione nel 1929

Schütte-Lihotzky ipotizzò unità abitative per lavoratrici all'ultimo piano di complessi più grandi e pluripiani³. Si impegnò a mantenere il costo di costruzione al medesimo livello di quello delle abitazioni destinate alle famiglie, con lo scopo di accedere ai finanziamenti pubblici. Per stabilire la dimensione dell'alloggio e l'arredamento si basò sulla correlazione con il canone di locazione, calcolato percentualmente rispetto allo stipendio medio in una misura variabile dal 13 al 20%. Elaborò quattro diversi tipi di alloggi, in modo che ogni donna avesse diritto, potesse ottenere dal Comune un'abitazione così come avveniva per le famiglie.

qualche volta una tazza di tè, a lavarsi un indumento o a fare altro. Però ci sono anche lavoratrici che hanno una retribuzione ampiamente inferiore a quella indicata prima... deve perciò essere un impegno per le autorità pubbliche intervenire in questo senso e costruire abitazioni... che siano organizzate in modo da poter anche cucire qualcosa e cucinarsi un pasto».

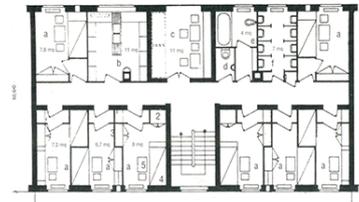
3. Margarete Schütte-Lihotzky, "Die Wohnung der alleinstehenden berufstätigen Frau" (L'abitazione della donna sola che lavora), in *Form und Zweck, Fachzeitschrift für industrielle Formgestaltung*, Berlin DDR, feb. 1984, pp. 33-36.

169

⁴⁴³ Henderson, Susan R. "Housing the Single Women. The Frankfurt Experiment", *Journal of the Society of Architectural Historians*, volume 68, number 3, september, 2009, p. 360-363.

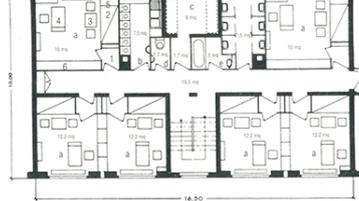
Figura 51: Imagens do livro Minoli, Lorenza. "Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky", 1999, p. 166-169.

Stanze singole e spazi di uso collettivo arredati con mobili ad incasso



Tipo I

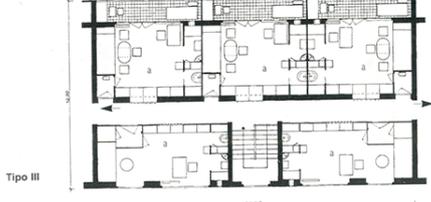
PIANTA DEL PIANO TIPO
a - n. 8 stanze singole completamente arredate
SPAZI E SERVIZI COMUNI
b - cucina con 8 fornelli a gas e relativi contatori per uso personale
c - loggia
d - gabinetto
e - bagno con vasca
f - locale con 8 lavandini, in nicchie separate, con acqua calda e fredda
g - ripostiglio per i materiali di pulizia



Tipo II

PIANTA DI UN'UNITÀ ABITATIVA
1 - anticamera con armadio
2 - divano - letto
3 - tavolo e sgabelli
4 - tavolo - scrivania e sgabello
5 - armadio aereo per biancheria da letto
6 - parete - armadio con alcuni scomparti accessibili sia dalla camera che dal corridoio per consentire il prelievo della biancheria da lavare da parte di un'eventuale addetta alle pulizie

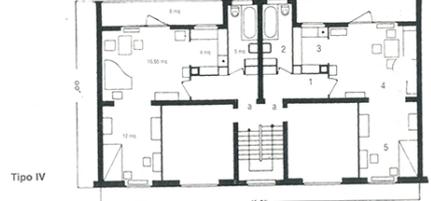
PULIZIA E LOCAZIONE
sono gestite dall'Associazione per l'assistenza studentesca (Studentenhilfe)



Tipo III

PIANTA DEL PIANO TIPO
a - n. 5 unità abitative singole
SPAZI E SERVIZI COMUNI
Sono predisposti nell'aggregazione con altri complessi edilizi fino ad un massimo di tre

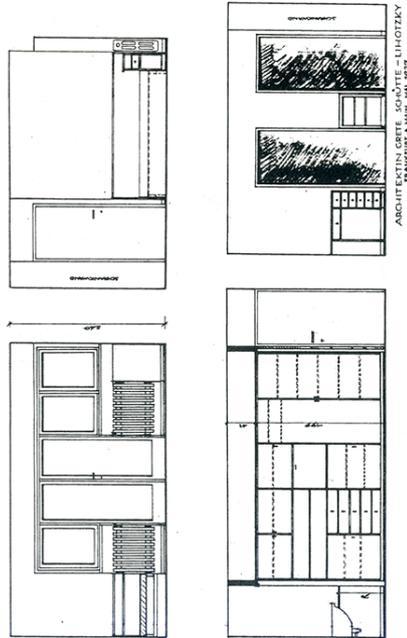
PULIZIA DELLE ABITAZIONI E DEL VESTIARIO
Provvede una donna che abita già nell'edificio o per cui si può predispone una stanza. Essa potrebbe fare, tra l'altro, anche la sposa alimentare per tutte



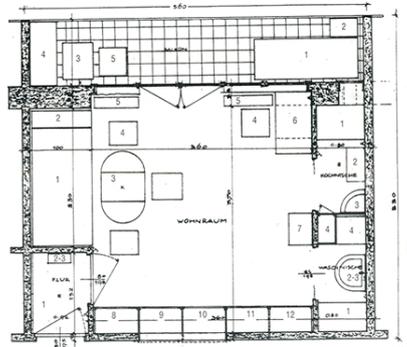
Tipo IV

PIANTA DEL PIANO TIPO
a - n. 2 unità abitative singole
PIANTA DI UNA UNITÀ
1 - ingresso
2 - bagno con vasca e wc
3 - cucina in nicchia (Kochnische) già arredata
4 - soggiorno / pranzo con arredamento proprio
5 - camera da letto con arredamento proprio

PULIZIA
Si prevede individualmente, eventualmente può essere ricavata in mansarda una camera per una collaboratrice domestica



Prospetti



INGRESSO
1 - attaccapanni a parete
2 - tavolo
3 - specchio
4 - pancha
5 - sedia

SPAZIO DI SOGGIORNO
1 - divano letto
2 - mobiletto per il cuoco
3 - tavolo con ali ribaltabili
4 - sedia
5 - termosifone
6 - scrivania
7 - tavolino da tè su ruote
8 - armadio per la biancheria personale
9 - armadio passante per appendere gli abiti
10 - armadio passante per scarpe, stoviglie, ecc.
11 - cassetti, scaffale per i libri, armadio per le stoviglie
12 - scaffale per i libri, armadio per la biancheria di casa

BALCONE
1 - sedia a sdraio
2 - tavolino pieghevole
3 - tavolo
4 - pancha
5 - sedia

NICCHIA CUCINA
1 - armadio dispensa aereo
2 - fornello elettrico
3 - acquario
4 - armadio per le scarpe e i materiali di pulizia

NICCHIA LAVAGGIO
1 - armadio per la biancheria da letto
2 - lavandino
3 - specchio
4 - contenitore per la biancheria sporca

Pianta di un'unità abitativa Tipo III
La ricerca di un'ideale qualità dell'abitare per un'esistenza più comoda e piacevole delle donne che vivono sole è perseguita, oltre che con le scelte distributive e di arredo, anche con la particolare configurazione architettonica dell'involucro murario che, variamente "alleggerito" della sua consistenza latero-cementizia, perde il valore di limite e di confine caratterizzante l'abitazione storica di tradizione patriarcale. N.d.c.

Figura 52: Imagens do livro Minoli, Lorenza. "Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky", 1999, p. 172-175.

Os tipos de apartamento estavam correlacionados aos rendimentos das mulheres trabalhadoras, estudantes e profissionais. Os apartamentos mais modestos, tipo I e II, eram compostos por dormitórios “romanos”, com banheiros e cozinhas compartilhados, destinados às trabalhadoras de fábricas, funcionárias, datilógrafas, vendedoras e estudantes. Ambas as propostas de habitação temporária eram voltadas a mulheres mais jovens.

O tipo III era reservado a mulheres de classe média, de profissões denominadas “colarinho branco”, enfermeiras, secretárias e professoras. O tipo IV, modelo *kitchenette*, apresentava um quarto separado, banheiro e terraço privado, sem móveis embutidos.

Em 1927, Ernst May adota as ideias de Margarete Schütte-Lihotzky para *Einliegerwohnung* como a solução de um programa da cidade para a habitação das mulheres. A proposta foi apoiada por um espectro político mais amplo, incluindo os comunistas, o Centro e o Partido Social Democrata.

As unidades residenciais de *Bruchfeldstrasse*, propostas por Margarete Schütte-Lihotzky, não foram construídas, mas a sua ideia principal de acrescentar unidades especializadas à habitação familiar ordinária foi implementada em *Praunheim*, em 1927, onde construíram-se em torno de 128 unidades nos telhados de casas particulares de propriedade privada⁴⁴⁴. Seu conceito de moradia independente com sua própria cozinha, banheiro privativo e terraço, em cima de casas unifamiliares passa assim a ser reconhecido.

Entre as categorias de inquilinos para essas unidades, as mulheres solteiras haviam sido deixadas de lado, uma vez que a administração da cidade objetara que as unidades “deveriam ter um propósito maior”, destinando-as a viúvas, famílias pequenas e casais de idosos. Em 1928,

⁴⁴⁴ Henderson, Susan R. “Housing the Single Women. The Frankfurt Experiment”, *Journal of the Society of Architectural Historians*, volume 68, number 3, september, 2009, p. 364.

Margarete Schütte-Lihotzky revisa seu conceito de *Einliegerwohnung* e amplia seu grupo-alvo de usuários, para incluir todos os solteiros, casais jovens e casais idosos de recursos financeiros limitados.

Tal estudo atesta o seu reconhecimento desse novo sujeito urbano feminino, com sua específica exigência e urgência. Ela aplica programas para grupos de experiências de vida diversas que viviam fora da estrutura da família nuclear, tais como jovens sem-teto, casais jovens, idosos e mulheres solteiras que formavam um excedente advindo da guerra, sem que isto significasse a segregação em grupos homogêneos dentro dos conjuntos habitacionais ⁴⁴⁵.

Nos seguintes anos, a condição econômica passa a ser o maior impedimento para a construção de habitação para mulheres, exigindo a redução dos diversos tipos de moradia. Esse fato lança a ideia da construção de unidades mínimas de um quarto (*Kleinstwohnungen*) para famílias de quatro pessoas, em 1927. Margarete Schütte-Lihotzky propõe uma *Einliegerwohnung* com unidades de 44 metros quadrados, porém, em 1930, a moradia mínima é reduzida para somente 33 metros quadrados.

Com a integração das mulheres ao processo de trabalho, as tarefas tradicionalmente confiadas às mulheres, como preparar as refeições e educar os filhos ⁴⁴⁶, foram entregues à coletividade.

A partir deste novo tipo habitacional, a arquiteta tece novos temas urbanos para atender às mulheres. O conjunto residencial deverá abrigar além da habitação mínima os serviços e equipamentos necessários para o desenvolvimento da vida cotidiana, quais sejam: distrito centralizado de lavanderias, escolas profissionais para a aprendizagem da nova economia doméstica, creches e todas as outras instalações educacionais, recreativas e atividades esportivas para crianças.

⁴⁴⁵ Minoli, Lorenza. *“Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky”*, 1999.

⁴⁴⁶ Minoli, Lorenza. *“Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky”*, 1999, p. 209.

Com isso sua funcionalidade e espaços mínimos passam a ser complementados por uma distribuição cuidadosa de serviços entre uso privado e uso centralizado coletivo a nível de vizinhança, configurando uma oportunidade para a interação social com outras mulheres que compartilham os mesmos serviços.

O projeto de *Einliegerwohnung* assim como o da *Frankfurter Küche* eram modelos da proposta de vida independente da nova mulher. E essa história faz parte de uma iniciativa maior de projetos inovadores e progressistas, dentro do programa habitacional de Frankfurt, sob liderança de Ernst May.

Porém, enquanto a cozinha de Frankfurt idealizada por Margarete Schütte-Lihotzky recebeu aclamação internacional, poucos projetos voltados para a construção de habitação de mulheres solteiras ganharam reconhecimento e sofreram críticas por partidos de ambos os extremos do espectro político. O fascismo e a depressão mundial do início dos anos 1930 acabaram com o programa habitacional de Frankfurt e com a proposta de se abrigar mulheres solteiras, o que resultou no abandono de centenas de milhares de mulheres na Alemanha que continuaram lutando na pobreza e no isolamento social ⁴⁴⁷.

Assim como para a cozinha de Frankfurt a publicidade realizada na promoção de *Einliegerwohnung* incluiu um filme documentário encomendado pelo *Hochbauamt*, narrando um dia típico na vida de um casal jovem e seu filho e um retrato de um casal no terraço em *Bruchfeldstrasse*, criado como propaganda para anunciar o Novo Frankfurt ⁴⁴⁸. Esses registros oficiais demonstram o favoritismo da promoção da tradicional família nuclear com a

⁴⁴⁷ Henderson, Susan R. "Housing the Single Women. The Frankfurt Experiment", *Journal of the Society of Architectural Historians*, volume 68, number 3, september, 2009, p. 375.

⁴⁴⁸ Henderson, Susan R. "Housing the Single Women. The Frankfurt Experiment", *Journal of the Society of Architectural Historians*, volume 68, number 3, september, 2009, p. 363.

total negligência por parte da publicidade do programa destinado a habitação para mulheres solteiras ⁴⁴⁹.



Figura 53: Imagem do livro Minoli, Lorenza. *"Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky"*, 1999, p.369.

⁴⁴⁹ Henderson, Susan R. "Housing the Single Women. The Frankfurt Experiment", *Journal of the Society of Architectural Historians*, volume 68, number 3, september, 2009, p. 375.

4.3 ELIZABETH DENBY 1894-1965



Figura 54: Fotografia de Elizabeth Denby (em: edição de 11 de junho 1942 da revista *The Architects' Journal*, onde se descreve como 'a estrela na profissão que inventou para si mesma, Consultora em Habitação de baixo aluguel' - <https://www.architectsjournal.co.uk/culture/role-models-elizabeth-denby-and-marjory-allen/8675310.article>)

4.3.1 Aspectos biográficos

Elizabeth Denby nasceu em Brasford, Yorkshire, Inglaterra. Estudou Ciências Sociais na *London School of Economics*, curso destinado a preparar mulheres para carreiras na área de trabalho social. Graduou-se em 1917, tornando-se funcionária do Ministério do Trabalho. Consultora e especialista em aspectos da concepção e gestão de habitação social, Elizabeth Denby foi fundamental para a construção de um modelo de habitação adequado para as classes trabalhadoras e moradores de *slums* na Inglaterra.

A influência e a extensão de suas ideias no período entre-guerras ajudou a perpetuar a elegibilidade das mulheres para comentar e informar a construção da paisagem britânica no pós-guerra ⁴⁵⁰.

Sua experiência profissional incluía o trabalho social e a redução da pobreza, distanciando-se da convicção do conhecimento específico da arquitetura e de soluções puramente técnicas. A participação em associações civis além de sua formação foi fundamental para a sua trajetória.

Participou como voluntária em associações dedicadas à habitação no período entre-guerras, assumindo o cargo de Secretária de Organização da Associação *Kensington Council of Social Service* (KCSS), em 1923.

Organizou as primeiras exposições *New Homes for Old* em Olympia e em Londres, em 1932 e posteriormente co-organizou as mostras de 1933 e 1934, para o grupo MARS.

Insatisfeita com as mudanças políticas, que deixavam toda a capacidade de construção de habitação nas mãos dos municípios, renunciou ao seu cargo no *Kensington Housing Trust – KHT*, em 1933, alegando estar cansada das *slums*. Entre 1934 e 1935, recebeu uma bolsa de estudos, *Leverhulme Research Fellowship*, para pesquisar a habitação de baixo custo em seu país e na Europa.

Membro da *Modern Architectural Research* (MARS), seção inglesa do CIAM, desde 1935, seu trabalho foi amplamente reconhecido. Aconselhou alguns dos principais arquitetos modernistas, incluindo: Wells Coates, Erno Goldfinger e Godfrey Samuels, bem como as autoridades locais e agências governamentais. Também foi conselheira em habitação do príncipe de Gales.

Colaborou com o arquiteto do Movimento Moderno, Edwin Maxwell Fry, como *Housing Consultant* na concepção das primeiras habitações sociais modernistas para realojados de *slums*, na Grã-Bretanha.

⁴⁵⁰ <http://women-in-architecture.com/index.php?id=87>.

Em 1936, tornou-se a primeira mulher a dirigir uma reunião do *Royal Institute of British Architects* – RIBA, seu discurso sobre o tema *Rehousing from the slum dwellers 'point of view'*⁴⁵¹ publicado na forma de artigo torna-se referência.

Foi acionada por organismos governamentais como o *Council for Art and Industry* – CAI, por sua experiência em matéria de habitação, envolvendo-se na publicação dos relatórios CAI: *Education for the Consumer* (1935), *Design and the Designer in Industry* (1937) e *The Working Class Home; Its Furnishing and Equipment* (1937).

Os resultados de todas as suas pesquisas em habitação foram publicados no livro, *Europe Rehoused*, em 1938. Este livro introduz suas propostas para a habitação na Grã-Bretanha, através de esquemas de alta densidade, mistura de usos dedicados a todas as classes sociais, construídos em áreas urbanas onde é fundamental a incorporação de serviços e equipamentos. A obra tornou-se um dos textos sobre habitação mais influentes no pós-guerra na Inglaterra e nos Estados Unidos.

⁴⁵¹ Realojamento do 'ponto de vista' dos moradores de favelas.

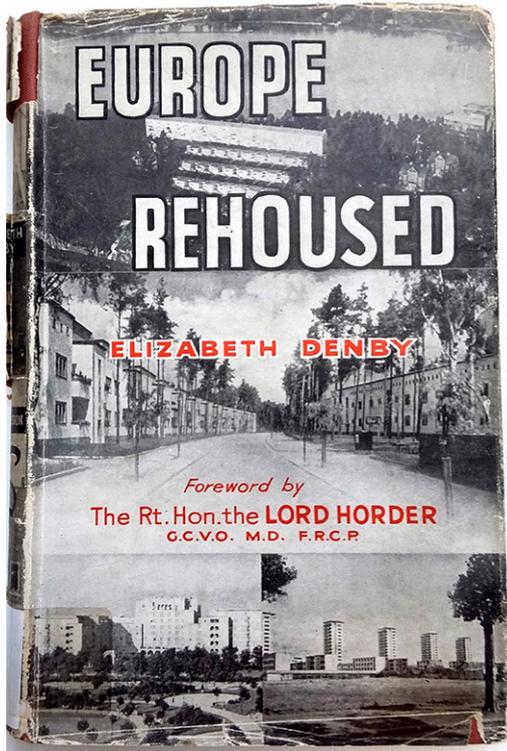


Figura 55: Capa do livro Europe Rehoused, 1938.

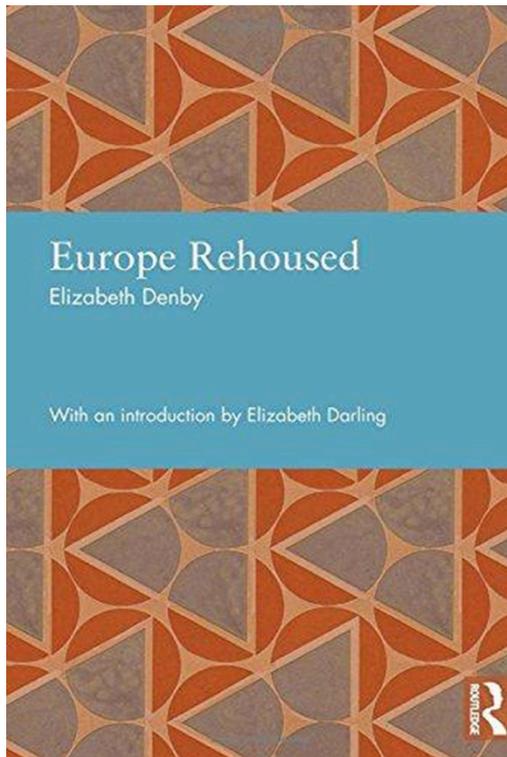


Figura 56: Capa do livro Europe Rehoused, (1938) reeditado em 2015.

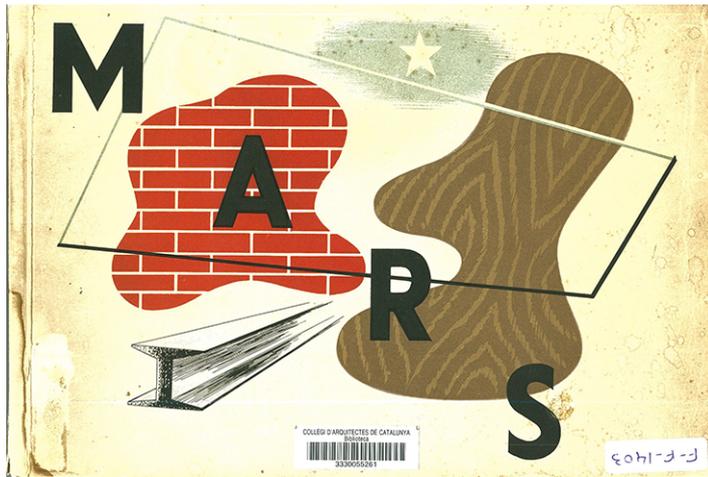


Figura 57: Capa do livro da exposição do (Modern Architectural Research) group, MARS, 1938.

4.3.2 Contribuição à questão do gênero na habitação e no urbanismo

A influência e a extensão das ideias de Elizabeth Denby no período entre-guerras ajudou a perpetuar a elegibilidade das mulheres para comentar e informar a construção da paisagem britânica no pós-guerra ⁴⁵².

Na vanguarda das propostas da época, Elizabeth Denby defendia a reabilitação de áreas degradadas, sua proposta era reconstruir as moradias nos mesmos lugares das remoções ao invés de realojá-las em periferias, o que evitava a expansão da cidade.

Na década de 1920, a construção de conjuntos habitacionais era feita em solos virgens na periferia das cidades e, a partir de 1930, ocorre uma mudança com relação à política habitacional na Grã-Bretanha. O foco da política é alterado para a remoção de favelas em áreas centrais da cidade, com a construção de blocos de apartamentos para os desalojados.

Em 1930, o novo Ministro de Saúde, Arthur Greenwood, introduziu a primeira legislação habitacional pós-guerra para enfrentar diretamente as remoções em *slums*. O Greenwood Act estabeleceu subsídios para os custos de realojamento das famílias e disponibilizou verbas mais altas para construir em áreas centrais, mais caras ⁴⁵³.

A consultora em habitação Elizabeth Denby colaborou em práticas bem sucedidas de gestão de programas habitacionais, onde conecta aspectos de planejamento e desenho de habitação.

A organização *Kensington Council of Social Service* – KCSS apresentava como objetivo coordenar o trabalho social e levar questões de bem-estar ao norte de Kensington, na zona de Portobello Road para melhorar ou substituir

⁴⁵² <http://women-in-architecture.com/index.php?id=87>.

⁴⁵³ Ravetz, 2001, p.87-88, apud Elizabeth Denby, “*Europe Rehoused*”, (1938), 2015, p. XI.

as habitações precárias – *slums*, superpopulosas no interior da cidade. A KCSS se dividia em duas frentes principais, a *Kensington Housing Association* (KHA), responsável pela promoção de habitação, desde 1915, e a *Kensington Housing Trust* (KHT), associação de utilidade pública destinada a construir habitações, desde 1926.

O inquilino típico da *Kensington Housing Trust* (KHT) teria acesso a um esquema diferencial de renda, fundos de empréstimo mobiliário para equipar o novo lar, um programa de equipamentos e serviços sociais organizados por um gerente de habitação, que utiliza o método de Octavia Hill ⁴⁵⁴, bem como apartamento moderno, higiênico e bem equipado.

Elizabeth Denby tornou-se secretária desses dois grupos em 1923, papel que combinava o trabalho administrativo ordinário com o desenvolvimento de propaganda, campanha e política habitacional. Apesar de o presidente do KCSS ser homem, uma mulher dirigia a organização, Rachel Alexander. Juntas, Elizabeth Denby e Rachel Alexander desenvolveram tratamentos distintos para a provisão de habitação social e uma variedade de técnicas provocantes para chamar a atenção para a situação de moradores de áreas precárias e para a necessidade de ação do governo na resolução do problema dos *slums*. Em todo o país, pequenos grupos liderados por mulheres geriam atividades similares ⁴⁵⁵.

Os alojamentos-modelo, cuidadosamente localizados em áreas estratégicas, foram concebidos como uma forma de propaganda com vistas a um programa nacional de erradicação de *slums*. O próprio modelo de habitação era entendido como uma forma de propaganda que ensinava outro

⁴⁵⁴ O método de Octavia Hill, publicado em 1875, em "Homes of the London Poor", sobre sua experiência em habitação e reforma social propõe a renovação das condições de habitação. Esta só seria possível com a reeducação adequada dos inquilinos sobre seus deveres e responsabilidades em relação à moradia e convivência entre inquilinos.

⁴⁵⁵ Elizabeth Darling, 2002, apud Elizabeth Denby, "*Europe Rehoused*", (1938), 2015, p. XI.

modo de habitar e ao mesmo tempo se constituía em manifesto a inatividade do governo municipal.

O sistema de propaganda era cada vez mais expressivo na tentativa de alcançar o maior número de pessoas, contava inicialmente com exposições em lojas locais sobre o que era considerado uma boa ou má habitação. Conhecidos como “Domingos sobre a habitação” os clérigos locais foram acionados para que na homília de domingo comentassem sobre as precárias condições de vida em *slums*. Com a intenção de promover a habitação social foi realizado o filme, *Kensington Calling* (KHT, 1930) e criado novo planejamento urbano para o norte de Kensington, em 1932, que enfatizava a necessidade de planejamento da cidade para resolver o problema dos *slums* ⁴⁵⁶.

Elizabeth Denby começa a fazer carreira independente como consultora em questões de habitação social e planejamento urbano, tanto em aspectos de desenho como de gestão. E recebe uma bolsa da *Leverhulme Trust* para pesquisar o tema de remoção de *slums*.

Entre a carreira como Consultora em Habitação e a publicação do livro *Europe Rehoused* escreveu uma série de artigos sobre planificação e habitação para a imprensa de arquitetura.

O primeiro artigo discutia o plano de Kensington, de 1932, como parte de um planejamento maior ⁴⁵⁷, no número de março da revista *Architectural Review* de 1933. A planificação da cozinha moderna, foi tema do programa *Planning the Modern Kitchen* da *British Broadcasting Corporation* (BBC) como parte da série dedicada ao desenho da vida moderna, *Design in Modern life* ⁴⁵⁸. Este foi o período em que co-organizou duas exposições *New Homes for Old*

⁴⁵⁶ KHT, 1932; Elizabeth Denby, 1933, apud Elizabeth Denby, “*Europe Rehoused*”, (1938), 2015, p. XI.

⁴⁵⁷ Elizabeth Denby, “Overcrowded Kensington”, *Architectural Review*, 73, p.115-118.

⁴⁵⁸ Elizabeth Denby, “Women and kitchens”, “In the kitchen”, “Design in the kitchen”, 1934, apud Elizabeth Denby, “*Europe Rehoused*”, (1938), 2015, p. XII.

(1933 e 1934) e colaborou na criação de dois blocos de habitação social para realojados de *slums*.

A experiência adquirida no trabalho com a KCSS foi aplicada na construção do bloco habitacional R.E. Sasson House, no sul de Londres, em 1934, protótipo da realização de Kensal House, oeste de Londres, no norte de Kensington, em 1937. Em ambos projetos Elizabeth Denby emprega os princípios modernistas como consultora em habitação colaborando com o arquiteto Maxwell Fry (1899-1987). Esses projetos utilizam níveis consideráveis de tecnologia e a noção de economia de trabalho doméstico nos moldes do conceito de *Existenzminimum*, dando relevância aos equipamentos sociais.

October, the management committee of the Pioneer Health Centre agreed to offer Mrs Sassoon part of the site on which they were due to build their new Centre for her flats [47]. A week later Denby was appointed by the directors of the Gas, Light and Coke Company to its advisory committee on design [48].

How much in advance Denby knew about these opportunities is a matter of speculation. Descriptions of her suggest someone who was passionate about her desire to improve the lives of the poor through housing reform and was prepared to make personal sacrifices if it meant achieving these goals in the way she wanted. Mary Medd recalled her 'as someone with great warmth, affection and generosity who cared passionately about people and things' [49], whilst Marjory Allen's description of 'Elizabeth's downright north country ways (which) did not suit everyone, but we all loved her' hints at the determination which underpinned her life [50]. The resignation may have been an act of desperation and defiance or an attempt to force the KHT's hand. It may have been a gamble or Denby may have known of all these offers and resigned comforted by thoughts of a promising future. Whatever the reality, the final move to independent practice was the result of hard work, the shifting political context, force of character and chance.

Elizabeth Denby, housing consultant

So, in October 1933, Elizabeth Denby, housing consultant was launched [51]. As the list of first tasks above suggests, from the start consultancy would encompass many practices from the design of a block of workers' flats, to research, writing and advisory work. This career lasted for the best part of thirty years, with its peak between 1933 and 1946 (and especially 1933-9). She continued to work until two years before her death in 1965, by which time her output was confined to writing.

Here, only a sketch of her work as a consultant can be offered but through it two issues about the nature and meaning of this activity will be emphasized. First, that although Denby's career got off to a solid start, she seems always to have been conscious – like any self-employed person – that the next job was never guaranteed and so had to be sought out or even created. Thus, much of what she did as a consultant was informed by a need for self-promotion. Secondly, and most importantly, in this role she formed part of a larger moment in the history of British architecture; something which has hitherto gone unremarked for the reasons outlined earlier. What makes Denby significant, and the women she represents, is that she was amongst that generation which effected the marriage between the progressive and holistic philosophy of housing and planning that the voluntary housing sector had developed between the wars and the emerging modernist movement and its progressive approach to design. This process has already been noted in the formation of the Housing Centre and will be further explored in the discussion below [52]. Together these forces would shape the post-war built environment.

At the same time as Denby and Fry worked on Sassoon House, they also collaborated on a much grander project, Kensal House. This commission resulted from the appointment of both to the Advisory Committee which had been formed by the London public utility company, the Gas, Light and Coke Company (GLCC). As part of its process of modernization in the face of competition from the emerging electrical industry, the Company decided to appoint a number of 'Architects and others' to 'advise it on architectural and kindred matters of common interest' [55]. Their chief role was to serve as a permanent team who could execute the Company's ongoing programme of re-designing showrooms and offices as a means to improve its public image.

Fry was one of the five architects appointed, Denby was the 'other' [56]. No evidence survives to explain how the GLCC chose their committee but it seems likely that it would have consulted with the RIBA for suggestions of architects; Fry was already making a name for himself within that institution. Denby's selection was probably due in part to the fact that she was known to the Company in its capacity as a local employer in north Kensington and had used its showrooms for housing exhibitions in the 1920s. There was also her emerging reputation as an expert on, amongst other things, kitchen design.

The decision to commission what would become Kensal House was taken in mid-November 1933 [57]. Initially it seems to have been conceived of as a project to house GLCC workers but it very quickly became a commission for a block of model housing. Its purpose was both to demonstrate the cheapness and efficacy of gas as a fuel and serve as a solution to '... the problem of providing the right living conditions for re-housed slum dwellers' [58]. The appointment of Denby to work on the project seems wholly logical given her knowledge of the housing needs of the poor; Fry's appointment was perhaps because his espousal of modernism would ensure a very different design for the flats, thus ensuring publicity.

Opened in March 1937 Kensal House comprised 68 flats which, like those at Sassoon House, were planned on rational lines and contained the exceptionally well-equipped kitchens befitting a project designed to sell the GLCC's products (Fig. 3). But it was, as noted, intended as much more than a gas showroom. Like the block in Peckham, it could not have been more different from the LCC's brick-built, five-storey blocks of flats which stood in social isolation amid seas of asphalt. At Kensal House, the 'right living conditions' required, in addition to a modern flat, an estate with two social clubs, a nursery school, allotments, a playground, the whole being run by on a day-to-day basis by a tenants' committee [59]. This was what Denby called an 'urban village', perhaps the first use of that term in this country [60]. This was intended to simulate the qualities of village life – especially its close-knit self-regulating community – and provide the conditions for their existence in a modern, urban context. A confirmed urbanist, Denby's ultimate goal was to keep people in the city and thus limit suburban sprawl.

Although Kensal House was usually attributed to the Architects' Committee, there is no evidence to suggest that anyone other than Denby and Fry were its chief designers. In conjunction with the GLCC's director, David Milne Watson, they seem to have come up with the programme for Kensal House and called in advisers for particular aspects of the design (the nursery school and the social clubs) when necessary. The exact process through which the design was produced remains unclear but, judging by Denby's collaborations with other architects (see below), it seems that her primary role was in the conceptualization of

in fundraising and propaganda, as well as her existing friendship networks, central to Denby's continued employment was the establishment of alliances with like-minded individuals and institutions through whom she could create opportunities for self-publicity and work.

Denby's relationship with Fry was initially amongst the most important of these. With him she would design the two blocks of flats which would create the most demonstrable evidence both of what a consultant could do, and the model of housing – much influenced by her voluntary housing sector background – which would best re-house the poor. The first product of their collaboration was the block of flats commissioned by Muzelle Sassoon, R. E. Sassoon House (Fig. 2), which was opened in November 1934 [53]. Constructed from a reinforced concrete frame, it provided 20 flats, each planned on the *existence-minimum* principle, with a large living room and a rationally planned kitchen. They were the first modernist workers' dwellings in Britain and, in keeping with Denby's idealist-inspired desire to combine material and social reform, the tenants, thanks to the donation of land from the Pioneer Health Centre, enjoyed access to the newly built Centre from its opening in 1935 [54].

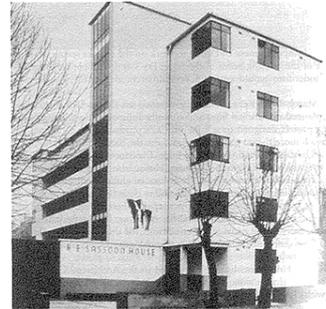


Figure 3. Kensal House, Ladbroke Grove, west London, Elizabeth Denby and Maxwell Fry for the Gas, Light and Coke Company, 1937 (author's collection).

the programme (and both projects are clear embodiments of her philosophy of housing) and the spaces which would accommodate these. Fry's task was to translate these ideas into appropriate three-dimensional form. This process certainly worked in the creation of Sassoon and Kensal Houses but the collaboration was not to last.

The success of these two schemes led Denby to suggest that she and Fry formalize their collaboration into some form of professional partnership [61]. In Denby's mind the conceptual role she brought to the making of each scheme constituted 'design' as much as Fry's form-making. Fry, on the other hand, rejected this proposition as he equated design with form-making alone and saw Denby's role as helpmeet rather than partner. For Fry, Denby's 'lack' of design skills would always position her in a secondary role to him, an Architect, and he was unable, throughout his life, to conceptualize her contributions to the making of these projects as anything more than help; adjustments to what he, as form-giver, had ordained. This dispute, which touches at the heart of the definition of the design process with which this paper began, broke their relationship and henceforth Denby would seek to take primary charge (and attribution) of any projects with which she was involved [62].

Denby's relationship with Fry may have deteriorated by 1937 but at its beginning it provided her with a useful entrée into the heartland of modernist activity in early 1930s Britain, the MARS (Modern Architectural Research) Group. In return, MARS gained a member with a considerable expertise about social matters which most of its members lacked, as well as access to a similarly progressive arena in the voluntary sector. In 1934,

Figura 58: Elizabeth Darling, "The star in the profession she invented for herself: a brief biography pf Elizabeth Denby, housing consultant". Planning Perspectives, 20, July, 2005.

R.E. Sasson House

Elizabeth Denby e Maxwell Fry insistiam na transformação da cidade através de comunidades e ambientes propícios à saúde física e social dos moradores e não na construção de novos subúrbios ou cidades-jardim, modelos aplicados na época.

Instalado em rua residencial no sul de Londres, R.E. Sasson House, fazia parte de um bairro experimental, *Peckham Experiment* que procurava solucionar o problema habitacional realojando as pessoas no mesmo local. Desenvolvido para acomodar famílias-membro do *Pioneer Health Centre*, a habitação bem planejada pretendia oferecer ambiente doméstico moderno e equipado para atender às necessidades dos moradores, através de uma nova linguagem arquitetônica ⁴⁵⁹.

O projeto abrigava o bloco de apartamentos e o centro de saúde, localizados próximos um do outro a uma distância de dois minutos a pé. O bloco residencial foi concebido como parte essencial dos planos de seus fundadores para transformar as vidas e o ambiente de alguns dos moradores pobres de Londres. A edificação era composta por 20 apartamentos dispostos em cinco pavimentos, apresentando balcões exteriores com vista para a *Belfort Road*.

As ideias de Elizabeth Denby em relação às condições dignas de moradia estavam alinhadas com a dos médicos a frente do projeto do Centro de Saúde (Innes Pearse e George Scott Williamson) que defendiam a intervenção arquitetônica como uma forma de contribuir para “uma vida plena e cheia de energia em termos de existência urbana”.

Ponto central do projeto, o Centro de Saúde reunia a expertise dos médicos com relação à saúde e à educação com a dos arquitetos com relação à maneira de habitar a cidade e à formação da sociedade. Este espaço comunitário ensinava a viver em sociedade, fornecia equipamentos de lazer,

⁴⁵⁹ Elizabeth Darling, “*Sasson House, London*”, 2014.

instalações médicas de cuidados à saúde dos adultos e das crianças, orientação com relação à concepção de filhos. Noções que fortaleciam a construção de cidadania.

Kensal House

Kensal House, considerado na época “a última palavra em apartamentos para a classe trabalhadora ⁴⁶⁰” foi inaugurado em 1937, ao norte de Kensington, West London. A realização deste conjunto residencial está inserida no contexto de campanhas sucessivas do governo central britânico, no período do entre guerras, para promover habitação a preços acessíveis para a população operária.

Com a emergência da indústria elétrica, a partir de 1933, e com vistas a aumentar o consumo de gás, a empresa de utilidade pública *Gas, Light and Coke Company* – GLCC, disponibilizou subsídios para a construção de Kensal House no intuito de ampliar os serviços, que atendiam da classe média à classe trabalhadora, com preços acessíveis.

⁴⁶⁰ Elizabeth Darling, “*What the tenants think of Kensal House: experts assumptions versus inhabitants’ realities in the modern home*”, february, 2000, p. 167.

What the Tenants Think of Kensal House: Experts' Assumptions versus Inhabitants' Realities in the Modern Home

ELIZABETH DARLING, Kingston University, UK

In keeping with the growing interest in user needs in social housing, this article takes a historical approach to the subject by comparing tenant responses with designers' intentions in an estate of social housing, Kensal House, built in north Kensington, London, in 1937. The survival of a rare and early investigation into the tenants' reception of the estate has allowed such a comparison. The resulting analysis demonstrates not only how people responded to and used housing in the middle decades of this century but how and why experts operate as they do.

THE PROBLEMS RAISED BY A CULTURE OF expertise are perhaps nowhere more apparent than in the field of twentieth-century social housing. It is widely argued that the architects, town planners, and politicians in both Europe and North America who were responsible for the creation of apartments and houses built to solve the century's housing shortage after World War II did not consider the needs of the tenants who would live in this accommodation.¹ The privileging of housing production without a consideration of the ways in which it might be used is therefore cited as one of the primary factors causing the social problems associated with public housing today. In the light of such criticisms, the architecture and planning professions have, in the past 30 years, attempted to formulate practices that enable tenants to participate in the (re)design and management of their estates in order to better meet their needs.² This shift in focus toward the needs of tenants has been reflected in the fields of history and anthropology by a growing concern to explain how building professionals came to dominate housing provision.³ Exploring the discrepancy between the models of housing developed by experts and the reality of everyday living in public housing has become a common practice.⁴ These studies have two main objectives:

to provide a historical account of the processes that allowed social housing to "fall" and, following from this, to gain an understanding of how people relate to their housing and what they demand of it. The ultimate intention is to create a more appropriate and successful model of social housing in the future.

Such work pushes historians toward an exciting reexamination of the ways in which people's identities and realities are created through the built environment. Rather than offering a model that posits a "top-down" imposition of norms onto a passive population,⁵ the new approaches stress a more fluid relationship between users and their environment in which users negotiate their own realities from the possible meanings presented to them.⁶ The anthropologist Daniel Miller has made some important observations on this process. He proposes the concept of "appropriation," the process through which tenants adapt and alter their mass-produced house or apartment in order to make it a place to which they can relate.⁷ This may be by physical alterations, the accumulation of ornaments and other possessions, or through the subversion of the intended use of the plan. Because of this focus on use, he argues, much any theory of housing that develops from such studies is necessarily "a theory of consumption."⁸



1. View of Kensal House, Laketown Grove, 1937. From F. R. S. Yorke and R. S. Yorke, *The Modern Flat* (London: Architectural Press, 1937).

to provide a historical account of the processes that allowed social housing to "fall" and, following from this, to gain an understanding of how people relate to their housing and what they demand of it. The ultimate intention is to create a more appropriate and successful model of social housing in the future.

Such work pushes historians toward an exciting reexamination of the ways in which people's identities and realities are created through the built environment. Rather than offering a model that posits a "top-down" imposition of norms onto a passive population,⁵ the new approaches stress a more fluid relationship between users and their environment in which users negotiate their own realities from the possible meanings presented to them.⁶ The anthropologist Daniel Miller has made some important observations on this process. He proposes the concept of "appropriation," the process through which tenants adapt and alter their mass-produced house or apartment in order to make it a place to which they can relate.⁷ This may be by physical alterations, the accumulation of ornaments and other possessions, or through the subversion of the intended use of the plan. Because of this focus on use, he argues, much any theory of housing that develops from such studies is necessarily "a theory of consumption."⁸

This process may be followed by a study of Kensal House, a small development of social housing that was opened in 1937 in north Kensington, west London (Figure 1). The project was commissioned by the Gas, Light and Coke Company, a public utility company, which recruited a team of experts to create an estate intended as "the last word in working-class flats" and a model to be emulated by central government. A great deal of material survives that documents what the gas company and its designers hoped the project would achieve. More significantly, and most unusually, there also survives evidence of what the tenants thought of the estate that was so carefully planned for them. A survey carried out for the gas company in 1942 gives a clear sense of how the tenants appropriated their environment and subverted many of the designers' intentions. Further evidence may also be extrapolated from an investigation into flatlet accommodation by the Ministry of Health, which visited Kensal House in 1951.⁹

In tracing the process between production and consumption, Kensal House serves not only as a means to test Miller's concept of appropriation but also sheds light on the ways in which experts operate. It will be argued here that although experts may gain their legitimacy by claiming to represent the needs of others, the evidence of the discrepancy between the views of the experts who designed Kensal House and those of the tenants suggests that experts' practices are best understood in terms of a need to represent themselves and make a place for their work within, in this case, the building world. That experts might be motivated by a desire not to serve others but rather themselves is an issue that the reassessment of postwar social housing has brought into focus. There is, however, evidence that shows that at the very time when the expert was becoming a prominent figure in society (in Britain, this was a process which largely took place during the 1930s and war years) there were those who recognized the "problem" of experts articulating the needs of others and who sought alternative ways of discovering what people wanted. Mass Observation, a social survey organization, carried out a number of investigations in the early years of the war into people's relationships with their housing. The methodology its researchers used and the results it produced could have offered the basis for a more tenant-oriented postwar housing. Although such an approach did not withstand the espousal of mass-produced, bureaucracy-led social housing under the postwar British welfare state, perhaps today it could be seen as offering the beginnings of a new theory of housing.

Producing Kensal House

The production of Kensal House should be seen in the context of successive campaigns by British central governments in the interwar period to provide affordable housing for its working-class population. In the 1920s, successive governments focused on the construction of housing estates, usually on virgin sites on the periphery of existing towns and cities. By the 1930s this policy had changed to one of slum clearance and the construction of blocks of apartments on cleared sites in the inner cities. A second factor behind the decision to build Kensal House was the emergence of the electricity industry as a major competitor to power suppliers like the Gas, Light and Coke Company (GLCC). Municipal building programs, as well as the concomitant growth of a market in houses built for owner occupation, provided a huge potential market for gas companies. The existence of competition from electricity, however, forced the gas industry to advertise itself, its services, and its products as never before in order to retain a large share of the market.¹⁰

The GLCC was at the forefront of the campaign to sell gas. From the late 1920s onward it sought various means to increase consumption of gas. The company initiated the redesign of its product range and, through a newly founded publicity department, from 1931 promoted fuel consumption through advertisements and film.¹¹ It also pursued a long-term program of lobbying government to ensure that gas was used, or made available to be used, in municipal housing schemes. The passing of a series of slum clearance acts in 1930, 1933, and 1935 gave renewed impetus to the Company's campaign to create demand for its products.

The culmination of the drive to promote gas consumption was the decision made in November 1933 to build a block of apart-

ments to demonstrate how "working class tenants could be provided with an all-gas service offering every amenity that a reasonable middle-class family might demand—and this without any abnormal capital outlay and at a running cost within their means."¹² Initially, it seems that the company saw the project entirely as a commercial venture, but almost immediately it was decided that the project might also serve as a means to signify the Company's commitment to public service. It was therefore agreed that "the estate should be an enlightened contribution to rehousing in a wider sense."¹³

Although the Company could provide the necessary technological expertise for the scheme, it had no "in-house" knowledge of social housing or architecture. At the same time as the decision to build the flats was taken, the Company's director David Milne Watson announced the formation of an Architects' Committee "to advise the Company on architectural and kindred matters of common interest."¹⁴ Its six members were "a group of people with unquestioned eminence in the world of housing design" from which the architect, E. Maxwell (Max) Fry, and the Housing Consultant, Elizabeth Denby, were given the direct responsibility for the program and design of what would become Kensal House.¹⁵

In Denby and Fry, the GLCC chose two figures who could provide them with the necessary expertise to provide both an architectural and social solution to the problem of providing the right living conditions for rehoused slum dwellers.¹⁶ Max Fry was a member of the group of British architects working at this time to promote the adoption of modernism in this country. His adherence to modernist doctrines had led him to try to develop a prototype apartment block, based on the use of a reinforced-concrete portal truss frame, which could go into mass-production.¹⁷ A version

of this, R.E. Sassoon House, a block of low-rise apartments, was already under construction in north London when he was appointed to the GLCC's Architects' Committee. This experience, and his avowed desire "to harness technical advance to contribute directly to increasing the total of human happiness," may explain his involvement in Kensal House.¹⁸ His collaborator, Elizabeth Denby, described herself as a "Housing Consultant." She was employed on the basis of her work as a pioneer in connection with certain aspects of housing design and in planning for working-class families.¹⁹ Her chief role would be to advise on the facilities and amenities to be supplied at Kensal House. Denby is an interesting figure and stands as an example of the way in which women could contribute to the design of the built environment at this date without professional architectural training. Before creating for herself the role of Housing Consultant, she had spent a decade working for a housing association in the slums of north Kensington. There she had amassed a thorough knowledge of the living conditions of its inhabitants and drew from this experience an interpretation of what they might want in a new dwelling. Through her involvement in the housing association's program of apartment building she also gained a broad knowledge of the architectural solutions to social housing. From this she formulated ideas as to what type of housing might work best for former slum dwellers. It was she who had instigated the scheme for R.E. Sassoon House, a prototype for Kensal House.²⁰

Once the team of experts was assembled, the GLCC chose a site for Kensal House on part of a former gas-works site at Kensal Green, north Kensington. This was in the poorest part of Kensington: the gas-works, in particular, were surrounded by some of the area's worst slums. The scheme

would be built on a one-and-one-third acre site and would provide accommodation in three blocks for 300 people in 68 apartments. It was decided that since this was a scheme to demonstrate how former slum dwellers could be rehoused cheaply and well the Company should form a housing association, named the Capital [sic] Housing Association, to build and manage the estate. This semipublic status meant that the GLCC could qualify for state subsidy and would have to adhere to Ministry of Health guidelines. The subsidy not only provided extra funding for the project, but also imposed government approval of the Company's practice.

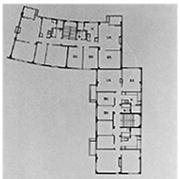
In the meantime, Denby and Fry worked on the design of Kensal House. The choice of what constituted the right living conditions for former slum dwellers seems to have been left entirely to the two of them. Some hint as to what this might entail was given by the social problems associated with housing, particularly "the best use of leisure time by the married folk and young men and women and the proper care of the bodies and minds of little children too young for school."²¹ Fry recalled how "Elizabeth and I thought a great deal about how the people could live there."²² The result was "no ordinary block of flats but a community in action, with social rooms, workshop, a corner shop, with larger flats, better balconies, even a separate drying balcony and ... a nursery school."²³ Kensal House would be what Denby called "an urban village."²⁴

What was meant by a "community in action"? As Fry's description suggests, it was to be more than just a block of apartments. The aim was to create an environment in which the tenants could be transported from the misery and life-defeating environment of the slums, where family life and decency were perceived as under constant attack, to an es-

tate where family and community life could be restored. This demanded a many-pronged solution. Hence in their design of Kensal House, Denby and Fry brought together the services of technology, architecture, and social welfare. They would provide not just for the material needs of the tenants by building solid, well-planned, and equipped apartments, but also for their social needs through the provision of a range of amenities and facilities. Equal attention was paid to the design of both the private and public parts of the estate. The subsidy not only provided careful attention was paid to the running and management of the scheme.

Fry's design was for three, five-story blocks that covered 17% of the gas-works' site.²⁵ The two large blocks ran parallel to the main road, Laketown Grove, with their short end overlooking a railroad line. The 5 and 7 children. Family income would not have exceeded between 2 and 3 pounds a week, just over the minimum amount then recognized as the poverty line.²⁶ Such families were each given an apartment which contained a fully-equipped working kitchen, a large living room (approximately 15 by 12 feet), bathroom and lavatory, what was, in existing planning retained. Behind the main blocks, the site of a former gas holder was transformed into a playground overlooked by the scheme's nursery school.

Each block contained a mix of either two- or three-bedroom dwellings, accessed by staircase and with pram and bicycle sheds at ground floor level (Figure 2). In keeping with the desire to reintegrate family life as apartments were planned to "insure" serenity and quietness in the home life of the tenants.²⁷ The aim was always to create a strong contrast with the slum homes from which the tenants came. Surviving evidence shows that most of the tenants were rehoused from the extremely poor living conditions in the local area. Of the 68 tenancies, 42 families came from overcrowded houses and 4 had previ-



2. Kensal House: Floor plan, 1937. From *Accord Gas Water Heaters Ltd., Flats, Manorial and Private Enterprises*, 1938.



3. Kensal House: Plan and section of kitchen and bathroom, 1937. From *Accord Gas Water Heaters Ltd., Flats, Manorial and Private Enterprises*, 1938.



4. Kensal House: view of kitchen and bathroom. From *Accord Gas Water Heaters Ltd., Flats, Manorial and Private Enterprises*, 1938.

ously lived in basement dwellings. Most of the families were large, several had between 5 and 7 children. Family income would not have exceeded between 2 and 3 pounds a week, just over the minimum amount then recognized as the poverty line.²⁶ Such families were each given an apartment which contained a fully-equipped working kitchen, a large living room (approximately 15 by 12 feet), bathroom and lavatory, what was, in existing planning retained. Behind the main blocks, the site of a former gas holder was transformed into a playground overlooked by the scheme's nursery school.

Each block contained a mix of either two- or three-bedroom dwellings, accessed by staircase and with pram and bicycle sheds at ground floor level (Figure 2). In keeping with the desire to reintegrate family life as apartments were planned to "insure" serenity and quietness in the home life of the tenants.²⁷ The aim was always to create a strong contrast with the slum homes from which the tenants came. Surviving evidence shows that most of the tenants were rehoused from the extremely poor living conditions in the local area. Of the 68 tenancies, 42 families came from overcrowded houses and 4 had previ-

ously lived in basement dwellings. Most of the families were large, several had between 5 and 7 children. Family income would not have exceeded between 2 and 3 pounds a week, just over the minimum amount then recognized as the poverty line.²⁶ Such families were each given an apartment which contained a fully-equipped working kitchen, a large living room (approximately 15 by 12 feet), bathroom and lavatory, what was, in existing planning retained. Behind the main blocks, the site of a former gas holder was transformed into a playground overlooked by the scheme's nursery school.

Each block contained a mix of either two- or three-bedroom dwellings, accessed by staircase and with pram and bicycle sheds at ground floor level (Figure 2). In keeping with the desire to reintegrate family life as apartments were planned to "insure" serenity and quietness in the home life of the tenants.²⁷ The aim was always to create a strong contrast with the slum homes from which the tenants came. Surviving evidence shows that most of the tenants were rehoused from the extremely poor living conditions in the local area. Of the 68 tenancies, 42 families came from overcrowded houses and 4 had previ-

ously lived in basement dwellings. Most of the families were large, several had between 5 and 7 children. Family income would not have exceeded between 2 and 3 pounds a week, just over the minimum amount then recognized as the poverty line.²⁶ Such families were each given an apartment which contained a fully-equipped working kitchen, a large living room (approximately 15 by 12 feet), bathroom and lavatory, what was, in existing planning retained. Behind the main blocks, the site of a former gas holder was transformed into a playground overlooked by the scheme's nursery school.

Each block contained a mix of either two- or three-bedroom dwellings, accessed by staircase and with pram and bicycle sheds at ground floor level (Figure 2). In keeping with the desire to reintegrate family life as apartments were planned to "insure" serenity and quietness in the home life of the tenants.²⁷ The aim was always to create a strong contrast with the slum homes from which the tenants came. Surviving evidence shows that most of the tenants were rehoused from the extremely poor living conditions in the local area. Of the 68 tenancies, 42 families came from overcrowded houses and 4 had previ-

ously lived in basement dwellings. Most of the families were large, several had between 5 and 7 children. Family income would not have exceeded between 2 and 3 pounds a week, just over the minimum amount then recognized as the poverty line.²⁶ Such families were each given an apartment which contained a fully-equipped working kitchen, a large living room (approximately 15 by 12 feet), bathroom and lavatory, what was, in existing planning retained. Behind the main blocks, the site of a former gas holder was transformed into a playground overlooked by the scheme's nursery school.

Figura 59: Imagens do artigo de Elizabeth Darling, "What the tenants think of Kensal House: experts assumptions versus inhabitants' realities in the modern home", february, 2000, p. 167.

Para estabelecer o programa e o desenho do conjunto residencial foi criada uma comissão de arquitetura composta pelo arquiteto Maxwell Fry, a

consultora em habitação, Elizabeth Denby e equipe. A ideia era desenvolver uma solução que conjugasse tecnologia, arquitetura e bem-estar social para prover condições de vida adequada aos realojados de *slums*.



Figura 60: Kensal House. Playground e creche. Fotografia de Edith Tudor-Hart, 1938. <http://www.hiddenarchitecture.net/2017/09/gender-resistance-kensal-house.html>

Pretendia-se prover as necessidades materiais através de apartamentos sólidos, bem planejados e equipados. Já as necessidades sociais seriam providas através de equipamentos e serviços comunitários. Era dada a mesma atenção tanto as áreas públicas quanto as áreas privadas do conjunto. Uma vez construído e habitado era fundamental a gestão do funcionamento e manutenção.

O local escolhido, Kensal Green, era uma área muito pobre rodeada por *slums* muito precárias. O terreno abriga três blocos de apartamentos de cinco andares com 68 apartamentos para 300 pessoas. O conjunto conta com clubes, parque infantil e creche.

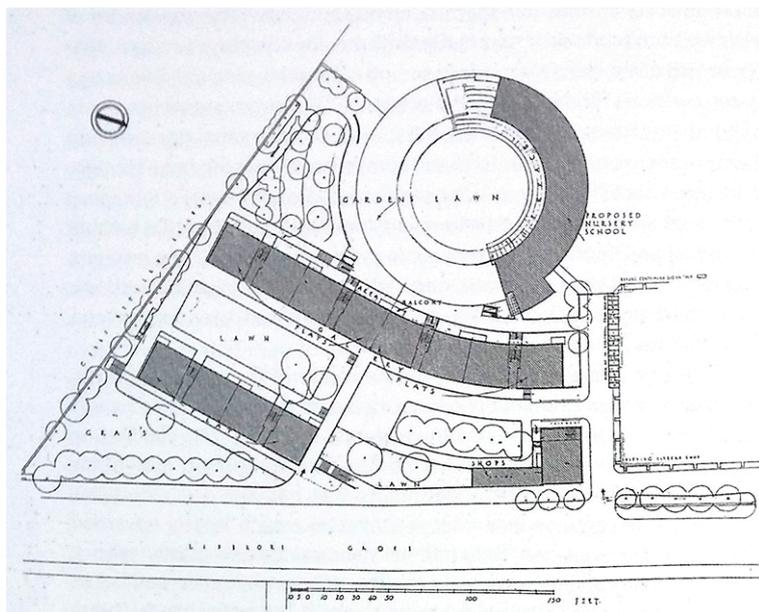


Figura 61: Kensal House. Playground e creche. Fotografia de Edith Tudor-Hart, 1938. <http://www.hiddenarchitecture.net/2017/09/gender-resistance-kensal-house.html>

Um dos primeiros exemplos da aplicação dos princípios do *Zeilenbau* na Inglaterra, o bloco principal foi orientado no sentido norte-sul e a sala de estar recebia incidência solar voltada para o oeste, os outros dois blocos foram dispostos paralelos à estrada. Entre eles foi mantida a vegetação original e implantado um jardim gramado. Cada bloco possui apartamentos de dois e três dormitórios. O acesso aos apartamentos se dá através de uma escada que leva a dois apartamentos por andar, no térreo dos blocos dos apartamentos foi reservado um espaço de armazenamento para guardar bicicletas e carrinhos de bebê ⁴⁶¹.

As famílias, oriundas de condições de extrema pobreza, viviam em casas superpopulosas, habitações em porões e eram numerosas, com cinco a sete filhos. A renda familiar de dois a três *pounds* por semana era considerada justo acima da linha de pobreza. A cada família realojada foi entregue um apartamento silencioso e planejado para assegurar serenidade à vida dos moradores, a privacidade reforçava a ideia de família. A cozinha totalmente

⁴⁶¹ Elizabeth Darling, "What the tenants think of Kensal House: experts assumptions versus inhabitants' realities in the modern home", february, 2000.

equipada, sala de estar grande (4,5 x 3,5 m), banheiro e lavatório faziam parte do ideal de *Existenzminimum* inglês.



Figura 62: Kensal House. Playground e creche. Fotografia de Edith Tudor-Hart, 1938. <http://www.hiddenarchitecture.net/2017/09/gender-resistance-kensal-house.html>

A publicidade realizada pela GLCC salientava que a cozinha bem planejada aliviaria a carga de trabalho do lar, reforçava que o excesso de trabalho doméstico tornava a mulher “um ser humano pior, pior esposa e pior mãe”⁴⁶². Apesar de propaganda agressiva o projeto reivindicava melhores condições para os trabalhos reprodutivos. O papel de gênero na realização dessas atividades, continuava a cargo da mulher, pois não era questionado naquela época.

A cozinha e a sala de estar receberam atenção especial. A cozinha procurava maior eficiência e variedade de equipamentos, além de ser um local onde, na opinião de Elizabeth Denby, inquilinos do sexo feminino pudessem desenvolver a função de dona de casa e mãe. A cozinha foi planejada nos moldes da cozinha de Frankfurt pensando na economia e racionalização do trabalho. Sua área, de pequena dimensão, media 3,35 x 2,26

⁴⁶² S. C. Leslie, “Kensal House, the case for gas is proved”, 1934, p.4 apud Elizabeth Darling, “What the tenants think of Kensal House: experts assumptions versus inhabitants’ realities in the modern home”, february, 2000, p.170.

m, o que permitia que cada recurso estivesse ao alcance com o mínimo de passos. Bem equipada, contava com aquecimento de água, ferro e fogão a gás, além de superfícies contínuas de trabalho e armários modulares. Para lavar e secar a roupa foi projetado um balcão, “grande o suficiente para estender lençóis e cobertores”, em continuação à cozinha. Isto significava que a atividade de lavar roupa seria individualizada, realizada em privado, e possibilitava pendurar a roupa longe de “olhares curiosos”, grande preocupação dos inquilinos em lavanderias coletivas ⁴⁶³.

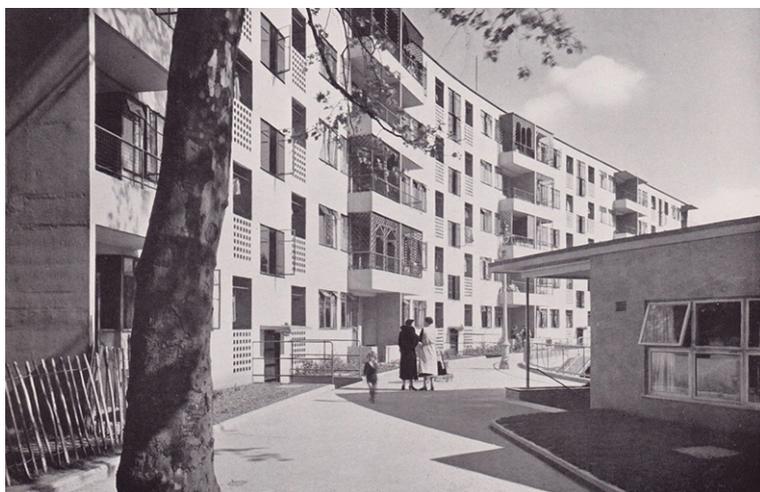


Figura 63: Vista dos blocos residenciais desde a creche de Kensal House, 1938. Fonte: “Flats. Municipal private Enterprise” apud <http://www.hiddenarchitecture.net/2017/09/gender-resistance-kensal-house.html>

Maxwell Fry defendia a ideia de que as atividades realizadas na cozinha, considerada a oficina da esposa, seriam o trabalho mais importante da casa. Para o arquiteto estas atividades não deveriam alterar a vida em família, que se realizaria na sala de estar e de jantar, em encontros diários para conversar e comer. Esses ambientes em sua opinião suprimiam a dimensão mínima da cozinha.

⁴⁶³ Elizabeth Darling, “What the tenants think of Kensal House: experts assumptions versus inhabitants’ realities in the modern home”, february, 2000, p. 170.

Desde um olhar atual, a partir da perspectiva de gênero pode-se considerar que o projeto embora pioneiro ao valorizar o trabalho reprodutivo, principalmente realizado na cozinha, segrega e torna invisível o trabalho da mulher ao separar um ambiente de trabalho do ambiente de convívio familiar. Além disso, a dimensão mínima da cozinha não permite que outras pessoas estejam no mesmo espaço ao mesmo tempo.

A sala, considerada o coração da família, não deveria ser local de trabalho, portanto apesar de contar com lareira, esta não deveria ser utilizada para cozinhar. Este ambiente também foi dotado de varanda, sua área media 2,4 x 1,5 m, dimensão suficiente para colocar uma mesa, assim como para as crianças brincarem sob a supervisão da mãe. Ela permitiria um espaço exterior e compensaria a falta de um jardim privado, propiciando a família o acesso ao ar fresco e luz natural.

O maior foco da intervenção de Elizabeth Denby estava direcionado à esfera pública e comunitária do empreendimento. A ideia era a criação de uma “comunidade em ação”, razão pela qual a parte crucial nesse processo era o estabelecimento de um comitê de inquilinos para a formação de lideranças. Membros representantes das *stair cases committee*, seriam responsáveis pelo funcionamento diário e manutenção do conjunto e Elizabeth Denby estaria encarregada de gerenciá-los como diretora de habitação.

Foram criados espaços de reunião para uso da comunidade e a possibilidade de formação de lideranças. Cada bloco possuía no pavimento térreo, além de espaço para guardar bicicleta e carrinho de bebê, equipamentos destinados à vida comunitária – dois clubes sociais, para adultos e crianças, frequentados por moradores locais e do entorno. A intenção era prover a locação para um melhor uso do tempo de lazer e “para promover o senso de comunidade entre os inquilinos”.

Pela primeira vez um clube foi integrado ao projeto de um conjunto. Elizabeth Denby era promotora da organização voluntária *Feathers Club Association*, fundada pelo *Prince de Wales and his friends* em 1935, que promovia centros comunitários para pobres e desempregados próximos a áreas de *slums*. O clube previa espaço para entretenimento, reunião e oficinas, oferecia máquinas de costura e outras possibilidades.

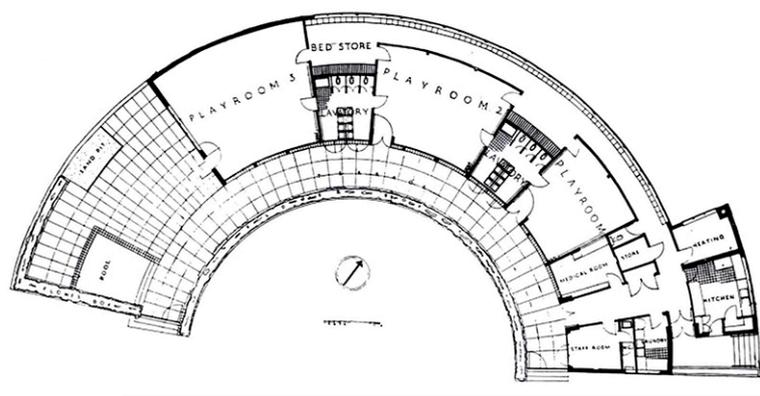


Figura 64: Planta da creche de Kensal House, 1938. Fonte: “*Kindergarten Architecture*” por Mark Dudek apud <http://www.hiddenarchitecture.net/2017/09/gender-resistance-kensal-house.html>



Figura 65: Vista dos blocos residenciais desde a creche de Kensal House, 1938. Fonte: “*Flats. Municipal private Enterprise*” apud <http://www.hiddenarchitecture.net/2017/09/gender-resistance-kensal-house.html>

Havia ainda a previsão de outros equipamentos destinados à vida comunitária, para os inquilinos do sexo masculino, além de atividades para a

prática de exercício saudável, e comida a preços acessíveis. A falta de espaço e de áreas verdes foi compensada com grama, árvores e *playground* para as crianças entre os três blocos residenciais. Enfermeiras treinadas cuidavam das crianças do conjunto e de áreas vizinhas nas creches. Cada criança recebia diariamente revisão médica, uma dose de óleo de bacalhau, comida saudável, muitos jogos e ar fresco.

A creche e o programa social extensivo pretendiam alcançar muitos objetivos, propiciar o sentido de pertencimento e o potencial dos inquilinos e dar-lhes o sentido de suas habilidades, o que tornaria Kensal House uma comunidade em ação.

Na opinião de Elizabeth Denby e de Maxwell Fry, a combinação do desenho com características particulares claras e definidas de bem-estar social poderiam transformar a vida dos moradores. O realojamento de antigos moradores de *slums* em uma casa com boa circulação de ar, equipamentos sociais e com o comitê dos inquilinos reforçava a responsabilidade de cada um ⁴⁶⁴.

Elizabeth Denby enfatizou para que ficasse claro em ambos edifícios as teorias e práticas desenvolvidas por mulheres sobre estratégias e tecnologias para reduzir trabalho. Também é evidente a preocupação com serviços e equipamentos comunitários, tanto no primeiro caso que a distância ao centro de saúde era bem pequena ou no segundo caso que incluía uma série de equipamentos sociais para os moradores de Kensal House e do entorno próximo, gerenciado inicialmente por um comitê de inquilinos.

Em suma o programa habitacional proposto por Elizabeth Denby e alinhado com o pensamento das organizações do KCSS consideravam que a maneira de resolver o problema em áreas de *slums* “não era uma questão de

⁴⁶⁴ Elizabeth Denby, “Kensal House, an urban Village”, p.62 apud Elizabeth Darling, “What the tenants think of Kensal House: experts assumptions versus inhabitants’ realities in the modern home”, february, 2000, p. 170.

teto senão de recuperar a vida enriquecendo e ampliando todas as esferas das atividades humanas⁴⁶⁵”.

DOI:10.1080/0950

'Urban village' or 'white house': envisioned spaces, experienced places, and everyday life at Kensal House, London in the 1930s

Mark Llewellyn
Department of Geography, University of Wales Swansea, Singleton Park, Swansea, SA2 8PP, Wales;
e-mail: m.r.llewellyn@swan.ac.uk
Received 8 November 2002; in revised form 29 September 2003

Abstract. The aim in this paper is to consider several interweaving narratives on Kensal House, which was the first housing estate inspired by Modern architecture to be built in Britain, opening in 1936. The analysis focuses on the ways in which architectural theory and everyday life collided at Kensal House—which is situated in Ladbrooke Grove, North Kensington, London—through a reading of the theories, ideas, and ideals of the designers of the spaces combined with the often neglected narrative of the intended users of these domestic environments, the first inhabitants of the block. The paper offers an analysis of Modern architecture from two contrasting yet often complementary standpoints, considering Kensal House both as an 'urban village', as the architects called it, and as the 'white house', as it became known by residents of North Kensington. Particular focus will be made on the ways in which people responded to the striking domestic modernities of these blocks. Whereas some conventional narratives seem to argue that the architects had an isolated set of views which were simplistically imposed on their consumers, the argument here is that the relationship was rather more blurred and messy, with a constant dialogue among the interested parties. The debates concerning these spaces are polyvocal, including many, often marginalised, voices in the historical narrative of Modern architecture. Consequently, what is produced here is a complex, and often contradictory, tale—a thick description of home.

Introduction

Recent ideas about the ways in which architecture, and indeed space at a more theoretical level, is 'produced' and 'consumed' are the conceptual backdrop to this analysis. The simplistic dichotomy of production and consumption is not effective in enabling an understanding of the intricate processes of adaptation and possession that take place in homes, in Kensal House, and in other similar housing schemes. A broader and therefore more nuanced perspective on the design of these spaces can be achieved through polyvocality—that is, by combining analyses of architectural schemes from multiple viewpoints rather than using one, somewhat privileged, position (see Boudon, 1972).

As Ruth Finnegan (1998, page 175) has noted, this polyvocal approach is particularly useful, if 'messy', when used in analysing the home: "there is no one overarching message, for the actual narrations are heterogeneous, with overlaps and complexity rather than single grand schemes." This is apposite, for as Georges Perec (1997, page 28) notes, within the context of the home, "the room is a fairly malleable space" and this malleability is something particularly central to this argument. Importantly, architectural spaces are not simply empty visions of home, but are lived and experienced. This is the notion that Henri Lefebvre drives at—that space is not merely produced for simple consumption, but that spaces can be adapted, manipulated, appropriated, and produced by a range of individuals (see Lefebvre, 1991; 1996a; see also Harris, 1997; McLeod, 1997; Merrifield, 2000; Shields, 1999). For Lefebvre space was produced as much by people in their everyday lives walking through their homes and their cities, acting in the realm of 'representational space',

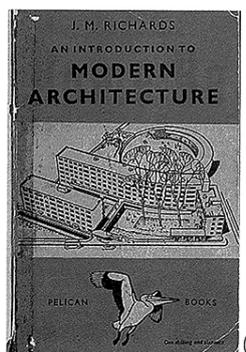


Figure 4. Kensal House, pictured on the cover of *An Introduction to Modern Architecture* (source: Richards, 1963 [1940]; reproduced by permission of Penguin Books Ltd, <http://www.penguin.co.uk>).

slums (*Architects' Journal* 1935a). The Minister of Health commented that the difference between modern blocks such as Kensal House and old tenement blocks was "the difference between light and darkness, beauty and ugliness, intelligence and stupidity" (*Architects' Journal* 1935b). Kensal House received similar praise when put on display at the MARS 'New Architecture' exhibition (Tyrwhitt, 1938). Further, Miss H Alford, who was Housing Manager in Fulham at the time of the completion of Kensal House, complimented Denby in an introduction to a speech she was to make. She noted that the Kensal House scheme "shows all the imagination and skill which municipal schemes often lack" (in Denby, 1942, page 13).

The building became an icon for the Modern Movement in Britain, emblematic of its aims, and a demonstration of what architecture could do for the working classes. Evidence of this high esteem is provided in the form of the cover of James Richards's *An Introduction to Modern Architecture* (figure 4), first published in 1940 (Richards, 1963).⁶⁵ He called it a "clever" and "innovative" building and, "probably the nearest we possess at the moment of writing to a modern housing scheme on a large enough scale to form a self-contained community of its own, but it is only a fraction of the size of the pre-Nazi housing schemes of Germany and Austria, which came nearer the size proper civic planning demands" (1963, page 137). As acting editor of the *Architectural Review* at the time, he was in a position to influence the types of buildings and styles

⁶⁵ The centrality of Kensal House as an exemplar of Modern working-class housing is evidenced by the fact that it also appears on the front of Gold's recent (1997) book.

Figura 66: Imagens do artigo de Elizabeth Darling, "'Urban village' or 'white house': envisioned spaces, experienced places, and everyday life at Kensal House, London in the 1930s", september, 2000, p. 229-249.

⁴⁶⁵ Elisabeth Darling "Enriching and enlarging the whole sphere of human activities': The Work of Voluntary Sector in Housing Reform in Inter-War Britain" en Lawrence, Christopher & Mayer, Anna-K, eds. *Regenerating England: Science, Medicine and Culture in Inter-war Britain* Clio Medica/The Wellcome Institute Series in the History of Medicine 60, Amsterdam-Atlanta, 2000.

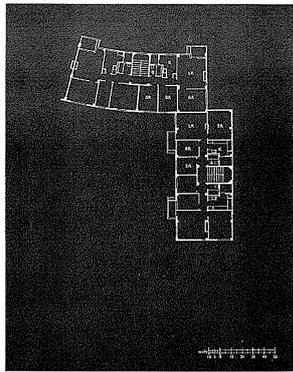


Figure 2. Type plan, Kensal House [source: plate in "Kensal House, Ladbroke Grove", in *Flats: Municipal and Private Enterprise* (Ascot Gas Heaters Ltd, London, 1938, page 69).

This was a decision made on the assumption that a larger living room was more desirable than a larger kitchen, and that the kitchen would be used in a scientifically managed way: "it is rightly considered as a machine for the preparation of meals, and which will operate most efficiently when all equipment is at hand, and no [excessive] walking from side to side is necessary" (Yorke and Gibberd, 1937, page 36). However, contrary to the architectural rhetoric of labour saving, many women when questioned during the 1930s and 1940s on the issue of kitchen planning noted that they would prefer a 'kitchen-living room' arrangement (M-O, 1943; Pleydell-Bouverie, 1944).⁶⁰ Indeed the government-sponsored Dudley Committee, commissioned to research appropriate minimum standards of housing design, argued that the kitchen-living room layout was to be one of the three key 'ways of living' in the home (Central Housing Advisory Committee, 1944; see also Ministry of Health and Ministry of Works, 1944). This approach to the design of the home was, they argued, more suited to the existing social practice of many working-class families.

Despite the expressed desires of working-class women, the provisions of the *Existenzminimum*, or minimum-space, kitchen was offered as one of the most celebrated features of these flats. These scientifically planned Modern dwellings were designed for

⁶⁰ For a much more detailed discussion of the relationship between gender, geography, and the planning of the labour-saving kitchen, see Llewellyn (2002, 2004).

modern citizens, those prepared to accept the machine age, drawing directly from the ideas about kitchen planning derived from experiments in the 1920s and early 1930s (see Henderson, 1996; Lupton and Miller, 1992). Denby, not Fry, designed the kitchen to be labour saving so that some of the burden would be lifted from the housewife. The excessive housework of unplanned homes and kitchens would, according to the GLCC, make the woman "a worse human being, a worse wife, and a worse mother than she could be" (S C Leslie, 1938, page 279 cited in Darling, 2000a, page 168). Kensal House set about redressing this imbalance.

Village and community life: shaping Modern citizens

As noted, Denby and Fry worked elements into the architectural plan that would encourage the inhabitants to work together as a community. However, it was Denby's experiences outside the architectural profession that differentiated her approach from that of Fry: "in her view architecture alone could not solve the problems of the modern age ... only by a combination of social provision, management and architecture could society progress" (Darling, 2000a, page 168). The social elements of the scheme were, in the main, left to Denby to manage and produce, whilst Fry and his committee of architects worked out the technical details of the housing estate.⁶¹ They designed a nursery school on site and allotments, workshops, and a club, because both the adults and the children were included in the plans. The goal for Denby was that the "residents run [the estate] themselves" (Denby voiceover in *Kensal House* 1938) and the scheme provided for self-government by tenants; 'stairwell committees', made up of representatives from the flats, dealt with any complaints.

According to the architects, the two 'social' institutions of the estate, the nursery school and the Feathers social club, were the keys to its initial success. The nursery school (figure 3) was perhaps Kensal House's crowning social achievement. Denby (1938, page 62)

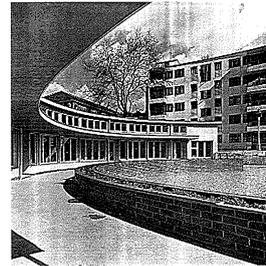


Figure 3. Nursery school, Kensal House [source: Yorke and Gibberd, 1937, page 77].

⁶¹ This committee included the architects Robert Atkinson, C H James, and G Grey Wormum.

Figura 67: Imagens do artigo de Elizabeth Darling, "'Urban village' or 'white house': envisioned spaces, experienced places, and everyday life at Kensal House, London in the 1930s", setembro, 2000, p. 229-249.

as it was by architects and planners. For Lefebvre the essential difference between versions of producing space concerns the 'representational space' produced by everyday life, and the 'representations of space' designed and produced by individuals such as architects. Further, the argument is that these forces of production and consumption do not operate in isolation but, rather, inform one another in a constant cycle of production and reproduction of space on a daily basis. In other words, once initially 'produced', architectural spaces such as Kensal House are not 'consumed'—they are 'reproduced' by individuals living therein according to their everyday lives. What is being analysed here is an ever-changing geography of domestic modernity. However, a whole series of positions exist between the individuals acting in the realms of 'representational space' and 'representations of space'. These territories are occupied by discourses between the architects and the residents, in both directions. The approach to this historical narrative, then, is not oppositional, but is rather more dialogical. This analysis is in line with Loretta Lee's recent (2001) call for a 'critical geography of architecture' which in essence is defined as a much greater embodied engagement with built form in order to obtain much richer and more meaningful interpretations of architectural space (see also Bryden and Floyd, 1999; Cieraad, 1999; Miller, 2001).

The Modern flat

Throughout the 1930s, Modern architects in Britain speculated on the ways in which the 'new' would impact on the home.⁶² Their ideas about the appropriate way to live in modern homes were guided by the overarching principles of healthy, efficient, and functional living. Modern architects believed that their legitimate sphere of influence extended from the home to the planning of the metropolis, or, to use the phrase of prominent Werkbund⁶³ member Hermann Muthesius, "from the sofa cushion to city planning" (Muthesius, 1902 cited in Schwartz, 1996, page 22). Therefore the domestic environments people lived in would mirror the hierarchical and ordered worldview of Modern Movement practitioners. The housing form preferred by Modern architects, the one in which these principles would be most rationally achieved, was the flat. In England, flats were forwarded by architects as not only could they be constructed to house greater numbers without the concomitant destruction of the countryside as had been in the case with the suburbs in the interwar years, but also they would provide opportunities for a communal life outside that of the family unit. Nurseries, laundries, clubs, hot-water services, rubbish collection, and other amenities could be cheaply and efficiently arranged for communities to use in blocks of flats. Most importantly, flats could be arranged so as to minimise work for the housewife (see Hayden, 1981; Peal, 1977; 1935). Yet, from preliminary studies in the early 1930s, Mass-Observation (M-O), the sociological surveyors, concluded that "the majority of the public were against them" (M-O, 1941a).⁶⁴ When M-O again conducted an enquiry in 1941 asking people which type of accommodation they would prefer it found that the traditionalist view

⁶² For a detailed historiography of Modern architecture and its particular impact in Britain, see John Gold (1997). Interestingly, Gold's account draws extensively on the use of oral history interviews with architects whereas in this paper I use residents' interpretations. As such, the two texts can be seen to work in dialogue to produce a polyvocal narrative on architectural schemes such as Kensal House.

⁶³ The Werkbund was an association concerned with the production of industrial art and design for mass consumption by the public in their homes.

⁶⁴ It is worth noting here the remit and purpose of M-O. Based in London, it saw itself as "an independent, scientific, fact-finding body" (M-O, 1943, page iv), and consisted of "1500 amateur Observers, ordinary people who have volunteered to help in the making of factual surveys. Anyone

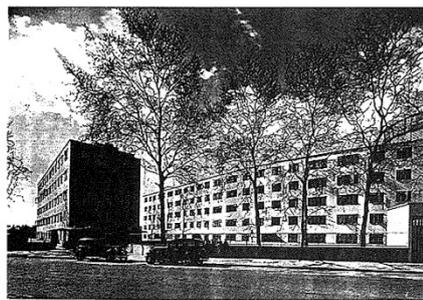


Figure 1. Kensal House, Ladbroke Grove [source: Yorke and Gibberd, 1937, page 76].

prevailed amongst the public, with many arguing that they would move into houses instead of flats "if they got a chance" (1941b).

Despite the functional advantages of flats, as noted above, there existed in English society an attitude that prevented the public from embracing flat living, as they had in Continental Europe or in the Scottish tenements. The design of Modern flats was perceived as foreign and different and definitely not for English people, because of the 'dominance of the 'English house' concept' in 'national British' debates' (Glendinning and Muthesius, 1994, page 24). Consequently, the modernity of these flats came to be critiqued and satirised. In his 1936 publication, *How to Live in a Flat*, Heath Robinson lampooned the functional and 'modern' lifestyle needed to live in modern flats (Robinson and Browne, c. 1936). As K R G Browne, whose text accompanied Robinson's cartoon images, dryly commented: "a flat is simply a portion of a house that has been converted but not entirely convinced" (page 5). This being the case, how did the residents of Kensal House (figure 1), one of the most celebrated Modern housing schemes, respond? Were they converted and convinced by their flats? How were the architectural ideals produced at Kensal House, the 'urban village' or 'white house' built in London in the mid-1930s conceived, experienced, and negotiated?

⁶⁵ (continued)

can be an Observer, no special training is needed. In the two years of its existence M-O has been exploring new techniques for observing and analysing the ordinary" (1939a, page 10). Its surveys on housing collected between the late 1930s and early 1940s were all intended to contribute to *An Enquiry Into People's Homes* (1943). Despite this purported objectivity, M-O's studies were often bound up with the middle-class assumptions of its investigators. As such, the evidence in this paper relating to its work has to be treated with caution and not with the same methodological integrity as the oral history interviews, for example, although this does not negate the usefulness of this evidence. Equally, this is not to argue that oral history interviews are in any way objective for they clearly are not.

Figura 68: Imagens do artigo de Elizabeth Darling, "'Urban village' or 'white house': envisioned spaces, experienced places, and everyday life at Kensal House, London in the 1930s", september, 2000, p. 229-249.

Antecedentes ao Europe Rehoused

Quando as condições econômicas na Grã-Bretanha começaram a melhorar, o Ministro de Saúde do Governo Nacional, Edward Hilton Young, procurou recomeçar a campanha, declarando "ataque em massa as *slums*" e introduziu uma nova lei de habitação. A 1933 Act e a mudança na política que a incorporou, podem ser vistas como o ponto de partida para a realização de *Europe Rehoused* ⁴⁶⁶.

Em 1936, ao dirigir a reunião do *Royal Institute of British Architects* (RIBA), Elizabeth Denby tece forte crítica à política habitacional de então (prefigurando a conclusão de seu livro, *Europe Rehoused*), com base no que os moradores entrevistados diziam sobre a vida em apartamentos e em casas individuais (*cottage states*) durante o pós-guerra. Esta crítica foi publicada no artigo, *Rehousing from the slum dwellers' point of view* ⁴⁶⁷.

Sobre os apartamentos, critica a falta de elevadores, de balcões privados, de isolamento acústico, a sua arquitetura feia e o equipamento ineficiente mal instalado. Também critica a falta de imaginação no uso da terra em torno de apartamentos e conclui que "os apartamentos são intensamente impopulares entre os trabalhadores ao considerarem que eles fornecem um ambiente totalmente inadequado para a vida familiar" ⁴⁶⁸.

⁴⁶⁶ Elizabeth Darling, 2002, apud Elizabeth Denby, "*Europe Rehoused*", (1938), 2015, p. XII.

⁴⁶⁷ Realojamento desde o 'ponto de vista' dos moradores de favelas.

⁴⁶⁸ Elizabeth Denby, "*Rehousing from the slum dweller's point of view*", 1936, p.65, apud Elizabeth Denby, "*Europe Rehoused*", (1938), 2015, p. XIV.

E argumentava que muitas das críticas aos apartamentos eram igualmente aplicáveis às casas construídas nas franjas de cidades inglesas, em subúrbios. A vida em subúrbios estava associada ao desperdício de tempo, em função da longa distância entre a casa e o trabalho. Esses locais careciam de centros de comércio ⁴⁶⁹.

Elizabeth Denby propõe o desenho de um modelo de moradia para habitantes de *slums*, a partir da opinião e da experiência de vida dessas famílias, no qual defende a necessidade de viver próximo ao trabalho e ao centro da cidade. O que resulta na proposta de um desenvolvimento misto que combinaria apartamentos e casas unifamiliares para todas as classes sociais em uma unidade de vizinhança planejada. Contaria com pessoas treinadas a ajudar na formação dos trabalhadores de áreas precárias, que teriam à disposição equipamentos de recreação e saúde ⁴⁷⁰.

Esta proposta era bem diferente dos apartamentos modernos que desenhou com Maxwell Fry em Londres. Essas casas e apartamentos bem equipados dispunham de espaços mais generosos, como a cozinha de trabalho e o local para jantar na sala de estar ⁴⁷¹.

A posição de Denby ao defender o desenvolvimento de pequenas casas com jardins, de alta densidade, contrariava dois princípios do Movimento Moderno: a Cidade Jardim e os blocos de apartamentos em arranha-céus. Esta abordagem, que é a mesma defendida em *Europe Rehoused*, é polêmica, na época, e reafirma a posição de vanguarda que Elizabeth Denby vinha nutrindo ⁴⁷².

⁴⁶⁹ Elizabeth Denby, *Rehousing from the slum dweller's point of view*, 1936, p.66, apud Elizabeth Denby, *Europe Rehoused*, (1938), 2015, p. XIV.

⁴⁷⁰ Elizabeth Denby, *Rehousing from the slum dweller's point of view*, 1936, p.80, apud Elizabeth Denby, *Europe Rehoused*, (1938), 2015, p. XV.

⁴⁷¹ Ibidem.

⁴⁷² Ibidem.

Europe Rehoused

A obra de Elizabeth Denby, *Europe Rehoused*, publicada em 1938 com o objetivo de informar os governantes e políticos britânicos, tornou-se um dos textos sobre habitação mais influentes nas políticas habitacionais da segunda pós-guerra, na Inglaterra e nos Estados Unidos.

A primeira edição da obra incluía anúncios do livro *Modern Housing*, de 1934, de Catherine Bauer. No prefácio da edição norte-americana do livro, o arquiteto Walter Gropius, sublinha que “o texto carregava o peso da perfeita perícia ⁴⁷³” de Elizabeth Denby. Tanto esta introdução quanto a da edição inglesa realizada pelo médico do Rei, Lord Horder, ressaltam o seu grande conhecimento em tecnologia e experiência, além da capacidade de ter uma visão própria sobre a habitação.

Reeditado em 2015, seu conteúdo continua influente nos dias de hoje, o prefácio desta última edição foi escrito pela historiadora em arquitetura Elizabeth Darling, que fez extensa pesquisa sobre Elizabeth Denby e ressalta como aspecto significativo do livro o fato de que “tal política resulta do trabalho de uma escritora, que havia assumido status e autoridade significativos nos debates sobre habitação nas décadas entre as duas guerras ⁴⁷⁴”.

O fato de Elizabeth Denby ter publicado um livro substancial em habitação acentua o quanto era normal para as mulheres ter voz nos debates sobre habitação no período entre-guerras. Mulheres como ela foram consideradas herdeiras de várias gerações de mulheres de classe média que se

⁴⁷³ Walter Gropius, 1938, p.10, “Foreword” apud Elizabeth Denby, *“Europe Rehoused”*, (1938), 2015, p. IX.

⁴⁷⁴ Elizabeth Darling em Elizabeth Denby, *“Europe Rehoused”*, 2015: viii, tradução nossa.

valeram da sua condição de gênero feminino para alcançar papéis políticos em suas comunidades.

A associação das mulheres com a casa, em particular, lhes permitiu criar abordagens tanto para o projeto do lar quanto para a habitação social e a sua gestão, algo que se destacou nas carreiras das reformadoras sociais Octavia Hill e Henrietta Barnett, especialmente na década de 1890 e 1900 ⁴⁷⁵.

Escrito em uma década onde o principal programa de remoção de favelas (*slum clearance*) estava em andamento, a obra de Elizabeth Denby ofereceu uma pesquisa de aproximadamente duas décadas da prática europeia em habitação social, iniciada no final da Primeira Guerra Mundial.

O livro propõe uma comparação entre o exemplo de seis países europeus, selecionados sob a ótica de sua posição na Primeira Guerra Mundial, dois países ganhadores, dois perdedores e dois neutros – Suécia, Holanda, Alemanha, Áustria (especialmente a cidade de Viena), Itália e França. Para a pesquisa também foram visitados Dinamarca, Finlândia, Hungria e Checoslováquia. O estudo relaciona a política habitacional desses países ao sistema britânico e aponta as lições que poderiam ser aprendidas a partir de experiências estrangeiras, compreende desde a conformação urbana até os elementos para a economia do trabalho doméstico a nível individual e comunitário.

O trabalho de campo era complementado com o estudo da legislação e de dados censitários, das discussões com os responsáveis políticos e técnicos, além das entrevistas com moradores que haviam se mudado dos *slums* para esses novos bairros. As entrevistas exerceram grande influência em seu trabalho, o que a levou a revisar a forma das novas habitações.

Elizabeth Denby defendia solução pioneira para o problema habitacional através do conceito de desenvolvimentos mistos, de alta

⁴⁷⁵ Elizabeth Darling; Lesley Whitworth, *“Women and the Making of Built Space in England, 1870-1950”*, 2007.

densidade, para todas as classes sociais, situados em áreas urbanas bem equipadas com a incorporação de equipamentos sociais ao lado de apartamentos e casas bem desenhadas ⁴⁷⁶.

O estoque habitacional de cada país foi avaliado de acordo com os mesmos critérios, construindo aos poucos a conclusão de Elizabeth Denby que declarava que da “vasta quantidade de novas edificações pequenas”, que foram levantadas na Grã-Bretanha desde a guerra, “poucas poderiam ser comparadas com a qualidade de produção de qualquer outra nação europeia ⁴⁷⁷”.

Os valores que Elizabeth Denby priorizava marcam a diferença de outros estudos comparativos realizados na época, ao mesmo tempo que revelam a crítica realizada pela consultora com relação a produção habitacional na Grã-Bretanha, modelos de baixa densidade e uniformidade de usos sem os equipamentos necessários a vida cotidiana.

O livro, dividido em duas partes, a primeira com três capítulos, foca em questões gerais e relaciona as origens do problema habitacional, antes e depois da guerra, com o início da Revolução Industrial. Posteriormente, examina os fatores nacionais que influenciaram o problema: clima, economia pós-guerra e a natureza de propriedade da terra. E discute o aspecto financeiro: os organismos responsáveis pela construção de casas e a natureza dos subsídios disponíveis para a construção.

A segunda parte do livro é dedicada a estudos individuais da política habitacional e à prática europeia nos seis países citados. Essa seção foi completada com um capítulo conclusivo, no qual compara estes exemplos com o sistema britânico durante o mesmo período.

A importância de seu trabalho se deve à natureza polêmica e à defesa de uma política de realojamento, que seria amplamente adotada após a

⁴⁷⁶ Elizabeth Denby, *“Europe Rehoused”*, (1938), 2015, p. 273-278.

⁴⁷⁷ Elizabeth Denby, *“Europe Rehoused”*, (1938), 2015, p. 272.

Segunda Guerra Mundial. Este livro traz a voz de uma mulher que assumiu status significativo como especialista em habitação no período entre-guerras.

A denúncia apresentada por Elizabeth Denby à política de habitação britânica, na sua conclusão, foi seguida por uma série de recomendações das práticas europeias ou na adaptação da política nacional, que ela acreditava que valiam à pena adotar. Muitas dessas recomendações teriam proporcionado oportunidades para especialistas como ela ⁴⁷⁸.

Elizabeth Denby incentiva que a Grã-Bretanha aprenda com a qualidade de vida urbana moderna em áreas recém-desenvolvidas nos países continentais. As ideias mais progressistas aplicadas na prática europeia em habitação têm origem inglesa – cooperativas, sociedades de poupança para o financiamento de novas casas, cidades jardim, sistemas modernos de saneamento e esgoto, estatutos e inspeção – que poderiam ser retomadas em seu país de origem ⁴⁷⁹.

A consultora em habitação aponta o modelo realizado em *Red Viena* como o maior exemplo de sucesso em toda a Europa, ao definir o habitar em seu sentido mais amplo, sublinha que naquela cidade foi reconhecido, pela primeira vez, que abrigo não era o suficiente, “os seres humanos precisam de companhia, recreação, beleza no ambiente, além de creches que facilitariam o cotidiano dos pais moradores de *slums* ⁴⁸⁰”.

Outro fator educativo em Viena foi o sentido de responsabilidade dado aos inquilinos através dos “Comitês Imobiliários”, as atribuições foram passadas às famílias famintas nas fronteiras da cidade, foram experimentadas as pequenas propriedades e fornecida assessoria técnica especializada com maquinário para a formação de um mercado cooperativo. Nele não era permitido o lucro e mesmo com arquitetura e planejamento simples “a

⁴⁷⁸ Elizabeth Denby, “*Europe Rehoused*”, (1938), 2015, p. XVII.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p. 272.

⁴⁸⁰ *Ibidem*, p. 279.

habitação vienense pode ser reivindicada como a maior conquista em habitação do século ⁴⁸¹ ”.

Ela também destaca o modelo da Suécia na política de financiamento, através de política financeira flexível, urbanismo severo, propriedade cívica de grandes extensões de terra e a inestimável posse de um povo com educação gratuita universal (sem divisão de classes) e com pequenas variações de renda entre ricos e pobres ⁴⁸².

Através de iniciativa, coragem e recursos deste modelo conclui ser este o exemplo mais interessante para a Inglaterra em termos de política de financiamento, salientando que “nenhuma dessas vantagens era um presente do céu, que essas medidas foram conquistadas através do pensamento, trabalho árduo e senso comum ⁴⁸³”. Destaca ainda que o grau de controle sobre o desenvolvimento local, exercido pelas autoridades de planejamento era evidente em todos os países analisados, exceto na Grã-Bretanha ⁴⁸⁴.

Elizabeth Denby ao analisar a Alemanha constata que em todas as suas cidades edificou-se algo de importância arquitetônica desde a Guerra, geralmente no campo habitacional ⁴⁸⁵. Com relação a esse tipo de construção, tece uma crítica ao uso da habitação mínima, na maior parte da Europa provocada pelo desconforto intolerável do “planejamento mínimo ⁴⁸⁶”. Essa informação já se apresentava nos desenhos de seu discurso ao RIBA, em 1936 ⁴⁸⁷. A legislação de cada país vai determinar o mínimo, mas esse mínimo é que acaba sendo empregado como solução, portanto é fundamental rever a legislação em relação a habitação.

⁴⁸¹ Elizabeth Denby, “*Europe Rehoused*”, (1938), 2015, p. 281.

⁴⁸² *Ibidem*.

⁴⁸³ *Ibidem*.

⁴⁸⁴ *Ibidem*.

⁴⁸⁵ *Ibidem*, p. 130.

⁴⁸⁶ *Ibidem*, p. 145.

⁴⁸⁷ Elizabeth Denby, “*Europe Rehoused*”, (1938), 2015, p. XVII e XVIII.

A dimensão das habitações e de seus ambientes eram tão pequenas que as famílias tinham que adquirir novo mobiliário, mesmo enfrentando dificuldades financeiras. O “mobiliário mínimo” uma vez inserido no ambiente praticamente não deixava espaço nem mesmo para uma família considerada de tamanho normal. Na opinião de Elizabeth Denby esta questão estava associada a dois motivos, um deles correspondia ao arquiteto que obtinha um arranjo triunfante em espaço insuficiente e o outro aspecto ao alto custo da construção. Essas novas habitações eram muito caras para as famílias mais pobres na Alemanha de 1934 ⁴⁸⁸.

Depois de 1933, as famílias mais pobres enfrentaram outro problema, os jardins de infância incluídos em novas propriedades pelo governo socialista foram fechados através da retirada de bolsas oficiais. A teoria nazista incentivava que as crianças seriam melhor cuidadas pela própria mãe, por maior que fosse o tamanho da família ⁴⁸⁹. No intuito de retirar as mulheres da competição com homens no mercado de trabalho e incentivar a indústria de móveis, além do fechamento do jardim de infância houveram incentivos ao casamento e ao nascimento de crianças, através de “Empréstimos de casamento” e “Empréstimos de pobreza” inaugurados pelo governo nazista ⁴⁹⁰.

Elizabeth Denby sugere que em relação ao desenvolvimento de uma cidade, as autoridades municipais devem levar em consideração algumas questões principais. No que diz respeito ao tamanho, cabe formular a seguinte indagação, existe espaço suficiente para a população? Em relação ao tráfego, deve ser avaliada a situação presente e as necessidades futuras. Um outro fator considera a provisão necessária para o governo cívico, saúde, educação, comercialização e cultivo. Outros fatores consideram a aparência e a atmosfera da cidade. Em termos de aparência, as perspectivas e o elemento

⁴⁸⁸ Elizabeth Denby, *“Europe Rehoused”*, (1938), 2015, p. 145-146.

⁴⁸⁹ *Ibidem*, p. 147.

⁴⁹⁰ *Ibidem*, p. 147.

surpresa devem ser mantidos em mente em todo o desenvolvimento, sem perda de harmonia. Todas as classes sociais e idades devem poder desfrutar a atmosfera da cidade. Ressalta ainda a necessidade de proteger o cidadão contra a exploração pelo proprietário ⁴⁹¹.

A consultora em habitação critica o modelo de “zoneamento” no qual regiões inteiras são planejadas de forma homogênea. Ao agrupar uma casa, quatro ou doze por acre, é estabelecido um “sistema deplorável que inevitavelmente divide as famílias de acordo com seus rendimentos ⁴⁹²”. Este sistema substitui o desenvolvimento misto usual na Inglaterra onde a diferença entre casas caras e baratas era o tamanho da casa e não o planejamento urbano ou localização na cidade.

Elizabeth Denby reforça que a atitude da cidade ao adotar o modelo de zoneamento é anti-social e limitada, uma vez que as comunidades, em seu ponto de vista, devem conter o maior número de possibilidades de ocupações e interesses. Ela propõe a inclusão de loteamentos semi-agrícolas dentro ou nas proximidades da comunidade. Sua luta para que a divisão de classes existente na Grã-Bretanha fosse superada pretende alcançar a igualdade de oportunidades ⁴⁹³.

Ao analisar e comparar as propostas de habitações sociais, Elizabeth Denby propõe algumas reflexões. Sobre que tipo de casas foram construídas? Se as pessoas gostam das habitações? Se podem pagar o custo de viver nessas moradias? Se as novas propriedades como um todo funcionam e são economicamente bem sucedidas ⁴⁹⁴?

Entre os elementos relacionados a habitação destaca-se alguns temas. Em relação a casa, as famílias alugam aquela que podem pagar e não a que gostariam de ter ou que deveriam exigir em função do tamanho da família,

⁴⁹¹ Elizabeth Denby, *“Europe Rehoused”*, (1938), 2015, p. 282.

⁴⁹² *Ibidem*, p. 293.

⁴⁹³ *Ibidem*, p. 293.

⁴⁹⁴ *Ibidem*, p. 298.

pois o aluguel é calculado com base na área da moradia. O paradoxo é que quanto maior a família, menor a renda, o que leva essas famílias a habitarem casas de menor custo e de área menor.

Na Grã-Bretanha e na Holanda é reconhecido oficialmente a conveniência de proporcionar uma sala de estar, com dormitórios separados para os pais, filhos e filhas. Nas novas cidades ao redor de Paris a legislação determina o tamanho das salas de estar, em proporção ao número de dormitórios da habitação. Na Itália, as habitações são planejadas, geralmente, de maneira a incluir as três gerações, pais, filhos e filhas e avós.

A instalação de lavanderias centrais e salas de secagem nos conjuntos habitacionais havia se tornado moda em toda a Europa. Este sistema já estava sendo substituído por equipamentos mais modernos e individualizados em cada moradia, auxiliados por um serviço de lavanderia comercial cada vez mais barato e eficiente. Essas mudanças otimizaram o tempo cotidiano das mulheres, pois a lavanderia coletiva implicava em horário determinado de uso. Nas palavras de Elizabeth Denby:

Esta tendência é calorosamente bem-vinda, pois as mulheres que trabalham encontram dificuldades em deixar suas atividades de culinária, limpeza, organização da casa e compras nas horas estipuladas, mesmo que possam colocar seu bebê em uma creche ou escola maternal ⁴⁹⁵ "(Denby, (1938), 2015, p. 299, tradução nossa).

Outros temas relacionados a habitação eram os equipamentos, estes são importantes fatores econômicos e de eficiência ao tratar de alugueis baixos. A instalação de elevadores era possível em apartamentos com mais de quatro andares. A questão da iluminação e de superfícies claras era um dos temas importantes, para as cooperativas.

A opinião pública na Grã-Bretanha teve grande influência no estímulo a construção de habitações sociais, apesar de ter construído em quantidade,

⁴⁹⁵ *Ibidem*, p. 299.

isso no entanto, não assegurou a qualidade dessas habitações que eram muito pequenas e poucas poderiam ser comparadas com o restante da produção europeia. Um número considerável de cidadãos mais pobres foram segregados em propriedades solitárias, sem comércio adequado, nem locais de lazer e qualquer ajuda do governo ou financiamento. Todos esses elementos eram necessários em função da carência dos ex-moradores de *slums*.

Elizabeth Denby observa um momento de inflexão na política da Inglaterra, no qual grande parte da renda nacional estava destinada à defesa, portanto as despesas oficiais em habitação dificilmente continuariam na mesma escala imprudente. Essa seria uma oportunidade segundo ela de revisar a política habitacional e alinhá-la ao problema da realidade inglesa. Seria o momento de trabalhar com qualidade e não quantidade, para tal a habitação deveria considerar as necessidades das pessoas, além de pesquisar e aproveitar ao máximo os recursos próprios do país. Em resumo, gastar cérebros em vez de dinheiro ⁴⁹⁶.

A recepção positiva da obra *Europe Rehoused* é indicativa de uma opinião diferente da abordagem britânica do período entre-guerras, a respeito da habitação social. A habitação passa a ser compreendida como um serviço social. Tal conceito estaria em primeiro plano nos debates durante a guerra, relativo ao papel da habitação na reconstrução das cidades. Contexto em que as ideias de Elizabeth Denby tiveram influencia na política habitacional.

A política de habitação do pós-guerra foi baseada em relatório realizado pelo *Dudley Committee*, compartilhando a mesma opinião do *RIBA's Housing's Committee*. Ambos produziram recomendações similares que enfatizavam a necessidade de habitações bem equipadas, concebidas por

⁴⁹⁶ Elizabeth Denby, "*Europe Rehoused*", (1938), 2015, p. 300.

arquitetos, e em um desenvolvimento misto, que deveria ser o modelo principal para novos programas de habitação ⁴⁹⁷.

A teoria de habitação de Elizabeth Denby destaca a necessidade de atender ao bem-estar físico e social dos inquilinos dando importância aos desejos especialmente das donas de casa. Ela propõe que os regimes de remoção de *slums* façam parte de políticas globais de planejamento.

Em 1939 desenhou uma das casas da *Daily Mail Ideal Home Exhibition*, como era usual nas exposições se mostravam desenhos realizados pelos promotores habituais de habitação nos quais se vendia uma domesticidade de consumo, com o objetivo de introduzir as mulheres de classe média-baixa nas últimas tendências de elementos para o lar. A *All-Europe House*, encarregada pelos organizadores a Elizabeth Denby, era totalmente diferente, moderna em suas formas, tinha como objetivo encantar as mulheres não através do consumo interminável de elementos, mas através de seu desenho e mobiliário, oferecendo uma visão alternativa sobre como uma casa subsidiada poderia ser ⁴⁹⁸.

⁴⁹⁷ Nicholas Bullock, *Bulding the Post-war World*, 2002, apud Elizabeth Denby, *Europe Rehoused*, (1938), 2015, p. XIX.

⁴⁹⁸ Elizabeth Darling, "The House that is a Woman's Book come True": The All-Europe House and Four Women's Spatial Practice in Inter-war England" en Darling, Elizabeth & Whithworth, Lesley. *Women and the Making of Built Space in England, 1870-1950*. Andershot, Ashgate Publishing Limited, 2007.)

4.4 CATHERINE KROUSE BAUER WURSTER 1905-1964



Figura 69: Fotografia de Catherine Bauer Wurster (em: University of California, Berkeley - http://www.berkeley.edu/news/berkeleyan/2005/03/31_women.shtml)

4.4.1 Aspectos biográficos

Catherine Bauer nasceu em Elizabeth, Nova Jersey, Estados Unidos. Planejadora urbana e ativista dos direitos femininos, levou as experiências do entre-guerras da Europa para os Estados Unidos. Após deixar o Vassar College (faculdade apenas para mulheres), cursou por um ano Arquitetura na Cornell University e retornou ao Vassar College onde se graduou em Artes e Literatura, em 1926.

No final dos anos 1920, as cidades norte-americanas sinalizavam a depressão econômica do país e Catherine Bauer, depois de passar um ano na

França, começou a questionar os padrões de moradia inspirada no êxito das políticas sociais europeias e no surgimento do modernismo na arquitetura.

Fundadora da política habitacional dos Estados Unidos dedicou-se a melhorar a qualidade de vida urbana naquele país através de moradias funcionais, de baixo custo e com igualdade de acesso.

Tornou-se referência obrigatória no campo da habitação, recebendo o título de *Houser*. Os “*housers*” constituíam um grupo de idealistas que militavam em defesa da habitação.

Em 1924 fez parte de uma sociedade sem fins lucrativos, a *City Housing Corporation* que constrói Sunnyside, no Queens, Nova York, e posteriormente lança o projeto de construção de Radburn, em Nova Jersey. Ambos os projetos são aplicações de suas teorias e foram fundamentais na divulgação do ideário das unidades de vizinhança – as *neighborhood units*. O ponto central das propostas era a preservação da vida comunitária, com áreas residenciais que garantissem o silêncio e o bem-estar.

Em 1928 escreveu uma série de artigos, um deles foi publicado pela *The New York Times Magazine*, o que a levou a trabalhar com Harcourt Brace e conhecer o urbanista Lewis Mumford.

Mudou-se para Nova York, por intermédio de Lewis Mumford, e começou a frequentar o Regional Planning Association of America (RPAA), cujo objetivo era estudar e reelaborar as ideias das cidades-jardim nos Estados Unidos. O grupo vinha se encontrando desde 1923 e era composto, além do próprio Lewis Mumford, por: Charles Whitaker, Clarence Stein, Henry Wright, Frederick Ackerman e Benton McKaye, dentre outros. Uma de suas maiores preocupações era criar bairros com qualidades diferenciadas das usualmente encontradas nos subúrbios do país.

Motivada pelas discussões e realizações do RPAA, Bauer voltou a Europa, onde visita Alemanha, Suíça, Holanda e França, empenhada em conhecer os seus programas de habitação. Ao retornar aos Estados Unidos,

escreve um artigo para o concurso de melhor ensaio sobre “Arte na Indústria”, promovido pela revista *Fortune*. Tecendo elogios ao programa de habitação de Frankfurt, coordenado por Ernst May, ganha o concurso.

Durante 1931, colaborou com a curadoria de Philip Johnson da exposição *Modern Architecture: International Exhibition* que teve lugar no Museu de Arte Moderna da Cidade de Nova York, em 1932, além de organizar a sessão relativa à habitação. A exposição abria condições para a introdução do *International Style* nos Estados Unidos.

Em 1932 trabalhou com Lewis Mumford na elaboração de cinco artigos para a revista *Fortune*, dos quais três foram publicados. Os créditos foram atribuídos somente a Lewis Mumford, não obstante a informação factual e muitas das ilustrações e legendas terem sido produzidas por Catherine Bauer.

Sua pesquisa sobre habitação social foi tema do livro *Modern Housing: Metropolitan America*, publicado em 1934 seguindo os conselhos de Lewis Mumford, no intuito de apresentar e interpretar as experiências habitacionais europeias ao público americano.

No ano de 1936 recebeu o primeiro prêmio da *Guggenheim Foundation* de arquitetura e habitação. Manteve atividades como escritora e crítica de arquitetura, além de ativista política colaborando para o *U.S. Housing Act* de 1937 de Wagner-Steagall, como para o *U.S. Housing Act* de 1949 de Taft-Ellender-Wagner. Bauer foi nomeada diretora do então criado *U.S. Housing Authority* e assessora de agências federais e locais.

Em 1940 passou a dar aulas como professora visitante na *University of California* de Berkeley, onde conheceu um dos grandes personagens da arquitetura moderna americana, William Wurster, com quem se casou em agosto daquele ano, depois de um relacionamento de anos com Lewis Mumford.

Lecionou em *Harvard University*, *Cornell University*, *Mills College* e na *University of Wisconsin*. Em Berkeley ocupou um posto permanente na

University of California no *Department of City and Regional Planning*, desde 1950 até a sua morte. William Wurster e Catherine Bauer foram acusados de comunistas e resistiram às acusações de deslealdade pelo *Tenney Committee* durante o *Red Scare* na década de 1950.

Foi consultora das Nações Unidas, especialista no planejamento urbano em países em desenvolvimento, como a Índia. Desempenhou diversos cargos na Planificação e Associação Cívica Americana e no Conselho Assessor Democrático. Membro honorário do Instituto Americano de Planejadores.

Premiada pela *American Society of Planning Officials* e o *American Institute of Planners* por suas contribuições no desenvolvimento da habitação social nos Estados Unidos, incluindo seu trabalho para a aprovação da Lei da Habitação Pública, em 1937.

4.4.2 Contribuição à questão do gênero na habitação e no urbanismo

“Muitos se esqueceram – ou nunca souberam – que a arquitetura moderna estava em causa uma vez, principalmente com a melhoria social e cívica ⁴⁹⁹. ”

Nos seus 30 anos de carreira na arquitetura e no planejamento urbano seu trabalho foi direcionada à pesquisa, obras e artigos sobre os temas da habitação, da reabilitação urbana, da ordenação do território, da suburbanização e do planejamento social nos Estados Unidos, na Europa e em países em desenvolvimento. Teceu críticas à habitação moderna que, ao planejar e construir projetos de habitação em massa rejeita o ornamento e esquece os usuários finais ⁵⁰⁰.

O início de sua trajetória foi marcado pelo período entre-guerras e seus princípios fundamentaram-se em experiências adquiridas nas viagens realizadas durante o final dos anos 1920 e começo dos anos 1930. Ao testemunhar os trabalhos de Walter Gropius, Le Corbusier, André Lurçat e as iniciativas de planejamento da cidade e de habitação pública em Frankfurt, de Ernst May, adquire conhecimento sobre os padrões europeus da nova habitação. Após a Segunda Guerra Mundial analisa o fracasso do movimento de moradia ⁵⁰¹.

Com a convicção de que a ação das massas e o poder da legislação transformariam as condições de vida das pessoas comuns, desenha a política habitacional dos Estados Unidos. Todo o seu percurso profissional foi motivado pela questão de “como as pessoas realmente querem morar?” Com

⁴⁹⁹ Catherine Bauer, *“The Social Front of Modern Architecture in the 1930s”*, 1965, p. 50.

⁵⁰⁰ Cynthia Imogen Hammond, *“The interior of modernism: Catherine Bauer and the American housing movement”* em Sandra alfoldy; Janice Helland, *“Craft, space and interior Design, 1855-2005”*, 2008, p. 171-174.

⁵⁰¹ *Ibidem*, p. 175.

essa questão desafiava colegas arquitetos e planejadores urbanos a redefinir a arquitetura, no enfrentamento do desafio urbano do século XX: abrigar os pobres, os sem-teto e os deslocados, assim como os trabalhadores sindicalizados e mulheres trabalhadoras ⁵⁰².

A concepção de moradia no olhar de Catherine Bauer prioriza a escuta das pessoas que iriam viver em seus edifícios e comunidades. Ela defende a ideia de que o arquiteto e o planejador urbano teriam muito a aprender sobre habitação através da interlocução com os futuros moradores. Torna-se crucial considerar as suas necessidades e desejos na luta pelo amplo acesso à habitação dentro das limitações de padronização e produção em massa ⁵⁰³.

Esta concepção de moradia era defendida pelos *housers*, ativistas de habitação pré-Segunda Guerra Mundial que acreditavam na relação mútua entre a qualidade de um determinado ambiente arquitetônico e a vida de seus residentes, além de defenderem a habitação acessível a todos. Naquele contexto sociopolítico predominava o sentimento de que casa era um privilégio e não um direito.

Catherine Bauer destacou-se como membro desse grupo de idealistas intitulados *housers* e, como ativista, lutou pelo direito à moradia de todos os cidadãos. Com essa convicção colaborou na redação do *U.S. Housing Act*, de 1937, de Wagner-Steagall bem como para o *U.S. Housing Act* de 1949 de Taft-Ellender-Wagner. A Lei de Habitação dos Estados Unidos de 1937 estabelecia o primeiro programa permanente no país de assistência a moradias de aluguel acessível à classe trabalhadora ⁵⁰⁴.

⁵⁰² *Ibidem*, p. 171.

⁵⁰³ Catherine Bauer, "*Housing and the Architect*", 1955, *apud* Cynthia Imogen Hammond, "*The interior of modernism: Catherine Bauer and the American housing movement*" em Sandra alfoldy; Janice Helland, "*Craft, space and interior Design, 1855-2005*", 2008, p. 171.

⁵⁰⁴ Catherine Bauer, "*The Social Front of Modern Architecture in the 1930s*", 1965, p. 52.

Anos mais tarde, referiu-se, a este projeto como responsável pelo estabelecimento de um mínimo de moradia digna, segura e sem extravagâncias⁵⁰⁵. E ao complementar que a finalidade do *U.S. Housing Act*, de 1937, era a construção de casas de boa aparência, saudáveis e higiênicas, acrescenta que as moradias deveriam ser ensolaradas⁵⁰⁶.

Catherine Bauer acreditava que o modernismo anunciava novas possibilidades políticas e sociais. A habitação, segundo ela apresentava aspectos políticos, defendendo sua presença na legislação norte-americana como um direito humano fundamental⁵⁰⁷.

Apesar de outras agências também estarem diretamente preocupadas com vários aspectos do problema habitacional, o programa da *United States Housing Authority* (USHA) passou a ser o coração do movimento habitacional, a partir de então⁵⁰⁸.

Em seu primeiro livro, *Modern Housing*, 1934, traça o histórico de 15 anos da política habitacional na Europa e denuncia a falta de política habitacional nos Estados Unidos. Apresenta como modelo o conceito de habitação moderna, em sua concepção mais que um abrigo, ponto central em uma rede de serviços públicos. No aspecto social, defende como fundamental a relação entre os moradores e a proximidade aos equipamentos de uso

⁵⁰⁵ Catherine Bauer, Jacob Crane, "What Every Family Should Have", 1940, p.52 *apud* Cynthia Imogen Hammond, "The interior of modernism: Catherine Bauer and the American housing movement" em Sandra alfoldy; Janice Helland, "Craft, space and interior Design, 1855-2005", 2008, p. 180.

⁵⁰⁶ Catherine Bauer, "El aspecto social de los años 30" em "The Social Front of Modern Architecture in the 1930s", 1965, p. 64. (p.180).

⁵⁰⁷ Catherine Bauer, "The Americanization of Europe: Three Leaves from a Notebook", 1931, p.153; "Address to the California Labour School", 1944, *apud* Cynthia Imogen Hammond, "The interior of modernism: Catherine Bauer and the American housing movement" em Sandra alfoldy; Janice Helland, "Craft, space and interior Design, 1855-2005", 2008, p. 174-175.

⁵⁰⁸ Catherine Bauer, "A Citizen's Guide to public Housing", 1940, p.18.

cotidiano, tais como escolas, lojas, clubes, campos de recreação, linhas de transporte, locais de trabalho ⁵⁰⁹.

Na obra faz uma defesa clara da arquitetura moderna, além de propor soluções para o seu país, analisando diversos projetos habitacionais, dados estatísticos e informações colhidas nas várias cidades que visitou. A partir desse momento tem início a sua luta pela construção de moradias baratas para os trabalhadores americanos. Argumentava a favor de habitações financiadas pelo governo requerendo, por isso, grande pressão da sociedade. Cita Sunnyside e Radburn, do RPAA, como exemplos americanos de realizações importantes.

Em *A Citizen's Guide to Public Housing*, 1940, destaca que a casa é o fator principal no ambiente humano em termos de tempo, espaço e importância das funções que nela são realizadas. A moradia é para o indivíduo o lugar ao qual ele pertence, ela abriga-o, protege seus bens pessoais e é onde ele pode encontrar privacidade, para a família é a unidade das tarefas domésticas. A casa no seu dia a dia deve proporcionar espaço e instalações para o sono e relaxamento, preparação de alimentos, cuidados de vestuário, limpeza pessoal, recreação, vida social, procriação, formação de crianças e saúde ⁵¹⁰.

Catherine Bauer sublinha que os requisitos básicos de um bom lar devem ser determinados pela pessoa que provavelmente fará uso do espaço interno, com conhecimento detalhado do funcionamento da casa: a mulher. Tal situação relativiza os conhecimentos unicamente do arquiteto e do planejador.

“Como as casas passaram a ser habitação?” pergunta. Para ela, a casa (*house*) torna-se um problema ao ser vista como habitação (*housing*). A distinção entre uma boa e má casa está baseada em padrões mensuráveis. E a existência de um grande número de casas ruins é nociva não apenas aos

⁵⁰⁹ Catherine Bauer, *“Modern Housing”*, 1934, p.156-157.

⁵¹⁰ Catherine Bauer, *“A Citizen's Guide to public Housing”*, 1940, p.2.

próprios ocupantes, mas à sociedade como um todo. A boa habitação além de ser questão de educação individual abrange também a responsabilidade pública ⁵¹¹.

No enfrentamento do problema habitacional americano, descreve os requisitos principais de uma habitação decente a partir da experiência de uma mulher, dona de casa:

(...) ela deve ser sólida e fornecer abrigo contra o tempo e intrusos. É preciso ter água, vaso sanitário e uma banheira, especialmente se for em uma cidade. Deve ter eletricidade ou gás. E deve ter espaço e quartos suficientes para que os membros da família possam ter privacidade razoável (Bauer, 1940, p. 15).

Ao que acrescenta, entre outras coisas: “sol, ventilação, espaço de jogo, e uma ‘boa vizinhança’”. Mas os projetos consideraram apenas os requisitos elementares: segurança estrutural, instalações sanitárias mínimas e adequação do número de quartos com relação ao número de habitantes ⁵¹².

Segundo ela, a "mulher comum" poderia ser a melhor fonte de informação e colaboradora na luta para traçar as normas mínimas de habitabilidade, que, tivessem como objetivo proteger as famílias trabalhadoras pobres e sem-abrigo dos caprichos do mercado imobiliário e as iniquidades de *slums* americanas ⁵¹³.

Em um dado momento de *A Citizen's Guide to Public Housing* complementa o texto com o exemplo de um panfleto descritivo típico, emitido por uma autoridade local de habitação, a partir das ilustrações do projeto de *San Francisco Housing Authority – Holly Courts, San Francisco*.

Construído em 1940 para abrigar 118 famílias, *Holly Courts*, ainda em uso como habitação, concebido como solução para baixa renda é formado por

⁵¹¹ *Ibidem*, p.4-5.

⁵¹² Catherine Bauer, “*A Citizen's Guide to public Housing*”, 1940, p.15-16.

⁵¹³ Cynthia Imogen Hammond, “*The interior of modernism: Catherine Bauer and the American housing movement*” em Sandra alfoldy; Janice Helland, “*Craft, space and interior Design, 1855-2005*”, 2008, p. 176.

uma série de edifícios baixos em torno de um pátio central. O *Court* foi construído como um espaço de jardim no qual a comunidade poderia cultivar e exercer outras atividades, assim como utilizá-lo como espaço de jogo.

Holly Courts oferecia diversas tipologias de unidades de um a quatro dormitórios. A profundidade do bloco não ultrapassava dois ambientes, o que permitia espaços privados, bem iluminados e ventilados. As fachadas eram pintadas de branco, livres de ornamentação e possuíam um abrigo do sol e da chuva na entrada em frente às casas. As janelas também tinham cortinas, no intuito de proteger da incidência solar e regular a temperatura interior, fiéis aos princípios modernistas de concepção e organização na falta de beirais e saliências ⁵¹⁴.

⁵¹⁴ Cynthia Imogen Hammond, *"The interior of modernism: Catherine Bauer and the American housing movement"* em Sandra alfoldy; Janice Helland, *"Craft, space and interior Design, 1855-2005"*, 2008, p. 176-179.

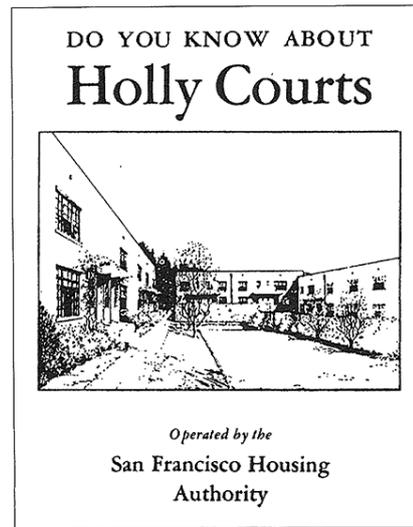
one housing bill prompting her, the need for union involvement had become crucial in Bauer's mind? Eugenie Birch notes that, in addition to her extensive lobbying for labour in the early and mid-thirties, Bauer 'worked ... to round up others - civic groups, women's clubs, and government officials [and] grass-roots support among tenement dwellers, particularly the women who struggled to raise families in slums' (Birch, 1983, p. 168). Although the planning historian von Hoffman sees these efforts as essentially 'smoke and mirrors', the culminating pressure from these non-professional groups, particularly of the unions, led to the passing of the Wagner-Steagall/Housing Act of 1937 (van Hoffman, 2005, p. 222).

'One of the great architectural opportunities of our time ...'

Mary Susan Cole writes, 'throughout the legislative campaign [Bauer] kept reminding her colleagues that the labor people knew a lot about subjects which housers only had book-learning of, and that the housers needed them ...' (Cole, 1975, p. 677). Bauer held to this position throughout her career. In *A Citizen's Guide to Public Housing* (1940), Bauer explained the basic requirements of a good home through the lens not of an architect or planner, but of the person she believed was most likely to use domestic space, and therefore, to have invaluable knowledge of a house or dwelling: a woman.

If one asked any average housewife what the prime requirements of a decent dwelling would be, she would almost certainly say ... 'It must be solid, and provide shelter against the weather and intruders. It must have water, toilet and a bathtub, particularly if it's in a town. It must have electricity or gas. And it must have enough space and enough rooms so that members of the family can have reasonable privacy.' She would probably add other things: sun, ventilation, play space, and a 'good neighborhood' (Bauer, 1940, p. 15).

For Bauer, this 'average woman' was the ultimate source of information and a dependable, intelligent collaborator in the fight to legislate minimum housing standards, which, it was hoped, would protect the homeless and poor working families from the vagaries of the housing market and the legendary iniquities of the American slum. Bauer accompanied the text of the *Guide* with illustrations of the 1940 San Francisco Housing Authority project - Holly Courts, San Francisco (Fig. 11.2). Holly Courts, still in use as housing today, is a series of simple, low-rise buildings surrounding a central courtyard, built in 1940 to accommodate 118 families. Characteristic of the modernist solutions to low-income housing that Bauer championed in the first half of her career, Holly Court was modest, inexpensive and purpose-built. As Fig. 11.2 shows, the court was intended as a garden space that residents could cultivate, use as an area for community activities, or as a safe play space. Through a



11.2 Promotional material for Holly Courts, San Francisco, 1940. Reproduced in Catherine Bauer (1940), *A Citizen's Guide to Housing*, Poughkeepsie NY: Vassar College, p. 44

combination of plans for one-, two- and three-bedroom units, Holly Courts offered flexible, family-oriented housing (Fig. 11.3). No more than two rooms deep, the layout of the units allowed for private, well-lit and ventilated spaces. The smooth, white facades of the buildings are notably free of 'unnecessary' ornamentation, but do have the user-friendly detail of a sheltered, stepped

3 1/2 ROOM FLAT
Rent \$12.00
Utilities 2.00
Total Rent \$14.00
A HOME FOR FAMILIES
Of 2 or 3 Persons

4 1/2 ROOM ROW HOUSE
Rent \$14.00
Utilities 3.00
Total Rent \$17.00
A HOME FOR FAMILIES
Of 3 or 4 Persons

5 1/2 ROOM ROW HOUSE
Rent \$15.00
Utilities 3.00
Total Rent \$18.00
A HOME FOR FAMILIES
Of 3 or 4 Persons

Total Rents include Garbage Disposal, Ample Allowance of Electricity, Gas and Water.

PREFERENCES
Each application will be considered on its merits without regard to date of filing
Preference will be given to the following:
1. Families with children under 10 years.
2. Families who are in greatest need of better housing.
3. Families who have the lowest incomes who are also able to meet the rent regularly.

11.3 Promotional material for Holly Courts, San Francisco, 1940. Reproduced in Catherine Bauer (1940), *A Citizen's Guide to Housing*, Poughkeepsie NY: Vassar College, p. 44

The San Francisco Housing Authority is offering homes for rent in Holly Courts located between Holly Park and Mission Street.

Each dwelling has plenty of windows—all are provided with electricity, gas heater, floors easy to care for, closets, fully equipped kitchen containing cupboards, gas stove, laundry sink; bathroom with built-in tub, hot running water, airy outside bedrooms; and cheery living rooms. Open courts with attractive landscaping will provide healthful recreation and play facilities.

You May Apply for One of These Dwellings
IF—You have been resident in San Francisco for one year pending application.
IF—One member of your family is a U. S. citizen or has five years, preferably six, here.
IF—Your total family income is not more than amounts shown below:

Size of Family	Monthly Income
2	\$75.00
3	85.00
4	95.00
5	105.00
6	115.00
7	125.00

IF—You are in need of better housing.

You Need Better Housing
IF—Your present home is dark, damp, or is badly in need of major repairs.
IF—You are without plumbing, a private water closet, or poor plumbing is unfit for use.
IF—You are without your own cooking facilities, or your heating facilities are unsafe.
IF—You are crowded, without privacy, or have an average of more than two persons per bedroom.
IF—Your general living conditions are injurious to the health of your family.

11.4 Promotional material for Holly Courts, San Francisco, 1940. Reproduced in Catherine Bauer (1940), *A Citizen's Guide to Housing*, Poughkeepsie NY: Vassar College, p. 45

front stoop.⁸ The windows, equipped with blinds to block sunlight and regulate interior temperatures, are true to modernist principles of design and organisation in their lack of eaves or overhangs. The cornice is absolutely bare, a key characteristic of the 'International Style' promoted by Henry-Russell Hitchcock and Philip Johnson in 1932. Likewise, the unadorned doorframe (Fig. 11.4) reflects a taste for architecture that was as 'efficient and handsome as intelligent standardization and the elimination of all unessentials' (Bauer, 1931a, p. 101).

Through carefully considered details, the simple sketches of Holly Courts invoke the then-current discourse of democratic architecture.⁹ A child bathes in what would have been luxury for most slum dwellers of the 1930s: a full-sized bathtub. A group of young children hover at the threshold of a home; through the doorway we see not the smoke and traffic of a city street, but the suggestion of a foliated landscape. Another group of children play in sand, overlooked by a woman holding a baby. A second woman cooks on modern kitchen equipment in the light of a large window. These small images speak volumes about the aesthetic and sanitary vision of housing for families

Figura 70: Catherine Bauer, "A Citizen's Guide to public Housing", 1940, p.176-179.

Enquanto as imagens de *A Citizen's Guide to Public Housing* indicam uma proposta mais modesta, os esboços invocam o discurso da arquitetura

democrática da época. Comunicam a reorganização das prioridades arquitetônicas sobre a visão estética e sanitária de habitação para famílias cuja opção eram os *slums*. A situação de extrema precariedade habitacional nessa época motivou arquitetos tão diversos como Le Corbusier (1971) e Frank Lloyd Wright (1958) a propor novas concepções de cidades ⁵¹⁵.

Duas décadas após esse período, os Estados Unidos entram em ascensão econômica. Com isso é intensificada a expansão suburbana, que terá como consequência a crescente guetização "racionalista" dos pobres. O compromisso de Catherine Bauer por uma arquitetura democrática permaneceu, somando-se a crítica urbana tecida por Jane Jacobs à segregação da cidade (1958, 1961) ⁵¹⁶.

Uma posição crítica é assumida por Catherine Bauer ao afirmar que a arquitetura moderna não tinha como objetivo responder aos complexos desafios econômicos, de projeto e de planejamento que a habitação pública apresentava. Dessa forma a arquitetura afastava-se das necessidades dos moradores de tais habitações. A habitação moderna entendida por ela e outros havia sido eclipsada, substituída pelos arranha-céus, em um formalismo rígido, monumental que enfatizava ainda mais os privilegiados e guetificava os pobres ⁵¹⁷.

Em sua capacidade de reprodução em massa, a arquitetura moderna de planejamento da habitação e da comunidade dos anos 1930 na Europa deixou de cumprir com seus princípios originais de "buscar uma solução para a melhoria do meio ambiente humano para a sociedade". Apesar de ter

⁵¹⁵ Catherine Bauer, *"A Citizen's Guide to public Housing"*, 1940, p.60-62.

⁵¹⁶ Cynthia Imogen Hammond, *"The interior of modernism: Catherine Bauer and the American housing movement"* em Sandra alfoldy; Janice Helland, *"Craft, space and interior Design, 1855-2005"*, 2008, p. 181.

⁵¹⁷ Catherine Bauer, *"Clients for Housing: The Low-Income Tenant: Does He want Supertenements?"*, 1952, p. 61 *apud* Cynthia Imogen Hammond, *"The interior of modernism: Catherine Bauer and the American housing movement"* em Sandra alfoldy; Janice Helland, *"Craft, space and interior Design, 1855-2005"*, 2008, p. 181.

realizado construções importantes, alguns aspectos trazidos pelo movimento moderno foram mantidos como promessa, respaldando a crítica de Catherine Bauer ⁵¹⁸.

A sua crítica era endereçada aos representantes dos princípios da Bauhaus e aos famosos dirigentes do CIAM – Le Corbusier, Walter Gropius e Ludwig Mies van der Rohe – assim como ao ensino de arquitetura em geral voltado às normas racionalistas que não alcançaram um progresso real na solução das necessidades sociais e cívica durante os 30 anos anteriores, falhando com a promessa feita em 1930 ⁵¹⁹.

Ainda assim o racionalismo influenciou as construções nos finais da década, quando a política habitacional começou a tomar forma nos Estados Unidos e demais países, sem levar em consideração o contexto local. Apesar da crítica, Catherine Bauer elege algumas realizações daquele período na Europa que a incentivaram a transformar-se em reformadora habitacional.

Entre as quais destaca: as habitações populares de J.J.P. Oud, arquiteto municipal de Rotterdam, com a ressalva de serem habitações mínimas. A *Weissenhof Siedlung* a entusiasma pela sua tipologia, critérios sociais e métodos construtivos, assim como por sua expressão estética. Além dos princípios da Bauhaus aplicados em milhares de habitações na Alemanha, com destaque para o programa realizado em Frankfurt por Ernst May.

Este programa apresentava inovações em planejamento urbano, sistema de construção, instalações públicas e um equipamento de cozinha especialmente desenhado, produzido em série e vendido de forma pré-fabricada. Ganham destaque as tipologias das habitações que pretendem atender a diversos usos sociais: idosos, mulheres solteiras, famílias de

⁵¹⁸ Catherine Bauer, “El aspecto social de los años 30”, p.45 em “The Social Front of Modern Architecture in the 1930s”, 1965.

⁵¹⁹ Cynthia Imogen Hammond, “The interior of modernism: Catherine Bauer and the American housing movement” em Sandra alfoldy; Janice Helland, “Craft, space and interior Design, 1855-2005”, 2008, p. 181.

diferentes níveis de vida econômica etc. E também destacam-se os estudos de plantas para a habitação mínima baseados em análises das funções da família e das circulações domésticas de Alexander Klein ⁵²⁰.

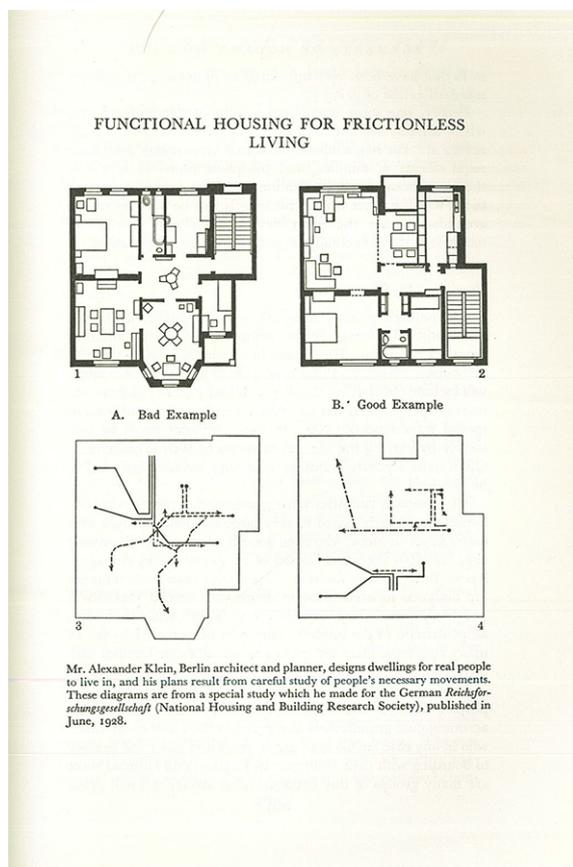


Figura 71: Esquemas de Alexander Klein em Catherine Bauer, “Modern Housing”, 1934, p.203.

O conceito de *Existenzminimum* torna-se relevante ao trazer contribuições positivas e importantes. As últimas tipologias habitacionais e sua implantação em cidades foram reunidas em catálogos apresentados nos II e III CIAMs. Segundo Catherine Bauer, mesmo que essas inovações ainda precisassem amadurecer, o seu método poderia oferecer um caminho para melhorias na tradição urbana com a aplicação de conhecimento cada vez

⁵²⁰ Catherine Bauer, “El aspecto social de los años 30”, p.45 em “The Social Front of Modern Architecture in the 1930s”, 1965.

maior. No entanto, notava que na última seção do CIAM de 1930, Ernst May e seus companheiros arquitetos decidiram que tinham alcançado a solução universal com a implantação perfeita do *Zeilenbau*, constituído de um “traçado rigidamente geométrico, (...) montado sobre um acanhado sistema de orientação solar”⁵²¹.

Os grandes mestres da arquitetura, Le Corbusier, Mies van der Rohe e Walter Gropius, deram início a utopia do arranha-céu que, embora tenha exercido um atrativo poderoso sobre muitos arquitetos, não representou nenhum avanço significativo para a arquitetura social. Catherine Bauer não nega a contribuição desses arquitetos para uma arquitetura monumental, mas suas contribuições não foram significativas para o desenho urbano e para o vernáculo comum, desde o ponto de vista estético, como do social e técnico. Ela escreve que "O sucesso dos três *International Stylists* e de seus discípulos" era "um sucesso particular (...) de construção para uma sociedade influente"⁵²².

⁵²¹ *Ibidem*.

⁵²² Catherine Bauer, “El aspecto social de los años 30” em “*The Social Front of Modern Architecture in the 1930s*”, 1965, p.52.

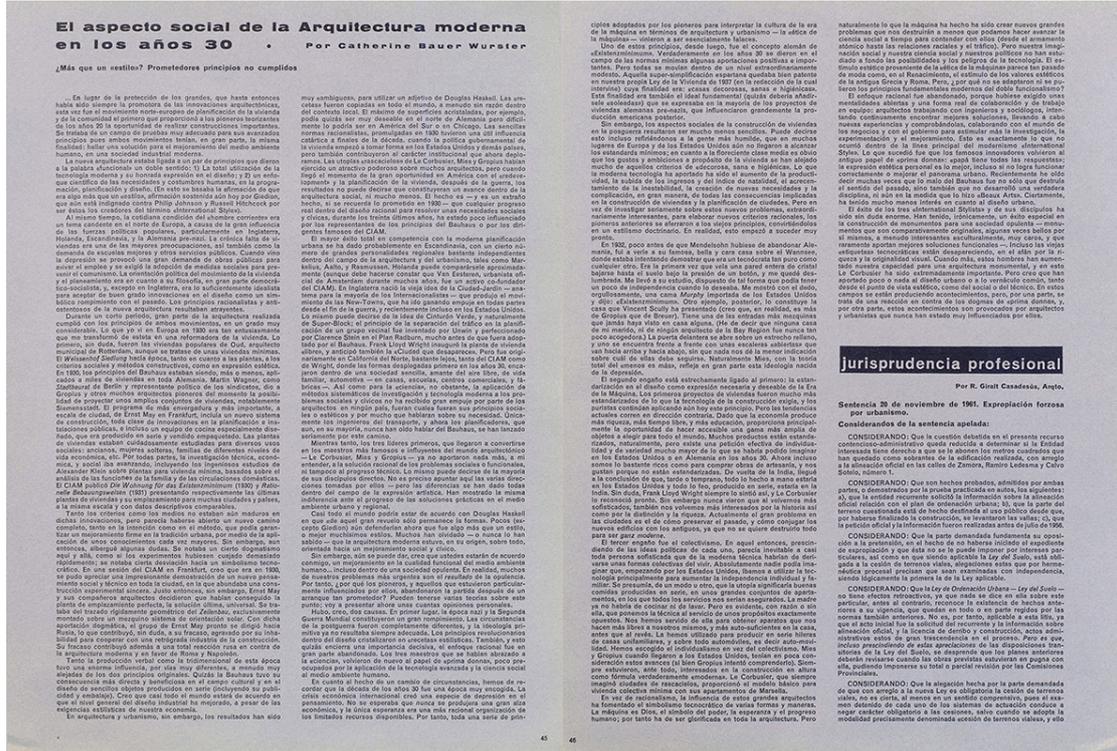


Figura 72: Artigo de Catherine Bauer, “El aspecto social de los años 30” em “The Social Front of Modern Architecture in the 1930s”, 1965, p.52.

Catherine Bauer se pergunta por que os pioneiros e arquitetos por eles influenciados não cumpriram os princípios originais da arquitetura moderna e a esperança de que se estabelecesse uma organização mais racional dos recursos limitados disponíveis. Suas hipóteses são colocadas da seguinte forma:

Em primeiro lugar, a época nazista e a Segunda Guerra Mundial determinaram um rompimento, os princípios revolucionários de desenho foram cristalizados em “receitas” estilísticas e o enfoque racional foi em grande parte abandonado;

Os três mestres da arquitetura esvaziaram as preocupações aplicadas à tecnologia avançada e à ciência social ao meio ambiente humano, voltando-se ao papel de “prima donna”; e

A grande crise econômica internacional na década de 1930 criou uma depressão também no campo do pensamento. Desta forma, alguns dos

princípios adotados pelos pioneiros para interpretar a cultura da era da máquina em termos de arquitetura e urbanismo se mostraram não procedentes.

Os aspectos sociais da construção de habitação no período pós-guerra demonstraram não ser tão simples, uma vez que na Europa e nos Estados Unidos pessoas mais humildes não chegaram a alcançar os padrões mínimos de habitabilidade.

O que a moderna tecnologia trouxe foi o aumento da produtividade, de salários, do índice de natalidade, da instabilidade, a criação de novas necessidades e a complicação resultante de todas as consequências na construção de habitação e de planificação da cidade.

Apesar do incentivo da técnica moderna à forma coletiva de viver, principalmente nos Estados Unidos, a tecnologia foi utilizada para incrementar a independência individual e familiar. A utopia previa que a moradia seria representada por grandes conjuntos de apartamentos, com serviços coletivos à disposição, a comida seria produzida em série e a mulher não mais precisaria cozinhar ou lavar roupa.

Ludwing Mies van der Rohe e Walter Gropius quando chegaram aos Estados Unidos tinham pouca consideração a esses avanços e se mostraram interessados na construção em altura, como forma moderna. Le Corbusier, que sempre imaginou cidades de arranha-céus, proporcionou o modelo básico para a vivenda coletiva com seus apartamentos de Marselha, França.

O enfoque racional foi abandonado, pela falta de mentalidade aberta – arquitetos trabalhando com engenheiros e sociólogos – na busca de melhores soluções. O que não ocorreu dentro da linha principal do Estilo Internacional

523.

⁵²³ Catherine Bauer, *“El aspecto social de los años 30”*, p.45 em *“The Social Front of Modern Architecture in the 1930s”*, 1965.

A visão de Catherine Bauer para o futuro das cidades americanas permaneceu aquela em que a habitação pública pode ainda, de forma criativa, responder a uma compreensão consciente das necessidades complexas e desejos de seus usuários. Como ela afirmou aos seus alunos na Universidade de Berkeley, "acima de tudo (...) o padrão de nosso ambiente tende a estruturar nossas vidas ⁵²⁴".

O trabalho de Catherine Bauer representa a história de um período crucial na luta hegemônica para definir a arquitetura norte-americana como cultura coletiva e espaço democrático. Sua escrita, ensino e ativismo apontam a uma abertura, deixando para trás perspectivas mais conservadoras sobre o direito à habitação humana ao adotar as esperanças dos "utopistas" intitulados *housers* e as experiências socialistas.

O seu trabalho é essencial para a compreensão da "habitação moderna" nas áreas de arquitetura e planejamento urbano que, junto à legislação, aos sindicatos e às pessoas comuns criou temporariamente uma ferramenta, sem precedentes, colaborativa para a mudança social e urbana.

Ao analisar a metodologia de Catherine Bauer tomou-se como referência o seu livro *Modern Housing*, no qual foram traçados os princípios da habitação moderna que servirão como referência em toda a sua trajetória. O livro foi um marco para a história da habitação nos Estados Unidos, Europa e outros países ocidentais, repercutindo até os dias de hoje.

Antecedentes ao Modern Housing

⁵²⁴ Cynthia Imogen Hammond, "*The interior of modernism: Catherine Bauer and the American housing movement*" em Sandra alfoldy; Janice Helland, "*Craft, space and interior Design, 1855-2005*", 2008, p. 184.

O primeiro artigo *“European Housing: England”*⁵²⁵, publicado pela revista *Fortune*, descreve a produção habitacional sem precedentes da Inglaterra, entre os anos de 1919 e 1932. Nele foram identificadas “duas” Inglaterras: *black* e *green*.

A *Black England*, que já se encontrava em declínio, desenvolveu-se a partir da Revolução Industrial e representou a pior degradação em termos de habitação. A *Green England* estava ligada aos conceitos de Raymond Unwin, Barry Parker e Ebenezer Howard e em função de seus princípios foram planejadas melhores casas, agrupadas em comunidades.

De acordo com Lewis Mumford, a habitação moderna na Inglaterra encontrava-se apoiada em três pilares: uso de crédito público, novas técnicas edilícias e de planejamento, e subsídios públicos para famílias de baixa renda. As realizações britânicas de habitação do pós-guerra foram possíveis devido à influência de John Ruskin sobre os industriais vitorianos e de Patrick Geddes sobre Ebenezer Howard, ao correlacionar a moradia com o planejamento urbano e desenvolvimento industrial⁵²⁶.

No segundo artigo, *“Machines for Living”*⁵²⁷, parafrazeou o ditado de Le Corbusier “A casa é uma máquina de morar”, descrevendo as conquistas de cidades europeias.

Novas formas de habitação estavam ligadas à reforma social e política, e a cidade de Frankfurt foi citada como o melhor exemplo de avanços na coordenação entre projetos de construção de edifícios aliada ao projeto de comunidade. A cozinha como equipamento inovador, orientação solar e espaço aberto eram fatores considerados igualmente importantes para o seu planejamento.

⁵²⁵ Revista *Fortune*, novembro de 1932.

⁵²⁶ H. Peter Oberlander; Eva Newbrum, *“Houser. The life and work of Catherine Bauer”*, 1999, p. 91-92.

⁵²⁷ Revista *Fortune*, fevereiro de 1933.

O terceiro, "*Taxes into Houses*⁵²⁸", ampliava a análise de temas introduzidos no primeiro artigo da série, fazendo um balanço de todo o movimento de moradia europeu. Aquela experiência demonstrava que o Estado deveria assumir a obrigação de prover habitações decentes, uma vez que a iniciativa privada havia falhado.

Desde 1919, mais de quatro milhões e meio de moradias tinham sido erguidas com fundos públicos ou subsídios na Holanda, Alemanha, França, Inglaterra e Áustria. A redução de custos havia sido alcançada através do planejamento e construção em grande escala.

Ao tomar como solução a comunidade como unidade de produção habitacional, em vez da casa individual, Catherine Bauer tenta encontrar um caminho que inclua a racionalização de todos os fatores envolvidos.

Considerada uma perspectiva radical, a ideia de uma construção social da habitação provou ser demais para a revista conservadora *Fortune*, que cancelou os demais artigos da série. Para os editores da revista, casas, assim como carros, deveriam ser fabricadas em massa, com financiamento privado. Eles sustentavam que em razão dos ideais americanos era inaceitável a habitação ser subsidiada pelo Estado.

A mudança de paradigma na produção habitacional nos Estados Unidos e no mundo parte de novos métodos de edificação em grande escala aliados ao desenvolvimento de "comunidades" e o aumento de intervenções públicas. Apesar dos esforços em envolver o aspecto social na política habitacional e no desenho urbano, as bases para essas decisões muitas vezes são confusas e inadequadas⁵²⁹.

Catherine Bauer em *Social Questions in Housing and Town Planning* reúne uma série de questões para incluir durante o processo de produção habitacional e de planejamento urbano nos Estados Unidos, voltadas ao

⁵²⁸ Revista *Fortune*, maio de 1933.

⁵²⁹ Catherine Bauer, "*Social Questions in Housing and Town Planning*", 1952, p.6.

aspecto social. Para responder a essas questões ela propõe uma interdisciplinaridade envolvendo diversos campos: social, econômico, político, técnico, estético, administrativo etc. Ela sugere que a solução para essas questões requer uma abordagem mais integrada, que envolve um trabalho contínuo de equipe que perpassa todas as disciplinas de pesquisa e uma colaboração ativa entre pesquisadores e tomadores de decisão.

Essas questões são feitas de maneira aberta e têm como objetivo incentivar propostas alternativas para a habitação e o planejamento urbano. Este relatório sugere questões que podem ser levantadas ao tomar decisões concretas sobre a execução e o projeto de edificações, ruas, espaços abertos, gerência habitacional, métodos de financiamento etc. Catherine Bauer sugere também uma forma de classificação de acordo com necessidades humanas específicas a serem providas para o cuidado das crianças, privacidade e atividades de lazer ⁵³⁰.

⁵³⁰ Catherine Bauer, *"Social Questions in Housing and Town Planning"*, 1952, p.5.

slightly adapted. I have retained in the text a few American expressions that are well understood in other English-speaking countries. I have not attempted to modify the American background of the essay; in nearly all cases the problems in other urbanized countries are so similar that the reader will hardly be conscious of any particular location. Even the special problem of race-segregation in housing projects, though it scarcely arises in Great Britain, is an issue of ever-growing importance in many places with which Great Britain is intimately concerned.

September 1952

F. J. OSBORN

ABOUT THE AUTHORESS

Catherine Bauer is on the faculty of the Department of City and Regional Planning at the University of California in Berkeley. She has taught at Harvard University, and held visiting lectureships at the Universities of California, Wisconsin, and Cornell. She is Vice-President of the National Housing Conference and a member of two government advisory committees in the housing field, also a co-opted council member of the International Federation for Housing and Town Planning, and a consultant to the Housing and Town and Country Planning Section of the United Nations. Her publications include *Modern Housing* (1935) and numerous pamphlets and articles. In private life she is the wife of William W. Wurster, Dean of Architecture at the University of California.

4

planning problems for some time. Economics, public administration, and public health, for instance, are effectively established in this field. And sociological survey methods provide most of the basic statistical data about homes, families, and cities that galvanized the whole movement for housing reform and are now utilized in all plans and programmes.

But apparently none of these disciplines, as currently applied, goes very far toward answering some of the questions that trouble us most: these unavoidable judgments in the realm of social values and human relations. To measure "demand", in the traditional economic sense, was one thing. But to measure "need" in concrete qualitative terms is not just a matter of adding a factor for slum replacement, based on some obvious physical attribute such as the lack of plumbing. It is an entirely different kind of market analysis, requiring new criteria and methods throughout.

How Do People Live, and How Does Environment Affect Them?

To gauge needs, we should know a great deal more than we do about people's behaviour, welfare, and attitudes under different external conditions. But even if it is known that certain social phenomena are likely to occur in a given type of milieu, this fact alone is not very helpful to the planner or housing designer. Man-made physical environment is the sum of a number of distinct and variable elements, and what the planner wants to know is the scientific effect of a particular factor in environment over which he has some bona fide control, and the interrelation between one factor and another.

Also, he needs to know what to do, not merely what to avoid. Even the most refined correlation between slum conditions and an obvious evil like juvenile delinquency is of little aid to the designer of new housing. He won't be copying the slum in any case: what he is interested in is the social effect of the kind of environment produced, or capable of being produced, today. Moreover, he needs more constructive criteria than the mere absence of juvenile delinquency. As a distinguished health expert put it, health must be interpreted in the broadest sense in housing and neighbourhood design. "to include not only the avoidance of disease but also the positive attainment of mental and emotional well-being".

The effects of housing and planning policy likewise extend into the field of social organization and human relations, at the community level. Judgments that affect the whole future framework of race and class relations are of such significance today that they warrant the most able and earnest analysis of their implications. Similarly, the geographic relationship of homes to employment, schools, shops, and leisure-time pursuits calls for social investigations beyond the mere measurement of traffic flow.

10

SOCIAL QUESTIONS IN HOUSING AND TOWN PLANNING

THE purpose of this essay is to set down some of the unanswered social questions that arise in the present-day process of housing and community development. It is essentially a plea for help from social scientists. Certain qualifications should be stressed:

First, the "social" issues here outlined are by no means the only unanswered questions that confront housing and planning practitioners. A similar outline of the serious gaps in our economic knowledge, and another on the technical problems still awaiting solution, could easily be put together. Indeed, they are already available. But the more deeply we get into economic and technical analysis, the more often we come up against social questions, issues that have hardly as yet been posed, let alone answered.

Second, what we need is not just another group of independent specialists, a priesthood of "advanced social research", to get off by themselves and try to produce "answers" for us. Undoubtedly, basic contributions to long-term enlightenment will often be made in this way. But all our immediate practical problems cut straight across many different fields of expertise: social, economic, political, technical, aesthetic, administrative, etc. And their solution apparently requires a more integrated approach: continuous team work among the various research disciplines concerned, and active collaboration between researchers and "decision-makers".

Third, this report does not outline a research programme *per se*: it merely suggests some unanswered questions as they arise in relation to concrete decisions about buildings, streets, open spaces, housing management, financing methods, etc. For research, it may be that some of our problems should be sorted out on a different basis. A classification according to the specific human needs to be provided for—child-care, privacy, leisure time pursuits, for instance—might have much to be said for it.

Fourth, this outline of our problems does not imply any careful weighting as to their relative significance. All we claim is that the questions here posed are relatively "open": they come at points in the housing and planning process where alternative decisions are frequently possible, and where good evidence one way or the other might have some influence.

And fifth, we do not expect research to answer all our questions overnight. Some issues may never lend themselves to scientific methods of social investigation; to tackle others, new techniques will undoubtedly have to be developed and tested. Premature judgments must be avoided; certain

5

Finally, since we are dealing with decisions that affect the long-term future, research should distinguish between average behaviour and attitudes under *status quo* conditions, and *emerging trends in social values and activities*, which may often require testing under new and experimental conditions.

How Do People Want to Live, and How Can they Achieve it?

"Needs", objectively determined, may or may not be the same as what people "want". But the ultimate satisfaction of consumers and citizens is the only real test of success in housing and city planning. And a great many experts would sincerely welcome some means of sharing the responsibility for decision with the people who will be most directly affected.

To find out how people really want to live, however, is no simple problem. Random opinion surveys are useful, but they do not provide the whole answer. For one thing, conscious consumer wants are limited by experience and knowledge: by and large, you can only want what you know. But entirely new kinds of home, neighbourhood, and civic arrangement are possible today: indeed, they are almost inevitable, while on the other hand, some of the old ideals about "home" now seem impossible of achievement, at least in traditional form. What we really need to know therefore is *what people would want if they understood the full range of possibility on the one hand, and all the practical limitations on the other*.

Moreover, conflicting wants must somehow be resolved. Different individuals and groups often want things that are mutually exclusive. Personal desires are frequently in unavoidable conflict with standards and needs that are collectively determined. And even a single individual attaches so many different values to his home that his wants may be incompatible for all practical purposes.

And finally, what people want in houses and cities is not only a matter requiring objective research to illuminate expert decision. The basic challenge for "planning" in a democracy is how to transfer some of the actual responsibility for decision to citizens and consumers themselves. Two different aspects of this problem keep coming up in housing and planning discussions. How can the issues and alternatives be posed more clearly, not only for experts but also for laymen? And, how can we develop responsible citizen-consumer participation at the local level where such participation might conceivably be real and effective? The first question obviously calls for education, and the second for organization. But in both cases the planners, designers, administrators, and civic leaders need the help of social scientists.

The Decision-Making Process: How Does Environment Change?

The first step is to understand where and how decisions are made about

11

Figura 73: Catherine Bauer, "Social Questions in Housing and Town Planning", 1952, p.2-5, 10-11.

A metodologia de Catherine Bauer em Modern Housing

Os artigos redigidos e o material que havia coletado para a revista *Fortune* lhe renderam as ferramentas analíticas e críticas de projetos arquitetônicos que serviram para a redação de seu primeiro livro – *Modern Housing*, 1934.

Um livro sobre "habitação moderna", no período "pós- Guerra", em grande parte dedicado a pesquisar as realizações dos anos anteriores na Europa ocidental e central.

O livro, ao trazer a experiência vivida por ela em 1932 na Grã Bretanha e no continente europeu, cria um fórum de discussão e introduz os americanos à arquitetura moderna de Walter Gropius, Mies van der Rohe, Le Corbusier e de seus colegas, com a exploração das formas pelas quais as lições da Europa poderiam ser aplicadas nos Estados Unidos, que carecia de política habitacional.

Os arquitetos e planejadores europeus foram pioneiros no estabelecimento dos padrões de habitação. No período em que o livro foi escrito, dificilmente encontrava-se nos Estados Unidos algum exemplo de habitação moderna.

Embora a Europa não tenha resolvido o problema habitacional⁵³¹, a pesquisa de Catherine Bauer mostra claramente que um novo padrão de ambiente humano e uma nova técnica para atingi-lo estavam sendo traçados. A Inglaterra, Alemanha, Áustria e Holanda contavam com 4 milhões e meio de habitações modernas enquanto os Estados Unidos com uma população um pouco maior produziu no mesmo período 20 mil moradias.

Catherine Bauer entende que a "habitação moderna" deve ser planejada, voltada a um uso eficiente e não deve ser projetada com fins lucrativos.

⁵³¹ Uma vez que, não obstante as 6 milhões de moradias construídas em todo o continente, apenas um pouco além da metade estava realmente nas mãos dos grupos de baixa renda.

As qualidades, métodos e propósitos da habitação moderna a distinguem do ambiente residencial típico do século XIX. Em seu método, “a unidade integral do planejamento, a unidade econômica da construção e administração bem como a unidade social da vida compõem o bairro completo, desenhado e equipado como tal”. A cada célula habitacional deve ser proporcionado um mínimo de comodidade, deve-se considerar a ventilação cruzada e a incidência de luz solar. Todos os ambientes devem contar com janelas que proporcionem uma boa perspectiva, privacidade, tranquilidade, espaço e instalações sanitárias adequados. O bairro deve prover recreação infantil nas proximidades. Com relação aos fatores econômicos deve “ser oferecida a um preço acessível aos cidadãos de baixa e média renda ⁵³².”

Toma como referência na área de habitação ideias significativas que tiveram lugar na Inglaterra através de vários projetos inovadores.

A primeira parte do livro, “Cidades do século XIX: um recorde de falhas” enfoca o tema da habitação como objeto de investigação sistemática no contexto do seu tempo e da sociedade. Aborda a necessidade histórica de mudança radical nas políticas públicas e iniciativas privadas, indicando novas formas de planejamento urbano.

Após identificar três extratos distintos na concepção do ambiente construído em cidades europeias referentes às épocas medieval, neoclássica e ao século XIX, Catherine Bauer aponta como tema central do livro a possibilidade da formação de um novo extrato como consequência da Revolução Industrial.

Este novo extrato influencia países, cidades, habitações e a arquitetura. Os cortiços, lotados de pessoas em áreas centrais, e os subúrbios construídos distantes dos centros urbanos surgem no decorrer do século XX. Algumas

⁵³² Catherine Bauer, “*Modern Housing*”, 1934, p.xv.

soluções que visavam melhorar a qualidade da saúde pública tiveram como efeito, minimizar a insalubridade das moradias e das cidades. Entre elas, o planejamento urbano baseado em “*zoning*” se tornou prática comum, dividindo a cidade em quatro funções principais – habitar, trabalhar, lazer e circulação. Esta medida visava separar a moradia do local de trabalho, geralmente, fábricas poluentes ⁵³³.

Como fator relevante para a qualidade da habitação, principalmente a urbana, ela destaca o espaço. A quantidade de espaço por casa, tanto interno quanto externo é determinante na conveniência e adequação do arranjo interior, assim como a quantidade de espaço em relação à luz, ar, ventilação, perspectiva, saúde, limpeza, silêncio, privacidade e instalações recreativas. Dentre os fatores que determinam a quantidade de espaço por habitação ou por pessoa, quer em termos de terreno, bloco, bairro, ou cidade, o mais importante e imediato é o preço da terra.

Como forma de preservar espaços verdes abertos, os planejadores urbanos e representantes do movimento *City-beautiful* adquiriram terras a serem destinadas a parques públicos com plantas e equipamentos para diversas atividades de recreação. Este foi o legado mais valioso do final do século XIX para o ambiente urbano.

Até o século XIX a burguesia vivia no centro das cidades. Os franceses, alemães, italianos e russos não queriam viver em casas isoladas, nos subúrbios, mesmo que isto lhes proporcionasse conforto e vantagem pessoal. Na Inglaterra e na América do Norte esse ideal de privacidade e de autossuficiência da família havia crescido tão fortemente que, nesses países, o triunfo da casa isolada no subúrbio era quase completo.

De acordo com a teoria americana, qualquer trabalhador honesto e sério ao guardar dinheiro e encontrar o terreno dos seus sonhos poderia

⁵³³ Catherine Bauer, “*Modern Housing*”, 1934, p.7-9.

construir o seu ideal de casa. Esta ideia, que perdurou por mais de um século, era objeto de propaganda, mas não estava baseada na realidade dos fatos econômicos. Na realidade, quase a metade da população pobre encontrava-se privada de qualquer desejo ou aspiração de uma moradia decente, segregada ao pior tipo de ambiente em *slums*.

A questão de abrigar grande número de pessoas foi preconizada por uma geração de pensadores utópicos, socialistas e humanistas. Este é o contexto no qual a habitação moderna vai ter lugar com a proposição de moradia para os pobres e a classe trabalhadora, garantindo as condições básicas como acesso à luz, ar e equipamentos urbanos que proporcionem a vida em sociedade.

A segunda parte do livro, “Reunindo forças”, destaca que “o problema da metade do século XIX não era construir casas para os pobres e sim para todos”. São analisados os antecedentes da mudança e reforma da habitação, incluindo as propostas de Robert Owen e os Utopistas modernos, os escritos de John Ruskin e Octavia Hill, os projetos habitacionais paternalistas de Cadbury e Lever, o culto à natureza e a ideologia socialista de Friedrich Engels.

Robert Owen ⁵³⁴ procurava uma solução para os problemas do mundo moderno e apresentava um plano simples como concepção, apesar de trazer uma ideia inovadora. Seu conceito de progresso civilizatório envolvia a propriedade coletiva da terra, produção e consumo igualitários, assim como uma análise científica da natureza da função social e econômica do organismo comunitário ⁵³⁵.

⁵³⁴ Nas palavras de Catherine Bauer, Robert Owen combinava em uma pessoa notável todas as características de “um reformador moral, socialista doutrinário, estadista sério, organizador de trabalho, empregador iluminado e homem de negócios bem sucedido”.

⁵³⁵ Catherine Bauer, “*Modern Housing*”, 1934, p.68.

A sua proposta era construir comunidades cooperativas para desempregados que encontrariam possibilidade de trabalho no exercício de atividades industriais e da agricultura. Essas comunidades contavam com a inclusão de lavanderia e cozinhas coletivas, nas quais as mulheres encontrariam trabalho revezando-se na realização de atividades coletivas.

A comunidade de Victoria, "*An Associated Temperance Community*", de James Silk Buckingham estabelecia um plano claro e funcional e também procurava resolver o problema do desemprego. As premissas de sua origem e fundação determinavam que a construção de grande parte da cidade deveria ser realizada de uma só vez, a propriedade de todos os terrenos e edifícios deveria ser única e sua forma, medida e tamanho ser limitados.

O desenho da cidade era definido em linhas de classes, ordenadas desde os mais ricos que viveriam em casas maiores com os maiores jardins em torno da praça central. Seguindo a ordem de classe social os menos ricos viveriam no anel seguinte e contariam com jardins um pouco menores e assim por diante até os mais pobres trabalhadores, estabelecidos no anel externo juntamente com uma linha de oficinas ⁵³⁶.

Parte das características de Victoria foram mais tarde incorporadas por Ebenezer Howard, em seu plano para uma Cidade Jardim, que, para Catherine Bauer, representava a utopia mais influente e produtiva já planejada.

Sob o título "*Engels Versus os Reformadores Habitacionais*", Catherine Bauer discute a resistência de Friedrich Engels aos reformadores aristocráticos no final do século XIX. Ele publicou "*The Rich and the Poor*", em 1844, que trazia a condição da classe operária na Inglaterra e argumentava que áreas precárias (*slums* ou cortiços) superlotadas eram a condição necessária para a

⁵³⁶ Catherine Bauer, "*Modern Housing*", 1934, p.75-76.

expansão capitalista. Defendia a tese de que o problema habitacional seria resolvido através da redistribuição de espaços de moradia após a revolução.

A utopia de John Ruskin era fundamentada na ideia de que todos deveriam trabalhar por conta própria e ter a sua casa com jardim. Propõe uma forte divisão de classes, onde o poder da cidade seria ditadura absoluta e a leitura censurada, nem mesmo jornais seriam permitidos.

Os experimentos em reforma social realizados por Octavia Hill não eram tão rígidos. O movimento desenvolvido por Octavia Hill, iniciado por John Ruskin, segundo Catherine Bauer poderia ser ainda mais realista e paternalista do que o dele ⁵³⁷. Eles tinham como proposta a manutenção dos moradores em melhores condições. Segundo eles esta solução seria melhor para a economia e a eficiência. Pessoas desinteressadas e competentes deveriam assumir a gestão de cortiços, em nome dos proprietários, introduzindo gradualmente um mínimo de ordem cooperativa, limpeza e decência.

O trabalho de Octavia Hill e de suas aliadas pode ser considerado eficaz. Sua influência foi generalizada em várias cidades alemãs e companhias foram criadas para comprar casas antigas e colocá-las em ordem.

Também foram discutidos os métodos que envolviam responsáveis municipais e estaduais pela habitação na Alemanha e na Inglaterra. Apesar da história do movimento habitacional antes de 1918 ser inexpressiva, a década anterior à Primeira Guerra Mundial viu surgir o crescimento da preocupação pelo ambiente humano, unindo os esforços dos burocratas progressistas, reformadores e revolucionários com os dos filantropos sentimentalistas.

Os reformadores deram um impulso inicial a cada um dos principais elementos da técnica de habitação moderna. Deram visibilidade a questões

⁵³⁷ Não foram construídos edifícios modelos, realizadas remoções em *slums* e não se criaram proprietários proletários.

como a superlotação, problemas sanitários em *slums* e a exploração de áreas precárias. Introduziram a ideia da sociedade da habitação, uma organização voltada para a construção em grande escala sem a maximização do lucro financeiro.

As sociedades originais eram altamente paternalistas e formadas de baixo para cima. Além disso, as próprias cidades criaram sociedades semioficiais para a construção de casas sem fins lucrativos.

Em um primeiro momento, a noção de construção em grande escala foi introduzida apenas como uma política econômica, em concorrência com os pequenos construtores, porém logo se tornou evidente que o planejamento ordenado e a construção de grandes extensões de uma só vez não era apenas o método mais barato, mas também a única maneira pela qual as comodidades e os equipamentos de bairro adequados poderiam ser fornecidos.

O último passo na política de habitação que deve ser creditado aos filantropos foi provavelmente o menos intencional de todos. A primeira legislação de habitação construtiva em toda a Europa foi aprovada na Inglaterra, em 1851⁵³⁸.

Em relação à reforma privada, houve um avanço sólido em algumas experiências europeias, tais como: Krupp, em Essen, na Alemanha; Port Sunlight, pelos Lever Brothers; e as *colliery villages* (vilas de minas de carvão), por Percy Houfton, estas últimas na Inglaterra. Catherine Bauer, compara esses três exemplos aos desenvolvimentos realizados posteriormente nos Estados Unidos, pela ordem: Pittsburg, Lechworth e Welwyn, e Radburn.

⁵³⁸Através dos esforços do conde de Shaftesbury, que atribuiu aos governos a responsabilidade pela construção e o aluguel de moradias de baixo custo.

A questão da habitação como meio ambiente humano se tornou uma das questões cruciais do século XX. Os elementos – sol, ar, limpeza e ordem – adquiriam posição relevante com o objetivo de melhorar as condições habitacionais.

Depois de um século sem alterações importantes apareceram soluções para o interior doméstico onde noção de bom gosto foi associada à simplicidade em termos habitacionais. Tem lugar o surgimento de novos materiais de revestimento como os azulejos em áreas molhadas, salões acrescidos de áreas de solário e cozinhas "planejadas" para atender as suas funções. Também é enfatizada a recreação ao ar livre, práticas de esportes e "cultura física".

O “movimento de habitação” na Europa, no prazo de 50 anos, havia evoluído de uma mera questão de fornecer moradias filantrópicas para indigentes à preocupação em proporcionar um ambiente de vida decente para todos. O grau de interesse público pelo tema é demonstrado pelo número crescente de associações, congressos, exposições e publicações já em 1910.

Catherine Bauer separa o movimento da Cidade Jardim das demais utopias, uma vez que foram realizados concretamente dois experimentos completos e outros parciais por Ebenezer Howard, autor do livro *Garden Cities of Tomorrow*, em 1898.

A Cidade Jardim pode ser definida como “uma cidade desenhada para a vida saudável e a indústria; de um tamanho que permita uma medida cheia de vida social (...); envolvida por um cinturão rural; e a terra de propriedade pública ou da comunidade ⁵³⁹”.

Consequência da associação cooperativa, serviu para enfatizar as virtudes de propriedade permanente, especialmente da terra, como garantia contra a especulação e a deterioração pela mudança de uso. Em 1889 a

⁵³⁹ Catherine Bauer, “*Modern Housing*”, 1934, p.111.

legislação permitiu o crescimento das cooperativas inglesas e a ideia de Cidade Jardim se espalhou pela Europa por volta de 1900, quando foram produzidas algumas das melhores casas construídas no continente antes da guerra. Após a guerra, o programa nacional continuou em curso através de agências cooperativas, cabendo às sociedades suprir apenas uma pequena parte do capital necessário.

Em 1903, a primeira delas foi organizada e a construção de Letchworth teve início, contando com cerca de 15.000 habitantes. Em 1920, foi construída Welwyn, com 10.000 habitantes.

Quase todos os países tinham a sua *Garden City Association*, responsável pelas principais influências na habitação do pós-guerra. Nos Estados Unidos foi construída Radburn, em Nova Jersey, seguida de outros empreendimentos municipais.

Catherine Bauer destaca ainda as ideias de Patrick Geddes, que exerceu grande importância na história da moradia por ter colocado o problema da habitação no âmbito físico e social mais amplo da sociedade ao constatar que as pessoas não desejam apenas abrigo, mas também comida, trabalho, recreação e vida social. Fazendo com que a casa seja uma parte inseparável do bairro, da cidade e do entorno de uma região ou país. Ele expressava o seu método com a frase “pensamento simultâneo” e o definia por três polos: povo, trabalho e lugar – organismo, função e ambiente ⁵⁴⁰.

Essa ideia de que a casa é inseparável do entorno torna-se a base da habitação moderna defendida por Catherine Bauer.

A terceira parte do livro, “Habitação pós-guerra: fatos e figuras”, utiliza a análise estatística para documentar as inovações burocráticas que levaram a realizações de habitação do pós-guerra da Europa, após um século

⁵⁴⁰ Catherine Bauer, “*Modern Housing*”, 1934, p.115.

de negligência na produção e distribuição de moradia. Um resumo gráfico atesta o sucesso quantitativo na maioria dos países europeus.

“A habitação tornou-se um serviço público através de uma combinação de subvenções públicas”. Os países europeus adotaram políticas oficiais para o problema habitacional em razão da situação de emergência em termos quantitativos, que se somava aos precedentes pré-guerra, gerando a responsabilidade pública em matéria de habitação.

A proporção de renda, custos de construção e localização da habitação aumentaram em todos os países. Muitos fatores contribuía para esse aumento, tais como os equipamentos, preços de terra exorbitantes acrescidos da redução da qualidade da habitação, privando-a de espaço, luz, ar e acessibilidade.

Ao mesmo tempo, a proporção da população capaz de pagar um aluguel reduzido, por uma moradia minimamente decente, sofreu um declínio constante. A escassez habitacional acumulada, mais o hiato entre os anos de guerra criaram uma situação de emergência que não poderia ser contornada ou adiada.

A primeira medida aplicada a essas condições foi a restrição de aluguel, em curso até o ano 1934 na maioria dos países europeus. Os aluguéis foram mantidos baixos na escala pré-guerra, enquanto que os índices de custos de construção, comida e outros materiais, duplicaram ou triplicaram, em 1914.

A mesma escassez emergencial era encontrada na América do Norte, após a guerra, assim como a mesma propagação crescente entre os custos e os rendimentos e restrições de aluguel. A diferença é que o subsídio europeu destinava-se ao consumidor, enquanto que na América ele ia para a construção especulativa.

Os governos europeus enfrentaram a crise habitacional como uma oportunidade de elevar o padrão geral das habitações e demonstrar um método edilício mais efetivo e econômico.

As razões pelas quais a Europa, em 1919, propôs uma mudança radical no método de produção habitacional em países que não tinham passado por revoluções político-econômicas são relacionadas a seguir.

Em primeiro lugar, havia uma insatisfação geral com o antigo ambiente residencial, envolvendo ricos e pobres, atravessando concepções políticas. Em segundo lugar, começa a despontar a responsabilidade pública em medidas de desenvolvimento da cidade, mais particularmente na Alemanha. A habitação, na Europa, era adquirida por pessoas que não só sabiam o que queriam, mas também como obtê-la. Ao contrário do que aconteceu na América, o sistema adotado era de baixo para cima, partia da demanda das pessoas e não era imposto pelo Estado. Por último, a demanda bem formulada e organizada tornava viável a adoção de métodos em relação ao problema habitacional que não permitiam desvios de objetivo por parte dos governadores. Além disso, o público era capaz de distinguir entre a boa e a má habitação.

Para Catherine Bauer, “a técnica da habitação moderna implica em um novo conceito de ambiente, partindo da terra, sol e ar e alcançando a rotina diária da dona de casa da classe trabalhadora ⁵⁴¹”.

Não havia a finalidade consciente de “socializar” a habitação. O direito de viver em moradia decente tomou lugar entre o “mínimo nacional” – o direito a água limpa e abundante, saneamento, segura através de proteção adequada tanto policial quanto contra o fogo, uso de estradas pavimentadas e iluminadas, educação, cuidados médicos e, na maioria dos países europeus, várias formas de segurança social.

⁵⁴¹ Catherine Bauer, “*Modern Housing*”, 1934, p.125.

A política de habitação como utilidade pública englobava três características: investimento de fundos públicos, subsídios necessários e controle sobre forma, qualidade, escala de aluguel financeiro e acompanhamento das casas resultantes.

O investimento de fundo público em habitação de baixo custo é uma política permanente em quase todos os países europeus. Por não ter sofrido interrupção permite a redução do financiamento ao mínimo e garante poderes sobre a qualidade.

Talvez 30 milhões de pessoas em toda a Europa tenham sido alojadas naquela época em um ambiente muito melhor, porém o problema habitacional não havia sido solucionado, pois existia ainda uma centena de milhões que segundo Catherine Bauer se encontravam mal alojadas. Ela ressalta ainda que o problema da habitação não pode ser resolvido sem que se considere a distribuição do poder de compra.

As novas habitações constituem um ponto de partida e, em função da quantidade construída, um indicador para a atividade futura, nos Estados Unidos, na Rússia ou na própria Europa. Estabeleceram-se novas normas, métodos, técnicas e ideias criativas.

Segundo Catherine Bauer o imobiliário americano deve desenvolver técnica própria para satisfazer suas necessidades, havendo elementos na experiência europeia que a América não pode prescindir.

A quarta parte do livro, "Elementos da habitação moderna", discute as maneiras pelas quais seria possível fornecer habitação acessível, atendendo aos problemas de superlotação urbana e de *slums*. Oferece ainda argumento consistente e bem traçado junto à legislação e programas de governo, contrastando os sucessos da Europa com os fracassos da América do Norte.

Apresenta um quadro com as categorias que estabelecem as diretrizes do padrão mínimo aceitável para a habitação moderna na Europa. As premissas básicas são fundamentadas nas realidades biológica e sociológica.

Lewis Mumford, entre outras questões, pontua no livro *Modern Housing* que a habitação moderna:

É um abrigo voltado primordialmente às funções de reprodução, nutrição e recreação.(...) Acrescente a essas demandas principalmente fisiológicas, a oferta de espaço para companhia social, brincar e estudar e a definição da casa será completa (Mumford apud Bauer em *Modern Housing*, 1934, p. 141, tradução nossa).

O padrão mínimo irreduzível em várias categorias é o mesmo e é comum em quase todas as novas habitações na Europa, porém “há inúmeras variações que afetam método e forma, de acordo com requisitos locais, hábitos, limitações ou desejos ⁵⁴²”.

Na Europa, das 4 milhões e meio de moradias erguidas com a ajuda e regulamentação oficial desde a guerra, 90% eram adequadas. Já na América do Norte quase todos os apartamentos destinados às classes média e alta, não poderiam ser considerados, em função de suas deficiências de luz, sol, ventilação, perspectiva e equipamentos recreativos. Não obstante, a maioria era dotada de aquecimento central, banheiros azulejados, elevadores e geladeiras elétricas.

Catherine Bauer comenta que, apesar do fracasso nos Estados Unidos, alguns trabalhos merecem ser mencionados, por cumprir com os padrões da habitação moderna, mesmo sem atender aos grupos de baixa renda. *Sunnyside*, em Queens e *Radburn*, em Nova Jersey, desenvolvidos pela *City Housing Corporation* incluem recursos de planejamento progressistas comparáveis à prática europeia; *Chatham Village*, em Pittsburg, erguido pela Fundação Buhl; e, talvez, alguns pequenos blocos residenciais em Nova York e em Chicago.

Adotada a unidade da comunidade como novo método foi lançada a dicotomia: uso econômico *versus* lucro especulativo. Catherine Bauer afirma

⁵⁴² Catherine Bauer, “*Modern Housing*”, 1934, p.141.

que “para manter os novos padrões as novas habitações devem ser retiradas do mercado especulativo ⁵⁴³”.

O bairro completo e não a casa ou o apartamento, em edifício individual, deve ser considerado a unidade de planejamento, das finanças, da construção e da administração. Completamente, fora de quaisquer considerações de ordem social, a base econômica sozinha teria justificado essa decisão (Modern Housing, 1934, p. 153-154, tradução nossa).

Com essa definição, Catherine Bauer defende o uso da unidade de vizinhança completa, pois permitirá o benefício de todos os itens da ordem econômica da habitação. O real significado da habitação moderna, para ela, não é a economia e sim a qualidade da realização do projeto. A mudança se dá ao deixar de lado a padronização mecânica voltada ao lucro para valorizar os padrões funcionais relacionados ao uso.

O projeto habitacional deve ser planejado adequadamente e vivido como uma unidade social. A unidade da comunidade inclui escolas, jardim de infância, espaço público aberto para recreação ao ar livre para todas as idades, assim como jardins de uso individual, comércio para compras diárias, café ou outro local para encontros públicos e lavanderia central. Esses elementos compõem a unidade mínima do bairro.

Os diferentes tipos de equipamentos comunitários possíveis em relação a unidades específicas de população variam muito, não sendo padronizados em bases estatísticas. Seja a sociedade capitalista, nacionalista ou comunista, sempre haverá grandes diferenças na demanda por tais instalações. O que vai determinar o equipamento comunitário necessário é o conhecimento das pessoas que irão viver no local.

No aspecto social, são fatores determinantes para Catherine Bauer a escola e o espaço recreativo. A unidade da comunidade deve criar uma atmosfera de vizinhança, suas instalações devem ser convenientes para todos

⁵⁴³ Catherine Bauer, “*Modern Housing*”, 1934, p.153.

os seus habitantes e em comunidades maiores devem haver múltiplas vizinhanças, distintas, autossuficientes que atendam ao cotidiano dos moradores.

Com relação à localização existem duas hipóteses. A reconstrução, que supõe a remoção e o realojamento de *slums* em áreas centrais e um novo plano de desenvolvimento, que, no caso de cidades consolidadas, possivelmente estará localizado além dos limites corporativos, na periferia da cidade.

Catherine Bauer ilustra diferentes possibilidades de planejar a habitação com exemplos de planos urbanísticos realizados na Europa e nos Estados Unidos.

O super-bloco inglês seguia o princípio de Sir Raymond Unwin, que em um panfleto sob o título “Nada se ganha pela superlotação” mostrava não ser mais econômico agrupar 34 casas em um acre, do que se limitar ao número de 15 casas. Este princípio foi colocado em prática em Port Sunlight e foi amplamente adotado em outros experimentos ingleses no período pré-Guerra (p. 176) O experimento inglês, não levava em consideração a orientação dos apartamentos para o máximo aproveitamento de luz solar.

Este modelo serviu de base para a construção de Radburn, Nova Jersey, planejado por Mr. Henry Wright e Sr. Clarence Stein, onde foram construídos enormes blocos recuados, com *culs-de-sac*, como na Inglaterra. Nele, as casas estão voltadas para dentro do espaço aberto central e na parte interior dos blocos há caminhos de acesso restrito aos pedestres, com passagens subterrâneas em ruas de tráfego.

Na Alemanha surgiu “*Zeilenbau*”, o super-bloco alemão cujas premissas eram a maior incidência de luz solar e ordenação espacial. Seu esquema geral determinava blocos de apartamentos dispostos em linhas, cuidadosamente espaçados, com não mais de dois ambientes de profundidade para maximizar a entrada de luz em cada ambiente. Com o objetivo de oferecer maior aeração eram dispostos apenas dois apartamentos

por caixa de escada o que proporcionava ventilação cruzada em cada habitação. A maior incidência de luz solar direta, diária e anual é alcançada com a correta orientação geográfica dos blocos de apartamentos.

A habitação heliotrópica foi desenvolvida através de método científico voltado à orientação solar mais eficiente, bem como o princípio de que a habitação não deveria estar de frente para ruas de tráfego intenso. O propósito era estabelecer a orientação dos blocos que poderia prover o máximo de incidência de luz solar para todos os cômodos tanto no inverno, quanto na primavera.

Nessa perspectiva, o *Frankfurt housing officials* desenvolveu um conjunto de diagramas para estudar a melhor implantação das habitações e suas conclusões foram adotadas em todo o país. A base de cálculo era o apartamento no nível térreo em um edifício de quatro pavimentos. A disposição dos blocos deveria considerar a distância de 45,72 m entre os blocos situados de forma paralela. O propósito do estudo era encontrar a orientação que favorecesse o máximo de luz solar em todos os cômodos, no inverno, na primavera e ainda evitar a incidência solar direta no verão. Em Frankfurt a melhor orientação do bloco era norte-noroeste e sul-sudeste. As salas de estar e cozinha estariam dispostas no lado oeste e os dormitórios e banheiro, na medida do possível a leste.

A discussão em torno das vantagens relativas à tipologia habitacional, casas baixas, altas ou edifícios de apartamentos médios, já vinha sendo objeto de debate desde meados do século XIX. A moradia ideal, para os reformadores, era a pequena casa com jardim anexo. No entanto, o desenho do método *Zeilenbau* apresenta os resultados mais satisfatórios, tanto do ponto de vista econômico quanto social, a partir de pequenas casas de um ou dois andares dispostas em fileiras. Este método foi aplicado na maioria dos desenvolvimentos na Alemanha e em quase todos os países continentais que estavam construindo habitação moderna.

Em meados dos anos 1920, arquitetos europeus viajaram aos Estados Unidos para conhecer os arranha-céus. Hendrik Wijdeveld, Le Corbusier, Walter Gropius e outros arquitetos alemães defendiam as vantagens de um único edifício alto no centro de um grande terreno em detrimento da construção de vários edifícios baixos que cobririam mais porções de terra, abrigando a mesma quantidade de pessoas.

Apesar da publicação de muitas ideias e projetos para a construção de toda uma cidade nesses moldes, elas não foram concretizadas. As técnicas não haviam progredido ao ponto de tornar mais econômica a construção de arranha-céus. Ainda assim foram construídos nesse modelo edifícios em Nova York, que vivia uma situação luxuosa nos anos 1920.

O desenho das habitações mínimas tomou diferentes direções. Deve-se admitir que os diversos aspectos deste novo compasso arquitetônico – social, higiênico, econômico, tecnológico e estético – raramente foi integrado em uma "solução" única.

O planejador moderno entende que mesmo em um pequeno conjunto habitacional haverá a necessidade de projetar habitações para diferentes grupos sociais, tais como idosos, casais, famílias com crianças pequenas, pessoas solteiras e indivíduos com todo o tipo de necessidades especiais. Para tal, se torna indispensável oferecer edifícios distintos, ou grupos de edifícios, pois, tais características não podem ser satisfeitas meramente através da variação do número de quartos ou da sua disposição.

Catherine Bauer expõe algumas variações em programas de habitação destinados a grupos específicos.

Na Alemanha, as habitações para os idosos eram como hotéis: pequenos apartamentos, com balcões privados e uma área central de jantar, além de cômodos coletivos, debaixo do mesmo teto⁵⁴⁴.

⁵⁴⁴ Catherine Bauer, *“Modern Housing”*, 1934, p.204.

Em Frankfurt, foram criados diversos programas como o apartamento para mulheres solteiras, o *apartment-house*, projetado por Margarete Schütte-Lihotzky. Sua planta era simples, de dimensões mínimas, apresentava um quarto suíte bem equipado. Oferecido em sistema de aluguel por um preço módico de cerca de seis dólares ao mês. Também em Frankfurt foram projetadas colônias para jardineiros, que entre seus equipamentos contavam com estufas e os *youthhostels* destinados aos jovens em férias ou que durante o período escolar viajavam pelo país, equipados com dormitórios e cozinha coletiva, onde poderiam preparar a própria comida ⁵⁴⁵.

Na França foram projetados equipamentos como estúdios para artistas e artesãos. Na Holanda, as “habitações-controladas” serviam temporariamente como acomodação para as pessoas removidas de *slums*, com o objetivo de educar os novos moradores para a sua realocação em habitações modernas.

Na opinião de Catherine Bauer, a Europa do pós-guerra estava pronta para um avanço positivo na tecnologia e a racionalização da produção em habitação. Apesar de os primeiros resultados do experimento tecnológico não terem obtido êxito total, eles ofereceram promessas.

Bairros e até mesmo cidades inteiras eram planejados como uma unidade e construídos de uma só vez; a tecnologia foi se tornando mais eficiente e o custo do trabalho físico foi sendo reduzido. A qualidade de construção, de isolamento térmico, de proteção contra incêndios, do design de produção em massa foi constantemente melhorando.

Houve um avanço com relação à racionalização do método construtivo em economia e em eficiência em todos os países, principalmente na Alemanha, até 1931. A partir desse período, a mão de obra tornou-se tão barata que não era mais necessário economizar através de meios mecânicos

⁵⁴⁵ *Ibidem*, p.205.

ou científicos, mesmo que o produto decorrente fosse melhor. O resultado foi um retrocesso, sem maior entusiasmo para a "racionalização" da construção.

Catherine Bauer afirma que o sistema capitalista é capaz de retroceder em ciência e tecnologia a fim de manter o lucro e lança uma provocação: "O capitalismo ou o uso gratuito de nossos cérebros e nossos recursos físicos para fazer um mundo melhor para se viver?"⁵⁴⁶ .

Ao combinar análise econômica com valores sociais, nos Estados Unidos, Catherine Bauer salienta a necessidade de a arquitetura ser vista como arte social necessária à prestação de habitação moderna. Nessa linha de raciocínio, ela considera "impossível escrever um livro sobre "forma' moderna sem lidar com as realidades sociais, biológicas e técnicas que fundamentam o movimento de moradia"⁵⁴⁷ .

Os planejadores e arquitetos poderiam construir casas e bairros que abolissem a distinção entre o barato e o caro, entre o meu melhor e o seu pior. Eles poderiam colocar as premissas de lazer, do sol e do ar e as formas adequadas a materiais, técnicas e funções. E as pessoas que viviam na habitação nova poderiam encontrar tudo isso exatamente ao seu gosto (Modern Housing, 1934, p. 215, tradução nossa).

Enfatiza que a habitação deve tornar-se uma questão pública passando de lucro especulativo privado a uma empresa reconhecida como de utilidade pública, planejada e controlada como tal, digna do apoio do trabalho organizado de arquitetos, engenheiros e especialmente dos consumidores. Em estados capitalistas essa questão tem vindo acompanhada por muitas complicações e contradições.

Este novo método de planejamento, configurado em termos de produção eficiente, manutenção e uso, e com os padrões mínimos de qualidade decididos a partir do ponto de vista da saúde pública, conveniência e economia real de longa data, não alcançava os grupos de baixa renda.

⁵⁴⁶ Catherine Bauer, "Modern Housing", 1934, p.211.

⁵⁴⁷ *Ibidem*, p.213.

Por não conseguir pagar um aluguel “econômico” por uma habitação, mesmo com o fornecimento de fundos estaduais, cada nação teve que escolher entre aumentar os salários reais ou conceder algum tipo de subsídio a título definitivo para cobrir o déficit habitacional.

Em países como Holanda, Inglaterra e Estados Unidos a disparidade entre renda e o que as pessoas poderiam pagar se devia quase que inteiramente ao custo elevado da terra. O subsídio era fornecido como subvenção direta em ajuda aos proprietários de *slums* e não como um custo da habitação. Em todos os casos, os subsídios são expedientes utilizados apenas por causa da ineficácia dos sistemas de distribuição. Sem terra e sem dinheiro barato, o método de planejamento e os novos padrões de habitação seriam impossíveis de serem realizados.

Toda a operação da habitação deve ser retirada do mercado especulativo e com isso melhorar a qualidade de longo prazo do produto, além de eliminar a especulação da terra, preços inflados e custos proibitivos de métodos financeiros especulativos.

O custo unitário da terra é o fator mais importante para determinar a comodidade de um projeto habitacional e o custo do dinheiro o item mais significativo entre as variáveis que determinam as escalas de aluguel. O método de habitação em uma comunidade planejada de grande escala, torna possível reduzir o custo da terra.

Quase não havia moradias na América do Norte dentro do padrão de habitação mínima moderna da forma como foi colocada em prática na Europa. Faltou a tradição de responsabilidade cívica e os movimentos interiores de revolta coletiva que se uniram para constituir as políticas produtivas habitacionais no pós-guerra, presentes na Europa. Além disso, o ideal da propriedade individual tem sido explorado de forma tão intensa que grande parte da população tende ainda a tratar o problema da habitação no papel de pequenos capitalistas e não como trabalhadores e consumidores.

Mesmo assim, houve algumas experiências em comunidades habitacionais modernas que estavam de acordo com a prática europeia em termos de qualidade, quando não em escalas de aluguel. A habitação governamental para trabalhadores da guerra de Bridgeport, em Connecticut, e Camden, em Nova Jersey, criou um precedente em qualidade, em planejamento comunitário, assim como exemplo de responsabilidade pública. Se tivessem dado seguimento ao projeto, poderiam ter transposto o contraste entre habitação pós-guerra da América e da Europa. Mas estas casas foram transferidas para propriedade privada irrestrita.

Enquanto a Europa fornecia ajuda governamental para produzir melhores casas com aluguéis mais baixos, Nova York estava subsidiando a indústria da construção especulativa.

Também na região de Nova York, a *City Housing Corporation* realizou dois experimentos importantes no planejamento da comunidade que, embora não atingissem os extratos de renda mais baixas, tiveram grande influência sobre habitação e planejamento em todo o país. Sunnyside, em Queens e Radburn, em Nova Jersey, esse último é o primeiro experimento americano de uma comunidade pré-planejada completa construída nos princípios da Cidade Jardim inglesa. A idéia do super-bloco, com ruas sem saída recuadas, avança para acomodar a condição americana particular – o automóvel. Chatam Village, em Pittsburgh, pela Buhl Foundation foi provavelmente o melhor exemplo de planejamento moderno em habitação do país ⁵⁴⁸.

Por todo os Estados Unidos nesse período não havia mais do que 20 mil moradias construídas desde a guerra em uma base permanente não especulativa e com pretensões de planejamento em grande escala ou mudança fundamental na qualidade de produção habitacional e ambiente de bairro.

⁵⁴⁸ Catherine Bauer, *“Modern Housing”*, 1934, p.239.

A história da política de habitação oficial em Washington, introduzida como uma medida de emergência para dar emprego e não como uma política de habitação por si só, tem cada vez mais envolvido questões colaterais.

A nova habitação torna-se mais cara, apresenta maior desperdício e é menos adequada às reais necessidades do indivíduo, da família, da cidade e da nação. Os esforços combinados dos construtores especulativos, de associações de construção e empréstimo e de edifícios particulares não podem fornecer uma nova moradia a um preço acessível, sequer, a metade da população. Os edifícios que eles constroem são em sua maior parte precários e o resultado é que o padrão de vida norte-americano, naquele momento, mesmo em tempos de "prosperidade", era um dos mais baixos no mundo ocidental em relação à luz, ar, instalações, de vida em comunidade e até mesmo de saneamento básico. Catherine Bauer reforça que cabe aos governos dar o passo decisivo para configurar o novo método de produção habitacional como um investimento social de longo prazo.

Considera a dificuldade de inaugurar um procedimento de habitação eficiente e realista dentro daquele quadro econômico social. Compara com a situação em países europeus que, com governos mais ou menos semelhantes aos dos Estados Unidos, conseguiram construir boa habitação moderna e de baixo custo.

À luz da experiência europeia, conclui que algumas questões a serem colocadas na política habitacional norte americana provenham daí ⁵⁴⁹.

O objetivo principal de todas as políticas de habitação europeias tem sido proporcionar um grande número de habitações modernas, em bairros planejados, como forma rápida e mais barata possível. Até aquele momento, apenas dois países, a Grã-Bretanha e a Holanda, haviam se comprometido com a reabilitação de bairros antigos e, em ambos os casos, esses esforços

⁵⁴⁹ Catherine Bauer, "*Modern Housing*", 1934, p.243.

eram de qualidade muito inferior do que o resto do programa habitacional e representavam de duas a quatro vezes mais custo para o governo.

Ela identifica três tipos econômicos distintos de *slums*. O primeiro, refere-se à área insalubre central superlotada, de alto preço em decorrência do lucro dos proprietários com o congestionamento. Por não ter atingido suficiência quantitativa de habitações de baixo custo, as áreas centrais das cidades europeias tendem a permanecer superlotadas e, portanto, a moradia é rentável e cara. Esta pode ser chamada de *exploitation-slum* (*slum* de exploração).

O segundo concerne às áreas insalubres, degradadas cujos preços dos terrenos são baseados na especulação quanto ao uso mais intensivo futuro e não sobre os lucros atuais. Esse é o caso de grandes áreas vazias ou em ruínas em muitas cidades americanas, escaladas para a esperança futura de arranha-céus. Classificados de *speculation-slum* (*slum* de especulação).

Por último, o tipo *blighted area* (área deteriorada), de crescimento posterior aos outros dois tipos, ou o resultado de movimentos da população que deixaram as áreas centrais e se dirigiram a regiões periféricas da cidade

550.

Aponta que o último exemplo de área deteriorada, não ocupada, é o terreno mais apropriado para uma ação imediata de construção rápida de habitações boas e de baixo custo. E que a forma mais eficaz no combate à exploração e à especulação em *slums* é indireta, através da ampla oferta de casas de baixo custo, construídas em outros distritos; da condenação de habitações insalubres e da elevação do padrão de demanda, com a redução da pressão sobre as áreas precárias, lucros excessivos e preço da terra. Considera necessário limitar legalmente a altura, a cobertura e a densidade de novos

⁵⁵⁰ Catherine Bauer, "Modern Housing", 1934, p.244.

edifícios em um dado distrito. Ao se exigir um bom padrão habitacional, desejos e preços especulativos podem ser controlados da mesma forma.

A primeira questão a ser resolvida com relação ao problema de *slums* americanas é colocada de forma muito simples por Catherine Bauer, "Vamos parar de construir novas *slums*? (...) todo o resto deve vir depois. Ao invés de inutilmente tentar salvar o passado, se faz necessário primeiro garantir o futuro"⁵⁵¹.

Ao explicar as causas do fracasso em constituir um "movimento de moradia" na América do Norte aponta dois segmentos na história da habitação moderna.

O segmento de investigação racional, científica e técnica, de imaginação individual e da experiência. A este pertencem os utopistas, os *Fabians*, os cooperadores, os primeiros arquitetos modernos e também a maioria dos promotores de habitação que atuavam na América.

O segmento voltado para a emoção em massa e o desejo popular. Muitas das vezes tinham pouca ou nenhuma conexão direta com a habitação em si. Os revolucionários de 1848 não eram desfavoráveis aos *slums* e se tornaram os responsáveis pela epidemia do "modelo de cortiços".

Para entender esse fracasso retoma o êxito do movimento de moradia pós-guerra na Europa fundamentado na organização e demanda bem informada dos consumidores. Os sindicatos alemães estavam preparados para desenvolver um programa habitacional em grande escala com a ajuda do governo; o povo da Inglaterra elegeu conselheiros em uma plataforma de habitação; e, em todos os lugares, os trabalhadores queriam não apenas habitação, mas uma revolução e um quadro social, totalmente novos.

Os governos trabalhistas e social-democratas representavam um corpo de cidadãos que exigiram um programa positivo de boa habitação. Já a falta

⁵⁵¹ *Ibidem*, p.247.

de tal demanda articulada e eficaz nos Estados Unidos, foi a principal razão para numerosos obstáculos à habitação moderna.

Em conclusão, Catherine Bauer sublinha que se uma parte da energia direcionada à aquisição de propriedade de habitação privada tivesse sido dirigida para a demanda de um programa de habitação moderna – com planejadores capazes, com a utilização de materiais de qualidade e excelência em tecnologia para projetar melhores habitações – isto sim poderia ser considerado um caminho para um movimento habitacional norte-americano de verdade.

4.5 Contribuições contemporâneas para pensar a questão do gênero na habitação e no urbanismo

As abordagens tradicionais de planejamento e desenvolvimento urbano encontram dificuldades em lidar com a complexidade das cidades contemporâneas devido a diversos processos de transformação, tais como, a imigração em massa, a expansão da urbanização, a virtualização, assim como as restrições ecológicas devido as mudanças climáticas. Instituições como a União Europeia (UE) e as Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) têm trabalhado para elevar a qualidade de vida das pessoas. A agenda urbana da UE, de 2016, planeja junto a diferentes atores (*stakeholders*) uma Europa sustentável, inovadora e economicamente poderosa que ofereça uma boa qualidade de vida. A Nova Agenda Urbana Habitat III, adotada na conferência Habitat III, em 2016, em Quito, Peru, estabelece padrões globais de desenvolvimento urbano sustentável em parceria com governos, empresas, instituições acadêmicas e ONGs para o trabalho em nível local de seus países ⁵⁵².

Nas décadas de 1980/90, geógrafas, antropólogas, sociólogas, urbanistas e arquitetas analisaram o fenômeno urbano a partir de fatores como classe, etnia e sexo. Modelos alternativos de cidadania com a inclusão de todas as diversidades, criação de novas práticas políticas, novas mediações e redes foram propostas com o objetivo de incluir os direitos das mulheres nos direitos humanos ⁵⁵³.

Mulheres estabeleceram redes que se esforçaram em promover uma agenda global para a implementação de medidas políticas que contribuam

⁵⁵² Liisa Horelli, 2017. Engendering urban planning in different contexts – successes, constrains and consequences. European Planning Studies, Routledge, London, p.1.

⁵⁵³ Gerda Werkele, “Women’s right to the city, a Democracy”, 2000 apud Anna Bofill Levi, simpósio “Estúdios urbanos de gênero y feminismo”, 2012, p. 425.

para a igualdade de gênero e ampliação dos direitos das mulheres nas cidades, destacando-se o trabalho de Gender Hub da UNI-Habitat⁵⁵⁴ e do COST Gender STE⁵⁵⁵. Apesar dessas iniciativas as novas agendas urbanas ainda não consideram o urbanismo com perspectiva de gênero no desenvolvimento da vida cotidiana como uma oportunidade de agregar os complexos contextos diários de mulheres e homens de diferentes classes, etnias e idades.

A quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em 1995, em Pequim ofereceu como estratégia a implementação de uma Plataforma de Ação, de modo a garantir que a perspectiva de gênero fosse adotada em todas as políticas e programas dos países envolvidos. O movimento feminista enfrentou novos desafios, seu contexto de ação envolveu o capitalismo organizado pelo Estado, o neoliberalismo e, eventualmente, uma sociedade pós-neoliberal. Isto teve como consequência o fato de que a integração da igualdade de gênero fosse complementada com outras abordagens e métodos mais flexíveis em diferentes contextos⁵⁵⁶.

A existência de uma metodologia própria feminista vem sendo discutida por muitos especialistas há décadas. Algumas reflexões sobre características específicas e recomendações ao aplicar a perspectiva de gênero em políticas e práticas municipais relacionadas à configuração do espaço físico serão abordadas.

⁵⁵⁴ O Gender Hub da UNI Habitat, propõe práticas promissoras para o diálogo efetivo e desenvolvimento com perspectiva de gênero, coordenado pela argentina, Ana Falú. Seu comitê é composto por representantes coletivos e individuais de diversos países da América Latina, América do Norte, Europa, África e Ásia.

⁵⁵⁵ O Cost Gender STE, coordenado pela espanhola Ines Sanchez de Madariaga, tem como objetivo implementar o conhecimento e políticas de gênero, ciência, tecnologia e meio ambiente através da criação de uma rede de formuladores de políticas e especialistas em gênero, ciência e tecnologia.

⁵⁵⁶ Liisa Horelli, 2017. Engendering urban planning in different contexts – successes, constrains and consequences. *European Planning Studies*, Routledge, London, p.2.

Em um primeiro momento é apresentado o trabalho realizado por Liisa Horelli que analisa quatro tipos de planejamento e desenvolvimento em cidades distintas a partir da perspectiva de gênero. Na sequência são apresentadas metodologias que vem sendo realizadas na Catalunha, especificamente na cidade de Barcelona:

- Recomendações para uma concepção do entorno habitado desde o ponto de vista do gênero com o manual, *Las Mujeres y la Ciudad* (1998), realizado por Anna Bolfill Leví, Rosa Maria Dumenjó Marti e Isabel Segura Soriano;
- Diagnóstico Urbano com perspectiva de Gênero (DUG), desenvolvido pelo Col.lectiu Punt 6 (2014);
- Habitação não hierárquica e não andocêntrica, guia elaborado por Zaida Muxí dedicado ao projeto de desenho habitacional;
- Flexibilidade e adaptabilidade: hierarquia de gênero em habitação, metodologia realizada por David Hernandez Falagán, com colaboração de Graziano Brau Pani e Aitor Martinez que aborda as questões de gênero na habitação.

A planejadora urbana e especialista em habitação, Liisa Horelli, argumenta que deve haver uma expansão do engendramento do planejamento urbano, além da sua integração à igualdade de gênero. Isto exige diferentes formas de lidar com diversos tipos de planejamento e desenvolvimento a partir da perspectiva de gênero.

Liisa Horelli, em seu artigo, *Engendering urban planning in different contexts – successes, constrains and consequences*, constrói uma estrutura analítica que compreende duas dimensões processuais da perspectiva de gênero. Uma representa o potencial de coordenação e participação, através de um sistema de cima para baixo-de baixo para cima (*top down-bottom up*). A outra, representa o significado de diferentes tipos de produção de

conhecimento: formal, liderada por especialistas e informal, de iniciativa dos cidadãos ⁵⁵⁷.

Essas dimensões correspondem a quatro tipos de planejamento de gênero que são ilustrados e analisados através de exemplos em cidades europeias: planejamento urbano abrangente de integração de gênero, em Viena; planejamento de advocacia sensível ao gênero, em Barcelona; gênero + auto-organização em torno do planejamento e desenvolvimento urbano, em Helsinki; e co-governança consciente de gênero com parcerias públicas, privadas e pessoas, em Atenas ⁵⁵⁸.

O sistema de planejamento austríaco representa o sistema continental. Este sistema é hierárquico, normativo, de múltiplos níveis que encoraja um planejamento abrangente e integrado. Cada um dos nove estados tem suas próprias normas de planejamento e não há uma legislação a nível nacional. O sistema de planejamento é elaborado pelo poder municipal, que leva em consideração o poder regional e é neutro em termos de gênero.

A cidade de Viena, conta com uma população de 1,7 milhões de habitantes e tem sido o exemplo europeu mais proeminente no campo do “planejamento urbano abrangente de integração de gênero”, praticado há mais de 25 anos. A cidade recebeu o reconhecimento de ser a *Smatertest City of the World* e de ter a mais alta qualidade de vida no planeta por sua tradição em aplicar os requisitos de gênero no planejamento urbano e pela alta qualidade em habitação social. Atualmente 60% das habitações são subsidiadas ⁵⁵⁹.

⁵⁵⁷ Liisa Horelli, 2017. Engendering urban planning in different contexts – successes, constrains and consequences. European Planning Studies, Routledge, London,p.2.

⁵⁵⁸ (1) Gender Mainstreaming (GM) comprehensive urban planning; (2) Gender-sensitive advocacy planning; (3) Gender + self-organizing around urban planning and development; (4) Gender-aware co-governance with public, private, people-partnerships.

⁵⁵⁹ Liisa Horelli, 2017. Engendering urban planning in different contexts – successes, constrains and consequences. European Planning Studies, Routledge, London,p.7.

De acordo com uma das maiores especialistas em urbanismo e gênero da Europa, a engenheira urbanista Eva Kail, que tem sido a principal promotora dos processos de planejamento urbano abrangente de integração de gênero em Viena, os resultados podem ser vistos na qualidade de muitos edifícios, espaços abertos, parques e redes de mobilidade, assim como na melhoria da inteligência social nos processos de planejamento da cidade. Nesse sentido, dois exemplos de *co-housing*, pensados em atender as necessidades dos que habitam essas residências, realizados em Viena, serão abordados posteriormente: o Sargfabrik e o Frauen-Werk-Stadt hoje Margarete Schütte-Lihotzky Hof.

O sistema de planejamento espanhol que se desenvolve em múltiplos níveis, no estilo continental é um sistema normativo, hierárquico que incentiva o planejamento integral e integrado. A legislação regional sobre as políticas urbanas é influenciada pelas leis de Igualdade e do Solo, ambas de 2007, que regulam a ação do governo em relação à igualdade, tratamento de qualidade e oportunidades para mulheres e homens ⁵⁶⁰.

Na Espanha e na Catalunha, esta última com 7,5 milhões de habitantes, foram realizados projetos que visam a inclusão do direito das mulheres, sendo um deles denominado *Las Mujeres y la Ciudad*, promovido por Ana Bofill e Isabel Segura, em Barcelona, entre 1996 e 1999. Dessas ações resultou o *Primeiro Congreso de Mujeres de Barcelona*, de 1999, despertando um grande interesse em municípios e autonomias, tanto na Catalunha quanto nas demais regiões da Espanha. O governo catalão introduziu pelo artigo 69 da *Ley de Urbanismo*, de 2005, a inclusão de critérios de gênero para o planejamento

⁵⁶⁰ *Ibidem*, p.8.

urbano, da mesma forma que o fez na *Ley de Mejora de Barrios*⁵⁶¹, de 2004 e na nova *Ley de Vivienda*, de 2007⁵⁶².

A província de Barcelona, com 5,5 milhões de habitantes, representa uma das principais regiões espanholas em aplicar o planejamento urbano com perspectiva de gênero devido ao seu forte movimento feminista da década de 1970 e da atuação de diversos coletivos femininos.

O Cole.lectiu Punt 6 é uma associação de mulheres no campo da arquitetura, do planejamento urbano e da sociologia que busca mobilizar mulheres na Catalunha para melhorar o entorno urbano a partir de uma perspectiva de gênero. Desde 2005, o Col.lectiu Punt 6 alimenta o conhecimento urbano com uma coleção de metodologias e ferramentas inovadoras, tais como guias, atividades exploratórias, fotogramas, mapas perceptivos e comunitários, festas de rua, oficinas e exposições. Destacam-se as experiências em oficinas realizadas dentro do programa “*Herramientas de Participación*”, do *Institut Català de les Dones* (ICD) e em processos participativos de diagnóstico e desenho de propostas para melhorar o entorno cotidiano dos bairros.

A perspectiva de gênero é implementada através de um processo de conscientização e reafirmação de capacidades a partir da experiência cotidiana das mulheres com o objetivo de repensar as cidades, os bairros e a arquitetura. Esta visão inclusiva com relação à sociedade considera a participação como instrumento indispensável nos projetos e a sustentabilidade como critério básico de desenvolvimento.

A Finlândia é um dos estados de bem-estar nórdicos, na qual a população de 5,4 milhões de habitantes goza de um alto nível de educação e

⁵⁶¹ A Lei de Bairros tem como objetivo a melhoria de bairros, áreas urbanas e vilas que requeriam atenção especial, inclui a obrigação de aplicar a igualdade de gênero no uso do espaço urbano e em equipamentos de bairro.

⁵⁶² Anna Bofill Levi, simpósio “*Estúdios urbanos de género y feminismo*”, 2012, p. 425.

governança digital. O sistema de planejamento finlandês faz parte do estilo continental que é dominante na Europa. É um sistema em múltiplos níveis, operado de cima para baixo, com base no planejamento do uso da terra.

A prática de planejamento ainda é fortemente influenciada pela participação abrangente-racionalista dos anos 1960 e os processos de planejamento e participação cidadã são altamente centralizados e regulados por leis e governança burocrática em nome do interesse público do estado de bem-estar social. A europeização do planejamento, devido à política de paz, ambiente e igualdade e a transformação de governo para governança, provocou algumas mudanças na prática de planejamento neutro em termos de gênero ⁵⁶³.

O *Land Use* e o *Building Act*, de 2000, foram influenciados pela mudança comunicativa no planejamento, assim como por uma mistura de teorias democráticas, que vão desde agregativas, deliberativas, até antagônicas. Assim, existem alguns "corredores informais para a ação criativa" através de um sistema emergente de uso da terra liderado pelo mercado e também pela participação como auto-organização através da qual os problemas da vida cotidiana funcionam como motor ⁵⁶⁴.

Destacam-se eventos e acontecimentos auto-organizados que surgiram em muitos bairros de Helsinki, dos quais aproximadamente 75% dos participantes são mulheres de diferentes idades. Pode-se identificar dois tipos de auto-organização: o primeiro, evoca o meio ambiente para melhorar a vida cotidiana através de eventos e o segundo, promove movimentos temáticos, como *Mais Cidade para Helsinki* (MCH), *Mais Coeso* e *Espaço para Economias Diversas* ⁵⁶⁵.

⁵⁶³ Liisa Horelli, 2017. Engendering urban planning in different contexts – successes, constraints and consequences. *European Planning Studies*, Routledge, London, p.9.

⁵⁶⁴ *Ibidem*, p.10.

⁵⁶⁵ *Ibidem*, p.10.

Os participantes do primeiro grupo são principalmente mulheres, que procuram melhorar o ambiente através de eventos. A proposta visa uma transformação gradual e urbana que pressiona o planejamento urbano tradicional, surgem propostas de usos temporários e de novos bairros construídos coletivamente, de baixo para cima.

O segundo, representa um movimento político e ideológico que litigou através das mídias sociais e outras atividades com políticos, negócios de construção e funcionários de alto nível, ou seja, com a elite de poder da cidade. Este tipo, também incluiu muitas mulheres com exceção da auto-organização MCH. Este movimento influente é dominado por participantes masculinos: arquitetos, planejadores, ecologistas, ativistas urbanos, políticos verdes, com a média de idade de aproximadamente 35 anos.

O sistema grego de ordenamento do território também organizado em múltiplos níveis hierárquicos e controlados centralmente pelo governo nacional, com jurisdição limitada das autoridades locais. Este sistema normativo, de estilo continental, tem sido influenciado recentemente por tendências orientadas para o mercado, que deram liberdade aos grandes investidores ⁵⁶⁶.

O foco principal do planejamento está nos aspectos físicos do meio ambiente e as políticas de gênero estão bem desenvolvidas em outras áreas, mas não no planejamento urbano. Existe uma distância considerável entre o reconhecimento do gênero na pesquisa acadêmica sobre o planejamento urbano e a ignorância simultânea na prática administrativa e profissional. Embora todo o processo de planejamento e desenvolvimento urbano esteja passando por uma reconstituição por causa da crise financeira, as questões de gênero não foram contempladas na agenda. Na verdade, a crise quase aprofundou as desigualdades de gênero. As questões de gênero no desenho

⁵⁶⁶ *Ibidem*, p.11.

são parcialmente cobertas como subproduto de outros objetivos, como o desenho de *playgrounds*, acessibilidade e *design* para todos ⁵⁶⁷.

Liisa Horelli destaca, com relação a comparação dos quatro exemplos, que os significados e as estratégias de engendramento variam nos diferentes contextos de planejamento. Todas as abordagens, apesar das diferenças, incluem fazer ou desfazer o gênero, destacando-se parecer esta a única estratégia implícita em Helsinki e Atenas. Viena participou ativamente com relação a dimuição dos estereótipos de gênero, ao contrário de Helsinki, onde não foram garantidos os resultados desejados para ambos os sexos, uma vez que a maioria dos lobistas influentes são homens.

Os resultados da comparação revelam o resultado em duas escalas, nas quais todos os exemplos conseguiram satisfazer as necessidades práticas de gênero no desenvolvimento de pequenas melhorias nas configurações diárias, porém os interesses estratégicos de gênero foram relegados a segundo plano. Em Viena, o planejamento urbano abrangente de integração de gênero como avaliação de qualidade, introduziu uma infra-estrutura que funciona para a vida cotidiana na cidade, com seus parques encantadores, sistemas flexíveis de mobilidade e soluções habitacionais versáteis. Mesmo assim, este planejamento não se tornou um interesse estratégico para ambos os sexos no nível político, também devido à atual política neoliberal.

O resultado do estudo realizado nos quatro países abordados confirma a necessidade de expansão do engendramento do planejamento urbano, o que requer a combinação de diferentes estratégias de gênero e métodos híbridos para lidar com os diferentes tipos de contextos de planejamento e desenvolvimento da perspectiva de gênero ⁵⁶⁸.

⁵⁶⁷ *Ibidem*, p.11.

⁵⁶⁸ *Ibidem*, p.13.

4.5.1 Recomendações para uma concepção do entorno habitado desde o ponto de vista do gênero

O Manual de Recomendações *Las Mujeres y la Ciudad* é uma primeira reflexão sobre os espaços do habitar e as configurações urbanas realizada a partir da visão das pessoas que vivem e experimentam a cidade com maior intensidade, as mulheres. O manual é um dos resultados do projeto *Las Mujeres y la Ciudad* (1996 a 1998), incluído no *IV Programa de acción comunitária a médio plazo para la igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres* da Comissão Europeia ⁵⁶⁹.

O manual agrega os resultados das consultas realizadas a grupos de mulheres como habitantes da cidade e grupos pertencentes a localidades parceiras do projeto europeu. Reúne as reflexões feitas em torno da adequação dos espaços físicos da cidade à vida cotidiana das mulheres. Parte do princípio de que as mulheres vivem mais a cidade em todos os seus espaços domésticos e públicos, especialmente os de serviços, assim como realizam deslocamentos com maior frequência e distinto horário que os homens, o que faz com que experimentem a cidade de outra maneira, que não se encontra contemplada nos planos, projetos urbanos, desenhos de habitações e serviços.

Apresenta recomendações, como primeira etapa de um processo, com isso pretende obter a implementação do planejamento e projeto de gênero como ação imprescindível nas práticas municipais de fazer cidade. As propostas e reflexões apresentadas situam-se dentro do âmbito da economia planificada de um país industrializado e abrangem distintos níveis dimensionais, desde o espaço individual à cidade inteira.

⁵⁶⁹ Anna Bolfill Leví, Rosa Maria Dumenjó Marti e Isabel Segura Soriano, *“Las Mujeres y la Ciudad: Manual de Recomendaciones para una concepción del entorno habitado desde el punto de vista del género”*, 1998.

O objetivo proposto com esse estudo é transformar as cidades existentes e não começar novas cidades desde o zero, como o conceito de tábula rasa proposto pelo modernismo. Não se pretende inventar um modelo ideal de cidade desde a perspectiva de gênero, a proposta procura transformar aspectos do desenvolvimento atual e conceber uma cidade para todos e todas, considerando as necessidades da outra metade da cidadania.

Não se trata de desenhar ou planificar separadamente para as mulheres em prática distinta da geral. Objetiva-se uma mudança de atitude, com novas maneiras de olhar e entender os aspectos das configurações urbanas. A melhor maneira de promover esse debate é criar um estado de opinião entre a população, que estimule maior compreensão da cidade, por exemplo, de como habitá-la e incentive a corresponsabilidade na transformação e cuidado da mesma.

Também é necessário identificar as necessidades e os desejos das mulheres através de uma nova prática de participação democrática, os forums de debate. Nestes forums participam mulheres de diferentes status econômico, social e cultural. Devem haver representantes dos três setores fundamentais da população desde um critério político: mulheres habitantes e usuárias, mulheres profissionais do entorno urbano e mulheres que se dedicam a política.

O diagnóstico realizado põe em manifesto que o entorno urbano no qual se desenvolve a vida cotidiana não se adapta à sociedade atual e muito menos ao coletivo constituído por mulheres. Parte desse pressuposto para oferecer recomendações sobre o entorno habitado a partir dos temas da habitação, do espaço urbano da cidade, da segurança, da mobilidade e acessibilidade e da participação na tomada de decisões, tendo como base ponto de vista das pessoas (mulheres e homens).

O modelo tipológico habitual de moradia, tanto de habitação social como de iniciativa privada é dirigido a um modelo de família tradicional (pai,

mãe e dois filhos), com o pai que trabalha e a mãe que cuida da casa ou exerce dupla jornada de trabalho, profissional e familiar.

Em geral as moradias, sociais ou de iniciativa privada não contemplam programas e distribuições adequados a outros tipos de pessoas ou de grupos domésticos diferentes do modelo de família tradicional.

O manual traz recomendações para levar em conta ao projetar habitação⁵⁷⁰ :

- A eleição da localização geográfica pela topografia e as características geológicas do terreno, além da proximidade às redes de transporte público;
- A necessidade de fazer um desenho que estimule compartilhar as tarefas e responsabilidades domésticas e a vida coletiva do grupo de habitantes;
- Introduzir o conceito de flexibilidade no desenho que permita a transformação da habitação segundo as necessidades do grupo doméstico nas distintas etapas de seu desenvolvimento.
- Levar em consideração o número de habitantes e tipo de pessoas que ocupam a habitação, as atividades diversas de lazer ou trabalho remunerado, teletrabalho. A habitação que se adapta diminui o risco de segregação e reforça a estabilidade social do bairro;
- Quanto ao tamanho dos cômodos é melhor que sejam maiores em menor quantidade do que em maior número, mas de tamanho reduzido;
- Que haja diferentes tipologias habitacionais com espaços multifuncionais para atingir a diferentes grupos domésticos;

⁵⁷⁰ *Ibidem*, p.17.

- Reconsiderar o uso e a localização dos dispositivos domésticos que comuniquem com o exterior, como balcões, varandas e terraços;
- Reconsiderar a distribuição dos cômodos para conjugar os espaços individuais com os espaços coletivos de encontro e de relação entre as pessoas do grupo. Para isso é primordial voltar a pensar as funções desenvolvidas na casa: estar, descansar, trabalhar, lazer, limpeza pessoal, cozinhar, comer, lavar, estender, passar a roupa, armazenar etc.;
- Reconsiderar o desenho do mobiliário e de aparelhos domésticos com medidas ergonômicas e adaptáveis a pessoas com problemas de comunicação ou mobilidade;
- Melhorar a percepção do espaço doméstico no que se refere aos distintos fatores de agradabilidade e qualidade como a existência de luz natural durante o dia, ventilação, vistas ao exterior, isolamento térmico, acústico e olfativo;
- A sustentabilidade e a tecnologia com relação ao uso de energia alternativa, tecnologia que economize energia e evite o aumento de contaminação atmosférica;
- Renovar a normativa vigente de habitação social com o fim de adaptá-la as necessidades atuais;
- Mudar os aspectos políticos no conceito atual de habitação para fazer possível o acesso a mesma a mulheres, jovens e outros coletivos que no estado atual não conseguem ter acesso a habitação (por exemplo, oferecer habitação na forma de aluguel subsidiado);
- Reestruturar o mercado de habitação no que se refere a oferta e demanda das políticas de ocupação e reabilitação.

O espaço urbano é entendido desde o ponto de vista de gênero, ou seja, desde as pessoas (mulheres e homens) que caminham, deslocam-se, vivem, desfrutam ou sofrem os lugares oferecidos pela cidade. As pessoas devem orientar-se e identificar-se com o lugar que habitam. É no espaço urbano que ocorrem encontros e onde tem lugar o sentimento de pertencimento. É necessário que ocorra uma densidade de massas que conforme ambientes dotados de continuidade, unidade e variedade.

A qualidade arquitetônica e do espaço urbano é medida pela relação entre arquitetura, desenho, planejamento urbano e território. Com relação à cidade, o manual oferece as seguintes considerações a serem levadas em conta

⁵⁷¹ :

- Tender a uma cidade plurinuclear de estrutura celular;
- Romper as divisões entre subúrbios e centros urbanos fazendo com que cada um tenha as vantagens do outro;
- Fomentar espaços de trabalho nas áreas suburbanas para oferecer oportunidades de trabalho e serviços básicos e convertê-las em comunidades equilibradas para mulheres e homens;
- Misturar diferentes densidades e tipologias de edificação nos subúrbios e dotá-los de espaços intermediários e verdes, misturando também categorias econômicas e pessoas de diferentes status econômico e social;
- Fazer com que os bairros periféricos tenham qualidade de centralidade para que se resolvam muitos problemas de congestão de tráfico, de estacionamento e de transporte público e com isso diminuir a quantidade de pessoas que realizam grandes distâncias em trajetos da casa ao trabalho;

⁵⁷¹ *Ibidem*, p.23.

Quanto as áreas exteriores aos centros urbanos, esas devem:

- Integrar as funções de habitação, trabalho, comércio e serviços, ou seja, evitar a criação de zonas monofuncionais;
- Dotar os bairros de todos os serviços necessários para a vida cotidiana;
- Contemplar nas agrupações e unidades de vizinhança uma mistura de funções;
- Criar uma estrutura de verde urbano em todos os níveis de planeamento;
- Distribuir os edificios de maneira que configurem espaços urbanos de qualidade, controlados em todas as suas características;
- Evitar o crescimento de centros comerciais nas periferias das cidades para proteger a vida dos mercados e estabelecimentos comerciais dos centros urbanos e dos bairros periféricos;
- Criar redes de espaços lúdico/recreativos para a diversidade social e geracional;
- Criar estacionamento nos acessos das cidades congestionadas para diminuir a circulação de veículos nas mesmas;

Com relação ao bairro e a unidade de vizinhança:

- Que as praças sejam lugares de estar;
- Que as ruas sejam de pedestres, caminhos onde o percurso seja tranquilo, claro, agradável e seguro;
- Estimular a criação de espaços intermediários entre o domínio privado e público; Os espaços intermediários deverão respeitar o estar e o passeio, favorecendo o jogo de crianças, jovens da vizinhança e o encontro de pessoas adultas e deverão respeitar a tranquilidade e a segurança das mulheres e idosos;

- Deveria haver um grande número de vagas de estacionamento no subsolo dos edifícios, nas agrupações ou unidades de vizinhança;
- Os percursos de pedestres devem ser liberados de qualquer obstáculo que dificulte a passagem (automóveis, motos, faróis, postes, cabines etc.);
- A localização do mobiliário urbano, de obras de arte e esculturas deve ser estudada em cada caso;
- Evitar que as obras de arte e esculturas localizadas no espaço público contribuam a criar insegurança;

Quanto aos centros urbanos e centros históricos, em um nível geral, o manual propõe a promoção de políticas de cidadania e de uso da cidade. Observa-se uma preocupação com a memória e a conservação do ambiente construído e recomenda-se:

- Evitar a destruição de edifícios ou elementos significativos e representativos da memória histórica coletiva da cidade;
- Renovar e regenerar os centros históricos e da periferia;
- estudar sistemas de controle de cumprimento de leis e normativas sobre manutenção de fachadas e edifícios;
- Estudar mecanismos de controle de desenho urbano na remodelação de ruas, praças e jardins;
- Estudar mecanismos democráticos de controle de desenho urbano, particularmente desde o ponto de vista de gênero;

Quanto a mobilidade o objetivo é construir uma cidade com distâncias mais curtas, adequar a mobilidade à diversidade de atividades da vida cotidiana, priorizar o transporte público e o de pedestres sobre o automóvel particular, garantir acessibilidade física, social e econômica a todos os lugares, assim como a igualdade de oportunidades às necessidades de mobilidade

para o acesso e a participação nos bens e serviços da cidade e no trabalho remunerado.

As recomendações de mobilidade para o planejamento das cidades incluem ⁵⁷² :

- Planejar o território com critérios de multifuncionalidade, ou seja, combinar diversos usos em um mesmo território; Promover o conceito de cidade de distâncias curtas ou estruturas de cidades compactas que permitam um uso mais intenso e menos disseminado;
- Dar prioridade ao transporte público em detrimento da construção de novas artérias de tráfego rodado rápido (estas priorizam o transporte individual);
- Dotar de serviços as áreas periféricas para diminuir a necessidade de viajar;
- Instalar indústrias e oficinas não contaminantes nas zonas residenciais, compatíveis com o uso residencial, em lugar de localizá-las em polígonos industriais em zonas periféricas que forcem os deslocamentos e são lugares que as mulheres percebem inseguros;
- Descentralizar a instalação de bens e serviços em todos os bairros da cidade;

O transporte público em termos gerais deve ser flexível, de confiança, acessível, cômodo e seguro, por isso o manual propõe que sejam realizadas medidas de incentivo desde as instâncias públicas:

- Promover uma rede de sistemas de transporte públicos conectados entre si;
- Flexibilizar o transporte público;

⁵⁷² *Ibidem*, p.29.

- O transporte público deve permitir combinar a variedade de destinos;
- Melhorar o desenho dos percursos pensando mais em termos de redes que de linhas, estudando os fluxos dos deslocamentos e facilitando os trajetos casa/trabalho/estudos, trajetos que as pessoas realizam para a diversidade de ações cotidianas;
- Ampliar a frequência e horários;
- Interconexão dos diversos bairros das cidades e das zonas rurais e periféricas;
- Instalação de microônibus elétricos que facilitem o transporte em áreas de geografia acidentada ou de ruas estreitas;
- O transporte público deve ser acessível e contemplar as necessidades das pessoas com mobilidade reduzida;
- O desenho do interior dos veículos deve adaptar-se as medidas das mulheres e pessoas com deficiências físicas e deve permitir o acesso as pessoas com mobilidade reduzida, assim como espaço para cadeira de rodas, carrinhos de bebês, bolsas de compras, malas etc.;
- Facilitar informação dos serviços e de modos alternativos de transporte, caso existam, principalmente noturnos;
- O transporte público deve ser acessível com relação as tarifas;
- Diversos elementos intervem na sensação de segurança: qualidade da iluminação, o traçado e desenho das estações a visibilidade a transparência dos acessos, a formação do pessoal, o número de pessoas que exercem o serviço têm uma relação com a segurança e a percepção da cidade; A substituição progressiva das pessoas por máquinas de autoatendimento para venda de bilhetes em estações de trem ou metrô aumentam a sensação de insegurança;

- Controle do impacto ambiental do transporte: emissões, ruído, infraestruturas. Veículo leve sobre trilhos e ônibus elétrico são alternativas de transporte público;

Com relação aos pedestres, a cidade:

- Deve priorizar a circulação de pedestres em amplas zonas das áreas urbanas;
- Dar prioridade as pessoas que caminham e não aos automóveis;
- Amplitude das calçadas que permitam como mínimo a passagem de duas pessoas;
- Manutenção e conservação das calçadas;
- Eliminar obstáculos das calçadas;
- Aplicação de normativa de eliminação de barreiras arquitetônicas;
- Evitar passagens subterrâneas e túneis para a passagem das pessoas;
- Instalação de bancos nas ruas, passeios e praças.

Recomendações para o veículo privado:

- Limitar a circulação de veículos privados em áreas centrais das cidades;
- Criação de estacionamentos nas zonas limítrofes da cidade, conectados à rede de transporte público e evitar a construção de mais estacionamentos no centro da cidade que potencializem a utilização de veículo privado;
- Reserva de lugares de estacionamento próximos aos serviços de saúde e mercados;
- É recomendado facilitar a circulação de meios alternativos (veículo leve sobre trilhos e microônibus elétrico).

Os aspectos relacionados a segurança das mulheres nas cidades tem como base as propostas realizadas por Silja Tillner e Kose Licka na publicação *Richtlinien für reine schere Stadt. Beispiele für die Planung und Gestaltung sicherer öffentlicher Räume*, da Oficina da Mulher de Viena em 1995. Ainda que as recomendações não esgotem o tema da violência que os homens exercem contra as mulheres, que tem uma raiz clara e profundamente cultural, elas podem contribuir a reduzir as oportunidades para as agressões sexuais e a aumentar a sensação de segurança nos espaços públicos e o sentimento de pertencimento ao lugar.

Os princípios básicos que contribuem para a criação de espaços seguros e para a sensação de segurança ⁵⁷³ :

- Visibilidade e transparência, o que permite ver e ser vista;
- Trajeto que facilite uma leitura clara e rápida;
- Entorno multifuncional que promova e facilite o controle social durante o dia e a noite;

Os aspectos considerados com relação a segurança neste manual dizem respeito a orientação, panorâmica, perspectiva, visibilidade, iluminação, acessibilidade, entorno ativo, responsabilidade, evitar conflitos, estruturas urbanas, habitações, zonas de transição, fachadas, entradas, ruas, calçadas, túneis ou passagens subterrâneas, parques e transporte público.

O último aspecto é o tema da participação na tomada de decisão. Nesse tema a perspectiva de gênero destaca a importância da entrada das mulheres no mundo político. É necessário dar resposta as exigências do conjunto da sociedade (de mulheres e homens), aproveitando a contribuição das mulheres como elemento chave ao potencializar a democracia ⁵⁷⁴ .

A eficácia e a racionalidade determinaram a aplicação de políticas públicas. As necessidades sociais e os modelos de participação que

⁵⁷³ *Ibidem*, p.31.

⁵⁷⁴ *Ibidem*, p.37.

estruturam a planificação das cidades foram baseados na perspectiva dos homens e de seu critério de uso e necessidades dos serviços na organização do entorno urbano.

A exigência de melhores condições de vida, melhor qualidade dos serviços e uma clara participação da cidadania, tem sido a base das reivindicações dos movimentos urbanos através de sua diversidade de formas de organização, mas poucas vezes foi planejada uma alternativa urbana desde o ponto de vista das mulheres.

Por essa razão é necessário definir com força uma realidade objetiva: a importância de que as mulheres, como cidadãs e como principal coletivo usuário, participem plenamente e possam ser corresponsáveis da planificação, o desenvolvimento e a sustentabilidade dos assentamentos humanos.

É necessário criar um novo conceito de participação, a partir de metodologias que permitam visualizar o ponto de vista das mulheres, que sejam capazes de dar resposta as suas necessidades, aglutinar a diversidade existente em cada núcleo urbano e reconhecer as potencialidades de cada pequena comunidade.

O manual encerra com recomendações para a participação das mulheres. Em nível geral abordam que a proposta de qualquer situação deve ser analisada com a corresponsabilidade de três elementos que participam ativamente na vida de qualquer cidade: a cidadania, os técnicos e a gestão pública. Em nível institucional devem ser favorecidas e potencializadas através de apoio material e técnico as iniciativas de grupos de mulheres que queiram analisar e contribuir com propostas relacionadas ao entorno urbano.

O seminário *Las mujeres y la ciudad* propõe que esta metodologia seja a base de trabalho para a análise, síntese e reflexão em ações concretas de questões que preocupam as mulheres, mas que em seu carácter prático implicam em melhor qualidade de vida para o conjunto da população.

4.5.2 Diagnóstico Urbano com Perspectiva de Gênero

O Col.lectiu Punt 6 (2014) desenvolveu o Diagnóstico Urbano com perspectiva de Gênero (DUG), um questionário em constante evolução como ferramenta para descrever e analisar o entorno cotidiano.

Antes de detalhar o questionário é realizada algumas observações com relação a abordagem de gênero a partir do trabalho apresentado em “Feminismo/s,” 2011:

A primeira característica seria o uso do gênero como categoria de análise, que implica em adaptar a metodologia de construção da cidade de maneira que esta seja capaz de acolher a diversidade de experiências e necessidades da população.

Na aplicação dessa metodologia é fundamental conhecer e levar em conta a experiência e a realidade das mulheres. O uso desta abordagem está relacionado à visibilidade da vida cotidiana, independente da escala urbana em que se pretende trabalhar.

Para evidenciar a complexidade das práticas realizadas no dia a dia se faz necessário utilizar metodologia que não torne invisível a realidade cotidiana de parte da população. A multidisciplinaridade e a diversidade de métodos e dados oferece variedade de abordagens e de pontos de vista.

Para a garantia da representatividade de diversos grupos, se faz necessária a aplicação de distintas técnicas (qualitativa, quantitativa, análise bibliográfica) e metodologias que contribuam com informação detalhada.

O questionário DUG pretende mostrar de forma ordenada o conhecimento adquirido por quem vive em determinado lugar, através da sua

experiência. O entorno cotidiano é assim definido pelo entrelaçamento de elementos físicos e sociais.

A experiência das mulheres na cidade, como conhecedoras do planejamento urbano não têm sido considerada, uma vez que, historicamente e ainda hoje, o papel do gênero feminino é relegado a uma maioria de mulheres que realizam quase que exclusivamente tarefas de cuidado e atenção às pessoas e à casa. A realização de tais atividades, permite que as mulheres sejam consideradas as principais usuárias e conhecedoras dos espaços cotidianos e, por isso, sua participação torna-se imprescindível.

O questionário considera os seguintes elementos como variáveis de análise: os espaços públicos ou de relação, os equipamentos e serviços, a mobilidade e a habitação definem o apoio físico sobre o qual se desenvolve as atividades cotidianas. Além desses aspectos, são incluídos dois conceitos transversais: participação e segurança, que terão influência na definição física. A descrição de cada uma dessas variáveis segundo o Col.lectiu Punt 6 é abaixo relacionada ⁵⁷⁵.

Os espaços de relação pensados para a igualdade de gênero favorecem a autonomia e a socialização já que foram pensados priorizando as necessidades dos diferentes tipos de pessoas. Estes espaços devem ser inclusivos, ou seja, devem ser desenhados para todas as idades e realidades das pessoas que os utilizarão, incorporando diversidade de usos. Quanto mais específicos sejam os usos mais compartilhado será o espaço.

É importante dar visibilidade às atribuições das mulheres na sociedade no espaço público. Um dos mecanismos é dar nomes de mulheres à parques, praças e ruas e explicar qual foi sua contribuição para aquela comunidade ou para a história. Além disso, é enfatizada a necessidade de trabalhar as

⁵⁷⁵ Col.lectiu Punt 6 "*Mujeres trabajando*", 2014, p. 98-115.

sinalizações urbanas para dar visibilidade a igualdade de mulheres e homens com relação ao direito à cidade e aos espaços públicos.

A oferta de equipamentos deve ser variada com vistas a assumir e valorizar as tarefas cotidianas das mulheres, derivadas da divisão de papéis de gênero. O espaço dos equipamentos deve relacionar-se com o espaço público e a sua distribuição no território deve estar vinculada à rede de mobilidade.

Para atingir o efeito desejado, faz-se necessário uma variedade de modos de mobilidade, privilegiando os percursos de pedestres. Com relação ao transporte público, este deve dar resposta a variedade de horários do trabalho reprodutivo, gerando percursos diversificados e complexos.

É necessário aproveitar os edifícios de habitação para gerar espaços de relação entre moradoras e moradores, propondo usos compartilhados de serviços e construindo espaços de transição entre o privado e o público. É importante que no nível da rua se ofereçam atividades variadas em relação direta com o espaço público, o que favorece a segurança e a percepção da rua, oferecendo ainda vitalidade ao espaço.

O espaço representa os valores sociais, portanto as habitações devem reconhecer as atividades reprodutivas e as pessoas que as realizam. Essas atividades devem ser compartilhadas e visíveis, não devem ser relegadas a responsabilidade de uma única pessoa.

A participação implica corresponsabilidade no futuro do entorno que habitamos o que aumenta o sentimento de pertencimento ao lugar. Todas as transformações que vierem a ser feitas na escala da rua, bairro ou cidade devem necessariamente serem realizadas com a participação das pessoas que ali vivem, por serem usuárias do espaço resultante.

A percepção da segurança está vinculada à capacidade das mulheres de apropriar-se do espaço e adquirir autonomia. A visibilidade, a clareza, a alternativa de percursos e a variedade de usos e atividades, bem como a

presença de pessoas colaboram na percepção de segurança e especial cuidado deve ser dado a iluminação de áreas de pedestres.

Partindo da observação cotidiana de problemas concretos e detalhes em diferentes escalas o Col·lectiu Punt 6 analisou a realidade de forma metodológica construindo uma ferramenta de aprendizagem, interpretação e diagnóstico, necessários para pensar e repensar os bairros e as cidades através da experiência feminina. Esta ferramenta adquire valor imprescindível de conhecimento para o urbanismo ⁵⁷⁶.

A metodologia apresentada e aplicada na realidade da Catalunha foi levada a outros países da América do Sul, como Argentina e Colômbia assim como em países do continente africano. Esta metodologia pode servir como base para novas aplicações adaptadas ao contexto local de implementação. Para tal, o DUG vem sendo reformulado e apresentado às autoridades de governo e grupos interessados formado por associações de mulheres ou de moradores da Catalunha e demais localidades.

Em resumo o trabalho do Col·lectiu Punt 6 compreende as seguintes etapas: levantamento de consciência sobre a importância do conhecimento local e as necessidades da vida cotidiana; diagnóstico do ambiente cotidiano que pode ser traduzido em critérios de planejamento junto com uma rede de mulheres locais e outros especialistas; co-elaboração de propostas, juntamente com uma rede de mulheres locais e outros especialistas; co-elaboração de propostas com artistas de mulheres de diferentes escalas urbanas e especialistas técnicos para impactar os planos municipais; e avaliação participativa de planos futuros e resultados implementados ⁵⁷⁷.

⁵⁷⁶ Zaida Muxí, simpósio “*Estúdios urbanos de gênero y feminismo*”, 2012, p. 449.

⁵⁷⁷ Liisa Horelli, 2017. *Engendering urban planning in different contexts – successes, constraints and consequences*. European Planning Studies, Routledge, London.

4.5.3 Habitação não hierárquica e não androcêntrica

Com o objetivo de introduzir a perspectiva de gênero e das mulheres em todos os âmbitos das políticas públicas de Barcelona é realizado o guia *Recomanacions per a un habitatge no jeràquic ni androcèntric*, elaborado por Zaida Muxí, como uma ferramenta metodológica para o setor profissional dedicado ao projeto de desenho habitacional ⁵⁷⁸.

O guia nasce do compromisso do *Govern de la Generalitat*, dentro do plano de políticas das mulheres de 2008-2011. Uma política habitacional que incorpora a perspectiva de gênero e das mulheres deve considerar que os espaços correspondentes ao trabalhos domésticos facilitem a participação de todas e todos os componentes dos núcleos de coabitação nas tarefas de cuidado e manutenção da vida cotidiana. Além disso, deve garantir a diversidade de equipamentos públicos que ofereçam respostas as necessidades sociais, culturais e pessoais de diferentes etapas vitais de mulheres e homens, desenvolvendo modelos inovadores que permitam que as pessoas tenham mais liberdade e autonomia em seus projetos vitais ⁵⁷⁹.

A proposta de um espaço concebido com critérios de gênero, não hierárquico ou androcêntrico, deve basear-se na pluralidade das demandas das usuárias e dos usuários ⁵⁸⁰.

Os espaços domésticos mais convencionais ou oferecidos pelo mercado seguem características essenciais, como a distribuição de espaços estanques e monofuncionais. O espaço reservado para os trabalhos domésticos em programas funcionais de habitação, em geral considera as dimensões mínimas

⁵⁷⁸ Carme Trilla Bellart, Marta Selva Masoliver em Zaida Muxí Martínez, “Recomanacions per a un habitatge no jeràquic ni androcèntric”, 2009, p.6.

⁵⁷⁹ Carme Trilla Bellart, Marta Selva Masoliver em Zaida Muxí Martínez, “Recomanacions per a un habitatge no jeràquic ni androcèntric”, 2009, p.5.

⁵⁸⁰ Zaida Muxí, “Recomanacions per a un habitatge no jeràquic ni androcèntric”, 2009, p.9.

para a cozinha e o serviço, não levando em consideração as demandas e funcionalidades em relação ao restante de atividades e espaços, nem a sua medida e organização. A casa é concebida como um lugar de prazer e de descanso e apesar das novas tecnologias e ferramentas facilitarem os trabalhos domésticos, ela continua sendo para quase todas as mulheres, um lugar de trabalho ⁵⁸¹.

É necessário que seja realizada uma reflexão crítica prévia a elaboração de leis, programas e projetos. Questões que se referem ao significado da casa e de suas condições são propostas. A habitação é destinada a quem? Quais as relações que se pretendem estabelecer? O relacionamento entre mulheres e homens e suas variáveis dentro da casa e fora dela é de equidade? Qual o significado de habitar? Ainda é necessário que os cômodos da casa sigam de diferentes padrões marcando a hierarquia familiar? A casa permite que cada indivíduo possa desenvolver de maneira autônoma suas capacidades pessoais? Como conciliar as necessidades individuais e coletivas em espaços reduzidos e com pouca intimidade ⁵⁸²?

Estas reflexões com base na perspectiva e experiência das mulheres colocam em questão o que em geral é assumido como regra fixa sobre a habitação. Tem como objetivo estabelecer novas abordagens e parâmetros fundamentados no olhar das mulheres sobre como habitar a casa. Mudar a forma em que tradicionalmente a distribuição do espaço do lar é concebida não é tarefa fácil, pois estes conceitos estão incorporados no cotidiano das pessoas.

O espaço não é neutro, sua construção está condicionada aos conceitos, ideias e costumes, prévios a sua configuração, podendo ou não ser explícitos de maneira consciente. A proposta de um espaço concebido com critérios de

⁵⁸¹ Zaida Muxí, "Recomanacions per a un habitatge no jeràrquic ni androcentric", 2009, p.7.

⁵⁸² Zaida Muxí, "Recomanacions per a un habitatge no jeràrquic ni androcentric", 2009, p.7.

gênero, não hierárquico ou androcêntrico, deve basear-se na pluralidade das demandas das usuárias e dos usuários, dos momentos tanto individuais como coletivos, da cultura, além de uma série de características especiais.

A metodologia proposta parte de critérios conceituais que permitam a flexibilidade do resultado espacial e a capacidade de oferecer alternativas. Um dos fundamentos desta análise é a participação dos futuros ocupantes na tomada de decisões finais ⁵⁸³.

É importante ainda considerar os espaços intermediários, complementares a situação urbana, considerando as gradações espaciais necessárias para transitar entre o espaço público e o privado. A casa deve ser considerada em contexto urbano real dentro do qual é possível dispor de todas as informações necessárias para a qualidade de vida com base na igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.

O guia *Recomanacions per a un habitatge no jeràrquic ni androcèntric* pretende contribuir para a formulação de novas tipologias habitacionais que permitam transmitir valores de equidade, igualdade de oportunidades e avaliar os papéis desempenhados na vida cotidiana, especialmente as atividades reprodutivas. A distribuição e a organização do espaço doméstico deve reconhecer, tornar visível e facilitar as tarefas de cuidados em casa e das pessoas, criando espaços adequados para o desenvolvimento de cada uma delas ⁵⁸⁴.

As transformações sociais, ao alterar as formas de agrupamentos familiares, levam a uma reformulação do conceito de habitação. Hoje os agrupamentos são compostos não apenas pela família tradicional, formados por amigos, pessoas sozinhas e pequenas famílias, pais ou mães solteiras que compartilham tempo e espaço, apresentando necessidades diversas. Nesse

⁵⁸³ Zaida Muxí, “Recomanacions per a un habitatge no jeràrquic ni androcentric”, 2009, p.9-10.

⁵⁸⁴ *Ibidem*, epílogo.

sentido, as habitações devem privilegiar as necessidades dessas pessoas em atividades de reprodução, produção, próprias e coletivas.

Os critérios de análise de uma habitação não hierárquica e não androcêntrica foram aplicados em propostas de habitações realizadas pelo programa habitacional implementado na Espanha, de Vivienda de Protección Oficial (VPO) com o objetivo de provocar reflexão e discussão.

Proposta d'habitatge no jeràrquic ni androcèntric

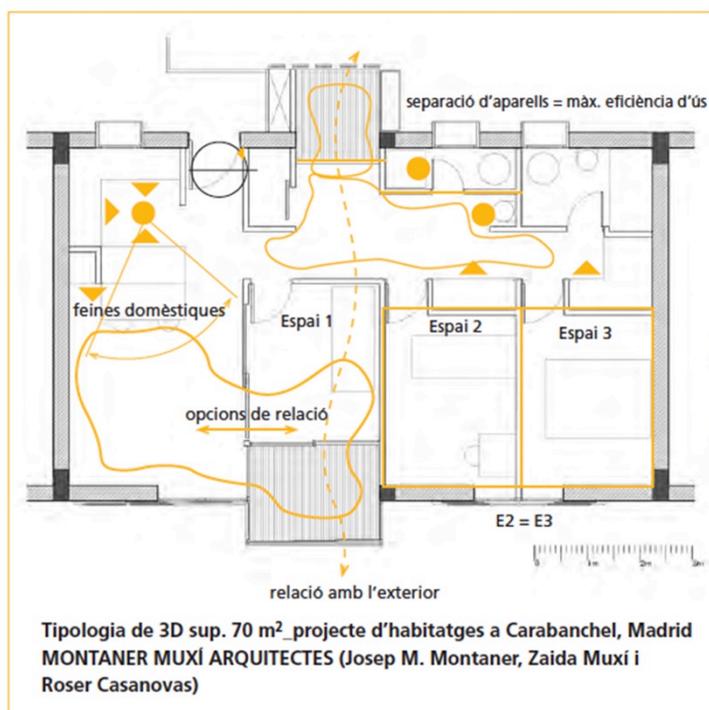
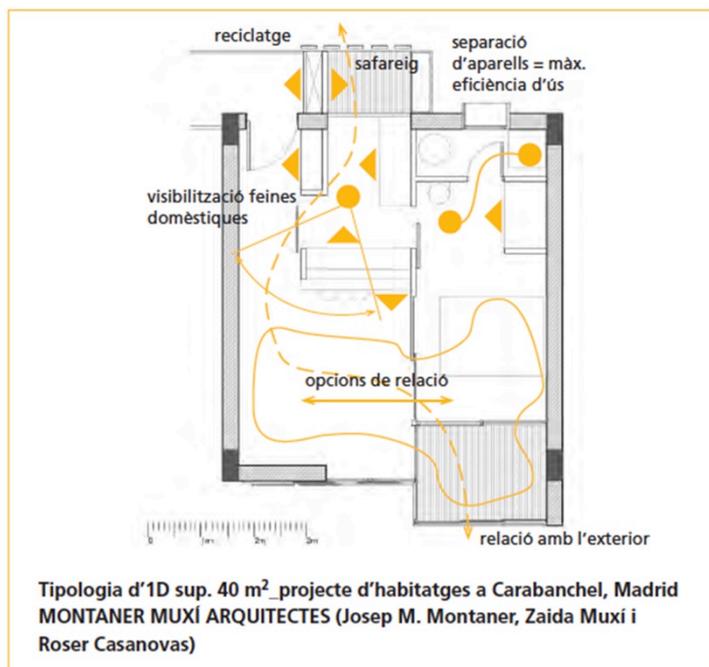


Figura 74: Proposta de habitação não hierárquica e não androcêntrica em tipologias de VPO de 1 dormitório e de 4 dormitórios, em MUXÍ, 2009, p.50.

Ao trabalhar com os espaços destinados às tarefas de reprodução, o espaço da cozinha merece atenção especial. A cozinha deve permitir a

presença e o trabalho de mais de uma pessoa em seu interior. Deve ser projetada de forma que permita tanto a integração quanto o isolamento ao restante da casa. O objetivo ao integrar é o de permitir a visibilidade das tarefas executadas em ambos os ambientes que podem, por exemplo reunir ao mesmo tempo a oportunidade de receber amigos e cozinhar. Ao separar os espaços, deixando a área da cozinha isolada da área comunitária da moradia há uma maior comodidade em relação ao ciclo da alimentação, quando necessário.

Os espaços de armazenamento devem ser previstos em diferentes áreas, sem predeterminar o seu uso. Ao abrir os armários ao corredor e não aos dormitórios ocorre uma maior versatilidade. Assim, tanto os armários quanto os dormitórios não se veem condicionados para uso determinado.

Os espaços da moradia devem ser versáteis. A dimensão do corredor, deve permitir a possibilidade de desenvolver diferentes funções, por exemplo, espaço para brincar, receber uma mesa de estudos, abrir uma tábua de passar roupa etc. Os dormitórios devem ser pensados sem hierarquia entre eles, caso tenham a mesma dimensão permite a troca de uso ao longo do tempo da moradia. A separação das funções dos banheiros permite multiplicar a utilização simultânea desse espaço. Em geral, na Espanha, as moradias de caráter social possuem um único banheiro, neste caso a separação de suas funções permite que mais de uma pessoa possa utilizar o espaço simultaneamente.

Vale ressaltar que no Brasil, em programas sociais também há uma restrição de espaço, geralmente as moradias possuem apenas um banheiro, porém a prática de separar as funções e os equipamentos relacionados a higiene (chuveiro, vaso sanitário e pia) não é uma prática habitual.

A moradia deve prever ambientes para a realização de tarefas produtivas, para tal o espaço não deve ser predeterminado ou específico, seu

tamanho e proporções devem considerar essa possibilidade. Se possível a utilização do ambiente deve ser independente do restante da habitação.

A possibilidade de trabalho produtivo realizado em prédios residências como por exemplo, no Programa Minha Casa Minha Vida, no Brasil, ainda gera discussão. Muitas pessoas em favelas e subúrbio acrescentam a renda através do trabalho produtivo realizado em suas residências, são pequenos comércios, oficinas de costura, salões de beleza etc. Quando essas pessoas são beneficiadas com o referido programa encontram um grande problema, pois não é permitido o uso misto pela Caixa Econômica Federal (CEF). Esta possibilidade está em estudo, pois muitas pessoas vivem dessa renda.

As contribuições realizadas a partir da perspectiva de gênero e das mulheres são necessárias e adequadas para lançar novas propostas que englobam as diferentes realidades. Este novo ciclo é adequado para reconsiderar novamente as habitações, quase um século depois das primeiras experiências de habitação mínima na Europa, propostas pelo Movimento Moderno.

Como alternativa de um modo de vida que combina a autonomia das áreas privadas da habitação com as vantagens de ter espaços, serviços e usos compartilhados surge o conceito de coabitação (*co-housing*). Nele, a comunidade participa de forma ativa na concepção do projeto, fenômeno conhecido como recurso de bem-estar.

O *co-housing* aparece devido a vários fatores, um deles é a dissolução da família tradicional, onde homens e mulheres exercem o trabalho produtivo e cresce o número de pessoas com mais de 60 anos que vivem sozinhas. A falta de tempo e as rendas cada vez menores não permitem que se desenvolvam as tarefas produtivas e reprodutivas de forma eficiente. A especulação imobiliária elevou os preços de compra e de aluguel da habitação, mas esta não acompanhou em seu projeto as mudanças sociais.

Zaida Muxí explica esse conceito na conferência *Habitatge comunitari, una geologia*⁵⁸⁵ e cita três exemplos de *co-housing*:

O Skraplanet em Jonstrup (Copenhague), conjunto residencial com uma densidade muito baixa, onde existe uma grande diversidade de tipologias que se complementam entre si.

O Sargfabrik em Viena, conjunto formado por 73 moradias com serviços compartilhados, creche, hortas, casa de cultura e centro de seminários. Neste projeto, os moradores não são proprietários das habitações, o que permite diferentes arranjos de acordo com as necessidades das pessoas que o habitam.

E por último, o modelo de projeto *Frauen-Werk-Stadt* hoje *Margarete Schütte Lihotzky Hof*, em Viena, constitui um caso exemplar de gestão, proposta e projeto de habitação feito sobre a perspectiva das mulheres para as mulheres, resultado de concurso encomendado, em 1992, pelo Instituto de Mulheres em Viena, sob a gestão da arquiteta Eva Kail.

O referido concurso buscava aumentar o percentual de mulheres que participam em processos de planejamento urbano e construção, para garantir a voz da mulher no desenvolvimento futuro da cidade. O projeto urbanístico foi realizado por Franziska Ullmann, ela e as arquitetas Gisela Podreka, Else Prochazka e Liselotte Peretti projetaram cada um dos quatro blocos habitacionais que compõem o programa.

O projeto formado por 350 unidades residenciais, entendido como uma casa-cidade, apresenta como objetivo converter as diferentes facetas da vida cotidiana da mulher em critérios de desenho essenciais ao processo de planejamento urbanístico e a construção de habitações. O conjunto busca uma

⁵⁸⁵ Apresentação verbal em palestra de Zaida Muxí, Ministrado no curso de Eva Prats e Ricardo Flores, na Universitat Politècnica de Catalunya. <https://habitatgeirehabilitacio.wordpress.com/2016/12/09/1460/>

reconciliação entre o mundo do trabalho e a habitação desde a experiência de mulheres. Nele os espaços de lazer e de recreação podem ser monitorados a partir do espaço *Dome*. A arquitetura reconhece a possibilidade de integração entre grandes e pequenos espaços para a realização de jogos de esconder-se

586.

Os critérios do projeto, visam a maior participação entre vizinhos em seu processo, maior adaptação aos princípios de sustentabilidade, buscam que os equipamentos estejam localizados nas proximidades da habitação, com relação direta e fluida entre interior e exterior das edificações e espaços livres que favoreçam a interação social. Além de espaços de jogos versáteis que possam ser apropriados pelas crianças e moradores.

Todo o conjunto deve oferecer segurança, para tal apresenta caminhos abertos, a vista de todos, as escadas devem ser amplas e bem iluminadas. Os espaços para armazenamento de bicicletas e carrinhos de bebê ao localizar-se no andar térreo facilitam o acesso. A lavanderia localizada no terraço dos edifícios permitem área para estender as roupas além de propiciar um espaço de reunião.

Cada andar das edificações possui quatro unidades habitacionais, além de “espaços sociais” que tem como objetivo a melhora das relações entre vizinhos. As escadas projetadas de forma ampla e com iluminação natural são concebidas como espaços de jogos. A garagem no subsolo garante um alto grau de segurança através de iluminação natural e visibilidade, cada grupo de apartamentos tem seu próprio acesso. Os espaços destinados a

⁵⁸⁶ Apresentação verbal em palestra de Zaida Muxí , Ministrado no curso de Eva Prats e Ricardo Flores, na Universitat Politècnica de Catalunya. <https://habitatgeirehabilitacio.wordpress.com/2016/12/09/1460/>

estacionamento não utilizados poderiam ser convertidos em salas para atividades de lazer ⁵⁸⁷.

Figura 75: Proposta de habitação não hierárquica e não androcêntrica em tipologias de VPO de 1 dormitório e de 4 dormitórios, em MUXÍ, 2009, p.50.

⁵⁸⁷ Zaida Muxí, "Recomanacions per a un habitatge no jeràrquic ni androcentric", 2009, p.23.



Figura 76: Vista dos espaços exteriores visíveis do projeto Margarete Schutte Lihotzky Hof, em MUXÍ, 2009, p.25.

A distribuição do interior das moradias não obedecem a uma determinação espacial ou funcional. As habitações são adequadas para diferentes tipologias familiares e adaptadas aos requisitos de trabalho doméstico, além de estarem vinculadas ao espaço circundante.

É dada especial atenção às cozinhas como elemento central do trabalho realizado na casa, favorecendo a máxima integração do espaço para uso comunitário e em alguns casos a sua dimensão lhes permite a inclusão de uma mesa.

Cada andar tem seu espaço de armazenamento. A maioria das casas têm um espaço exterior próprio (varanda ou terraço) e os ocupantes futuros podem alterar a distribuição de cada casa. A distribuição original das plantas não estabelece espaços hierárquicos, não há nenhuma diferença significativa entre os tamanhos dos cômodos. O tamanho do dormitório é generoso sem pré-determinar as atividades que podem ser realizadas. Os equipamentos necessários para a inclusão no projeto são: escola maternal, clínica médica, centro de comunicações e delegacia. Os blocos residenciais devem estar localizados a uma distância de aproximadamente 800 m² de áreas comerciais, para atender às necessidades diárias de seus moradores ⁵⁸⁸.

4.5.4 Flexibilidade e adaptabilidade: hierarquias de gênero em habitação

Com o objetivo de aprofundar temas relacionados ao campo da habitação coletiva, o *Patronat Municipal de l'Habitatge de Barcelona* promove desde 1999 o fórum de debate, *Qüestions d'Habitatge* que a partir de uma plataforma multidisciplinar permite preparar material e conclusões diversas para definir futuras políticas de habitação.

O atual *Consejal de Vivienda de Barcelona*, Josep Maria Montaner, também *Consejal del distrito de Sant Martí* introduz o tema a partir dos grandes desafios de emergência habitacional em Barcelona como consequência do estouro da bolha imobiliária:

O desafio que agora enfrentamos é como dar uma resposta a este problema e para a implementação do direito à habitação. Temos de encontrar mecanismos para defender e garantir o acesso à uma habitação digna e à infraestrutura básica

⁵⁸⁸ Zaida Muxí, "Recomanacions per a un habitatge no jeràrquic ni androcentric", 2009, p.25.

decente para as pessoas em risco de exclusão residencial e garantir que não haja nenhum despejo (nenhuma desapropriação) residencial. Já tiveram início os primeiros passos em novas linhas de trabalho, tais como incentivar a promoção de novas habitações e a continuidade do programa de aluguel acessível, recuperar habitações vazias, dar-lhes um uso social, reabilitar, melhorar bairros etc. (Questions d’Habitatge, 2015, p.3, tradução nossa).

Destaca-se a metodologia realizada por David Hernandez Falagán, com a colaboração de Graziano Brau Pani e Aitor Martinez que aborda as questões de gênero na habitação com o tema *Flexibilidad e igualdad de género*.

Encarregado pelo *Patronat Municipal de l’Habitatge*, este documento é o resultado da análise de certa maneira acrítica ⁵⁸⁹ da esfera doméstica de vinte projetos de habitação coletiva desenvolvidos pelo órgão municipal durante os anos 2013-2015, sendo que alguns ainda não foram construídos. O conteúdo crítico não foi direcionado aos projetos ⁵⁹⁰ e sim à normativa que determina a definição desses projetos. Analisa em planta se os modelos tipológicos funcionam ou não ao observar como se habitam essas moradias. A partir dos critérios utilizados oferece recomendações de projeto ⁵⁹¹.

Neste sentido a introdução da perspectiva de gênero foi fundamental para entender que os espaços não são neutros, senão que suas próprias características e configurações são condicionadas por suas dimensões podendo criar hierarquias.

A habitação, bem com a cidade não é meramente um objeto, David Falagán a descreve sob a ótica da teoria de Kevin Lynch como um organismo em constante desenvolvimento, um grupo de convivência que ao habitar um lugar define os seus espaços.

Seu método observa por um lado, quais são os âmbitos que configuram

⁵⁸⁹ O foco deste trabalho é o interior da habitação, não são abordados os temas relacionados aos conceitos do coletivo, cidade e sustentabilidade.

⁵⁹⁰ Propostas de qualidade, ganhadoras de concursos.

⁵⁹¹ Questions d’Habitatge, 2015, p.61.

a habitação, os espaços específicos (com as denominações que podem ser encontradas no Decreto de Habitabilidade ou em qualquer manual) e por outro, define a habitação através dos usos cotidianos, das funções que caracterizam os espaços.

Define como critério os conceitos de flexibilidade e adaptabilidade interpretados da seguinte maneira: uma habitação é flexível quando se ajusta às necessidades em constante modificação desde um ponto de vista social e tecnológico. É adaptável quando tem a capacidade de acomodar diferentes usos sociais a partir de aspectos relacionados as hierarquias de gênero, espaciais e outras que se produzem no interior das moradias.

Interpreta o conceito de flexibilidade do arquiteto Jeremy Till, em sua versão *soft*, aquela na qual o usuário, sem recursos tecnológicos, tem a capacidade de modificar a apropriação e o uso de seu espaço. A introdução da perspectiva de gênero permite que a análise espacial verifique situações de desigualdades no uso do espaço. Esta visão leva a considerar os espaços reprodutivos desde o princípio do projeto para poder focar a atenção e fazer visível os trabalhos historicamente atribuídos às mulheres da família nuclear.

Com o objetivo de alcançar uma relação de igualdade sem condicionamentos dos papéis de gênero se fez necessário identificar e flexibilizar as possíveis atividades realizadas na casa. Para tal, se centrou na análise das dimensões e da relação entre todos os espaços da habitação. Isto foi feito para garantir a máxima adaptabilidade e evitar espaços hierarquizados.

Cômodos que apresentem muita diferença nas dimensões entre si, cozinhas e outros espaços de trabalho reprodutivo, dimensionados para o uso de apenas uma pessoa podem repercutir no uso da moradia criando espaços e dinâmicas fortemente hierarquizados.

Os conceitos de hierarquia e flexibilidade são dois estão correlacionados. Uma habitação muito hierarquizada será pouco flexível e uma habitação

muito flexível será pouco hierárquica.

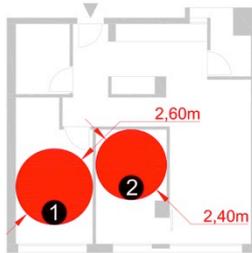
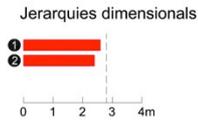
O objetivo que foi levantado neste trabalho, não é a definição de um modelo fechado de moradia, mas sim o trabalho de detectar todos os aspectos implementáveis desde um ponto de vista tipológico e normativo na produção da habitação, onde a perspectiva de gênero é a garantia de criar espaços mais democráticos.

Foram analisados os critérios relacionados a flexibilidade dos espaços – dormitórios, sala e cozinha, banheiros, balcões e varandas – e os usos cotidianos – armazenamento, ciclo da roupa, eixo de nutrição e espaço de trabalho ⁵⁹².

⁵⁹² Questions d'Habitatge, 2015, p.62.

Flexibilitat dels espais

1 Dormitoris



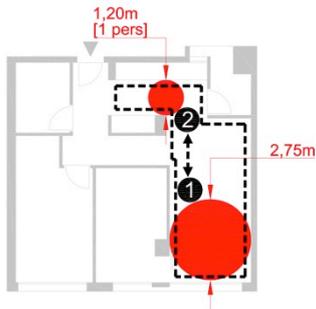
1. Dimensió diàfana



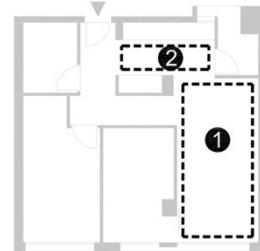
2. Flexibilitat d'ocupació

2 Sala / Cuina

- Visibilitat Sala / Cuina
- Simultaneïtat d'usos
- Centralitat del conjunt



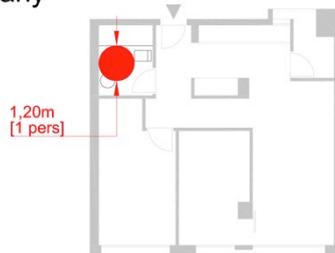
1. Visibilitat entre Cuina i Sala principal



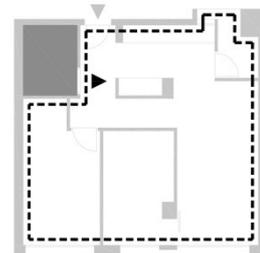
2. Utilització simultània

3 Cambres de bany

- Ús simultani [1 cambra compartimentada]
- Ús simultani [doble cambra]
- Ús assintencial
- Ús desjerarquitzat



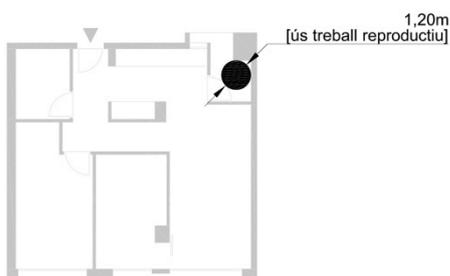
1. Capacitat d'ús



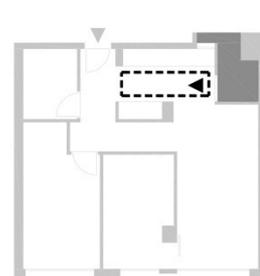
2. Restriccions d'ús

4 Balcons / Terrasses

- Ús espai habitable
- Ús emmagatzematge
- Ús treball reproductiu



1. Dimensió diàfana

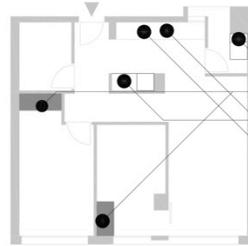


2. Àmbit d'influència

Figura 77: Anàlisi da flexibilidade dos espaços em habitações em Doctor Aiguader, da arquiteta Conxita Balcells (em FALAGÁN, 2015, p.33).

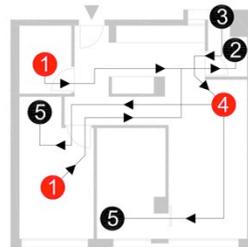
Usos quotidians

1 Emmagatzematge



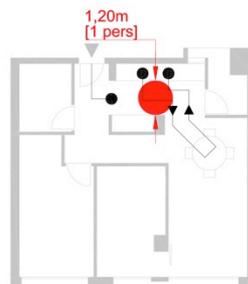
● Roba	4,00m ³
● Rebost	0,90m ³
● Estris de cuina	0,90m ³
● Productes de neteja	0,22m ³
● Residus	0,30m ³
● Gran format	
<hr/>	
Volum total	6,32m ³
	6,32m ³ /4= 1,58m ³ /hab

2 Cicle de la roba



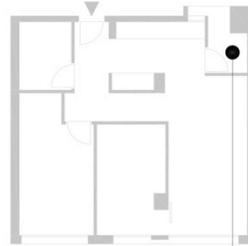
● Roba bruta	
● Rentat	
● Penjat / Assecat	
● Plegat / Planxat	
● Roba neta	
<hr/>	
Recorregut acumulat aprox.	21,37m

3 Eix del menjar



● Cocció	
● Rentat	
● Rebost	
<hr/>	
Triangle de treball	
● Dimensions	
● Iluminació	
● Disposició	
● Equipament mòduls 60x60cm	●●●●●●●●

4 Espais de treball



● Possible àmbit de treball Independent	
● Possible àmbit de treball Dependent	
● Àmbit de treball reproductiu	

Figura 78: Anàlisi dos usos cotidianos em habitações em Doctor Aiguader, da arquiteta Conxita Balcells (em FALAGÁN, 2015, p.34).

O projeto da arquiteta Conxita Balcells é um dos casos analisados no informe, projetado para 150 apartamentos, localizado na Calle Doctor Aiguader, em Barcelona. A partir da análise dos projetos foram feitas algumas recomendações com vistas a melhoria da flexibilidade e a diminuição da hierarquia entre os espaços das tipologias residenciais. Essas recomendações podem ser aplicadas na realização de novos projetos.

Espaços comuns – em função das dimensões reduzidas das tipologias uma maneira de complementar a capacidade funcional da moradia é através de espaços comunitários – armazenamento, lazer, espaços exteriores comuns como um terraço acessível ou pequenos locais para escritórios e coletivos, *co-working* – reservados ao edifício para a utilização de seus habitantes.

Estas contribuições por um lado ampliam a capacidade funcional da habitação sem aumentar a dimensão da tipologia e por outro, propõe usos que podem reforçar o sentimento comunitário e os laços afetivos entre os habitantes do edifício ⁵⁹³.

A redução da tipologia já vinha sendo tema de discussão desde o Movimento Moderno, começam a surgir novas propostas de usos que reforçam o sentimento comunitário, como o espaço *co-working* que permite o trabalho produtivo no interior do edifício, fora da tipologia habitacional, o trabalho pode realizado individualmente ainda que as pessoas compartilhem o mesmo espaço.

Proposta de dimensão dos espaços – a distribuição das superfícies planejadas coincidem com a regulação de superfícies mínimas do decreto de habitabilidade. Isto provoca uma grande diversidade na dimensão dos dormitórios e espaços reduzidos unipessoais de cozinha e banheiro que não oferecem a possibilidade de compartilhar o uso.

⁵⁹³ David Falagán, *“Flexibilitat i Jerarquies de gènere a les tipologies residencials del Patronat Municipal de l’Habitatge de Barcelona”*, 2015, p.101.

É recomendada a inclusão de um plano técnico às licitações de projeto com uma definição de superfícies com critérios de flexibilidade e de eliminação de hierarquias. Dormitórios com dimensões equivalentes, cozinhas com a capacidade para atividade de duas pessoas e banheiro que permita o uso compartimentado (separação de ambientes com o vaso sanitário, pia e ducha) ou permitir que sejam convertidos em espaços assistidos no futuro (no caso de crianças, idosos ou de pessoas com necessidades especiais). A dimensão da habitação deve ser pensada em função do número de habitantes e não relacionada a quantidade de dormitórios ⁵⁹⁴.

A afirmação que relaciona a dimensão da habitação ao número de habitantes também é compartilhada por Catherine Bauer, na obra, *Modern Housing*. A proposta da cozinha de Frankfurt, de Margarete Schütte-Lihotzky, tinha como objetivo a minimização do trabalho com a redução do espaço, o que permitia apenas uma pessoa realizando as atividades produtivas, a mulher. A visão contemporânea propõe que na cozinha caiba mais de uma pessoa realizando tarefas. O uso compartimentado do banheiro não é considerado em projetos habitacionais na cultura brasileira, mas a possibilidade de conversão em espaço de uso assistido deve ser considerada.

Espaços neutros e versáteis – espaços com menos condicionantes funcionais permitem maior adequação à apropriação por parte de seus habitantes, são mais adequados para complementar os usos da residência (trabalho, armazenamento, dormitório provisório, lavanderia etc.).

É recomendada a inclusão de espaços complementares multifuncionais que possam permitir diversos usos ao longo da vida útil do edifício, assim

⁵⁹⁴ David Falagán, *“Flexibilitat i Jerarquies de gènere a les tipologies residencials del Patronat Municipal de l’Habitatge de Barcelona”*, 2015, p.102.

como espaços exteriores próprios (balcões e varandas) com dimensões adequadas para serem utilizados pelos habitantes ⁵⁹⁵.

Balcões e varandas possibilitam o uso de um ambiente intermediário, entre o espaço interno da habitação e externo da rua. Em analogia às propostas em Kensigton e Kensall House, de Elizabeth Denby. Estas previam o uso de dois balcões: um adjacente a cozinha para secar a roupa ao ar livre e outro adjacente a sala, para uso da família.

Espaços para as tarefas reprodutivas – grande parte das habitações analisadas não possuem espaços de uso específico para o desenvolvimento das tarefas relacionadas ao ciclo da roupa, no máximo o espaço previsto para secar, regulado pelo decreto de habitabilidade. É necessário atribuir área específica para o desenvolvimento das demais atividades (recolher a roupa suja, lavar e secar) para melhorar a eficiência e visibilidade desta tarefa.

Espaços para armazenamento geralmente estão localizados nos dormitórios, seriam mais versáteis em zonas comuns da residência, onde poderiam permitir maior flexibilidade e diferentes funções ⁵⁹⁶.

Identificação de funções – a metodologia de análise implementada relacionou as tipologias residenciais sob um critério comum que permitiu a identificação de usos e funções. Para tal, recomenda que sejam expressos em planta tipológica a identificação de todos os dispositivos de armazenamento (para que cumpram o requisito de aproximadamente 2,5 m³ por habitante), espaços destinados as diferentes funções do ciclo da roupa e da nutrição (com identificação específica do triângulo de trabalho⁵⁹⁷) ⁵⁹⁸.

⁵⁹⁵ David Falagán, *“Flexibilitat i Jerarquies de gènere a les tipologies residencials del Patronat Municipal de l’Habitatge de Barcelona”*, 2015, p.102.

⁵⁹⁶ David Falagán, *“Flexibilitat i Jerarquies de gènere a les tipologies residencials del Patronat Municipal de l’Habitatge de Barcelona”*, 2015, p.103.

⁵⁹⁷ O triângulo de trabalho é definido como o espaço entre os pontos da cozinha: pia, fogão e mesa de trabalho. Quanto mais equilátero este triângulo, maior a possibilidade de acomodar mais de uma pessoa no espaço da cozinha.

A metodologia proposta por David Falagan sugere a possibilidade de analisar as tipologias habitacionais existentes de forma que permita a inclusão dos conceitos de flexibilidade, adaptabilidade em espaços sem hierarquia em futuros projetos residências que considerem a perspectiva de gênero. Apesar da proposta analisar casos realizados pela municipalidade de Barcelona, esta metodologia pode servir como base para trabalhar outros contextos.

5. Questões sobre gênero e produção de habitação social: uma perspectiva para o planejamento urbano a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Margarete Schütte-Lihotzky, Carmen Portinho e Catherine Bauer

Esta tese não pretende formalizar modelos fechados, nem propor uma resposta única ao planejamento urbano e a produção de habitação, mas sim apontar diferentes caminhos e metodologias relacionando o pensamento de Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky, Elizabeth Denby e Catherine Bauer, com a perspectiva de gênero.

Essas quatro mulheres, de origem e formação diversas, foram ativistas feministas e tiveram como ponto de interseção a defesa pela emancipação feminina na concepção da habitação racional e com foco específico do planejamento urbano. O recorte temporal as reuniu, tendo como referência os conceitos de *Existenzminimum*, das *neighbourhood units* e *zoning*⁵⁹⁹. A habitação racional e instrumentos de planejamento foram temas dominantes nos

⁵⁹⁸ David Falagán, “*Flexibilitat i Jerarquies de gènere a les tipologies residencials del Patronat Municipal de l’Habitatge de Barcelona*”, 2015, p.103.

⁵⁹⁹ Esses temas foram tratados nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna O CIAM II, de 1929, celebrado em Frankfurt e o CIAM IV, de 1933, celebrado em Atenas.

primeiros Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs), nos quais participaram ativamente ou resultaram envolvidas.

A aproximação à teoria e à prática da trajetória dessas mulheres nos convida a estudar suas propostas de políticas, normativas e seus projetos arquitetônicos. Isso leva a entender que as quatro protagonistas tinham claro seu objetivo primordial, que era o de criar melhores condições de vida para a população feminina.

O diálogo entre as quatro mulheres e essas questões remete ao quadro teórico composto por diversos autores, dentre eles Dolores Hayden, Gwendolyn Wright e Jane Jacobs, além de David Harvey e Henri Lefebvre.

A habitação é o lugar onde ocorre a primeira socialização e é também o lugar onde se desenvolvem as primeiras relações de gênero ⁶⁰⁰. O espaço físico não é neutro, ele cria hierarquias, provoca discriminações, fraturas sociais, diferenças no uso dos espaços, além de implicar em questões relativas ao gênero ao separar espaços do homem e da mulher ⁶⁰¹.

A relação entre a situação da mulher relegada às tarefas domésticas e o planejamento urbano identifica os problemas enfrentados por mulheres que cuidavam da família e também exerciam uma atividade profissional ⁶⁰². Essas protagonistas do Movimento Moderno buscavam uma maneira de minimizar a tradicional divisão entre o espaço público e privado, além de propor a proximidade entre a casa e o local de trabalho.

A busca por promover a igualdade de oportunidades entre os componentes da sociedade, através de políticas de reinserção, subsídios pelo acesso a habitação, bolsas escolares entre outras não é o suficiente, pois estas

⁶⁰⁰ Zaida Muxí, "Recomanacions per a un habitatge no jeràrquic ni androcentric", 2009, p.17.

⁶⁰¹ Dolores Hayden, artigo "What Would a Non-sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work", 1980.

⁶⁰² Dolores Hayden. (1979). Com base na conferência "Planning and Desingning a Non-Sexist Society," ministrada na University of California, Los Angeles, abril 21.

políticas são elaboradas em razão de diferenças econômicas e sociais. A elas devem ser incorporadas novas ações e políticas para uma igualdade real de gênero, tanto em sua criação quanto na aplicação de acordo com as necessidades constatadas ⁶⁰³.

A teoria modernista reforça os papéis de gênero no desenho das cidades, onde foram construídas zonas especializadas para cada função como habitar, trabalhar, lazer e circular. Ao homem foi destinado o espaço público, da recreação e da vida política e o espaço privado do lar identificado à mulher ⁶⁰⁴.

A partir dos conceitos levantados por David Harvey e Henry Lefebvre, que apontaram as premissas para trabalhar a questão do planejamento da habitação na dimensão do urbano e do cotidiano é proposto o alinhamento do pensamento das quatro protagonistas estudadas sob a ótica da perspectiva de gênero. A habitação é considerada em seu valor de uso sob a ótica do habitar, onde as pessoas possam exercer atividades cotidianas visando a garantia de acesso à habitação adequada.

Henri Lefebvre propõe três dimensões das práticas espaciais da sociedade para analisar o espaço urbano: percebido, concebido e vivido. O espaço percebido, das práticas espaciais é o da experiência material, vincula a realidade cotidiana e a realidade urbana, engloba a produção e a reprodução social. O concebido, das representações do espaço é o espaço dos signos, dos códigos de ordenação e nele estão os planejadores urbanos e técnicos. E o vivido, dos espaços de representação, dentro de uma existência material abrange os usuários e os habitantes.

Os aspectos do espaço se relacionam e destas categorias é o espaço vivido que merece destaque na contribuição das quatro mulheres, assim como

⁶⁰³ Zaida Muxí, "Recomanacions per a un habitatge no jeràrquic ni androcentric", 2009, p.17.

⁶⁰⁴ Col.lectiu Punt 6, "Mujeres Trabajando", 2014, p.25.

na perspectiva de gênero. Elas procuraram estabelecer melhores condições para habitar a cidade e a moradia ao pensar como protagonistas de seus projetos, os usuários, principalmente as mulheres. A imposição do espaço concebido pelos técnicos e planejadores é o que Henri Lefebvre critica na racionalidade do urbanismo, pois exige a adaptação dos usos à forma e à norma impostas.

As quatro mulheres atuaram dentro do Movimento Moderno e colocaram em prática muitos dos princípios propostos por ele. Mas elas não se ativeram ao que existia naquela época e suas propostas de vanguarda destacam-se ao criar melhores condições de vida para a população feminina. Tanto a prática profissional como a trajetória pessoal de cada uma demonstra a busca da emancipação e valorização das mulheres enquanto sujeitos no mundo. Procuram através de suas propostas melhorar o cotidiano das mulheres, para que elas dispusessem de mais tempo para a vida pessoal, trabalho, esporte, saúde, recreação e descanso e não ficassem restritas aos cuidados da vida familiar e das crianças.

Para trabalhar a dimensão do cotidiano é adotada metodologia de análise do urbano de Henri Lefebvre e as contradições apresentadas por ele e por David Harvey. Dentro da dimensão do cotidiano a releitura das contradições entre valor de uso e valor de troca e entre habitar e habitat presentes no sistema de produção capitalista são consideradas desde o ponto de vista da valorização da reprodução da vida diária em um sistema construído de baixo para cima (*bottom-up*).

A metodologia de análise do urbano apontada por Henri Lefebvre observa os níveis hierárquicos: o global (do Estado e do capital – o espaço institucional), o misto (da cidade – o urbano) e o privado (da habitação – desde a poética do *habitar*, como realização social).

A lógica do Estado opera de cima para baixo, do nível global ao privado e Henri Lefebvre propõe a inversão da ordem de produção do espaço

a partir da lógica do direito à cidade. Nela seu sentido invertido parte do habitar ao espaço institucional e vai de baixo para cima⁶⁰⁵.

A conexão entre o pensamento de David Harvey, Henri Lefebvre e a trajetória dessas mulheres é o direito a cidade. Elas acrescentaram o direito das mulheres à cidade e lutaram pela emancipação feminina e sua participação como cidadãs em sua plenitude, como por exemplo direito ao voto etc.

Nesse sentido, a metodologia empregada parte de três categorias para analisar as questões do planejamento urbano e do projeto de habitação: a esfera privada (da tipologia do interior doméstico), a esfera pública (do urbanismo e da comunidade) e o desenho da política habitacional, seguindo a lógica que vai desde o interior da habitação, passando pela cidade, até a política habitacional.

Os conceitos debatidos pelos CIAMs, de *existenzminimum*, *neighbourhood units* e *zoning* serão analisados nas três esferas: privada, pública e do desenho da política habitacional, porém categorizá-los é uma tarefa complicada, pois perpassam todas elas. O aforismo do Movimento Moderno adotado por Margarete Schütte-Lihotzky da colher à cidade resume este tema, uma vez que se ocupam em trabalhar desde o interior doméstico até a política habitacional.

Os conceitos propostos pelo Movimento Moderno são por elas relativizados, por um permanente questionamento sobre a participação da mulher na cidade, com enfoque na sua inserção no mercado de trabalho e à redução do tempo de trabalho reprodutivo. Advogam por um novo planejamento urbano diferente daquele ensinado nas escolas de arquitetura, com base na própria experiência como mulheres na cidade e no seu entorno imediato.

⁶⁰⁵ Henri Lefebvre, “*La producción del espacio*”, (1974) 2013, p.44.

5.1 A esfera privada

Desde o início da cidade moderna, a habitação coletiva foi o eixo fundamental do urbanismo. Em consequência, foram produzidas mudanças na organização do denominado nível “privado” e a habitação “mínima” reformulou o conceito de habitar ⁶⁰⁶.

Não se deve fazer nenhuma interpretação sobre o presente e o futuro imediato da habitação coletiva sem ter em conta a ampla tradição que começa nos experimentos racionalistas do *Existenzminimum* e na política de habitação da social-democracia europeia. O conceito de *Existenzminimum* ganhou expressão a partir do II CIAM, celebrado em Frankfurt, em 1929, que reunia as experimentações sobre o tema da “habitação mínima”.

As habitações coletivas para os operários têm na maximização do espaço mínimo um dos seus pontos fortes e apesar dos esforços em criar novas tipologias continuam a refletir em seus espaços as hierarquias instituídas na família tradicional ⁶⁰⁷.

Neste terreno, Margarete Schütte-Lihotzky, arquiteta austríaca, colaborou em duas das mais importantes operações de habitação pública realizadas durante o período de entreguerras nos países socialdemocratas da Europa: as *Höfe*, em Viena, com Adolf Loos e as *Siedlungen* ou “colônias” construídas em Frankfurt, com Ernst May. Assim, contribuiu ao II CIAM com a exposição das realizações de habitação social em Frankfurt.

Margarete Schütte-Lihotzky partia do princípio do *Existenzminimum* para responder a seguinte questão: “Como podemos construir adequadamente com o objetivo de reduzir ao mínimo o trabalho das

⁶⁰⁶ Montaner, Josep Maria. 2015, *La arquitectura de la vivienda colectiva. Políticas y proyectos en la ciudad contemporánea*, Ed. Revertè, Barcelona, p.13.

⁶⁰⁷ Zaida Muxí, “*Recomanacions per a un habitatge no jeràrquic ni androcentric*”, 2009, p.13.

mulheres?” Sua preocupação se traduz na famosa *Frankfurter Küche*, peça chave na produção em massa da habitação. A cozinha com base na redução do tempo e de passos na realização das tarefas do lar tinha a finalidade de promover o trabalho doméstico e a atividade reprodutiva em todos os seus aspectos.

O tema da cozinha introduziu duas questões fundamentais, a coletivização das tarefas do lar e a redução do tamanho de seu espaço. A arquiteta havia proposto em Viena a coletivização do serviço realizado na cozinha extraindo este âmbito da tipologia habitacional. As cozinhas coletivas eram pensadas nos casos em que os adultos, homem ou mulher, exercessem atividade laboral nas fábricas (esfera produtiva). Facultava também a atividade remunerada por uma terceira pessoa nessa cozinha, oferecendo maior tempo na organização familiar.

As primeiras reflexões sobre a racionalização e a padronização da cozinha tiveram lugar anos antes da guerra. Objeto de estudo do livro de Christine Frederick e de outros estudos alemães encontram na *Frankfurter Küche* de Margarete Schütte-Lihotzky sua transformação em produtos industriais, entrando no vocabulário da nova arquitetura da “habitação mínima”⁶⁰⁸.

⁶⁰⁸ Joachim Krause. “*La cucina di Francoforte*”, Revista Domus, No.695 (giugno, 1988): 209-210.



Figura 79: Fotografia da Cozinha de Frankfurt. Fonte: Joachim, Krausse, "La cucina di Francoforte", Domus, N. 695, 1988, p. 70.

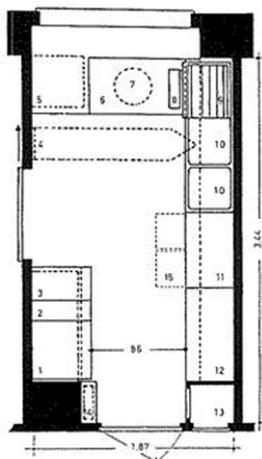


Figura 80: Planta tipo da Cozinha de Frankfurt, Siedlung Bruchfeldstrasse, 1927 (redesenho de Lorenza Minoli). Fonte: Lorenza Minoli, "Margarete Schütte-Lihotzky", Parametro, N. 257, (2005):39.

O "novo *housekeeping*" pretendia reduzir o tempo de trabalho nas tarefas do lar e com isso a mulher poderia dedicar-se a empregos melhores. Essas propostas apesar de serem eficientes em relação a execução das tarefas do lar não questionavam a responsabilidade exclusiva das mulheres na esfera doméstica, o que sugere uma falsa liberação. Depois da Segunda Guerra Mundial, o papel de gênero das mulheres foi reafirmado. Com a redução de postos de trabalho as mulheres reassumiram o papel exclusivo de donas de casa e com isso a esfera doméstica tornou-se cada vez mais modernizada e

sofisticada ⁶⁰⁹. Por essa época começaram a ser produzidos eletrodomésticos pelas antigas fábricas de artefatos bélicos e que foram objeto de farta propaganda de consumo.

A *Frankfurter Küche* apesar de pequenas dimensões proporcionava a impressão visual do ambiente através de diferentes estratégias com materiais de fácil manutenção e práticos. Além de receber iluminação natural, realizada por uma grande janela central e era dotada também de iluminação artificial. Uma única lâmpada percorria através de trilhos instalados no teto toda a cozinha, o que permitia focar no posto de trabalho. O projeto da arquiteta não pensava apenas no interior do ambiente da cozinha, uma vez que a mulher podia cozinhar e vigiar as crianças na sala. Outro dispositivo inovador era a porta de correr que separava a sala da cozinha, permitindo isolar os dois ambientes mantendo as vantagens da cozinha-sala de estar.

Esta cozinha permitiu a realização da habitação mínima e ao todo foram executadas 30.000 habitações em *Siedlungen* na cidade de Frankfurt e 10.000 delas contavam com as cozinhas de Frankfurt. No entanto, surgiu uma crítica do próprio Adolf Loos que questionava o fato de separar a cozinha da sala de jantar o que era tradicionalmente um local de reunião da família. Outro problema, levantado na seção Flexibilidade e adaptabilidade: hierarquias de gênero em habitação, desta tese, é que o espaço livre de trabalho de 90 cm permite apenas que uma pessoa realize as tarefas reprodutivas naquele espaço, o que gera a invisibilidade desta tarefa ao olhar dos demais moradores.

Elizabeth Denby, consultora em habitação, na Inglaterra, formou parte do Grupo de Arquitetura Moderna e Investigação (MARS), a seção inglesa dos CIAMs e centrou seu trabalho no realojamento de habitantes de *slums*. Colaborou com o arquiteto Maxwell Fry nos projetos Sasson House, 1934 e

⁶⁰⁹ Zaida Muxí, *“Recomanacions per a un habitatge no jeràrquic ni androcentric”*, 2009, p.13.

Kensal House, 1937, em Londres. Em ambos projetos aplica-se o *Existenzminimum* com altos níveis de tecnologia colocando muita ênfase em equipamentos e serviços sociais.

Em Kensal House, muitos dos princípios discutidos pelos CIAMs foram adotados e o projeto configurou um dos primeiros exemplos da aplicação na Inglaterra dos princípios do *Zeilenbau*, articulando um bloco principal orientado no sentido norte-sul para melhor incidência de luz solar.

Catherine Bauer apresenta uma posição crítica com relação a aplicação do *Zeilenbau* desenvolvido na Alemanha e difundido em muitos países. Segundo ela o método consiste em: “desenho rigidamente geométrico [...], montado sobre um sistema de orientação solar rudimentar [...] o que demonstra constituir um problema quando Ernst May e seus colegas arquitetos pensaram ter alcançado uma solução universal ⁶¹⁰”. A opinião crítica da planejadora é direcionada a ideia de solução universal com base na orientação solar. Para ela, o conceito de *Existenzminimum* ofereceu contribuições positivas e importantes, ainda que estas inovações tivessem que amadurecer.

Elizabeth Denby também projetou os interiores domésticos no conjunto Kensal House [fig. 3 y 4]. A cozinha separava as atividades reprodutivas da área de descanso e reunião da família. Assim como na cozinha de Frankfurt, a ideia era maximizar a eficiência diminuindo o tempo de trabalho e permitir às mulheres o desenvolvimento do papel de dona de casa e de mãe. De pequena dimensão, estava bem equipada com aquecimento de água e fogão a gás, tinha diferentes armários e superfícies de trabalho contínuas. As tarefas de lavar e secar a roupa seriam realizadas em um balcão exterior na extensão da cozinha.

⁶¹⁰ Catherine Bauer, “*El aspecto social de la arquitectura moderna en los años 30*”, Cuadernos de Arquitectura, 1960, p. 45.

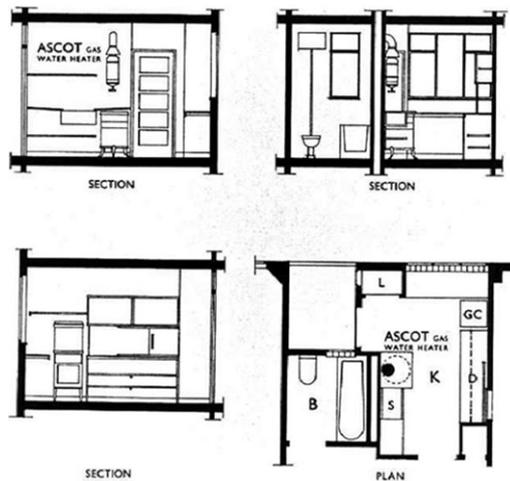


Figura 81: Kensal House. Planta e corte da cozinha e do banheiro, 1937. Fonte: Elizabeth Darling, "What Tenants think of Kensal House: Experts' Assumptions versus Inhabitants' Realities in the Modern Home", JAE, 53/3, February, 2000, p.170.



Figura 82: Kensal House. Vista da cozinha e equipamento. Fonte: Elizabeth Darling, "What Tenants think of Kensal House: Experts' Assumptions versus Inhabitants' Realities in the Modern Home", JAE, 53/3, February, (2000):170.

A sala, com sua lareira, representava o centro dos espaços sociais, o coração da casa, ela contava com uma varanda que na falta de um jardim privado permitia um espaço exterior próprio à habitação onde os habitantes poderiam tomar sol.

Esses dois balcões serviam como espaços intermediários fundamentais para a relação gradativa entre o espaço privado do interior da habitação com

o espaço público. A dimensão da varanda permitia que fosse colocada uma mesinha com cadeiras, podendo servir como espaço de jogo para as crianças.

A organização *Mass-Observation* realizou uma pesquisa social nos primeiros anos de guerra sobre a relação entre as pessoas e as suas casas na Inglaterra. Os resultados e a metodologia poderiam oferecer as bases para orientar a produção habitacional do pós-guerra, com vistas a obter melhor qualidade e aceitação pelos usuários ⁶¹¹.

A pesquisa realizada em Kensal House avaliava a pós-ocupação por parte dos moradores e estes criticavam a dimensão do balcão destinada ao ciclo da roupa, pois diziam que era pequeno demais para secar lençóis e cobertores que tinham que ser dobrados em 4 partes, além disso ao tocar as paredes externas do edifício ficavam muito sujos ao encostar nas paredes cheias de fuligem em função de sua proximidade com a ferrovia ⁶¹².

A separação entre a cozinha e a sala de jantar, provocou também críticas, uma vez que os moradores estavam acostumados a comer no mesmo espaço em que eram preparados os alimentos. Outra questão é a que as habitações naquela época eram projetadas em função do número de dormitórios e não de membros da família, crítica esta endossada por Catherine Bauer em *Modern House*.

Os espaços sociais de dimensões mínimas, em casas de 2 a três dormitórios dificultava a realização de tarefas reprodutivas. Esta tipologia não correspondia a necessidade de acomodação de famílias numerosas que encontravam sérios problemas em alojar-se, uma vez que eram compostas, em média, de 3 a 7 filhos.

⁶¹¹ Em 1937, um grupo de intelectuais britânicos formaram uma organização chamada Mass-Observation (M-O). Sua intenção era iniciar um estudo antropológico do povo britânico.

⁶¹² Elizabeth Darling, “What Tenants think of Kensal House: Experts’ Assumptions versus Inhabitants’ Realities in the Modern Home”, 2000, p. 174.



Figura 83: Fotografia da fachada do bloco A, do Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: nossa autoria, 2016.

Os princípios do *Existenzminimum* também foram aplicados por Carmen Portinho, engenheira urbanista e Secretária de Habitação do Rio de Janeiro, que incorporou os critérios dos CIAMs em conjuntos residenciais nos quais propôs uma nova forma de viver, sendo o seu melhor exemplo o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, o Pedregulho [fig. 5]. Foi oferecida especial atenção ao interior da habitação. Com o objetivo de liberar a mulher das tarefas domésticas para integrar-se ao trabalho produtivo, exterioriza os espaços de serviços, com a proposta de uma lavanderia coletiva mecanizada com equipamento importado para lavar e secar as roupas, contando com trabalhadores especializados para realizar tal atividade⁶¹³.

⁶¹³ Nabil Bonduki (org.). “Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil”, 2014, p. 317.

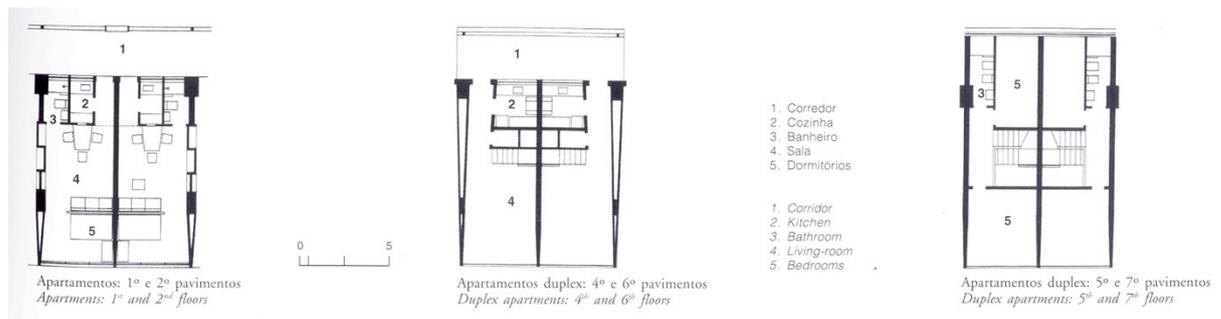


Figura 84: Tipologias de los apartamentos del bloco A, del Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: Nabil Bonduki, "Affonso Eduardo Reidy", (São Paulo: Editorial Blau, Instituto Lina Bo Bardi, 2000, p. 91.



Figura 85: Tipologías de los apartamentos del bloco B, del Conjunto Residencial Pedregulho. Fonte: Nabil Bonduki, "Affonso Eduardo Reidy", (São Paulo: Editorial Blau, Instituto Lina Bo Bardi, 2000, p. 94.

O Pedregulho apresenta a nível tipológico uma variedade de apartamentos, indo desde um a três dormitórios, além de tipologia dúplex [fig. 6 y 7]. Esta proposta permite diferentes composições sociais, famílias sem filhos ou numerosas. Foi prevista a possibilidade de que os usuários pudessem fazer permutas entre apartamentos em resposta ao possível crescimento ou diminuição dos núcleos familiares e entre conjuntos residenciais similares, em função da proximidade de seus locais de trabalho.

Catherine Bauer, reformadora norteamericana, tomando como fundamento as políticas de habitação europeias e o pensamento dos CIAMs foi a fundadora da política de habitação pública dos Estados Unidos. Ao traçar a metodologia de projeto de habitação sublinha que os requisitos

básicos de um bom lar devem ser definidos com respeito a pessoa que vai fazer uso do espaço interno, ou seja a mulher⁶¹⁴.

Segundo ela, a “mulher comum” poderia ser a melhor fonte de informação e colaboradora na luta para traçar as normas mínimas de habitabilidade, que, tiveram como objetivo proteger as famílias operárias pobres e sem teto do mercado imobiliário e das iniquidades dos *slums* americanos⁶¹⁵.

5.2 A esfera pública

Com o objetivo de potencializar a vida comunitária, as unidades de vizinhança teorizadas por Clarence Arthur Perry em 1928, definiam a ideia de agrupar habitações. O planejador colaborou com o esquema urbano de *Radburn* e com o experimento das unidades de vizinhança no bairro de *Sunnyside*. O arquiteto espanhol José Luis Sert, no livro *Can our cities survive?* (1942), fruto do IV CIAM, analisava o conceito das unidades de vizinhança, que para ele⁶¹⁶: “deveriam contar com uma população de 1.000 a 5.000 habitantes, ter como base a escala humana para poder ser percorrida a pé e estar dotada de habitações e equipamentos para a educação, saúde, comércio e lazer”⁶¹⁷.

⁶¹⁴Bauer, Catherine. 1940, *A Citizen's Guide to public Housing*, Vassar College, Poughkeepsie NY, p.2

⁶¹⁵Hammond, Cynthia Imogen. *The interior of modernism: Catherine Bauer and the American housing movement*. In Alfody, Sandra; Helland, Janice. 2008, *Craft, space and interior Design, 1855-2005*. Routledge, Londres, p.176.

⁶¹⁶Josep Maria Montaner, *La arquitectura de la vivienda colectiva. Políticas y proyectos en la ciudad contemporánea*, 2015, p. 60.

⁶¹⁷José Luis Sert, “Can our cities survive?”, 1942.

Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Catherine Bauer e Margarete Schütte-Lihotzky atuaram em diferentes níveis na esfera “pública”, idealizando e projetando unidades de vizinhança.

Elizabeth Denby propõe em Kensal House a oferta de diferentes equipamentos e serviços. Creches e programas sociais são a ferramenta para melhorar o bem-estar da vida cotidiana dos residentes. A criação de um comitê de inquilinos, formada pelos antigos habitantes dos *slums*, reforçava a noção de pertencimento e identidade através da responsabilidade dos moradores. O conjunto serviu como ocasião para experimentar clubes sociais a serem frequentados por adultos e crianças, *playground* e centro de cuidado infantil. Estes últimos tinham a disposição enfermeiras capacitadas para que as mulheres, mães, pudessem ter mais tempo para dedicar-se as tarefas produtivas e pessoais.

O programa habitacional de realização do Pedregulho, também incluía equipamentos e serviços, tais como, escola, ginásio, piscina e um clube. A cultura e a educação das crianças e dos adultos era de primeira importância na visão da esfera urbana e comunitária de Carmen Portinho. Um exemplo disso pode ser representado pelos painéis de Burle Marx e Cândido Portinari que adornam aquele conjunto.

Graças ao seu pensamento feminista a engenheira colocou muita atenção às necessidades de mulheres e crianças, a localização da escola dentro do conjunto aumentaria o conforto, a segurança e a independência dos deslocamentos das crianças, dando aos pais uma maior disponibilidade de tempo.

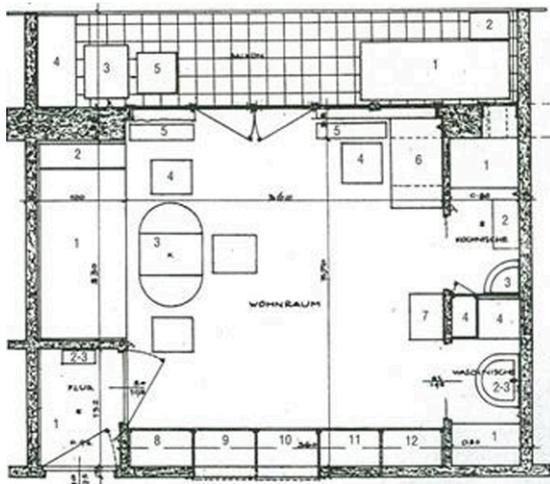


Figura 86: Projeto tipo “vivienda para la mujer que trabaja y vive sola”. Planta de unidade de habitação tipo III. Frankfurt, 1927. Redesenhado por: Lorenza Minoli. Source: Lorenza Minoli, “Margarete Schütte-Lihotzky”, *Parametro*, N. 257, 2005, p.39.

A arquiteta austríaca, Margarete Schütte-Lihotzky ao reconhecer o novo sujeito feminino e urbano com suas necessidades específicas, desenvolve o programa de habitação para mulheres solteiras, *Einliegerwohnung*. Com base em sua própria experiência que ao chegar a Frankfurt encontrou dificuldades em conseguir local para moradia [fig. 28]. A idéia central do programa é que a arquitetura possa facilitar a incorporação das mulheres no mundo público, ou seja, tendo as mesmas oportunidades que os homens.

O *Einliegerwohnung* oferecia habitações independentes e de tamanho reduzido, localizadas nos andares superiores de edifícios destinados a famílias tradicionais. As áreas úmidas que correspondem aos banheiros e cozinhas eram projetados de forma que pudessem ser compartilhados o que pretendia oferecer uma certa economia ⁶¹⁸.

Ainda que as unidades residenciais para mulheres não tenham sido construídas, a ideia principal de adição de unidades especializadas de habitações com algumas de suas atividades coletivizadas foi levada a cabo. Com o passar do tempo Margarete Schütte-Lihotzky revisou seu conceito de

⁶¹⁸ Lorenza Minoli, “Dalla Cucina alla Città. Margarete Schütte-Lihotzky”, 1999.

Einliegerwohnung e o expandiu a um grupo mais extenso de usuários, às mulheres se somaram homens solteiros, casais jovens e casais em idade avançada com recursos financeiros limitados.

5.3 Desenho da política de habitação

A política habitacional do início do século XX havia estabelecido um forte intercâmbio de conhecimentos sobre a cidade, os bairros e as habitações entre Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha.

Neste momento histórico as experiências em habitação social de Catherine Bauer e Elizabeth Denby são direcionadas à publicação de duas obras de essencial importância. Elas realizam uma comparação dos resultados da política habitacional em países europeus com os Estados Unidos e a Inglaterra respectivamente. Esses livros, fundamentais e inovadores enfatizam as diferentes lições estrangeiras que poderiam contribuir para a transformação e o desenho da política habitacional em nível local.

Catherine Bauer introduziu políticas mais sociais e reguladoras nos Estados Unidos, a partir da publicação de seu livro, *Modern Housing*, em 1934. A obra é produto de sua interpretação de quinze anos de política socialdemocrata de habitação social na Europa Central, assim como de suas pesquisas sobre a tradição da habitação norteamericana. Ao estabelecer os princípios e padrões mínimos que deveriam cumprir a habitação social indicava a falta de uma política habitacional nos Estados Unidos com a afirmação de que “não existia habitação moderna fora da Europa”.

Para Catherine Bauer, assim como para as demais mulheres aqui analisadas, a “habitação moderna” deveria ser fruto de um processo de

planejamento, destinado a um uso eficiente. Ao ser projetada sem objetivo de lucro, a habitação moderna priorizava o valor de uso. Sua metodologia está centrada na “plena unidade de planejamento, na unidade econômica da construção e na administração, assim como na unidade social da vida que conformam o bairro completo, desenhado e equipado como tal ⁶¹⁹.”

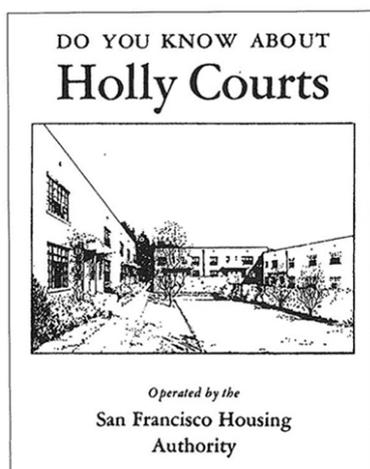


Figura 87: Material promocional para Holly Courts, San Francisco. Source: Catherine Bauer, “A citizen’s guide to housing”, (Poughkeepsie, NY: Vassar College, 1940): 44.

Unit Type	Rent	Utilities	Total Rent	Families
1 1/2 ROOM FLAT	\$13.00	2.00	\$15.00	1 or 2 Persons
1 1/2 ROOM ROW HOUSE	\$14.00	2.50	\$16.50	1 or 4 Persons
1 1/2 ROOM ROW HOUSE	\$13.00	2.00	\$15.00	1 or 4 Persons

PREFERENCES
 Each application will be considered on its merits without regard to date of filing.
 Preference will be given to the following:
 1. Families with children under 12 years.
 2. Families who are in greatest need of better housing.
 3. Families who have the lowest incomes, who are able to meet the rent regularly.

Figura 88: Material promocional para Holly Courts, San Francisco. Source: Catherine Bauer, “A citizen’s guide to housing”, (Poughkeepsie, NY: Vassar College, 1940): 44.

⁶¹⁹ Catherine Bauer, Modern Housing, (Boston: Houghton Mifflin Company, 1934): xv.

Ela define a célula de habitação e o distrito urbano, sendo que a primeira deve oferecer conforto, ter uma boa incidência solar e aproveitar a ventilação cruzada, todos os ambientes devem ter janelas que possibilitem vistas, privacidade e tranquilidade. O distrito urbano deve proporcionar clubes em áreas próximas para crianças e a habitação deve ser oferecida a um preço acessível aos cidadãos de baixa e média renda, no regime de aluguel.

Alguns anos mais tarde faz uma crítica à arquitetura moderna que ao planejar e construir projetos de habitação em massa recusa o ornamento e esquece os usuários finais ⁶²⁰. Para ela, a habitação moderna havia sido substituída pelos arranha-céus formais e rígidos, monumentos para criar elites aos privilegiados e guetificar os pobres.

O livro de Elizabeth Denby, *Europe Rehoused* ⁶²¹, publicado em 1938, foi e continua sendo um dos textos mais influentes nas políticas de habitação da pós-guerra na Inglaterra e Estados Unidos e em sua primeira edição incluiu anúncios do livro *Modern Housing*.

A obra compara a política habitacional de seis países europeus (de acordo com sua participação na guerra) com o sistema britânico. Sua teoria de habitação enfatiza a necessidade de abordar o bem-estar do habitante desde o ponto de vista físico e social.

Elizabeth Denby começa relacionando as origens do problema habitacional com a Revolução Industrial e segue seu discurso examinando fatores nacionais como o clima, a economia do pós-guerra e a natureza da propriedade da terra, sem esquecer os aspectos financeiros, os organismos responsáveis da construção de habitações e a natureza dos subsídios disponíveis para a construção.

⁶²⁰ Cynthia Imogen Hammond, "The interior of modernism: Catherine Bauer and the housing movement", in *Craft, Space and Interior Design*, ed. Sandra Alfoldy, Janice Helland (England, 2008), 171-177.

⁶²¹ Elizabeth Denby, *Europe Rehoused*, 2015.

Ela aponta para os esquemas de eliminação dos *slums* que devem fazer parte das políticas gerais de planejamento urbano. Seu novo enfoque, desenvolvido depois de escrever *Europe Rehoused*, enfatiza a importância em respeitar os desejos dos inquilinos especialmente as mulheres, donas de casa. Esta nova sensibilidade é a base da crítica ao uso e aos espaços da habitação mínima como fonte de diferentes problemas sociais ⁶²².

Propõe como modelo a seguir o das habitações vienenses, um exemplo de planejamento urbano que enfatiza a necessidade de equipamentos e serviços complementando a habitação com vistas a melhor qualidade de vida cidadã.

A qualidade da obra de Elizabeth Denby se deve ao seu posicionamento em defesa das políticas de realojamento, amplamente adotadas depois da Segunda Guerra Mundial.

Também vale recordar que a criação do Departamento de Habitação Popular (DHP), no Rio de Janeiro em 1946 é o resultado de uma proposta de Carmen Portinho. A engenheira brasileira traz experiências adquiridas na Europa com arquitetos e engenheiros britânicos. No período de sua estadia no velho continente apresenta conferências sobre a arquitetura moderna brasileira, dentro do marco do MARS, sessão inglesa do CIAM, do qual fazia parte Elizabeth Denby.

Como diretora do DHP, entre os anos 1940 e 1950, projetou diferentes unidades de vizinhança e habitações equipadas com os serviços sociais, onde todas as necessidades básicas da vida diária deveriam encontrar satisfação sem necessitar deslocamentos longos.

Os equipamentos coletivos receberam um cuidado especial, desenhados como uma extensão da casa propunham um catálogo muito extenso de atividades: desde o exercício físico até o serviço médico. Em seu

⁶²² Elizabeth Denby, *“Europe Rehoused”*, 2015, p. 145.

discurso conceitual é de central importância o pensamento sobre a distância entre a casa e o trabalho. Seus projetos incorporavam unidades de vizinhança em cada bairro da cidade para ajudar os funcionários da prefeitura que por receberem baixos salários, deveriam viver perto de seu local de trabalho. A intenção também era a de que ao mudar a localização da atividade produtiva, os funcionários também poderiam trocar o local de moradia, com a orientação de assistentes sociais.

O modelo de habitação defendido por Carmen Portinho, tem como referência o conceito de Catherine Bauer, no livro *Modern Housing* que estabelece os padrões mínimos para a habitação em complexos residenciais e que variam de acordo com cada país, dependendo dos costumes locais, clima e demais fatores ⁶²³.

A crítica de Henri Lefebvre ao urbanismo funcionalista de Le Corbusier vai de encontro a posição da perspectiva de gênero que discorda da divisão da cidade em quatro funções: habitar, trabalhar, circular e lazer, na medida em que elimina a complexidade e riqueza da vida urbana. Nesse modelo de cidade são valorizadas as tarefas produtivas, relacionadas ao homem, enquanto as tarefas reprodutivas, associadas a mulher são relegadas a um segundo plano, embora sejam essenciais ao bom desenvolvimento da vida cotidiana.

Esta crítica aproxima-se da posição de Catherine Bauer em alguns aspectos. Em *La arquitectura moderna de los años 30*, a planejadora urbana critica os grandes mestres da arquitetura do Movimento Moderno, Le Corbusier, Mies van Der Rohe e Frank Lloyd Wright por desconsiderarem os usuários finais em seus projetos.

⁶²³ Carmen Portinho, “Habitação Popular”. *Correio da Manhã*, (24 de março, de 1946).

Em, *A Citizen's Guide to Public Housing* [fig. 9 y 10] ⁶²⁴ critica a valorização dos conhecimentos unicamente do arquiteto e do planejador urbano. Neste documento enfatiza que para alcançar os requisitos básicos de um bom lar é necessário considerar a perspectiva da mulher, pois o conhecimento detalhado do funcionamento da casa e do uso do espaço interno deve ser discutido com quem irá habitá-lo ⁶²⁵. Catherine Bauer destaca ainda que a casa é o fator principal no ambiente humano em termos de tempo, espaço e importância das funções ali realizadas.

Carmen Portinho no início de sua carreira adotou os princípios de zoneamento da Carta de Atenas, formulada por Le Corbusier, porém ao organizar as diretrizes do DHP sua referência teórica vai além desses princípios. A militância de Carmen Portinho e suas ações em favor da emancipação da mulher é fator dominante em todo o seu trabalho.

Temos como exemplo, os conjuntos residenciais que adotam o conceito de unidade de vizinhança, coletivizando algumas tarefas realizadas pelas mulheres e valorizando a vida em comunidade através de equipamentos e serviços sociais. A engenheira também considera papel fundamental o trabalho de assistentes sociais, assim como a própria arquitetura como fonte de cultura e educação na busca da transformação dos protagonistas do novo morar: mulheres, homens, crianças e idosos.

Elizabeth Denby crítica o conceito de habitação mínima levada ao extremo provocada pelo planejamento mínimo, uma vez que a célula habitacional não existe como tal sem o complemento de equipamentos sociais. E suas dimensões devem ser ajustadas ao número dos respectivos moradores. Para a consultora em habitação, a opinião, a expectativa e a experiência de vida dos futuros moradores, especialmente mulheres devem ser privilegiados no desenho do modelo de moradia.

⁶²⁴ Catherine Bauer, "*A Citizen's Guide to Housing*", 1940.

⁶²⁵ Em a *A Citizen's Guide to Public Housing*, 1940.

Ela também defende a necessidade de se viver próximo ao trabalho e ao centro da cidade, o que não corresponde ao princípio de zoneamento. Outros dois princípios do movimento moderno criticados por ela e que reafirmam sua posição de vanguarda são a Cidade Jardim e os blocos de apartamentos dispostos em arranha-céus.

A arquitetura moderna, até então dedicava-se a atender às necessidades do “homem novo”, Margarete Schütte-Lihotzky procura atender as necessidades e as condições físicas da “nova mulher”. Ao considerar o *existenzminimum*, como objetivo de mera sobrevivência, um conceito limitado, preocupa-se em construir corretamente de modo a minimizar o trabalho das mulheres.

A posição da perspectiva de gênero sobre o *zoning* aproxima-se de Henri Lefebvre com a relação de urbanismo funcional de Le Corbusier, acusando a área financeira urbana de eliminar a completude e a riqueza da vida urbana.

A posição de todas as quatro é clara, pois ao colocar em primeiro plano as mulheres, traduzidas em seus projetos de unidades de vizinhança que tinham como objetivo atender às suas necessidades cotidianas.

Conclusão

O trabalho apresentado oferece visibilidade à trajetória de quatro mulheres que atuaram de maneira expressiva na arquitetura e no urbanismo do século XX. Elas repensam os conceitos de habitação e cidade desde a experiência das mulheres e a eficiência do espaço e promovem o acesso à habitação adequada. A proposta de reformulação dos espaços introduz mudanças sociais a partir de novas tipologias combinadas a sistemas

construtivos inovadores. Ao considerar o habitar tendo como foco a habitação em seu valor de uso, priorizam as necessidades cotidianas das pessoas.

Essas mulheres assumem uma posição de vanguarda ao questionar um mundo voltado ao homem “ideal”. Transformam a arquitetura e o urbanismo modernos a partir de uma perspectiva feminina ao considerar o cotidiano das mulheres e a identidade das pessoas que habitam a cidade em suas diferenças. Dedicam seus esforços para que as mulheres tenham mais tempo para desenvolver a vida produtiva e ao mesmo tempo possam dedicar-se ao cuidado pessoal, saúde, lazer, esporte e descanso, sem ter que restringir suas vidas apenas ao cuidado familiar. Configuram um leque de possibilidades através de normativas, projetos para os diversos grupos sociais, programas de realojamento aplicando os conceitos que hoje fundamentam a abordagem de gênero tendo especial cuidado com mulheres, crianças e idosos.

A proposta de dar visibilidade a contribuição de mulheres que atuaram no Movimento Moderno também tem como um de seus objetivos incentivar a participação de outras mulheres nas questões do planejamento urbano e da habitação. Com base no cotidiano complexo das mulheres procura-se promover políticas habitacionais que têm como base a igualdade entre mulheres e homens.

Ao pensar nas pessoas a abordagem de gênero demonstra que o espaço doméstico se reflete nas relações sociais e nesse sentido o projeto de habitação de qualidade deve considerar a perspectiva de gênero para a construção de cidades mais justas e equilibradas. O trabalho dessas mulheres, analisado sob esse ponto de vista demonstra que todas ainda que de profissões diversas são um exemplo valioso do quanto as mulheres contribuíram em sua época para o desenho do ambiente construído, seja do espaço doméstico ou do espaço urbano.

A trajetória daquelas mulheres do século XX se une aos atuais esforços das redes e coletivos especialmente de mulheres na procura de promover

uma agenda global de medidas políticas que visam alcançar a igualdade de gênero e a ampliação dos direitos das mulheres nas cidades.

Não obstante, ainda são poucas as agendas urbanas que consideram o urbanismo com perspectiva de gênero como uma oportunidade de agregar os complexos contextos diários de mulheres e homens de diferentes classes, etnias e idades para o desenvolvimento da vida cotidiana.

As quatro mulheres objeto deste trabalho viveram em um contexto de emergência habitacional em decorrência das guerras, período no qual surgiram novas questões para pensar a habitação coletiva e a cidade. Hoje a situação global de déficit e precariedade habitacional exige permanente reflexão sobre a construção de cidades através da habitação.

O entre guerras foi marcado por um período de inovação tecnológica e de tipologias habitacionais realizadas com qualidade. Depois da Segunda Guerra Mundial a situação de emergência habitacional foi agravada, além de ter como resultado muitas cidades destruídas pela guerra. Priorizou-se a quantidade em detrimento da qualidade habitacional. Bairros inteiros foram construídos levando o conceito de *zoning* ao extremo, o que gerou bairros dormitórios onde as pessoas que ali viviam, principalmente mulheres, crianças e idosos encontraram dificuldades para desenvolver as atividades diárias. Este conceito continua sendo replicado de maneira equivocada até os dias de hoje.

Os processos de transformação nas cidades do século XXI incluem a imigração em massa, a expansão da urbanização e a autoconstrução desordenada o que vem agravando o problema habitacional. Volta-se àquele período “cinza” do pós guerra com a construção de unidades habitacionais carentes dos implementos necessários que garantem a formação de uma cidade. A habitação é tomada em seu valor de troca, onde não se prioriza o usuário e sim a especulação imobiliária, com o objetivo de sanar crises financeiras através da construção. Desta forma a escolha da localização do

terreno, de técnicas construtivas a serem implementadas e de tipologias habitacionais são entregues nas mãos das construtoras, que visam apenas o lucro.

Essa situação de crise emergencial em habitação e de cidade é vivenciada tanto em países que não atingiram a igualdade social, quanto nos países desenvolvidos, como os do continente europeu, onde milhares de imigrantes tentam buscar acolhimento e melhores condições de vida. A fome e a guerra são os principais motivos da evasão de seus países de origem a procura de acolhimento e abrigo em países distantes dos seus e com culturas muito diversas.

Neste contexto torna-se fundamental pensar em como abrigar as pessoas em suas diferenças, através de habitação e do planejamento urbano com o objetivo de aproximá-las à sociedade e integrá-las ao cotidiano do século XXI.

A situação de emergência habitacional das cidades contemporâneas se agrava em função de agrupamentos, bairros e cidades autoproduzidos de maneira precária. Estes apresentam problemas como habitações de péssima qualidade, má iluminação, pouca ventilação e espaço urbano precário ou inexistente, sujeitos a fatores de risco e de problemas relacionados à saúde.

O direito à cidade é extensivo ao direito à moradia, saúde e educação, no que implica em produzir cidade através da habitação, levando em consideração infraestrutura, equipamentos de saúde, educação, esporte, lazer, transporte e serviços. Isto deve ser implementado de maneira horizontal, não se restringindo apenas a produção de unidades habitacionais.

Em loteamentos e comunidades informais o crescimento horizontal com a expansão do território e a verticalização através da venda de lajes têm acarretado problemas. A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, apresenta alto índice de áreas informais, como as favelas e loteamentos irregulares, distribuídos por todas as zonas da cidade. Essas comunidades cresceram

entre os bairros formais da cidade ou no seu entorno e não são homogêneas, com extratos sociais diferenciados.

Apesar de algumas áreas apresentarem edificações com boas condições de habitabilidade e conectadas à rede de infraestrutura em suas franjas, estas mesmas comunidades podem apresentar locais extremamente adensados e de difícil acesso em seu interior. Além da questão da saúde, essas áreas informais apresentam outros problemas. O primeiro e mais grave é relacionado à segurança, pois são dominadas pelo poder paralelo do tráfico ou da milícia e o segundo é em função da especulação imobiliária, geralmente em áreas centrais. Como consequência o valor do aluguel e da aquisição das moradias é crescente, isto estimula as pessoas a procurar áreas cada vez mais distantes das áreas centrais. A cidade torna-se cada vez mais dispersa e como consequência, a falta de transporte público, equipamentos e infraestrutura dificulta o cotidiano das pessoas, o que demonstra a necessidade em aplicar os conceitos trazidos pelas quatro mulheres e pela perspectiva de gênero.

O Plano Nacional de Habitação (Planhab) que vinha sendo construído no Brasil foi colocado de lado para dar prioridade a um programa nacional de produção em massa de moradia, para mitigar o déficit quantitativo. Este programa teve origem em países vizinhos como México e Chile, onde foram construídas milhões de casas sem construir cidades.

O programa não determina a localização das moradias e as construtoras investem em terrenos mais baratos, distantes das áreas centrais com escassez de serviços sociais e equipamentos coletivos, somados à falta de transporte público eficiente.

Na década de 1950, Carmen Portinho e Affonso Eduardo Reidy construíram conjuntos residenciais tomando como referência as unidades de vizinhança. O Conjunto Residencial Pedregulho, colocou o Rio de Janeiro na vanguarda da arquitetura moderna com projeto de excelente qualidade. O programa Minha Casa Minha Vida, com início em 2012 não atende aos

objetivos da habitação social distanciando-se das premissas discutidas ao longo de 100 anos da trajetória da política habitacional no Brasil. Como exceção, o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades atende a grupos sociais e associações que realizam a gestão de todo o processo até a execução da obra, porém esta modalidade não vem recebendo projeção dentro da totalidade do programa.

A questão social com o sentimento de pertencimento na comunidade através da atuação política é o grande aspecto trabalhado por Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer, que assim como muitas outras mulheres, lutaram pela igualdade entre mulheres e homens através da reivindicação dos direitos das mulheres à cidade e da transformação da percepção do espaço, que ocorre desde o doméstico. Apesar de todos os esforços, ainda hoje não foi alcançada a equidade com relação aos homens, principalmente das mulheres pobres e de etnias não dominantes.

A célula habitacional deve sempre ser combinada aos equipamentos coletivos e serviços sociais essenciais à vida cotidiana. A unidade de vizinhança era a ferramenta “ideal” para concentrar a vida comunitária, política, social e própria. No século XXI, o conceito de *cohousing* é uma alternativa de um modo de vida que combina a autonomia das áreas privadas da habitação com as vantagens de ter espaços, serviços e usos compartilhados.

Margarete Schütte-Lihotzky já previa habitações para aquelas pessoas que não se encontravam no modelo de família tradicional. A sociedade contemporânea caracteriza-se por diversos grupos de convivência que não são atendidos pelas tipologias de habitação tradicionais.

Mulheres e homens exercem trabalho produtivo e habitam o mesmo espaço sem pertencer necessariamente ao mesmo núcleo familiar. Também cresce o número de pessoas com mais de 60 anos que vivem sozinhas. Tais grupos sociais continuam demandando novas formas de habitar a cidade e

para atender as necessidades cotidianas o conceito de *cohousing* por exemplo, poderia contribuir para uma maior flexibilidade e adaptabilidade.

Para tal essa solução traz a possibilidade de adotar um sistema residencial aberto, sem predeterminar as funções dos espaços, o que permite que esses se modifiquem de acordo com o uso dos moradores. O conceito de habitar se estende ao entorno urbano e considera a cidade como prolongamento da moradia. Ao pensar a questão habitacional e o planejamento urbano deve-se levar em conta uma estratégia horizontal que articule infraestrutura, cidade, sociedade, casa e energia.

A luta pela equidade entre mulheres, homens, etnias, classes e gerações é um direito humano e é por isso que deve ser entendida como uma abordagem essencial para o direito à cidade. Se o espaço doméstico se reflete nas relações sociais, um bom projeto de habitação e de planejamento urbano não pode ser elaborado sem se considerar, em sua plenitude, a aplicação dos conceitos que estão sendo construídos através de uma perspectiva de gênero.

Referências

1. ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. IPLANRIO: Rio de Janeiro, 1997.
2. AGUIAR, Marcos Henrique de. O fundo Nacional de habitação de interesse social e o direito à moradia: avanços e limites na perspectiva da reforma urbana. Dissertação submetida ao corpo docente do IPPUR da UFRJ, 2008.
3. ALCOCER, Atxu Amann. El espacio doméstico: la mujer y la casa. Buenos Aires, Nobuko, 2011.
4. ALEXANDER, Christopher. A Pattern Language. Oxford University Press: New York, 1977.
5. ALFOLDY, Sandra; HELLAND, Janice. Craft, space and interior Design, 2855-2005, Ashgate Publishing Limited: England, 2008.
6. ANDRADE, Geraldo Edson de. Carmen Portinho: Por toda a minha vida, Editora UERJ: Rio de Janeiro, 1999.
7. ANDRADE, Luciana da Silva. Para além da unidade habitacional: pela moradia e pela cidade no contexto da construção da (minha) casa (minha) vida. Edital MCTI / CNPq / MCIDADES Nº 11/2012.
8. ANDREATTA, Verena Vicentini. Favela-Bairro, un nuevo paradigma de Investigación para asentamientos informales. Cuadernos internacionales de tecnología para el desarrollo humano, Servicios Urbanos, nº 03, pp. 16-21. España. Junio, 2005.
9. ANDREATTA, Verena. Cidades quadradas paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX. MAUAD Editora: Rio de Janeiro, 2006.
10. ANDREATTA, Verena Vicentini. La regeneración integral de barrios informales: para los mismos problemas. ¿Aportamos las mismas soluciones? Conferencia en Antananaribo. 2007.
11. AYMÓNINO, Carlo. L'abitazione razionale. Padua: Marsilio. Versão espanhola: La vivienda racional; Barcelona: Gustavo Gili, (1971) 2011.
12. AZEVEDO, Sérgio de, GAMA DE ANDRADE, Luis Aureliano. Habitação e Poder. Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação, 1981.
13. AZURRA, Cinzia. Las Sin Parte: Matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo. Editorial Sylone: Barcelona, 2015.
14. BASSETT, Keith e SHORT, John. Housing and residential structure: alternative approaches. Routledge & Kegan Paul. Boston and Henley: London, 1980.

15. BAUER, Catherine. Modern housing. The Riverside Press: Boston and New York, 1934.
16. BAUER, Catherine. A Citizen's Guide to public Housing. Poughkeepsie, Vassar College: New York, 1940.
17. BEAUVOIR, Simone de. Le Deuxième sexe. 1949. Versão brasileira: O segundo sexo. 2. A experiência vivida. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1980.
18. BECKER, Graziela. Trajetórias da Habitação Social. Máster Laboratorio de la Vivienda del Siglo XXI., 2009.
19. BEECHER, Catherine Esther. A treatise on domestic economy: for the use of Young ladies at home, and at school. T.H. Webb: Boston, 1842.
20. BENETTI, Pablo. Habitação social e cidade: desafios para o ensino de projeto. Rio Books: Rio de Janeiro, 2012.
21. BONDUKI, Nabil (org.). Affonso Eduardo Reidy. Série Arquitetos Brasileiros, Instituto Lina Bo e P.M. Bardi: Lisboa / São Paulo, 2000.
22. BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. Estação Liberdade / Fapesp: São Paulo, 2004.
23. BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.
24. BONDUKI, Nabil. Os pioneiros da habitação social no Brasil: Cem anos de política pública no Brasil. volume 01 – 1. ed. – Editora Unesp: Edições Sesc São Paulo: São Paulo, 2014.
25. BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. Os pioneiros da habitação social no Brasil: Inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964. volume 02 – 1. ed. – Editora Unesp: Edições Sesc São Paulo: São Paulo, 2014.
26. BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. Os pioneiros da habitação social no Brasil: Onze propostas de morar para o Brasil moderno. volume 03 – 1. ed. – Editora Unesp: Edições Sesc São Paulo: São Paulo, 2014.
27. BRASIL. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília, Instituto Pólis e Câmara dos Deputados/CDU, 2002.
28. BRITTO, Alfredo (org.). Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil. Edições de Janeiro: Rio de Janeiro, 2015.
29. BRUNA, Paulo. Os primeiros arquitetos modernos: Habitação Social no Brasil 1930-1950. Editorial USP: São Paulo, 2010.
30. Cadernos MCidades Habitação: Política nacional de habitação. Ministério das Cidades, reimpressão Maio de 2006.
31. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidades de muros: crime segregação e cidadania em São Paulo. Editora 34 / Edusp: São Paulo, 2000.
32. CARDOSO, Adauto Lucio. O Programa Favela-Bairro – Uma Avaliação - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional.

33. CARDOSO, Adauto Lucio, ARAGÃO, Thêmis Amorim e ARAUJO, Flavia de Sousa. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Habitação de Interesse Social: Política ou Mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. Rio de Janeiro, maio de 2011.
34. CARERI, Francesco. Pasear, detenerse. Barcelona: Gustavo Gili, 2017.
35. CAVALCANTI, Lauro. Casas para o povo. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1987.
36. CAVALCANTI, Lauro; GUIMARÃES, Dinah. Morar: A casa brasileira. Avenir Editora: Rio de Janeiro, 1984.
37. CIOCOLETTO, Adriana. COLLECTIU PUNT 6. Espacios para la vida cotidiana. Auditoría de Calidad Urbana con Perspectiva de Género. Ed. Comanegra: Barcelona, 2014.
38. COLLECTIU PUNT 6. Mujeres trabajando. Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género. Barcelona: Ed. Comanegra, 2014.
39. COLLECTIU PUNT 6. Simpósio: Estudios urbanos de género y feminismo, Col.lectiu Punt 6, Barcelona, 2012.
40. COLOMINA, Beatriz. Privacidad y Publicidad: La Arquitectura Moderna Como Medio de Comunicación de Masas. Murcia: Editor CENDEAC, 2010.
41. CORBUSIER, Le. La Carta de Atenas, 1957.
42. CONDE, Luiz Paulo; MAGALHÃES, Sergio. Favela-Bairro: uma outra história da cidade do Rio de Janeiro. Vivercidades. Rio de Janeiro, 2004.
43. COSTA, Lúcio. Lúcio Costa: registro de uma vivência. Editora Empresa das Artes: São Paulo, 1995.
44. DARLING, Elizabeth; WITHWORTH, Lesley. Women and the Making of Built Space in England, 1870-1950. Londres: Andershot, Ashgate Publishing Limited, 2007.
45. DAVIS, Mike. Planet of slums. Londres e Nova York: Verso, 2006. Versão brasileira: Planeta Favela, censo global de favelas. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.
46. DENBY, Elizabeth. Europe Rehoused. Introdução: Elizabeth Darling. Ed. Routledge: London and New York, (1938) 2015.
47. DUARTE, Cristiane Rose; SILVA, Osvaldo Luis; BRASILEIRO, Alice. Favela, um bairro: Propostas metodológicas para intervenção pública em favelas. São Paulo: Pro - editores, 1996.
48. ENGELS, Friedrich (1820-1895). El problema de la vivienda y las grandes ciudades. Gustavo Gili: Barcelona, 1997.
49. FALAGÁN, David H., Flexibilitat i Jerarquies de gènere a les tipologies residencials del Patronat Municipal de l'Habitatge de Barcelona: Barcelona, 2015.
50. FRAMPTON, Kennet, História Crítica de la Arquitectura Moderna, Editorial Gustavo Gili, S.A: Barcelona, 1981.

51. FREDERICK, Christine. *The new housekeeping: efficiency studies in home management*. Garden City. Doubleday, Page & company: New York, 1913.
52. FRIEDAN, Betty. *The Feminine Mystique*. W. W. Norton and Co. USA, 1963.
53. FRIEDMAN, Alice T. *Friedman. Architecture, Authority and the Female Gaze: Planning and Representation in the Early Modern Country House*. Cambridge, Massachussets: The MIT Press, 1992.
54. FRIEDMAN, Alice T. *Friedman. Women and the Making of Modern House: A Social and Architectural History*. New Haven and London: Yale University press, 2006.
55. GROPIUS, Walter. *Bauhaus: novarquitetura. Perspectiva – Debates*,: São Paulo, 2013.
56. GUIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo. Editora UNESP, 1991.
57. HAYDEN, Dolores. *Seven American Utopias: the architecture of communitarian socialism, 1970-1975”*, Cambridge, Mass.: MIT, 1976.
58. HAYDEN, Dolores; WRIGHT, Gwendolyn. *Architecture and Urban Planning*. *Journal of Women in Culture and Society*, 1976, vol.1, n.4. University of Chicago, 1976.
59. HAYDEN, Dolores. *What Would a Non-sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work*. The University of Chicago Press: Chicago, 1980.
60. HAYDEN, Dolores. *Redesigning the american dream. The future of housing, work, and family life*. W.W.Norton & Company: New York and London, 1984.
61. HARVEY, David. *Social justice and the city*. Edward Arnold, Londres. Versão brasileira. *Justiça Social e a cidade*. Hucitec: São Paulo, (1973) 1980.
62. HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2ª edição. Editora Annablume: São Paulo, 2006.
63. HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 22ª edição. Edições Loyola Jesuítas. São Paulo, 2012.
64. HARVEY, David. *Seventeen Contradiction and the end of capitalism*. Profile Books, London, 2014.
65. HARVEY, David. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. New Left Books. Versão brasileira. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Martins Fontes: São Paulo, 2014.
66. HALL, Peter. *Cities of tomorrow: an intelectual history of urban planning and design in the twentieth century*. Oxford: Blackwell, 1998. Versão brasileira: *Cidades do amanhã*.
67. HORELLI, Liisa. *Engendering urban planning in different contexts – successes, constrains and consequences*. *European Planning Studies*, Routledge, London, p.1, 2017.

68. HOWARD, Ebenezer, (1898). *Tomorrow; a peaceful path to real reform* Londres: S. Sonnenschein. Depois *Garden cities of tomorrow* (1902).
69. JACOBS, Jane (1967). *The death and life of great American cities*. Nueva York: Random House, 1961. Versão brasileira: *Morte e vida nas grandes cidades*: Rio de Janeiro, xxxx.
70. *L'Habitation Minimum*. Delegación de Zaragoza del Colégio Oficial de Arquitectos de Aragón. Colección arquitectura-veinte. Zaragoza, 1997.
71. KLEIN, Alexander. (1975). *Alexander Klein: lo studio delle piante e la progettazione degli spazi negli alloggi minimi; scritti e progetti dal 1906 al 1957*". Milán: Mazzotta. Versão espanhola: *Vivienda mínima, 1906-1957*; Barcelona, Gustavo Gili, 1980.
72. KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa / Anatole Kopp*; [tradução EdiG. de Oliveira]. Nobel Editora da USP: São Paulo, 1990.
73. LEFEBVRE, Henri. (1968). *Le Droit à la Ville*. Versão brasileira. *O direito à cidade*. Centauro editora. São Paulo, 2015.
74. LEFEBVRE, Henri. (1970). *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins e revisão técnica de Margarida Maria de Andrade. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2008.
75. LEFEBVRE, Henri. (1974). *La production de l'espace*. Versão americana: *The production of space*. Tradução de Donald Nicholson - Smith. Blackwell. Oxford UK & Cambridge. USA, 1999. Versão espanhola. *La producción del espacio*. Colección entrelineas, Madrid, 2013.
76. LEFEBVRE, Henri. *Toward an architecture of enjoyment*. Editado por Lukasz Stanek. The University of Minesota Press: Minneapolis, United States, 2014.
77. LEVÍ, Anna Boffill; MARTÍ, Rosa Maria Dumenjó; SORIANO, Isabel Segura. *Las Mujeres y la Ciudad: Manual de Recomendaciones para una concepción del entorno habitado desde el punto de vista del género*. Barcelona: Fundació Maria Aurèlia Capmany, 1998.
78. LEVÍ, Anna Boffill. *Hacia modelos alternativos de ciudad compatibles con una sociedade inclusiva em Simpósio: Estudios urbanos de género y feminismo*, Col.lectiu Punt 6, Barcelona, 2012.
79. LOMBARDERO, Nuria Álvarez (ed.). *Arquitectas, redefiniendo la profesión*", Recolectores Urbanos: Madrid, 2015.
80. MAGALHÃES, Sergio. *A cidade na incerteza: Ruptura e contigüidade em urbanismo*. Viana & Mosley: Rio de Janeiro: Ed. Proureb, 2007.
81. *Monitoramento e Avaliação do Programa Favela Bairro: Síntese da Avaliação de Impacto do Programa Favela Bairro – 1995-2000*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2005.
82. MINISTÉRIO DAS CIDADES. (2006). Secretaria Nacional de Habitação. *Cadernos MCidades Habitação: Política nacional de habitação*. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br>

83. MINOLI, Lorenza. Dalla Cucina alla Città: Margarete Schütte-Lihotzky. Franco Angeli: Milano, 1999.
84. MONTANER, Josep Maria. Sistemas Arquitectónicos Contemporáneos. Editorial Gustavo Gili, SL: Barcelona, 2008.
85. MONTANER, Josep Maria, Arquitectura y Crítica: Barcelona. Editorial Gustavo Gili: Barcelona ,1999.
86. MONTANER, Josep Maria. Depois do Movimento Moderno. Editorial Gustavo Gili: Barcelona, 2001.
87. MONTANER, Josep Maria. La Arquitectura de la Vivienda Colectiva. Políticas y proyectos en la ciudad contemporánea. Editorial Reverté: Barcelona, 2015.
88. MONTANER, Josep Maria. A condição contemporânea da arquitetura. Ed. Gustavo Gili: Barcelona, 2016.
89. MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida. Arquitectura y Política: ensayos para mundo alternativos. Gustavo Gili: Barcelona, 2011.
90. MONTANER, Josep Maria e MUXÍ, Zaida. Habitar el presente. Ministerio de Vivienda y Ministerio de Asuntos Exteriores, AECID: Madrid, 2006.
91. MONTANER, Josep Maria e MUXÍ, Zaida, FALAGÁN, David H. Herramientas para habitar el presente: la vivienda del siglo XXI. Máster Laboratorio de la Vivienda del siglo XXI: Barcelona, 2011.
92. MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida, ARIAS, Daniela, CASANOVAS, Roser, FALAGÁN, David H. I Congreso Internacional de Vivienda Colectiva. Actas del congreso. Ed. Master Laboratorio de la Vivienda del Siglo XXI. Barcelona, febrero 2014.
93. MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida, BRUNA, Paulo, CORADÍN, Renata, MEDRANO, Leandro. II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável. Atas do congreso. Ed. Master Laboratorio de la Vivienda del Siglo XXI. São Paulo, abril 2016.
94. MONTANER, Josep Maria e MUXÍ, Zaida, FALAGÁN, David H. Herramientas para habitar el presente. La vivienda del siglo XXI. Master Laboratorio de la Vivienda del Siglo XXI. Barcelona, 2011.
95. MUNFORD, Eric Paul. (2000). The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960. MIT, USA.
96. MUXÍ, Zaida. Mujeres y arquitectura: teoría y práctica de la vivienda". Arquitectura COAM: Madrid, N.340, 2005.
97. MUXÍ, Zaida. Recomanacions per a un habitatge no jeràrquic ni androcentric, Generalitat de Catalunya: Barcelona, 2009.
98. MUXÍ, Zaida; colaboração CASANOVAS, Roser. Texto preparatório para o debate: Las mujeres transformamos los espacios de la ciudad para la vida cotidiana. Barcelona, 28 de enero del 2009.
99. MUXÍ, Zaida em Simpósio: Estudios urbanos de género y feminismo, Col·lectiu Punt 6, Barcelona, 2012.

100. MUXÍ, Zaida; ZULIN, Fabricia; CORADIN, Renata. Instrumentos de avaliação de projetos” em FRANÇA, Elisabete; COSTA, Keila Prado (edição), Política municipal de habitação: uma construção coletiva; volume 2, SEHAB: São Paulo, 2012.
101. NASCIMENTO, Flávia Brito. Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960). São Carlos. Dissertação (Mestrado em História da Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2004.
102. NASCIMENTO, Flávia Brito. Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular, 1946-1960. Coleção Biblioteca Carioca, v.53. Série Publicação científica. Rio de Janeiro, 2008.
103. NOBRE, Ana Luiza. Carmen Portinho: O moderno em construção. Rio de Janeiro: Relume Dumará/PCRJ, 1999.
104. NOVAS, María. Tesis de maestría: Arquitectura y Género: una reflexión teórica. Máster Universitario en Investigación Aplicada en Estudios Feministas, de Género y Ciudadanía. Instituto Universitario de Estudios Feministas y de Género. Facultad de Ciencias Humanas y Sociales. Universitat Jaume I. Valencia, Espanha, 2014.
105. OBERLANDER, H. Peter, NEWBRUN, Eva. Houser: the life and work of Catherine Bauer. UBC Press: Vancouver, 1999.
106. Questions d’Habitatge. Repensar el Patronat Municipal de l’Habitatge. n. 19. Febrer 2016. Coordenação Jaume Barnada, Imma Santos.
107. RENDELL, Jane; PENNER, Barbara, BORDER, Ian. Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introduction. Routledge, London and New York, 2000.
108. RISÉRIO, Antonio. Mulher, casa e cidade. São Paulo: Editora 34, 2015.
109. ROLNIK, Raquel. Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.
110. RYBCYNSKI, Witold. La casa. História de uma Idea. Editorial Nerea, 1992.
111. SANDERCOK, Leonie, Cosmopolis II, Mongrel cities in the 21st century, Continuum: London and New York. 2003.
112. SCHÜTTE-LIHOTZKY, Margarete. Dalla cucina alla città. Milão, Itália: Franco Angeli, 1996.
113. SERT, José Luis. Can our cities survive? Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1942.
114. SILVA, Maria Lais Pereira da. Favelas Cariocas, 1930-1964. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
115. SILVA, Rachel Coutinho M. (org.), A cidade pelo avesso. Desafos do urbanismo contemporâneo. PROURB: Rio de Janeiro, 2006.
116. SMITH, Adam, The Wealth of Nations. W. Strahan and T. Cadell, London, 1776.

117. SPIRO, Kostof. In the Architect: Chapters in the history of the profession. University of California Press, 1977.
118. TAVARES, Rossana. Tese de doutorado: Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. PROURB / FAU / UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.
119. The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements 2003. United Nations Human Settlements Programme. UN-Habitat, 2003.
120. TURNER, John F.C., Housing by people: towards autonomy in building environments. Londres: Marion Boyars, 1976.
121. VALLADARES, Lícia do Prado. (1980). HABITAÇÃO EM QUESTÃO. Zahar Editores. Rio de Janeiro.
122. VALLADARES, Lícia do Prado. (1980). Passa-se uma casa – Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. 2ª edição. Zahar Editores. Rio de Janeiro.
123. VAZ, Lilian Fessler. Modernidade e Moradia. Habitação coletiva no Rio de Janeiro: século XIX e XX. 7 Letras: Rio de Janeiro, 2002.
124. VEYRET, Yvette. (2007) OS RISCOS: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. Editora contexto. São Paulo.
125. WRIGHT, Gwendolyn. A partnership: Catherine Bauer and William Wurster. Em TREIB, Marc (org.) An everyday modernism: the houses of William Wurster. São Francisco: University of California Press / SHMoMa, 1995.
126. WRIGHT, Gwendolyn. On the Fringe of the profession: Women American Architecture. Em SPIRO, Kostof. In the Architect: Chapters in the history of the profession. University of California Press, 1977.

Textos:

MUXÍ, Zaida; colaboração CASANOVAS, Roser (Barcelona, , 28 de janeiro de 2009). Texto preparatório para o debate: Las mujeres transformamos los espacios de la ciudad para la vida cotidiana.

Decreto e Diário Oficial:

Decreto n. 9.124 de 4 de abril de 1946 (criação do DHP)

Diário oficial da Prefeitura do Distrito Federal, 01 mar. 1948, 01 abr. 1948, 07 abr. 1948 e 21 mai. 1948.

Periódicos e revistas:

AUJOURD'HUI ART ET ARCHITECTURE. "Unité Residencial de Gávea".

AUJOURD'HUI ART ET ARCHITECTURE. Paris: nov. 1955, n. 5; HABITAT. "Conjunto Residencial Gávea – Rio de Janeiro". Habitat. São Paulo: out. 1955, n. 24; Affonso Eduardo Reidy. "Conjunto Residencial Marquês de São Vicente".

BAUER, Catherine, The Social Front of Modern Architecture in the 1930s', Journal of the Society of Architectural Historians, 24 (1), March, 48-52.

BAUER, Catherine; CRANE, Jacob, What Every Family Should Have, Survey Graphic, 29 (2), 1 February, 64, 1940

BAUER, Catherine, The Americanization of Europe: Three Leaves from a Notebook, New Republic, 24 June, 153-4. 1931c.

BAUER, Catherine, Address to the California Labour School, 2 August 1944, CBW Papers, 3pp, 1944.

BAUER, Catherine, Clients for Housing: The Low-Income Tenant: Does He want Supertenements?, Progressive Architecture, May, 61-4, 1952.

BAUER, Catherine. Social Questions in Housing and Town Planning, University of London Press, 1952 .

BAUER, Catherine, *El aspecto social de los años 30* em The Social Front of Modern Architecture in the 1930s, 1965.

BAUER, Catherine, The Social Front of Modern Architecture in the 1930s, 1965.

BAUER, Catherine. Revista Fortune, fevereiro de 1933.

BAUER, Catherine. Revista Fortune, maio de 1933.

BILL, Max. *Architectural Review*. "Report on Brazil".no. 694, vol.116. Londres: out.1954.

DARLING, Elizabeth. "What the tenants think of Kensal House: experts assumptions versus inhabitants' realities in the modern home", february, 2000.

DARLING, Elizabeth "Sasson House, London", 2014.

DARLING, Elizabeth. "Enriching and enlarging the whole sphere of human activities': The Work of Voluntary Sector in Housing Reform in Inter-War Britain" en Lawrence, Christopher & Mayer, Anna-K, eds. *Regenerating England: Science, Medicine and Culture in Inter-war Britain* Clio Medica/The Wellcome Institute Series in the History of Medicine 60, Amsterdam-Atlanta, 2000.

DARLING, Elizabeth, What the tenants think of Kensal House: experts assumptions versus inhabitants' realities in the modern home, february, 2000.

DENBY, Elizabeth. "Kensal House, an urban Village", p.62.

DENBY, Elizabeth. "Overcrowded Kensington". *Architectural Review*, 73.

Diário oficial da Prefeitura do Distrito Federal, 01 mar. 1948, 01 abr. 1948, 07 abr. 1948 e 21 mai. 1948.

HENDERSON, Susan R. "Housing the Single Women. The Frankfurt Experiment", *Journal of the Society of Architectural Historians*, volume 68, number 3, september, 2009.

HENDERSON, Susan R. Housing the Single Women. The Frankfurt Experiment, *Journal of the Society of Architectural Historians*, volume 68, number 3, september, 2009, p. 360.

KRAUSE, Joachim. "La cucina di Francoforte", *Revista Domus*, Milano n. 695, giugno, 1988, p.211-213.

MINOLI, Lorenza. "Margarete Schütte-Lihotzky", *Rivista Parametro*, n. 257, ano XXXV, maggio/giugno, 2005, p. 39.

MINOLI, Lorenza ; ARAGONA, M.A. "Donna e macchina abitativa, de mistificazione diunruolo", in *Casabella* n. 413, Milano, mag. 1976

MINOLI, Lorenza. Margarete Schütte-Lihotzky, *RivistaParametro*, n. 257, ano XXXV, maggio/giugno, 2005, p. 39.

PORTINHO, Carmen, *Habitação Popular*. *Correio da Manhã*, 10 de março de 1946.

PORTINHO, Carmen, *Habitação Popular*. *Correio da Manhã*, 17 de março de 1946.

PORTINHO, Carmen, Habitação Popular. Correio da Manhã, 24 de março de 1946.

PORTINHO, Carmen, Habitação Popular. Correio da Manhã, 31 de março de 1946.

PORTINHO, Carmen, Habitação Popular. Correio da Manhã, 7 de abril de 1946.

PORTINHO, Carmen, Habitação Popular. Correio da Manhã, 14 de abril de 1946.

PORTINHO, Carmen, Correio da Manhã, 7 de junho de 1953.

PORTINHO, Carmen, Presença de Mulher. Correio da Manhã, 23 jan. 1949.

PORTINHO, Carmen. The Architects Journal, 22 nov. 1945.

PORTINHO, Carmen, O Globo, jan. 1945.

PORTINHO, Carmen, O Globo, 14 out. 1945;

PORTINHO, Carmen, Correio da Noite, 19 dez. 1945.

PORTINHO, Carmen, O Estado de S. Paulo, São Paulo: 25 dez. 1952 .
Conjuntos Residenciais contra o problema pululante das favelas do Distrito Federal.

PORTINHO, Carmen, Diário da noite. Casas para funcionários municipais – núcleos residenciais em vários pontos da cidade. Diário da Noite. Rio de Janeiro: 15 mar 1948.

Problema nacional, as 'favelas' do Rio. O Globo. Rio de Janeiro. 20 fev. 1952.

PORTINHO, Carmen. Revista Municipal de Engenharia, vol.I. Rio de Janeiro: jan. 1945, n. 8; O critério científico no Urbanismo.

REIDY, Affonso Eduardo. Revista Municipal de Engenharia, vol. XXI. Rio de Janeiro: jan./mar. 1950, n. 1.

SEGAWA, Hugo. Entrevista de Carmen Portinho a Hugo Segawa. A arquitetura moderna e o desenho industrial. Revista Projeto, n.111, junho de 1988. Rio de Janeiro.

The Architects Journal, 22 nov. 1945.

Consultas página web:

BONDUKI, Nabil. (2011).

<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/05/06/da-vila-operaria-de-marechal-hermes-ao-minha-casa-minha-vida-924399610.asp>

MUXÍ, Zaida. (2015). Un dia una arquitecta.

<https://undiaunaarquitecta.wordpress.com/2015/04/16/margarete-schutte-lihotzky-1897-2000/>.

BONDUKI, Nabil. Minha Casa tem defeitos, mas cortar dos mais pobres é inaceitável. Acessado em 07/06/2016.

<http://noticias.uol.com.br/opiniaocoluna/mobile/2016/06/07/minha-casa-tem-defeitos-mas-cortar-dos-mais-pobres-e-inaceitavel.htm>

Women in architecture

<http://women-in-architecture.com/index.php?id=87>.

Gender Hub da UNI Habitat

<http://www.genderhub.org/>

Cost Gender STE

http://www.cost.eu/about_cost/strategy/targeted_networks/genderste

Apresentação verbal em palestra de Zaida Muxí , Ministrado no curso de Eva Prats e Ricardo Flores, na Universitat Politècnica de Catalunya.
<https://habitatgeirehabilitacio.wordpress.com/2016/12/09/1460/>